



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ENTRE NOVOS PARADIGMAS E VELHAS PRÁTICAS: A  
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA AGRICULTURA FAMILIAR  
DO SERTÃO DE PERNAMBUCO (BRASIL)**

Shana Sampaio Sieber  
Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes

Campina Grande – PB

2016

Shana Sampaio Sieber

**ENTRE NOVOS PARADIGMAS E VELHAS PRÁTICAS: A CONVIVÊNCIA COM O  
SEMIÁRIDO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SERTÃO DE PERNAMBUCO  
(BRASIL)**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais

Orientadora: Dra. Ramonildes Alves Gomes.

Campina Grande – PB  
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S571e Sieber, Shana Sampaio.  
Entre novos paradigmas e velhas práticas: a convivência com o semiárido na agricultura familiar do sertão de Pernambuco / Shana Sampaio Sieber. – Campina Grande, 2016.  
335 f. : il.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Profª. Drª. Ramonildes Alves Gomes".

Referências.

1. Capital Político. 2. Políticas Públicas. 3. Sociedade Civil. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.43(043)

**Shana Sampaio Sieber**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Ramonildes A. Gomes**

Orientadora

---

**Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa**

Examinador Externo - PPGDR/UEPB

---

**Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva**

Examinador Externo - PPGS/UFRN

---

**Profa. Dra. Mariana Moreira Neto**

Examinadora Externa - UACS/CFP/UFCG

---

**Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda**

Examinador Interno - PPGCS/UFCG

---

**Prof. Dr. Luis Henrique Cunha**

Examinador Interno - PPGCS/UFCG

Campina Grande/PB

2016

## DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha família. Uma família que faz parte de uma história inteira de conhecimento. Uma família que participou e presenciou sofrimentos e felicidades. Uma família que apoiou e torceu por todo este aprendizado. Uma família que agrega outras famílias e traz consigo tudo de bom (e ruim) que uma família pode ter. Uma família cheia de diferenças, de semelhanças, de amores e desamores, mas cheia de vida. Uma família que está em toda parte, e em todas as dimensões, seja no sangue, seja no convívio, seja na distância, seja na proximidade. Do sudeste ao nordeste...

Assim, dedico:

Às minhas filhas Serra Talhadenses:

*Flora Sieber Falcon e Cora Sieber Falcon,*

Que tanto me iluminaram e me trouxeram uma força incompreensível, fonte de sabedoria de toda uma existência...

Ao meu companheiro,

*Dario Rocha Falcon*

Sempre acreditando no meu potencial, me apoiando em todos os momentos, como mãe e como estudante...

Aos meus irmãos,

*Samara Sampaio Sieber, Sammy Sampaio Sieber e Elaine Yumi Notoya,*

Samara, amor de mãe, de irmã, de amiga e de filha.

Sammy, fundamental na minha trajetória acadêmica, incentivando desde o vestibular.

Yumi, exemplo de comprometimento e vontade de conhecimento.

À Família (agora minha) Rocha e Falcon, Cleide, Renato e Tia Cleunice; e filhos Renata, Rodrigo, Carina e Leo; cada vez mais amigos, cada vez mais irmãos, sempre presentes nos momentos mais delicados...

Ao meu sobrinho Murilo Falcon Rossini, pelos momentos de felicidade e alegria que uma criança pode proporcionar para uma família, para a minha família!!!

À família nordestina e “Serra Talhadense”:

Fátima Valdevino, Ésia Guerra, Hélio, Ugo, Priscila, Juliana e Marquinhos...E os filhos: Gabriela (Biela), Nara, Ravi e Nikolas. E as mães: Hilda Furacão e Marluce.

Assim eu dedico esta tese à vida que a envolveu. Fonte de amadurecimento e aprendizagem.

*Aos meus pais (in memoriam)...*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer se torna uma tarefa complexa que mistura a vivência de uma vida pessoal e acadêmica no município de Serra Talhada. As pessoas dizem que defender o doutorado significa um parto para uma mãe ou pai comprometido com o seu desenvolvimento e aprendizagem. No meu caso então foram três. E vou passar o resto da minha vida me perguntando como eu consegui fazer isso. Ser mãe me tornou outra pessoa, outra mulher, mais forte e mais crítica.

E este processo coincidiu com um amadurecimento acadêmico que teve nas Ciências Sociais um lugar de reflexão no mínimo intrigante. Enxergar as coisas, a vida, o objeto sob as lentes de muitos autores experimentados nesse curso, para mim, significou muito mais do que pensar com outros olhos, mas amadurecer os meus próprios, quebrar paradigmas e desconstruir romances. Autores, pessoas, diálogos, discussões, pensamentos, questionamentos, indignações, verdades... Diante daquilo que chamamos de realidade, que pretendemos nos aproximar, faz com que possamos colocar em prática e consolidar um aprendizado que se constitui de tantos atores e autores importantes. Cada um deles com sua história, sua trajetória de vida, sua visão de mundo capaz de fazer-nos amadurecer a nossa.

Por isso gostaria de agradecer diante de todo esse entendimento a todos que direta ou indiretamente me proporcionaram conhecer melhor o meu campo de estudo e tudo que o rodeou a começar por pessoas e instituições envolvidas na primeira etapa do meu trabalho: a academia, à Universidade Federal de Campina Grande e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que possibilitou recursos financeiros para todo o despendimento necessário para a construção e aprendizado de uma tese, em seu contexto estrutural, pessoal e social.

Assim eu gostaria de agradecer, sobretudo à Professora Ramonildes Alves Gomes, mulher que eu considero muito profissional, comprometida com o aprendizado dos alunos e sempre presente em muitas das etapas deste processo. Mas, sobretudo responsável por acreditar no meu potencial mesmo proveniente de outro campo de estudo, entendendo todo o meu histórico acadêmico e o utilizando de maneira produtiva para o meu amadurecimento sociológico e epistemológico.

Da mesma forma tantos outros professores que passaram pelo meu caminho e me ofereceram uma contribuição, como Professor Dr Jesus Izquierdo; Prof. Dr Prof. Dr. Gonzalo Rojas; Prof Dr. Márcio Caniello; Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilda Menezes; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mércia Rejane e Gabriel Correa, Prof. Dr. Roberto Veras, Prof. Dr. Ronaldo Sales; Prof. Dr. Vanderlan Silva.

Em especial aos professores que participaram das bancas de Seminário de Tese e Qualificação, repectivamente: Prof. Dr. Aldenor Gomes e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Roseli Corteletti; e Prof<sup>a</sup> Dra Mércia Rejane e Prof Dr. Luis Henrique Cunha. Obrigada por todo cuidado de contribuir para o meu amadurecimento e aperfeiçoamento!

Como eu comecei os estudos no segundo semestre do ano letivo, tive a oportunidade de frequentar as aulas em turmas diferentes, com os ingressantes de 2011 e 2012, aumentando o repertório de amigos e diálogos sempre ricos com todos. Alguns amigos especiais eu gostaria de destacar; do primeiro semestre os amigos Janaina Freire e Ferreira Júnior; Gabriela

Torales, Nadine Agra, Juliette Miranda, José Itamar e Jonatta Paulino; e do segundo semestre Sophia Padilha, Geovania Barros, Claudia Freire, Aldo Branquinho, Gustavo Baez, Jomário, Eline e Cicero. Aqui abro um espaço do agradecimento às funcionárias da Biblioteca Setorial Jussara, Rose e Vania, pelo carinho, conversas e risadas, e um cafezinho carinhosamente feito para os alunos que precisavam de um lugar pra estudar. Aqui não poderia deixar de mencionar Leonel, José, Sambu, Banjaqui e Nelson, meus amigos africanos que compartilharam o espaço da biblioteca em muitos momentos de estudo.

Em especial queria agradecer às amigas Juliette, Geovania e Nadine, e seu esposo Luciano pelo apoio familiar e compartilhamento de conselhos e vivências, enquanto mães e pais.

Gostaria de agradecer também à amiga Auricleide Andrada pelo companheirismo e momentos de discussão, de Serra Talhada à Campina Grande!!!

E a amiga Sophia Padilha pelos momentos de conversas profundas sobre Foucault, Bourdieu e Norbert Elias. Renderam muitas cervejas, discussões e risadas. E aprendizado!!! Obrigada por fazer parte da minha vida num momento de reencontro.

Aos alunos que participaram do meu estágio docência, experiência maravilhosa enquanto aluna de doutorado.

Trazer para a minha tese o campo empírico de Serra Talhada tornou para o meu aprendizado um processo significativamente sedutor. Sua complexidade constitutiva e seu histórico de “luta” fizeram do meu aprendizado um desafio peculiar, capaz de discussões sociológicas cada vez mais interessantes e profundas. Assim agradeço com muita dignidade a os agricultores e agricultoras que eu envolvi no meu campo empírico, associações, agentes de desenvolvimento rural sustentável, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável de Serra Talhada, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, FETAPE, SEBRAE, Centro Tecnológico, BNB, Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, Prefeitura de Serra Talhada, ONGs, Cecor, Centro Sabiá, ADESSU e Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Serra Talhada. Obrigada por compartilhar uma história tão bonita e tensa, uma história marcada por relações conflitivas que ainda permanecem, mas são características do amadurecimento de uma população forte e capaz de escrever a sua própria história.

Por fim um agradecimento especial aos Professores João Amorim, Genival Barros e Marcos Figueiredo; que independentemente das informações fornecidas para minha análise empírica, fizeram parte do meu crescimento enquanto estudante, seja na Licenciatura Agrícola da UFRPE, seja como amigos e professores da UAST, unidade sempre presente na minha trajetória do sertão e fonte de discussão com professores e alunos que tanto me apoiaram. Assim finalizo agradecendo os alunos da UAST Dayane, Ana Paula e Maykon que me ajudaram nas transcrições. Obrigada!!!

## RESUMO

O objeto desta tese foi construído em torno do paradigma da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada (Sertão de Pernambuco); respaldado por um diálogo entre a sociedade civil e o Estado, legitimado sob a forma de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido em 2014. A nossa intenção foi problematizar o conteúdo desse diálogo, partindo do pressuposto que o discurso da convivência com o semiárido é enunciado pelo protagonismo da sociedade civil, mas na prática reproduz uma *confluência perversa* com o Estado, mantenedora de continuidades revestidas por veias democráticas, em que o Estado se torna lugar de interesse comum. Pretendemos compreender quem são os atores envolvidos nesta relação de convivência num lugar contraditório e incerto tomado, pelo menos discursivamente, por posições que ora se tornam críticas e ora cúmplices, respaldados pela crença de uma oposição capaz de reproduzir um *Estado ampliado* de controle democrático, em que a sociedade civil está presente. O exercício metodológico privilegiou a observação de reuniões e eventos, a análise de documentos e entrevistas com gestores que de alguma forma acessavam a temática da convivência no seu campo de atuação. A pesquisa empírica foi fundamental para a construção do objeto de pesquisa; identificando atores, interesses e jogos políticos que trouxeram o município de Serra Talhada como campo revelador e atuante na construção do paradigma da convivência com o semiárido; e como espaço social que reivindica *Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro* em contraposição às políticas de combate à seca, orientadas por um Estado ditatorial ou neoliberal. Adotamos a categoria *confluência perversa* como chave analítica, com base na compreensão de Evelina Dagnino, enquanto fenômeno que parece se constituir em um campo minado de interlocução entre dois projetos de Estado distintos: o democrático e participativo; e o neoliberal, no qual o Estado transfere suas responsabilidades para a sociedade civil, esta assumindo práticas capazes de servir aos objetivos do projeto que lhe é antagônico. Com a definição de *Estado ilusório* Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender o processo de constituição de um ideário de representatividade, coletividade e de princípios oficiais de visão de mundo. É na dinâmica de fazer crer na sua existência, em verdades públicas como legítimas que, em tese, reside a distinção e a confluência entre Estado e sociedade civil. Como achados desta tese concluímos que a convivência com o semiárido se desenvolve no município de Serra Talhada numa *confluência perversa* entre o Estado e a sociedade civil sob um significado político reduzido a um modo peculiar de fazer política, qual seja: no acesso a programas e políticas governamentais, na competição para a obtenção de cargos públicos e no oportunismo político partidário. Aqui a seca não é mais vista como um problema, mas o meio para uma convivência política entre novos e velhos atores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Convivência com o Semiárido; Capital Político; Estado; Políticas Públicas; Sociedade Civil.



## ABSTRACT

The object of this thesis was built around on the coexistence with the semiarid paradigm in Serra Talhada city (Hinterland of Pernambuco); backed by a dialogue between civil society and the state, legitimized in the form of a Municipal Plan for Coexistence with the Semiarid in 2014. Our intention was to discuss the content of this dialogue, on the assumption that the discourse of coexistence with the semiarid is enunciated by the protagonism of civil society, but in practice plays a *perverse confluence* with the state, sponsor of continuities coated democratic veins, in which the state becomes place of common interest. We intend to understand who the actors involved in this living relationship in a contradictory and uncertain place taken, at least discursively, for positions that become sometimes critical and sometimes accomplices, backed by the belief of a capable opposition to play an *expanded state* of democratic control, that civil society is present. The methodological exercise focused observation of meetings and events, document analysis and interviews with managers who somehow accessed the theme of coexistence in their field. Empirical research was instrumental in the construction of the research object; identifying actors, interests and political games that brought the city of Serra Talhada as revealing and active field in the construction of coexistence with the semiarid paradigm; and as a social space that claims *Permanent Actions for the Development of the Brazilian Northeast /Semiarid* as opposed to combat drought policies, guided by a dictatorial or neoliberal state. We adopted the *perverse confluence* category as key analytical, based on understanding of Evelina Dagnino, as a phenomenon that seems to be in a minefield of dialogue between two different state projects: the democratic and participatory; and the neoliberal, in which the state transfers its responsibilities to civil society, this taking practices to serve the objectives of the project that it is antagonistic. With the *illusory state* definition Pierre Bourdieu helps us understand the process of establishment of an ideal of representation, collectivity and official principles of worldview. It is in the dynamics of believing in its existence, in public truths as legitimate which, in theory, lies the distinction or the confluence between state and civil society. As findings of this thesis concluded that the coexistence with the semiarid develops in Serra Talhada a *perverse confluence* between the state and civil society in a reduced polity significance to a particular way of doing politics, namely: access to programs and policies government, in the competition to obtain public office and in party political opportunism. Here drought is no longer seen as a problem, but the means to a political coexistence between new and old players.

KEY WORDS: Coexistence with the Semiarid; Political Capital; State; Public Policies; Civil Society.

## RÉSUMÉ

L'objet de cette thèse a été construit autour du paradigme de la *cohabitation avec le semi-aride* dans la municipalité de 'Serra Talhada' (Région de la brousse à l'état de Pernambuco); appuyé par un dialogue entre la société civile et l'Etat, légitimé sous forme d'un Plan Municipal de Cohabitation avec le Semi-aride en 2014. Notre intention a été de problématiser le contenu de ce dialogue, en partant de la présupposition que le discours de la cohabitation avec le semi-aride est énoncé par le rôle de protagoniste de la société civile, mais qu'en pratique il reproduit une *confluence perverse* avec l'Etat, soutenant des continuités revêtues des veines démocratiques, où l'Etat devient un lieu d'intérêt commun. Nous prétendons comprendre qui sont les acteurs engagés dans cette relation de cohabitation sur un lieu contradictoire et incertain pris, au moins dans le discours, par des positions qui or deviennent critiques or complices, soutenus par le fait de croire en une opposition capable de reproduire un *Etat amplifié* de contrôle démocratique, où la société civile est présente. L'exercice méthodologique a privilégié l'observation des réunions et des événements, l'analyse des documents et interviews avec des gestionnaires qui d'une certaine façon accédaient à la thématique de la cohabitation dans leur champ d'action. La recherche empirique a été fondamentale pour la construction de l'objet de recherche ; en identifiant les acteurs, les intérêts et les jeux politiques qui ont montré la municipalité de Serra Talhada comme un champ révélateur et actif dans la construction du paradigme de la *cohabitation avec le semi-aride*; et en tant qu'espace social revendiquant des *Actions Permanentes pour le Développement du Nord-est/Semi-aride Brésilien* en opposition aux politiques de combat à la sécheresse, orientées par un Etat ditactorial ou néolibéral. Nous adoptons la catégorie *confluence perverse* comme une clé analytique, basée sur la compréhension de Evelina Dagnino, en tant que phénomène qui paraît se constituer en un champ miné de dialogue entre deux projets distincts de l'Etat: le démocratique et participatif; et le néolibéral, dans lequel l'Etat transfère ses responsabilités à la société civile, celle-ci assumant des pratiques capables de servir aux objectifs du projet qui lui est antagonique. Avec la définition d'*Etat illusoire* Pierre Bourdieu nous aide à comprendre le processus de constitution d'un ensemble d'idées de représentativité, collectivité et des principes officiels de vision du monde. C'est dans la dynamique de faire croire à son existence, à des vérités publiques comme étant légitimes, qu'en thèse réside la distinction ou la confluence entre Etat et société civile. En tant que découvertes de cette thèse nous concluons que la cohabitation avec le semi-aride se développe dans la municipalité de Serra Talhada dans une *confluence perverse* entre l'Etat et la société civile sous une signification politique réduite à un mode particulier de faire de la politique, soit : à l'accès à des programmes et politiques gouvernementaux, à la compétition pour l'obtention des fonctions publiques et à l'opportunisme politique partisan. Ici la sécheresse n'est plus vue comme un problème, mais comme le moyen d'une cohabitation politique entre des nouveaux et des vieux acteurs.

MOTS-CLES: Cohabitation avec le Semi-Arid; Capital Politique; État; Politiques Publiques; Société Civile.

## LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de ONGs

ADAGRO – Agência de defesa e fiscalização agropecuária de Pernambuco

ADESSU Baixa Verde – Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde

ANA – Agência Nacional de Águas

ANCAR – Associação Nacional de Crédito Agrícola

APL – Arranjos Produtivos Locais

ASA – Articulação do Semiárido

ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural

BASA – Banco da Amazônia

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas

CAR - Companhia de Ação Regional e Desenvolvimento

CECOR – Centro de Comunicação Comunitária Rural

CENTRO SABIÁ – Centro de Desenvolvimento Agroecológico

CERB - Companhia de Engenharia Rural da Bahia

CETREINO – Centro de Treinamento da Sudene

CISAGRO – Companhia Integrada de Serviços Agropecuários de Pernambuco

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMDRUS – Conselho Municipal de Desenvolvimento rural e urbano sustentável

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CODETER – Colegiados de Desenvolvimento Territorial

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COHIDRO – Empresa da Secretaria de Recursos Hídricos

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COP3 – 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca

CPTSA – Centro de Pesquisa Tecnológica do Semiárido

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTA – Centro de Tecnologias Alternativas

CTP – Centro Tecnológico do Pajeú

CVSF-Suvalé – Superintendência do Vale do São Francisco

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

DED – Deutscher Entwicklungsdienst – Serviço de Cooperação Internacional

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação

FAST – Feira Agroecológica de Serra Talhada

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agrícola

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FGEB – Fundação Grupo Esquel Brasil

FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FORCAMPO – Fórum de Educação no campo

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GEIDA – Grupo Executivo para Irrigação e Desenvolvimento Agrícola

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICN – Instituto da Cidadania do Nordeste

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

IOCS – Instituto de Obras Contra as Secas

IOCS – Instituto de Obras contra as Secas

IPA – Instituto Agrônômico de Pernambuco

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

ITR – Imposto sobre a propriedade Territorial Rural

KNH – Kinder not Hilfe

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MESA – Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOC – Movimento de Organização Comunitária

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPs – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford para alívio da fome)

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

P1MC – Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAPP – Estudos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDHC – Projeto Dom Helder Camara

PIN – Programa de Integração Nacional

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNDRS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PRORURAL – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTA – Projeto Tecnologias Alternativas

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú

PTDS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SDR – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional

SDT – Secretarias do Desenvolvimento Territorial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMAF – Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência do desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUS – Sistema Único de Saúde

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

## LISTA DE QUADROS

## PÁGINA

Quadro 1. Fase exploratória da pesquisa: entrevistas com agricultores.....	18
Quadro 2. Fase institucional: perfil dos entrevistados.....	19
Quadro 3. Observação de reuniões e eventos.....	21
Quadro 4. Análise de Documentos.....	23
Quadro 5. Objetivos do Fórum Nordeste.....	71
Quadro 6. Mobilizações dos trabalhadores rurais do Pólo Sertão Central, 1981.....	145
Quadro 7. Atividades do Fórum Seca: de 1989 a 1997.....	329

## LISTA DE TABELAS

## PÁGINA

Tabela 1. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual em Serra Talhada, de acordo com o INEP/MEC.....	26
Tabela 2. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal em Serra Talhada, de acordo com o INEP/MEC.....	27
Tabela 3. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas – Rede Municipal em Serra Talhada, de acordo com o INEP/MEC.....	28
Tabela 4. Número de Escolas por Modalidades e Etapa de Ensino – Redes Municipais em Serra Talhada, de acordo com o INEP/MEC.....	29
Tabela 5. População residente nas áreas rural e urbana no município de Serra Talhada.....	30
Tabela 6. Número de estabelecimentos e área de ocupação da agricultura familiar nas regiões brasileiras e no Nordeste, com destaque para o município de Serra Talhada – Censo Agropecuário – 2006.....	32
Tabela 7. Recursos investidos pelo PAA (Compra Direta Local da Agricultura Familiar) entre 2011 e 2013: principais produtos comercializados.....	40
Tabela 8. Pesquisa Pecuária Municipal. Efetivo de ruminantes por cabeça em números absolutos, variação em proporção.....	42
Tabela 9. Quantidade de pessoas inseridas no Garantia Safra de 2007 até 2013.....	47



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Recorte teórico-metodológico.....	16
Delimitação espacial do objeto empírico: o sertão de Serra Talhada e os arranjos institucionais.....	26
CAPÍTULO I – DAS POLÍTICAS DE COMBATE À SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DE OUTRO PARADIGMA.....	52
1.1. As políticas de combate à seca e a intervenção do Estado: rumo à convivência com o semiárido.....	54
1.2 Um Estado para a sociedade civil: novos atores para um paradigma.....	62
1.3. Da sociedade civil para o Estado: a dimensão política da convivência com o semiárido.....	80
1.4. Entre velhos e novos paradigmas: a convivência com o semiárido em questão.....	88
1.5. Para início de conversa: a convivência com o semiárido no município de Serra Talhada.....	103
CAPÍTULO II – A DIMENSÃO POLÍTICA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA.....	116
2.1. O Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada.....	118
2.2. Os movimentos sociais e o sindicalismo rural no município de Serra Talhada.....	133
2.3. A descrença do combate à seca no município de Serra Talhada: do problema da seca ao problema da política.....	144

CAPÍTULO III – O FÓRUM SECA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA: OS NÃO - DITOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.....	167
3.1. Os antecedentes do Fórum Seca no município de Serra Talhada: bases para novos enfrentamentos.....	169
3.2. O Fórum Seca como espaço de articulação política.....	192
3.3. O Fórum Seca no município de Serra Talhada: no fogo cruzado de uma disputa partidária.....	200
CAPÍTULO IV - ENTRE VELHOS E NOVOS PARADIGMAS: A CONFLUÊNCIA “PERVERSA” DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA.....	209
4.1. O conceito da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada.....	210
4.2. Do conceito à prática: os atores e as práticas do discurso da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada.....	225
4.3. O capital político da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada: entre o fazer e o fazer crer do paradigma.....	243
4.4. A confluência perversa da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada: a disputa por um lugar de poder e dominação.....	255
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	286
ANEXOS.....	299

## **ENTRE NOVOS PARADIGMAS E VELHAS PRÁTICAS: A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SERTÃO DE PERNAMBUCO (BRASIL)**

### **INTRODUÇÃO**

Ano de 2012. Mais uma vez a seca é discurso proeminente nos jornais dos Estados nordestinos. Mais uma vez as políticas emergenciais são as válvulas de escape para muitos agricultores. Eleição para prefeitura do município, eleição para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), denúncias que colocam em suspeição os principais programas governamentais, implantação de novas linhas de crédito específicas para o semiárido, dependência da indústria de carros-pipa, perda do rebanho e do roçado, cadastros fantasmas de rebanho etc. Este era o contexto do município de Serra Talhada entre os anos de 2012 e 2015 acompanhado pela presente tese, que questiona as narrativas sobre a convivência com o semiárido. Esta era a realidade que embasavam as diretrizes para a convivência com o semiárido, formuladas em 2013 pela sociedade civil, em Pernambuco e outros Estados do Nordeste (ASA, 2013). E teria na Política Estadual de Convivência com o Semiárido e Pernambuco (Lei nº 14.922, de 18 de março de 2013), no Plano Estadual de Convivência com o Semiárido de Pernambuco e no Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada (2014) uma oportunidade de legitimação, em que a sociedade civil seria protagonista.

O município de Serra Talhada (PE) constitui nossa referência empírica e evidencia uma trajetória política interessante para essa tese quando se torna palco de um processo de sindicalização rural importante no Estado de Pernambuco, respaldado por um processo de “luta” contra as políticas de combate à seca<sup>1</sup> apoiado pela Igreja Católica, representada pela Diocese de Afogados da Ingazeira.

Nesse contexto uma desmistificação do problema da seca seria orientada, no sentido de desconstruir uma imagem da seca como obra de Deus, passando a ser encarada como um fenômeno natural que precisava de alternativas para uma convivência. Lideranças importantes

---

<sup>1</sup> Diante de uma grande seca que perdurou cinco anos (1979-1984) as insatisfações dos trabalhadores rurais frente às políticas de combate à seca amadureciam. A exclusão de mulheres no alistamento das Frentes de Emergência, a expulsão dos trabalhadores das fazendas, os maus tratos dos trabalhadores nas Frentes de Emergência, a desativação do Programa de Emergência, a inadimplência do Programa das Cestas Básicas, o descumprimento dos acordos para a construção de barragens: era este cenário que representava a fome e o desemprego de milhares de trabalhadores rurais do sertão nordestino. Era este cenário que marcava a trajetória dos movimentos sociais no município, com os saques que aconteceram na região, a luta das mulheres que conquistaram espaço nos sindicatos, a luta dos Travessões, com destaque para o Travessão de Caiçarinha da Penha contra grandes proprietários criadores de gado e a luta dos trabalhadores rurais da Barragem de Serrinha, reivindicando o cumprimento do acordo com o DNOCS. São todas formas de indignação ao governo lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e pela FETAPE, com o apoio a Igreja Católica.

para o município de Serra Talhada nasceram desse movimento, de uma cultura cristã responsável por reproduzir lideranças sindicais<sup>2</sup> e organizações não governamentais (ONGs)<sup>3</sup>, capazes de colocar em discussão alternativas aos problemas da seca e consolidar uma crítica às políticas de combate à seca, até então dominantes.

Serra Talhada se constitui em um campo empírico intrigante na medida em que um paradigma discursivamente protagonizado pela sociedade civil<sup>4</sup>, sustentada por um histórico marcante de luta dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs) no município, começava a ser mobilizado pelo Estado, na construção de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido.

O objeto desta tese nasce da confluência, configurada em torno de um paradigma que transita entre o engajamento político da sociedade civil e a sua incorporação pelo Estado, a nossa intenção é problematizar o diálogo, no qual o discurso da convivência com o semiárido é enunciado por uma sociedade civil ativa e propositiva, mas na prática desenvolve uma *confluência perversa* com o Estado, mantenedora de continuidades revestidas por veias democráticas, em que o Estado se torna lugar de interesse comum, reproduzindo velhas práticas de combate à seca, agora ressignificadas.

Adotamos a categoria confluência perversa com base na compreensão de Evelina Dagnino (2004a,b), para quem a confluência perversa se expressa entre dois processos distintos associados a dois projetos políticos distintos de construção democrática brasileira. De um lado temos um projeto estratégico do Estado para implementação do ajuste neoliberal, em que a emergência de um Estado mínimo se isenta do seu papel garantidor de direitos, através da transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil. De outro lado temos um projeto democratizante e participativo que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos esforços nacionais de aprofundamento democrático. O marco formal do

---

<sup>2</sup> Aqui destacamos o papel de Manoel Santos como liderança Sindical, iniciando seus trabalhos nos movimentos sociais como Agente Pastoral da Ação Católica Rural (ACR), para se filiar e assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada (SRT-1975), na década de 1980. Na década de 1990 Manoel Santos assumiria o cargo de presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) para em seguida, entre 1998 a 2009, ocupar a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Foi o primeiro secretário rural da Central Única dos Trabalhadores - CUT e dirigente-fundador do Partido dos Trabalhadores - PT no Estado de Pernambuco e eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores - PT. No seu mandato, a defesa de um projeto de desenvolvimento rural e urbano sustentável e solidário para o Estado foi priorizada, com o compromisso no fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia, da reforma agrária e da defesa dos direitos das comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais. Na Assembleia, foi líder da bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, e titular das Comissões de Agricultura, Pecuária e Política Rural e de Saúde e Assistência Social. Manoel Santos faleceu em meados de 2015. (Assembleia Legislativa de Pernambuco. Acesso em junho de 2015 <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3576>).

<sup>3</sup> O Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) é referência no município de Serra Talhada como organização não-governamental. Fundado em 1994, o CECOR surgiu de um Projeto da Diocese de Afogados da Ingazeira, o Projeto de Educação Comunitária Rural (PECOR), que já atuava na região desde os anos 80 com as chamadas tecnologias alternativas, angariando recursos da Cooperação Internacional.

<sup>4</sup> Em termos de definição assumimos na presente tese como sociedade civil e Estado uma concepção proveniente do campo empírico, de cunho metodológico. Mais na frente isto será detalhado teoricamente. Nesse sentido, nossa orientação configura sociedade civil como tudo aquilo que não é Estado: são as ONGs, os movimentos sociais, entidades do chamado Terceiro Setor, fóruns, conselhos municipais, sindicatos, pesquisadores e agricultores. O Estado vai compreender as três dimensões do governo federal, estadual e municipal, de gestão, controle e organização de um território e população, através do exercício da burocracia.

processo de alargamento da democracia é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil, incluindo mecanismos de democracia direta e participativa, que se expressa na criação de espaços públicos - a exemplo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas -, propondo o compartilhamento do poder entre o Estado e a sociedade civil. Assim, a abertura democrática que se manifestava tornava possível que o projeto político democrático e participativo, configurado no interior da sociedade, pudesse ser levado para o âmbito do Estado nos diversos níveis<sup>5</sup> (DAGNINO, 2004a).

Para a autora a relação entre Estado e ONGs parece se constituir em um campo minado de interlocução entre dois projetos distintos que aparentemente requerem a mesma identidade: uma sociedade civil ativa e propositiva. A perversidade aparece enquanto fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, resultando em efeitos distintos do seu projeto de origem, servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico, no caso, as políticas de combate à seca. Em tese, a confluência perversa parece se desenvolver na emergência de um paradigma capaz de confluir interesses tanto do Estado como da sociedade civil em torno de um projeto político que na prática se utiliza do próprio Estado para se reproduzir. Aqui a confluência acontece enquanto fenômeno de mão-dupla em que o Estado também se utiliza do processo “democrático” posto em cena a partir da manutenção de práticas que trazem a convivência como um projeto de modernização e desenvolvimento pela via institucional.

Assim, ações antes consideradas como típicas de combate à seca, baseadas nos projetos de modernização voltados para a construção de obras de açudes e barragens, ou para os centros dinâmicos de fruticultura irrigada – a exemplo de Petrolina -, podem ser consideradas como estratégias de convivência com o semiárido, orientadas para a implantação de cadeias produtivas da caprinovinocultura, piscicultura e bovinocultura, ou para a produção de algodão e uva para exportação encampada pela Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada.

A forma com que o discurso da convivência é colocado em prática nos dias atuais parece significar a permanência de heranças que vão contradizer os seus próprios fundamentos, na obscuridade de uma relação entre a sociedade civil e o Estado que garantem a permanência de velhas práticas do clientelismo das políticas de combate à seca e da

---

<sup>5</sup> Em que pesem as análises sobre a aceitação passiva do Partido dos Trabalhadores da proposta neoliberal ou a mudança de um projeto político original que possibilitou o aumento das políticas econômicas neoliberais que marcaram o primeiro mandato de Lula (MARTUSCELLI, 2005; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014), a confluência perversa enfatizada por Dagnino (2004a), se refere a dois projetos políticos distintos que têm como representatividade um governo neoliberal, inaugurado por Fernando Collor, e um projeto democrático e participativo, que possibilitou o trânsito da sociedade civil para o Estado, tendo como referência a eleição de Luís Inácio Lula da Silva.

transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, típicas de um projeto neoliberal.

Pretendemos compreender quem são os atores envolvidos nesta relação de convivência em um lugar contraditório e incerto tomados, pelo menos discursivamente, por posições que ora se tornam críticas e ora cúmplices, respaldados pela crença de uma oposição<sup>6</sup> capaz de reproduzir um *Estado ampliado* de controle democrático, em que a sociedade civil está presente. Analisar a influência do paradigma da convivência com o semiárido na agricultura familiar do sertão nordestino, tendo como base o município de Serra Talhada pode ser revelador de uma “disputa” pelo protagonismo de um paradigma capaz de invisibilizar os atores, através de uma aparente democracia legitimada no “Plano Municipal da Convivência com o Semiárido” que encontra eco partidário nos períodos eleitorais, e oportunidade clientelista nos períodos de seca. Nesta tese o paradigma da convivência que pretendemos nos aproximar não se limita às ações e compreensões da ASA, alcançando períodos históricos e atores que compreenderam a construção do paradigma até sua apropriação pelo Estado, sob a forma de Plano Municipal, que parece se manifestar através de uma confluência perversa aparentemente conciliável, que se revela conflituosa e dissonante na sua operacionalização, pelo menos no nível municipal.

O conhecido episódio da ocupação da SUDENE, em 1993, seria o marco legitimador de uma demanda da sociedade civil que chegava ao Estado por uma via mobilizatória, requerendo “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro”. Para a convivência com o semiárido este movimento traria um significado emblemático no protagonismo da sociedade civil (DINIZ; PIRAUX, 2011a):

*O presente documento é fruto de um processo histórico vivido pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – CONTAG, Federações e Sindicatos -, Igrejas, associações e cooperativas de pequenos produtores e ONG’s de apoio e assessoria as mais diversas que, ao longo dos anos têm atuado no meio rural em defesa os trabalhadores e pequenos produtores rurais. É o resultado do ato público que os trabalhadores rurais realizaram, ocupando a sede da SUDENE em meados de março deste ano, ocasião na qual os trabalhadores e o conjunto da sociedade civil organizada exigiram do poder público providências contra a situação de flagelo causada pela seca no semiárido nordestino, e propuseram ações de caráter emergencial, bem como ações permanentes buscando reverter o quadro de miséria, abandono e humilhação a que são submetidos milhares de nordestinos. Recebida em comissão pelo Presidente da República, a sociedade civil aceitou o desafio de elaborar um programa de ações permanentes apontando para medidas a serem executadas pelo poder público, de modo a garantir, enfim, um desenvolvimento sustentável beneficiando o trabalhador e o pequeno produtor rural. Com efeito, a convivência do homem com a semiaridez pode ser assegurada. O que está faltando são medidas políticas, agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão*

---

<sup>6</sup> Aqui a oposição se refere a uma disputa partidária que se desenvolve entre o Partido dos Trabalhadores e os governos ditatoriais do Golpe Militar e neoliberais do Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Reivindicando um lugar no interior do Estado, a disputa se instaura a partir de um discurso embasado por um histórico de críticas, a exemplo das políticas de combate à seca, caracterizadas por tecnologias modernas orientadas para as grandes propriedades e para reforçar a manutenção do *status quo* dos grupos locais.

*democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural (FÓRUM NORDESTE, AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE/SEMIÁRIDO BRASILEIRO – PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL, 1993)*

A partir daí o diálogo entre a sociedade civil e o Estado orientado por uma perspectiva da convivência só se tornaria oficial com a iniciativa da Articulação do Semiárido – ASA, com a implantação do “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido<sup>7</sup>: Um Milhão de Cisternas Rurais” (P1MC), em 2003.

Neste cenário a ASA - consolidada enquanto articulação no Fórum Paralelo da Sociedade Civil, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), em 1999, com um documento que sistematiza o entendimento das organizações e movimentos sociais em torno do semiárido e da convivência com ele, em substituição ao paradigma de combate à seca, a *Declaração do Semiárido* (1999) - assumiria a centralidade das ações da convivência com o semiárido motivada por uma conjuntura política favorável posta em prática a partir do Governo Lula, reveladora de um “experimentalismo institucional” entre a sociedade civil e o Estado (DINIZ; PIRAUX, 2011a).

*O semi-árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça” (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999).*

Por meio do P1MC a ação protagonizada pela ASA se concretizava politicamente, fazendo com que a perspectiva da convivência influenciasse programas governamentais, ganhando destaque no programa “Fome Zero”, no âmbito do “Sede Zero”, na intenção de construir um novo modelo de desenvolvimento para a região gestado em uma relação com o Estado (DINIZ; PIRAUX, 2011a).

Nesse sentido, a convivência com o semiárido conseguia legitimar um diálogo com o Estado para além das reivindicações de cunho mobilizatório, instituindo-se em um campo em

---

<sup>7</sup> As técnicas sociais constituem o ponto forte do P1MC. A participação das famílias na construção das cisternas para captação e armazenamento de água é a chave de todo o processo, é o que traz o conceito de “tecnologia social”, o que diferencia das políticas usuais de combate à seca, envolvendo as famílias com a ideia da sustentabilidade incentivando-as na compreensão do trabalho coletivo através de um sistema de mutirão e mobilização social (MALVEZZI, 2007; PASSADOR; PASSADOR, 2010). Com o P1MC a meta era atingir um milhão de famílias. Por conta da limitação na capacidade de armazenamento das cisternas, de 16 mil litros, as famílias utilizam a água apenas para beber, preparar os alimentos e cozinhar (AMORIM; PIRES, 2010). Com o P1+2 o processo se estenderia para o acesso e manejo sustentáveis da terra (significado do 1) e da água (significado do 2); para produção de alimentos e para consumo humano (significado do 2) (ASA Brasil).

que a distinção entre Estado e sociedade civil se tornava contraditória, mas suficientemente sedutora, destacando constantemente o protagonismo dos movimentos sociais frente ao Estado (DINIZ, 2007):

*Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação Semiárido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: queremos uma política adequada ao semiárido!* (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999).

No entanto as bases empíricas que fundamentaram este processo ainda não foram sistematicamente demonstradas, levando-nos a questionar em tese o campo em que os movimentos sociais entrariam em cena para dialogar com o Estado. Aqui encontramos Serra Talhada como espaço de referência; como qualidade de lugar em que se vê os processos de disputa e sistematização de conceitos que embasaram a convivência com o semiárido, enquanto articulação de um Fórum que problematizou o problema da seca na região: o Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca, o Fórum Seca, apontado tanto na literatura, como nas Diretrizes da Convivência com o Semiárido.

*A noção de convivência com o semiárido, como ideia política agregadora, foi motivada por uma conjuntura política favorável (característica dos anos 90, conforme dito acima), mas também pelos problemas sociais, em função de mais uma seca que se configurou na região, a partir de 1990. Nesse contexto de escassez de chuvas e de “fartura” de promessas de ajuda às “vítimas” da seca, os trabalhadores rurais e suas organizações começaram a se mobilizar diante da “calamidade social”, tendo início por Pernambuco, especialmente em Serra Talhada, com o “Fórum Seca”, em 1991 (DINIZ; PIRAUX, 2011b, p. 158).*

*O conjunto das organizações da sociedade civil, especialmente pela urgência de tratar as ações emergenciais para mitigar os efeitos imediatos da estiagem registrada na região, bem como a implantação de ações estruturantes que possam mudar e construir condições sustentáveis de convivência com o Semiárido, apresenta estas Diretrizes para o avanço do diálogo com os governos federal, estaduais e municipais e para a construção de uma Política Nacional e de Políticas Estaduais de Convivência com o Semiárido e um respectivo Fundo Financeiro para ações permanentes.*

*Faz-se importante lembrar que, neste ano, comemoramos 20 anos da ocupação da Sudene (em 1993), cuja principal conquista foi um Programa de Ações Permanentes em detrimento das frentes de emergência. Essa iniciativa ocorreu a partir do Fórum da Seca, no início dos anos 1990, que foi uma mobilização da sociedade, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, p. 13).*

Com as conquistas políticas da década de 80 caracterizadas pelas eleições diretas, a saída dos militares do poder e a nova Carta Constitucional de 1988 o terreno discursivo



democratizante trazia novos significados para a sociedade civil. De uma sociedade civil posta em cena apoiada pelos movimentos sociais e por uma noção de autonomia, frente ao Estado, para uma sociedade civil em diálogo com o Estado baseada em novas formas de associativismo e na noção de cidadania; um novo espaço público se configuraria, um público não-estatal representado pelos conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público (GOHN, 2004).

O Fórum Seca se constituiria nesta conjuntura. Entre 1989 e 1997, representaria um esforço de articulação de âmbito estadual capaz de mediar a força da mobilização da sociedade civil organizada com os processos de sindicalização rural na direção do Estado, reivindicando ações significativas para o que se tem hoje sistematizado de convivência com o semiárido. Durante sete anos o Fórum Seca envolveu uma diversidade de encontros, seminários, atos públicos e ocupações (em referência às duas ocupações à SUDENE), que formaram as bases para desmistificar o problema da seca no Nordeste e consolidar um contraponto às políticas de combate à seca, orientadas pelo Estado, se ele significasse um Estado ditatorial do regime militar ou um Estado mínimo do governo neoliberal do Fernando Collor. Seria este Estado que se caracterizaria por uma modernização tecnológica direcionada para a grande propriedade e para o aproveitamento político (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991; RELATÓRIO HISTÓRICO FÓRUM SECA, 1997).

*Sete anos depois, não podemos dizer que a situação mudou, mas temos certeza que conhecemos limitações, e com elas a vontade de superá-las. Conhecemos a força da mobilização popular, caminhando lado a lado com centenas de trabalhadores rurais ou ocupando a SUDENE, para levar uma proposta de ação contra os efeitos da seca a um poder público que insiste em ignorar o sofrimento e a exploração do povo. Temos certeza da capacidade transformadora quando conseguimos unir ideias, conhecimentos, ações, na busca de um objetivo comum dentro da adversidade. Temos certeza de que o que conseguimos consolidar até hoje não foi em vão, e a sociedade civil possui uma boa referência para continuar perseguindo o sonho de ver a região prosperar sem fome, sede, nem miséria (RELATÓRIO HISTÓRICO DO FORUM SECA, 1997).*

O Ato Público de lançamento do Fórum Seca realizado em Serra Talhada, em 1991, trouxe muito mais do que a representação do município nas discussões sobre a convivência com o semiárido. Trouxe argumentos para esta tese que conseguiram recompor um campo que se torna interessante para nossas hipóteses, mediante a luta dos movimentos sociais perante o Estado. De um discurso que pretendia se opor a um modelo de produção baseado em uma modernização tecnológica que beneficiava grandes proprietários e fomentava as disputas eleitorais, ele se manifestaria em uma lógica de articulação modernizada que

inaugurava um espaço público não-estatal na construção de um projeto político, em oposição à lógica de políticas do governo Collor. Tal como afirma o Coordenador do Fórum.

*O Fórum Seca foi em Serra Talhada, porque Fernando Collor quando ganhou as eleições, é... no auge das secas nos anos 90 ele, ele ganhou de Lula nas eleições... ele tomou posse e foi pra Serra Talhada ver a seca e ele fez um discurso lá, é... um discurso prometendo uma série de políticas para o semiárido, utilizando umas expressões de baixo calão e tal, e nós quando organizamos o Fórum Seca nós pensamos em fazer o Ato em Serra Talhada exatamente pra contrapor a lógica de políticas que Fernando Collor de Melo estava prometendo.*

*Então nós tivemos todo um trabalho de Articulação com o Assessor de Lula, né, que morava aqui em Pernambuco na época pra que ele viabilizasse a participação de Lula nesse ato. Lula tinha sido candidato derrotado, era o nosso candidato e ele poderia muito bem expressar esse pensamento nosso, e aí nós fizemos isso.*

*Depois nós fizemos dois seminários grandes aqui em Pernambuco com o Governo Paralelo. Que foi aquele governo que Lula criou quando ele perdeu as eleições pra Collor, ele criou vários ministérios e criou um governo Paralelo.*

*Nós fizemos aqui dois seminários, é... “Seca, desafio e perspectiva”. É, eu acho que esse foi um dos seminários que fizemos. Tem vídeos, tem fotos, tem um monte de coisa. Esses documentos estão todos guardados lá no Centro Sabiá. Eu acho que só isso aí já merecia uma reflexão mais aprofundada porque eu acho que é uma coisa que naquele momento assim, colocava um contraponto a toda política hidráulica do DNOCS e da SUDENE pra região, entendeu?*

*Então, eu acho que a análise política do FORUM SECA ela precisa ser retomada e mais aprofundada, e ninguém fez ainda porque eu acho que ela inaugura um debate político com a sociedade civil no sentido de que é possível alternativas que venha da própria sociedade civil. O próprio Lula num discurso que fez lá em Serra Talhada ele conclamou, né, os Sindicatos, conclamou a Federação, conclamou a CONTAG, alguns movimentos sociais, que organizassem um FORUM SECA em cada Estado, né. É tanto que surgiu um no Rio Grande do Norte, um chamado FORCAMPO, né, surgiu... A Articulação do Semiárido da Paraíba ela surge exatamente depois do FORUM SECA. A Articulação do Semiárido da Paraíba, que é o mesmo nome que vai dar pra Articulação do Semiárido, só que a da Paraíba é mais antiga (Coordenador do Fórum Seca, fevereiro de 2015).*

Nesse cenário um jogo de disputa se travava. Uma disputa em torno de oposições históricas e socialmente construídas – tecnologias modernas e tecnologias alternativas, pequenos produtores e grandes latifundiários, combate à seca e convivência com o semiárido, Estado e sociedade civil – demandava heróis que se diziam, ou faziam dizer, autores de um “paradigma” de desenvolvimento voltado para os pobres, de acordo com Cunha e Paulino (2014), que se tornaram espectadores beneficiários de um diálogo que tem como condição o acesso ao capital político (BOURDIEU, 2011a).

Na busca de alternativas para o enfrentamento da seca a serem assumidas no âmbito das iniciativas dos sindicatos, as “tecnologias alternativas<sup>8</sup>” embasavam as orientações do período como referência à oposição a um modelo de agricultura inadequado à realidade da

<sup>8</sup> As tecnologias alternativas eram o foco do Projeto Tecnologias Alternativas, que tem origem na FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação), no Rio de Janeiro, e foi responsável pela difusão dos princípios da Tecnologia Apropriada como opção para a superação da pobreza rural no Brasil, a partir a realização de um mapeamento das experiências de resistência à modernização existentes no interior dos estados do Nordeste (SILVA, 2011). Com origem em um ato “político” materializado na organização de um seminário ocorrido no município de Campinas, no final de 1983, o PTA recebeu influência do economista alemão Ernst Friedrich Suschmacher, com sua publicação: “O Negócio é ser Pequeno” (SILVA, 2011).

pequena produção (DINIZ; PIRAUX, 2011b). Com elas poderia se trabalhar alternativas que contribuíssem para a fixação do homem no semiárido e para o entendimento do semiárido como uma realidade ecológica, associada a técnicas e culturas mais adaptadas e resistentes para o enfrentamento da seca (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO).

Com o Fórum Seca em cena conseguimos verificar a sustentação de uma bandeira de crítica ao Estado para que ele mudasse sua ação, um Estado entendido como governo, marcado por uma trajetória autoritária e manipuladora, baseada na exploração do povo em época de seca; um Estado neoliberal que pretendia transferir suas responsabilidades públicas para a sociedade civil (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). O Estado seria aqui compreendido como espaço de interesses eleitoreiros orientados para o grande latifúndio. A sociedade civil seria protagonista de uma nova alternativa à problemática da seca, capaz de forjar medidas concretas do Estado em prol dos mais empobrecidos:

*JUSTIFICATIVA DO FÓRUM:*

*O flagelo da seca é sentido pelos trabalhadores rurais já há séculos. As intervenções do Estado (federal, estadual e municipal), mais do que um paliativo, têm proporcionado a consolidação da “indústria da seca” e a dependência dos agricultores aos políticos fisiológicos. Por outro lado, o Movimento Sindical, as assessorias populares, os pesquisadores, têm acumulado experiências alternativas e análises que ainda estão dispersas pela insuficiente articulação entre esses setores. A motivação número um para a construção de um Fórum Alternativo à Problemática da Seca é reunir esse potencial de luta e conhecimento para tornar real um Projeto de Enfrentamento às Implicações da Seca, assumido por um corpo legítimo e representativo das organizações dos trabalhadores rurais e de suas assessorias. Após 113 anos de frentes de emergência ineficazes, eleitoreiras e enriquecedoras dos latifúndios, é imprescindível que os setores populares, organizados em entidades classistas e de assessoria, definam uma estratégia de atuação conjunta para forjar medidas concretas do Estado em resposta às causas e efeitos da seca na vida das populações rurais mais empobrecidas. (I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações políticas e formas de enfrentamento, 1990, p. 22).*

Observa-se aqui duas posições. De um lado temos o movimento sindical, as assessorias populares e os pesquisadores, responsáveis por sistematizar experiências alternativas capazes de “desmascarar, com fundamentos, as ações do Estado (municipal, estadual e federal) que tem se caracterizado pela manipulação e exploração do povo em momentos de agravamento das suas condições de vida e de trabalho (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 03). E de outro temos as intervenções do Estado (federal, estadual e municipal), em certa medida, contribuindo para consolidar a “indústria da seca” e a dependência dos agricultores aos políticos fisiológicos. Aqui os efeitos

da seca tem uma base de interesse político orientado para os grandes projetos modernizadores, capazes de excluir os agricultores familiares:

*2. Por que as Ações Governamentais não Resolvem os Efeitos Perversos das Secas*

*Os Governos Locais, estaduais e federais atuam no semiárido sobretudo em fases de seca. Quando há ameaça grave de mortalidade aguda abrem-se as Frentes de Emergências e circulam os carros-pipa.*

*O número de pessoas alistadas nos programas emergenciais tem aumentado, denunciando que o problema ao invés de se reduzir está aumentando, e que as ações dos anos normais precisam mudar.*

*As oligarquias terminam apropriando os resultados positivos da emergência. As obras são frequentemente feitas nas suas propriedades. Só recentemente houve experiências no Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco onde as obras foram predominantemente de uso coletivo.*

*A população alistada apropria apenas o salário miserável para sobreviver em condições precárias, aliás não tão diferentes das usuais.*

*Nos anos normais, as ações governamentais são exercidas:*

- *A partir da lógica e dos interesses dos grandes proprietários (a política de açudagem feita pelo Estado é privatizada pelas oligarquias em suas terras; os subsídios embutidos nas linhas de crédito, aprovados em nome dos pequenos são apropriados pelos grandes); os incentivos aos grandes projetos agropecuários modernizam parte das oligarquias e de suas propriedades, onde o boi tange o homem para as cidades;*
- *Com ênfase na utilização dos espaços mais férteis (vales, áreas próximas às fontes d'água) apropriados pelos grandes produtores;*
- *Privilegiando a irrigação que é importante porque regulariza a oferta de água mas é fortemente seletiva. Os programas geralmente destinam-se aos grandes proprietários. Os grandes e modernos projetos são importantes focos geradores de renda, mas ela é apropriada por poucos e destroem a pequena produção de áreas próximas: a marginalidade tem crescido nas regiões dos grandes projetos de irrigação.*
- *Sem privilegiar alternativas para a agricultura de sequeiro, que ocupa a esmagadora maioria do espaço e da população do semi-árido.*
- *A partir de modelos supostamente exitosos em outras áreas (onde as estruturas econômicas, as condições sociais, culturais e técnicas são diferentes) e não da realidade local.*
- *À margem das pressões da grande massa de miseráveis, cujas condições de organização são precárias, e que não conseguiram desenvolver mecanismos capazes de fazer valer minimamente seus interesses (PROJETO CONSOLIDAÇÃO DO FÓRUM SECA, 1991, p. 07).*

Esta compreensão de Estado é a que vai sustentar determinados conceitos e períodos do discurso da convivência com o semiárido que permeia nossa tese; ora em uma relação de enfrentamento e oposição, e ora em uma relação de diálogo e convivência, na busca de um programa permanente pensado pela sociedade civil e conduzido pelo Estado, de um programa emergencial conduzido pelo Estado e de um Plano de Convivência com o Semiárido engavetado pelo Estado. É este espaço transversal que nossa tese pretende percorrer a partir de um projeto inaugurado no interior da sociedade e assumido pelo Estado, que torna ao menos contraditória uma posição crítica da sociedade civil: de uma crítica ao Estado para que ele mude sua ação. O campo empírico escolhido para a tese é revelador do conflito, entre o desinteresse à “coisa do Estado”, representado ora por um Estado autoritário e ditatorial e ora

por um Estado mínimo administrado por Fernando Collor de Melo, e o interesse tácito em dominar o espaço do Estado, centralizado pelo Partido dos Trabalhadores. No início dos anos 90, do século XX, Serra Talhada tornava-se palco de uma disputa política assumida pelo Fórum Seca, com a presença de Luis Inácio Lula da Silva dominando o discurso:

*O Fórum Seca pode tocar nessas coisas e pode, a partir de agora, mostrar pra sociedade brasileira que existe um Fórum, que não é uma coisa do Estado, não é uma entidade governamental, não está a fim de viver do dinheiro do Estado, mas é uma entidade civil representada por vários segmentos da sociedade, que está disposta a levar a questão da seca mais a sério do que já foi levada até hoje no Brasil.*

*Nós temos que deixar claro que a questão da seca no Nordeste não é uma questão conjuntural, é uma questão de mais de séculos, portanto, a gente não pode ficar ano após ano esperando cair chuvazinha, porque nem sempre a chuva é suficiente.*

*(...)Nós não podemos terminar o século deixando o povo aceitar a ideia de que ele é miserável porque Deus quer, ou que está com fome porque Deus quer, que existe a seca porque Deus quer. Não podemos mais deixar o povo ficar acreditando nisso, se nós quisermos ajudar o povo. E o Fórum, como não é de partido político, não é de um sindicato, mas de diversos segmentos da sociedade, pode contribuir de forma decisiva para que a gente dê outra dimensão a discussão da seca no Nordeste brasileiro”.*

*“O Fórum é um início de um movimento que pode envolver muita gente, desde partidos políticos, Igreja, até sindicatos e toda a sociedade civil”.*

*“Querida dizer, de todo o coração, aos companheiros do Fórum de Enfrentamento à Problemática da Seca que podem contar com a minha ajuda, não enquanto apenas o presidente do Partido dos Trabalhadores, não enquanto coordenador do Governo Paralelo, mas enquanto cidadão brasileiro preocupado em acabar com a fome nesse país. Acho que a gente precisa fazer com que esse Fórum saia de Pernambuco, vá pra Bahia, Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí... e vá pro Rio Grande do Sul (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

Vestido por um desinteresse constitutivo do campo a tudo que vem do Estado, com suas tecnologias modernas e convencionais enraizadas nas políticas de combate à seca, o discurso da convivência com o semiárido consegue obscurecer o desejo de um lugar no interior do Estado, a propósito de um Estado como forma de governo mascarado pelo protagonismo da sociedade civil. Aqui uma definição de sociedade civil que pretende superar certo antagonismo ao Estado, acionando um conceito mais amplo de expressiva intersecção Estado-movimentos, conforme observado em Silva e Oliveira (2011), não consegue justificar a contradição que estamos identificando no nosso campo de estudo.

O antagonismo surgiu de organizações e movimentos sociais contestadores na conjuntura de um governo autoritário e excludente. Essa distinção teria para o período seu efeito de expressão política. No entanto encontraria certa incoerência no modo de conceituar a sociedade civil, de acordo com Silva e Oliveira (2011), no esforço de universalização dessa interpretação, tomando uma posição de confronto como características constitutivas dos movimentos sociais e não como uma estratégia frente a uma conjuntura política específica. A partir daí um modelo teórico-normativo estabeleceu uma lógica que imprimia um “dever ser”

aos movimentos para assumirem uma compreensão de movimentos sociais combativos em confronto com o Estado (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

O caso da convivência com o semiárido, especialmente aquela acessada no campo do município de Serra Talhada, não se enquadra nessa perspectiva. Um interesse partidário se desenvolvia em conformação a uma abertura democrática discursiva, mas ia de encontro aos princípios que embasaram a essência do discurso da convivência com o semiárido, na crítica ao aproveitamento eleitoral, assistencialismo e clientelismo das políticas de combate à seca, com sua tendência de modernização orientada para os grandes latifundiários. Um contraponto às políticas do Estado se constituiria concomitantemente à demanda de um programa permanente proposto pela sociedade civil; e esta confluência vem acessando uma distinção entre Estado e sociedade civil que pretende ser dialógica, em um entendimento de Estado representativo de um governo específico.

Na prática a convivência com o semiárido vai assumir um “diálogo” entre a sociedade civil e o Estado de cunho político, com estreita relação entre suas variadas formas, em que as ações, em alguma medida, podem ser motivadas por um oportunismo eleitoreiro a despeito de uma luta política construída pelos movimentos sociais e sindicais com o apoio da Igreja. Sem a intenção de desconsiderar aqui toda a trajetória política conquistada pelo movimento sindical associada a um projeto democrático que, ainda que com imperfeições, trouxe uma alternativa de participação para a sociedade civil organizada, nossa tese se desenvolve em um campo singular, em que o espaço do Estado sugere a visibilidade de um jogo político que enquadra o paradigma da convivência em uma disputa partidária, que não podemos deixar de considerar.

Da liderança de associações, ao sindicato ou ao conselho municipal, para a secretaria da agricultura, para a câmara de vereadores ou para a prefeitura do município, a convivência com o semiárido começa a ser assumida nos espaços públicos, envolvendo toda a cultura de carreamento de capitais já existente. Para nós este movimento teria sua contribuição para um significado político capaz de levar uma demanda da sociedade civil para o âmbito do Estado, se o jogo político em que ele participa não priorizasse apenas uma das características que o sentido da “política” é capaz de expressar – politics, de acordo com Muller e Surel (2004) -, secundarizando os preceitos do paradigma civilizatório em análise. A Secretaria da Agricultura Familiar do município é exemplo deste tipo de conduta. Com o alcance político do Partido dos Trabalhadores no governo municipal torna a Secretaria de Agricultura Familiar permeável aos discursos vigentes prestigiados entre o Partido, passando a priorizar a agricultura familiar e a convivência com o semiárido nas suas ações. No entanto eles – os

discursos - se manifestam a partir de uma transferência de responsabilidades, em que a sociedade civil se torna sujeito dotado de capital político caracterizado em um *dever ser* protagonista do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido.

Nessa perspectiva o interesse em desmistificar uma distinção entre o Estado e a sociedade civil fica claro neste campo de estudo, reconhecendo um diálogo constitutivo de discurso democrático, a partir de uma literatura gramsciana que poderia fazer emergir um *Estado ampliado*<sup>9</sup> oriundo de uma vontade política dos movimentos sociais, de acordo com Silva (2006), trazendo um significado político para a convivência com o semiárido.

*É exatamente esse significado político da convivência com o semiárido que tem importância fundamental nesse de “experimentalismo institucional”. Quer dizer, como o governo tinha sua política – a de segurança alimentar – e se dispôs a compartilhar a elaboração de procedimentos para a execução desta política com a sociedade civil, então a convivência com o semiárido (com todo seu sentido de contestação e de proposição) foi o mecanismo fundamental para que a sociedade civil - a ASA Brasil – mantivesse seu projeto de autonomia. O significado político da convivência deixou mais claro os campos de ação de cada uma das esferas – Estado e sociedade civil – e permitiu uma melhor configuração de seus papéis (DINIZ, 2007, p. 115).*

Aqui o *dever ser* continua existindo, imputando um interesse em ampliar a ação do Estado na sociedade civil, colocando-a como um *campo autônomo, mas não antagônico* a um *Estado presente em todas as áreas e atuante em todos os campos* (DINIZ, 2007). Nesse sentido se constituía um diálogo entre a sociedade civil e o Estado que se manifestava não só nos espaços públicos reveladores da estrutura democrática colocada em prática com o Partido dos Trabalhadores, mas em um trânsito institucional<sup>10</sup> mediado por este partido no poder, trazendo certa permeabilidade do Estado para com propostas e demandas da sociedade civil (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

No “Estado” o discurso dos movimentos sociais se torna interessante e capaz de seduzir cada vez mais crentes da sua história, dotados de agentes institucionais específicos e legítimos, se pudermos refletir de acordo com Bourdieu (2014), *sobre o Estado*. Contudo a partir de um conceito de Estado “*ilusório*” representando um conjunto de pessoas que reconhecem, e se reconhecem, nos mesmos princípios universais e oficiais, podemos encontrar o Estado em todas as coisas e lugares, mas também no esforço de fazer crer na sua

<sup>9</sup> A influência gramsciana na tese de Diniz (2007) é explicada no seguinte trecho: *Portanto, são estas noções – Estado e sociedade civil – que dão base para o entendimento do que estamos definindo como “experimentalismo institucional”: processo em que estão presentes, fundamentalmente, o aparato estatal (a sociedade política) e organizações da sociedade civil. Aliás, por concepção, o sentido amplo de Estado, conforme definição gramsciana, já comporta a sociedade civil, mesmo que na prática, às vezes, esta se apresente (ou ao contrário, esteja oculta) submetida à dominação da “sociedade política” (DINIZ, 2007, p. 27).*

<sup>10</sup> Segundo Silva e Oliveira (2011) o trânsito institucional vivenciado no Brasil a partir dos processos de redemocratização diz respeito ao deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais) possibilitado pela interpenetração partido-movimento, em respeito ao movimento de economia solidária.

existência, na centralidade das verdades públicas e legítimas, na distinção entre ele e a sociedade civil, ou na volatilização entre ambos.

No Estado as formas de convivência parecem conseguir legitimação – a exemplos do PIMC e do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido questionado pela nossa tese -, no entanto vem se constituindo por um projeto político de oposição a ele mesmo – o Estado – que pode acessar o formato de movimento social, com um protagonismo da sociedade civil<sup>11</sup> de significado político.

Neste espaço o reconhecimento discursivo democrático e sustentável consegue orientar uma nova concepção identitária capaz de *desmistificar o problema da seca* no semiárido nordestino mantendo-o no campo. Entre um Estado mínimo oriundo de um modelo neoliberal dos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso e um Estado ampliado, na configuração de um público não-estatal fortalecido a partir do governo Lula - e aqui evita-se ignorar as rupturas e as continuidades, as tensões e as ambiguidades no que diz respeito ao desenvolvimento heterogêneo de um projeto participativo que mantém características do projeto neoliberal, e por isso mesmo perverso - a transferência de responsabilidades públicas do Estado para a sociedade civil se perpetua na gestão da coisa pública, obscurecendo o papel da participação da sociedade civil<sup>12</sup> (DAGNINO, TEIXEIRA, 2014).

Assim o interesse em uma distinção e em uma confluência entre o Estado e a sociedade civil deve ser considerado, no seio do esforço de formulação de um modelo que objetiva informar políticas de desenvolvimento fundadas, de acordo com Cunha e Paulino (2014), em um “*excepcionalismo dos pobres*”. Com o apoio da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores na figura de Lula, a opção preferencial pelos pobres poderia ser acessada, reencarnando uma marca simbólica legitimadora para o paradigma da convivência. Aqui o desejo de fixar o homem no campo, mantendo sua excepcionalidade significaria muito mais do que a isenção do “Estado” em disponibilizar alternativas de acesso à água, mas a disposição de agentes capazes de reproduzir uma lógica de modernização social e

---

<sup>11</sup> O fato é que depois de toda a trajetória de luta dos movimentos sociais contra o regime militar alcançando medidas importantes para a história brasileira, com a conquista das eleições diretas (1983-1984) e a Nova Carta Constitucional de 1988, a “Constituição Cidadã”, com o fim do período ditatorial construía-se um terreno discursivo democratizante que trazia novos significados para o conceito de sociedade civil e abria um espaço de diálogo com o Estado (GOHN, 2004). Na argumentação da convivência com o semiárido uma sociedade civil organizada é condição para o processo de adesão ideológica dos agricultores, conferindo um arranjo cada vez mais institucionalizado, que começa com a organização social, a formação de uma associação, a parceria com os sindicatos, a mediação das organizações não governamentais - ONGs e dos conselhos municipais, e a participação nos espaços públicos de negociação como os Fóruns Territoriais (DINIZ; PIRAUX, 2011a).

<sup>12</sup> Para Dagnino e Teixeira (2014) há no cenário político sob a presidência de Dilma Rousseff um novo modelo de participação da sociedade civil e se refere à configuração de um Estado forte que reflete uma ruptura com o estado neoliberal e inclui a democracia participativa, disposta a assumir as suas funções de regulação e de intervir na construção de um novo projeto de desenvolvimento apoiado por uma legitimidade popular inquestionável.



institucional de âmbito político, reveladora de um “*conservantismo de vanguarda*”, que no limite, mantém velhas práticas do fazer política, sob novos discursos e formatos.

Nesse contexto buscamos problematizar o cenário que envolve o paradigma da convivência com o semiárido na agricultura familiar do sertão nordestino, a partir de um campo empírico específico, o município de Serra Talhada, acionando a esfera do Estado como gestão e ação, entendido como governo representado pela Prefeitura do Município e por seu aparato administrativo, além das políticas públicas, programas e planos, na mediação com o espaço do Conselho Municipal; como o âmbito da sociedade civil, representada pelas ONGs e pelos agricultores, agora organizados em associações. Uma vez sustentado por um Plano Municipal de Convivência com o semiárido que pretende ser protagonizado pela sociedade civil, pretendemos entender até que ponto o discurso que começa a direcionar ações no município de Serra Talhada provocou mudanças ou continuidades, reconstruindo o cenário em que ele foi mobilizado.

Assim, nossa intenção é aprofundar os processos pelos quais “*dois lados*” – o Estado e a sociedade civil - reivindicam o protagonismo de um paradigma capaz de invisibilizar atores e disputas através de máscaras democráticas, a partir de um projeto político que transcende as oposições. Apostamos na tese de que o paradigma da convivência com o semiárido foi gestado em uma confluência perversa, que se manifesta ora pelo monopólio do Estado e ora pelo monopólio da sociedade civil em um interesse comum: uma legitimação no interior do Estado.

Pensar em uma convivência com o semiárido gestada pelo próprio Estado e não se deparar com interesses e articulações políticas é o que se coloca em questão pela nossa tese, em um cenário de disputa política partidária e conquista “democrática” associado a duas vertentes controversas que percorrem o município de Serra Talhada: de um lado uma trajetória caracterizada pela luta dos movimentos sociais no processo de participação política que se revela em um poderoso meio discursivo; e de outro por uma história marcada por uma cultura política clientelista que se reproduz na condução das políticas públicas. Com a construção de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no município de Serra Talhada, nossos questionamentos se colocam como esforço de pesquisa para pensar este espaço, uma arena que se pretende participativa, mas na prática funciona para apresentar e legitimar as propostas do próprio Estado, sob o guarda-chuva da convivência com o semiárido.

Se tratamos de um campo marcado por um histórico caracterizado pelo coronelismo, clientelismo e banditismo, até que ponto a adesão a um paradigma civilizatório<sup>13</sup> vai ser capaz de romper com esta lógica, se na prática seu modelo de modernização social e institucional de âmbito político reproduz as mesmas lógicas controladoras na mediação com os agricultores? Quais fundamentos irão mobilizar o discurso da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada? Teria o paradigma da convivência com o semiárido certa continuidade ao paradigma de combate à seca, apesar de se basear em um esforço de distanciamento e contraposição a seu histórico clientelista e assistencialista? Como pensar um movimento democrático e participativo em uma situação marcada por traços do mandonismo e patrimonialismo, sobreviventes na política e cultura locais? Como pensar em um Estado ampliado no contexto da convivência com o semiárido, em que a distinção entre a sociedade civil e o Estado não seja mais suficiente se ainda atravessa uma confluência perversa entre atores e discursos?

Para nos aproximarmos deste cenário precisamos compreender como esse discurso da convivência com o semiárido é traduzido e por quem, orientando mudanças sociais, institucionais e produtivas muitas vezes contradizendo as teses originárias, no contexto de uma seca que não passou despercebida e de um momento político também representativo, tanto no âmbito local, como no nacional.

### **Recorte teórico-metodológico**

O campo empírico da nossa tese é o município de Serra Talhada. E essa escolha se deu por duas razões iniciais: a primeira, de cunho operacional que facilitou o acesso da pesquisadora, moradora do município desde 2009; a segunda, por compreender uma região de destaque para ações de ONGs que trabalham a convivência com o semiárido no sertão de Pernambuco e para as ações dos movimentos sociais, com relevante papel do movimento sindical, em contraste com um histórico de coronelismo e clientelismo das políticas de combate à seca evidenciado na literatura.

---

<sup>13</sup>De acordo com Silva (2006) a convivência com o semiárido se constitui como um novo paradigma civilizatório que parece surgir como uma crítica ao pensamento e à política de combate à seca e aos seus efeitos, e ao modelo de modernização econômica conservadora que marcou o paradigma da modernidade do progresso técnico e econômico do padrão de desenvolvimento capitalista. As desigualdades sociais cada vez mais evidentes, a destruição das culturas tradicionais, a exploração dos recursos naturais, a introdução de técnicas sofisticadas que substituem o trabalho humano, levando a degradação das condições de vida da maioria da população constituem as bases da crise civilizatória destacada por Silva (2006), que tem como alternativa um novo paradigma civilizatório pautado no desenvolvimento sustentável.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com dois eventos que trouxeram discussões interessantes no âmbito da convivência com o semiárido: um período crítico de seca a partir de 2012 e um período eleitoral, com as eleições de 2012 e 2014. É importante ressaltar que apesar dessas situações revelarem informações importantes para nossa tese, estamos cientes de que também implicam certa limitação, por fazer emergir informações tendenciosas. E assim nosso campo empírico vai revelando informações que permitiram a construção do nosso objeto. Das denúncias que pesavam sobre os principais programas governamentais acessados pela agricultura familiar no município, à dependência dos programas emergenciais orientados para os períodos de seca e a implantação de novas linhas de crédito específicas para enfrentar os problemas decorrentes da estiagem; o cenário atravessado pelo drama da seca no município de Serra Talhada nos fazia questionar até que ponto o discurso da convivência com o semiárido reproduziria fielmente os seus pressupostos.

O levantamento bibliográfico (através da análise de literatura disposta em publicações científicas, como artigos, dissertações, teses e documentos, assim como as publicações em jornais, site de internet, cartilhas, etc) a respeito da temática da convivência e do seu histórico, partindo das políticas de combate à seca, trariam as bases do conceito da convivência com o semiárido. Mas para entendermos como este conceito estava sendo traduzido entre os agricultores, precisamos entrevistá-los inicialmente, nos deparando com as primeiras impressões da relação com o objeto que significou nossa fase exploratória.

Nesse sentido utilizamos técnicas de observação compreendendo entrevistas semi-estruturadas individuais e, em certos momentos, grupais, conduzidas nas residências ou no local de trabalho dos informantes, para apreender os sentidos práticos do paradigma da convivência entre os agricultores - cinco lideranças de associações (QUADRO 1) -, explorando as diferentes representações e opiniões sobre a temática da convivência com o semiárido, depois de selecionar os informantes relevantes para o assunto em questão (GASKELL, 2007). Adotamos como critério selecionar pelo menos cinco comunidades: dentre elas três assentamentos, Paulista, Serrinha e Lajinha; e duas comunidades, Jatobá e Catolé, cada uma delas com um histórico diferente acerca dos diferentes espaços e grupos, seja pela facilidade de acesso à água, como os casos dos Assentamentos Paulista e Serrinha; ou pela presença de algumas lideranças mais articuladas, a exemplo do Assentamento Lajinha e da comunidade do Catolé, que têm como representantes membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, ou do Conselho Municipal, aspecto que se mostrou relevante para o nosso estudo.

Quadro 1. Fase exploratória da pesquisa: entrevistas com agricultores

<b>Associação</b>	<b>Vínculo Institucional</b>	<b>Local da Entrevista</b>	<b>Período da Entrevista</b>
Presidente da Associação do Assentamento de Lajinha	Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Membro da Diretoria do Conselho Municipal (CMDRS)	Sindicato	Julho 2012
Presidente da Associação Catolé	Funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Serra Talhada e membro da Diretoria do Conselho Municipal (CMDRS)	Cooperativa de Apicultores de Serra Talhada	Julho 2012
Ex Presidente da Associação do Assentamento Paulista	----	Assentamento	Julho 2012
Presidente da Associação Jatobá	----	Comunidade	Julho 2012
Presidente da Associação do Assentamento de Serrinha	----	Assentamento	Julho 2012

Concluídas as entrevistas ainda nos faltavam evidências empíricas que ajudassem a compreender como esse discurso teria sido mobilizado institucionalmente. Seria necessário recompor o histórico em que as ONGs e os movimentos sociais se consolidaram enquanto protagonistas deste paradigma, a partir das histórias de vida de diferentes atores, lideranças sociais e gestores públicos. A mobilização do discurso de alguns atores se deu justamente por sugestão de outros informantes-chave. A entrevista com um dos fundadores do Fórum Seca, por exemplo, foi fundamental para entendermos o histórico do paradigma da convivência com o semiárido no nosso campo empírico: Serra Talhada. Esta fase da pesquisa compreendeu entrevistas semi-estruturadas individuais (QUADRO 2), conduzidas nas residências ou no local de trabalho dos gestores públicos que de alguma forma estão envolvidos com o paradigma da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada.

Para compreender entre os diferentes atores as mais variadas formas de representação e tradução do paradigma procurou-se partir para uma análise de como este discurso

performatiza a vida social dos indivíduos e grupos em uma chave de poder, controle e intervenção, informados pelo contexto modernizador e reformador das relações sociais, políticas, econômicas e ambientais. Nesse sentido pretendemos acessar o histórico político do município e sua relação com o discurso da convivência com o semiárido, analisando as formas com que o discurso está sendo apropriado pelas diversas instituições e materializado em um Plano Municipal de Convivência com o semiárido.

No nosso esforço de levantamento dos dados, informações sobre a pecuária do município foram obtidas através do contato com o fiscal de defesa agropecuária de Serra Talhada (Agência de defesa e fiscalização agropecuária de Pernambuco - ADAGRO).

Quadro 2. Fase institucional: perfil dos entrevistados

<b>Data da Entrevista</b>	<b>Vínculo Institucional</b>
28 de agosto de 2014	Secretaria de Agricultura Familiar do município de Serra Talhada
4 de setembro de 2014	Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Serra Talhada (STR); FETAPE (Secretaria em política para Juventude, 2010), ASA (Presidente da Comissão da ASA em Serra Talhada, 2012)
5 de setembro de 2014	Sócio fundador e coordenador do CECOR de Serra Talhada
12 de setembro de 2014	Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
11 de setembro de 2014	Centro Tecnológico do Pajeú
11 de setembro de 2014	Gerente de negócios do PRONAF do BNB de Serra Talhada
12 de setembro de 2014	Analista do SEBRAE de Serra Talhada
23 de setembro de 2014	Coordenadora local do Centro Sabiá e Ex-técnica do CECOR
11 de novembro de 2014	Projeto Banco do Brasil (ADRS, técnico agrícola de Serra Talhada)
12 de novembro de 2014	Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Membro do Núcleo de Estudos e práticas Agroecológicas de Serra Talhada (NEPPAS, UAST)
28 de novembro de 2014	Gerente do IPA de Serra Talhada

17 de janeiro de 2015	Supervisor territorial do PDHC
20 de janeiro de 2015	PRORURAL (gerente de Apoio operacional)
20 de janeiro de 2015	Atual Prefeito de Serra Talhada
2 de fevereiro de 2015	Sócio-Fundador do Centro Sabiá, coordenador do Fórum Seca, Coordenador do NAC (Núcleo de Agroecologia e Campesinato – UFRPE), Coordenador do Curso de Especialização Lato Sensu de Convivência com o semiárido na perspectiva da segurança e da soberania alimentar e da agroecologia (UFRPE)
12 de fevereiro de 2015	DNOCS (Serra Talhada)
27 de maio de 2015	Dirigente da FETAPE de Serra Talhada
Junho de 2015	Bispo da diocese de Afogados da Ingazeira
Junho de 2015	ADESSU da Baixa Verde

Com a observação das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada (CMDRS) e da sua recém empossada Diretoria (em julho de 2012), em meados da seca de 2012-2013, tivemos a oportunidade de presenciar discussões sobre a questão da água diante de uma situação de colapso do único açude de abastecimento humano, o Açude Cachoeira II. As comunidades rurais estavam à mercê do abastecimento dos carros-pipa, que estavam transportando água do que ainda era possível retirar com qualidade do próprio Açude Cachoeira II e da Barragem de Serrinha. A área urbana estaria coberta temporariamente pela água advinda do Açude Saco até que a Adutora do Pajeú pudesse transportar água do Rio São Francisco, cuja captação fica no município de Floresta a 100 km de distância, o que acabou ocorrendo a partir de abril de 2014.

No contexto do Conselho pôde-se verificar o processo de comunicação, negociação e imposição das políticas vigentes no município, com destaque para às políticas emergenciais, à indústria de carros-pipa, distribuição de caixas d'água, de seguro da perda agrícola (com o Garantia-Safra) e pecuária (com a distribuição de milho pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), entre outras: a discussão se concentrava na questão da água, ou seja, em alternativas que poderiam ir do combate à seca à convivência com o semiárido. Para complementar as informações obtidas nas reuniões entrevistamos o presidente do Conselho para mapear as intencionalidades dos gestores nos processos de negociação e implementação dos programas governamentais, e as formas com que o discurso da convivência com o semiárido estaria sendo trabalhado.

Nessa fase pretendemos nos aproximar dos sentidos práticos mediados pelos atores que de alguma maneira vem acessando o discurso da convivência com o semiárido, das formas com que ele vem sendo discutido e traduzido, em uma chave discursiva com bases participativas e democráticas. Nesse sentido pretendemos acessar um quadro institucional marcado por disputas políticas culminando em um Plano Municipal de Convivência com o semiárido envolvendo diversas instituições entre o diálogo da sociedade civil e o Estado (QUADRO 3).

A construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido pôde ser observada na Conferência Municipal da Agricultura Familiar: Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, realizado no dia 27 de março de 2014. Com a intenção de sistematizar as discussões conduzidas nas cinco pré-conferências anteriores (“Pré-conferência da juventude”; “Pré-conferência da mulher agricultora, trabalhadora rural”; “Pré-conferência de educação do campo, pesquisa e extensão rural”; “Pré-conferência das cadeias produtivas”; “Pré-conferência de recursos hídricos”), em uma orientação “participativa”, indicada no convite do evento divulgado por e-mail. Esta orientação teria sido garantida pela mediação do Flavio Duarte, então assessor do Deputado Estadual de Pernambuco Manoel Santos (PT).

Quadro 3. Observação de reuniões e eventos

<b>Reuniões e Eventos Observados</b>	<b>Data</b>	<b>Objetivos dos Eventos</b>
Reuniões Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município de Serra Talhada (CMDRS) incluindo a posse da atual diretoria	julho de 2012, novembro de 2012 e abril de 2013	Verificar o processo de comunicação, negociação e imposição das políticas vigentes no município, com destaque para às políticas emergenciais analisando condições com que o modelo de associação vem sendo conduzido no município.
Reunião de posse da atual Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Serra Talhada	1 de setembro de 2014	Verificar o processo político com que o espaço do Sindicato vem sendo utilizado no município
Conferência Municipal da Agricultura Familiar: construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido	27 de março de 2014	Observar a construção do Plano Municipal de Convivência com o semiárido de Serra Talhada identificando os atores e os processos participativos envolvidos,

<p>IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco</p> <p>Espaço Tatu-peba: Convivência com o semiárido</p> <p>Responsáveis: João Amorim (UAST-UFRPE) e Adão Oliveira (agricultor de Ouricuri-PE)</p>	24 de abril de 2014	Observar as formas com que o discurso da convivência com o semiárido vem sendo discutido, envolvendo instituições como a Universidade e gestores municipais, com destaque ao IPA, Conselho Municipal e Secretaria da Agricultura; além dos agricultores
<p>IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco</p> <p>Espaço Umbuzeiro</p> <p>Plenária Plano de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada</p> <p>Responsáveis: Secretaria de Agricultura de Serra Talhada e Prof. João Amorim (UAST-UFRPE)</p>	24 de abril de 2014	Observar como o Plano Municipal vem se desenvolvendo num sentido prático no município de Serra Talhada, após a Conferência Municipal
<p>IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco</p> <p>Espaço Auditório Umbuzeiro</p> <p>Audiência Pública: Combate à Desertificação</p> <p>Responsáveis: Centro Sabiá e Caatinga</p>	25 de abril de 2014	Observar como a convivência com o semiárido vem sendo discutida no âmbito do combate à desertificação
<p>Reunião Posse da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada (STR)</p>	1 de setembro de 2014	Observar como o espaço do sindicato vem sendo utilizado num sentido político partidário

O percurso da pesquisa possibilitou a recomposição de um quadro no qual o discurso da convivência com o semiárido começou a ser discutido na região de Serra Talhada. Ouvindo diferentes atores encontramos o Fórum Seca como precursor de discussões que levaram a



ideia de um novo modo de pensar "o fenômeno da seca" no semiárido, enquanto alternativa à problemática da seca que embasaria as discussões da convivência com o semiárido na região, trazida por movimentos sociais, sindicatos e ONGs, com o apoio da Diocese de Afogados da Ingazeira. Procurando informações sobre este Fórum, que teve seu lançamento no município de Serra Talhada, encontramos documentos, dossiês e trechos de jornais importantes para a nossa compreensão do objeto (QUADRO 4). Este momento teve um significado importante para nossa tese, a partir do momento em que identificamos um esforço partidário que impulsionava as mobilizações e discussões conduzidas na região. Com a construção de um Plano Municipal de Convivência com o semiárido no governo do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura do município, em 2013, se manteria uma lógica que teve seu embasamento na década de 1990.

Quadro 4. Análise de Documentos

<b>Documentos</b>	<b>Objetivos</b>
<i>Diretrizes para a convivência com o semiárido (2013)</i>	Identificar as bases do discurso da convivência com o semiárido, revelando o protagonismo de uma sociedade civil que tem num caráter mobilizatório uma estrutura de crítica às políticas de combate à seca do Estado, ao mesmo tempo, que procura um espaço dentro do Estado, assumindo uma estratégia de desenvolvimento regional na busca de uma Política Nacional de Convivência com o semiárido.
<i>Fórum Seca: Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca (Dossiê, 1991); Projeto Consolidação do Fórum Seca (1991); Projeto: Desenvolvimento das atividades do Fórum Seca (Biênio 95/97).</i>	Analisar as propostas do Fórum Seca ocorrido em Serra Talhada no ano de 1991, a fim de identificar os objetivos iniciais e as raízes do que vem a constituir o discurso da convivência com o semiárido, especialmente no que diz respeito o município de Serra Talhada, identificando estratégias políticas partidárias.
<i>Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada</i>	Identificar no Plano Municipal de Convivência com o Semiárido chaves que indicam uma aproximação com uma estratégia de planejamento regional, retomando um planejamento de desenvolvimento do semiárido no contexto do município de Serra Talhada

Para auxiliar nas reflexões que pretendemos fazer adotamos as categorias de capital e posição social de Bourdieu (2011a; b; c). Pelas lentes de Bourdieu (2011b) encontramos elementos que indicam relações de força ou poder praticadas por agentes que ocupam posições relativas em um campo de forças objetivas irredutível às intenções dos agentes individuais. A posição de um agente no espaço social está relacionada à posição que ele ocupa nos diferentes campos, e do volume de capital adquirido em cada campo. O agente que estiver melhor posicionado é o que vai possuir maior peso relativo, maior volume de capital, e por isso vai estar em uma posição dominante: posição buscada conforme o que é percebido e reconhecido pelos agentes. Nesse sentido, menos do que indicar um questionamento das regras do jogo, a categoria “posição” vai indicar para o nosso estudo uma troca de posições, reprodução da estrutura e não a transformação, favorecendo apenas aqueles mais engajados politicamente (BOURDIEU, 2011b, c).

Nesse sentido pudemos compreender as ações que mobilizaram o discurso da convivência com o semiárido no município, analisando as intencionalidades dos atores a partir dos conceitos de participação, mobilização, democratização e sustentabilidade, que contraditoriamente vem estimulando o predomínio de certas práticas; baseadas em tecnologias “alternativas” com base em certo *ethos* camponês<sup>14</sup>; ou modernizantes, empreendedoras, produtivistas e tecnicistas. São estes sentidos materializados por atores invisíveis e práticas contraditórias que procuramos refletir, muitas vezes maquiados por um discurso modernizante que se apresenta através de arranjos institucionais coletivos (fóruns, conselhos, ONGs, associações, consórcios, etc) e políticas públicas, capazes de produzir um campo de crenças associado à práticas discursivamente antagônicas, comparadas às práticas convencionais (BOURDIEU, 2008).

Entre uma realidade ideológica responsável por bifurcar “*dois lados*” em disputa que pretende ser dialógico e uma realidade imposta reproduzida na prática através de mudanças sociais, institucionais e produtivas, nossa análise acaba se situando em um cenário conflituoso, indicador de situações que fazem referência muito menos à emergência de um novo paradigma civilizatório e democrático, que a difusão de certos modelos apropriados de intervenção técnica e social com base em tecnologias sociais e institucionais modernizadoras. Aqui encontramos o Estado e a sociedade civil operando em dois formatos: na distinção e no diálogo entre eles, dependendo do Estado que se esteja acionando. Para essa reflexão o conceito de Estado de Bourdieu (2014) nos ajudou a observar o interesse nesses dois

---

<sup>14</sup> Para Nazareth Wanderley (2003) o *ethos* camponês que se tem como referência corresponde a um conhecimento construído ao longo do tempo, à permanência de um campesinato que ainda mantém uma lógica direcionada à conservação dos recursos naturais, com práticas de manejo da terra ditas tradicionais que vêm de encontro aos efeitos de um modelo produtivista da modernização agrícola.

formatos, e na demanda de um lugar no interior do Estado, enquanto representante dos princípios universais e oficiais, enquanto espaço ilusório das verdades públicas e legítimas.

Para nós, o interessante desta situação é permanecer em uma posição de observação, de entendimento em um tolerável grau de aproximação da realidade, diante de uma ação que ficaria limitada a uma fase posterior a este processo, uma fase em que consideraríamos um sistema já dado e a necessidade de propostas alternativas e soluções. As “evidências” que pretendemos alcançar na busca de compreensão da realidade caminham entre a subjetividade, valores e crenças da autora, e os valores e crenças dos agentes, daqueles que estão praticando a ação, suas intenções e interesses. Buscando nos distanciar de uma ciência “dogmática” e “verdadeira” e de concepções ideológicas e proféticas, pretendemos identificar diferentes experiências, muitas vezes aceitas como dadas, no esforço de observar as relações existentes por trás do que parece visível, buscando maior aproximação do real. Nesse processo somente os resultados podem provar sua utilidade para determinados fins, e assim contribuir para alguma mudança futura (WEBER, 1999). É este direcionamento que nos conforma enquanto pesquisadores, e nos limita de qualquer tipo de ação, aquela que deveríamos já considerar um sistema dado e legitimado, mas passível de mudanças e realizações.

Cientes de que nosso recorte pode contribuir ainda mais para a sistematização das questões que atravessam uma situação conflituosa, envolvendo uma disputa política e um período de seca, procuramos identificar as incertezas e contradições e trazer essas incertezas como chave constitutiva do nosso objeto, através da mediação entre uma teoria e uma prática que dependem do deciframento dos processos sociais que marginalizam as populações rurais (MARTINS, 2001). Nesse caminho procuramos, sob a influência da leitura de Bourdieu (2011a; b; c; 2008), olhar para a pluralidade de visões sobre o mundo social e discernir sobre as relações invisíveis provenientes das lutas simbólicas incessantemente conduzidas na busca da legitimidade.

Para Bourdieu (2011b) fazer ciência significa fazer uma sociologia das lutas das classificações, das lutas pelo poder do conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima; é considerar a posição ocupada por cada um dos agentes, e o jogo de interesses que está por trás dessas relações. A intenção de enquadrar o outro em algum conceito “de classe” e dizer o que ele é, ou o que ele tem que ser, é o que devemos trazer como objeto e “repudiar”, se quisermos desvendar a ambição criadora de visão do mundo que cada vez mais vem transformando a ciência social em uma maneira de prosseguir a política por outros meios.

## **Delimitação espacial do objeto empírico: o sertão de Serra Talhada e os arranjos institucionais**

Partindo do caso do sertão de Serra Talhada encontramos um campo complexo que envolve a agricultura familiar do município, configurando um histórico que teve nas alternativas de combate à seca uma trajetória marcante, principalmente para a área rural. Desde as políticas de combate à seca até à difusão do paradigma de convivência com o semiárido, a área rural foi palco de políticas públicas de crédito, financiamento e difusão de tecnologias; estabelecidas com a construção de barragens e açudes, a construção de casas de alvenaria, implementação da rede de energia elétrica, redes de esgoto limitadas à construção de banheiros, e acesso à água.

As entrevistas realizadas com os agricultores revelaram um sistema local de ensino e saúde limitados, caracterizados por escolas rurais que atendem geralmente até o ensino fundamental. Tal situação evidencia-se nos dados publicados pelo INEP/MEC (Tabelas 1 e 2), quando se constata a inexistência de escolas da rede estadual de ensino nas áreas rurais. Já o número de escolas da rede municipal é significativo, em comparação ao número de escolas da sede do município, na área urbana, principalmente no que se refere à educação infantil e ao ensino fundamental.

Tabela 1. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual em Serra Talhada, de acordo com o INEP/MEC.

Ano	Educação Infantil		Educação Fundamental		Ensino Médio	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2007	0	0	9	0	9	0
2008	0	0	9	0	9	0
2009	0	0	9	0	9	0
2010	0	0	9	0	8	0
2011	0	0	7	0	9	0
2012	0	0	7	0	9	0
2013	0	0	4	0	9	0

Nota: As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC.  
Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/2613909>

Tabela 2. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal em Serra Talhada, de acordo com o INEP/MEC.

Ano	Educação Infantil		Educação Fundamental		Ensino Médio	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2007	13	2	16	82	0	0
2008	13	15	15	77	0	0
2009	19	52	15	72	0	0
2010	20	63	15	73	0	0
2011	19	68	15	71	0	0
2012	19	70	15	70	0	0
2013	19	65	15	65	0	0

Nota: As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC.

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/2613909>

Considerando a precariedade e/ou a falta de serviços básicos e essenciais nas áreas rurais, aliado ao baixo poder aquisitivo da população residente, que segundo dados do IBGE (Brasil, 2010) possui, nessa microrregião, uma renda mensal média, per capita de R\$ 128,00 comparada à área urbana que é de R\$ 327,00; podemos trazer para reflexão certo distanciamento entre o rural e o urbano, fazendo-nos questionar sobre a qualidade efetiva da educação nas áreas rurais, ao mesmo tempo que torna a população do campo mais vulnerável a discursos e ações assistencialistas, paliativas e eleitoreiras, a exemplo, dos favores políticos e da famosa compra de votos.

A expressividade das escolas do campo da rede municipal demonstrada na Tabela 3 nos remete ao esforço do município no que se refere à educação. A educação aqui se limita no sentido da permanência do agricultor no campo, em uma discussão em que a convivência com o semiárido está diretamente relacionada. E este aspecto pode ser observado na fala do prefeito:

*O primeiro passo é a educação. Passa pela educação, que passa pelos movimentos, que passa pela organização do arranjo produtivo, porque se nós não passarmos nesse tripé aqui, você tem que ter educação certo? Você tem que ter educação, e você tem que ter o arranjo, porque isso é que faz com que as pessoas tenham condição real de vida não é. Como é que eu vou viver em uma região se eu não tenho êxodo? Eu vou embora. O que é que acontecia na nossa região aqui, as pessoas iam para São Paulo, as pessoas iam para Petrolina, as pessoas iam para não sei aonde, iam pra Goiás. Todo mundo ia embora. Chegava à seca ia embora, agora o que a gente conseguiu fazer? Por exemplo, não eu tô lá em Caiçarinha, ótimo, tô lá em Caiçarinha, pronto o que é que agente tá incentivando em Caiçarinha? Mandioca, feijão, ok. Beleza. Tamos furando poço lá, lá Caiçarinha hoje é o maior êxodo pra corte de cana e colheita de laranja. Sai 100, 150 meninos pra ir colher laranja, essa é a realidade de lá. O que agente quer é furar poço, tamos furando poço, lá tem água, água mineral. O que é que a gente*

*quer lá? O ano passado a gente passou mais de 100 hectare de mandioca, eu já tenho 6 casas de farinha lá, eu quero incentivar, eu quero incentivar lá irrigação de fruticultura orgânica, nada com agrotóxico. Então a gente quer chegar a um ponto que esses 100 meninos, 150, não saiam. Porque muitos tão voltando drogado, é desse jeito usando crack. Então a afirmação e você primeiro dar educação, você organizar um arranjo certo.(...)Arranjos produtivos. É, porque tu tem a terra, tu da educação a um menino não é, e organização da comunidade pra que ninguém tenha que ir embora. Se você não consegue fazer isso você não fez absolutamente nada. Então as pessoas vão embora dali do lugar, então o primeiro passo da organização familiar é você ter, manter a família lá né e manter a família lá precisa ter renda, e pra ter renda, tem que ter a organização do arranjo produtivo e segundo tem que dar educação. Então se não tiver esse tripé, esqueça (Prefeito do município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

Tabela 3. Número de Escolas Rurais em Áreas Específicas - Rede Municipal em Serra Talhada, de acordo com o INEP/MEC.

Áreas	Número de Escolas						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Escola do Campo	-	78	72	73	71	70	65
Escola em Área de Assentamento	-	2	1	-	-	2	-
Escola em Área de Remanescente de Quilombola	-	-	-	-	-	-	-
Escola Comunidade Indígena	-	-	-	-	-	-	-

Nota: As informações de cada escola podem ser obtidas no sistema Data Escola Brasil, do Inep / MEC.  
Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/2613909>

De acordo com os dados do INEP/MEC, o interesse nas escolas rurais está relacionado à pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental, Anos finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA), EJA - Fundamental - Anos Iniciais – Presencial e EJA - Fundamental - Anos Finais – Presencial (Tabela 4). Através da Tabela 4 podemos observar a relevância da pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental nas áreas rurais. O EJA também é destacado na fala do Secretário da Agricultura, associado a uma estratégia de fixação do agricultor no campo, através da educação.

*O canteiro de latada, a cultura do algodão, o retorno da palma forrageira e a implantação de mini-adutoras, perfuração de poços artesianos, certo, construção das cisternas do governo federal. Isso ajuda também a manutenção do agricultor no campo. Tamu tentando levar uma educação melhor aos agricultores. O EJA a gente apoia, o ensino às pessoas que não tiveram oportunidade de ter seu estudo quando jovem. Tamu incentivando agora o plantio de uva aqui no sertão que é uma coisa inédita. Essas são ações que ajuda a permanência do agricultor no campo (Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Tabela 4. Número de Escolas por Modalidade e Etapa de Ensino – Redes Municipais em Serra Talhada, de acordo com INEP/MEC.

Modalidade/Etapa	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R
Creche	3	-	3	-	4	-	4	-	5	-	5	-	5	-
Pré-escola	10	2	10	15	19	52	20	63	19	68	19	70	18	65
Anos iniciais do Ensino Fundamental	16	82	15	77	15	72	15	73	14	71	14	70	14	65
Anos finais do Ensino Fundamental	6	12	6	7	5	8	5	8	5	7	5	7	5	7
EJA - Fundamental - Anos Iniciais – Presencial	10	28	7	15	7	4	6	4	6	2	4	-	3	4
EJA - Fundamental - Anos Finais – Presencial	4	4	3	5	2	6	2	6	3	4	2	3	2	2
EJA - Fundamental - Anos Iniciais - Semipresencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental - Anos Finais - Semipresencial	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Fundamental de 1 a 8 – Presencial	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EJA - Ensino médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatorio/coibge/2613909>

Podemos observar esses esforços na estrutura rural e urbana do município. O município de Serra Talhada - situando-se a uma distância de 410,7 km da capital, Recife, com as principais vias de acesso pela BR 232 e BR 320 - se destaca como a mais extensa e populosa cidade da microrregião do Pajeú, com 79.232 habitantes distribuídos em nove distritos e baixa densidade populacional, com a existência de vastos espaços rurais pouco povoados, compreendendo uma área de aproximadamente 2.952,8 km<sup>2</sup>, cerca de 34% da área total (BRASIL, 2010). Destes, 61.275 habitantes (77,3%) ocupam a área urbana e 17.957 (22,7%) ocupam a área rural (BRASIL, 2010), configurando, em comparação com os dados do IBGE dos anos anteriores, um processo de diminuição da população da área rural em direção, principalmente, à área urbana do município, indicado pelo aumento da população urbana (Tabela 5).

Tabela 5. População residente nas áreas rural e urbana no município de Serra Talhada

Serra Talhada	URBANA		Variação	RURAL		Variação	TOTAL	
	Pessoas	%		Pessoas	%		Pessoas	%
2010	61.275	77,34	<b>11.670</b>	17.957	22,66	<b>-3.350</b>	79.232	100
2000	49.605	69,95	<b>6.211</b>	21.307	30,05	<b>-7.640</b>	70.912	100
1991	43.394	59,99	<b>12.397</b>	28.947	40,01	<b>-7.212</b>	72.341	100
1980	30.997	46,16	<b>8.268</b>	36.159	53,84	<b>3.114</b>	67.156	100
1970	22.729	40,75	-	33.045	59,25	-	55.774	100

Fonte: (BRASIL, 2010) Banco de Dados Agregados. Acessado em 21 de julho de 2013  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=4&i=P>

Se olharmos para a variação do número de pessoas em cada área demonstrada na tabela podemos indagar sobre um possível processo de reversão da migração, já que a variação da diminuição da quantidade de pessoas na área rural está cada vez menos expressiva. E assim as intenções dos gestores em fixar a população no campo, podem estar se manifestando nesses dados. Claro que para inferirmos com maior cientificidade sobre este aspecto precisaríamos de uma pesquisa mais aprofundada. Mas os dados não deixam de ser interessantes para refletirmos sobre tais intencionalidades. Vejamos sua relação com o interesse dos gestores:

*Porque as ações estão chegando até os agricultores. Desde que nós começamos a fazer esse trabalho em conjunto, levando as ações, as informações, capacitação, assistência técnica até os agricultores, é..., pode até fazer um levantamento nas empresas de ônibus que passa aqui por Serra Talhada. A queda em número de passagem que teve do ano passado pra cá, que nos outros anos era um número elevado de pessoas que compraria, tiraria passagem pra ir embora pra Minas Gerais, pra São Paulo, pro Rio de Janeiro. E depois que nós estamos com essas ações de convivência diminuíram o número de passagens vendidas pelas empresas de ônibus. Então isso prova que o pessoal não tá mais indo embora. O pessoal continua morando nas suas comunidades, por quê? Porque essas pequenas ações tá se tornando um grande projeto e um grande desenvolvimento pra cada comunidade (Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Então fixar o agricultor no campo e priorizar a agricultura familiar no município de Serra Talhada são estratégias interessantes para os gestores, que vêem a convivência com o semiárido como um instrumento político:

*É você morar aqui no semiárido sem precisar sair dela. Tá certo, então, não existia nenhum programa de convivência com o semiárido porque as ações não chegavam e o sertanejo, a primeira coisa que faz quando ele estuda, completa 18 anos é ir embora pro corte de cana, par colheita de café, lá em Minas Gerais. Então deixa, o nosso sertão tá ficando desertificado. E o êxodo rural também. Se você observar em 2000, o censo de 2000 nós tínhamos 28000 habitantes na zona rural. Hoje nós temos aproximadamente 22000 pessoas, 23000 pessoas na zona rural, e... esse pessoal foi embora. Então a convivência com o semiárido, uma das questões é isso, é o governo ter uma política social pra manter cada agricultor, cada*



*agricultora no seu terreno, na sua comunidade, isso com condições de vida. Primeira questão: água. O semiárido é seco. Não tem água. A cada 10 anos chove 2. Mas o subsolo é rico em água. Então o governo tem que buscar água onde tiver. E isso que a gente tá fazendo. Nós tamu perfurando poços artesianos, nós tamu fazendo mini adutoras pra que as pessoas possam ter água pra irrigar, pra fazer a sua horta, irrigar o seu capim. Então isso é a convivência com o semiárido, é dar condições de vida ao agricultor pra que ele não deixe as suas origens e vá embora pra um mundo desconhecido. Porque você sair daqui, do sertão de Serra Talhada e ir pra São Paulo e um mundo desconhecido, apesar das informações hoje, a globalização tá, todo mundo tem acesso à internet, à informática, mas é um mundo diferente. Então a convivência com o semiárido pra gente é isso, a gente manter a pessoa no seu lugar de origem, sem que ele seja obrigado a ir embora (Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

A conjuntura política que favorecia o fortalecimento da sociedade civil em estreito diálogo com o Governo, estimulava a organização popular, com base nas associações rurais e o foco na agricultura familiar, sendo mediadas pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e com papel significante da Secretaria da Agricultura, denominada de Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada (SEMAF) na gestão do atual Prefeito. A agricultura familiar de Serra Talhada parece ser representativa no município, visto que de acordo com o próprio Secretário ela configura mais de 130 associações legalizadas, e um total de 243 comunidades rurais. Para ele a agricultura familiar é o “ponto chave” do município, correspondendo a 98%:

*O agricultor familiar é aquele pequeno produtor, aquele agricultor proprietário de terra de até 160 ha de terra, que são 4 módulos fiscais. Esse é considerado o pequeno produtor, o agricultor familiar. O fazendeiro que tem acima de 162 ha de terra ele não é considerado pequeno produtor, são médio produtor. Mas quando não existe empregado na fazenda ele continua sendo agricultor familiar. Então são poucas pessoas aqui em Serra Talhada que não são agricultores familiares. E o agricultor sem-terra, o assentado da reforma agrária, o assentado do crédito fundiário, todos esses são agricultores familiares. Então nós temos pouco mais de 2% que não são agricultores familiares (Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Nesse sentido, independentemente da definição operacional a agricultura familiar em Serra Talhada apresenta também um valor simbólico tendo na Secretaria uma espécie de representante oficial, compreendendo 4.221 estabelecimentos em uma área de 86.579 ha; o que corresponde a 93,5% dos estabelecimentos e 56,65% de área em hectares (Tabela 6).

Tabela 6. Número de estabelecimentos e área de ocupação da agricultura familiar nas regiões brasileiras e no Nordeste, com destaque para o município de Serra Talhada – Censo Agropecuário - 2006 (BRASIL, 2006).

Grandes Regiões/ Unidades da Federação	Agricultura Familiar				Agricultura Não Familiar			
	Estabelecimentos (Nº)	(%)	Área (ha)	Área (%)	Estabelecimentos (Nº)	(%)	Área (ha)	Área (%)
Brasil	4367902	84,40	80250453	24,32	807587	15,60	249690940	75,68
Nordeste	2187295	89,13	28332599	37,48	266711	10,87	47261842	62,52
Pernambuco	275740	90,47	2567070	47,24	29048	9,53	2866999	52,76
Sertão Pernambucano	79404	91,90	1228111	61,33	7000	8,10	774305	38,67
Pajeú	27456	92,86	320187	60,50	2112	7,14	209012	39,50
Serra Talhada	4221	93,49	86579	56,65	294	6,51	66251	43,35

A expressiva presença da agricultura familiar no município de Serra Talhada suscita o questionamento de quais fatos teriam contribuído para essa tendência, em uma microrregião marcada pelo poder das grandes propriedades e dos grandes coronéis. O dado quantitativo nos faz questionar esta tendência, em que a agricultura familiar começa a ser interesse de ONGs, e reivindicar a atenção do poder público municipal. Serra Talhada consegue ser palco das ações de ONGs e movimentos sociais, com expressivo comprometimento do governo municipal; é isso que nos intriga.

O fato é que a microrregião em que se situa o município de Serra Talhada é caracterizada por uma realidade paisagística que se estrutura ao longo do Planalto da Borborema e da Bacia do Rio Pajeú particular, que confere diferenciações paisagísticas de pequenas áreas conforme se aproxima do rio. Certas localidades se tornam privilegiadas, em contraste com outras áreas que são fortemente prejudicadas. O acesso à água é o principal fator deste cenário, e é atravessado por condições edafoclimáticas caracterizadas pela predominância de solos rasos e um déficit hídrico severo proveniente de alta evaporação anual que supera a precipitação no mesmo período. A rede hidrográfica municipal que integra a Bacia do Rio Pajeú, divide o território em duas partes semelhantes, situadas na sua margem esquerda e direita. Nesse trecho que as obras de combate à seca se desenvolveram, com a construção, pelo DNOCS, da famosa barragem de Serrinha (com capacidade de acumulação de 311.000.000 milhões/m<sup>3</sup>) que pretendia fazer do município uma “nova Petrolina”, enquanto projeto de irrigação responsável pelos conflitos entre os trabalhadores das frentes de emergência na década de 80 (OLIVEIRA, 2005).

Responsável pelo represamento dos principais afluentes do Pajeú, merecendo destaque os riachos Cachoeira e São Domingos, a Barragem de Serrinha se constitui em uma importante fonte de abastecimento humano, na medida em que oferece uma estrutura para a pesca artesanal e agricultura, além de suprir demandas de abastecimento de água em épocas de calamidade. No entanto, um problema de contaminação das águas, detectado desde abril de 2015, vinte anos após a inauguração da barragem, compromete a atividade pesqueira. Em 2015, com o baixo nível das águas em virtude da atual seca, tem-se uma clara ameaça de riscos de doenças, o que torna inviável o consumo da água da Barragem.

O abastecimento de água do município de Serra Talhada é realizado graças à construção da Barragem do Cachoeira II (construída pelo DNOCS para irrigação, com capacidade de 21.031.145 milhões/ m<sup>3</sup>), responsável pelo represamento do Riacho Cachoeira, antes de chegar ao Rio Pajeú (OLIVEIRA, 2005). Tem-se registro ainda, em todo município, a presença de 350 poços artesianos, 400 poços amazonas, e os açudes do Saco II (localizado em terras públicas pertencentes ao Estado) e o Borborema, sendo este último recebedor de parte dos esgotos da área urbana (CONDEPE/FIDEM, 2006; OLIVEIRA, 2005).

A presença de barragens, açudes, poços artesianos e cisternas na área rural é o que diferencia algumas comunidades no município. Dependentes do fornecimento de água dos caminhões-pipa do exército, do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) ou da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), em períodos de seca, ou nos casos em que as fontes naturais de água não são disponíveis, as comunidades ficam à mercê da boa vontade de políticos e gestores locais.

Nos últimos anos os sistemas adutores vêm sendo implementados para abastecer diversas cidades do semiárido nordestino, com o acesso à água a partir de rios e reservatórios mais distantes. Em Serra Talhada a Adutora do Pajeú traria a alternativa do abastecimento. Inaugurada em dois momentos com a presença marcante da presidenta Dilma Rouseff: em março de 2013 e abril de 2014, representou uma saída estratégica para o período de grave crise hídrica que ameaçava as atividades antrópicas e econômicas de toda a região. A etapa inaugurada em março de 2013 foi impactada pelo baixo nível de água do São Francisco, sendo necessárias ações emergenciais, como a utilização de bombas flutuantes para captação da água no leito do Rio São Francisco e a construção de uma adutora para reforço do fornecimento pelo Açude do Saco II, mesmo com todos os problemas de qualidade de água. Somente em 2014 a situação começava a estabilizar, após sua segunda inauguração, em abril de 2014.

Diante desse contexto a situação em que se encontra o município de Serra Talhada no ano de 2015 faz transparecer uma realidade que torna presente todo o histórico de combate à seca, que se complementa em um esforço de mudança de paradigma para a convivência com o semiárido. Na atual conjuntura política marcada pela gestão do Partido dos Trabalhadores uma nova estrutura social e institucional entraria em cena para estabelecer um novo formato de enfrentamento à seca: baseada na participação da sociedade civil organizada em espaços públicos. Com os agricultores organizados em associações participando<sup>15</sup> dos Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e sendo assistidos por ONGs focadas na convivência com o semiárido, as cisternas seriam referência alternativa à convivência com a seca.

De acordo com informações fornecidas pelo atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, em 2014, os agricultores foram beneficiados por 3.366 cisternas de placa de 16.000 litros (PIMC) na concepção da convivência com o semiárido e mais 99 tecnologias de captação de água, com três barragens subterrâneas, 17 barragens trincheira, 49 cisternas calçadão e 30 cisternas de enxurrada, orientadas pela ASA; e 225 cisternas calçadão orientadas pelo PRORURAL (pelo Programa Pernambuco mais Produtivo).

O Conselho Municipal (CMDRS) funciona como espaço público facilitador do processo de participação da sociedade civil no âmbito local. Com seu regimento interno regulamentado pelo Decreto nº 679/2002 (BRASIL, 2002a), o CMDRS é um mecanismo autônomo de articulação e mobilização social consultivo e deliberativo, criado pelo Governo Municipal de Serra Talhada e sociedade civil organizada, e traz como objetivo *“impulsionar a democratização, bem como orientar a descentralização e rumo dos processos de desenvolvimento local sustentável”* (BRASIL 2002b). É esse o discurso que, em associação à noção de sustentabilidade, atua como mecanismo institucional de controle social e implementação das políticas públicas, programas e projetos implantados no município, de acordo com o Estatuto reformulado e aprovado em Assembleia Geral e Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2008.

Na prática, além da influência política exercida pelo atual prefeito e, ex-presidente do Conselho Municipal de Serra Talhada (CMDRS), com especial destaque para o lugar que ele ocupa no Núcleo Técnico do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú – PTDRS (BRASIL, 2011), o município de Serra Talhada conta com a

---

<sup>15</sup> Vale lembrar de uma configuração institucional flexibilizada, em que os representantes da sociedade civil organizada, com a atuação de diversas ONGs e movimentos sociais, começam a participar dos espaços públicos de negociação das principais políticas vigentes, mediante os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e os Fóruns Territoriais (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012). Na região do nosso estudo, o processo de negociação acontece no Colegiado do Território da Cidadania do Sertão do Pajeú, no âmbito do Fórum Territorial do Pajeú, onde são discutidas diretrizes, medidas e ações prioritárias ao desenvolvimento territorial rural em torno da convivência com o semiárido, presentes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú (PTDRS) (BRASIL, 2011).

colaboração de importantes ONGs, as quais adotam como enfoque a convivência com o semiárido, e trabalham em parceria com bancos, como o Banco do Nordeste e a Fundação Banco do Brasil. Como exemplo, podemos destacar o trabalho do Centro de Educação Comunitária Rural - CECOR e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico (CENTRO SABIÁ). Com esses esforços Serra Talhada se destaca pela presença de dois mercados livres responsáveis pela comercialização da agricultura familiar do município: a Feira Agroecológica de Serra Talhada (FAST) e a Feira-Livre de Serra Talhada, que com seus 220 anos de existência, se formou como tradicional ponto de encontro de vaqueiros e peões que transportavam seu gado para outros estados, mantendo até hoje os encontros de segunda-feira. É interessante destacar que essas práticas culturais são conservadas e reconhecidas nos eventos artísticos e culturais, como a tradicional exposição anual de animais, a ExpoSerra, vaquejadas, cavalgadas, missas de vaqueiros e pegas de boi.

Para a articulação nos Fóruns Territoriais a representatividade dos sindicatos, conselhos e ONGs é fundamental, uma vez que possibilita negociações para implementação de políticas públicas e a participação dos agricultores através das associações. É esse o novo padrão de ação para o desenvolvimento dos territórios - desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) –, agora orientado para as regiões semiáridas através do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), com estratégias baseadas na organização de entidades cooperativas/associativas na busca da convivência com o semiárido e do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2011).

Para alguns autores a convivência emerge nesses espaços de experimentalismo institucional, configurando uma ação mais democrática e participativa conduzida em processos de aprendizagem e articulação de atores coletivos (DINIZ; PIRAUX, 2011a); e para outros, certos privilégios na participação e visibilidade de atores coletivos são acessados, baseados em inovações permeadas por homogeneidades e conservadorismos, e no risco de aumentar a dependência entre os atores individuais e coletivos diante das disputas de poder e legitimação (GOMES; MENESES, 2010).

Nesse processo, através das políticas públicas (com destaque para os programas governamentais hoje discursivamente voltados para o desenvolvimento do território, e articulados ao PRONAF, Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) são privilegiadas práticas, tanto econômicas, como sociais, culturais e políticas, ocasionando mudanças e reconversões

produtivas (GOMES; MENESES, 2010). Os arranjos produtivos locais (APLs)<sup>16</sup> são exemplos disso, previstos como eixo estratégico por uma variedade de projetos como o Plano Diretor do município de Serra Talhada<sup>17</sup> (CONDEPE/FIDEM, 2006), os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, em destaque para o do Sertão do Pajeú (BRASIL, 2011), ou ainda com o apoio de assistência técnica de organizações não-governamentais como o ICN e o CECOR<sup>18</sup>; e instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Centro Tecnológico do Pajeú<sup>19</sup>.

Nesse sentido pode-se observar aqui certo direcionamento para atividades produtivas determinadas, com destaque a pecuária oriunda da caprinovinocultura, valorizada no discurso da convivência com o semiárido por seu caráter “adaptado” às suas condições, mas também a apicultura, a meliponicultura, a avicultura e a piscicultura, como estratégia de fortalecimento e diversificação das iniciativas econômicas da agricultura familiar do semiárido (SILVA, 2006). É importante salientar que apesar do esforço das instituições, o sucesso dos empreendimentos oriundos desta via de produção ainda é incipiente e passível de transformação, segundo informações do SEBRAE e do Centro Tecnológico do Pajeú. Os arranjos produtivos locais idealizados encontram limitações organizativas estruturais que impossibilitam praticabilidade, permanecendo no discurso institucional.

O fato é que a caprinovinocultura compõe um dos princípios do discurso da convivência, aparecendo como criação de interesse de ONGs e gestores municipais, pelo fato de compreender espécies mais resistentes à seca e adaptadas às condições semiáridas. Na tese de Silva (2006) podemos verificar este direcionamento:

*Na perspectiva da produção apropriada no Semiárido, a criação de pequenos animais é preferida, quando comparada com a pecuária bovina. O volume de suporte forrageiro e de água requerido para a manutenção desses pequenos animais é significativamente menor em relação às exigências da bovinocultura. Por isso, a caprinocultura e a ovinocultura são exemplos de uma pecuária apropriada às condições locais, devido à rusticidade desses animais que facilita a adaptação às condições do meio natural (SILVA, 2006, p. 236).*

<sup>16</sup> De acordo com o Termo de Referência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os arranjos produtivos locais compreendem aglomerações de empresas de um mesmo território especializadas em determinado tipo de produção mantidas por uma interação e cooperação, em um processo de aprendizagem mútua. Esta articulação acontece entre as próprias empresas e outros atores locais, como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2003).

<sup>17</sup> Sob o nome de “adensamento dos arranjos/cadeias produtivas” uma série de projetos estratégicos é incentivada através do Plano Diretor do município listados no Plano Regional de Inclusão Social – Pajeú Estratégico (CONDEPE/FIDEM, 2006).

<sup>18</sup>Essas informações podem ser obtidas através dos sites [www.cidadanianordeste.org.br/site/programas](http://www.cidadanianordeste.org.br/site/programas); [www.cecor.org.br/projetos-desenvolvidos.php](http://www.cecor.org.br/projetos-desenvolvidos.php).

<sup>19</sup> Criado em 2008 o CTP foi destinado à formação e qualificação profissional, empreendedorismo, pesquisa e inovação tecnológica voltada para o atendimento de demandas dos Arranjos Produtivos Locais (APL), com destaque à APL da Caprinovinocultura, de maneira a contribuir com o desenvolvimento sustentável e geração de renda.

No entanto, dependendo da instituição em que ela é acessada, a caprinovinocultura ganha determinados direcionamentos que a distanciam do foco discutido pela literatura da convivência com o semiárido. O SEBRAE é um exemplo articulador deste processo, que em consonância ao desenvolvimento do Território, vem favorecendo a competitividade da região sob a ótica do agronegócio, somando-se aos esforços da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Unidade Acadêmica da Serra Talhada) e do Centro Tecnológico do Pajeú (CTP).

Com um viés extremamente empreendedor a caprinovinocultura estimulada pelo SEBRAE começa a assumir a perspectiva da convivência com o semiárido no sentido da sustentabilidade para o semiárido – através de um Fórum de discussão organizado pelo SEBRAE<sup>20</sup> - incentivando a formação de associações, inclusive específicas para a criação de caprinos e ovinos, como no caso da reestruturação da ACOST de Serra Talhada (Associação de caprinos e ovinos de Serra Talhada). No interesse de expandir a caprinovinocultura em Pernambuco, que é um dos projetos trabalhados pela instituição (o outro seria voltado para o agronegócio, segundo a entrevistada) o empreendedorismo praticado pelo SEBRAE perpassa uma perspectiva de cadeia produtiva, na idealização dos arranjos produtivos locais, com foco nas micro e pequenas empresas e no agronegócio. A idealização se dá na esperança que o arranjo produtivo se organize e se estruture nos moldes do empreendedorismo empresarial, de acordo com a analista do SEBRAE:

*Então vai em busca das potencialidades de cada município dentro daquele território e se foca, quer dizer, aí traz, por exemplo, um determinado município a caprinovinocultura tem uma força, aí é atendido pelo projeto que já existe na casa da caprino, aí vem, identifica que é a apicultura, aí a gente vai e leva para o projeto do agronegócio que a Lei atende. Então vão identificando as potencialidades dentro daquele território (Auxiliadora, SEBRAE).(...)Porque os projetos seguem um pouco, não mais como antigamente, todo um programa de cadeia produtiva ou de arranjo produtivo, se dá o foco dentro da aptidão, como eu te disse, da região, e se dá o que que o SEBRAE tem que fazer e cada parceiro entra com as suas espertizes. É que é difícil, é difícil porque cada uma das instituições tem o seu tempo, tem as suas formas de agir, tem a sua burocracia, tem a sua visão, eu acho que nós SEBRAE somos muito céleres, somos muito prontos, estamos sempre a frente, realmente, porque eu tenho pouco tempo, eu digo, de SEBRAE, participei de várias instituições e vejo que tá prontamente, então a gente não fica muito nas discussões e a gente vai mais atacar o problema mais diretamente, quando tem a ver conosco, então... (...) Olhe, porque na verdade são poucos arranjos, porque eles são muito dispersos, aquilo que eu te disse, a criação não segue aquele arranjo como a gente gostaria que acontecesse, entendeu? (...) Vamos lá, a gente aqui tem a transformação, a gente tem a produção, a gente tem a transformação que está na mão de poucos, que é a indústria e a comercialização, então a grande maioria está na mão da produção que ainda é desorganizada, não se organiza em forma de arranjo, você não vê focos determinados, identificados, então você vê a coisa muito dispersa (Analista do SEBRAE de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

---

<sup>20</sup> É interessante destacar que apesar de não ter sido explanada detalhadamente esta iniciativa também foi citada pelo Secretário da agricultura de Serra Talhada e pelo Prefeito, indicando certa influência do SEBRAE nas ações do município.

Associada às práticas direcionadas para o agronegócio, conforme em Pomponet (2009a), a caprinovinocultura parece se adaptar a determinados interesses, sobretudo aos da gestão municipal, e junto a outras atividades como a piscicultura de tanque-rede e a bovinocultura de leite, vem sendo orientada contraditoriamente, com tendências técnicas modernizadoras. Um manejo da caprinovinocultura voltado para o agronegócio, uma bovinocultura de leite direcionada para laticínios exportadores e a produção de peixes em tanques-rede dependente de manejo e técnicas específicas que fogem de um conceito de sustentabilidade parecem ser acessadas por algumas instituições sob a mobilização da convivência com o semiárido. Na entrevista com o gerente de negócios do PRONAF do BNB, podemos visualizar este processo:

*O arranjo de produção também, por exemplo, a bovinocultura de leite. Nós trabalhamos, nós temos aqui uma usina de leite em Serra Talhada no Distrito de Luanda, onde por enquanto ela está desativada, mas já tivemos contato com esses agricultores que têm bovino de leite. Justamente para gente pegar esse leite e vender para usina, e aí essa usina de beneficiamento iria fazer... além de vender o leite, estaria vendendo os derivados do leite, queijo, iogurte, coalhada, enfim. Então só os arranjos produtivos que é nosso foco, nossa temática. A convivência com o semiárido através de financiamentos de poços, de cacimbão, daquilo que seja infraestrutura hídrica é de suma importância para a convivência com o semiárido. (...) Olha, hoje na realidade ela (o arranjo) tá concentrado...O nosso município é de uma extensão muito grande, nós temos alguns que estão centralizados em Serrinha que é o caso dos peixes, da piscicultura, nós temos em Palma, Piranga também, que é a bovinocultura de leite. Então é assim, cada localidade ela tem suas especificidades.*(Gerente de negócio do PRONAF do BNB de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).

Pesquisas realizadas por Nunes (2011) chamam a atenção para o estímulo dado pelo PRONAF à pecuária como estratégia produtiva, com destaque para a bovinocultura de leite e a caprinocultura de corte. Em Serra Talhada, a bovinocultura é, sem dúvida a atividade que mais recebe financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), de acordo com o gerente de negócios do PRONAF.

*O papel da pecuária é... como eu te falei, em 2012, a gente praticamente teve nosso rebanho dizimado por conta da seca. Então o papel do banco foi justamente tentar salvar o rebanho pecuário. Então a pecuária ela se torna de fundamental importância para a convivência do agricultor, porque, por exemplo, a pecuária é, digamos assim, a fonte de renda, porque através das vacas de leite o cliente tira suas receitas de sua subsistência e também para passar para as comunidades os derivados do leite e...queijo. Enfim, é sua renda. Então assim, se não tiver a pecuária nesse financiamento possivelmente o projeto será inviável. (...) A caprinovinocultura é mais em outra região. Nós aplicamos muito a caprinovinocultura no município de Betânia e Miraniba. Aqui em Serra Talhada a principal atividade é de bovino, temos alguns criadores de caprino e ovino, mas não como esses municípios que eu te falei* (Gerente de negócios do PRONAF do BNB de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).



No município, o PRONAF vem atuando sob a ótica do discurso da convivência com o semiárido, através de duas linhas de crédito, com foco para o semiárido: o Pronaf Semiárido, que prioriza o financiamento de projetos de convivência com o semiárido com base na infraestrutura hídrica; e o Pronaf Seca 2012, programa emergencial voltado para o custeio de atividades agrícolas e pecuárias, ou financiamentos de investimentos em projetos de convivência com a estiagem, e na sustentabilidade dos agroecossistemas. De acordo com informações do gerente de negócios do PRONAF, do BNB:

*O Pronaf Seca foi um programa emergencial que surgiu em 2012, mais basicamente para salvar o rebanho existente, onde era financiado grande parte do custeio pecuário, ou seja, ração. No caso do PRONAF semiárido ele tem uma regra específica para acontecer, o valor dele final é de 18 mil reais seno que a metade tem que ser destinada a recursos com infraestrutura hídrica, então essa é a diferença básica entre os dois programas. Um, que é o seca, é para custeio de ração e o outro, seria destinado, no mínimo 50% para recursos hídricos (Gerente de negócios do PRONAF do BNB de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Apesar de certa tendência de substituição da agricultura pela pecuária verificada por Nunes (2011), constantemente o direcionamento das políticas públicas para a bovinocultura e, em especial sob o conceito da convivência com o semiárido, para a caprinocultura é incentivada, em virtude da garantia do mercado institucional- PAA e PNAE, com destaque para o PAA Leite.

Uma inclinação para a pecuária no município de Serra Talhada pode ser observada nos dados do PAA de 2011 e 2012, com significativo destaque para a caprinocultura na comercialização para o PAA (Compra Direta Local da Agricultura Familiar), em comparação com os outros produtos (aparecendo como segundo produto de maior fonte de recursos tanto em 2011, como em 2012) (Tabela 7). Apesar da indicação desses dados e da literatura demonstrar esse processo, devemos considerar que no município de Serra Talhada a atividade pecuária carrega uma problemática complexa que coloca em suspeição os principais programas governamentais e disputa política, indicando que muitos dos dados disponíveis não dizem respeito à realidade, sem considerar a situação precária do matadouro municipal.

É interessante notar que alguns produtos sequer fazem parte da agricultura familiar, com destaque para o pão caseiro, que parou sua comercialização já no ano de 2012. E outros compreendem produtos processados que necessitam de estrutura para beneficiamento, como o caso do iogurte. Nota-se que produtos como feijão e milho não se destacam na comercialização.

*Nós temos a região de Luanda, onde se trabalha a questão do derivado do leite, região importante, tem produzido para vários programas do Governo do Estado. Eles... eu acho que tem a produção de mais de três mil litros leite por dia, onde vem para os programas sociais. E nós temos outros potenciais que a gente tá buscando ver se a gente pode fortalecer mais ainda a questão. Estamos organizando a associação de caprinos e ovinos, onde vai os próprios produtores de caprinos e ovinos, onde eles possam buscar suas viabilidades, ter uma entidade onde eles vão ter uma possibilidade de melhorar sua atividade. Estamos trabalhando isso daí com São Miguel e São Lourenço, que é um dos locais que tem mais potencial para caprinos e ovinos, inclusive já se tem algumas iniciativas dessas duas comunidades com relação a caprinos e ovinos (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, entrevista realizada em setembro de 2014)*

Tabela 7. Recursos investidos pelo PAA (Compra Direta Local da Agricultura Familiar) entre 2011 e 2012: principais produtos comercializados.

2011		2012	
Produto	Total de Recurso (R\$)	Produto	Total de Recurso (R\$)
Iogurte*	73400,7	Galinha caipira	109398,4
<b>Caprino</b>	<b>56939,44</b>	<b>Caprino</b>	<b>63359,81</b>
Queijo coalho*	47658,29	Banana	60275,72
Galinha caipira	40933,55	Doce de leite*	47045,57
Pão caseiro*	19153,4	Queijo coalho	36543,18
Doce de leite*	17836,33	Iogurte	32133,86
Filé de tilápia	16816,5	Filé de tilápia	30306,75
Melancia	16190,04	Melancia	28909,43
Mel de abelha	15140,16	Coentro	21518,33
Banana	13628,03	Abobrinha	21337,04

Fonte: PAA Serra Talhada, principais produtos.

\*Produtos processados

De acordo com os dados do IBGE o município tem absorvido uma tendência à caprinovinocultura estimulada, não só pelas políticas públicas vigentes mas, sobretudo, por uma série de medidas de um governo municipal “preocupado” com o processo produtivo do município. Segundo o Plano Diretor (CONDEPE/FIDEM, 2006), Serra Talhada é o maior produtor da região do Pajeú, também se destacando na atividade da pecuária de corte. Baseado no Plano Regional de Inclusão Social – Pajeú Estratégico – Governo dos Municípios (2004/2007) (eixos de opções estratégicas: Equidade e Competitividade) o Plano Diretor do Município de Serra Talhada estabeleceu os principais projetos estratégicos para o município, com destaque para a cadeia produtiva da caprinovinocultura.

Através dos dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2006 podemos indicar que ao longo do tempo a bovinocultura, a equideocultura, a suinocultura e a avicultura vêm diminuindo, dando espaço para a ovinocultura e caprinocultura. A bovinocultura diminuiu aproximadamente 21,19% de 1990 até 2012, enquanto que suíno (-44,10), equino (-67,53), aves (-63,99) (Tabela 8).

Com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal podemos inferir que a pecuária (familiar e não familiar) do município de Serra Talhada vem ganhando espaço em números absolutos tanto para as categorias da ovinocultura como para a caprinocultura ao longo do tempo, entretanto a ovinocultura cresceu aproximadamente 293,08%, enquanto a caprinocultura apenas 21,28% (Tabela 8). Isto significa que de forma proporcional a caprinocultura vem perdendo espaço para a ovinocultura.

Analisando a Tabela mais detalhadamente, observamos um crescimento expressivo da ovinocultura e da caprinocultura entre 2011 e 2012 (38,77% e 37,11%, respectivamente) e a diminuição da bovinocultura (-32,54%). Mediante uma seca que começava a ser sentida entre os agricultores em 2011, uma contradição se revela a partir desses dados, fazendo-nos associar com as acusações feitas pelo fiscal da ADAGRO sobre cadastros fantasmas de rebanho, problematizado adiante.

Tabela 8. Pesquisa Pecuária Municipal. Efetivo de ruminantes por cabeça em números absolutos, variação em proporção.

Animais	1990		1991		1992		1993		1994		1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%
Bovino	41.600	12,9	39.520	12,0	35.568	11,8	17.186	11,0	20.623	10,8	21.240	10,6	36.019	15,7	15.680	12,8	15.680	12,8	20.380	15,3	34.100	14,4	21.500	9,6
Equino	2.310	0,7	2.380	0,7	2.260	0,8	1.130	0,7	1.356	0,7	1.396	0,7	2.444	1,1	993	0,8	993	0,8	913	0,7	825	0,4	820	0,4
Suíno	24.140	7,5	24.640	7,5	25.872	8,6	12.937	8,3	19.406	10,1	21.299	10,6	10.073	4,4	9.930	8,1	9.930	8,1	7.550	5,7	8.340	3,5	12.050	5,4
Caprino	75.860	23,5	78.510	23,7	62.800	20,8	37.680	24,1	45.216	23,6	46.572	23,2	29.369	12,8	34.020	27,7	34.020	27,7	37.420	28,0	61.420	26,0	62.600	28,0
Ovino	27.730	8,6	28.700	8,7	24.395	8,1	12.198	7,8	14.638	7,6	15.077	7,5	26.242	11,4	10.828	8,8	10.828	8,8	11.885	8,9	23.780	10,1	24.100	10,8
Galináceos	90.060	27,9	93.670	28,3	90.859	30,1	45.430	29,0	54.516	28,4	56.151	28,0	73.850	32,2	32.560	26,5	32.560	26,5	34.850	26,1	67.650	28,6	64.250	28,7
Galinhas	61.560	19,0	63.400	19,2	60.230	19,9	30.115	19,2	36.138	18,8	39.029	19,4	51.331	22,4	18.920	15,4	18.920	15,4	20.650	15,5	40.250	17,0	38.500	17,2

Animais	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%	Cabeças	%
Bovino	25.800	11,7	33.000	14,1	26.400	12,2	38.282	16,2	44.000	17,4	46.000	17,6	45.500	15,8	49.000	17,7	48.500	16,4	48.600	16,1	32.786	10,7	32.422	12,4	32.683	11,9
Equino	900	0,4	900	0,4	950	0,4	1.800	0,8	1.850	0,7	2.600	1,0	2.800	1,0	3.000	1,9	3.200	1,1	3.520	1,2	3.870	1,3	4.396	1,7	4.294	1,6
Suíno	13.800	6,3	15.000	6,4	14.000	6,4	13.600	5,8	14.800	5,9	8.500	3,3	9.000	3,1	9.850	3,6	11.980	4,1	13.170	4,4	13.494	4,4	11.013	4,2	11.385	4,2
Caprino	50.200	22,7	54.000	23,1	52.000	23,9	50.000	21,1	54.000	21,4	47.000	18,0	60.000	20,9	61.000	22,0	61.000	20,6	67.100	22,2	92.000	30,1	74.068	28,3	81.103	29,6
Ovino	19.300	8,7	21.000	9,0	19.000	8,7	31.000	13,1	34.000	13,5	43.000	16,5	50.000	17,4	45.000	16,3	71.413	24,1	78.550	26,0	109.000	35,7	83.763	32,0	89.582	32,7
Galináceos	69.350	31,4	68.000	29,1	66.500	30,6	64.500	27,3	65.500	25,9	72.000	27,5	75.500	26,3	68.500	24,7	62.000	20,9	56.200	18,6	33.720	11,0	40.000	15,3	38.000	13,9
Galinhas	41.580	18,8	42.000	18,0	38.500	17,7	37.500	15,8	38.500	15,2	42.300	16,2	44.500	15,5	40.500	14,6	38.000	12,8	34.800	11,5	20.880	6,8	16.500	6,3	16.800	6,1

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

De acordo com Nunes (2011), esse processo vem acompanhado da redução das áreas de pastagens plantadas e naturais e, sobretudo, das áreas de lavoura temporária, levando este autor a indicar um processo de “desagriculturação” na região e, em consequência, um aumento substantivo no rebanho de ruminantes, penetrando áreas anteriormente ocupadas pela agricultura, sem necessariamente investir em pastagens plantadas, nem pressionar áreas de matas naturais. Para ele nesses municípios, se referindo a Serra Talhada e Tuparetama, pode estar acontecendo duas possibilidades: ou as áreas onde se plantava lavouras temporárias estão sendo utilizadas como pastagem, ou está ocorrendo uma intensificação do uso do solo e dos recursos forrageiros.

Para nós a hipótese de Nunes (2011) tem fundamento, visto que o milho e o sorgo na alimentação animal, principalmente do caprino e ovino. O fato das áreas de pastagens plantadas estarem diminuindo pode ter ocorrido pela diminuição proporcional da bovinocultura na região, implicando uma tendência de pressão sobre as áreas de pastagens naturais ou sobre as matas, na medida em que a ovinocultura está sendo dominante e ainda criada em sistemas de manejo extensivo, praticado desde a época de colonização (AB’SABER, 2003). Nesse sistema o fato da ovinocultura compreender espécies mais seletivas (ambientalmente falando) que a caprinocultura (SOUZA; SUERTEGARY; LIMA, 2010), implica em maior pressão sobre as espécies nativas da caatinga, aproveitando melhor a caatinga rasteira, ou seja, as plantas que estão em regeneração, levando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) a dizer que o sobrepastejo proveniente da caprinovinocultura é um dos fatores que levam à desertificação, somando-se às práticas de desmatamento indiscriminado e queimadas, e técnicas de raleamento da caatinga (LEAL; VICENTE; TABARELLI, 2005).

Sobre esse fenômeno da (re)pecuarização, tal como classifica as pesquisas de Nunes (2011) e Gomes e Meneses (2010), é interessante considerar que essa dinâmica está associada a práticas heterodoxas, favorecidas pela conjuntura política e institucional vigente, tal como sugere os agentes fiscais da ADAGRO de Serra Talhada, que identificaram irregularidades nos cadastros de animais a cargo da fiscalização da ADAGRO (Ver Anexo A). Novos cadastros de animais são adquiridos através de projetos junto ao IPA, sem a devida fiscalização da ADAGRO. Com a estiagem, mesmo sem animais, que já foram vendidos, os criadores conseguem a aquisição do milho, como se o rebanho ainda existisse. Após o cadastro e o recebimento do milho – o criador volta a ADAGRO e declara a perda dos animais para receber o perdão pela compra. Nesse processo a ADAGRO não consegue

identificar a morte do rebanho porque são vendidos anteriormente. Com isso o criador aumenta sua margem de lucro com a venda do milho.

Apesar dos esforços do município para com a cadeia de caprinovinocultura, fica evidente a partir das entrevistas que uma expectativa às práticas convencionais oriundas da bovinocultura ainda é dominante. Conforme informações do Centro Tecnológico do Pajeú (CTP), do SEBRAE, do Banco do Nordeste e do agente de desenvolvimento rural (ADR) da Fundação do Banco do Brasil, a caprinovinocultura não resiste como fonte de renda no formato de cadeia produtiva. É uma estratégia que enfrenta problemas relacionados a organização dos produtores e ao baixo potencial empreendedor, decorrente de uma economia dispersa, apesar de compreender a “subsistência” de muitas famílias de produtores. De acordo com o Centro Tecnológico, os produtores criam o caprino com intuito de gerar recursos para comprar alimentação para o bovino, reforçando uma imagem da caprinovinocultura de subsistência em que a perspectiva real é a criação bovina.

Embora exista uma orientação discursiva para a caprinovinocultura, a aptidão para a atividade não é vista como um negócio promissor, e não consegue se destacar, baseada, de acordo com os entrevistados, em uma falta de compreensão conceitual do Arranjo Produtivo Local, fazendo com que a caprinovinocultura ainda seja tratada como subsistência, em uma “tradição” em que se cria o caprino para ser vendido para alimentação do bovino, cultura de resistência entre os produtores: este sim compreendendo o sonho do produtor. De uma cultura de subsistência para uma cadeia produtiva forte, a caprinovinocultura é atravessada pelo discurso da sustentabilidade que se exige a mudança de hábitos do próprio produtor, instrução, tecnologia e infra-estrutura adequada. Nesse sentido os problemas sanitários evidentes no município e a inadequação do abatedouro são aspectos chave que contribuem para a inviabilidade da comercialização da criação pecuária no município. Assim, representar uma alternativa econômica sustentável que se distancia das práticas convencionais da bovinocultura compreende ainda um desafio para a caprinovinocultura, perante uma bovinocultura que ainda se destaca no município, de acordo com o gerente de negócios do Pronaf, do BNB, e envolve as perspectivas dos produtores.

Dessa forma incentivos a um processo de (re)pecuarização acaba sendo orientado, não só pelas políticas de convivência com o semiárido, mas também por interesses políticos municipais, através do Centro Tecnológico do Pajeú direcionado para a agroindústria e APLs da caprinovinocultura, do SEBRAE, fundamentado no empreendedorismo e no agronegócio, da Fundação do Banco do Brasil, através dos Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRs) e ainda do Banco do Nordeste. Como alternativa compatível com a cultura local e

com a possibilidade de um discurso sustentável adaptado às condições semiáridas que se distancia das práticas convencionais da bovinocultura, a caprinovinocultura insere-se na região como meta dessas instituições (SILVA, 2006; POMPONET, 2009a; GONÇALVES JUNIOR, 2011).

Para o Presidente do Conselho Municipal de Serra Talhada a temática da convivência é trabalhada através de algumas entidades que atuam na região, com destaque para o PRORURAL, o CECOR e o Centro Tecnológico. Neste sentido a caprinovinocultura está associada diretamente à convivência com o semiárido.

*Através das entidades, as entidades que na verdade são quem trabalham com os programas, passa pro conselho e o conselho em si vai (...) Com essa temática aqui no caso temos o CECOR, que é uma entidade que já vem a bastante tempo trabalhando, tem a questão do PRORURAL, que esse é um parceiro fundamental pra gente atuar (...) Hoje nós temos o centro tecnológico também voltado para essa questão, mais voltado para a caprino e ovinocultura, que é o nosso potencial maior aqui da região. (...) O conselho municipal tem um papel intermediário... (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Esta fala do então presidente do Conselho indica que a convivência com o semiárido é mais discursiva nas arenas das entidades parceiras. Apesar da ausência de participação das ONGs nos Conselhos Municipais mencionada pelo Presidente, elas são destacadas enquanto articulação da ASA em um processo em que o Conselho se torna parceiro.

*Saiu mais 2243 cisternas de placa. Primeira Água. Tá sendo implantada agora. Esse aí vem pela ASA. O Conselho tá sendo parceiro, a questão das comunidades, dar o suporte nas comunidades, fazer as reuniões, fazer a orientação. Só que nós temos aqui em Serra Talhada três entidades trabalhando especificamente com esses cadastros. (...) Aí nos temos a ADESSU Baixa Verde que tá fazendo os cadastros, o CAATINGA e o Polo Sindical, o Polo Sindical eu acho que é um sindicato, não é daqui, parece que é de Petrolina (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, entrevista realizada em setembro de 2014).*

De forma simplificada e direcionada para o nosso estudo, podemos sistematizar o movimento de articulação deste arranjo institucional da seguinte forma: 1. Os agricultores agora organizados em associações, articulados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)<sup>21</sup>; 2. o Conselho, formado por pelo menos um membro da prefeitura, articulado com o governo municipal. 3. as ONGs, como o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), o Centro Sabiá, a

<sup>21</sup>O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) é um espaço público de negociação e “informação” das principais políticas públicas vigentes que conta com a participação dos agricultores e dos gestores atuantes no município. A rede de negociação se amplia no Colegiado do Território da Cidadania do Sertão do Pajeú, no âmbito do Fórum Territorial do Pajeú, onde são discutidas diretrizes, medidas e ações prioritárias ao desenvolvimento territorial rural em torno da convivência com o semiárido, presentes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú – PTDRS. É no Colegiado que a articulação acontece; contando com a participação de representantes da sociedade civil organizada, com a atuação de diversas ONGs, com enfoque na convivência com o semiárido (BRASIL, 2011; LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012).

ADESSU da Baixa Verde, a DIACONIA e o CAATINGA, em parceria com a ASA; 4. A Articulação do Semiárido – ASA; 5. O Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL, vinculado à Secretaria Executiva de Tecnologia Rural e Programas Especiais da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária; 6. o Projeto Dom Helder Câmara - PDHC, um acordo (empréstimo) entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário/FIDA; 7. os bancos, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil, através da Fundação Banco do Brasil; e 8. os ministérios, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretarias do Desenvolvimento Territorial (SDT) e Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); todos eles articulados nos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER).

No âmbito do Conselho Municipal os discursos se movimentam indiretamente, através de certa flexibilização para as estratégias produtivas e, a negociação das políticas públicas. Nesse sentido fica claro a importância do discurso da “sustentabilidade” por parte do Conselho Municipal “*de Desenvolvimento Sustentável*” (CMDRS), que de acordo com o seu presidente, trouxe a possibilidade de utilizar as políticas de forma mais racional, através do trabalho junto às comunidades através das reuniões: “*a gente sempre usa muito isso, né, conscientizando as pessoas nas reuniões que a gente faz toda semana*”.

Na prática esse caminho “sustentável” é mais um campo oportuno para que o CMDRS de Serra Talhada flexione os seus interesses: que não vão além do interesse do Governo Municipal, inclinado aos interesses da agropecuária, aspecto também verificado por Martins (2009), em especial a caprinovinocultura. É este caminho que vai possibilitar novos ganhos políticos para o setor, com sucesso perante as comunidades rurais, e agora também compreendendo à área urbana, passando a ser chamado de Conselho Municipal de Desenvolvimento rural e urbano sustentável – CMDRUS, com 140 associações, 20 urbanas e 120 rurais. Nesse sentido o CMDRS funciona como um importante instrumento de dominação simbólica, privilegiando certa modalidade da agropecuária, e os interesses políticos locais (MARTINS, 2009).

De fato ou as políticas priorizam o investimento de determinadas atividades produtivas somando os esforços de implementação, ampliação ou modernização da infraestrutura dos estabelecimentos; ou garantem medidas emergenciais de infraestrutura hídrica para minimizarem os efeitos da seca, absorvendo o discurso da convivência com o semiárido, ou o de convivência com a estiagem, como os casos do Pronaf Semiárido e do Pronaf Seca, respectivamente. De uma forma ou de outra as políticas, ainda assistencialistas, clientelistas e emergenciais, acabam se voltando para a questão da água, especialmente nos períodos de



seca. Prova disso é o considerável aumento de adesões ao Garantia Safra até 2013 (Tabela 9), indicando uma tendência que traz a agricultura com pouca representatividade nos períodos secos.

Tabela 9. Quantidade de pessoas inseridas no Garantia Safra de 2007 até 2013.

2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
3939	4584	4337	4658	4800	4980

Fonte: Dados fornecidos pelo Garantia Safra.

Disponível em: <http://smap4.mda.gov.br/GarantiaSafra/Relatorios/default.aspx?relatorio=23>, Acesso em junho de 2013.

É neste período que o garantia safra tem seu valor como carro-chefe entre os programas atuantes no município, de acordo com o presidente do Conselho Municipal; é neste período que a dependência dos agricultores a essas políticas de caráter emergencial ficam mais evidentes, e necessárias. E o Conselho Municipal é o mediador deste processo, já que é responsável pela homologação da lista de selecionados deste programa. O poder de mediação dos Conselhos Municipais não é de hoje apontado como problema, se estiverem mal preparados, e apresentarem um formato e funcionamento que não estimule as ações básicas para as quais foram organizados, favorecendo uma burocratização baseada no acesso aos recursos federais (ABRAMOVAY, 2001).

*Um dos carros chefe assim é o Garantia Safra. Que aí a gente faz um trabalho desde a inscrição da pessoa até o pagamento do boleto. O papel da gente é ir orientar para não haver questão de irregularidade. Para que o programa atenda realmente as pessoas que precisam e possam ser beneficiadas. A gente faz um trabalho também voltado para as Unidades produtivas, por exemplo, a questão do leite, no município a gente tem três usinas de leite. A gente tem um trabalho voltado pra questão da organização da Bacia Leiteira. São Bacias Leiteiras Água Branca, no caso, Tauapiranga, miniusina e Bernardo Vieira agora. Temos a questão do algodão, por ser uma região que tem uma tendência à plantação do algodão está sendo construída, a prefeitura e o conselho, está fazendo uma unidade de beneficiamento em Santa Rita, de algodão também”. (...) Envolvido diretamente com a questão do leite é o Programa “O Leite de Pernambuco”, é um programa que dá o suporte. Essa unidade de algodão tem o PRORURAL também que é um parceiro também, que acompanha, mas não tem um programa específico. O PRORURAL que da assistência. A questão é dar o suporte aos produtores. A gente tem parceria com os ADRs - Agentes de Desenvolvimento Rural (em parceria do SEBRAE, Prefeitura e Fundação Banco do Brasil) com que dão assistência técnica para o pessoal que produz para o PAA do Estado e o PNAE Municipal.(...)O Conselho atua também na questão dos carros-pipa: “Operação Carros-pipa”. Todas as comunidades recebem mas nem todas as pessoas recebem. Hoje nós temos 22 carros pipa através do exército. E tem seis pelo IPA do governo do Estado, e não atende ainda a necessidade. Pra você ter ideia tem comunidade aqui em Serra Talhada que compra água. (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Serra Talhada).*

Apesar de estar clara a função do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada em tentar cumprir as determinações normativas e as competências próprias de um Conselho, ainda assim este vem sendo palco de disputas políticas. As denúncias, que colocam sob suspeição o PAA (2010) e o PNAE (2013) no município, são exemplares desse tipo de confusão. O CMDRS envolve um arranjo complexo não apenas proveniente de disputas partidárias, mas também disputas que envolvem as associações e suas lideranças, que muitas vezes acabam desenvolvendo estratégias para burlar os programas em prol do lucro, muitas vezes individual, o que demonstra uma estratégia de empoderamento ainda falha do sistema e da organização social. A disputa política entre o atual prefeito de Serra Talhada, e Sebastião Oliveira (PR) nas eleições de 2012, é esclarecida pelo presidente do Conselho, que justificou as denúncias que vêm sendo conduzidas no município, envolvendo as associações:

*Luciano era vice prefeito e coordenador e o pessoal tava muito associando o conselho com a questão política (...)Ele é aquele cara que briga mesmo, que vai atrás, não mede esforços não (...)2010 teve cinco projetos da CONAB. As associações compram. O Governo Federal deposita na conta das associações, por exemplo, 200.000 reais. O presidente da associação fica responsável por comprar essa mercadoria. Essa conta é pra cada associação. (...) Aqui tem a tendência pra caprino e ovino. Tem o peixe aqui também, temos água aqui bastante... Aí agente comprava o ovo, comprava o coentro, o frango, o leite, o iogurte, parece que ao todo era 19 produtos. A gente comprava da agricultura familiar, das comunidades rurais. Na época a oposição era tudo com a gente. Aqui a região era de Inocêncio, Sebastião. Era tudo um grupo só. E Luciano que no caso era vice-prefeito. Esses projetos funcionaram de 2008 ate 2010. Em 2010 tinha 13 projetos. A cada 6 meses pode renovar... Por questões políticas, como Luciano era do Conselho e tinha feito um bom trabalho, por questão desses projetos beneficiarem as comunidades de baixa renda, fez com que o pessoal admirasse e gostasse do trabalho dele. (...) Quando foi no final de 2011 houve o rompimento. Em 2010 os projetos pararam, tava pra ser renovado em 2011. Como houve o rompimento político. Luciano tava se propondo a ser candidato a prefeito. Aí Inocêncio disse, não, meu candidato é Luciano. Aí quando foi em dezembro de 2011 Inocêncio disse, meu candidato não é mais Luciano, é meu sobrinho, Sebastião. Aí o que houve. Nós tínhamos mais de 200 fornecedores de bode, de produtos. Aí o que acontece, quando rompeu, aí o pessoal começou a dizer que tava tendo irregularidade e fizeram a denuncia. (...)Tem a feira, tem as câmeras frias lá no DNOCS que processava bode, e o conselho dava aquele suporte. Era o nosso trabalho . O conselho não tem vinculo com dinheiro e tavam começando a dizer que o conselho era atravessador.... aí houve a denúncia... A Policia Federal teve aqui, pegou os nossos papel aí, recibo, ainda não devolveram, pegaram os computador... Tão investigando...De 2010 pra cá parou(...) Pra você ver que é coisa de cunho político mesmo, eles queriam derrubar Luciano (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada).*

A disputa política se desenvolve em todos os cenários; e na área rural os agricultores, organizados em associações, negociam políticas públicas na mediação do Conselho e dos Sindicatos – estes também em disputa (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STRs X Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar - SINTRAF). A formação da associação vai ser o princípio da visibilidade dos agricultores familiares no acesso ao mercado

de políticas públicas vigentes no Território, e parece representar a inclusão ou não no sistema político daqueles que estão “melhor” posicionados.

Com a mediação do Conselho a participação acontece nas reuniões mensais no próprio Sindicato ou em um espaço cedido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE, contando com a presença de organizações não-governamentais - ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, gestores não só municipais, como estaduais e até mesmo federais, representantes das associações de agricultores e produtores do município. Baseada em listas de nomes de agricultores que representam o processo participativo os programas são informados, com seus prazos e critérios que deveriam ser discutidos, mas nem sempre os agricultores estão presentes nas reuniões, e precisam decidir quais associações serão beneficiadas em um curto período de tempo, deixando as deliberações sempre a cargo do Conselho e dos seus membros.

Nesse jogo são beneficiadas as comunidades que tem maior articulação, ou que se posicionam melhor, com maior ciência da arena que envolve as políticas públicas. Na mediação do Conselho Municipal, espaço público representante do processo e participação dos agricultores, o processo democrático trabalhado nos mostra um campo empírico ambíguo e sujeito a contradições, a começar pela eleição dos membros do Conselho Municipal. Conduzida de forma aberta e de maneira impositiva, os agricultores se deparam com prazos curtos para se organizarem em uma chapa e disputar o cargo de conselheiro. No período acompanhado por esta tese o CMDRS de Serra Talhada passou por duas eleições. A primeira, em 2012 só havia uma chapa concorrendo. Com as denúncias acontecendo envolvendo o Conselho, outra eleição em 2013 foi necessária. Aí nós perguntamos: como isso chega ao agricultor? Que agricultor vai pleitear a construção de uma chapa sem o apoio de um membro da prefeitura, ou sem uma participação efetiva e entendimento do processo? Como a convivência com o semiárido vai se manter neste cenário?

## **Apresentação dos capítulos**

Além da introdução, do recorte teórico-metodológico e da delimitação do objeto empírico que contextualiza o discurso da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada, a presente tese está subdividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado “*Das políticas de combate à seca à convivência com o semiárido: Estado e sociedade civil na construção de outro paradigma*” apresentamos um histórico das políticas de combate à seca na região nordestina marcado por uma ação do Estado tratada como assistencialista e clientelista pela literatura especializada. Pretendemos, com este capítulo, identificar no paradigma da convivência com o semiárido as estratégias que estão por trás do protagonismo da sociedade civil e dos processos mobilizatórios e legitimadores que garantiram o alcance de uma dimensão política com a crise do paradigma do combate à seca posta em cena. Com uma conjuntura política favorável ao reconhecimento da sociedade civil frente ao Estado, oriunda do regime militar, um Estado para a sociedade civil estaria em formação e teria seu ápice com o Governo Lula, capaz de permeabilizar as ações do Estado para com as demandas da sociedade civil, através de políticas de desenvolvimento. A convivência com o semiárido surge neste cenário, perpassando rupturas, semelhanças e continuidades, vem assumindo diferentes formas na mediação de diferentes atores, enquanto produto da organização da sociedade civil.

O capítulo II desenvolve “*a dimensão política da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada*” e começa apresentando a construção de um Plano Municipal de convivência com o semiárido de Serra Talhada assumido pela Secretaria de Agricultura para discutir quem são os atores envolvidos e os processos sociais mais determinantes, para representar uma parceria entre o Estado e a sociedade civil respaldada, especificamente por uma história estabelecida do movimento sindical no município e Serra Talhada e entorno. Aqui o trânsito institucional entre movimentos sociais e Estado é marcado pelo Partido dos Trabalhadores e traz como referência toda a discussão dos movimentos sociais no município de Serra Talhada e o processo de sindicalização rural influenciado pela Igreja Católica, nas iniciativas da Diocese de Afogados da Ingazeira. Uma descrença ao combate à seca no município de Serra Talhada compreendia o sentido de contestação dos trabalhadores rurais, baseado em denúncias e reivindicações e na formação de uma crítica a um tipo de governo específico, marcado por formas clientelistas e ditatoriais de controle político atravessado por uma seca que não podia mais ser encarada como obra de Deus.

O capítulo III (“*O Fórum Seca no município de Serra Talhada: os não-ditos da convivência com o semiárido*”) problematiza a concepção do Fórum Seca (1989-1996) no contexto social e político esboçado no capítulo anterior, trazendo-o como evento central de discussão para a sustentação do paradigma da convivência com o semiárido, capaz de representar a organização e a mobilização dos trabalhadores rurais frente às políticas de combate à seca. Em nome de uma sociedade civil que passa agora a existir para levar a questão da seca como uma discussão política, a ideia de um público não estatal seria experimentada em oposição a governos específicos e em prol de um movimento partidário que aspirava um lugar no Estado, e encontrava uma distinção entre Estado e sociedade civil que não tinha mais sentido.

O capítulo IV (“*Entre velhos e novos paradigmas: a confluência ‘perversa’ da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada*”) se desenvolve na intenção de apresentar os atores e os discursos da convivência com o semiárido no nosso campo de estudo, apontando as contradições mais evidentes a ponto de tornar perverso a sua prática. Além das cisternas de placa da ASA, a convivência com o semiárido inserida nas atividades das ONGs e da gestão municipal parece confluir interesses e demandas capazes de direcionar a produção e as relações sociais. Fundamentada em princípios acadêmicos e militantes a convivência com o semiárido conseguiu fortalecer seu caráter transformador de uma base cristã para se adequar aos moldes da sustentabilidade e tornar o Estado responsável por fixar o agricultor no campo. Associada na crença de um novo semiárido, produtivo e capaz de trazer qualidade de vida a retórica da convivência consegue desmistificar a questão da seca trazendo-a como alternativa em disputa e proveito político.

## CAPÍTULO I

### 1. DAS POLÍTICAS DE COMBATE À SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA CONSTRUÇÃO DE OUTRO PARADIGMA

Na literatura as políticas de combate à seca no semiárido nordestino aparecem constantemente associadas à uma ação do Estado, marcada por ações assistencialistas, coronelistas e clientelistas (BURSZTYN, 2008). Situações de secas periódicas, uso intensivo do solo e aumento da população fez com que o acesso à água passasse a ser moeda de valor na região (SUASSUNA, 2007). Essas situações somadas a um sistema econômico de subsistência vulnerável - associado ao sistema algodão-pecuária - que começava a ser visto como inadequado à realidade do semiárido, transformavam a seca em uma grande calamidade social (FURTADO, 1959).

#### *Efeitos da seca – Crise de inadaptção*

*Aqui está a essência o problema. A seca, que ocorre periodicamente, embora de forma imprevisível, não afeta gravemente o algodão-mocó, que é uma xerófila. O gado, até certo ponto, resiste, porque se pode ter reserva de forragem e deslocar parte do rebanho para outras regiões. Antigamente, morria quase todo, mas agora, com as aguadas proporcionadas pela açudagem generalizada, o gado resiste. Ademais, resiste por outra razão a que me reportarei adiante. A produção de alimentos é a mais afetada. A grande massa de meeiros fica praticamente sem ter o que comer. Meio século de “Obras contra as secas” em nada modificou esse elemento do problema, que, com o crescimento da população, tende a agravar-se dia a dia, ou melhor, de seca em seca. Não tendo o que comer, não adianta sequer ao homem ficar à espera da renda proporcionada pelo algodão. É esse o homem que sai para a estrada, que se “retira”, em busca de alguma fonte de emprego que lhe permita sobreviver.*

*O mínimo que se pode dizer, portanto, é que se criou na região um sistema econômico estruturalmente vulnerável e instável, inadaptado ao meio. Na realidade o quadro ainda é pior do que o esboçado. Quando vem a seca, o homem transforma as sementes destinadas ao plantio em reserva alimentar, para comer enquanto sai pela estrada, em busca de melhor sorte. Além disso é obrigado a vender a meação do algodão no momento que lhe é mais desfavorável, por um preço prefixado pelo dono da terra. E o fazendeiro o exige porque precisa do algodão para transformá-lo em pasto, a fim de assegurar a sobrevivência de parte do gado.*

*O sistema econômico que existe na região semiárida do Nordeste constitui um dos casos mais flagrantes de divórcio entre o homem e o meio, entre o sistema de vida da população e as características mesológicas e ecológicas da região. Já nos referimos a esse fenômeno extraordinário de adaptação da flora ao clima, a caatinga, que representa toda uma riqueza vegetal. Esses recursos vegetais, todavia, ainda não foram devidamente estudados. Ainda não se pensou em criar uma economia da caatinga. Explora-se de modo rudimentar o algodão-mocó e algumas outras xerófilas. Mas a caatinga encerra ainda muitas possibilidades, e pode proporcionar forragens arbóreas, resistentes à seca. Alguns idealistas têm procurado contornar a falta de estudos introduzindo plantas exóticas, como a algaroba, que está penetrando no sertão. A verdade, porém, é que após 50 anos de lutas contra as secas, continuamos sem saber qual o tipo de economia que pode subsistir na caatinga.*

*Não obstante se tenha realizado, nos primeiros decênios deste século, notável esforço no sentido de alcançar melhor conhecimento da região, prevaleceu entre os dirigentes dos órgãos*

*responsáveis, quase sempre engenheiros competentes, o princípio de que o grande problema do Nordeste é a limitação da disponibilidade de água. Daí a concentração de esforços no represamento da água. Ora, hoje sabemos que a escassez de água é apenas um dos componentes do problema. Sabemos que se chovesse o dobro a região possivelmente ainda seria mais pobre – a erosão tudo destruiria, inclusive a caatinga. O componente solo é igualmente fundamental. Este é que muitas vezes dificulta ou encarece extremamente o uso da água. Explica-se, assim que tenhamos avançado tanto na acumulação de água e tão pouco no seu aproveitamento econômico. O Nordeste é uma das regiões do mundo onde é mais baixo grau de utilização da água acumulada pelo homem. Isso diz tudo (FURTADO, 1959, p. 29-31).*

Assim, uma série de medidas de combate à seca baseadas na construção de grandes obras hídricas se constituíam, através da criação de órgãos de planejamento regional, representados inicialmente pelo DNOCS, em grandes projetos de açudagem e irrigação; e mais tarde pela própria SUDENE, através de uma política de irrigação que pretendia se efetivar de forma racional, mas estimulando o desenvolvimento industrial do Nordeste com base em tecnologias modernas e investimentos de outras regiões do país (com destaque para o sudeste), a despeito das críticas do GTDN às ações do DNOCS (DINIZ, 2007; GALINDO, 2008).

Na prática, as políticas de combate à seca se configurariam em uma submissão às elites tradicionais que privilegiariam a grande propriedade e os interesses dos políticos, sob o argumento da necessidade de fixar o homem no nordeste semiárido (DINIZ, 2007; SUASSUNA, 2007). Com este formato, a crise do paradigma de combate à seca se consolidaria e coincidiria com uma conjuntura política favorável ao reconhecimento da sociedade civil frente ao Estado, oriunda do regime militar (GOHN, 2004).

A década de 80 significaria um período de transição democrática intrigante para a participação da sociedade civil, a partir do alcance político das *Diretas Já* e da *Constituição de 1988*, com a *Constituição Cidadã*, que estabelecia mecanismos de democracia direta e participativa através da criação de espaços públicos em que o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade (DAGNINO, 2004a). Um Estado para a sociedade civil estaria em formação e teria seu ápice com o Governo Lula, capaz de permeabilizar as ações do Estado para com as demandas da sociedade civil (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

De fato o exercício de construção da democracia no Brasil tem significado a construção e reformulação de conceitos poderosos e abertos para uma relação entre o Estado e a sociedade civil, fazendo com que os esforços dessa mesma sociedade civil, aqui representada pelos movimentos sociais, sindicatos, ONGs e Igreja, pudessem ser assumido pelo Estado. O que representava a presença da pauta dos movimentos sociais da década de 80-90, procurando formas de enfrentamento à seca - mobilizações, atos públicos, ocupações,

reivindicações, denúncias e saques – assumiria uma dimensão política e teria na ocupação da SUDENE, em 1993, uma manifestação marcante, para que as propostas de convivência com o semiárido discutidas pela sociedade civil pudessem ser levadas a efeito pelo Estado.

A convivência com o semiárido surge de uma confluência. Entre esforços de distinção e diálogos travados entre a sociedade civil e o Estado, a sociedade civil na direção da sistematização de propostas nos espaços públicos, Fórum Seca (1991), Fórum Nordeste (1993), Fórum Paralelo da Sociedade Civil (1999), em todos estes reivindicando ações permanentes que fossem executadas pelo Estado, chegava ao Estado através de uma política de desenvolvimento.

Da sociedade civil para o Estado o P1MC inaugurava uma relação intrigante, em que a convivência com o semiárido seria gestada pelo próprio Estado, em uma agenda entre o Governo, a ASA e a FEBRABAN, a partir de 2003 (DINIZ; PIRAUX, 2011a). Constituindo-se como um dos braços do Programa “Fome Zero” do Governo Lula, o “Sede Zero” incorporava o P1MC como iniciativa para construção de um novo modelo de desenvolvimento para a região, fazendo com que a distinção entre o Estado e a sociedade civil se tornasse, ao menos, contraditória.

Perpassando rupturas, semelhanças e continuidades, o paradigma da convivência vem assumindo diferentes formas na medida em que é assumido por diferentes atores, distanciando-se cada vez mais dos pressupostos que o legitimou, enquanto produto da organização da sociedade civil.

### **1.1. As políticas de combate à seca e a intervenção do Estado: rumo à convivência com o semiárido**

Mediante um histórico das políticas de combate à seca do semiárido nordestino marcado por relações, apontadas por Bursztyn (2008) como colonialistas, coronelistas e clientelistas em situações de secas periódicas, uso intensivo do solo e aumento da população; a água passou a ser um elemento chave que marca a presença do Estado nesses períodos (SUASSUNA, 2007). Mediante uma extensa região semiárida formada por uma vegetação peculiar - a caatinga - fornecedora de pastagem natural, o sistema combinado de algodão-pecuária que se formava criava a possibilidade de uma economia potencial para o crescimento demográfico da região, que transformaria a seca, de acordo com Furtado (1959), em uma grande calamidade social, diante do sistema econômico e social que se desenvolvia.



O fato é que no processo de ocupação dos sertões a preocupação da política colonial era a fixação dos colonos nas grandes fazendas de gado, e a estrutura fundiária se desenvolvia de forma concentradora e fechada, associada aos latifúndios ligados à pecuária (PEREIRA, 2012). No século XX o governo inaugurava uma nova forma de lidar com a seca, com vistas a combater seus efeitos a partir de políticas de combate à seca que se resumiam, basicamente, na construção de grandes obras de engenharia para represar água e permitir a fixação do homem no nordeste semiárido; e, na criação de formas institucionais caracterizadas, inicialmente, por três comissões: a de açudes e irrigação, a de estudos e obras contra os efeitos da seca e a de perfuração de poços (PEREIRA, 2012; SUASSUNA, 2007). Dessa forma originava-se um contexto propício para a institucionalização das propostas de combate aos efeitos de seca baseada na criação de órgãos de planejamento regional, que tiveram continuidade com a criação do Instituto de Obras contra as Secas – IOCS, em 1909, da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, em 1919 e do atual Departamento Nacional de Obras Contra Seca – DNOCS, a partir de 1945 (PEREIRA, 2012; POMPONET, 2009b; SUASSUNA, 2007).

De acordo com Carvalho (2009) a atuação do DNOCS<sup>22</sup> no desenvolvimento regional, através da realização de diagnósticos das regiões de secas, da construção de estradas rodoviárias e ferroviárias, da construção de obras de infraestrutura hidráulica e do aproveitamento econômico da água direcionado para a agricultura, foi o que contribuiu para que a ação do Estado encontrasse visibilidade. Porém, todo esse esforço estaria subordinado às “elites tradicionais”, fenômeno caracterizado pelo “negócio da água”, trazendo a seca como uma fábrica de votos que começava a ser criticada<sup>23</sup> (ARAÚJO, 1997a; FURTADO, 1959; 1989; POMPONET, 2009b; CARVALHO, 2009).

Observa-se que o planejamento do Estado decorre da hierarquia do poder entre as classes dominantes e não da estagnação oriunda de uma situação de miséria das massas camponesas. Esta era apenas o reflexo das transformações que configuraria, mais tarde, um novo instrumento de “politização da miséria”, com base nas críticas que se anunciavam em oposição à política de obras executadas pelo próprio Departamento, com o exemplo relevante das publicações de Guimarães Duque.

---

<sup>22</sup> Em parceria às “modernas” entidades representadas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF (em 1945), a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF (em 1948), o Banco do Nordeste – BNB (em 1952) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (em 1959) (CARVALHO, 2009).

<sup>23</sup> Apesar de Carvalho (2009) e Pomponet (2009a) trazerem uma crítica à incapacidade do DNOCS de romper com os interesses dos latifundiários e coronéis regionais e interesses eleitoreiros, não podemos deixar de observar o esforço dos autores em vitimizar as ações do DNOCS mediante um regime ditatorial e o monopólio das oligarquias locais.

*(...) tudo isso levou a que a intervenção do Estado sob a forma da ação e dos gastos do DNOCS mantivesse, mais do que transformasse, as condições de reprodução da estrutura econômica e social: conduziu, em suma, a uma forma de Estado oligárquico, em que se fusionavam e se tornavam indistintas as esferas próprias do Estado e da sociedade civil. O Estado foi capturado por esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário, e mais do que isso, num mecanismo de reforço, o Estado era esse “Nordeste” algodoeiro-pecuário (OLIVEIRA, 2008, p. 176).*

As críticas tomavam corpo com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956 sob a coordenação do economista Celso Furtado, identificando as desigualdades sociais e regionais e a ineficiência das ações governamentais de combate à seca a partir de estudos socioeconômicos voltados para o Nordeste. A sistematização desses estudos em um documento de diagnóstico da problemática regional serviria de base para uma nova política de desenvolvimento, instituída com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959 (FURTADO, 1959).

Na busca de alternativas, a intervenção do Estado passaria das obras de açudagem e irrigação para um aproveitamento racional dos recursos, convergindo, principalmente, para o manejo da pecuária, com base em conhecimentos sistematizados por “*estações experimentais da região e na experiência de alguns fazendeiros*”, aspecto que se expressa no GTDN e se materializa na SUDENE na forma de “*Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*” (1967):

*Por mais importante que venha a ser a contribuição da grande açudagem e da irrigação para aumentar a resistência econômica da região, é perfeitamente claro que os benefícios dessas obras estarão circunscritos a uma fração das terras semiáridas do Nordeste. Infelizmente não é possível substituir a atual economia da região semiárida por outra com base na grande açudagem e irrigação. As possibilidades reais dessa última são limitadas, e ainda mais limitadas se pensamos no seu custo real. A questão básica continuará a ser como adaptar a economia às condições do meio físico. Em outras palavras, aproximar-se do tipo de organização econômica mais viável na região semiárida, partindo dos recursos tecnológicos acessíveis hoje em dia. Esta questão suscita, entretanto, outra de grande significação: que quantidade de mão-de-obra poderá absorver essa economia, sem comprometer seriamente sua resistência ao impacto ocasional das secas?*

*A reorganização da unidade econômica da região semiárida, objetivando elevar seu nível de produtividade terá necessariamente de basear-se muito mais numa utilização racional dos recursos naturais e muito menos na utilização intensiva de mão-de-obra barata. Como a pecuária constitui a principal fonte de renda, do ponto de vista do empresário, a questão básica está em elevar os rendimentos desse setor. Ora, nos anos comuns e muito mais nos secos, durante os longos períodos de estiagens, observa-se séria perda de peso no gado, consequência da falta de pastos ou forragem adequada. Existe, hoje, óbvia sobrecarga de gado, que somente uma melhoria nas pastagens ou uma redução do rebanho poderão corrigir (GTDN, 1967, p. 73).*

A questão que se colocava em evidência era promover uma forma mais racional de convivência da pecuária com o algodão (algodão mocó), melhorar a oferta de forragem de plantas xerófilas adaptadas às condições do ambiente, orientadas por assistência técnica e financeira do Governo: núcleo central de uma economia que se pretendia resistente às secas (GTDN, 1967). Nesse contexto, a atenção política de combate à seca passaria para um aproveitamento racional dos recursos hídricos que seria legitimado como estratégia de intervenção governamental nos fins da década de 1960 e começo da década de 70 com a política de irrigação (SUASSUNA, 2007; CARVALHO, 2009; PASSADOR; PASSADOR, 2010). Segundo Carvalho (2009), a perda do prestígio do DNOCS perante a criação da SUDENE é recuperada na década de 70, com a integração do Departamento de Secas às iniciativas derivadas da Política de Irrigação concebida pelo Ministério do Interior e implementada com o apoio do Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola – GEIDA, criado pelo Decreto nº 63.775, de 11 de dezembro de 1968.

Com a criação do Grupo Executivo para Irrigação e Desenvolvimento Agrícola – GEIDA, do Programa de Integração Nacional-PIN e do Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE - 1972/1974 (SUASSUNA, 2007), e graças aos esforços combinados da IOCS – IFOCS-DNOCS, da Superintendência do Vale do São Francisco – CVSF - Suvale e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, SUDENE e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; a política de irrigação consegue ser praticada através de redes especializadas de serviços técnicos para pesquisa, experimentação e assistência técnica, com mão-de-obra qualificada, crédito e capital financeiro; reintegrando o prestígio do DNOCS nas políticas de combate à seca (CARVALHO, 2009).

Entre as ações do DNOCS e da SUDENE, o papel desempenhado pelo setor público foi marcante e fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico nordestino, embora tenha privilegiado a propriedade privada, sem atender as reais necessidades da população, a não ser de forma assistencialista (ARAÚJO, 1997a; SUASSUNA, 2007). As elites locais conquistaram um espaço político e econômico, geralmente associado à presença ou ausência do Estado, explicando o insucesso das intervenções estatais relacionado à sua subordinação às “elites tradicionais”, destacado nos textos de Carvalho (2009) e Pomponet (2009b). Para Oliveira (2008) mais do que se aliar aos grandes latifundiários, a intervenção do Estado se configuraria em estratégia de planejamento regional, modernizador capaz de mediar um conflito de classes intra-regional, revelador de aspectos do capitalismo monopolista:

*No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu lócus na “região” Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das regiões. Esse movimento dialético **destrói para concentrar**, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação nacional das mercadorias, produzidas agora no centro de gravidade da expansão do sistema, são em si mesmas tantas outras formas do movimento de concentração; e a exportação de capitais das “regiões” em estagnação são a forma do movimento de centralização. Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema em escala nacional (OLIVEIRA, 2008, p. 201).*

*Nota-se em tais condições de agravamento do chamado aumento das disparidades regionais de crescimento<sup>7</sup> (núcleo da argumentação do documento “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” do GTDN); em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das “economias regionais”; o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital. A estagnação, quando existe, é ela própria uma fase do ciclo. Quanto às relações entre a “região” Centro-Sul comandada por São Paulo e o “Nordeste”, tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no “Nordeste”: são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos “Nordestes”, que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da “região” em expansão, tendo em vista o caráter cumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor; nisto reside a metamorfose da imposição do equivalente geral a todo o conjunto da economia, isto é, na troca de valores iguais ganha o que tem em si maior produtividade do trabalho. Claro está que esse movimento não é puramente econômico, no sentido em que os economistas o empregam; sem o correspondente movimento na estrutura do poder, sem a captura do Estado pela nova coligação de forças que reproduzem o capital de forma agora diferente, a lei do valor não se impõe sozinha<sup>8</sup> (OLIVEIRA, 2008, p. 202).*

Mais do que a busca por alternativas para os problemas da seca, a região nordeste se tornava palco de um sistema de incentivos regionais inaugurado com a criação do Sistema 34/18 - FINOR<sup>24</sup> - Fundo de Investimento do Nordeste pela SUDENE (CARVALHO, 2006). Direcionado para o espírito empresarial, a intervenção do Estado orientava uma escala que pudesse suprir a demanda da modernização, implicando na mudança da organização social e técnica da produção e da própria estrutura econômico-social rural, manifestada no nível da estrutura fundiária. Por esta lógica as empresas de assistência técnica e extensão rural começavam a atuar, a partir de um projeto técnico-financeiro (como por exemplo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, posterior a ANCAR – Associação Nacional de Crédito Agrícola), baseado em um “pacote tecnológico” implantado por um técnico especializado. Dessa forma o Estado conseguia introduzir o sistema bancário no campo fechando um ciclo interdependente com os capitais financeiros e industriais, em um

<sup>24</sup> Sistema de incentivos fiscais que teve como principal fonte de recursos o imposto de renda. Surge pela primeira vez na Lei n° 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que aprovou o I Plano Diretor da SUDENE, com o objetivo de atrair para o Nordeste capital privado, para promover a industrialização da região, concedendo às empresas inteiramente nacionais do país deduções do imposto de renda para aplicação de projetos industriais na região (CARVALHO, 2006).

processo de modernização da economia rural que controlava a estrutura produtiva, com o consumo de insumos industrializados (BURSZTYN, 2008).

Nesse sentido, de acordo com Bursztyn (2008) o rumo que a atividade intervencionista do Estado começaria a tomar passaria de uma descentralização (mesmo que concentradora) manifestada durante a década de 60, para um retorno à forma tradicional de centralização, ainda assistencialista, assumindo um caráter transformador que mantinha o velho paternalismo oficial em que os “coronéis” – e não o coronelismo - continuariam se beneficiando, agora individualmente enquanto proprietários de terras. Através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR-1965) o Estado poderia direcionar tanto os beneficiários<sup>25</sup>, com estratégias que favoreciam os grandes produtores, como o tipo de produção (aquela adequada ao mercado externo, é claro); contribuindo para um cenário de concentração de terras improdutivas que não colaboravam para a oferta de emprego (BURSZTYN, 2008).

A pecuária começava a se tornar prioridade na região nordeste com a entrada dos bancos privados no sistema de crédito rural e as vantagens creditícias, configurando uma problemática que vinha associada com a perda da importância da agricultura através da substituição de áreas agricultáveis pela formação de pastagens perenes, consolidando uma estrutura fundiária caracterizada por “velhos conceitos”, que agravava a questão fundiária no Nordeste e os problemas de falta de alimentos e da emigração rural (BURSZTYN, 2008; PEREIRA, 2012).

Imagina-se que, em uma época em que a sociedade brasileira começava a passar por um processo de redemocratização, em meados da década de 1980, a busca por alternativas de desenvolvimento se tornava imperativa no semiárido brasileiro e se intensificava com uma lógica de financiamentos direcionados para ele, em meio a uma crise ambiental que se tornava evidente com os processos de desertificação<sup>26</sup>.

Em uma trajetória de lutas políticas e sociais derivadas do Golpe Militar que se somava a um cenário de crise de caráter recessivo com o fracasso do “milagre brasileiro”, conforme Nogueira (2011), a busca por alternativas mais participativas e democráticas de desenvolvimento se fortalecia entre as décadas de 70 e 80<sup>27</sup>. Uma concepção cara para este

---

<sup>25</sup> Entre os fatores que limitavam o acesso ao SNCR estão: falta de interesse dos grandes proprietários dificultando a concessão de cartas de anuência; adiantamentos tradicionais não-oficiais que acabavam controlando o produtor; compra da produção anterior à colheita por um valor inferior ao mercado; exigências burocráticas e risco de perda da terra no caso de endividamento do agricultor (BURSZTYN, 2008).

<sup>26</sup> Foi com a colaboração do Professor Vasconcelos Sobrinho que a própria SUDENE, em 1977, contribuiu para o estudo das Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD, identificando áreas atingidas e selecionando as áreas mais críticas como áreas-piloto. Nesta linha de pesquisa o Núcleo de Desertificação da Universidade do Piauí – UFPI fez novos estudos, na década de 1990, para uma Conferência Nacional e Seminário Latino-Americano da Desertificação – a CONSLAD; apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente e pela EMBRAPA, por intermédio da CPATSA (EMBRAPA Semiárido) (PAN-BRASIL, 2004).

<sup>27</sup> Foi nesse período, entre os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), que as oposições começavam a se inserir no poder, através de uma abertura democrática inaugurada com a expressiva vitória eleitoral da oposição no Governo Geisel. Este processo teve um desfecho na luta pelas eleições diretas entre 1983 e 1984, passando pela constituição de um importante projeto político de estruturação

processo era introduzida no vocabulário político e em elaborações teóricas, a partir do final dos anos 70, como sinônimo de participação e organização da população civil brasileira contra o regime militar: a sociedade civil (GOHN, 2004). Para esta autora este movimento contribuiu para a construção de outro referencial político nacional, que se fundava na crença da necessidade de mobilização da sociedade civil alicerçada em uma organização popular capaz de alterar a estrutura do Estado, dominada pelos militares e por um regime não democrático que privilegiava o grande capital. Com a noção de autonomia, a organização da sociedade civil poderia ser orientada de forma independente do plano estatal, ou, sobretudo, “de costas para ele”. Segundo Gohn (2004):

*Um dos principais eixos articuladores da sociedade civil, naquele período, foi dado pela noção de autonomia: tratava-se de organizar-se independentemente do Estado (na maioria das vezes de costas para o mesmo). Na realidade, a autonomia também era um discurso estratégico para evitar alianças consideradas espúrias, para que o perfil de certos grupos da sociedade civil fosse configurado segundo alguns princípios, para que não houvesse reprodução de práticas autoritárias estatais e nem práticas consideradas como superadas, como as baseadas no centralismo democrático das correntes de esquerda mais radicais ou mais tradicionais (GOHN, 2004, p. 21-22).*

Com a Constituição Brasileira de 1988 esta lógica tinha continuidade, direcionando recursos da União para o semiárido, ao mesmo tempo em que construía um Semiárido como conceito técnico<sup>28</sup>: região de interesse da intervenção estatal, palco das políticas de combate à seca e alvo de críticas ao poder patrimonialista das elites tradicionais. Por trás desse processo se manifestava uma rede de interesses políticos delineadores de um conceito aparentemente geográfico, mas baseado em um discurso institucional impositivo, inaugurado com a “invenção do nordeste”, de acordo com Albuquerque Júnior (2011)<sup>29</sup>.

De acordo com Dagnino (2004a) a “Constituição Cidadã”<sup>30</sup> também contribuiria para a consagração do princípio de participação da sociedade civil, estabelecendo mecanismos de democracia direta e participativa caracterizados pela criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual, e federal, com representação paritária do

---

partidária a partir dos sindicatos e movimentos populares, o Partido dos Trabalhadores (PT). Neste processo a Igreja Católica se fortalecia na sua relação com os setores populares sofisticando sua elaboração teórico-política; e os movimentos sociais se multiplicaram, fazendo vir a tona uma nova disposição participativa, autônoma em relação ao Estado e aberta à invenção no plano da mobilização e da organização (NOGUEIRA, 2011).

<sup>28</sup> Inicialmente área de atuação da Inspeção Federal de Obras contra as Secas – IFOCS o “Semiárido” compreendia um conceito que substituiria o de “polígono das secas” (CARVALHO, 2009) e apareceria como área de atuação da SUDENE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), pela Lei nº 7.827/1989, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, incluindo a zona de Minas Gerais (BRASIL, 1989).

<sup>29</sup> Segundo Albuquerque Júnior (2011) é este processo de institucionalização das secas, legitimado pela criação do IOCS (1909), que consegue abrir espaços no aparelho do Estado, tornando-se “locus institucional” da produção de um discurso regionalista beneficiado por políticas públicas.

<sup>30</sup> Neste período dos anos 80 estava em foco a questão da cidadania, alicerçada nos processos de luta pela transição democrática que levaram ao movimento de Diretas Já, à Constituinte e à nova Carta Constitucional de 1988, destacando a questão dos direitos civis e políticos por melhor qualidade de vida (GOHN, 2004).

Estado e da sociedade civil. Uma aposta na ação conjunta para o aprofundamento democrático estava sendo defendida, orientando processos participativos com a criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado<sup>31</sup> com a sociedade.

Foi neste período de “transições democráticas” que algumas temáticas se configuraram no sertão brasileiro: região “problema” e de interesse da intervenção estatal, palco das políticas de combate à seca e de luta das organizações da sociedade civil, palco de imperativos mais sustentáveis. A partir da década de 80 a realidade regional começava a ser vista sob o enfoque do discurso da sustentabilidade, como alternativa de desenvolvimento do semiárido brasileiro, abrindo espaço para **novos atores sociais** representados pela sociedade civil organizada. Seriam estes atores que, junto com algumas instituições públicas de pesquisa e extensão, passaram a desenvolver propostas de desenvolvimento que fossem opostas à lógica de políticas públicas vigente, assistencialistas e clientelistas, de acordo com Duque (2008), baseados na ideia da “convivência com o semiárido” (SILVA, 2003; 2006; 2007).

Com a noção de conviver com a seca em substituição a de combate à seca esboçada por Celso Furtado desde meados do século XX, trouxe para a discussão uma nova interpretação do problema da seca que desmascararia a ineficiência das obras contra as secas até ali implantadas, com uma economia produtiva (sistema algodão-pecuária) descontextualizada com as condições ecológicas da região, indicando a necessidade de um sistema econômico resistente ao impacto das secas que implicasse na alteração da estrutura fundiária:

*O primeiro objetivo deve ser, portanto, criar ali uma economia resistente à seca. Para isso teremos de conhecer melhor a região, seus recursos de água superficial e subterrânea, sua flora, e teremos que mobilizar o crédito e a assistência técnica. Essa economia de maior produtividade há de implicar provavelmente, redução do rebanho em algumas áreas. A sobrecarga animal prejudica a agricultura algodoeira e torna o sistema mais vulnerável à seca (FURTADO, 1959, p. 32).*

Este era o esboço de uma nova interpretação que de acordo com Pomponet (2009b) não tinha espaço perante as lideranças políticas regionais, mas levaria à constituição de uma discussão interrompida em meados da década de 60 que ganharia corpo na década de 90, pelas organizações da sociedade civil e algumas instituições públicas de pesquisa e extensão (como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão RURAL - EMBRATER), com base na ideia de que seria

---

<sup>31</sup> Adiante aprofundaremos a noção de compartilhamento destacada por Dagnino (2002), que na prática implica um esforço de complementaridade instrumental do Estado e da sociedade civil para uma estratégia do Estado na implementação do ajuste neoliberal que exige um encolhimento do próprio Estado perante suas responsabilidades sociais.

possível e necessário conviver com o semiárido (SILVA, 2007). Mesmo com os esforços dessas instituições divulgados através do documento “Convivência do Homem com a Seca” desenvolvido pelo Centro de Pesquisa do Semiárido (CPATSA), em 1982 - baseados na experimentação de tecnologias hídras e produtivas mais apropriadas às condições ambientais, com infraestruturas de captação e armazenamento da água de pequeno porte -, a década de 90 ainda trazia a necessidade de avançar na produção de tecnologias específicas de convivência com as secas.

Para Silva (2006) configurava-se uma proposta “tímida” no interior de órgãos do Governo Federal, mas potencial para uma orientação governamental inovadora que poderia assegurar a convivência do homem com a seca, pautada na experiência dos agricultores e das instituições públicas atuantes na região.

## **1.2. Um Estado para a sociedade civil: novos atores para um paradigma**

A presença do Estado no desenvolvimento da região Nordeste entre as décadas de 70 e 80 será identificada pelo crescimento econômico e pela participação desta na economia nacional, de acordo com Tânia Bacelar de Araújo<sup>32</sup>. Apesar do caráter desenvolvimentista, oriundo de um projeto nacional orientado para a concentração de investimentos, não se pode deixar de considerar, segundo a autora, que a contribuição da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste foi fundamental, direcionando políticas de corte setorial/nacional para um esforço explicitamente regional (com impactos diferenciados por todo o Nordeste) (ARAÚJO, 1997a; b; 2012).

Neste caminho um movimento de desconcentração dos investimentos acabou sendo orientado, fazendo com que o Nordeste resistisse à crise financeira da década de 80<sup>33</sup>, em uma fase em que o esforço para o desenvolvimento regional ganhava peso político, com o crescimento do PIB nordestino se fazendo evidente, diferenciando algumas áreas de maior disponibilidade de recursos, potenciais para o desenvolvimento de polos agroindustrial e

---

<sup>32</sup> Este processo vai ser modificado posteriormente. Mediante a crise do Estado e as novas orientações empresariais as decisões dominantes ficarão à mercê do mercado; indicando uma tendência de interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos desenvolvidas (ARAÚJO, 1997b).

<sup>33</sup> Foi justamente as particularidades das estruturas produtivas de cada sub-região que o Nordeste – passando de um perfil industrial caracterizado por bens não-duráveis (têxtil e alimentar, principalmente) nos anos pós-60, para uma produção de bens intermediários, financiados pelos incentivos da SUDENE com o sistema 34/18 FINOR – consegue resistir à crise dos anos 80, que afetou o setor industrial produtor de bens de capital e de bens de consumo duráveis (aqueles que ainda não faziam parte da cadeia produtiva nordestina), levando Araújo (1997b) a afirmar a importância do Nordeste e da sua heterogeneidade na dinâmica nacional.



industrial<sup>34</sup> (ARAÚJO, 1997a,b). Foram essas as áreas que, embora sob uma orientação regional oriunda das iniciativas do GTDN<sup>35</sup>, representaram subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, diferenciadas a partir de uma tendência privatista: entre áreas com intenso dinamismo econômico e áreas resistentes à mudança, dependendo do potencial de recursos disponíveis, e da “atuação” ou “comando” do Estado (ARAÚJO, 1997b). O fato é que entre a presença do Estado e a sua ausência, mudanças ocorreram e caminharam para um esforço de desenvolvimento regional que ultrapassasse velhas estruturas socioeconômicas e políticas perpetuadoras de uma visão de miséria da realidade nordestina:

*Nas últimas décadas mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, questionando inclusive visões tradicionalmente consagradas sobre a região. Nordeste região problema, Nordeste da seca e da miséria, Nordeste sempre ávido por verbas públicas, verdadeiro poço sem fundo em que as tradicionais políticas compensatórias de caráter assistencialista só contribuem para consolidar velhas estruturas sócio-econômicas e políticas perpetuadoras da miséria... Essas são apenas visões parciais sobre a região nos dias presentes. Revelam parte da verdade sobre a realidade econômica e social nordestina, mas não apreendem os fatos novos dos anos mais recentes. Não refletem a atual e crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas (ARAÚJO, 1997, p. 13).*

Após um período de estagnação econômica proveniente de uma crise fiscal e financeira interna e o aumento da dívida externa, com a famosa “década perdida” dos anos 80, uma fase de atenuação da questão regional é estabelecida, amortecendo a política de desenvolvimento até então em vigor pela SUDENE (ARAÚJO, 1997). Para Araújo (2012a) a ação estatal que marcou os anos 90 se orienta para uma demanda gerencial da crise, se distanciando de projetos de planejamento regional para dar lugar ao projeto neoliberal do presidente Fernando Collor, que assumia a política fiscal e monetária, de forma subordinada às orientações do “Consenso de Washington” (1989).

A partir daí já se podia ter noção do decorrer dos fatos: desmonte do setor público, privatização de empresas estatais, redução dos investimentos no setor da ciência e tecnologia, abertura comercial para integração competitiva, reestruturação produtiva, flexibilização de direitos, implementação de um programa austero de estabilização monetária e reformas

<sup>34</sup> Para Araújo (1997b) essas áreas, tratadas na literatura através de uma vasta conceituação, “frentes de expansão”, “pólos dinâmicos”, manchas ou focos de dinamismo, enclaves, se tornaram espaços potenciais de dinamismo econômico quando não controladas pelo Estado. São elas: o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza e o complexo minero-metalúrgico de Carajás, referentes a atividades industriais; além das áreas de moderna agricultura de grãos (que se estendem dos cerrados baianos atingindo, mais recentemente o sul do Estado do Maranhão e do Piauí), do moderno pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte (com base na agricultura irrigada do Vale do Açu), e dos diversos pólos turísticos implantados nas principais cidades litorâneas do Nordeste. O pólo agroindustrial de Petrolina-Juazeiro se caracteriza mais pela agricultura irrigada do submédio São Francisco.

<sup>35</sup> De acordo com Araújo (2012) o planejamento regional incentivado pela SUDENE teve que abandonar uma proposta de industrialização mais reformista do GTDN para se ajustar ao projeto de modernização conservadora conduzido por sucessivos governos militares.

profundas na ação do Estado; medidas que promoveriam a recessão econômica como remédio para a crise inflacionária, sob uma perspectiva neoliberal. Para Tânia Bacelar de Araújo no projeto neoliberal não há mais espaço para um Estado planejador, nem produtor. Os projetos macroeconômicos não permitem trabalhar com a desigualdade do país, sobretudo regionalmente, definindo políticas setoriais despidas de uma visão organizacional concreta da economia, colocando a questão regional no lugar das políticas compensatórias (ARAÚJO, 2012).

Nessa dinâmica que efetivava a crise do planejamento regional e o fechamento da SUDENE, a presença do Estado não era mais demandada, conforme Araújo (2012), abrindo espaço para a centralidade de outro “ator” estratégico: um mercado que pudesse responder à crise do Estado, a partir de políticas de desregulamentação e de ajustes de orientação monetarista (NOGUEIRA, 2011). A história nordestina pode ter mostrado um período de desenvolvimento econômico e social proporcionado por um Estado “presente”. Mas com a crise do Estado inaugurada com a fase pós-ditadura militar e estabelecida diante de um crescimento distorcido e de um processo de globalização, o Estado se transformaria na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da inflação (PEREIRA, 1997).

Na década de 90 este Estado já teria uma imagem da “encarnação do mal”, algo a ser combatido em nome da sociedade e contra qualquer ideia de nação, constituindo uma retórica mobilizadora capaz de dissimular seus próprios propósitos (NOGUEIRA, 2011), com a demanda de uma reforma que buscasse um papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade (PEREIRA, 1997). O fato é que o reformismo vitorioso dos anos 90 se não levou à uma reforma concreta do Estado, uma conjunção de fatos e mudanças foram orientadas na passagem do século XX para o século XXI, fazendo com que o terreno das relações entre Estado e sociedade civil ficasse bastante congestionado, permanecendo uma ideia central no imaginário coletivo: a de um Estado que pudesse ser combatido e reformado (NOGUEIRA, 2011). Para este autor aqui se construiria um conceito de sociedade civil que traria uma visão dicotômica das relações desta com o Estado<sup>36</sup>.

De acordo com Araújo (2012) a necessidade de uma nova orientação viria à tona diante de políticas governamentais incapazes de atender à maior parte da população rural do semiárido, mediante uma histórica política de açudagem que não alcançaria a demanda difusa

---

<sup>36</sup> Para Nogueira (2011) essa sociedade civil que emerge na dicotomia entre o Estado é despolitizada. Sua dimensão política precisa ser construída através do choque, da concorrência e das lutas entre os diferentes grupos, projetos e interesses. Dessa forma a sociedade civil vincula-se ao espaço público democrático funcionando como base de uma disputa hegemônica como espaço político, e de uma oposição efetivamente emancipadora frente às estratégias de dominação do capitalismo.

proveniente das áreas de sequeiro<sup>37</sup>, áreas em que os projetos de irrigação não foram viabilizados. Para esta autora a região semiárida nordestina se constitui dessa problemática<sup>38</sup>: falta de organização, falta de apoio, emigração, “favelização”, exposição a seca e aos programas compensatórios, assistenciais e emergenciais; foco de resistência não-dinâmico, não-competitivo, excluído; mas potencial para uma nova abordagem que compreendesse as realidades locais inserindo-as no movimento de integração competitiva de um mundo globalizado, de forma equilibrada com a qualidade de vida dos sertanejos.

Com esta abordagem abre-se espaço para o novo modelo de desenvolvimento em pauta nas agendas nacionais e internacionais, baseado em moldes sustentáveis que trariam uma possibilidade alternativa<sup>39</sup> para o desenvolvimento regional, de uma “Política Nacional de Desenvolvimento Regional” que pudesse equilibrar a “desintegração competitiva” vigente no país, em um contexto neoliberalizante e globalizante (ARAÚJO, 2012). Em oposição ao projeto neoliberal e seu caráter seletivo, a Política Regional idealizada pela autora mediará uma atuação mais presente e articuladora do Estado na cena nacional - com destaque para a atuação do Governo Federal - valorizando a ação das organizações não governamentais no processo democrático que viria, ou deveria surgir de um Estado centralizador para um Estado descentralizador, regulador e ampliado:

*O surgimento de novos modelos de gestão de políticas públicas, menos centralizado e mais democrático, poderá, no futuro imediato, exigir uma mudança radical nas formas de atuação governamental no que se refere às políticas de desenvolvimento regional. O simbolismo parece ser assim: substituir Dom Mauro Morelli por Ruth Cardoso de Melo. Não há nada que simbolize mais a mudança que se fez, o amesquinamento desse espaço de interação entre governo e sociedade. É a tradição de acharmos que as políticas públicas são políticas de governo, e a sociedade que se vire e, no máximo, venha pressionar. Esse é um traço muito forte. E como o caráter das políticas públicas era esse, as não governamentais começaram a ter um papel importante (ARAÚJO, 2012, p.132).*

Sob uma perspectiva técnica e política estava em discussão uma alternativa que agregaria temáticas em pauta em um âmbito nacional e global, que serviriam para a legitimação do paradigma da convivência com o semiárido em meados da década de 90, se aproveitando de mutações temáticas importantes no cenário político e da inserção de novos atores. Representados pela sociedade civil, com a presença marcante das ONGs, dos

<sup>37</sup> Araújo (2012) indicava a necessidade de uma política hídrica alternativa para essas áreas, através da construção maciça de cisternas e barragens (clássicas, subterrâneas, de salvação etc.).

<sup>38</sup> Para esta autora são essas problemáticas oriundas de uma estrutura fundiária ainda dominadora com base na falta de organização dos agricultores que fazem das políticas públicas mecanismos de manutenção do “status quo” dessa região, ainda dependente de soluções importadas que não consideram as especificidades e heterogeneidades locais.

<sup>39</sup> Revelava-se a possibilidade uma nova abordagem de desenvolvimento baseada na capacidade organizativa da população e na valorização da solidariedade e sustentabilidade, aproveitando o potencial produtivo e tecnológico disponível, com a atuação de novos atores locais e regionais mediados pelas ONGs: os novos ocupantes dos espaços da “não-presença do Estado” (ARAÚJO, 2012).

movimentos sociais e da Igreja, abre-se o caminho para a crença de uma oposição às políticas governamentais, que ora se manifestava criticamente e ora buscava dominar, seja através de políticas públicas, seja através de um trânsito institucional movimentos sociais – Estado, alicerçado em um envolvimento partidário do Partido dos Trabalhadores. Vejamos um trecho do texto da Tânia Bacelar de Araújo (2012):

*Agora, vamos frisar uma distinção: políticas públicas interferem no espaço público. O setor privado interfere no espaço do mercado. Vimos que as políticas públicas têm atores governamentais e atores não governamentais – da sociedade civil. Do governo, tais políticas são federais, estaduais e municipais. Estávamos mais acostumados a trabalhar com o modelo caracterizado por um governo ditatorial, fechado, centralizador, que se mantinha em seu espaço; todos nós no espaço da contestação, e as políticas governamentais não públicas num espaço isolado. Isso constituía uma tradição. Com o fim da ditadura, o PT ganhou algumas prefeituras e abriu espaço para a negociação. Alguns Estados, com governadores mais progressistas, abriram espaço e devemos aprender a trabalhar nele. É verdade que muitos dos Estados usam esse espaço para cooptar e manipular. É verdade que muitos começaram a criar associações para poder fazer de conta que estavam democratizando. Mas isso não vinha da sociedade; vinha do próprio Estado, que utilizava um cabo eleitoral, montava uma associação e transferia recursos. Há, portanto, um espaço que é da cooptação e da manipulação. Há, também, o espaço do confronto e da reivindicação, quando se discorda, confronta, racha, e não participa. Em algumas oportunidades, o correto é isso. Fazemos uma análise de conjuntura e vemos que não dá pra participar (ARAÚJO, 2012, p. 281).*

Segundo Araújo (2012) o espaço público surge como palco de políticas públicas e disputa de diferentes atores, governamentais e não governamentais da sociedade civil. O espaço público representa essa relação. Um espaço em que o acesso a políticas federais, estaduais e municipais começa a ser disponível. Um diálogo que se distancia de um governo ditatorial, fechado, centralizador de políticas não públicas e isoladas, em contraposição a um espaço de contestação. Esta era a tradição. Com o fim da ditadura, essa tradição se reconfigura em um espaço ampliado para participação, com a contribuição do Partido dos Trabalhadores. Para Tânia Bacelar de Araújo em alguns Estados a manipulação e a cooptação ainda permanecem, no âmbito das associações como discurso democrático. Mas acontece no âmbito do Estado, caracterizado agora por interesses eleitorais. Esse Estado é o que se pretende confrontar.

Neste confronto (através de uma crítica às propostas de Fernando Henrique Cardoso) um impulso mobilizador deve ser operado, trazendo a sociedade civil como força motriz de uma proposta de descentralização e de reforma do Estado, pautada na organização de uma sociedade oposta a um Estado de “direita” e partidária de um Estado de “esquerda”, democratizante e transformador, conforme Araújo (2012):

*Mas o Brasil não é o seu governo. Há um outro Brasil, que somos nós. Quando observamos esse outro Brasil, vemos que algo acontece diferentemente dessa trajetória traçada pelos poderosos. Existe uma proposta de reforma do Estado na sociedade brasileira! E não é a proposta de Fernando Henrique. É outra. E não é apenas uma proposta. Já estamos conseguindo levar à prática nossas ideias. Existe uma proposta de descentralização! Na prática, a sociedade brasileira está fazendo a descentralização. Sempre que se diz concentrar, centralizar de novo, dizemos não! Há uma decisão, no seio da sociedade brasileira, que rejeita a centralização. Sabemos que centralizar não dá certo no Brasil. Estamos operando a descentralização. Estamos ocupando os espaços da descentralização. Existe um espaço a favor da democratização do Estado brasileiro! Estamos, de muitas formas, dizendo não àquele Estado fechado, submetido somente aos lobbies. Tem que haver um amplo espaço, para disputarmos as decisões e a implementação das políticas públicas necessárias. Surgiu uma brecha, estamos lá. Sente-se uma força na sociedade brasileira, tentando instaurar o espaço da descentralização. Existe uma decisão a favor das políticas sociais! Reformar aquele Estado desenvolvimentista, que só patrocinava o crescimento da economia, abrindo espaço para um Estado que patrocine saúde, patrocine educação, patrocine segurança. Um Estado com políticas sociais. Existe uma decisão a favor da universalização da saúde e da educação na consciência da sociedade brasileira! Existe uma proposta a favor do Estado transformador! O Movimento dos Sem Terra intervém aqui. Reforma agrária agora! A gente lê o “Mãos à obra” ou não! Mas as ONGs não podem fazer desapropriações. Só quem desapropria é o governo federal. Então, ou o Executivo vai, ou nós vamos empurrá-lo. Porque esse não é um espaço alternativo.*

*Existe a expectativa da sociedade brasileira de que o Estado opere algo nesse país. Isso é uma exigência. Há um apelo social a esta proposta, hoje, que, talvez, nunca tenha havido antes. Talvez nunca tenha havido tanto apoio social a esse tipo de reformatação do Estado. Portanto, na experiência acumulada, ao longo desses anos, nos espaços governamentais locais, mas estas experiências estão muito mais nos âmbitos dos municípios e de alguns Estados, do que no âmbito federal. Existe muita experiência acumulada também, nos espaços não-governamentais. O Brasil não está morto! Está cheio de experiências locais dizendo: “é assim que se organiza, é assim que se planta, é assim que se comercializa”. Esta é a nova forma que queremos! Há a opção pela competitividade, pela inserção globalizante; mas o resto do Brasil está dizendo: “tudo bem, pode ser assim, mas, há um espaço aqui onde a gente quer fazer diferente”. Há experiências exitosas desse tipo de abordagem. Há o espaço da relação governo-sociedade. (ARAÚJO, 2012, p. 273)*

O fato é que após a conquista das eleições diretas (1983-1984) e a saída dos militares do poder a partir de 1985<sup>40</sup> o terreno discursivo democratizante dos projetos políticos trazia novos significados para o conceito de sociedade civil, diante de uma abertura dialógica que se iniciava com o Estado, apoiada pela força dos movimentos sociais da sociedade civil (DAGNINO, 2004a; GOHN, 2004). De acordo com Gohn (2004) a ampliação da sociedade civil que marca este período está associada ao surgimento de novos atores, agora caracterizados por certa pluralidade decorrente de novas formas de associativismo que iriam balizar a construção de outro conceito de cidadania, superando a noção de autonomia dos anos 80<sup>41</sup>. Sendo incorporada nos discursos oficiais na direção da ideia de participação civil, de

<sup>40</sup> De acordo com Nogueira (2011) a aliança democrática constituída por Tancredo Neves e José Sarney (PMDB) que chegava ao poder teria facilitado a passagem de uma nova dialética entre o Estado e a sociedade.

<sup>41</sup> É neste contexto que os movimentos sociais começavam a perder força nos discursos participativos da sociedade civil, dando espaço para a fragmentação de um “sujeito social histórico”, em um processo que a noção de autonomia não tinha mais visibilidade no processo democrático, este agora legitimado pela exaltação de uma sociedade política de um poder institucionalizado no Estado. Em uma fase de redemocratização dos espaços públicos estatais, com a conquista de novos direitos constitucionais e a volta das eleições diretas em todos os níveis governamentais, a necessidade de atuação no plano institucional e governamental seria fundamental, legitimada como estratégia estatal no encaminhamento das conquistas obtidas na Carta de 88. Sobre esta fase é importante perceber que as conquistas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como sujeito sociopolítico, não deixa que a “crise dos movimentos sociais urbanos” dos

exercício da civilidade e de responsabilidade social, a noção de cidadania trataria não apenas dos direitos, mas também de deveres relacionados à tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, com parcerias nas políticas sociais governamentais.

Para Gohn (2004) este movimento poderia culminar em duas direções, materializando uma força potencial para o reconhecimento desses novos atores, ou contribuindo para certa vulnerabilidade dos mesmos, ao assumir um papel que deveria ser exercido pelo Estado. Uma sociedade civil ampliada, entrelaçada com a sociedade política colaboraria para um cenário contraditório e fragmentado em que se desenvolve o novo espaço “público”, um público “não-estatal” representado pelos conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para gestão da coisa pública.

No semiárido o papel que a sociedade civil assumia perante o Estado se tornava significativo, em contraste a uma intervenção estatal baseada em medidas emergenciais, em um período crítico em que a seca atingia a região entre os anos de 1992 e 1993, estimulando os trabalhadores rurais organizados a reivindicarem ações permanentes para o desenvolvimento do semiárido (DUQUE, 2008):

*Na seca de 1992/93 houve uma mudança qualitativa na reação da sociedade civil organizada, pressionando o governo federal por ações imediatas e cobrando a elaboração de um plano de ações permanentes no semiárido. (...) Em março de 1993, trabalhadores rurais organizados pelo movimento sindical rural, associações, cooperativas e organizações não governamentais realizaram ato público em Recife e ocuparam a sede da SUDENE, exigindo providências imediatas na situação de seca e ações permanentes para o desenvolvimento do Semiárido (SILVA, 2007, p.478).*

Diante dessa circunstância fica evidente a justificativa de alguns autores sobre o protagonismo da sociedade civil na ideia da convivência com o semiárido, originária de um clima de contestação à impotência das ações governamentais em uma conjuntura de redemocratização do país, em que a crença na mobilização dos agricultores era fundamental para o significado da ideia da convivência com o semiárido, como podemos observar no texto de Diniz (2007):

*É nesse âmbito – de contestação – que começa a ganhar significado a ideia de convivência com o semiárido. Empolgada pelo processo de redemocratização do país nos anos 80, a sociedade civil no semiárido se mobiliza em torno dos problemas decorrentes de mais uma seca na região, no início da década de 90 do século do passado. Mobilização esta que culminou com a ocupação do prédio da antiga SUDENE (em 16 de março de 1993), exigindo*

---

primeiros anos da década de 90 signifique o enfraquecimento dos movimentos sociais enquanto atores sociopolíticos relevantes; mas uma rearticulação interna e externa do seu papel na sociedade, ao lado de um processo de implantação das políticas neoliberais conduzidas pelo Governo Federal (GOHN, 2004). Para Dagnino (2004a) com a emergência de um projeto de Estado mínimo como parte da estratégia do Estado para implementação do ajuste neoliberal inaugurada com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, o papel do Estado perde força como garantidor de direitos e começa a atuar através da transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil.

*ações estruturadoras para os agricultores familiares do Nordeste semiárido. Com a mobilização, criou-se o “Fórum Nordeste” para coordenar a reflexão em todos os estados sobre os problemas vivenciados no semiárido e possíveis soluções, culminando com um seminário regional de 10 a 13 de maio de 1993, no Recife. Como resultado foi elaborado um documento propondo “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido Brasileiro: Propostas da Sociedade Civil” (DINIZ, 2007, p. 111).*

Para Assis (2012) com a mobilização dos trabalhadores rurais organizados por movimentos sindicais, associações, cooperativas e organizações não-governamentais atuantes no semiárido, com destaque à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG<sup>42</sup>, legitimava-se o “gérmen” para constituição de espaços coletivos de discussão sobre a convivência com o semiárido, iniciados a partir do Fórum Seca em Serra Talhada, Pernambuco, em 1991, ganhando destaque no Fórum Nordeste, em 1993. Com o Fórum Nordeste<sup>43</sup> - seminário realizado entre 10 e 13 de maio de 1993 nas dependências da SUDENE - a mobilização dos trabalhadores se materializava em uma proposta de “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro”; documento que parecia sugerir um processo de discussão democrática, trazendo como veia principal a questão do desenvolvimento sustentável na região, sugerindo medidas que pudessem ser executadas pelo Governo Federal através de políticas públicas (FÓRUM NORDESTE, AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE/SEMIÁRIDO BRASILEIRO – PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL, 1993; DUQUE, 2008).

Neste processo, temáticas ambiciosas são tratadas no documento, trazendo-o como uma proposta da sociedade civil permeada por um movimento democrático, em que o exercício da participação e da cidadania seria estratégico para a convivência do homem com a semiaridez, conforme exposto pelo documento:

*Recebida em comissão pelo Presidente da República, a sociedade civil aceitou o desafio de elaborar um programa de ações permanentes apontando para medidas a serem executadas pelo poder público, de modo a garantir, enfim, um desenvolvimento sustentável beneficiando o trabalhador e o pequeno produtor rural. Com efeito, a convivência do homem com a semiaridez pode ser assegurada. O que está faltando, são medidas políticas agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural.*

*Iniciou-se um processo de discussão democrática e participativa do Maranhão até a Bahia, coordenado pelas entidades acima mencionadas, articuladas no Fórum Nordeste, envolvendo mais de 300 entidades, que culminou com a realização do Seminário Regional: Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro, nas dependências da*

<sup>42</sup> É importante perceber a contribuição da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) na organização das caravanas de trabalhadores rurais de todos os Estados do Nordeste, com destaque de Pernambuco, contando com o apoio de várias entidades e lideranças sindicais rurais para exigir do governo (de Itamar Franco) providências imediatas para combater a fome e a falta de água (SILVA, et al., 1996).

<sup>43</sup> Segundo Duque (2008) o Fórum Nordeste foi representativo para a legitimação da Articulação do Semiárido na Paraíba – ASA/PB como sujeito político em oposição às políticas assistencialistas e clientelistas oriundas da revolução verde e do agronegócio.

*SUDENE, em Recife de 10 a 13 de maio de 1993, com a participação de delegações dos nove estados, constituídas de 152 pessoas representando 112 entidades, garantindo a mais ampla representatividade às opiniões expressas e às posições tomadas. A seguir apresentamos os resultados deste rico processo de exercício de democracia e cidadania (FÓRUM NORDESTE, AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE/SEMIÁRIDO BRASILEIRO – PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL, 1993, p. 02).*

Nos objetivos do documento (QUADRO 5) podemos observar temáticas atravessadas por um interesse performativo do paradigma da convivência, baseado, essencialmente, em um processo de democratização das políticas públicas, como estratégia de “*desenvolvimento regional e nacional*” definidas em uma política agrícola para o pequeno produtor, em que a organização do mesmo apareceria como foco essencial (FÓRUM NORDESTE, AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE/SEMIÁRIDO BRASILEIRO – PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL, 1993). As medidas sugeridas compreendiam uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional definidas em uma política agrícola para o pequeno produtor, em referência ao “Programa de Apoio aos Pequenos Produtores do Nordeste/Semiárido”, adequada às características socioeconômicas, culturais e técnicas da região, com a utilização de recursos do Estado ou articuladas por ele, para orientar a atividade agropecuária (FÓRUM NORDESTE, AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE/SEMIÁRIDO BRASILEIRO – PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL, 1993).



## Quadro 5. Objetivos do Fórum Nordeste

<p><b>2.OBJETIVOS</b></p> <p><b>2.1. OBJETIVOS GERAIS</b>  O objetivo geral do Programa é promover um processo permanente e auto-sustentado de desenvolvimento no meio rural do Nordeste/semiárido brasileiro que permita:</p> <p>a) melhorar efetivamente o nível de renda das famílias, até patamares suficientes para garantir a segurança alimentar (acesso assegurado a cada família à quantidade necessária de alimentos que garanta uma dieta adequada a todos os seus membros para uma vida saudável) e acesso a outros bens e serviços.</p> <p>b) promover acesso aos serviços básicos, na qualidade e quantidade compatíveis com a dimensão da população rural do semiárido.</p> <p>c) fortalecer o processo de organização das população rural, de modo a efetivar um real exercício da cidadania.</p> <p>Para tanto, se pretende, alcançar os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- erradicação da fome e da miséria;</li> <li>- quebra do monopólio do acesso à terra e à água;</li> <li>- aumento da produção e da produtividade do pequeno produtor rural;</li> <li>- garantia de sustentabilidade agro-ecológica ao processo de desenvolvimento da região.</li> </ul> <p>O resultado mais geral será a obtenção de uma efetiva resistência ao natural fenômeno das secas, com a eliminação das ações emergenciais.</p> <p><b>2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a infra-estrutura básica produtiva nas pequenas propriedades rurais: armazenagem hídrica, elétrica, insumos.</li> <li>- Garantir a infra-estrutura social básica: transporte, saneamento básico, comunicação, escola, postos de saúde.</li> <li>- Garantir a participação dos pequenos produtores na formulação das políticas públicas e na gestão/avaliação das mesmas, bem como garantir a capacitação de seus representantes para participarem dos conselhos gestores do programa.</li> <li>- Organizar os pequenos produtores e sua produção para uma intervenção articulada no mercado: associações e cooperativas de pequenos produtores.</li> <li>- Garantir o acesso à terra aos pequenos produtores rurais.</li> <li>- Gerar, sistematizar e difundir tecnologias apropriadas a cada micro-região, com as organizações dos produtores.</li> <li>- Agregar valor à pequena produção rural, através do beneficiamento da produção primária.</li> <li>- Identificar e incentivar pequenas empresas não agrícolas, a partir das potencialidades de cada micro-região.</li> </ul>
--

O Projeto Áridas (1993/94) representaria mais do que uma simples resposta governamental à proposição da sociedade civil, um esforço colaborativo dos Governos Federal, Estaduais e de Entidades Não-Governamentais (ONGs), que atuariam em uma nova fase de políticas de desenvolvimento regional, com uma proposta de política de desenvolvimento sustentável do nordeste semiárido (MAGALHÃES, 1994). O projeto pretendia construir um novo paradigma, agora fortalecido por estratégias mais sustentáveis, com a intenção de substituir ou complementar o paradigma trazido pelos estudos do GTDN, com uma mesma proposta de reordenamento do espaço e da economia (MAGALHÃES, 1994).

Por meio do Projeto Áridas veio à tona um arranjo institucional que seria inaugurado com o apoio financeiro de Entidades Federais e dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, particularmente através de recursos do segmento de Estudos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, oriundos de financiamento do Banco Mundial e do Governo Federal. A execução do Áridas se deu no contexto da cooperação técnica e institucional entre o Instituto Interamericano de Cooperação

para Agricultura – IICA e os Estados, no âmbito do PAPP (PROJETO ÁRIDAS, 1994)<sup>44</sup>. Neste arranjo a responsabilidade da Fundação Grupo Esquel Brasil – FGEB - rede de instituições não-governamentais autônomas que operam no enfoque da democracia para a superação dos problemas de pobreza e desigualdades sociais na América Latina – fica evidente, na concepção e no desenho do Projeto. Esta Fundação vem atuando no Brasil desde 1989, trazendo o foco do Desenvolvimento Sustentável, com uma das linhas temáticas na ideia da Convivência Sustentável com o Semiárido e no Fortalecimento da Sociedade Civil (FGEB)<sup>45</sup>.

Nesse caminho a década de 90 constituía um período representativo para a aproximação dos setores da sociedade civil e o Estado, configurando um cenário complexo na formulação e nas decisões sobre as políticas públicas. Neste momento vai ganhando espaço os Conselhos Gestores e as Organizações não governamentais (ONGs), que junto aos vários movimentos sociais vem buscando qualificação técnica e política para assumir tal posição de participação do poder de decisão (DAGNINO, 2002). Apesar dos desafios perante o Estado e os setores dominantes e a manutenção de uma lógica hierárquica que mantém a submissão das ONGs, elas vêm se consolidando, com destaque na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CNUMAD, no documento da Agenda 21, com um capítulo (capítulo 27) de destaque para o seu fortalecimento, com papel significativo na implementação de uma democracia participativa nos moldes do desenvolvimento sustentável:

*Para assegurar que a contribuição potencial das organizações não-governamentais se materialize em sua totalidade, deve-se promover a máxima comunicação e cooperação possível entre elas e as organizações internacionais e os Governos Nacionais e locais (Agenda 21)<sup>46</sup>.*

Dotadas de competência técnica e inserção social, as ONGs<sup>47</sup> são frequentemente vistas como parceiras ideais pelos setores do Estado, como interlocutores “confiáveis” da

<sup>44</sup> Projeto Áridas: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. 1.5. Impactos ambientais das atividades humanas sobre a base de recursos naturais renováveis no semiárido. Ronaldo Ramos Vasconcelos; Wilson Torres Filho. Versão Preliminar, sujeita à revisão. Circulação restrita aos participantes do Projeto Áridas, setembro, 1994. Coordenação Geral: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República. Disponível em: [http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/598/%C3%81ridas\\_GT1\\_1-5\\_-\\_Impactos\\_Ambientais\\_das\\_Atividades\\_Humanas\\_Sobre\\_a\\_Bas.pdf](http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/598/%C3%81ridas_GT1_1-5_-_Impactos_Ambientais_das_Atividades_Humanas_Sobre_a_Bas.pdf). Acesso em 8 de abril de 2014.

<sup>45</sup> Fundação Grupo Esquel Brasil: Novas alternativas para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.esquel.org.br/>. Acesso em 19 de março de 2014.

<sup>46</sup> Agenda 21. Capítulo 27. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Capítulo 27. Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais: parceiros para um desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global/item/707>. Acesso em 8 de abril de 2014.

<sup>47</sup> Para Dagnino (2004b) há uma crescente identificação entre “sociedade civil” e ONGs que precisa ser diferenciada, aparecendo também como sinônimo de “Terceiro Setor”, processo que reforça o que tem sido chamado de “onguização” dos movimentos sociais. Seu desempenho está associado aos diferentes projetos políticos e agências internacionais que as mobilizam e asseguram sua sobrevivência, com parceria dos diferentes governos locais, mais confiável do que a conduzida com os movimentos sociais e as organizações de trabalhadores. Segundo a autora o processo de onguização representa a difusão de um paradigma global que mantém as ONGs em estreitos vínculos com a demanda neoliberal. Superando seus vínculos com os movimentos sociais as ONGs acabam criando uma relação de interdependência perante

sociedade civil, com potencial para dividir responsabilidades antes exclusivas do Estado (DAGNINO, 2002). Para esta autora, no processo de construção democrático brasileiro as relações entre Estado e ONGs parecem constituir um campo característico do que denominou de “confluência perversa”, que faz com que a participação da sociedade civil se dê em um campo minado, de interlocução entre projetos aparentemente distintos que requerem a mesma identidade: uma sociedade civil ativa e propositiva.

De um lado tem-se a emergência de um Estado mínimo, proveniente da implementação de um projeto neoliberal, inaugurado pela eleição do Fernando Collor de Melo como estratégia do Estado para se isentar do seu papel de garantidor de direitos, transferindo suas responsabilidades sociais para a sociedade civil. De outro lado tem-se um projeto democrático e participativo inaugurado no interior da sociedade na luta contra o regime militar - em que os movimentos sociais desempenharam papel fundamental - que teve como marco formal a Constituição de 1988, consagrando o princípio da participação da sociedade civil (DAGNINO, 2004a).

Neste projeto de aprofundamento da democracia, a criação de espaços públicos, através dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e dos Orçamentos Participativos (implementados na década de 90 a partir da experiência de Porto Alegre), abria canais de participação, onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade, viabilizando o movimento de atores e projetos da sociedade civil para o âmbito do poder do Estado<sup>48</sup> (DAGNINO, 2004a). Para a autora uma confluência perversa – chave analítica emprestada pela presente tese - entre esses dois projetos distintos é praticada, configurando dois lados em disputa política que convergem em referências aparentemente comuns e assumem uma disputa de significados: participação, sociedade civil, cidadania e democracia; enquanto referências poderosas e de fácil deslocamento (DAGNINO, 2004a, b). Por perversa Evelina Dagnino entende como um fenômeno capaz de trazer consequências e efeitos que contrariam a aparência, se revelando distintos do que se poderia esperar.

Neste deslocamento, a participação, mediante as constatações de Dagnino (2004b), sofre um processo de “despoliticização” e começa a atuar no terreno privado da moral na medida em que se associa a ideia de solidariedade, com ênfase no trabalho voluntário, se despindo do seu significado político e coletivo. E a cidadania, agregando um apelo à

---

as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, se afastando de um protagonismo da sociedade civil que se aproxima a uma concepção de cidadania reduzida à solidariedade.

<sup>48</sup> Para a autora, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva é representativa deste processo no trânsito movimento social - Estado, no âmbito federal; que em termos quantitativos foi significativo para o aumento da participação da sociedade civil a nível federal em seu mandato. Aqui devemos esclarecer que a autora aponta um cenário menos otimista no que tange a qualidade da participação e sua eficácia, a ponto de conseguir que representantes da sociedade civil possam compartilhar o poder na tomada de decisões das políticas públicas, e serem efetivamente implementadas (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014).

solidariedade<sup>49</sup>, viria associada a uma responsabilidade privada da sociedade, trazendo consigo um aspecto transformador, definidor de uma identidade e de uma nova sociedade sob uma dimensão pública. Esta nova sociedade poderia transcender a ideia de reivindicação de acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado, identificado por Dagnino (2004a), para um processo ativo, que configurasse redes de relações, práticas e articulações mais abertas nas relações entre indivíduos e Estado, baseadas na ampliação da responsabilização da sociedade civil (GOHN, 2013).

Nesse deslocamento transformações radicais na sociedade e em sua estrutura de relações de poder faziam-se necessárias, atravessadas por uma visão ampliada do conceito de cidadania que na prática a colocava fora dos limites das relações com o Estado. Despontava-se assim uma nova cidadania proveniente de um processo de transformação de práticas arraigadas na própria sociedade que supera a aquisição formal e legal de um conjunto de direitos – direitos trabalhistas e sociais que desde os anos 40 tem sido reivindicados e garantidos pela Constituição Brasileira -, em prol de uma flexibilidade do trabalho adaptada à lógica de livre funcionamento do mercado. Com a isenção do Estado de seu papel garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania, tornando os cidadãos, portadores de direitos, os novos vilões da nação (DAGNINO, 2004a).

É este entendimento de cidadania que desenvolveu uma ambiguidade constitutiva da sociedade civil, denominada por alguns autores de Terceiro Setor; entre interesses mercantis e uma imagem pública baseada na “responsabilidade social”, na “pobreza” e na “desigualdade” são afastadas de uma arena pública (política) orientada para a justiça, igualdade e cidadania. A importação do termo “Terceiro Setor” em substituição ao de sociedade civil tem a ver com o interesse de retirar a cidadania do terreno da política, retomando novamente uma centralidade do Estado, sob a influência do mercado: “primeiro” e “segundo” setores da sociedade, respectivamente (DAGNINO, 2004a). Dos movimentos sociais ao Estado, a sociedade civil vem se distanciando cada vez mais de uma posição de oposição para assumir um canal de participação nas políticas, proporcionando um movimento de perda da centralidade dos movimentos sociais sobre a sociedade civil associado a uma pluralidade de atores sociais orientados para as novas formas de associativismo atuantes: as ONGs e as associações civis do Terceiro Setor; os novos atores dispostos a emergirem na cena política, a

---

<sup>49</sup>O deslocamento conceitual da noção de cidadania se vincula diretamente à gestão da pobreza. Na contramão do movimento que se enunciava no final dos anos 80 e início dos anos 90, quando a questão social e a pobreza passam a ser vistas sob a ótica da construção da cidadania e da igualdade de direitos, tal como paradigmamente evidencia a criação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), o projeto neoliberal propõe uma nova gestão do social (DAGNINO, 2004b). O CONSEA, que afirmava a alimentação como um direito, foi dissolvido nos primeiros dias do governo Fernando Henrique Cardoso e substituído pelo já mencionado Conselho da Comunidade Solidária (Decreto nº 2.999, de 25 de março de 1999, que tem por finalidade promover o diálogo político e parcerias entre governo e sociedade para o enfrentamento da pobreza e da exclusão, por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social (BRASIL, 1999).

nova “sociedade política”, uma sociedade política fragmentada, alterada e heterogênea (GOHN, 2013).

*Coube, portanto, a sociedade civil, um papel central neste reequacionamento. Mas quem são os atores considerados como os principais protagonistas desta nova sociedade civil? São as ONGs, os movimentos sociais, as comissões, grupos e entidades de Direitos Humanos, grupos de defesa dos direitos dos excluídos, por diferentes causas como: gênero, raça, etnia, religião, portadores de necessidades físicas especiais, inúmeras associações com perfis variados, entidades do chamado Terceiro Setor, fóruns locais, regionais, nacionais, e internacionais, etc. Entidades ambientalistas, de defesa do patrimônio histórico, redes comunitárias nos bairros, conselhos populares, conselhos setorializados, conselhos gestores institucionalizados. Todos esses, com fundações e empresas cidadãs, passam a compor esse novo leque do que tem sido denominado como sociedade civil (GOHN, 2013, p.304-305).*

A grande mudança verificada sob este reequacionamento traz em cena uma ampliação da sociedade civil que resultou em um descentramento dos sujeitos históricos e do entendimento e uma sociedade civil heterogênea. De fato, o sujeito coletivo se diluiu em campos menores, isolados e fragmentados em convergência ao Estado, a partir da década de 90<sup>50</sup>. A noção do novo sujeito histórico simbolizado como o “povo”, retórica estruturante dos movimentos populares da década de 80 e 90, reformula-se com base nas relações com outros atores sociais que vai além do campo dos atores populares, configurando novas formas de associativismos, baseadas em interações compartilhadas com ONGs e na participação nas políticas públicas, dando origem a formas institucionalizadas<sup>51</sup> de organização dos movimentos sociais (GOHN, 2013).

Para a autora, os novos movimentos sociais surgidos em meio à crise financeira global vivenciada na primeira década deste século, sob um novo formato e novos territórios, vêm recuperando visibilidade nos processos de mudança social e reinventando formas de fazer política. Do conflito de classes<sup>52</sup> para um projeto político policlassista, eles alteraram seus projetos e sua cultura política<sup>53</sup>: da determinação de um modelo de desenvolvimento às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano, do local para outras dimensões,

<sup>50</sup> Entre os anos 70 e 80 os movimentos sociais representaram uma constante na história política do país, um campo de força sociopolítico capaz de impulsionar mudanças sociais diversas, agentes construtores de uma nova ordem social baseada na oposição ao regime e num discurso de cidadania que se caracterizava na autonomia da sociedade civil na busca de “direito a ter direitos” (GOHN, 2013).

<sup>51</sup> A institucionalização de práticas da sociedade civil, em sua relação com a sociedade política, se articula em grandes conferências nacionais, conselhos e políticas institucionalizadas, geralmente focalizadas nos segmentos sociais que hoje constituem as políticas de inclusão ou proteção social, e na maioria dos casos convergem em um elemento comum: “territorialização/espacialização das ações coletivas e a tematização dos conflitos sociopolíticos e culturais” (GOHN, 2013). Os novos movimentos sociais surgem neste contexto, criados a partir de uma conjuntura atual em articulação com ONGs e voltados para questões relativas à democratização do Estado ou das políticas públicas.

<sup>52</sup> A literatura que trata do universo das categorias marxistas fica restrita a alguns autores e as categorias “justiça social”, “igualdade”, “cidadania”, “emancipação” e “direitos” são substituídas para “capital social”, “inclusão social”, “reconhecimento social”, “empoderamento”, “autoestima”, “hibridismo”, “laços sociais”, “sustentabilidade” e “responsabilidade social”. Neste movimento a sociedade civil organizada começa a se distanciar de um pressuposto ideológico e político para focar nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas (GOHN, 2008).

<sup>53</sup> Sobre este ponto Gohn (2013) chama atenção para a heterogeneidade dos movimentos sociais, ocasionando um processo que parte deles se fragmentou, perdendo ou redefinindo sua identidade; e parte deles se redefiniu, mediante mudanças de outros atores sociais em cena. Há ainda os casos em que se articularam com projetos da globalização econômica, hoje alicerçados no incentivo de resistências e protestos, ou em novas sociabilidades, interações e aprendizagens, nos grandes eventos transnacionais, ou via redes de internet.

com a atuação em redes<sup>54</sup>. Com a ampliação das formas de gestão deliberativas no campo da participação popular democrática se redesenhou o formato de várias políticas sociais, dos movimentos e das mobilizações, assim como seus repertórios discursivos<sup>55</sup>: do militante ao ativista; das lutas, mobilizações e paralisações, às marchas de protesto; da oposição à parceria com o Estado, sob uma nova forma de repolitização dos movimentos sociais (GOHN, 2013).

As “redes sociais” ganharam destaque nas discussões acadêmicas configurando-se conceitualmente como “redes de mobilização social”. Neste conceito o território passou a ser uma categoria ressignificada para se tratar o local, orientada sob uma nova concepção que se distancia da geográfica original e se aproxima da questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos e pelo pertencimento cultural (GOHN, 2008). Em Gohn (2008) pode-se compreender que o “território” passa a ser alvo de disputa, sob a ótica de ativo sócio financeiro que orienta relações sociais e produtivas, e uma desconcentração da base produtiva mais flexível às mudanças exteriores, aptas para o desenvolvimento de políticas de mobilização social adequadas às novas políticas de “inclusão social” – em substituição à categoria de “exclusão social”.

O que se pode questionar, portanto, é o interesse do Estado neste processo, que conforme Gohn (2013) trouxe um cenário contraditório em que ele transformou suas relações com a sociedade civil organizada, através de políticas públicas participativas muitas vezes coordenadas por antigas lideranças oriundas de movimentos sociais; proporcionando práticas institucionalizadas que superaram a autonomia desses movimentos. O fato é que se constituiu uma lógica “democrática” no Brasil que significou uma reforma moral e intelectual, um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais que começou a requerer “cidadãos emergentes” (DAGNINO, 2004b).

Para o paradigma da convivência com o semiárido este cenário de transformação política determinou uma exaltação de conceitos em discussão, como sociedade civil, cidadania e Terceiro Setor, bastante poderosos em uma parceria com o Estado. Em interação com os movimentos sociais o papel das ONGs na sua configuração e legitimação é inquestionável, visto que perpassam continuamente aspectos tratados pela conjuntura política

---

<sup>54</sup> Com a ampliação das formas de gestão deliberativas e de inovações no campo da participação popular democrática o formato de várias políticas sociais, dos movimentos e mobilizações tem se modificado, especialmente no período posterior à crise econômica/financeira de 2008. Com o movimento dos indignados contra a globalização a temática da indignação vem ganhando centralidade nas ações coletivas dos jovens baseando-se em categorias interessantes para uma escala global: moral, valores, ética e justiça social. De demandas identitárias para demandas grupais focadas em problemas da vida cotidiana como emprego, salário, educação e saúde, ou ainda demandas relacionadas à terra e agricultura, geralmente em confronto com o agronegócio; há um esforço de politizar as demandas socioeconômicas e políticas de forma independente de estruturas partidárias, que para Gohn (2013) pode ser uma das formas de repolitização dos movimentos sociais. Conforme esta autora há também um caráter educativo das ações coletivas organizadas como movimento social que pode ir além da sociedade civil, adentrando o campo da educação, especialmente a educação não-formal e ampliando as formas de atuação em rede. O próprio Estado tem um papel marcante neste diálogo, através de políticas públicas participativas muitas vezes coordenadas por antigas lideranças oriundas de movimentos sociais; proporcionando práticas institucionalizadas que superaram a questão da autonomia.

<sup>55</sup> Uma lista dos principais eixos temáticos que envolvem os movimentos sociais deste novo milênio está descrita em Gohn (2013).

vigente, por uma sociedade civil ativa e propositiva capaz de estimular os agricultores do semiárido brasileiro a requererem um lugar no Estado.

Neste campo, diversas ONGs tiveram importância no processo de mobilização da sociedade civil, mas certa forma de articulação deve ser mencionada aqui, com destaque para as iniciativas do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) e a Articulação do Semiárido Paraibano e Brasileiro (ASA - Paraíba e ASA - Brasil). Mediante a proposta de convivência com o semiárido o IRPAA<sup>56</sup>, criado na década de 90 através de um consórcio com outras ONGs, organizações sociais de base e comunidades locais organizadas, introduzia alternativas de produção e de vida, baseadas em “tecnologias apropriadas” de manejo da água<sup>57</sup> e na prestação de serviços de assessoria de caráter técnico-pedagógica (MACEDO, 2004; PASSADOR; PASSADOR, 2010). Reproduzia-se ali a possibilidade de construção de um outro imaginário do sertão nordestino, um semiárido pensado em uma convivência harmônica; lugar potencial de desenvolvimento e diversidade biológica e cultural, de um povo forte que conseguiu resistir à dominação, à exploração e às adversidades climáticas: um bom lugar para viver. O semiárido passa a ser imaginado como a “Terra Prometida”, “do povo de Deus”, com uma força discursiva para um direcionamento religioso que vai além do manejo produtivo, e tem na tecnologia social e na comunicação, seu instrumento de reprodução (MACEDO, 2004).

Em outras mãos, como já mencionado, no final da década de 90 acontecia o Fórum Paralelo da Sociedade Civil durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3-1999)<sup>58</sup>, em Recife, Pernambuco. Neste evento a sociedade civil organizada entrava mais uma vez em cena, em meio a uma temática que encontrava espaço na agenda governamental, propiciando repercussão nos níveis regional e nacional, dando visibilidade às questões do semiárido brasileiro: a desertificação. Foi durante este Fórum que a Articulação do Semiárido (ASA - Brasil) se consolidou enquanto articulação composta por 61 organizações não-governamentais direcionadas para o semiárido, com um documento que, de acordo com Cunha e Paulino (2014), marca a inauguração do paradigma

---

<sup>56</sup> Conforme Macedo (2004) o IRPAA foi criado mediante diferentes esferas de ação: as bases da Igreja, as Comissões de Educação de Base (CEB) e as Comissões Pastorais da Terra (CPT) e da Juventude do Meio Popular (CPJM), os movimentos populares (sindicatos, associações de trabalhadores rurais de Juazeiro e Sobradinho) e as Escolas Família Agrícola (IRPAA, PROCUC).

<sup>57</sup> Em parceria com a Embrapa o IRPAA organizou vários simpósios de captação da água da chuva (MACEDO, 2004).

<sup>58</sup> Com a necessidade de uma convenção internacional específica para a problemática da desertificação, o debate sobre o combate à desertificação e à seca como estratégia prioritária para o desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro ganha destaque, especialmente depois da CNUMAD. É essa demanda que vai resultar na Convenção de Combate à Desertificação, assinada por 158 países em 1996, tendo como objetivo elaborar e implementar políticas, programas e projetos destinados ao combate à desertificação, com a Organização de três Conferências das partes da Convenção da Desertificação COP3 (em setembro de 1997, em Roma; em novembro de 1998, em Dacar, Senegal; em novembro de 1999, em Recife). Como consequência, no nível nacional, a Secretaria dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente delineou o Plano Nacional de Combate à Desertificação e no estadual, em Pernambuco, vem consolidando a elaboração das Agendas 21 locais, do Plano Estadual de Combate à Desertificação, além da Política Estadual de Controle da Desertificação (BRASIL, 2002b).

da convivência com o semiárido, a “Declaração do Semiárido Brasileiro” (1999) (SILVA, 2007).

Graças a um grau relativamente forte de aderência às propostas da Convenção, de acordo com o PAN BRASIL (2004), a formulação de um programa de convivência com o semiárido entraria na região com uma orientação no sentido da sustentabilidade e, sobretudo, no fortalecimento da sociedade civil, reforçando o processo de organização dos atores sociais e descentralização das políticas e dos investimentos (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999). Com a Declaração do Semiárido a ASA se legitimava como espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, contribuindo para a construção de um outro imaginário do semiárido brasileiro, agora protagonizado pela sociedade civil (PASSADOR; PASSADOR, 2010):

*Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação Semiárido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientais, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: queremos uma política adequada ao semiárido!* (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999)

Aqui se instaurava um protagonismo representativo para o contexto democrático que se configurava na história brasileira, no cenário de transição de novas relações entre a sociedade civil e o Estado em que um novo paradigma pudesse dar conta de uma convivência capaz de absorver paradigmas consolidados e superar outros enfraquecidos, camuflando o próprio discurso da seca. “Combate à seca”, “Desenvolvimento sustentável”, “Cidadania” e “Sociedade civil” são exemplos disso, agora tratados como um esforço da sociedade civil “mobilizada” para a conquista de alternativas em disputa, em parceria com os órgãos públicos na formulação de políticas públicas específicas para o semiárido:

*O protagonismo na afirmação desse novo paradigma não pertence aos governos e nem aos grupos dominantes regionais. Os novos formuladores da proposta da convivência são organizações da sociedade civil e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam no semiárido. Esses atores vêm se colocando o desafio de influenciar e disputar os processos de formulação de políticas públicas na região* (SILVA, 2007, p. 475).

Com este argumento consegue-se manter um discurso não governamental protagonizado pela sociedade civil de cunho mobilizatório. Aqui o campo de disputa se desenvolve em uma distinção polarizada entre Estado (o governo e o aparato administrativo) e



sociedade civil. No entanto o argumento se desenvolve em uma distinção que se torna ao menos contraditória, diante do interesse constitutivo de ter lugar no Estado, sendo que neste caso o próprio “Estado” passa a ser um campo de disputa, seja através de políticas públicas, seja através da política partidária. Essa conjuntura faz emergir novas demandas políticas, novas tecnologias e novos atores sociais, novos campos de reivindicação e de luta foram criados, de acordo com Diniz (2007), fazendo com que a crença em uma relação antagônica entre Estado e sociedade civil fosse desmistificada.

*Todavia, conforme deixamos claro no início, essa distinção (distinção que também leva à unidade, para lembrar Gramsci, pois um não pode viver sem o outro) entre sociedade civil e Estado nos permite operacionalizar a análise de um processo recente no país (não estamos falando apenas do Governo Lula, mas de todo processo de redemocratização); processo esse que, ao mesmo, possibilita uma visão diferente daquela que colocava de um lado o Estado – o ente público – e, de outro, o mercado – o ente privado. Tudo girava em torno dessa dicotomia – de fato, dois pólos antagônicos – em que o Estado assumia os serviços públicos que eram desprovidos de caráter mercantilista. Porém, quando estes serviços eram disponibilizados pela lei da oferta e do lucro, o Estado deveria se retirar – minimizar-se – e deixar a lógica do mercado atuar livremente. Foi assim com as privatizações ocorridas no país durante os anos de 1990, considerada como a década do “desmonte” do Estado brasileiro.*

*No nosso entendimento, a distinção entre Estado e sociedade civil cria uma visão alternativa em relação à lógica “público versus privado”. Visão esta que apresenta uma terceira esfera – a sociedade civil – como um campo autônomo em relação ao Estado, mas não antagônico. Além disso, esta visão alternativa busca (re)definir alguns parâmetros para atuação da esfera estatal: não se quer um Estado mínimo, nem tampouco, “forte” e autoritário; mas um Estado presente em todas as áreas e atuante em todos os campos (DINIZ, 2007, p. 211 – 212).*

O que se coloca em evidência pela nossa tese é o questionamento de até que ponto a sociedade civil na particularidade do discurso das ONGs consegue se legitimar sobre os seus projetos políticos sem manter-se antagônica ao Estado, a exemplo de colocar um paradigma contra o outro. Aqui o esforço em trazer uma noção de Estado ampliado, que comportasse a sociedade civil como um campo autônomo em relação ao Estado e não antagônico, parece requerer uma sociedade civil com vontade política, um novo sujeito social (SILVA, 2006; DINIZ, 2007). Mas quais interesses estariam sendo acessados nestes esforços? Aqui, a nossa questão se orienta mais para a compreensão dos discursos que tentam construir dois lados em disputa – se é que eles existem -, ora acessando confrontos ao Estado, aqui entendido como governo, e ora redefinindo novos pactos de convivência social e política, com outro Estado que pretende propor uma nova relação entre Estado e sociedade, baseada no experimentalismo institucional. Com o Governo Lula poderia caminhar para a superação da agenda neoliberal e recessiva do governo anterior - sem considerar aqui o desenrolar das atitudes ambíguas que o governo teria desenvolvido no que diz respeito à manutenção de um projeto neoliberal, de

acordo com alguns analistas - com o desafio de “reformular o Estado” no sentido ético-político, através da construção de uma nova “hegemonia”, segundo Diniz (2007). Vejamos:

*Apesar desse esforço inicial – na intenção de estabelecer novos pactos de convivência social e política – o governo Lula também se destacou por seu caráter ambíguo. De modo geral, ao mesmo tempo em que foi caracterizado pelo conservadorismo na economia tendo em vista que poucas inovações foram feitas em comparação aos governos anteriores (permaneceram os juros altos como forma de controle da inflação; a geração de altos índices de superávit primário como forma de honrar os compromissos da dívida brasileira; dentre outros mecanismos macroeconômicos considerados ortodoxos, por muitos analistas), pode-se afirmar também que foi um governo que teve uma estratégia relativamente inovadora no campo social ao priorizar a inclusão social, a distribuição de renda e o combate à fome e à miséria desde o início, em 2003, buscando inverter ou, pelo menos, colocar lado a lado das questões da economia com as questões sociais.*

*Essa ambiguidade também podia ser percebida em relação à agricultura e seus dois “modelos” que se consolidaram no âmbito do Governo Federal: o agronegócio e sua vocação para exportação e a agricultura familiar com sua vocação para a segurança alimentar. Foi nesse governo que esses dois modelos de agricultura – o agronegócio e a agricultura familiar – mais se distinguiram um do outro e mais foram colocados como complementares. Como disse Eli da Veiga (et al, 2001), com exceção do Presidente Collor, os outros presidentes sempre tiveram uma posição oscilante entre estes “dois projetos”; agora essa relação parecia se clarear como nunca antes (DINIZ, 2007, p. 212-213).*

### **1.3. Da sociedade civil para o Estado: a dimensão política da convivência com o semiárido**

*O desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro requer também novas formas de relação entre Estado e sociedade civil, ampliando a participação política a partir da afirmação e do **reconhecimento de direitos** da população sertaneja em relação às definições sobre o seu futuro. É exatamente nesse aspecto que se tenta inovar na **constituição de novos espaços de articulação política**, a exemplo da Articulação do Semiárido brasileiro, cuja trajetória histórica expressa um processo de construção de um **novo sujeito social**, dotado de “vontade política”<sup>48</sup> efetiva na transformação dessa realidade (SILVA, 2006, p. 258 – 259, grifo nosso).*

Não é difícil perceber que os esforços para a construção desse outro imaginário do semiárido brasileiro trazem, na maioria das pesquisas, a centralidade da ASA neste processo - como espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, congregando cerca de 1000 entidades - delineador de um novo paradigma baseado na construção de um novo sujeito social (SILVA, 2006; 2007; PASSADOR; PASSADOR; 2010). Com a “declaração do semiárido” a intenção da ASA em uma “*verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico*” se torna visível, como estratégia de superação das medidas emergenciais e assistencialistas, através da formulação de um “Programa de convivência com o semiárido” orientado no sentido da sustentabilidade e, sobretudo, no fortalecimento e organização da sociedade civil, reforçando

o processo de descentralização das políticas e dos investimentos, através de uma nova orientação identitária para o semiárido.

Nesse contexto se constituía uma essência ideológica de posicionamento político reproduzida pela Declaração do Semiárido, baseada em seis conteúdos essenciais que assumiriam uma posição contrária às ações assistencialistas de “combate aos efeitos da seca”: “conviver com as secas”; “orientar os investimentos no sentido da sustentabilidade”; “fortalecer a sociedade civil”; “incluir mulheres e jovens no processo de desenvolvimento”; “preservar, reabilitar e manejar os recursos naturais”; e “financiar o programa de convivência com o semiárido”. Integrando as três dimensões básicas de uma orientação sustentável – ambiental, social e econômica - o programa de convivência com o semiárido teria como veia principal uma dimensão política, direcionando a descentralização das políticas e dos investimentos baseada no fortalecimento da sociedade civil e no reforço do processo de organização dos atores sociais, para uma intervenção qualificada nas políticas públicas.

Dessa forma uma dimensão política de desenvolvimento seria articulada, possibilitando a interiorização do desenvolvimento discursivamente protagonizado pela sociedade civil, em continuidade às experiências dos movimentos sociais e em consonância às prerrogativas da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, como pode ser observado na edição comemorativa dos 10 anos da Convenção:

*Retomando a experiência de uma longa caminhada do movimento social, afirmam-se nesse documento ideias e proposições que orientam a ação de organizações não-governamentais e organizações comunitárias de base.*

*A DSA<sup>59</sup> reconhece a importância e os valores do Semiárido Brasileiro, afirmando a confiança na viabilidade potencial de implementação de um processo de desenvolvimento sustentável (...)* (PAN BRASIL, 2004, p. 90).

Na proposta da Declaração do Semiárido (1999), o Programa de Convivência com o Semiárido em perspectiva estaria imbricado em três mecanismos básicos de financiamento: que passam pela responsabilidade das organizações da sociedade civil no gerenciamento da captação de recursos a fundo perdido; pela reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes; e, ainda, pela criação de uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste); assegurados com o comprometimento da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) com os processos de desertificação e mitigação dos efeitos da seca. Empenhando uma articulação que estimulava a responsabilidade financeira da sociedade civil em parceria com o

---

<sup>59</sup> A DAS aparece no texto em referência à Declaração do Semiárido (1999) (PAN BRASIL, 2004)

Estado se construía um discurso abrangente e de fácil tradução que pretendia não só substituir, mas superar os adjetivos consolidados das atuais políticas públicas vigentes, no contexto de uma nova orientação e identidade para o semiárido materializada pela ASA:

*O semiárido que a Articulação está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Esperamos que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que possamos trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999).*

Nesse caminho a ação protagonista da ASA se legitimava no seu primeiro encontro nacional no ano 2000, em Igarassu, Pernambuco: o I EnconASA<sup>60</sup>, com a aprovação da Carta de Princípios que rege a Articulação e sua estrutura. Com a formação de um grupo de trabalho, o GT Cisternas, o P1MC, apenas indicado na Declaração do Semiárido, é consolidado, fazendo com que a perspectiva da convivência com o semiárido começasse a perpassar programas governamentais, a partir de 2001, com um Projeto Piloto financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a construção de 500 cisternas (PAN BRASIL, 2004; SILVA, 2007; PASSADOR; PASSADOR, 2010).

Em Diniz e Piraux (2011a) pode-se verificar uma fase de transição não representativa da execução final do programa, mas um período de dificuldades que ainda não significava uma mudança de concepção sobre sua ação no semiárido brasileiro. Neste cenário o programa ainda passaria por uma etapa sem financiamento efetivo para execução, já que o Ministério do Meio Ambiente - MMA teria ficado responsável apenas pelo processo de mobilização social, demonstração e elaboração do P1MC; passando a contar com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA) no período posterior, para a construção de 12 mil cisternas financiadas com as sobras de recursos das políticas de “combate à seca”, indicando uma transição ainda imbricada com um arranjo anterior (DINIZ; PIRAUX, 2011a).

A conjuntura política inaugurada com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, as oportunidades se ampliaram para o fortalecimento da sociedade civil, e particularmente para a ASA Brasil, estreitando um diálogo que buscava a concretização de uma agenda entre o Governo e a ASA, em torno de programas que tivessem como princípio a convivência com o semiárido (PASSADOR; PASSADOR, 2010; DINIZ; PIRAUX, 2011a).

---

<sup>60</sup> De acordo com o PAN BRASIL (2004) a reafirmação dessas propostas se dá nos sucessivos Encontros Nacionais da ASA por meio da elaboração de “Cartas Políticas”, indicando uma força política de atuação dessas entidades, com destaque a Articulação do Semiárido, sobre as políticas públicas.

A conjuntura política dizia respeito à implantação de um programa pretensioso, idealizado pelo Lula no intuito de um Fundo Internacional de Combate à Fome nos países de Terceiro Mundo. O “Fome Zero” teria sido divulgado inicialmente na Paraíba pelo Assessor Especial da Presidência da República, Frei Betto, fazendo com que a política social do Governo Lula fosse inaugurada, com destaque à “segurança alimentar” institucionalizada com a criação do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA), criado logo no primeiro dia do governo. No âmbito federal o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) – criado no mesmo momento do MESA, em articulação às ações definidas pela Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional – teria competência para estimular a criação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, não podemos deixar de destacar aqui a importância do Fome Zero para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); como uma de suas estratégias, o PAA viria trabalhar a constituição de estoques de alimentos mediado pelo Governo Federal, alcançando um caráter de âmbito nacional (DINIZ, 2007).

O experimentalismo institucional identificado por Diniz (2007) não parava por aí, e adquiria uma perspectiva das problemáticas nordestinas, ao constituir, em torno do P1MC o Programa “Sede Zero”, como um dos braços do “Fome Zero”, prevendo a construção de cisternas, pequenas barragens e unidades sanitárias, como iniciativas para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para a região, agora baseado na convivência com o semiárido (DINIZ; PIRAUX, 2011a). Neste cenário, o P1MC representava não só a materialização do discurso da convivência com o semiárido, mas, sobretudo, uma parceria triangular estabelecida entre a sociedade civil, o governo e a FEBRABAN, a partir de 2003 (PASSADOR; PASSADOR, 2010; DINIZ; PIRAUX, 2011a).

Para Diniz e Piroux (2011a) este arranjo vem sendo conduzido mediante um processo de aprendizagem, que através de formas inovadoras de “experimentalismo institucional” conseguia orientar mudanças no enfoque de várias políticas e programas e estabelecer, no âmbito do paradigma da convivência, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC. Sua institucionalização se dá com a formação de uma OSCIP: a Associação Programa Um Milhão de Cisternas - AP1MC, criada em 2002. Além da gestão central do Programa a AP1MC tinha a função de coordenar o processo de descentralização para os Estados.

Com o P1MC estava em jogo um instrumento potencial que se pretendia se distanciar das políticas assistencialistas e clientelistas emergenciais a partir de um conceito caro para o discurso da convivência, o de “tecnologia social”, proporcionando o envolvimento das

famílias beneficiárias na própria construção das cisternas de placas, através de sistemas de mutirão e mobilização social que perpassariam as ideias da sustentabilidade e do trabalho coletivo, com a pretensão de ir além da transferência de ativos e distribuição de renda (MALVEZZI, 2007; ANDRADE; QUEIROZ, 2009; PASSADOR; PASSADOR, 2010). Seu objetivo principal era contribuir para a formulação de outro paradigma de desenvolvimento para a região semiárida brasileira, caracterizado na ideia de convivência, de valorização das potencialidades e dos saberes do semiárido (ANDRADE; QUEIROZ, 2009).

Para isso era necessário promover uma mudança cultural baseada, principalmente, no fortalecimento do “capital”, agora “social”, englobando redes de relações entre os indivíduos para tornarem possíveis ações colaborativas em benefício de toda a comunidade, com base local nas tecnologias sociais. Através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, do envolvimento e da capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual, a ASA uniria os esforços de construir uma nova cultura e fortalecer a organização social através de novas institucionalidades (PASSADOR; PASSADOR, 2010). Para Amorim e Pires (2010) as formas associativas utilizadas neste processo teriam a habilidade de aproximar as pessoas, fortalecer as relações de solidariedade e reciprocidade e possibilitar a participação popular nas discussões e ações políticas. Através do “associativismo em rede” o P1MC poderia contribuir com a descentralização das ações políticas através da participação da sociedade civil no poder público, em integração com outras políticas públicas (AMORIM; PIRES, 2010).

Na prática, o experimentalismo institucional apontado por Diniz e Piroux (2011a) se constituía como um desafio, uma formação que dizia respeito tanto ao governo, como às organizações da sociedade civil, no compartilhamento das responsabilidades para a concretização dos objetivos pretendidos por ambos. Essa passa a ser a estratégia para fortalecer a interlocução com o Estado, muitas vezes imposta sobre atores não capacitados, se utilizando de uma maior representatividade da sociedade civil, no interior de novos espaços trazidos pelo avanço democrático, como redes de vários tipos e fóruns temáticos; mecanismos de “inserção institucional” que privilegiam os processos de negociação com o Estado para inclusão de questões específicas na construção da agenda estatal (DAGNINO, 2002).

Assumindo uma dimensão política no interior do Estado o paradigma da convivência começava a compor as estratégias dos programas e ações de organizações governamentais, com alguns exemplos representativos, inaugurados com o já mencionado Projeto Áridas, o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas), e o Conviver - Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido. O Conviver foi lançado em abril de 2003 pelo Governo Lula, logo após a sua posse em janeiro deste mesmo ano. Sob a coordenação do Ministério da

Integração Nacional, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o Conviver foi concebido e incluído no Plano Plurianual PPA 2004/2007 e PPA 2008/2011 (BRASIL, 2009), trazendo como preocupação fundamental uma alternativa de integração a uma série de programas do governo que começam a ser permeados a partir do discurso de convivência com o semiárido<sup>61</sup>, sob a ótica de desenvolvimento territorial (NUNES, 2011; SILVA, 2006; 2007).

Carregando toda a bagagem institucional orientada pela política de desenvolvimento territorial posta em cena com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (BRASIL, 2005), materializado em 2007 com o 1º Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS (BRASIL, 2011), o Conviver poderia reestrear um esforço de desenvolvimento regional baseado em outras escalas espaciais – não mais focado no contraste entre Norte/Nordeste e Centro-Sul –, introduzindo o nível local na dinâmica do processo de desenvolvimento, com a intenção de se diferenciar das políticas de combate à seca (BRASIL, 2009). Nessa perspectiva a abordagem territorial se tornava interessante na medida em que conseguia, mesmo que implicitamente, priorizar uma dimensão econômica, com estratégias de competitividade que não deslegitimava as instâncias hierárquicas e os acordos supranacionais, ao mesmo tempo em que valorizava as instâncias locais (GOMES, 2007).

Apesar de ter passado por transformações desde 2003<sup>62</sup> que distanciava o foco do programa de uma estratégia integrada, de acordo com Silva (2006), é interessante destacar que por meio do Conviver surgia a possibilidade de uma ação que se pretendia transversal, em parceria com os ministérios das mais diferentes áreas (econômica, científica, social, ambiental e de infra-estrutura) e outros órgãos da esfera municipal e estadual. Aderida ao Plano de Desenvolvimento do Semiárido – necessidade orientada para os processos de regionalização sob o domínio do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) -, o Governo Federal estimulava um processo de reconhecimento da sociedade civil, em que a organização social e a gestão participativa entrariam como dimensões fundamentais para as estratégias de cooperativismo e organização

---

<sup>61</sup> Com o Conviver os agricultores das regiões selecionadas seriam integrados a outros programas do governo federal, recebendo estímulos para a sua adesão. Dentre os programas articulados, destacam-se: o “seguro-safra” (hoje garantia safra); a “compra de alimentos” (hoje PAA); o acesso ao crédito (Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural); o Pronaf (Grupo B); e o “Cartão Alimentação”; contando ainda, com assistência técnica e educação que, partindo de parcerias entre a Emater e os Órgãos de pesquisa como a Embrapa e universidades dos estados, pretendiam o desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias para a convivência com o semiárido (SILVA, 2007). Atualmente esses programas são articulados fora do domínio do Conviver e implementados no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através das Câmaras dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais (NUNES, 2011), permeados pelo discurso da convivência sob uma ótica institucional, orientada pela Política de Desenvolvimento territorial, materializada em 2007 com o 1º Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (BRASIL, 2011).

<sup>62</sup> A proposta inicial do Conviver pode ser visualizada em uma publicação do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Ministério de Desenvolvimento Agrário) no espaço de notícias: “Governo Federal lança Programa de Convivência com o Semiárido”. Disponível em: [http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item\\_id=4984237](http://www.nead.gov.br/portal/nead/noticias/item?item_id=4984237). Acesso em: 21 de março de 2014.

de Arranjos Produtivos Locais, trazendo a necessidade de institucionalizar instâncias deliberativas para a integração e a articulação de atores locais, como fóruns, agências, conselhos, consórcios, etc (BRASIL, 2009).

O fato é que com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – CNDRS (hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF) - desde 2002 os programas e projetos começavam a se reorientar com enfoque no desenvolvimento rural sustentável, no acesso à terra e no fortalecimento da agricultura familiar, em oposição ao assistencialismo das políticas compensatórias de transferências de recursos e créditos (GOMES, 2007). Com o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) - herdado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as estratégias se direcionavam para uma articulação de políticas entre as esferas nacional, estaduais e municipais, mediadas através dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) e Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), com estímulo discursivo aos processos associativos de organização local (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012).

Configurava-se um quadro institucional que pretendia ampliar a participação de representantes da sociedade civil em espaços públicos de negociação, mediante a proliferação de uma instância supramunicipal que secundarizasse o papel das prefeituras: os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) e os Fóruns Territoriais (LEITE; WESZ JÚNIOR, 2012). Embebidos pelo discurso da convivência, os programas anteriormente articulados no domínio do Conviver, seriam agora implementados no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através das câmaras dos Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais (NUNES, 2011).

Para a convivência com o semiárido esta estratégia seria fundamental, não só para a compreensão do paradigma, como destaca Silva (2007), mas também para sua legitimação política, com a valorização do espaço territorial no âmbito da convivência, favorecendo a relação entre o governo e a sociedade civil, sob a ótica do desenvolvimento sustentável incentivada através da criação de conselhos municipais (CMDRS). Estabelecendo uma relação compatível com o processo democrático em exercício, ela estaria baseada na valorização do local e da diversidade cultural, orientando a recomposição e a afirmação de identidades e territórios, com novas formas de pensar, sentir e agir no semiárido (SILVA, 2007).



Nessa perspectiva a convivência com o semiárido alcançaria um lugar no interior do Estado, assumindo formas reconhecidas na busca de uma legitimação política; para que a articulação entre a sociedade civil e o Estado pudesse ser praticada em busca da “Política Nacional de Convivência com o Semiárido”<sup>63</sup>, de planos estaduais e municipais e de uma plataforma de ação permanente no Estado.

*As “Diretrizes para a Convivência com o Semiárido” são o resultado de uma longa caminhada de trabalho e de parceria entre os movimentos sociais e sindicais, organizações não governamentais e da Igreja Católica, juntamente com diversas famílias rurais dessa região, em busca de uma vida digna. Nessa jornada, muitas experimentações e inovações foram testadas, realinhadas e lograram êxitos que vêm mudando a face do Semiárido. Aqui, apresentamos algumas das principais diretrizes que entendemos ser passíveis de orientar a construção de políticas públicas para a convivência sustentável com as particularidades dos biomas do Nordeste, principalmente a caatinga.*

*As perspectivas aqui indicadas são o fruto da retomada da mobilização da sociedade civil em torno da luta incessante pela construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, que envolva governo e sociedade. Essa mobilização, inicialmente, nasceu de uma parceria entre o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por meio da FETAPE, e a Arquidiocese de Olinda e Recife, as quais, seguindo um histórico de luta e defesa dos povos do campo, juntaram-se para ações emergenciais de distribuição de água e arrecadação de recursos para a construção de reservatórios de água para consumo humano e produção.*

*Em seguida, perceberam que era preciso ampliar esse diálogo com a sociedade em torno da luta por ações mais estruturantes. A partir daí, foram envolvidos diferentes atores sociais (que assinam este documento) em momentos de escuta, debate e apreciação de experiências.*

*Estamos num momento crucial para essa reflexão, pois atravessamos a pior seca dos últimos 40 anos. São mais de 9,5 milhões de pessoas atingidas, em 1.135 municípios do Semiárido Nordestino.*

*Já em 2006, durante o Encontro dos Bispos do NE2 da CNBB, em Campina Grande/PB, foi feita a seguinte declaração: “O Nordeste hoje tem fome e sede de Deus, água, terra, alimentos, saúde, educação e cultura, dignidade e cidadania, sementes, trabalho digno, agroecologia e meio ambiente”.*

*E, para saciar essa fome e sede, apresentamos, juntos, estas propostas, almejando que elas incidam em políticas públicas que, de forma efetiva, coloquem o Semiárido num patamar de desenvolvimento sustentável.*

*O objetivo deste documento é conclamar outros setores da sociedade e do governo a não pensarem na região apenas em tempos de seca, pois é importante desconstruirmos os preconceitos e imagens deturpadas, reconhecendo melhor e valorizando os povos e culturas do Semiárido e suas potencialidades.*

*Acreditamos profundamente que tal propósito somente pode ser alcançado pela ampla mobilização da sociedade e dos governos nos níveis federal, estaduais e municipais em torno de uma plataforma de ações permanentes e articuladas, a partir de um Plano Nacional e Planos Estaduais de Convivência com o Semiárido (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, Apresentação, grifo nosso).*

Nas Diretrizes para a Convivência com o Semiárido publicada em 2013, o paradigma da convivência parece vir associado a uma retomada da mobilização da sociedade civil,

<sup>63</sup> Preconizada na “Declaração da Caatinga” (elaborada na I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – a Caatinga Rio + 20, realizada nos dias 17 e 18 de maio de 2012 para uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense) e na “Diretrizes para a Convivência com o Semiárido: uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas”, em março de 2013 (BRASIL, 2013).

reforçando o seu histórico de luta e parceria<sup>64</sup> entre os movimentos sociais e sindicais, as organizações não governamentais e a Igreja Católica, juntamente com as famílias rurais, para a construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido baseada no diálogo entre o governo e sociedade. O papel da Igreja Católica é novamente realçado, com referência à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em parceria com os movimentos sociais e as ONGs configuram um arranjo de base para a mobilização da sociedade civil e dos governos nos níveis federal, estadual e municipal. Os governos, agora constituintes da ação coletiva mobilizada, assumem a força motriz em torno de uma plataforma de ações permanentes e articuladas, a partir de um Plano Nacional e Planos Estaduais e Municipais de Convivência com o Semiárido.

É esta articulação que pretendemos apreender sob a lente de um novo paradigma que pretende transpor a sociedade civil como sujeito político no processo de mobilização ideológica, representada por diferentes atores e instituições, capazes de modificar os contextos em que o conceito é agenciado; ora por organizações não governamentais que em parceria com a ASA traduzem o conceito de forma paradigmática, e ora por organizações governamentais, que o reproduzem entre os diferentes órgãos públicos.

Teoricamente originadas de posições que passam de uma distinção para uma relação entre o Estado e a sociedade civil, as posturas críticas construídas historicamente frente ao Estado se apresentam agora sob uma nova perspectiva de cumplicidade, na esperança de converter uma “clientela” conservadora que se conquista pela “tradição”, com uma aparência democrática que já possui seus clientes específicos (BOURDIEU, 2008). Gradativamente o significado do novo paradigma é lapidado, assumindo diferentes formas na medida em que perpassa por diferentes atores, distanciando-se cada vez mais de uma essência original que o legitimou, e se aproximando de velhos conceitos discursivamente antagônicos sob o crivo da mobilização social.

#### **1.4. Entre velhos e novos paradigmas: a convivência com o semiárido em questão**

Entre velhos e novos paradigmas que orientaram a história do desenvolvimento brasileiro e nordestino – tecnologias modernas, tecnologias alternativas, o velho e o novo, o global e o local, o autoritário e o democrático - o conceito da convivência com o semiárido

---

<sup>64</sup> Essa mobilização, originada do já comentado ato público de ocupação da SUDENE, ocorrido em 1993, tem no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por meio da FETAPE, e a Arquidiocese de Olinda e Recife propulsoras do histórico de luta e defesa dos povos do campo (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013).

vem se desenvolvendo e se alimentando por duas noções básicas: um projeto de desenvolvimento sustentável e um projeto democrático participativo. Fundamentado no desgaste das políticas de combate à seca o conceito da convivência com o semiárido se construía, baseado em um esforço de desmistificação do discurso da seca que encontrava espaço nas ideias do desenvolvimento sustentável. Mais do que se adequar à esta noção, de acordo com Duque (2008) o conceito da convivência encontrava um caráter legitimador no discurso da sustentabilidade, reproduzindo-o no semiárido como peça fundamental ao “divórcio” apontado por Furtado (1959) entre o homem e a natureza proveniente de um sistema econômico inadequado.

*Por exemplo: o mais grave problema da região era a fragilidade da produção de alimentos, pois, sem uma oferta adequada destes, a criação de emprego urbano torna-se inviável. Se o Nordeste tiver de importar o que come do Centro-Sul o Brasil, os custos dos alimentos ali terão de ser mais altos, o que fará suas indústrias menos competitivas. A política o governo de subsidiar o açúcar e de financiar a fundo perdido a construção de açudes em benefício da pecuária extensiva bloqueia o setor agrícola produtor de alimentos, agravando o quadro de pobreza. A inexistência de uma lei de irrigação, numa região em que tanto dinheiro público era posto em açudagem, constituía um escândalo. O que se necessitava era mudança na orientação geral da política do governo. Não se trata de “combater” as secas, e sim, de conviver com elas, criando uma agropecuária que tenha em conta a especificidade ecológica regional (FURTADO, 1989, p.44).*

Nesse sentido há uma tentativa de mudança atrelada a este “novo” paradigma que busca superar uma perspectiva da questão da seca como um problema no semiárido, destacando aspectos que vão além dos condicionantes naturais, conforme indicado por Pereira (2012), passando pela necessidade de uma economia regional mais adaptada e resistente à realidade ecológica local - aspecto apontado por Furtado desde a década de 50 (FURTADO, 1959) - para o comprometimento de um novo modo de viver na região, baseado em uma nova forma de perceber e agir no semiárido (SILVA, 2007):

*Nada é mais importante para o desenvolvimento do Nordeste do que o aumento da resistência da região aos efeitos das secas. Nunca será demais afirmar que estas são parte da realidade nordestina, como as neves perenes são parte do mundo dos esquimós. Como duvidar de que o impacto das secas seria menos negativo se a economia nordestina fosse mais bem adaptada à realidade ecológica regional, particularmente se a estrutura agrária não tornasse tão vulnerável a produção de alimentos populares? (FURTADO, 1984, p. 10-11).*  
*Está em gestação um novo conceito civilizatório para a região: a convivência com o semiárido. A ideia parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semiárida vive mal aqui? É porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adaptaram-se a ele e tornaram viável a vida. No semiárido brasileiro, essa integração de pessoa e natureza não encontrou uma solução adequada, de modo que o ser humano permaneceu sujeito às variações normais do clima regional (MALVEZZI, 2007, p. 11-12).*

O que se tem de comum nestas duas perspectivas, apesar de suas limitações contextuais históricas - é a tentativa de trazer a seca como parte da realidade, como variação normal do clima, de uma realidade em que uma economia inadequada se constituiu e uma história de desigualdade sociopolítica permaneceu, encontrando no discurso da convivência a possibilidade de superação (DUQUE, 2008; PONTES, 2011).

Com este esforço as desigualdades socioeconômicas e sociopolíticas identificadas na fase do GTDN são reafirmadas, desmascarando formas de aproveitamento político na tentativa de ultrapassar uma responsabilidade dada às condições climáticas. A seca passa a ser vista como um evento normal que pode ser tratado de forma produtiva e é este o argumento - destacado por autores como Duque (2008), Malvezzi (2007) e Silva (2006) - que leva à viabilidade da convivência, agora baseada em um processo de compreensão do ambiente, de adequação, de adaptação, em que a “técnica apropriada” aparece como o segredo da convivência, não mais uma economia resistente à seca.

Por esta perspectiva o paradigma da convivência com o semiárido foi amadurecendo e passando por situações relativamente “previsíveis” de seca provenientes de condições edafoclimáticas do semiárido - pluviosidade irregular, solos rasos e cristalinos, baixa capacidade de retenção de água subterrânea, alto teor de sais e alta taxa de evapotranspiração -; agravadas por situações de degradação ambiental (advindas de uma economia inadequada baseada na atividade pecuária), falta de alimento, desigualdades socioeconômicas, desemprego e concentração de terra, ou ainda, por um histórico de políticas emergenciais fragmentadas e clientelistas (SILVA, 2007; PEREIRA, 2012).

Para Malvezzi (2007) foram estas circunstâncias que deixaram o ser humano sujeito às “variações normais do clima regional”, levando alguns autores a justificar a tentativa de mudança do rumo da história (PASSADOR; PASSADOR, 2010; ASSIS, 2012; SILVA, 2007). A história passa agora a ser caracterizada por uma convivência capaz de “camuflar” o próprio discurso da seca<sup>65</sup>, diferenciado por um paradigma sustentável que considera as especificidades ambientais locais em direção à melhoria das condições de vida e promoção de cidadania, através de tecnologias apropriadas ou sociais, conforme Silva (2006):

*A “convivência” não é, portanto, negadora das possibilidades do desenvolvimento e não expressa uma renúncia ao ideal humanitário da satisfação das necessidades e da melhoria das condições de vida das pessoas. Ao contrário, a convivência com o semiárido vem se*

---

<sup>65</sup>Discurso que, para alguns autores como Khan et al. (2005) e Pereira (2012), ainda remete a uma situação de difícil previsibilidade e monitoramento, somada à ineficiência da infraestrutura de água, reproduzindo efeitos sobre a economia agropecuária regional, diminuição de renda e emprego e situações de vulnerabilidade às políticas emergenciais, principalmente para aqueles marginalizados pelo histórico sociopolítico que tanto fala Malvezzi (2007) e Duque (2008).

*caracterizando como uma perspectiva cultural orientadora de processos emancipatórios, de expansão das capacidades criativas e criadoras da população sertaneja.*

*Em síntese, a convivência com o semiárido significa uma nova orientação estratégica para intervenção naquela realidade, enquanto um processo em construção e de experimentação de alternativas apropriadas, buscando aprender a conviver com as suas especificidades ambientais, e formulando proposições que visam a promoção e o alcance do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2006, p. 271).*

Para Diniz (2007) a convivência simboliza um significado político que faz com que a ação coletiva direcione seu sentido, de uma identidade de projeto alicerçada em novas práticas de intervenção pública (estatal ou não-estatal) configurando mudanças políticas e sociais emancipatórias, de autonomia à um histórico de dependência e sujeição política:

*Enfim, o significado da “convivência” é fruto de uma ação coletiva que, no nosso entendimento, foi inicialmente de “resistência”, entrando num conflito determinado, contestando as práticas de intervenção governamental através de políticas de combate à seca. Mas que, como ação coletiva construiu um sentido para sua ação – uma “identidade de projeto” (CASTELLS, 1999b). Assim, busca a (re)definição de outras práticas de intervenção pública – seja estatal, seja não-estatal – no sentido de aprofundar essas mudanças políticas e sociais, configurando-se em práticas emancipatórias. Práticas de convivência com as especificidades da região e de instrumentalização da superação da dependência e da sujeição política, bem como de ruptura do sistema de clientela – estes sim os verdadeiros fatores que devem ser “combatidos” no semiárido (DINIZ, 2007, p. 114). É, exatamente, esse significado político da convivência com o semiárido que tem importância fundamental nesse de “experimentalismo institucional”. Quer dizer, como o governo tinha a sua política – a de segurança alimentar – e se dispôs a compartilhar a elaboração de procedimentos para a execução desta política com a sociedade civil, então a convivência com o semiárido (com todo seu sentido de contestação e de proposição) foi o mecanismo fundamental para que a sociedade civil – a ASA – Brasil – mantivesse seu projeto de autonomia. O significado político da convivência deixou mais claro os campos de ação de cada uma das esferas – Estado e sociedade civil – e permitiu uma melhor configuração de seus papéis (DINIZ, 2007, p. -115).*

Na tese de Diniz (2007) o significado político da convivência com o semiárido parece estar relacionado a uma disposição do governo em compartilhar suas ações com a sociedade civil, encontrando no discurso da convivência um mecanismo fundamental para que a sua estratégia fosse colocada em prática, através de um sentido de contestação e de proposição que pudesse manter o projeto de autonomia da sociedade civil, representada pela ASA Brasil.

Com o experimentalismo institucional inaugurado, segundo Diniz (2007), pelo Governo Lula, reproduzindo novas temáticas<sup>66</sup> nas políticas e programas governamentais no campo da agricultura familiar, materializou-se novas trajetórias conduzidas, ao menos discursivamente, por organizações da sociedade civil em torno de “projetos coletivos”. De um caráter crítico e reivindicatório perante o Estado que configurava a ação da sociedade na conquista de participação política, invertia-se o sujeito para a arena estatal, ampliando-se uma

<sup>66</sup> A primeira temática se desenvolveu entre a política de “segurança alimentar” e as ações de “convivência com o semiárido”, com base na ação coletiva e na organização em rede. E a segunda se desenvolveu através da política territorial e sua interação com os territórios agroecológicos (DINIZ, 2007).

noção de Estado que comportasse a sociedade civil, como forma de experimentalismo institucional:

*Para entender melhor esse processo de “experimentalismo institucional”, é preciso entender um fato relevante: se antes a sociedade “brigava” para participar, agora é o governo “quem chama” para participar<sup>2</sup>.*

*2. No início de 2003, num debate sobre a participação ou não dos movimentos sociais na Paraíba em espaços de diálogo com o governo, uma das lideranças arrematou a seguinte conclusão (de forma mais ou menos literal): “se antes a gente brigava para participar do governo [referindo-se às grandes mobilizações no governo FHC], agora que o governo está chamando para participar, a gente tem que participar, pois esse governo é nosso também” (DINIZ, 2007, p.13-14).*

*Portanto, são estas noções – Estado e sociedade civil – que dão base para o entendimento do que estamos definindo como “experimentalismo institucional”: processo em que estão presentes, fundamentalmente, o aparato estatal (a sociedade política) e organizações da sociedade civil. Aliás, por concepção, o sentido amplo de Estado, conforme definição gramsciana, já comporta a sociedade civil, mesmo que na prática, às vezes, esta se apresente (ou, ao contrário, esteja oculta) submetida à dominação da “sociedade política” (DINIZ, 2007, p.27).*

Nesse sentido podemos acompanhar uma mudança discursiva orientada à sociedade civil, e às próprias políticas governamentais, conferindo um novo perfil ao Estado adequado à ótica da sustentabilidade e ao diálogo com a sociedade civil: um Estado “preparado” para a condução de uma nova identidade do agricultor do semiárido. É sobre a carência de uma identidade cultural e produtiva do sertanejo escamoteada pela problemática da seca que Chacon (2007) traz o problema da sua pesquisa, revelando um sentimento de não pertencimento e de baixa auto-estima do sertanejo que perpassa todo histórico conflituoso do Sertão desde o início do século XX. Marcado pela dependência às políticas governamentais compensatórias e por um processo de “desmobilização social” causada pelo Estado; *o sertanejo não foi sujeito, não discutiu essas políticas que iriam atingir sua vida; foi apenas um objeto mal desenhado e pouco conhecido para os fazedores de políticas (CHACON, 2007, p.268).*

Com o movimento da convivência com o semiárido um movimento de aceitação é requerido, de construção de uma identidade preparada para superar um imaginário de não viabilidade de um lugar, do sertão, através de um tipo de desenvolvimento econômico que pretendia trazer um novo modo de pensar e agir dos agricultores familiares do semiárido: agora rotulados nas fichas das cisternas de placas e nos dados cadastrais dos bancos, agora multiplicadores de um novo paradigma, responsáveis por uma agricultura agroecológica, e pela conservação de uma vegetação nativa (FORTUNATO; NETO, 2010). “De como lembrar o semiárido e esquecer o sertão”; é esta a prerrogativa apontada no artigo de Fortunato e Neto

(2010) que se opera agora sob a ótica da convivência, uma ótica caracterizada por uma identidade capaz de manter o agricultor no semiárido.

O fato é que entre uma visão “reducionista” e “pessimista” da seca e seus efeitos e a sua “desmistificação”, da convivência com as secas à convivência com o semiárido o paradigma foi se estabelecendo e assumindo diferentes formatos conforme acessado por diferentes atores; ora com recomendações mais técnicas, ora com recomendações mais culturais, sociais e/ou políticas. Através da “convivência com as secas” preconizada nos trabalhos de alguns autores como Carvalho (2009), Filho e Lopes (2001), Neves et al. (2012), Pomponet (2009b) e Suassuna (2007) - oriundas direta ou indiretamente de instituições como EMBRAPA, SEBRAE, ou DNOCS - recomendações mais técnicas são orientadas no sentido do manejo dos recursos produtivos, baseado em formas diversificadas de exploração econômica adequadas ao semiárido nordestino, agora acessadas mediante o discurso da sustentabilidade (FILHO; LOPES, 2001; NEVES et al., 2012). Imbricado a um caráter problemático da seca a “convivência com as secas” parecia ainda sustentar um discurso de combate a uma problemática degradante, sob a forma de superação ao “*antigo fantasma da simples sobrevivência*”, de acordo com Neves et al. (2012):

*As recomendações que seguem são de grande importância para o meio rural nordestino, em quaisquer circunstâncias e, principalmente, como forma de convivência com as secas. Assim, muitas dessas práticas (chamadas agroecológicas) poderão ser intensificadas, durante o atual período de estiagem, que assola, impiedosamente, o semiárido nordestino (WANDERLEY et al., 2012, p. 13).*

Na “convivência com a semiaridez” requerida pelo DNOCS como um “novo projeto”, evidente com as publicações da Revista Conviver (Revista Conviver Nordeste Semiárido, Fortaleza: DNOCS/BNB – ETENE, v. I, n. 6, 2009), o problema da seca colocado em eminência parece estar associado à possibilidade de mudança de foco das suas ações, preocupadas com as questões ambientais no âmbito de um projeto de Fortalecimento Institucional do DNOCS – Projeto idealizado por Eudoro Santana, então diretor-geral do Instituto (CARVALHO, 2009). De acordo com este autor a noção de convivência com a semiaridez do DNOCS estaria presente nas concepções iniciais do IOCS e IFOCS sob a inspiração de Arrojado Lisboa, primeiro Inspetor de Secas do Nordeste, para ser adotada mais tarde por Guimarães Duque, iniciando um caminho de contestação indicado por Oliveira (2008).

No entanto, pelo que se pode perceber, o paradigma da “convivência com o semiárido” traz um contexto mais complexo que vai além da simples convivência com a

seca<sup>67</sup>, emprestando o discurso já consolidado da sustentabilidade, com foco no bioma caatinga, na sua biodiversidade, absorvendo dimensões de educação, de gênero, de cidadania, culturais, religiosas<sup>68</sup> e, sobretudo, políticas (MALVEZZI, 2007; PONTES, 2011; SILVA, 2007). Para Malvezzi (2007) essas dimensões conseguem ser colocadas em prática através de “tecnologias sociais”<sup>69</sup>; que surgem como base da convivência e em oposição às tecnologias oriundas dos processos de modernização provenientes das políticas de desenvolvimento do semiárido<sup>70</sup>, criticadas pelo seu caráter fragmentado, emergencial, clientelista e degradador, com a identificação dos processos de desertificação.

Na literatura o paradigma da convivência com o semiárido vem sendo interpretado por diferentes atores em disputa: instituições públicas e governamentais; instituições privadas; e sociedade civil, representada por organizações não governamentais articuladas pela ASA, sindicatos, associações, conselhos, cooperativas, fóruns, redes, movimentos sociais, pastorais sociais, Comissões de Educação de Base, Comissões Pastorais da Terra, Cáritas Brasileira (Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), entre outros, além dos agricultores; e, ainda, a academia, trazendo publicações que ora convergem em um mesmo discurso em defesa do paradigma, em oposição ao combate à seca; ora em defesa do discurso de combate à seca sob o crivo do discurso da convivência com semiárido; e ora identificando certa continuidade entre os dois discursos. Em certo momento essas instâncias se confundem, trazendo para o âmbito das instituições públicas os discursos mobilizados pela sociedade civil, fruto do processo de “politização”<sup>71</sup> do discurso.

Na primeira perspectiva há um esforço em desmistificar o “problema da seca” no semiárido nordestino contrariando as interpretações dominantes das políticas de combate à seca ditas emergenciais, assistencialistas e clientelistas, que colocavam a seca como responsável pelos problemas do semiárido. Segundo Duque (2008) esta perspectiva camuflava os reais problemas sociopolíticos e uma utilização da seca como “negócio” de manipulação

<sup>67</sup> Apesar de Duque (2008) trazer uma conceituação baseada na convivência com a seca, em sua publicação “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável, ela faz referência a uma perspectiva mais abrangente adequada ao termo da convivência com o semiárido, a partir dos moldes da sustentabilidade.

<sup>68</sup> É interessante destacar que Malvezzi, até onde pudemos nos informar, está ligado à Comissão Pastoral da Terra Nacional – CPT, de acordo com seu Currículo Lattes atualizado em 2007.

<sup>69</sup> Tecnologias sociais são técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade buscando soluções de transformação social. A Rede de Tecnologia Social foi criada em 2005 com o propósito de transformar as tecnologias sociais em políticas públicas, facilitando sua difusão e legitimação. São elas: cisternas de placa, cisternas calçadão, tanques de pedra e caldeirão, barreiro tradicional, barreiro trincheira, barreiro de lona, açudes, barragens, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, barramento de pedras, cacimbão ou poços amazonas, poços tubulares, cacimba, irrigação de salvação e mandalas (MALVEZZI, 2007).

<sup>70</sup> Para alguns autores o processo de modernização econômica está associado às políticas de combate à seca com o propósito de atender às demandas dos centros urbanos e os interesses do agronegócio e das oligarquias de poder locais. Fundamentado em um modelo de desenvolvimento proposto pela revolução verde a lógica da assistência técnica se baseava na difusão de um “pacote tecnológico” mecanizado que tornava os sistemas cada vez mais dependentes de tecnologias e insumos gerados pelo setor industrial, com o objetivo de modernizar, sobretudo, a pecuária (DUQUE, 2008; SILVA, 2007).

<sup>71</sup> De acordo com Schiochet (2005) este processo é característico de uma conjuntura política específica da história brasileira, associado a própria construção da noção de sociedade civil, como expressão teórica de um processo de politização do social, isto é, processo no qual, de maneira contraditória, a dimensão civil da sociedade adquire visibilidade teórica a partir do(a) político(a).



eleitoral da chamada “indústria da seca” (SILVA, 2007). A crítica se estende para um contexto geral, à modernização, ao agronegócio, à revolução verde, com sua política agrícola concentradora e insustentável, fazendo com que uma nova interpretação oposta à lógica dominante do “progresso na agricultura” seja construída, uma nova forma de pensar e agir no mundo, no semiárido, um novo paradigma baseado na sustentabilidade e na convivência com ele (DUQUE, 2008; SILVA, 2003; 2006; 2007).

Na segunda perspectiva há uma tentativa de deslocar uma “culpabilidade” geralmente atribuída às políticas de combate à seca, direcionadas ao Estado e seus órgãos operacionais, para uma nova visão que poderia contextualizar as ações do DNOCS no quadro político e histórico brasileiro, trazendo um processo que embora tivesse desenhado uma lógica incapaz de romper com a subordinação aos interesses do poder local, dos latifundiários e dos coronéis regionais, teria esboçado uma convivência com o semiárido podada por sujeições às ingerências políticas (CARVALHO, 2009; POMPONET, 2009b). Uma ação de Estado baseada em um desenvolvimento regional caracterizado por um planejamento da convivência, presente nas proposições de Tânia Bacelar de Araújo em seu livro “Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências” (2012), também remete a uma tentativa de revalorização da SUDENE, enfatizada em um contexto em que a relação do Estado e da sociedade é operada por um movimento de descentralização. Embora possamos identificar certo interesse em defesa institucional (do DNOCS, ou da SUDENE, especificamente), esta vertente constitui uma importante discussão, trazendo “*insights*” que identificam a absorção do discurso da convivência com o semiárido, ou de convivência com a seca, para as mais variadas áreas de disputa: a própria arena do discurso de “combate às secas”.

A terceira discussão se baseia no processo de desconstrução do discurso da convivência com o semiárido trazendo à tona uma série de contradições em meio a um processo de disputa e legitimação (CUNHA; PAULINO, 2014; MACEDO, 2004). Graças aos esforços de legitimação de uma disciplina específica, a ecologia, que na tese de Silva (2006) aparece como determinante para a compreensão sobre os limites e potencialidades da realidade do semiárido, o paradigma poderia se “adaptar”<sup>72</sup> às prerrogativas ambientalistas no poder, como “desenvolvimento sustentável”, “desertificação” e “mudanças climáticas” (CUNHA; PAULINO, 2014). Nesse processo a valorização do local poderia se adequar às questões mundiais e nacionais, trazendo para a sua constituição conceitos caros e de fácil

---

<sup>72</sup> De acordo com Cunha e Paulino (2014) a ideia de adaptação obteve força na “Declaração da Caatinga”, elaborada durante a realização da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio + 20, em 2012.

tradução, através da transferência de tecnologias sustentáveis “adequadas” às necessidades das populações (MACEDO, 2004; CUNHA; PAULINO, 2014).

Com um caráter transformador em contradição à valorização de um saber “tradicional”, de acordo com Cunha e Paulino (2014) o paradigma traria como fundamento uma normativa específica que priorizaria a adesão de um modelo geral conservantista<sup>73</sup> concomitante a uma nova forma de pensar e agir no semiárido, uma nova cultura, uma nova identidade, mediada por algum tipo de formação, capacitação ou processo educativo que respeitasse o conhecimento local. É fundamentado nesse movimento de reaprendizado que Silva (2007) consegue responder à grande falácia, indicada por Ab’Saber (2003), em ensinar o nordestino a conviver com o semiárido (CUNHA; PAULINO, 2014).

No entanto, não podemos deixar de ressaltar a fragilidade e limitação da região sertaneja, em função das suas condições climáticas e hidrológicas, tornando a questão da água como problemática chave no processo de convivência dos sertanejos com e no semiárido, embora apresente um domínio de biodiversidade significativa, cada vez mais destruído e menos valorizado (AB’SABER, 2003). Para este autor ninguém melhor do que suas populações para entenderem o prolongado período seco anual (seis a sete meses) que domina as bacias hidrográficas sertanejas, totalmente dependentes do ritmo climático sazonal e das precipitações escassas e irregulares associados à alta taxa de evaporação hídrica, impedindo a acumulação de água nos rios e reservatórios.

Foram elas que identificaram simbolicamente duas estações do ano, marcadas pelo “inverno” do verão chuvoso, em contrapartida ao “verão” seco tão conhecido pelo povo, que sente na pele seus efeitos. Foram elas que descobriram modos de utilizar os leitos dos rios em terras de “sequeiro”, em que o próprio leito dos cursos d’água é parcialmente utilizado para produção agrícola, trazendo as velhas práticas de pastoreio extensivo, com gado solto nas áreas da caatinga, possibilitando que o sertanejo conviva com o ambiente seco, tentando garantir a sobrevivência das famílias. É este conhecimento que acabou representando, para Ab’Saber (2003), formas de sobrevivência que não conseguiram afastar o fantasma dos momentos de miséria, fome e sofrimento familiar resultante das épocas de seca, configurando um “diabólico drama social” que imperava aos viventes dos sertões. Aqui se encontra a chave do “problema”. É este conhecimento que pode e deve ser aproveitado no planejamento e organização do agricultor, sobretudo nas fases produtivas. Com esta estratégia, consegue-se

---

<sup>73</sup> O caráter conservantista diz respeito à conservação do ambiente e de modos de vida, muito frequente em estudos da biologia e ecologia, e em debates sobre as chamadas “populações tradicionais” (CUNHA; PAULINO, 2014).

distanciar o problema da seca de um sentido restrito ao âmbito físico, de acordo com Araújo (2012):

*No meu entender, o problema da seca como drama social é estrutural e situa-se nos “anos bons”. (...) Nos anos de chuva regular, os pequenos produtores (parceiros, em sua imensa maioria) produzem, mas não conseguem acumular. São expropriados por vários mecanismos. Descapitalizados, ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de enfrentar um ano seco. A organização socioeconômica prevalente nos “anos sem seca” é insustentável: não permite a convivência com o ano seco. Por isso é que a seca hídrica se transforma em crise social (ARAÚJO, 2012, p. 239).*

Apoiado em um processo de reaprendizado que pretende superar o histórico de modernização que marca os “velhos” paradigmas de desenvolvimento do Nordeste e desmistificar o problema da seca, na prática, a convivência com o semiárido parece reproduzir determinados dispositivos baseados na ciência e na técnica modernizada, desmascarando seu caráter discursivo (CUNHA; PAULINO, 2014). Em que medida este conhecimento “científico” operaria na potencialização dos sistemas produtivos destes agricultores é o que se coloca em discussão por estes autores, como um mecanismo de “difusão”, de “adesão ideológica”, de “legitimação” de um modelo desenhado em projetos e programas carregados de interesses financeiros e políticos em diferentes estados do Nordeste.

Dessa forma uma ambiguidade operada por um imaginário tradicional e modernizado, antigo e novo, local e globalizado, é imposta politicamente no local por um discurso que nega as práticas modernizantes da agricultura, mas que mantém formas específicas de modernização, baseadas em uma ciência e técnica ditas tradicionais e alternativas, que se conformam ao padrão das tecnologias modernas de desenvolvimento e de relação com a natureza, que de acordo com Macedo (2004), permanecem com a “velha” dominação dos mesmos grupos hegemônicos tradicionais (CUNHA; PAULINO, 2014).

Assim temos determinadas práticas oriundas de tecnologias modernas<sup>74</sup> direcionadas por políticas públicas que, se não estão favorecendo a consolidação do agronegócio; estão assumindo uma perspectiva modernizada de política e de relações institucionais, na medida em que vem ganhando espaço de negociação em sintonia com o discurso modernizante e participativo do novo projeto governamental (DAGNINO, 2002).

Priorizando arranjos institucionais modernos com base na ampliação das organizações e movimentos sociais - como associações, conselhos, cooperativas, pastorais sociais, sindicatos, ONGs, fóruns, redes, etc - é desenhado um caminho que o paradigma teria que

---

<sup>74</sup> Tecnologias que, muitas vezes, acabam por incentivar e favorecer práticas modernizantes do agronegócio com exemplos provenientes da pecuária estimulada por políticas públicas como o PAA, o PNAE e o PRONAF, tanto referente à pecuária bovina, como à caprinovinocultura (POMPONET, 2009b; NUNES, 2011).

passar para a sua legitimação como política pública que depende, de um lado, da ação de indivíduos ou grupos mobilizados; e de outro, de um discurso potencial para a concorrência, com uma estrutura provisória com relações e estratégias definidas ou redefinidas em especial pelas estruturas institucionais (MULLER; SUREL, 2004).

Ingressando em uma dimensão política, a propagação do discurso da convivência com o semiárido pode ser contraditória, confrontando noções antagônicas que assumem uma materialidade que se distancia das perspectivas ideológicas valorizadas. Com uma nova concepção sobre o semiárido e sobre as relações sociais que ali se manifestavam, cada vez mais presentes nas proposições dos programas governamentais, o discurso tem se configurado em torno de uma disputa entre diferentes concepções, podendo assumir perspectivas reducionistas baseadas no foco da eficiência econômica e técnica, medidas mais “adaptadas” ao discurso de combate à seca (SILVA, 2006).

A essência do discurso, compreendido por Silva (2006), pretendia se distanciar das políticas de combate à seca oriundas da modernização econômica conservadora; se distanciar da orientação técnica e burocrática de um Estado autoritário, um Estado que privilegiava os interesses das oligarquias sertanejas e, sobretudo, dos grupos empresariais - aqueles responsáveis pelos investimentos dos pólos agropecuários da região enfatizados por Araújo (1997a); se distanciar de uma política agrícola concentradora de recursos e riquezas do agronegócio oriunda da “revolução verde” (DUQUE, 2008). No entanto, o empenho em se distanciar de uma direção modernizadora de combate à seca trazia a necessidade de se adequar a outros imperativos, ambientais, econômicos, sociais e políticos de adaptação à realidade semiárida. Uma economia resistente à seca pensada originalmente pelo GTDN se impunha em múltiplas dimensões de contextos recentes, requerendo uma economia adaptada à realidade semiárida e aos processos democráticos vigentes, com base em outros valores de produção e de relações sociais.

*Em muitos casos, os fracassos econômicos e o agravamento das condições naturais, tais como os processos de desertificação no semiárido, são consequências também de um processo de modernização, implantado sem o necessário conhecimento da região, por meio da transposição de experiências exógenas. Daí, a importância da Convivência, como uma imperiosa necessidade de adaptar a economia à realidade semiárida, seja na adoção de atividades produtivas apropriadas, que usem tecnologias contextualizadas, seja no que se refere à modificação na estrutura socioeconômica, promovendo a justiça social no acesso aos recursos naturais do semiárido, principalmente à terra e à água, na adoção de iniciativas capazes de contribuir para a transformação e fortalecimento da economia do semiárido. Daí a necessidade de promoção de um tipo de desenvolvimento econômico orientado prioritariamente para geração de trabalho e renda por meio de alternativas de produção, apropriadas às condições edafoclimáticas do semiárido. Além de sustentáveis, as iniciativas de produção e distribuição das riquezas devem ser incluídas, com a democratização do acesso aos meios necessários à produção (terra, água, crédito, tecnologias apropriadas, assistência*

*técnica organizativa, etc). Ou seja, a convivência com o semiárido requer outros valores e outros padrões de produção, como as alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável da caatinga, na criação de pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos, que expressam uma economia solidária (SILVA, 2006, p.234-235).*

Operado por uma necessidade de adequação ambiental e sustentável, o discurso da convivência com o semiárido vai trazer como eixo norteador técnicas apropriadas que perpassam a ideia da democratização da terra e da água, trazendo como orientações tecnologias sociais e práticas agroecológicas capazes de promover um tipo de desenvolvimento econômico apropriado<sup>75</sup> às condições edafoclimáticas do semiárido, sem dependência aos processos industriais (SILVA, 2006).

Para os idealizadores da convivência “*não é o ambiente que tem que ser modificado ou adaptado às atividades produtivas, mas as práticas e métodos produtivos que devem ser apropriados ao ambiente*”; e para isso, além de sustentáveis, elas devem ser includentes, o que requer outros valores sociais e padrões de produção associados aos projetos associativos e cooperativos, ao manejo sustentável, às alternativas agroecológicas e às criações de pequenos animais (SILVA, 2006).

Aqui entramos em uma circunstância já indicada no presente estudo, que vem alcançando visibilidade em algumas pesquisas, demonstrando um movimento de (re)pecuarização do semiárido nordestino, teoricamente embrionário, que traz a pecuária como foco produtivo das políticas públicas vigentes sob o crivo da convivência com o semiárido, orientando discursivamente a caprinovinocultura (GOMES; MENESES, 2010; NUNES, 2011).

A problemática deste processo está na essência de um discurso que, pautado em uma crítica às práticas modernizadas das ações de combate à seca e do agronegócio, pelo menos entre os pesquisadores, uma condenação à pecuária bovina seria discutida, como base de um conceito que teria na pequena produção uma supervalorização das políticas públicas, com o enfoque em uma cultura “resistente” e “adaptada” aos efeitos da seca. No entanto dependendo de como essa orientação é traduzida, práticas voltadas para o agronegócio ou para um arranjo tecnológico modernizado acabam sendo favorecidas (POMPONET, 2009a; GOMES; MENESES, 2010; NUNES, 2011). Em favor da criação de pequenos animais o discurso da convivência com o semiárido traz uma argumentação associada, principalmente, à sua resistência às condições semiáridas, com uma rusticidade que facilita a sua adaptação e requer

---

<sup>75</sup> Para Cunha e Paulino (2014) as tecnologias apropriadas estão associadas a um tipo de desenvolvimento econômico paradigmático, que procura manter os agricultores familiares, pobres e marginalizados, como grupo diferenciado, enquanto não for possível água tratada e encanada. Um tipo de desenvolvimento econômico que pretende trazer um novo modo de pensar e agir dos agricultores familiares do semiárido, uma nova forma de organização e manejo, caracterizado por práticas sustentáveis oriundas da agroecologia (FORTUNATO; NETO, 2010).

um volume de suporte forrageiro e de água bem menor que a criação bovina, tão criticada pelo paradigma (SILVA, 2006).

Embora a criação da caprinovinocultura traga uma série de vantagens como: menor seletividade nutricional, fonte de alimentação proveniente de pastagem natural, aproveitamento do esterco para a produção agrícola e alternativas de fenação e silagem para épocas de escassez de pastagem nos períodos de seca; se não forem conduzidas através de técnicas de manejo orientadas, não-extensivas, podem implicar na pressão de áreas nativas da caatinga, levando o IBAMA a dizer que o sobrepastejo proveniente da caprinovinocultura é um dos fatores que levam à desertificação, somando-se às práticas de desmatamento indiscriminado e queimadas (LEAL; VICENTE; TABARELLI, 2005; SOUZA et al., 2010).

Da mesma forma, mas não na mesma medida, a piscicultura também é acessada na dimensão do discurso da convivência com o semiárido. Com suas tecnologias modernizadas baseadas em sistemas de tanques-rede implantados em rios, açudes e barragens, esse sistema tem sido objeto de maior atenção nos últimos anos, mas não torna transparente seu método de produção, tanto relativo à questão ambiental, com a poluição das águas pela descarga de nutrientes; como também social, envolvendo a questão da regulamentação e do monitoramento e a dependência de um pacote tecnológico industrializado (alta tecnologia e ração) que não consegue ser absorvido. Além de caro para os piscicultores traz maior dependência à assistência técnica - em comparação à agricultura -, esta insuficiente nos moldes que se apresenta (SANTOS, 2013).

Este processo traz uma aparência contraditória para o paradigma na medida em que começa a acessar modelos antes criticados, mas que em uma articulação desenvolvida no interior do Estado, aciona tecnologias e relações sociais e institucionais modernizadas que vão de encontro ao seu projeto inicial. Um histórico mobilizatório capaz de chegar no Estado com um programa permanente de convivência com o semiárido pode também reproduzir medidas tecnológicas, institucionais e sociais de cunho modernizador e político, capaz de acessar mecanismos não democráticos.

Informado pela questão ambiental este processo é performativo de um jogo de disputa entre a sociedade e o Estado em que não se sabe mais quais são os lados, e quem são os “jogadores”, configurando uma rede complexa e “invisível”, como nos lembra Schiochet (2005), das organizações populares, habilitados para influenciar programas governamentais e os próprios agricultores, agora coletivos, que deveriam ser os maiores interessados. Do velho ao novo, do local ao global, do tradicional ao modernizado, por este caminho muitas vezes contraditório, o discurso da convivência com o semiárido vem configurando uma dinâmica

não só ambiental (entre uma dimensão da produção e da conservação), mas econômica, social, institucional e, sobretudo, política.

*A convivência com o semiárido é também uma proposta política de mobilização da sociedade e do Estado brasileiro, para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na Região. Parte das tarefas e iniciativas pertence à esfera da sociedade civil, da capacidade de mobilização e organização dos movimentos sociais, possibilitando a disseminação desses valores sociais da convivência e pressionando pela melhoria das condições econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, a convivência com o semiárido requer a conquista de políticas públicas permanentes e apropriadas, que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, a partir da superação das estruturas geradoras da desigualdade, como a concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos (SILVA, 2006, p. 257).*

Com esta dinâmica o paradigma da convivência encontrava a direção que iria levar à sua legitimação, “não” mais pertencente aos governos e nem aos grupos dominantes regionais; com a cara de um movimento social que denunciava discursivamente problemas de ordem política oriundos da intervenção estatal das políticas de combate à seca, com o desafio de ressignificar as políticas públicas no semiárido nordestino através de um processo de desconstrução da imagem do semiárido brasileiro divulgada pela mídia (SILVA, 2007), de região problema e de “sofrimento” (DINIZ; PIRAUX, 2011a).

Através da ampliação da participação da sociedade civil constrói-se um ambiente de concorrência pela hegemonia em torno de modelos de desenvolvimento e de políticas públicas que, de acordo com Silva (2006), procura estabelecimento em dois espaços: socioculturais e políticos. Nos espaços socioculturais a convivência se reproduz na esfera da sociedade civil, buscando a inserção de novos conteúdos sobre a realidade através de cursos, capacitações e processos educativos de formação; com base em uma educação contextualizada e político-pedagógico, segundo Braga (2004), e em uma estratégia de difusão de conhecimento apropriado para a convivência com o semiárido (CUNHA; PAULINO, 2014). Nesse sentido o esforço se concentra na contestação cultural das imagens historicamente construídas, de acordo com Silva (2006): a memória de uma terra marcada pela seca, miséria, dependência, atraso econômico e relações de poder fundamentadas no clientelismo e coronelismo passam a ser desconstruídas, dando espaço a uma conformação em que só o desenvolvimento de práticas institucionais deliberativas de controle social consegue impulsionar uma mudança para o protagonismo social (FORTUNATO; NETO, 2010).

No campo da política, os esforços de mobilização ideológica do paradigma da convivência com o semiárido se concentram no convencimento de governos, organizações e atores locais que através da literatura e de ações diretas (como por exemplo as cartas

políticas<sup>76</sup>) pretendem influenciar políticas e conseguir financiamentos (CUNHA; PAULINO, 2014). Para Silva (2006) esse processo surge como uma contra-hegemonia, que requer a ampliação dos espaços de participação da sociedade civil organizada nos processos de formulação e execução de políticas públicas, com a ampliação dos mecanismos e espaços institucionalizados. Nos dois casos o que se configura é um processo de disputa, de adesão ideológica e legitimação de um paradigma que, ao conseguir espaço na agenda governamental, vai se recompondo por uma complexidade de interesses que convergem as duas dimensões, da sociedade civil e do Estado, com as características nada homogeneizadoras de cada uma (DAGNINO, 2004b).

Entre a mobilização das organizações e dos movimentos sociais e o imperativo de uma conjuntura política nacional, um discurso que mantinha o clima de contestação às políticas emergenciais do combate à seca se consolidava no interior do Estado, no mesmo espaço em que a sociedade civil se legitimava. Fundamentado teoricamente por uma literatura gramsciana<sup>77</sup> baseada em novas relações entre o Estado e a sociedade civil em direção à ampliação da participação política, um projeto político transformador alicerçado pela constituição de um novo sujeito social começava a ser orientado, segundo Silva (2006). No entanto se desenvolvia em uma perspectiva teórica que precisa ser questionada, já que se encontra em um espaço contraditório em que opera ora no interesse de uma distinção entre o Estado e a sociedade civil e ora no diálogo.

É esta fundamentação que vem mobilizando o discurso da convivência com o semiárido, discursivamente caracterizada pela mobilização da sociedade civil e materializada pelo Estado. É esta fundamentação que vai conquistar novos crentes no paradigma da convivência. Com a aparência de um movimento social mascarado por uma sociedade civil estatal, o histórico de disputa parece ultrapassar a concorrência entre posições divergentes para se transformar em adversários cada vez mais cúmplices, contribuindo para a invisibilidade dos atores e de um caráter político que nas suas mais variadas formas transcendem todo o processo de produção de crença. Aqui os lados se difundem e minimizam oposições claras entre o “comercial” e o “não comercial”, o convencional e o alternativo, o tradicional e o modernizado, através de uma máscara irreconhecível do desinteresse de um

---

<sup>76</sup> Como exemplo temos a carta da presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de julho de 2012 à presidenta Dilma Rousseff, apresentando proposições relativas às estratégias de convivência com o semiárido, indicando a necessidade da construção participativa de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido. No ano de 2013 outra carta foi mandada, em que a presidenta do CONSEA aponta as dificuldades encontradas pelo PAA e o PNAE, propondo uma série de medidas com destaque ao fortalecimento político e operacional dos CONSEAS estaduais e municipais, a criação de comitês gestores estaduais e a consolidação do PAA como política de Estado.

<sup>77</sup> Uma fundamentação que parece justificar o diálogo entre o Estado e a sociedade civil posto em cena, como um Estado ampliado oriundo de uma vontade política dos movimentos sociais (DINIZ, 2007; SILVA, 2006), de interesse da literatura da convivência.



valor econômico, convencional e modernizado, na demanda de um espaço comum no interior do Estado (BOURDIEU, 2008).

### **1.5. Para início de conversa: a convivência com o semiárido no município de Serra Talhada**

Com a pior estiagem dos últimos 40 anos, de acordo com o Jornal do Comércio de novembro de 2012, as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do município de Serra Talhada, sertão pernambucano, se resumiam, principalmente, nas questões relacionadas à água. Nesse período a população (rural e urbana) ficou à mercê da disponibilidade de caminhão-pipa, em muitos casos pagando caro pela água, configurando uma situação em que se tem estrutura de armazenamento, mas não se tem água, mediante o “colapso” da Barragem do Cachoeira e a insuficiência dos caminhões-pipa fornecidos pelo IPA, gerando expectativa dos agricultores na adutora do Pajeú, que transportaria água do Rio São Francisco para Serra Talhada.

Programas governamentais emergenciais para suprir a necessidade de alimentação animal no período da seca de 2012 eram as alternativas que estavam sendo buscadas pelos agricultores – a exemplo do financiamento para aquisição de caprinos e ovinos, da aquisição de milho pela CONAB e do programa para aquisição da carne de caprinos pelo governo estadual (Ver Anexo A)<sup>78</sup>. Estes eram os programas sob os quais pesavam as suspeições da ADAGRO comentadas anteriormente, isso porque com a venda do milho alguns produtores conseguiam capitalizar esse “investimento”, com o perdão da compra dos animais na época da estiagem, o que gerava insatisfação perante os agricultores, situação externalizada na reunião do Conselho: *os grandes proprietários tão querendo pegar e colocar no armazém e fazer o agricultor comprar*. A situação mencionada evidencia os privilégios e as articulações entre grupos posicionados e gestores dos programas governamentais no interior do Conselho, cujos interesses se tornam mais explícitos nos momentos de crise.

---

<sup>78</sup>Esse contexto já havia sido identificado por Bursztyn (2008) em que muitos dos benefícios oriundos dos subsídios concedidos à agropecuária através do crédito rural eram desviados para manobras especulativas associadas à compra de novas terras que se concentravam para uma parcela determinada de produtores. Os reais benefícios acabavam se distanciando dos pequenos produtores não-proprietários. Esta estratégia diz respeito a um esquema de distorções praticamente “institucionalizado” que permite a prática (“não-oficial”) de outras formas de distorções, até mesmo ilegais, como é o caso do pedido de empréstimo para compra de um rebanho que já pertence ao produtor. Nesse sentido o capital subvencionado levantado a juros subsidiados são empregados em alguma atividade especulativa fora da esfera produtiva, configurando um esquema de aumento do capital concedido pelo sistema de crédito, sem que necessariamente haja um incremento na capacidade produtiva, nem da produção; acabando na especulação imobiliária rural e urbana, enfraquecendo a agricultura familiar. Para este autor é este processo que indica um estreito relacionamento entre a política agrária do poder central e o poder local; convergindo interesses de grandes proprietários e do próprio Estado. Com esta informação podemos indicar certa semelhança com as identificações de Bursztyn (2008), no entanto devemos entendê-la também como fonte de uma disputa partidária que não cabe, neste trabalho, desvendá-la.

É neste cenário que surgem denúncias contra programas como o PAA, fazendo com que uma das linhas do Programa fosse bloqueada, permanecendo sob investigação a cargo da Polícia Federal; e o PNAE, acusado de estar incluindo alimentos impróprios para o consumo no cardápio da merenda escolar do município; e, contra o próprio Conselho, denunciado por estar sendo utilizado como “braço político” em campanhas eleitorais. Fatos e situações como essas estão sendo discutidas nas rádios e blogs de referência no município (a exemplo do Programa da Rádio “A Voz do Sertão” e do Blog “Farol de Notícias”), tudo isso em um momento de eleição municipal que evidencia uma disputa político partidária, que tem na mediação do Conselho ações importantes para viabilizar o acesso a programas de distribuição de cisternas, de caixas d’água, do “Garantia Safra”, ou da renegociação do endividamento do PRONAF. Com uma série de programas, prazos e critérios que deveriam ser discutidos, nem sempre os agricultores estão presentes nas reuniões, ficando a mercê das decisões conduzidas nas reuniões do Conselho sobre quais associações serão beneficiadas.

Ante ao contexto nos questionamos sobre como falar de convivência com o semiárido nesse período? Como falar de convivência com a seca em uma situação em que o “clientelismo da água” tem continuidade, porém de modo ressignificado; com a construção das casas de alvenaria, com a implementação de energia e acesso à água com a construção das cisternas, constantemente envolvendo políticas públicas de crédito, financiamento e difusão de tecnologias modernas e sociais. Como o discurso da convivência com o semiárido estava sendo percebido pelos agricultores em um momento em que a seca estava sendo vivenciada?

A convivência com o semiárido se torna discurso comum entre os agricultores, instituições e programas; e muitos deles não têm relação com a ASA. A convivência com o semiárido que pretendemos estudar vai além do PIMC, e começa se inserindo no contexto das políticas públicas vigentes no nosso campo empírico, em meio a uma disputa política que não poderia deixar de ser considerada.

Iniciando nosso campo de pesquisa com os agricultores, e os espaços de discussão por eles vivenciados, no caso o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), nos trouxe uma contextualização de como a seca se torna problemática no município e de como as políticas e programas são disponibilizados, e dialogam com a temática da convivência se tornando retórica de programas e instituições. O formato com que elas vão ser mediadas e chegar aos agricultores que vai fundamentar nossos questionamentos primeiros, fazendo-nos problematizar o discurso da convivência com o semiárido enquanto paradigma civilizatório, capaz de superar o paradigma do combate à seca.

A convivência começa a se tornar presente no discurso de muitos programas e instituições no município de Serra Talhada, perpassando programas como o Pronaf Seca e o Pronaf Semiárido; o Projeto de Reaplicação de Tecnologia Social - Cisternas de Placas, executado pelo CECOR, com o apoio da Fundação Banco do Brasil; o Projeto Pernambuco mais Produtivo executado pelo CECOR, com o apoio da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária –SARA/Governo de Pernambuco, o Programa de Cisternas do PRORURAL, e até mesmo programas como o PAA, tão criticado na época da pesquisa.

Neste contexto articulavam-se vias institucionais importantes para o município, como o CECOR, o PRORURAL, a Fundação Banco do Brasil, e a própria ASA, enquanto importante ator coletivo, entre outros, fazendo com que a convivência fosse apropriada pelas ações da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada (CMDRS), frente à construção de um Plano Municipal da Convivência com o Semiárido em 2014.

Com o paradigma da convivência produz-se a crença na possibilidade de uma “nova alternativa”, uma “nova linguagem”, agora “mais apropriada” para as condições do semiárido, com suas tecnologias sociais e práticas “mais sustentáveis” (SILVA, 2006). O esforço que se concentrava em inverter o problema da seca, trazendo estratégias de convivência, sobretudo impulsionadas pelos programas P1MC ou P1+2, diante de uma seca como a de 2012/2013 as ações se voltam para os programas emergenciais e assistencialistas, mostrando a continuidade de formas de dependência, a exemplo dos carros-pipa, evidentes em muitas regiões do semiárido (SILVA et al., 2009), ou do fornecimento das caixas d’água de polietileno, advindas do Programa Água para Todos, gerando discussões no âmbito da ASA-Brasil. Era essa estratégia de “convivência” buscada pelos agricultores nesse período, era essa alternativa capaz de minimizar os problemas ainda decorrentes da seca, era essa “solução” incentivada pelos gestores nos espaços públicos de discussão, como o CMDRS, em meio a uma seca que ainda causava sofrimento para os agricultores.

A situação se tornava ainda mais delicada para as comunidades que não foram beneficiadas pela construção de barragens e açudes, como a Comunidade do Jatobá (a cerca de 20 km do município de Serra Talhada). Apesar dos esforços insuficientes da presidente da Associação, a construção de uma barragem configurava uma expectativa que ainda permanecia. Para ela a seca ainda estaria relacionada com sofrimento, com dificuldade, e esse aspecto aparece geralmente associado à criação animal, símbolo desse sofrimento: *É muito calor, falta da água, um calor bem quente e os animais, só pedindo as coisas sem ter. Aí é uma tristeza mesmo.* Este aspecto também pode ser observado na fala do Presidente da

Associação da Fazenda Catolé, ao comentar o problema da seca: *Representa sofrimento. O caba tem que reduzir os animais da pessoa e ver os bichos sofrendo*. Mesmo diante desta situação a esperança da Presidente da Associação do Jatobá é conseguir formar uma cooperativa de caprinovinocultura. Era nesta alternativa que ela acreditava.

*Criam muito animal sem ter a pastagem, não tem água suficiente. A gente vê assim os animais tudo sem ter coragem para se levantar. (...) Se a gente conseguir fazer isso aí, a cooperativa talvez vai dar um estímulo diferente. (...) Porque mesmo que não contemplasse todo mundo, mas aqueles que foram contemplados, os outros iam (...) Não vai ver mais gente com fome, gente sem produto. (...) Ovelha e bode. Porque o bode aqui nessa área de sequeira é bom. Ovelha não é muito bom porque ela desaba no mundo mas ela é bom criar presa. Dividir os lote. (...) Aí o criatório é bom... Não sei nem se ovelha é melhor do que bode. O bode porque vai poder soltar aí. Mas na cooperativa que vai ter área limitada não vai poder soltar (Presidente da Associação do Jatobá – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

Aqui chegamos a uma questão fundamental. Com uma proposta de convivência com o semiárido em meio a mais crítica seca dos últimos 40 anos, pelo menos destacada pelos principais meios de comunicação, o incentivo à caprinovinocultura, enquanto estratégia de convivência com o semiárido<sup>79</sup>, consegue reproduzir uma crença que transcende qualquer experiência acumulada pelo agricultor diante de problemas provenientes da perda do criatório. Assim, enquanto a seca continua representando sofrimento e perda, principalmente do rebanho, a convivência vai ser expressada entre os agricultores como manifestação de uma natureza isolada - *um lugar agradável, você estar vendo tudo sem o barulho da cidade, aqui só o canto dos pássaros*, de acordo com a agricultora de Jatobá -, e associado ao criatório de pequenos animais, como ovelha, bode, galinha e porco.

Diante das falas dos agricultores conseguimos apreender um pouco de como o discurso da convivência estava sendo percebido. Através dele esse “período de sofrimento” deveria estar planejado, fazendo parte do aprendizado e da adaptação do agricultor à vida no semiárido. Ou seja, o agricultor, organizaria sua produção considerando o momento da seca, aspecto que pode ser observado pelos apontamentos da Presidente da Associação de Lajinha e Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Serra Talhada no período da entrevista:

*A seca representa pra minha pessoa um tempo que vem e que a gente tem que estar preparado pra ele. Porque a gente sabe que ele vem, quando ele chega muitas vezes pega a gente despercebido porque a gente não se organiza pra aquele período, se a gente se organizasse antes a gente não passava tanta dificuldade hoje (Presidente do Assentamento de Lajinha – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

<sup>79</sup> Sobre este aspecto trouxemos mais detalhes no capítulo IV.

A expressão acima está diretamente relacionada com o discurso da “convivência com o semiárido”, um discurso já conhecido pela agricultora e Secretária do Sindicato, que traduz sua essência através dos processos de racionalização e aprendizagem:

*O que a convivência com o semiárido hoje me faz lembrar é que, assim, antigamente a gente vivia muito mal, hoje na organização que a gente tem com a convivência com o semiárido, tá melhorando, devido nós mesmo estar nos organizando e tudo, hoje já dá pra gente, não digamos viver bem no semiárido, mas estamos aprendendo a viver no semiárido, porque antigamente a gente dizia, afe maria no semiárido não dá pra plantar nada, não dá pra viver assim e assado, hoje estamos aprendendo a viver no semiárido<sup>80</sup> (Presidente da Assentamento de Lajinha – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

É neste aprendizado que o paradigma da convivência tem seu fundamento; se apresentando como uma estratégia educativa que impõe técnicas e práticas aparentemente alternativas às convencionais, adquirindo uma forma quase irreconhecida: aquela capaz de consagrar o reconhecimento de que no semiárido consegue-se viver melhor, se pudermos pensar nos processos de produção de crença de Bourdieu (2008) para uma discussão.

Certa associação do discurso da convivência com ações planejadas em nível de governo é indicada por uma agricultora do Assentamento Serrinha, na medida em que, para ela, mostra um esforço do governo para amenizar a situação: *só quando fala em convivência é uma preocupação maior do governo, quando acontece, para amenizar, conviver com a situação. Mas não tem alguma coisa pra preparar pra conviver o tempo todo, as pessoas nunca são preparadas para isso.* Aqui o discurso reproduz outra direção visto que a agricultora admite o descompasso entre conviver na prática e uma convivência que se torna incipiente ante as dificuldades reais, enfrentadas pelos agricultores no dia-a-dia.

Nessa mesma direção observa-se a avaliação do ex-presidente da Associação do Assentamento Paulista, sobre a convivência com o semiárido, associando o tema aos programas governamentais, como o Pronaf Semiárido, fazendo-nos verificar certa “mecanização” das formas com que as políticas chegam para o agricultor, possibilitando o acesso à terra e à produção, ou seja, conviver com o semiárido implica no acesso de políticas públicas:

*Pensar no trabalho da gente, lembrar que antes daqui, eu trabalhei muito de irrigação, de arrendado. No assentamento eu trabalho numa área que não é arrendada, eu posso investir na*

---

<sup>80</sup> Não podemos deixar de ressaltar que esta fala vem de uma articuladora potencial, com certo entendimento do sistema político e das políticas públicas do território, já que além de presidente da Associação do Assentamento de Lajinha, a agricultora é secretária de políticas públicas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e presidente da Cooperativa Mata Branca (com foco na comercialização de produtos provenientes do manejo florestal sustentável da caatinga, sob a orientação da Associação de Plantas do Nordeste - APNE). Das comunidades estudadas Lajinha é a única orientada por trabalhos agroecológicos provenientes da assistência técnica e extensão rural de ONGs como o CECOR, explicando certo posicionamento em direção à convivência com o semiárido.

*área. Me lembra isso, trabalhar dessa forma.(...) No semiárido vai mudar na hora de receber o Projeto para comprar motor de aguações e cano.(...) Nós temos a terra, temos a água mas não temos energia suficiente. Isso era o fundamental, onde a gente vê o nosso futuro, o nosso trabalho, realizar o Projeto da Agricultura. A gente ia produzir um bocado de coisa. Se não fosse o agricultor do campo o que seria do povo que mora na cidade, que não planta milho, feijão, coqueiro (Ex-presidente do Assentamento Paulista – Serra Talhada; entrevista realizada em julho de 2012).*

Como se o agricultor do campo sertanejo fosse mesmo responsável pela alimentação da população urbana, aqui se verifica aspectos da produção da crença de um rural mais produtivo e dependente dos programas governamentais; e vai ser neles que a convivência com o semiárido vai ter sua legitimação, e o impulso de sua reprodução.

Diante de uma arena de políticas públicas cada vez mais convertidas para o semiárido, para algumas comunidades de Serra Talhada a seca parece não ser o maior problema diante da disponibilidade de água proveniente de alguns açudes e barragens construídos pelas políticas de combate à seca, nos assentamentos Serrinha e Paulista. Apesar da crítica à construção das barragens associada ao desmatamento da vegetação nativa, a Barragem de Serrinha constitui-se um “divisor de águas” para algumas comunidades, como o caso do Assentamento Paulista. Quando perguntamos qual alternativa interessante a comunidade já encontrou para conviver com o semiárido, a liderança do Assentamento Paulista apontou: *Foi essa água. De ter suficiência em água. Pra nós foi a Barragem de Serrinha. Sem água ninguém faz nada. Nesse assentamento o forte é agricultura. Todos são agricultores e não tem como trabalhar.*

Na situação deste assentamento a falta de água é um problema contingente da seca, enquanto a expectativa de energia trifásica para melhorar o sistema de irrigação, crédito para instalação de bomba e cano de irrigação constituírem o rol de demandas para conviver no semiárido. Mesmo com água e produção, o agricultor ainda espera acesso aos recursos, indicando uma agricultura sempre insatisfatória, apesar da crença da sua responsabilidade produtiva.

Esse aspecto fica mais claro no Assentamento Serrinha; com uma barragem de 311.000.000 m<sup>3</sup>, considerada como o maior açude do Pajeú, mas que não consegue fornecer água suficiente para as 300 famílias que ali vivem, ainda dependentes do fornecimento de caminhão-pipa, medidas paliativas de transporte de água. Para a Presidente da associação a seca acaba sendo mais grave para os lotes de sequeiro; reduzindo as dificuldades dos agricultores para outras formas assistenciais caracterizadas pelas políticas do governo, como o Bolsa Família. Para ela, o Bolsa família, apesar de suprir uma necessidade momentânea, representa um assistencialismo que reproduz certo comodismo entre algumas famílias.

*Acho que ajuda, mas é um assistencialismo, é uma coisa que, talvez até tem família que passa, digamos assim, a se acomodar mais, sabia, é uma coisa tão pouca, que não dá. Ah, mas eu tenho o bolsa família pra fazer a feira. Assim, é um assistencialismo que de qualquer forma vicia também, sabe. É aquele negócio, né, políticas compensatórias, pras famílias não correr atrás de uma coisa que seja mais eficaz, tem o bolsa família. Mas assim, eu mesmo acho que não sei não, tem outras políticas que talvez se fossem mais bem pensadas, que saísse até mais barato pro governo, porque assim tinha de retorno o que, o próprio trabalho, o próprio incentivo às famílias trabalharem e ter o próprio sustento e viver melhor. Como agora tem o Brasil Carinhoso. É tanta coisa, tanta coisa, e o povo diz, oxe, quem recebia duzentos e pouco tá recebendo 400. É o dobro, né, tá bom demais, eu vou trabalhar pra quê. (...) Eu preciso não, pra quê eu vou trabalhar? E assim, a gente sabe que não dá. O primeiro mês assim que não tava esperando, mas daí começa a aparecer outras necessidades que a gente sabe que tem. Quem vai viver com 400 reais, com 200, 150? (Presidente do Assentamento Serrinha – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

Nesta ótica é interessante perceber que a inversão do problema da seca enfatizada no discurso da convivência se torna ideológica de um contexto diferenciado, se deparando com uma cultura acostumada com práticas clientelistas que dificulta o desenvolvimento de um novo paradigma, baseado em uma nova forma de conviver com o semiárido. Em um período de seca, o que parece se desenvolver é uma constante ressignificação de formas de dependência às políticas públicas vigentes; sejam elas de combate à seca ou de convivência com o semiárido, agora demandadas por agricultores mais organizados.

Obviamente, para as comunidades que não configuram o “privilegio” espacial de proximidade com as tão criticadas barragens provenientes do DNOCS, a seca acaba se manifestando de forma mais determinante, na medida em que a população fica subordinada à disponibilidade de caminhão pipa e à mercê de políticas públicas emergenciais, como o Garantia Safra<sup>81</sup>, ou a distribuição de milho pela CONAB, medidas que acabam sendo essenciais em momentos mais críticos.

*Com essa seca tá difícil, mas mesmo assim quem mexe no roçado aguando ainda tira alguma coisa. E alguns esperando o Bolsa Família. Nós temos a água mas não tem a condição de trabalhar com ela, os equipamentos, cadê a bomba, cadê a energia? (Presidente do Assentamento Lajinha – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012)*

*Lá tá esperando só pelo Garantia Safra. Quem é aposentado às vezes tem um serviço pra fazer e a venda de animais para sobreviver. O Garantia Safra 2011 teve um problema e tá na justiça pra resolver (Presidente da Associação do Catolé – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

Complementando os programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família ou a Aposentadoria, os recursos provenientes desses programas emergenciais são somados ao orçamento, mas sem a devida organização do agricultor acabam associados a certo comodismo, resultando na desarticulação do agricultor com as instituições e dificultando

<sup>81</sup> Prova disso é o considerável aumento de adesões ao Garantia Safra até 2013 em Serra Talhada - de 2007/2008 até 2012/1013 a quantidade de pessoas aderidas do Garantia Safra aumentou de 3939 até 4980 pessoas.  
Disponível em: <http://smap4.mda.gov.br/GarantiaSafra/Relatorios/default.aspx?relatorio=23>, acesso em junho de 2013.

o acesso às políticas públicas. O Garantia Safra é um bom exemplo para o entendimento da complexidade que envolve o problema da seca no semiárido e suas representações políticas. Apesar de configurar uma política assistencial e emergencial, que na prática vem associada à certa dependência e comodismo, ou até mesmo sofrimento, também representa uma estratégia de planejamento.

*Bom, para alguns que não entende o programa se torna uma fonte de comodismo. Mas para os que entendem funciona para se organizar para o futuro, mas o que é bom mesmo é produzir. Tem a cota do governo, muito burocrático, mas quando não há inverno para a gente receber é a maior dificuldade. Estamos a três meses de seca e até agora nada (Presidente do Assentamento Lajinha – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

*Eu acho importante. Veio para melhorar a vida dos agricultores...Apesar que nesse meio existe alguns acomodados, né... Só espera por aquilo de mês em mês, não produz, as vezes tem deles que até se possível não chovesse só pra receber o garantia safra, onde a gente tendo a produção da gente a gente triplica esse valor de dinheiro... (Presidente do Assentamento Lajinha – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

*Assim porque o garantia safra é pra quem perdeu a safra. Mas ultimamente quando eu comecei a entender, o pessoal recebe sem plantar mesmo. Não tem fiscalização. Quando eu cheguei o pessoal disse: a gente recebe mas não planta não, nunca plantamo e agora você manda plantar? (...) Se eu for fazer o meu trabalho não ganha dinheiro pra fazer a feira (...) Teve outros também que saíram da associação porque tinha cisterna e não precisava mais (Presidente da Associação do Jatobá – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

A necessidade de uma racionalização dos agricultores frente à disponibilidade dos programas governamentais se torna visível e aparece associada a uma imprescindibilidade de organização, ora incluindo os agricultores no processo de participação e ora excluindo, mediante suas formas assistenciais e impositivas. Estratégias de burlar o sistema dos programas e os processos associativos são cada vez mais evidentes, desencadeando a necessidade de modificações de sua estrutura, ou das estratégias financeiras, envolvendo em muitos casos a questão da inadimplência (como no caso do PRONAF).

*Por causa de seca hoje foi prejuízo com o Pronaf. Quando chegou os tempos de começar a pagar os animais e as plantas morreram e deixaram de pagar. Agora tá tendo uma renegociação para começar a pagar até 80% de desconto, mas mesmo assim tá difícil (...) Tinha reunião com os agentes comunitários do Banco do Nordeste, eles iam lá e fazia reunião. O que é que você quer? Aí olhava e via as necessidades e fazia os projetos. Todo mundo queria caprino, ovino e bovino (...)De primeiro, na área rural, você tinha palma nascendo, pronto, numa seca o cabra não se apertava. Hoje não tem ninguém no município de Serra Talhada que tenha palma que possa dizer. Deu uma doença chamada cochonilha que acabou tudo (Presidente da Associação Catolé – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

Pela fala do agricultor constata-se que não é somente uma forma social e institucional que é orientada, mas uma forma produtiva percorre historicamente o espaço dos agricultores. A criação pecuária é e sempre foi orientada pelas políticas públicas, e no contexto da convivência a caprinovinocultura ganha destaque, com as garantias de mercado oriundas de



programas como o PAA e o PNAE, ou nos projetos das ONGs priorizando criações mais “resistentes” e “adaptadas” ao semiárido. Para a Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Serra Talhada, com a garantia de mercado do PAA e do PNAE a organização do agricultor é estimulada em um formato mais “autônomo”, sem a dependência do atravessador. Mas justamente o que dificultaria a cadeia de comercialização, o atravessador, parece agora estar sendo utilizado como instrumento, mudando o sujeito beneficiado, os próprios agricultores, aqueles articulados e com certa posição política.

*O PAA começou há três anos atrás. A gente ouvia falar nas televisões e tinha o Conselho Municipal que organizava as famílias que tinham produto a participarem. É um programa muito bom. (...) Tem algumas dificuldades porque muitas vezes tem alguns atravessadores que querem tirar proveito dos agricultores. Às vezes tem burocracia. Muitas vezes acontece de agricultores virar atravessadores para os próprios agricultores, entendeu? (...) Tem o comprador certo, mas por exemplo, assim, é falha dos próprios agricultores. Muitas vezes os agricultores dizem ah, não vou me cadastrar não, é muito complicado. Aí chega outro agricultor e fala se ele não quer vender eu peço lá dele mais barato e vendo. Tem gente que não quer sair da roça procurar outras alternativas. Eu entendo que é falha dos agricultores mesmos (Presidente do Assentamento de Lajinha e Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

Neste arranjo, produtivo, social e institucional, a mobilização e a participação do presidente da associação ao Sindicato e ao Conselho Municipal é o que possibilita o acesso às alternativas, seja no âmbito da convivência, ou fora dela, reduzidas muitas vezes ao acesso às políticas públicas; é o que possibilita certa posição política:

*Tem associações que os representantes fazem valer o seu papel dentro da comunidade e tem outras que não busca, correm atrás de benefício pra própria comunidade, que é o caso dessas aí, entendeu? Isso depende de representante também da comunidade. Tem comunidade que perde cadastramento de cisternas, de Bolsa Família, de garantia safra porque não tá atendida em reuniões, participar de reunião de Conselho, de assembleia, de sindicato, buscar os órgãos que o representa, seus direitos aí fica desinformado, porque muitas vezes é isso, mas não tem o Sindicato, tem o Conselho? Mas não tenho perna de tá em toda comunidade avisando, a gente avisa em programa de rádio, a gente vai em reuniões de associações...(Presidente do Assentamento de Lajinha e Secretária de Políticas Agrícolas e Agrárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

Bourdieu (2011b) oferece elementos que nos ajudam a refletir sobre essa “articulação” mencionada pela agricultora, invertendo o quadro de luta maquiado por um esforço coletivo para uma luta individualista favorecedora daqueles mais engajados politicamente, com certo posicionamento social que, muitas vezes se reproduz individualmente: uma liderança local com certa pré-disposição compatível com esse processo, com um *habitus* que diz respeito a

um histórico de engajamento social e político. Nesse processo é desfavorecido aquele que não consegue se articular, se mantendo na mesma posição. Ou aquele que, diante de uma liderança mais individualista, não consegue negociar outros capitais. Uma melhor posição implicaria uma maior quantidade de capital, social e político, a tal ponto que, com determinado volume configuraria uma polarização entre “dominantes” e “dominados”, no cenário de disputa de um capital mais valorizado ali (BOURDIEU, 2011c).

Reconhecimento e engajamento político são capitais prestigiados nos espaços dos Conselhos Municipais, no entanto não são possíveis para todos, e trazem certo poder (nos referindo a um poder político tanto relacionado à política partidária, como às políticas públicas) para aqueles que fazem parte do Conselho, em articulação com os interesses da Prefeitura. Para os que não estão “articulados”, ou os que não estão bem posicionados, o capital econômico vai ser mais valorizado, já que se encontram em uma posição limite, sem acesso ao crédito e visibilidade, favorecendo a aceitação tácita de uma posição mais ou menos acomodada e dependente de outras pessoas.

No Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), o discurso da convivência com o semiárido parece estar associado ao acesso às políticas e programas governamentais. Através da fala do Presidente do Conselho pudemos verificar que o papel do Governo ou dos Governos, na relação entre o Governo Estadual e Federal, parece ser determinante para o desenvolvimento do Nordeste, enquanto solução dos problemas que, constantemente, aparecem de forma subliminar nas entrevistas. O esforço em se distanciar da questão da seca como um problema faz com que o Governo apareça como espaço para oportunidades. Vejamos este aspecto na entrevista com o presidente:

*Shana. O que é a convivência com o semiárido para você?*

*Presidente do Conselho: A convivência com o semiárido é você viver de uma forma sustentável, sem agredir o meio ambiente e você ter todas as condições, apesar de nós ter o clima, nós ter o semiárido mesmo, essa dificuldade, a questão hídrica, mas isso nos permite que a gente possa ter uma convivência sustentável. Produzir, buscar os programas sociais, buscar as ajudas governamentais, ajuda não, na verdade a gente ter uma consciência de que os governos têm que buscar desenvolver o Nordeste, né, de uma forma sustentável, vendo esse problema climático que a gente tem. Mas eu acho que a gente não pode ver isso como uma questão de um problema, tem que ver isso como uma questão de solução, ou tem exemplos de outros países aí, que têm o clima muito mais... digamos que complicado, mais difícil que o nosso e sobrevivem melhor que nós, acho que isso tá mais uma consciência dos governos, dar condições e oportunidades para que a gente possa ter condições de sobreviver bem no nosso Nordeste.*

*Shana: Mas essa concepção da convivência com o semiárido está sendo trabalhada aqui, no Conselho?*

*Presidente do Conselho: Tá, já existe alguns princípios, existe alguns programas que isso já observa... A Secretaria de Agricultura tem tido uma preocupação dentro do Conselho em trazer algumas políticas, alguns projetos, alguns programas com relação a essa convivência com o semiárido, aí a gente tem implantado mais de 60 sistemas de abastecimento, tá se*

*trabalhando com um programa chamado “Canteiro de Latada”, que é uma convivência, uma tecnologia importante, onde ele tem uma sustentação da sua produção, do que se produzir (...)* O Conselho trabalha com todos os programas a nível de Estado, a nível de município, mas em parceria. Assim, o Conselho municipal, ele não tem estrutura de trabalhar com programas só deles, assim, programas do Conselho. A gente trabalha em parceria com a Secretaria de Agricultura, com o IPA, com o Sindicato, com todas as entidades que congregam dentro do Conselho e aí a gente vê a melhoria no conjunto de todos, para que todos possam melhorar de uma forma igualitária, mas assim, tem essa questão das cisternas de 16 mil litros que é outra tecnologia que está dando certo. Hoje o pessoal está se fechando, um ciclo de... nossas comunidades rurais... tá se fechando a construção de 1023, vai se universalizar, fechar o município com a cisterna de 16 mil litros, ou seja, a água de consumo, acho que Serra Talhada tá fechando, todo mundo vai ser beneficiado com esse programa dessa primeira água, e aí, a partir daí, tem essa de 225 para segunda água (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).

O Conselho acaba funcionando como espaço de mediação e negociação com o Estado (entendido aqui como governo, tanto estadual, como federal). Os projetos ali apresentados compreendem perspectivas que vão do combate à seca à convivência com o semiárido; e esta não se resume às ações da ASA, sendo apropriada por instituições como o PRORURAL, Fundação Banco do Brasil e Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada. Cada uma delas com suas intencionalidades e princípios, em que a política é vivenciada a todo instante, seja no movimento da conquista de uma demanda da sociedade civil no espaço do Estado, seja no mercado de políticas públicas e programas governamentais, seja na obtenção de algum cargo público, no engajamento político com o governo municipal.

É essa a lógica que tem sido enfrentada pelo discurso da convivência com o semiárido e suas traduções, por um discurso que, permeado por uma estratégia baseada no experimentalismo institucional identificado por Diniz e Piraux (2011a), o capital social é metodologicamente privilegiado para o desenvolvimento territorial, mas na prática, é o capital político que vai orientar as ações dos atores em disputa. Aqui o capital social da tese de Putnam (2006) caracterizado, basicamente, por relações de confiança e cooperação espontâneas facilitadas por estratégias associativas fundadas em processos cada vez mais cívicos, democráticos e participativos, está associado a uma dimensão política; com um caráter cada vez mais deturpado e nada espontâneo, que se sobressai de uma natureza discursivamente social, para uma natureza política, como capital valorizado no espaço social.

Para nós fica claro o esforço dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada em tentar cumprir as determinações normativas e as competências próprias de um Conselho; ainda assim este vem sendo palco de disputas políticas, aspecto também verificado por Moura (2007). O caso das denúncias contra o PAA (2010) e o PNAE (2013) no município é exemplo disso; envolve um arranjo complexo

relacionado não só a uma disputa partidária, mas também uma disputa que ocorre no âmbito das associações, em que as lideranças acabam se envolvendo e buscando cada vez mais burlar o sistema dos programas em prol do lucro, muitas vezes individual, o que demonstra uma estratégia de empoderamento ainda falha do sistema e da organização social.

Em Serra Talhada o discurso da convivência com o semiárido que chega tanto através do Estado, como através da sociedade civil, com destaque à atuação do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL e, ONGs, como o Centro de Educação Comunitária Rural - CECOR, tem no Conselho um parceiro importante. Funcionando como espaço de negociação dos programas governamentais, o Conselho parece demonstrar um caráter mercadológico que vai ter no discurso da sustentabilidade e da convivência com o semiárido um campo oportuno.

Com esta perspectiva as comunidades “necessariamente” começam a se inserir, agora como grupo coletivo organizado em associações, com potencial “produtivo”, “comercial” e poder político<sup>82</sup>, que em parceria com os Sindicatos e Conselhos conseguem visibilidade e reconhecimento político enquanto agricultores familiares no acesso ao mercado de políticas públicas vigentes no Território. Dessa forma a associação vai representar o primeiro passo ao acesso aos programas governamentais, indicando um processo de marginalização daqueles que não são associados, aspecto mencionado pela carta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA em relação à uma situação de vulnerabilidade dos ainda não organizados (PACHECO, 2013) e pela liderança do Assentamento Paulista:

*Quem não é ligado a associação e mora na área rural é desconhecido dos programas do governo(...) antes a gente era mais apagado. A gente via o mundo com mais dificuldade. Hoje a gente vê com mais clareza, mais possibilidade de aplicar as coisas e viver melhor (Ex-presidente do Assentamento Paulista – Serra Talhada, entrevista realizada em julho de 2012).*

Em Serra Talhada, com a formação das associações e a mediação do Conselho outros personagens vão adquirir visibilidade e poder de mando, capaz de dividir responsabilidades e desafios, agora institucionalizados. Embora alguns autores enfatizem a importância desses

---

<sup>82</sup>Este propositalmente com estreita relação entre os dois termos diferenciados na língua inglesa, *politics e policy*; que de acordo com Bursztyn (2008) é característico para o Nordeste. Aqui o poder político assume uma disputa negociada no campo do Conselho Municipal de Serra Talhada através de diferentes formas que atravessam o campo das políticas públicas em um sentido dos programas governamentais para chegar à esfera da política, termo agora referente a um debate partidário. Sobre esse aspecto é interessante observar que o “cargo” da presidência do Conselho é geralmente exercido por representantes do governo municipal (MOURA, 2007), ou por aqueles que pleiteiam à candidatura eleitoral, seja para prefeito ou vereador. De qualquer forma “política” as relações de poder ali negociadas atuam disfarçadamente, aparecendo, como democrático e participativo ao contar com a presença dos agricultores, comprovada em uma lista com os nomes de cada um, representantes de suas associações. De repente são jogados uma série de programas, prazos e critérios que deveriam ser discutidos, mas nem sempre os agricultores vão estar presentes em todas as reuniões, e terão que decidir quais associações serão beneficiadas em um curto período de tempo, deixando as deliberações sempre a cargo do Conselho e dos seus membros. Nesse jogo são beneficiadas as comunidades que tem maior articulação, ou melhor posicionamento. O processo “democrático” da eleição dos membros do Conselho, apesar de trazer na ponta da língua democracia e participação, é aberto e conduzido de maneira impositiva, com curtos períodos para organização das chapas.

novos dispositivos coletivos na participação e visibilidade da sociedade, superando a “velha” atitude exclusivamente reivindicativa diante do Estado, não podemos deixar de enxergá-los como espaços atravessados por múltiplas desigualdades e como estratégia de controle, que ainda mantém práticas assistencialistas, clientelistas e individualistas; palco de negociações entre diferentes tipos de capitais, diferentes tipos de agentes e diferentes posicionamentos em disputa de poder (ABRAMOVAY, 2001; SABOURIN et al., 2005; MOURA, 2007; GOMES; MENESES, 2010). Assim, a convivência com o semiárido que chega diante dos agricultores parece estar associada a uma constante ressignificação de formas de dependência às políticas públicas vigentes. E aqui o Estado se torna alvo de disputa; mas também espaço de dominação.

## **CAPÍTULO II – A DIMENSÃO POLÍTICA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA**

A construção de um Plano Municipal de Convivência com o semiárido para o município de Serra Talhada em 2014 trouxe para nossa reflexão evidências relevantes do nosso campo empírico em torno da compreensão da convivência com o semiárido mediada no município. Após um período de seca que marcava a região e um momento eleitoral favorável à permanência do Partido dos Trabalhadores no poder, com as eleições municipais (2012) e federais (2014), a promoção de uma conferência - “Conferência Municipal da Agricultura Familiar para a Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido” de Serra Talhada – conquistava a cena política.

Mantendo um discurso fundamentado no ideário dos movimentos sociais o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada se constituía em uma parceria com uma diversidade de entidades, que tinha na Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada uma base propulsora. Serra Talhada parecia configurar um campo propício para essas iniciativas. Mas como sustentá-las mediante as ambiguidades que marcaram e ainda perseguem as políticas de combate à seca - clientelismo e assistencialismo? Por que Serra Talhada se torna palco de tantas iniciativas e interesses?

A começar pela Secretaria de Agricultura Familiar do município, como garantir que as propostas enfatizadas pelo plano não sejam usadas para legitimar ações que já compreendiam a responsabilidade do município? Com um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido em mãos, as ações antes conduzidas pela própria Secretaria parecem estar sendo institucionalizadas, agora respaldadas por toda sociedade civil. Nesse sentido ações antes traduzidas em uma dimensão do discurso de combate à seca conseguem se legitimar enquanto Plano de Convivência com o Semiárido, baseadas em práticas modernizadoras e produtivistas, capazes de manter relações clientelistas orientadas para o agronegócio. Aqui o deslocamento semântico das políticas de combate à seca para as de convivência com o semiárido se torna automático, indicando um campo ambíguo que constitui o “experimentalismo institucional” apontado por Diniz (2007), que se configura em um projeto político de modernização pela via institucional.

Baseado no diálogo entre o Estado e a sociedade civil a convivência com o semiárido, mobilizada no Plano colocava em prática uma relação entre velhos e novos paradigmas, agora protagonizada pela sociedade civil. É esta “sociedade civil” que vai trazer como referência o histórico do movimento sindical no município de Serra Talhada. Colocar em prática uma

discussão de origem nos movimentos sociais teria no alcance político do interior do Estado uma possibilidade, seja na estrutura de uma Secretaria de Agricultura, seja na Prefeitura, ou em um partido político, representado pelo Partido dos Trabalhadores. Em Serra Talhada, a entrada na política de pessoas oriundas de movimentos sociais traz uma dinâmica interessante e têm no nome de Manoel Santos e no Partido dos Trabalhadores uma referência. No Brasil, o PT marca uma trajetória que vem revelando um trânsito institucional entre movimentos sociais e Estado significativa para os estudos de Silva e Oliveira (2011), no que tange o movimento de economia solidária no Estado do Rio Grande do Sul; para nós ele se revela com certa ambiguidade, se levarmos em consideração todo o contexto histórico e político em que a temática e o cenário em questão se desenvolve.

Para compreender a emergência e o espaço ocupado pelos movimentos sociais e ONGs no município de Serra Talhada, particularmente relativo ao tema da convivência com o semiárido foi necessário recuperar a trajetória dos movimentos sociais no município, reconstituindo suas raízes, formação e organização no processo de sindicalização rural, respaldada pela iniciativa da Igreja católica, na representação da Diocese de Afogados da Ingazeira.

Nesse percurso nos deparamos com um processo de formação que sustentou a luta dos “trabalhadores rurais” frente às políticas de combate à seca. A descrença nas ações de combate à seca no município de Serra Talhada tomava conta do movimento dos trabalhadores rurais. Aqui o significado político que se configurava ainda estava muito longe do que Diniz (2007) concluía na sua compreensão da convivência com o semiárido. O sentido de contestação e de proposição da sociedade civil tinha um caráter de denúncia e reivindicação, com a formação de uma crítica a um tipo de governo específico, marcado por formas clientelistas e ditatoriais de controle político através das políticas de combate à seca. Com o apoio da Igreja, uma desmistificação do problema da seca poderia ser orientada, passando a ser compreendida como um fenômeno que não podia ser combatido, nem encarado como obra divina.

Nesse sentido uma oposição a um sistema político hegemônico marcado por um Estado ditatorial e clientelista seria formada, através de uma força mobilizatória reconhecida e oficial, respaldada pela Igreja Católica, os movimentos sociais, organizados em sindicatos rurais. Estes iriam constituir o contrapeso político frente ao Estado, em uma posição vacilante que ora partia de um enfrentamento e ora de uma orientação, mediante formas assistencialistas vindas do próprio Estado. Seria nesta conjuntura marcada pelo fim do regime militar que uma disputa política seria travada. Na busca de uma alternativa discursiva às

políticas de combate à seca, com base na concretização de uma oposição à um histórico de dominação política, uma via política partidária poderia ser orientada. O Fórum Seca nasce neste espaço.

## 2.1.O Plano Municipal de convivência com o semiárido

O ano de 2012 foi paradigmático para o município de Serra Talhada. A conquista do PT nas eleições municipais (com Luciano Duque<sup>83</sup>) confirmou mais uma vitória da esquerda inaugurada pelas eleições de 1993 (com Augusto César, PDT<sup>84</sup>) que rompia uma lógica hegemônica de conquistas políticas do grupo político de Inocêncio Oliveira (PR, antigo PL)<sup>85</sup>. Um período de seca tinha início, ao mesmo tempo em que a contestação à legitimidade de algumas políticas se pronunciava. Era este quadro político que mediaría a construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada, que dois anos depois, 27 de março de 2014, conseguiria ser institucionalizado com a “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido” de Serra Talhada.

Com o interesse do Estado na criação de planos municipais de convivência com o semiárido, as propostas da sociedade civil conseguiam espaço na agenda pública do município, exigindo o diálogo entre as instituições competentes. Em Serra Talhada o Plano Municipal teria sido gestado por uma exigência do Governo do Estado e assumido pela gestão municipal, que em parceria com as organizações da sociedade civil encontrariam a legitimação que tanto requereram. Na prática este processo parece se desenvolver de *cima para baixo*, direcionando práticas produtivas e relações sociais, determinadas pelo próprio Estado. Esta tendência fica clara nas entrevistas, tanto com o gerente do IPA de Serra Talhada, como com o Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco:

*Shana: Porque Serra Talhada perante tantos outros municípios já entra agora em 2014 no plano municipal de convivência com o Semiárido?*

*Gerente do IPA: Acho que já são todos os municípios que já entraram, todos eles. (...) Todos eles, a gente, existe uma lei do Governo do estado, existe uma lei é o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. Então esse plano estadual ele trabalhado esse ano, desde o início do ano, a gente teve momentos de oficinas, momentos de discussão e momentos de fechamento do plano, então todos os municípios o IPA praticamente coordenou vamos dizer*

<sup>83</sup> Luciano Duque vence as eleições municipais de Serra Talhada no ano de 2012 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sua história política tem no antigo MDB uma tradição de oposição.

<sup>84</sup> Augusto César inaugura uma conquista política da oposição para o município de Serra Talhada com as eleições de 1992.

<sup>85</sup> Inocêncio de Oliveira tem uma trajetória de filiação política que se inicia com a ARENA no período ditatorial. Na década de 80 filia-se ao PDS, migrando para o PFL (atual DEM), em 1985. Em 2005 filiou-se ao PL (hoje Partido da República).



*assim. (...) Porque todas as ações voltadas a partir do ano que vem pra convivência com o semiárido vai ser baseado nisso, vai ser baseado nesse estudo que a gente já vem fazendo, então ano que vem as ações vão ser baseadas naquilo que a gente estudou esse ano, muitas vezes a gente chega numa comunidade aí o camarada tá pedindo ações que não tem nada a ver com aquela comunidade, aí leva, quando vem a política do estado de mandar por exemplo, cisterna, não é cisterna que todo mundo precisa mas só dá um exemplo, vamos dizer, caprino, caprino, aí vamos dizer: -Triunfo solicitou caprino, Santa Cruz da Baixa Verde, Triunfo ainda tem uma área que dá muito caprinos naquela parte de lá, aí Santa Cruz da Baixa Verde pediu investimento de caprinocultura, aí vai uma ação de caprinocultura pra lá aí a turma critica: - Mas caprinocultura pra Santa Cruz que é quem não produz caprino, aí vamos ver aqui no plano, vocês pediram, então o governo tá ouvindo vocês pra executar a ação que vocês precisam e quando vem pro Sertão aí a caprinocultura está em primeiro plano porque é uma atividade que é... se sustenta melhor do que bovino e do que a ovino também. Então é você com os recursos naturais você tem condições de conviver melhor com a caprinocultura, agora você tem que considerar o valor, a quantidade de animais pra área (...)* (Gerente do IPA de Serra Talhada em 2014, entrevista realizada em novembro de 2014).

*Shana. E porque você acha que Serra Talhada agora em 2014 já entra com o Plano Municipal da convivência com o semiárido?*

*Professor. Porque o Governo do Estado exigiu que cada município tivesse. Ter um Plano Estadual. Pediu que cada município tivesse, fez, desencadeou, procurou a Universidade, a Universidade contribuiu, mas não leva adiante. Então eu vejo duas coisas. Eu vejo que enquanto na prática algumas ONGs, alguns movimentos tão fazendo na prática, sem esperar que exista uma Política, o Estado nas suas três instâncias não faz. Até tem planos, mobiliza pessoas, tem recursos, mas os Planos morrem, se acabam, né. Então assim, é um conflito, aliás, nem tem conflito, é uma contradição, não sei o que eu chamo, mas até seria bom que tivesse um conflito, uma pressão, seria excelente se tivesse uma pressão, uma disputa aí, um debate, não têm! A sociedade civil foi lá e participou, mas depois se calou. Tá fazendo na prática porque vem as ações do Centro Sabiá, vem as ações do CECOR vem algumas ações pontuais da Universidade, vem alguns, vem alguns, alguns... cursos, vem algo do Projeto Dom Helder Câmara, vem uma coisa, vem outra coisa, mas não tem aquela coisa mesmo: estamos numa dinâmica de convivência com o semiárido, prefeitura municipal de Serra Talhada, mais o ITEP, mais o SEBRAE, mais a Universidade, mais as faculdades particulares, não existe isso... na prática, digo. Então por isso que eu tô mais aproximado das ONGs, tudo, as ONGs é que vão tocando, né, vão tocando... o PIMC colabora muito porque tem os recursos, pra mobilizar, pra capacitar, o Programa Uma Terra e Duas águas, vem recurso do Pernambuco mais Produtivo, vem recursos de outros, outro, da Cooperação, da Fundação Banco do Brasil, vão tocando, mas não é uma coisa assim, **uma confluência entre movimentos sociais, ONGs e prefeituras**, dando as mãos e levando, independente de quem votou em quem, levando adiante dentro de planos municipais. Não, não existe. Nem aqui, nem em Triunfo, em canto nenhum eu vejo isso (Professor da UAST e Membro do NEPPAS, Gerente do Programa PIMC entre os anos 2003-2009; entrevista realizada em novembro de 2014, grifos nossos).*

O Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada parece se constituir como uma parceria entre Estado, com a representação da Secretaria de Agricultura Familiar e da prefeitura, e sociedade civil, representada por ONGs, escolas técnicas, sindicatos e movimentos sociais. Consolidado através da “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido” de Serra Talhada em março de 2014, na Câmara dos Vereadores de Serra Talhada, o Plano se fundamentava na sistematização de cinco pré-conferências ocorridas entre janeiro e fevereiro do mesmo ano de 2014.

Cada uma das pré-conferências seria responsável por trabalhar uma temática diferente, conduzidas em momentos diferentes para discussão: “Pré-conferência da juventude”; “Pré-

conferência da mulher agricultora, trabalhadora rural”; “Pré-conferência de educação do campo, pesquisa e extensão rural”; “Pré-conferência das cadeias produtivas”; “Pré-conferência de recursos hídricos”. A seguir trazemos trechos das pré-conferências sistematizadas no Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada:

**PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO  
PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, PESQUISA E  
EXTENSÃO RURAL**

*Serra Talhada, 18 de fevereiro de 2014.*

*Essas propostas foram apresentadas por gestores públicos e representantes de organizações não governamentais e de movimentos sociais e traduzem interesses coletivos de melhorar os serviços de educação, saúde, agricultura, meio ambiente, pesquisa e extensão rural nos distintos espaços políticos do meio rural, com mais de 20 mil pessoas. Entende-se que a solução para os problemas apresentados exige um conjunto de ações articuladas e integradas entre as secretarias municipais, as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, com a participação, efetiva, da sociedade.*

**PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO  
PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE CADEIAS PRODUTIVAS**

*Serra Talhada, 25 de fevereiro de 2014.*

*Essas propostas foram apresentadas por representantes de organizações públicas e não públicas e por movimentos sociais que se mostram interessadas em conhecer melhor os aspectos de todos os segmentos das cadeias produtivas de ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, bovinocultura de leite e da agricultura familiar (avicultura, horticultura, fruticultura etc.). O atendimento de tais demandas requer ações integradas e processuais entre as secretarias municipais, gestores do IPA, do SEBRAE, do ITEP, da Escola Técnica Estadual (ETE), da ADAGRO e de organizações não governamentais, presidentes de associações comunitárias rurais e representantes de movimentos sociais.*

**SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR**

**PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO  
PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE JUVENTUDE RURAL**

*A Secretaria de Agricultura Familiar esteve reunida com Parceiros no dia 22 de janeiro de 2014, com intuito de Avaliar o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, bem como levantar demandas para aperfeiçoamento, tendo ficado definido que para um melhor aproveitamento e construção seria necessário a realização de conferências para ouvir e aglutinar todos os setores, atores e instituições para construção de uma plataforma de desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido. Dentro das temáticas discutidas ficou definido trabalhar nos seguintes eixos: Juventude, Mulher agricultora, Educação no campo, pesquisa e extensão para o meio rural, Cadeias Produtivas e Recursos Hídricos, sendo que todos esses temas serão trabalhados em pré-conferências, as quais servirão de subsídios para a Conferência Municipal da Agricultura Familiar.*

*No dia 11/02/2014, foi realizada a Conferência da Juventude Rural, onde estiveram presentes jovens produtores rurais, entidades representativas como FETAPE, STR, CONDRUS, SECULT, Coordenadoria de Juventude, União dos Estudantes Secundaristas de Serra Talhada, ICN, tendo como resultado uma série de propostas e sugestões a seguir descritas.*

**PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO  
PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS.**

*Dia 12/02/2014, foi realizada a Conferência Municipal da Mulher Trabalhadora Rural, com o tema: Políticas Públicas para as Mulheres do Campo, com a participação de aproximadamente 40 pessoas, de diversas comunidades e associações rurais dos distritos da zona rural, bem como representantes da UFRPE, SEMAF, SEMU, STR, SINTRAF, FETAPE, COMDRUS, CECOR, NEPPAS, tendo construído os seguintes encaminhamentos/propostas:*

**PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO  
PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE RECURSOS HÍDRICOS**

*Dia 26/02/2014, foi realizada a Conferência Municipal Sobre Recursos Hídricos, com a participação de aproximadamente 35 pessoas, de diversas comunidades e associações rurais dos distritos da zona rural, bem como representantes da UFRPE, SEMAF, SEMU, STR,*

*SINTRAF, FETAPE, COMDRUS, CECOR, UFRPE, IPA, MST, INCRA, ADRS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DNOCS, ETE, CECOR, COOPAL, GABINETE DO PREFEITO, entre outros, tendo construído os seguintes encaminhamentos/propostas: (PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2014, ANEXO B).*

O formato em que se circunscrevem as pré-conferências parece trazer para o Plano de Convivência um posicionamento significativo para a discussão que tange o diálogo entre Estado e sociedade civil; traduzido como parceria entre as instâncias da gestão pública municipal, representada, sobretudo, pela Secretária da Agricultura Familiar, e não pública, representada pelas organizações não governamentais e movimentos sociais. Foram citados como parceiros as seguintes instituições: Colégio Técnico, ITEP, INCRA, CECOR; Secretarias da Prefeitura Municipal de Serra Talhada e a Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO; Vigilância Sanitária Municipal; IPA; DNOCS; Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável - ADRS (Fundação Banco do Brasil); ASA; Coordenação de Educação do Campo; UAST/UFRPE, NEEPAS, Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Obras e Agricultura Familiar, SEMAF; Escola Técnica Estadual – ETE; dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), FETAPE, SINTRAF, STR; Instituto Nordeste e Cidadania (ICN), SEBRAE; ITEP; Projeto Dom Helder Câmara (PDHC); CONDRUS; SECULT; Cooperativa de Produtores de Leite de Loanda (COOPAL); Coordenadoria de Juventude; União dos Estudantes Secundaristas de Serra Talhada; presidentes de associações comunitárias rurais e representantes de movimentos sociais, Gabinete do Prefeito, entre outras. Este diálogo fez com que o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido assumisse um significado coletivo para uma confluência de interesses, exigindo ações articuladas e integradas para a participação da sociedade.

Pretendia-se que a Conferência fosse um espaço “participativo”, tal como sugeria o convite do evento divulgado por e-mail. Com a mediação do assessor do Deputado Estadual de Pernambuco Manoel Santos (PT), Flavio Duarte, uma metodologia participativa foi orientada. O apoio do Deputado Manoel Santos na construção do Plano de Convivência para o município de Serra Talhada fica claro na Conferência<sup>86</sup>; e uma tendência em valorizar o protagonismo dos movimentos sociais imputa para a construção do Plano um caráter participativo.

O fato é que para o município de Serra Talhada esse tipo de experimentalismo institucional produzia uma dinâmica complexa na perspectiva da convivência com o

---

<sup>86</sup> Os participantes receberam um folder fazendo referência ao apoio do Deputado aos movimentos e organizações da sociedade civil, protagonistas das “Diretrizes para a Convivência com o semiárido” e “Diretrizes para a Reestruturação sócio-produtiva da Zona da Mata”.

semiárido, atravessado por velhos e novos paradigmas. O cenário protagonizado pela “sociedade civil” traz como referência o histórico dos movimentos sociais no município de Serra Talhada. O poder de colocar em prática uma discussão que tem origem nos movimentos sociais teria alcance político no interior do Estado de Pernambuco, levando-nos a problematizar a inserção do Município no seio do discurso da convivência com o semiárido, a começar pelo Secretário da Agricultura:

*Como eu venho de movimento, há anos eu já venho discutindo a questão do meio ambiente. O movimento sindical, ele sempre tem esse cuidado, essa preocupação de cuidar da natureza e da preservação, então devido eu estar vindo de movimento eu não tive muita dificuldade. E quando eu cheguei na Secretaria não tinha esse projeto aqui e nós resolvemos implantar e criar esse plano de convivência com o semiárido. Então isso facilitou. Nós tivemos o apoio também do gabinete do Deputado Manoel Santos, que enviou um engenheiro agrônomo, Flavio Duarte, que deu uma contribuição enorme à construção desse plano. E isso facilitou o nosso trabalho. Mas a ideia partiu da gente mesmo. Porque nós já viemos trabalhando há décadas esse trabalho de preservação e de convivência com o semiárido. Porque realmente a situação aqui no semiárido para quem não tem uma conduta de preservação fica difícil de viver. (...) A primeira coisa quando chegamos aqui, né, o contato já vinha tendo dentro do movimento. Mas aqui resolvi..., chamei a equipe, né, a nossa equipe aqui, ela é basicamente rural. Eu chamei a equipe, apresentamos a nossa ideia, o que eu pretendia fazer pra que sustentasse a população rural e todos concordaram e a gente começou a agir, começamos a fazer contato. Sim, teve a Universidade Federal de Pernambuco, também, a Universidade Federal também participou da construção desse plano, na pessoa do João Amorim, Professor João Amorim, também participaram. Então isso nos ajudou e fortaleceu a conjuntura da criação desse plano. Então o contato foi esse. Foi com as organizações, instituições, é... Algumas eu não consigo lembrar no momento. Mas foi muito rico essas discussões. Porque estavam todas as organizações que se diz respeito e defende, tem um envolvimento com o campo, com a zona rural, participam desse debate da construção desse plano de convivência. Não foi fácil, mas isso ajudou nesse conjunto todinho a criação desse plano (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Tendo origem em um discurso do movimento social e sindical, de acordo com o Secretário, a convivência com o semiárido parece se configurar como um projeto político assumido pela Secretaria de Agricultura Familiar, revelando-se como um trânsito institucional entre movimentos sociais e Estado significativo para o paradigma da convivência com o semiárido (SILVA; OLIVEIRA, 2011). Em que pese a trajetória do Partido dos Trabalhadores neste processo, conforme Silva e Oliveira (2011), no nosso campo de estudo encontramos uma relação parecida com a dos autores citados, se contarmos com o histórico do movimento sindical em Serra Talhada. Aqui, a entrada na política de pessoas oriundas de movimentos sociais traz uma dinâmica interessante e têm no nome de Manoel Santos<sup>87</sup> e do Partido dos Trabalhadores uma referência.

<sup>87</sup> Manoel Santos foi agricultor familiar e iniciou o seu trabalho nos movimentos sociais como Agente Pastoral da Ação Católica Rural (ACR), entre 1973 e 1978, época em que se filia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada (SRT). No sindicato, foi suplente, tesoureiro e presidente, em 1981. Em 1990, ocupou o cargo de Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e, entre 1993 e 1998 foi eleito ao cargo de presidente da entidade. Em seguida, no período entre 1998 e 2009, ocupa a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Foi o primeiro secretário rural da Central Única dos

Não é por acaso que na construção do Plano Municipal a figura de Manoel Santos estava presente, sob o intermédio do seu assessor, responsável por mediar a Conferência. Com este campo, orientado por uma base oriunda do Governo Municipal, na presença do Prefeito e da Secretaria da Agricultura, e encampado por representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do NEPPAS e ONGs locais, a imagem do então Deputado Manoel Santos, enquanto representante simbólico dos movimentos sociais estaria assegurada, carregada de uma representação política do Partido dos Trabalhadores.

Com este formato uma variedade de interesses poderia convergir no Plano Municipal levando para a arena estatal a demanda da sociedade civil e, sobretudo, da própria prefeitura, aproveitando-se das práticas já consolidadas das organizações não governamentais, em confluência com os gestores públicos. Com seus objetivos detalhados no anexo (B) desta tese as demandas do Plano<sup>88</sup> Municipal de convivência com o semiárido seguiram os cinco eixos das Pré-Conferências, com incentivo às ações de educação no campo, juventude rural, mulheres trabalhadoras rurais, cadeias produtivas e recursos hídricos, perpassando medidas de construção de infra-estrutura, tecnologias de armazenamento e abastecimento de água, construção e recuperação de açudes de médio e grande portes; mini-adutoras, perfuração de poços; serviços gerais, legalização de propriedades, acesso a crédito, serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), ampliação de mercado, etc.

A preocupação com a permanência do agricultor no campo é o que move a demanda do Plano Municipal através das diferentes temáticas validadas pela arena pública da conferência. Educação do campo, agroecologia, economia solidária, agricultura familiar e camponesa, reforma agrária, gestão de água, cidadania e convivência com o semiárido (na perspectiva trabalhada pela ASA), são incentivadas em processos de articulação, formação, capacitação e mobilização, envolvendo as associações comunitárias rurais e o Conselho municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRS). Assim, além de trazer para discussão novas demandas, o Plano teria no fortalecimento e articulação institucionais e de políticas públicas, com destaque para o PNAE, PAA e PRONAF SEMIÁRIDO, um interesse geral, consagrando as políticas já conduzidas no município, no âmbito da agricultura familiar.

---

Trabalhadores - CUT e dirigente-fundador do Partido dos Trabalhadores - PT no Estado de Pernambuco. Eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores - PT, Manoel Santos faleceu em meados de 2015. No seu mandato, a defesa de um projeto de desenvolvimento rural e urbano sustentável e solidário para o Estado foi priorizada, com o compromisso no fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia, da reforma agrária e da defesa dos direitos das comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais. Na Assembleia, foi líder da bancada do Partido dos Trabalhadores - PT, e titular das Comissões de Agricultura, Pecuária e Política Rural e de Saúde e Assistência Social. Além de suplência em Cidadania e Direitos Humanos e Redação Final (Assembleia Legislativa de Pernambuco. Acesso em junho de 2015 <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3576>).

<sup>88</sup> É interessante ressaltar que na Conferência houve um esforço de mudança semântica da palavra “Plano” para “Plataforma”, insistentemente destacado pelo mediador: “(...) eu uso mais a palavra plataforma que plano, porque plano parece mais uma coisa do governo”.

A sistematização do plano vai legitimar o interesse de cada ator, com sua perspectiva e experiência. O formato da Conferência possibilitou isso; como canal de participação institucional (expressivo do Governo Lula), que de acordo com Dagnino e Teixeira (2014) visam promover o diálogo e o intercâmbio entre representantes do Estado e da sociedade civil para a formulação de propostas para áreas políticas específicas. Mas o que de antemão podemos perceber é que a transferência desses interesses (de diferentes atores e diferentes perspectivas) parece ser automatizada na sistematização “participativa”.

Nesse sentido, desviar as demandas para um interesse que se contrapõe aos próprios conceitos oriundos do discurso da convivência com o semiárido era um risco que podia ser facilmente colocado. Assim, o interesse no desenvolvimento de cadeias produtivas como, a ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura e bovinocultura de leite destacado no Plano, doravante, pôde ser legitimado como estratégia de convivência com o semiárido:

*Essas propostas foram apresentadas por representantes de organizações públicas e não públicas e por movimentos sociais que se mostram interessadas em conhecer melhor os aspectos de todos os segmentos das cadeias produtivas de ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, bovinocultura de leite e da agricultura familiar (avicultura, horticultura, fruticultura etc.). O atendimento de tais demandas requer ações integradas e processuais entre as secretarias municipais, gestores do IPA, do Sebrae, do ITEP, da Escola Técnica Estadual (ETE), da ADAGRO e de organizações não governamentais, presidentes de associações comunitárias rurais e representantes de movimentos sociais (PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2014, ANEXO B).*

As falhas relacionadas à atualização e regularização de cadastros, manejo sanitário, alimentar e reprodutivo dos animais estariam agora respaldados por um Plano Municipal. Incentivar a criação de espécies adaptadas à região semiárida é uma retórica presente nas entrelinhas do Plano, mas orientar a piscicultura nos açudes do Saco e de Serrinha carregam uma bagagem de situações tecnológicas, sociais, políticas e ambientais que se distanciam da lógica da convivência com o semiárido até então discutida. Tecnologias modernas baseadas em tanques-rede perfazem a piscicultura de interesse dos gestores, gerando conflitos pelo uso da água. Os conflitos ficam cada vez mais evidentes, com a situação de contaminação das águas da Barragem de Serrinha, diagnosticada no ano de 2015, deixando a população a mercê de doenças e controle institucional, diante da proibição da pesca e uso dessas águas.

O fato é que canalizar ações para cadeias produtivas no município de Serra Talhada envolve um conjunto de situações que fogem das perspectivas assumidas por um paradigma que se pretende sustentável. A contradição fica cada vez mais evidente quanto maior for o alcance político. A crítica à bovinocultura e ao agronegócio consegue ser camuflada por uma confluência de interesses que se contrapõe com os princípios da convivência. De uma

convivência com o semiárido que requer outros valores e outros padrões de produção que expressam uma economia solidária, de acordo com Silva (2006), para estratégias agroindustriais pautadas em cadeias produtivas de bovino de leite ou piscicultura de tanque-rede o caminho do Plano de Convivência é legitimador. A entrevista com o Prefeito do município de Serra Talhada demonstra o interesse da sua gestão neste processo.

*(...) Qual a lógica do rural, não é fortalecimento de arranjos? Qual a grande ferramenta pra fortalecer o rural? Água! Quais são as duas ferramentas que a gente precisa do rural? Pra melhorar a vida do homem do campo? Uma máquina pra perfuração de poços, já conseguimos, tá só esperando a caixa econômica liberar. Então com essa máquina de perfuração de poços nós vamos montar pequenos sistemas de abastecimentos de água, pequenas irrigações, com isso a gente vai poder fortalecer todas as cadeias e arranjos produtivos. Produção de pequenos animais, hortaliças, não é, de algodão, de milho feijão, mandioca, e segundo com a patrulha que a gente já tem, que aí Dilma deu aí pra fazer esse tipo de trabalho, não é? E o terceiro é o trabalho de fortalecimento dos arranjos que a gente já vem fazendo. Cadeia de algodão, cadeia de mandioca, cadeia do leite e palma, suporte alimentar. (Prefeito do município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

Reduzir a complexidade da convivência com o semiárido para uma lógica baseada no abastecimento de água e irrigação parece significar muito mais do que uma ação entre outras da convivência no município de Serra Talhada. Aqui novamente o problema da seca parece se resumir em obras e maquinário, configurando-se em um interesse que se diferencia das políticas de combate à seca da década de 50 na questão do público alvo; do grande latifundiário para o pequeno produtor, ou mini pequeno produtor rural (foco do BNB), ou ainda o conhecido agricultor familiar de hoje. A convivência com o semiárido passa a ser tratada como uma questão governamental de interesse de governo, de Secretaria, em que o município de Serra Talhada se torna potencial para a implantação de determinadas culturas e estratégias econômicas e sociais, mesmo em situações de grandes secas:

*Não, olha, isso é uma questão governamental, uma questão de interesse de governo, de secretaria. Eu sou secretário de Serra Talhada, perdão, sou não, estou secretário em Serra Talhada. Então eu tenho que defender e criar para o meu município. Só que queremos expandir e se os outros municípios interessarem nós queremos também que essas culturas, é, esses arranjos possam também se desenvolver em outros municípios, né, nós não queremos apenas pra gente. Mas Serra Talhada...A iniciativa foi minha e nós estamos implantando aqui e tenho certeza que quando todos verem que tá dando certo vão querer realmente levar para os outros municípios. Mas Serra Talhada foi a primeira cidade do Estado de Pernambuco, eu não digo do Nordeste, mas de Pernambuco a ter o seu próprio plano, a ser ousado na cultura de algodão, da palma, criar o projeto de hortas orgânicas, tá certo, e até mesmo essa ousadia de trazer a uva praqui também foi nossa. Desafio, isso é um desafio que estão tendo sucesso, né, eu acho que a gente, não apenas o movimento, e nem a pessoa individual, mas o governo, que tem que ser ousado. E nós tivemos a ousadia, o atrevimento de trazer de volta a cultura do algodão que nos anos 80 era o ouro branco do Nordeste e a praga do bicudo acabou. E nós tentamos, é..., tivemos o atrevimento de experimentar novamente e trazer de volta e tá dando certo. O bicudo aqui na nossa região ele foi dizimado, acabou-se. Da mesma forma a questão da palma. Sim e o algodão, além da gente ter a experiência, dois anos de experiência, e ter*

*dado certo, nós já fechamos uma parceria com uma empresa da Espanha “Organic Cotton” pra exportar esse algodão no ano de 2015. É... então a nossa ousadia é tanto que a gente já vai exportar esse algodão pra Espanha no próximo ano. É... e a questão da uva. Nossa região não é região de uva porque é seca, é semiárido, não tem água. Mas como eu disse, não tem água muito de chuva, mas no subsolo tem água. E nós temos regiões aqui que tem água boa, água potável. E fizemos uma experiência aqui numa comunidade, plantamos 300 pés de uva que deu uma safra enorme, muito boa. Então nós vamos expandir... E aqui nós temos uma comunidade de Caiçarina da Penha, através do Ministério de Minas e Energia a gente perfurou um poço com 150000 litros de água mineral e nós iremos implantar esse projeto da uva também nessa comunidade. Então Serra Talhada, ela vai ser uma nova Petrolina (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Este é um exemplo de como o discurso da convivência com o semiárido é apropriado particularmente pelos atores, capazes de reproduzir como convivência com o semiárido até mesmo projetos que reforçam a lógica do combate à seca, a ponto de transformar Serra Talhada em uma nova Petrolina<sup>89</sup>. Para o Secretário de Agricultura do município todas as ações direcionadas para o campo, mesmo as grandes obras do governo federal, são materializadas sob a forma de convivência com o semiárido e têm na Secretaria da Agricultura um espaço com enorme capacidade de mimetização.

*Isso foi criado aqui dentro da secretaria, né. Quando eu tava em outras organizações eu sabia que isso deveria ser criado. Então não tinha a oportunidade, a oportunidade eu tive quando eu cheguei aqui na secretaria. Então nós conseguimos integrar todas essas culturas, botar em prática dentro do Plano de Convivência com o semiárido. (...) Algumas ações que algumas obras que vem do Governo Federal, mas quando chega aqui todas as ações da secretaria que é voltada pro campo, ela faz parte da convivência com o semiárido. Porque são estradas é..., pra facilitar locomoção dos agricultores até a cidade, melhoria de escola, perfuração de poços artesianos que são basicamente as ações que vão até a zona rural. Que hoje a dificuldade maior é a falta de água aqui na comunidade. Então a gente consegue os recursos pra implantar essas ações: faz parte da convivência com o semiárido. Então praticamente eu não conheço as ações que não seja de convivência com o semiárido não. Tudo que a gente faz aqui praticamente é sobre a permanência da convivência com o semiárido (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

O “Canteiro de Latada” é um Programa Municipal voltado para a produção de verduras em quintais produtivos. Uma ideia que tem origem na Secretaria da Agricultura Familiar vai ter sua legitimação, enquanto estratégia de convivência com o semiárido no Plano Municipal de Convivência com o Semiárido.

*Quando nós basicamente preparamos o Plano nós começamos a levar as ações aos agricultores. Primeiramente o trabalho orgânico. A Secretaria de Agricultura de Serra Talhada ela tem desempenhado um trabalho orgânico dentro do município. E a primeira coisa que nós fizemos foi levar, criar um Programa Municipal chamado “Canteiro de Latada”, desenvolver aqueles “quintal produtivo”, as hortas orgânicas, como a senhora pode observar*

<sup>89</sup> Os municípios de Juazeiro e Petrolina são referências importantes de agricultura irrigada no semiárido brasileiro, inicialmente instalados como perímetros irrigados pela CODEVASF. Considerados como polos dinâmicos do sertão pernambucano e baiano, esses municípios destacaram-se pelas altas taxas de exportação de manga e de uva (ARAÚJO e SILVA, 2013).



*aqui no cartaz, de tirar a família, o agricultor de ter que vir pra cidade comprar coentro, invés de quem mora na cidade e que tem que comprar coentro na roça, na zona rural. Então eu não acho certo você morar na zona rural e vir comprar coentro na cidade. E aí nós fizemos esse programa. E a Secretaria de Agricultura ela acompanha, ela doa, primeiramente assistência técnica, que é fundamental, o regador e a semente do seu quintal produtivo, é o coentro, a cebolinha, a batatinha, de certo serve para temperar sua comida; a Secretaria da Agricultura faz essa doação. Então nós cadastramos já mais de 300 famílias que já estão sendo assistidas aqui dentro do município com esse programa orgânico. Que aí você além de tá produzindo, tá comendo uma alimentação que você sabe o que é que você tá comendo. E tem o PNAE. O excedente da sua horta você pode vender pra merenda escolar. Então esse foi o primeiro trabalho que a gente iniciou em Serra Talhada e tá dando muito certo. Nós temos grupos de mulheres que tão apurando até 2100 reais por mês vendendo horta. Além de você tá se alimentando bem, você tá gerando ainda renda (Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar do município de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

No Plano, o “Canteiro de Latada” foi introduzido como demanda da Pré-conferência da Juventude Rural e das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a fim de *potencializar o Canteiro de Latada, voltado para jovens; e centrar as ações em grupos de mulheres* (PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2014; ANEXO B). Na prática o Programa Canteiro de Latada acabou sendo traduzido como tecnologia de convivência com o semiárido, o que pode ser identificado na fala do presidente do Conselho Municipal em entrevista realizada, seis meses depois da Conferência:

*(...) A Secretaria de Agricultura tem tido uma preocupação dentro do Conselho em trazer algumas políticas, alguns projetos, alguns programas com relação a essa convivência com o semiárido, aí a gente tem implantado mais de 60 sistemas de abastecimento, tá se trabalhando com um programa chamado “Canteiro de Latada”, que é uma convivência, uma tecnologia importante, onde ele tem uma sustentação da sua produção, do que se produzir...(Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Nesse sentido as ações antes conduzidas pela própria Secretaria parecem estar sendo institucionalizadas no Plano de Convivência com o Semiárido. Embora o protagonismo de uma parceria entre o Estado e a sociedade civil seja pronunciado na construção do Plano, na prática a Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada (enquanto representação do governo municipal) parece encabeçar isso:

*E no início da nossa gestão a gente resolveu criar um Plano de Convivência com o Semiárido em Serra Talhada. Esse é um plano próprio. Acho que é a primeira cidade do estado de Pernambuco a ter essa ideia de fazer esse plano. Fizemos em parceria com todas as organizações que... relacionada a agricultura. Sindicato dos trabalhadores rurais, a FETAPE, o SINTRAF, O MST, o CECOR, o IPA, ADAGRO, associações rurais e a Secretaria da Agricultura. Fizemos esse levantamento e aí nós decidimos a fazer seminários, que nós fizemos cinco seminários e uma Conferência, “Conferência da Agricultura Familiar”, aonde nós criamos o Plano, levando informações (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar, entrevista realizada em agosto de 2014).*

A parceria com outras organizações parece ser compreendida como estratégia da própria Secretaria, que parece disputar o protagonismo da criação do Plano. Com este instrumento o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido parece significar um compartilhamento de responsabilidades da Secretaria, que consegue impor um formato dependente do interesse da prefeitura, mais voltado para transferir suas responsabilidades com a sociedade civil. De acordo com Dagnino e Teixeira (2014)<sup>90</sup>, este processo é típico de um projeto neoliberal e nos faz refletir a respeito do significado político da convivência com o semiárido apontado por Diniz (2007). O campo do município de Serra Talhada nos traz evidências não muito promissoras para este ponto de vista, baseado em um “experimentalismo institucional” capaz de manter a autonomia de cada um dos atores envolvidos, a ponto de permitir melhor configuração dos campos de ação das esferas do Estado e da sociedade civil<sup>91</sup> (DINIZ, 2007). Em que medida este diálogo não passa de uma estratégia do Estado, representado pela gestão municipal, de encolhimento perante suas responsabilidades sociais é o que estamos questionando, levando em consideração as discussões dos estudos de Dagnino (2002). Com a fala destacada a seguir podemos identificar certo movimento neste sentido:

*Eu acho que isso é um mega desafio que a gente, a gente tá provocando, vamos dizer, o dragão, né. Só que a gente não tá com medo de fazer isso porque na verdade a gente não tá com medo de errar, a gente chamou justamente aqui porque a gente quer acertar. Porém se a gente errar, porque a gente não tá com medo, porque se errar tá errando todo mundo.* (Fala do Secretário Executivo da Secretaria de Agricultura Familiar, Militante do MST, Estudante de Pós Graduação em Educação no Campo; Conferência Municipal de Convivência com o Semiárido em março de 2014).

Para aprofundarmos este debate vamos utilizar a discussão proferida na Plenária do Plano de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada, ocorrida um mês depois da Conferência, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UAST). A Plenária foi conduzida durante o “IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco” com a intenção de continuar o debate da Conferência.

---

<sup>90</sup> De acordo com essas autoras o foco sobre a transferência de responsabilidades públicas do Estado para a sociedade civil (formalizada na reforma de 1988 do Estado liderado pelo então ministro da reforma do Estado, Bresser Pereira) se deu a partir dos ajustes estruturais neoliberais postos em cena com a eleição de Collor e durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Neste sistema operacional a sociedade civil e o setor privado eram considerados fundamentais para enxugamento do Estado e melhora da sua eficiência. A participação aqui se constitui como estratégia do Estado, fazendo com que as ONGs assumissem suas responsabilidades, diante do seu constante engajamento aos projetos sociais, resultando em uma concepção de sociedade civil que se reduzia a estas organizações (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014).

<sup>91</sup> De acordo com Diniz (2007) o governo, com sua política de segurança alimentar se dispôs a *compartilhar com a sociedade civil. A convivência com o semiárido entraria neste diálogo, com todo seu sentido de contestação e de proposição seria o mecanismo para que a sociedade civil representada pela ASA Brasil mantivesse seu projeto de autonomia, com capacidade de deixar mais claro os campos de ação de cada uma das esferas: Estado e sociedade civil.*

*Porque é irônico o que aconteceu, em 2012 quando nós pensamos no planejamento da secretaria de agricultura daqui de Serra Talhada, nós convidamos alguns parceiros, uns dez parceiros, entre eles o conselho municipal, o Cecor, o IPA a ADAGRO, o PAA... Todos os parceiros a gente convidou em 2012 pra construção do Plano de trabalho da Secretaria, dentro desse plano de trabalho a gente pensou ter um plano, só pensou não, dentro desse plano vamos construir também um plano de convivência com o semiárido até porque também tá na moda, né, tá na moda também falar em semiárido, antes se falava em combate à seca, só o povo da ASA que falava em semiárido, mas o governo não falava nessa linguagem, mas aí o povo da ASA foi se chegando à gente. E quando foi esse ano, quando foi pra reavaliar o ano de 2012, aí nós sentimos uma grande dificuldade no início do ano, porque esse plano foi tomando maior dimensão do que a gente esperava né, as cobranças também são grandes em relação ao que se fazer no município, por onde fazer, quando começar, o governo sozinho não tem condições de fazer, não é, isso é fato, a Prefeitura não tem condições sozinha de fazer tudo que há necessidade para o município, não tem, as ONG'S sozinhas as vezes, sozinhas, soltas, muitas vezes um tá aqui fazendo a mesma coisa que a outra, foi o que João acabou de falar, todos tem a intenção de fazer e a vontade de falar mas muitas vezes não se comunicam e acabam repetindo o que o outro tá fazendo, a questão da assistência técnica... (...)No início do ano achou que não dava certo só o governo construir, não tinha condições, e convidamos outros parceiros e a cada dia tá se aumentando essa questão, da discussão desse plano, é o plano que tá ainda né, não tá pronto, tá em construção e acho que tá ainda um embrião até porque assim essas plenárias, as conferências que aconteceram é pra gente ouvir os grupos temáticos, né, a juventude, as mulheres, os professores da educação no campo, o pessoal que trabalha com a intenção da extensão também, as dificuldades e as cadeias produtivas, a gente ouviu, e hoje a gente tá o que, até mesmo com dificuldade de colocar isso pra fora, a gente chamou uma responsabilidade tão grande e agora tá difícil de continuar e a cada dia que passa a gente tá crescendo, hoje com essa plenária, eu acho que aumenta mais ainda a responsabilidade não só a responsabilidade da secretaria mas de todo aquele grupo de trabalho ou das pessoas que se envolveram na construção desse plano, né, as ideias não foram colhidas bastante nessas conferências e hoje mais uma vez a gente veio pra pegar e pra colher outras propostas e sugestões, chamar outros parceiros pra se juntar, e a gente tá trabalhando pra construção de um documento não só de um documento mas é como João acabou de falar, esse documento não vai ser um documento morto, vai ser algo vivo que a cada trimestre como Zé Pereira falou a gente vai estar juntando novamente plenárias pra avaliar daquele plano o que foi construído e assim, limitar metas. A gente só vai ter capacidade pra fazer isso, isso e isso, então isso é possível porque a gente construiu um plano ouvindo todo mundo e nesse plano foi colocado lá coisas que a gente sabe que não é competência do plano municipal de executar, tem outras coisas né, a gente vai dividir tarefas com outros parceiros, com outras unidades e com outras instituições e a gente tá né, aberto pra colher opiniões, sugestões, propostas e receber pessoas que possam colaborar possam ajudar a gente a melhorar e a construir esse plano para o município de Serra Talhada, que a princípio, pelo menos no meu pensamento era uma coisa e na Conferência Municipal, transforma-se em outra. Eu pensava que era o plano municipal da Secretaria de Agricultura do município de Serra Talhada, e a gente tá vendo agora que não é mais isso, é o plano municipal de todas as instituições, de toda a população de Serra Talhada, do município de Serra Talhada. “E é preciso que essas secretarias enxerguem isso” (João Amorim), e também as instituições também, porque a princípio realmente o meu pensamento era um plano era da secretaria, mas com a chegada de outros parceiros, que com as opiniões também, principalmente no que, quando a universidade conversou com a gente e inclusive alertou a isso, que ali não era um plano da secretaria, não era um plano de governo, é um plano da sociedade, então a responsabilidade aumenta mas que por outro lado a gente divide essa responsabilidade com quem tá junto. Não é uma responsabilidade só nossa, é de todos que ajudaram a construir. (Fala da Diretora da Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada, Plenária proferida no IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco, em abril de 2014).*

A criação do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido levada a cabo pela Secretaria da Agricultura congrega um conjunto de forças, aliançadas no discurso da convivência, com destaque para a atuação das ONGs, e sobretudo, pela Articulação do

Semiárido. Para colocar o Plano de Convivência com o Semiárido em prática a Secretaria teria que envolver a sociedade civil e reconhecê-la como protagonista. No entanto a sociedade civil seria entendida por uma posição não governamental que tem se expressado muito menos através de um diálogo com o governo, do que por uma transferência de responsabilidades no sentido mais prático.

O fato é que a Secretaria da Agricultura continuou fazendo o que já compreendia o seu repertório de atividades. O Plano só serviu para assinar como convivência com o semiárido as suas próprias ações. E legitimar um esforço respaldado pelo histórico dos movimentos sociais no município enquanto propulsor de um diálogo entre Estado e sociedade civil, enquanto projeto político democrático e participativo que mantém um discurso de oposição a governos específicos, que não se envolvem com a sociedade:

*Então é uma satisfação estar aqui, como o professor João falou de Serra Talhada, resolveu sair na frente e criar o próprio plano municipal de convivência com o semiárido, isso no ano de 2013. Nós elaboramos um miniplano com parceiros do sindicato de trabalhadores rurais, SINTRAF, MST, FETAPE, CECOR, IPA, Universidade, nós, é... conseguimos juntar esses parceiros e elaboramos um miniplano de convivência com o semiárido que trabalhamos em 2013. Em 2014, nós resolvemos ampliar, ao invés de nós discutirmos esse plano, internamente apenas com os parceiros, nós resolvemos envolver a sociedade como um todo, é... em vários setores da sociedade. Então nós tivemos, no dia 11 de fevereiro a pré-conferência da juventude onde discutimos a questão da juventude rural, permanência da juventude, o envolvimento do jovem é... na agricultura, a permanência e na capacitação da agricultura aonde nós vimos muitos jovens que quando completam 18 anos, é... deixa a sua terra natal em busca de melhorias, de emprego, às vezes vai para o corte de cana, vai para a colheita do café em Minas Gerais, em São Paulo, e ai acaba se dando mal, muitos é... não consegue sucesso e volta, é... diferentemente, às vezes, no caminho começa a se envolver com coisas diferentes, no mundo da droga, da prostituição, é... por falta de oportunidade e conhecimento, então essa pré-conferência foi nesse sentido de envolver a juventude também dentro da.. do plano de convivência com o semiárido e também envolver o governo, porque o que nós vimos até hoje... é... ou tempos passados, é que o governo não se envolve, é... com o semiárido, com convivência, com nada, o governo apenas se envolve com aquilo que está dentro do próprio pensamento e a população que se vire (Fala do Secretário da Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada, Plenária proferida no IV Seminário NEPPAS: caminhos, olhares e práticas da agroecologia nos sertões de Pernambuco, em abril de 2014).*

Mesmo nesta condição, assumindo um discurso participativo envolvendo toda a sociedade, e as ações até hoje colocadas em prática pelo movimento sindical, movimentos sociais e ONGs, a Secretaria consegue enquadrar o Plano de Convivência com o Semiárido como qualquer outra ação da gestão municipal. Na prática o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido foi engavetado. As sistematizações e problematizações feitas na Conferência em cima do que foi resolvido nas Pré-conferências parecem ter tido efeito prático muito mais enquanto estratégia política e simbólica, enunciando formas de *bons princípios de visão e divisão do mundo social*, proferidas pelo Estado, do que enquanto estratégia de consolidação e

implementação das demandas dos movimentos sociais e organizações não governamentais. Como exemplo, podemos indicar que houve (ou está havendo) certa omissão da Secretaria em trazer para o campo prático as discussões desenvolvidas nas conferências. O Plano Municipal discutido na “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido” ocorrida em março de 2014 nem sequer está em posse da Secretaria<sup>92</sup>, tornando em vão o esforço da sociedade civil.

Assim, um interesse político específico parece ser orientado, fundado no interesse tácito em uma oposição a um governo específico sob o aval de um discurso determinado. Um princípio de oposição às políticas do Estado se mantém com ideias que dão força ao funcionar como mobilização no interior do Estado, que pretende ampliar a “criação” de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido para a sociedade; retórica que desvia o sentido da própria essência do discurso: do Estado para a sociedade civil.

O fato é que no “Estado” o discurso dos movimentos sociais se torna interessante e capaz de seduzir cada vez mais crentes da sua história, dotados de agentes institucionais específicos e legítimos, enquanto porta-voz autorizado para ultrapassar as oposições constitutivas das lutas que nele se travam (BOURDIEU, 2011c). Em uma oposição entre uma trajetória de luta dos movimentos sociais e uma estrutura coronelista e clientelista sólida, nos perguntamos como esse município consegue ser palco de tantas discussões envolvendo movimentos sociais e ONGs conceituadas, no âmbito da convivência com o semiárido e da agroecologia?

Entre oposições históricas e socialmente construídas – tecnologias modernas e tecnologias alternativas, o convencional e o agroecológico, o combate à seca e a convivência com o semiárido, o Estado e a sociedade civil – heróis que se diziam, ou faziam dizer, serem os autores de um “paradigma” civilizatório, de acordo com Cunha e Paulino (2014), tornam-se espectadores beneficiários de um diálogo que tem como condição o acesso ao capital político, agora vestido por um desinteresse constitutivo do campo. Um desinteresse em tecnologias modernas e convencionais enraizadas nas políticas de combate à seca que maquiavam o desinteresse por tudo que vem do Estado e reproduz na prática uma demanda para o seu interior - a propósito de um Estado como forma de governo que ora transcende o Governo Federal, ora o Estadual e/ou Municipal. Esta condição que vai orientar a convivência com o semiárido pautada em uma oposição mencionada acima que opera em um interesse tácito no diálogo entre a sociedade civil e o Estado, agora orientado pelo próprio Estado,

---

<sup>92</sup> Nós tivemos acesso às demandas da Pré-Conferência, e não ao Plano Municipal de Convivência corrigido na Conferência Municipal da Agricultura Familiar: construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de março de 2014.

dotado de forças desiguais capazes de fazer crer em uma visão de mundo social legítimo e universal, argumentada pela trajetória dos movimentos sociais no município de Serra Talhada e oficializada no Plano Municipal de convivência com o semiárido (BOURDIEU, 2014).

O fato do município de Serra Talhada iniciar a construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido em 2014 faz com que nossas interrogações fiquem embasadas na convergência de interesses dos movimentos sociais e sindicais e das ONGs - a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e do CECOR, enquanto referências importantes para o município - com as ações da Secretaria de Agricultura Familiar. A partir da fala do Coordenador do CECOR podemos visualizar como este diálogo se pronuncia e se torna crença estratégica da ONG:

*Shana. E por que você acha que Serra Talhada, perante tantos outros municípios já entra agora em 2014 com o Plano de Convivência Municipal?*

*Coordenador. Então, graças a Deus Serra Talhada, nós tivemos a alegria de ter uma Secretaria bastante afinada com os anseios dos agricultores, as ONGs também...Então, assim, nós temos um certo privilégio de estar aqui e ter um gestor público que tem também preocupações semelhantes das nossa de convivência com o semiárido. Então, essa não é ainda a regra, mas é a exceção, graças a Deus, e nós estamos no meio dessa exceção. O próprio Governo do Estado que também aprovou a legislação ??? de convivência com o semiárido, mas ainda tá meio que no papel e Serra começa a colocar na prática ações de fato de convivência com o semiárido. Então é um avanço espetacular aqui no município que nós entendemos e ficamos assim de alguma forma privilegiada de estar...*

*Shana. Quando você fala de governo do Estado você está se referindo ao Plano Estadual?*

*Coordenador. Exatamente. O plano e a política. São duas coisas. Foi aprovado pela Assembleia legislativa do Estado e você sabe pelo governador a Política de Convivência com o Semiárido, como eu falei é um passo importantíssimo. Mas precisamos trabalhar ela na prática, como é que vamos adaptar isso na prática... Esse é o próximo passo. Como transformar o plano e a política de convivência com o semiárido na prática. Isso Serra tá na frente nesse sentido.(...)Houve vários debates com a sociedade civil, mas ele tem muito a cara do governo do Estado. E isso a gente acredita que são os limites que vamos ter inclusive ainda para se operacionalizar na prática ações de convivência com o semiárido aqui no Estado. Mas assim, pra nós, são avanços. São poucos Estados que já conseguiram aprovar a política e o Plano de convivência com o semiárido.*

*Shana. E quais são as suas perspectivas pra esse plano aqui em Serra Talhada?*

*Coordenador. De forma bastante específica nós estamos primeiro acreditando que o Marco Regulatório Federal possa abrir caminhos para que as ações especificamente as de convivência com o semiárido possam ter recursos para viabilizar as ações aqui em Serra e toda região. Então, isso pra nós é uma perspectiva importante do ponto de vista do futuro agora aprovado, que a gente pense e possa colocar na prática e as próximas políticas tenham um pouco mais a cara da sociedade civil.Como aqui em Serra já temos ações, já temos dentro do governo pessoas também com essa mesma perspectiva, com o exemplo da Secretaria de Agricultura familiar, a gente acredita que aqui em Serra pode estar avançando muito mais que outros municípios porque já temos ações mais direcionadas para área. Então a gente somando as ações do governo federal com a perspectiva prática de dentro do município de Serra talhada, nós acreditamos e estamos animados para que os próximos anos possamos estar avançando nessa temática (Coordenador Geral do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Acreditar em planos, políticas e programas públicos como solução para todos os problemas parece ser a retórica das ONGs voltadas para a convivência com o semiárido

atualmente, trazendo para o âmbito do Estado uma referência simbólica de alternativa, mesmo que baseada no discurso em que a cara do governo do Estado não tem o mesmo efeito que a cara da sociedade civil. No Brasil, os programas de ação pública estão sendo realizados através da integração de vários níveis de governo e de agentes não governamentais, no contexto de um sistema de relações intergovernamentais e de parcerias com a sociedade civil. A implementação do programa ou da política modifica o seu desenho original, pois ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação em que os implementadores que fazem a política fazem segundo suas próprias referências (ARRETCHE, 2001).

No nosso campo de estudo o fazer política parece se reduzir a uma política partidária em que a implementação do Plano se torna ilusória, desviando toda a história da sociedade civil para uma outra forma de fazer política. A sociedade civil aqui tem uma trajetória política peculiar, envolvendo um processo de sindicalização rural importante para o semiárido pernambucano e ONGs conceituadas no âmbito da convivência com o semiárido e da agroecologia. A fim de compreender as condições implícitas na produção do discurso da convivência com o semiárido em Serra Talhada, precisamos remontar este processo, institucionalizado no Plano Municipal de Convivência com o Semiárido. Vejamos o próximo ítem do nosso capítulo.

## **2.2. Os movimentos sociais e o sindicalismo rural no município de Serra Talhada**

No senso comum o município de Serra Talhada é visto como terra do cangaço, do banditismo e do coronelismo. Lampião nasceu em Serra Talhada. Escutar na rádio local ou ler nos jornais e principais blogs da região notícias de assassinatos em série, envolvendo disputa política e desavenças familiares<sup>93</sup>, se torna evento recorrente na região. Neste cenário se deparar com uma trajetória relevante dos movimentos sociais torna nosso campo empírico extremamente sedutor, para entendermos como se deu este processo na construção de sua história. Organizações não governamentais conceituadas operam no município de Serra Talhada e entorno. É em Serra Talhada que está localizado o Pólo Sertão Central da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE), que atende 14 municípios da região: Betânia, Calumbi, Cedro, Custódia, Flores, Mirandiba, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Terra Nova, Triunfo e

---

<sup>93</sup> Sobre esse noticiário ver: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=serra-talhada;>  
<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/tres-pms-sao-presos-por-integrar-grupo-de-exterminio-no-sertao-de-pe.html>

Verdejante. Foi em Serra Talhada que nasceu e viveu um dos personagens centrais para os movimentos sociais da região: Manoel Santos; que passou de agricultor para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, da FETAPE, da CONTAG, para a secretaria rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), chegando como dirigente-fundador do Partido dos Trabalhadores - PT de Pernambuco e deputado estadual; até a sua morte, em 2015.

O cenário político de Pernambuco, com destaque para o município de Serra Talhada, já foi apontado como *locus* privilegiado de investigação sociológica na pesquisa de Bordalo (2011), trazendo para discussão não só a tradição sindical da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, como a emergência de um dos primeiros movimentos de mulheres rurais do país em 1982 – o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Sertão Central – ligado ao Pólo Sindical Sertão Central da FETAPE, situado no município de Serra Talhada, sede do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. No entanto a pergunta central sobre as condições implícitas da formação do movimento sindical no município de Serra Talhada ainda permanece e vai se tornando cada vez mais clara no decorrer da nossa pesquisa de campo.

Por imposição da própria lógica da pesquisa uma visão mais elucidativa foi sendo construída, com base na relação das ONGs que trabalham a convivência com o semiárido na região, com os movimentos sociais e a Igreja, que constituíam os alicerces institucionais do discurso da convivência com o semiárido: a sociedade civil, de acordo com a teoria específica (SILVA, 2006; DINIZ, 2007). Não é por acaso que as trajetórias de vida de algumas lideranças locais são muito parecidas e têm origem na comunidade cristã, representada pela Diocese de Afogados da Ingazeira. É este espaço que parece conter as raízes dos movimentos sociais e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região. O esforço da Diocese no “crescimento” de toda uma sociedade é apontado pelo Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira em entrevista realizada e se configura no interesse de uma educação de base, com referência ao Movimento de Educação de Base, o MEB<sup>94</sup>. Com o intuito de atingir as populações do meio rural através de uma programação educacional capaz de “neutralizar” a difusão de ideologias que desviavam o espírito cristão, as escolas radiofônicas funcionavam

---

<sup>94</sup> O MEB foi criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e apoiado pelo Governo Federal (Decreto 50.370, de 21 de março). A intenção foi desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas em regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Ficou a cargo do Governo a disponibilização da rede de emissoras filiadas à Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC). O Programa teria a duração de cinco anos e visava executar um programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola e promoção social, além de contribuir para a organização das comunidades do entorno das escolas radiofônicas como forma de preparação da reforma de base relacionada com a estrutura agrária do país (RAPÔSO, 1985; FAVERO, 2006). De acordo com Rapôso (1985) as principais características dos primeiros objetivos do MEB eram a utilização de um meio não convencional de programa educativo e o fato de se constituir com base em um diálogo da Igreja católica e o Estado, na intenção de uma reforma de base. Neste caminho o MEB estaria se direcionando para uma oposição às ideologias incompatíveis ao espírito cristão.



como meio eficiente de alcance, aproveitando as emissoras católicas já existentes (RAPÔSO, 1985).

*Bom, eu diria que na nossa região aqui que eu chamo Pajeú, tem uma história interessante de participação e também teria uma história interessante de colaboração entre a Diocese, a Igreja e os movimentos sociais. Basta dizer que quase todos os sindicatos dos Trabalhadores Rurais da nossa região nasceram dentro da comunidade cristã, né, era também um tempo difícil... Então o apoio da Diocese era muito importante para que as coisas pudessem caminhar, crescer. Também houve uma participação grande no movimento de Educação de Base, o MEB (Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, entrevista realizada em junho de 2015).*

A Rádio Pajeú<sup>95</sup> foi a primeira emissora do Sertão de Pernambuco. Implantada pela Diocese de Afogados da Ingazeira em 1959 uma educação e consciência política foram estimuladas, de acordo com o Bispo da Diocese:

*Com as escolas radiofônicas aqui desde o começo da Diocese, é... que a Diocese tem 57 anos, 58, o Bispo fez questão de ter uma rádio, até hoje a Radio Pajeú é a mais antiga aqui do interior do Estado. E um dos elementos era justamente a formação dentro de uma perspectiva de educação global da pessoa. Foi por causa disso que uma das primeiras coisas que aconteceram depois do Golpe Militar foi o fechamento da Radio Pajeú. Mas essas escolas, mesmo tendo funcionado por pouco tempo, elas conseguiram, assim, criar uma certa consciência. Quando eu cheguei, já faz quase 40 anos atrás aqui no Sertão, então tinha também uma equipe que percorria as comunidades, as Paróquias, chamadas de Educação Política. É... que também ajudou bastante nessa formação de uma consciência política dentro da nossa região. Dizem os que vem de fora que o Pajeú se caracteriza por esta consciência mais viva, vamos dizer assim, mesmo do ponto de vista político. E nisso eu acho que teve uma fecunda colaboração entre a própria Diocese, a Igreja, e a sociedade. Nós temos no momento um grupo chamado Fé e Política dentro da Diocese que se interessa justamente por todos esses contatos, esses trabalhos até de apoiar as iniciativas de outras organizações, incentivar, estimular. No momento, é... nós estamos trabalhando um pouco o tema do desmatamento dentro de um grupo de trabalho que reuniu cerca de 12 entidades, associações, movimentos, esse povo...(Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, entrevista realizada em junho de 2015).*

Nesse sentido, percebe-se que a formação de uma consciência política constituía o interesse da Diocese; por uma formação oriunda das ações do MEB, um processo de conscientização das camadas populares poderia ser orientado, através de uma educação de base entendida como processo de autoconscientização das massas e uma consciência crítica da realidade, capaz de possibilitar uma educação para mudanças (RAPÔSO, 1985). É interessante ressaltar que final da década de 50 e início da década de 60 do século XX teve início no Brasil, com o amadurecimento do processo democrático, experiências inovadoras na área de cultura e educação. Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, a aprovação do Plano Nacional de Educação em 1962, e do

<sup>95</sup> De acordo com o site da Rádio, a Rádio Pajeú de Afogados da Ingazeira foi implantada em quatro de outubro de 1959 e foi a primeira emissora do Sertão de Pernambuco (<http://www.radiopajeu.com.br/portal/historia/>)

Plano Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura, em 1963, criaram condições para se repensar a educação de adultos no Brasil. A sinalização dada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek na abertura do II Congresso Nacional de Educação de Adultos realizado no Rio de Janeiro, em 1958, traria o enfoque para uma educação que suprisse a exigência profissional de uma sociedade moderna, com o desenvolvimento de programas educacionais que visavam contribuir para a formação e mobilização política das massas, comprometidas com o projeto político populista vigente (RAPÔSO, 1985; FÁVERO; FREITAS, 2011).

Vale destacar que durante o Governo de Kubitschek a colaboração entre a Igreja e o Estado, sobretudo na região Nordeste, se dava através de uma Igreja progressista e inovadora, com base na intervenção do governo federal e nos esforços da Operação Nordeste, na difusão de uma ideologia da ordem e da segurança como estratégia para reduzir as desigualdades econômicas e sociais e impulsionar o desenvolvimento. Nesse sentido entre um episcopado católico em defesa da SUDENE e uma posição contrária à disseminação do comunismo, no caso representado pela ação das Ligas Camponesas; e um episcopado católico que passava por um processo de ruptura com os papéis tradicionais em colaboração com os setores mais progressistas do populismo<sup>96</sup>, uma aproximação com o movimentos das “classes dominadas” era orientado, em prol de uma educação transformadora na luta pelas reformas de base. Com a crise econômica dos anos subsequentes da euforia do Governo Kubitschek e o rompimento do pacto populista com as classes populares, uma crise das esquerdas se configurava, e novas lideranças começavam a se destacar representando a transição entre o populismo como cooptação e o popular como participação, com as eleições de 1960 e 1962 - com Djalma Maranhão, em Natal; Mauro Borges, em Goiás; e Miguel Arraes em Pernambuco (FAVERO, 2006).

Este era o contexto político que se encontrava a relação da Igreja e o Estado no Brasil e no Nordeste antes da Ditadura Militar; em meio a antagonismos que constituíam as bases dos debates sobre que educação seria necessária no contexto de uma ideologia nacional-

---

<sup>96</sup> Segundo Wanderley (1984), o populismo dos setores dominantes estimulou a mobilização política de setores populares da sociedade civil. O cenário político do campo se configurava na ação dessas camadas, sacudido pelas Ligas Camponesas, pelas greves dos Sindicatos Rurais, pelo processo de sindicalização rural e pela politização dos Movimentos Estudantis. O populismo deste período foi representado pelos Governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) com uma série de medidas que se não implantadas, levadas para discussão. A reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista para o campo foram temas de campanha do governo de Jânio Quadros (1961), culminando em uma comissão de estudo para elaboração de um projeto de alteração da estrutura fundiária do país, que seria uma das bases para a posterior elaboração do Estatuto da Terra. As reformas de bases teriam o apoio do Governo de João Goulart, com foco na reforma agrária. No princípio de 1962 a sindicalização rural é regulamentada. No final de 1962 surgiu a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA). O Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado em 1963 pelo Congresso Nacional. A proposta de extensão dos direitos trabalhistas no campo mencionada por Getúlio Vargas desde 1954 foi aprovada em 1963. Ou seja, este período pré-Golpe Militar foi de uma riqueza tremenda, representada pelo desenvolvimento das primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores do campo. Dessa forma se configuraria um terreno populista que abria espaço para a polarização de posições, criando as bases da fragilidade do governo para o início do Golpe Militar (MEDEIROS, 1989).

desenvolvimentista, para as iniciativas dos movimentos de cultura popular, entre os quais podem ser destacados: Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife, 1960; “Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler”, em Natal, 1961; Centros Populares de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes, em 1961; Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em 1961; Campanha de Educação Popular (CEPLAR), na Paraíba, em 1962; e o Sistema de Alfabetização Paulo Freire, que inovou radicalmente os conceitos e os métodos de alfabetização (WANDERLEY, 1984; RAPÔSO, 1985; FÁVERO; FREITAS, 2011).

De acordo com Favero e Freitas (2011), com o método Paulo Freire esses movimentos traziam uma nova forma de entender a alfabetização, com expressa dimensão política em uma perspectiva de conscientização. Além da produção teórica do Padre Henrique Vaz, o Sistema Paulo Freire<sup>97</sup> foi fundamental como orientação teórica e metodológica assumida por este conjunto de movimentos, que têm no MEB papel decisivo de penetração no meio rural, sendo referência no apoio à sindicalização rural no início dos anos de 1960 (FAVERO, 2006). Nesse sentido, uma mudança mais firmada de orientação das ações da Igreja poderia ser agora identificada, sobretudo na região Nordeste, referência chave do Episcopado brasileiro, com destaque à Arquidiocese de Olinda e Recife, na figura de Dom Helder Câmara<sup>98</sup>, e à Diocese de Afogados da Ingazeira, na figura de Dom Francisco Austragésilo<sup>99</sup>.

*Diria que a nossa Diocese é nova. Pouco mais de 50 anos, 58 anos. Ela, desde o começo, vamos dizer assim, ela começou num momento interessante, um momento histórico interessante. Ela começou no tempo do Concílio Vaticano II que para Igreja foi um grande evento que mudou um pouco os rumos, um pouco não, muito os rumos. O Concílio Vaticano II acatou alguma coisa, algumas ideias que já vinha de mais longe, entende, assim, o início do século passado é que dentro da Igreja estava crescendo o interesse cada vez maior para com as causas sociais, sobretudo diante de um fenômeno interessante, a industrialização; e das consequências negativas dessa industrialização na vida dos mais pobres. O Concílio fez um documento dizendo que queria dentro dessas lutas populares se colocar ao lado dos mais frágeis, dos mais fracos, é... para ajuda-los nas suas reivindicações. É... então nós tivemos o Encontro dos Bispos aqui mesmo nesta casa, e o segundo bispo foi nomeado em 61. É o Dom Francisco Austragésilo de Mesquita Filho. Passou 40 anos como Bispo da Diocese até 2001. Ele era uma figura ímpar realmente, um homem de altíssima cultura, mas ao mesmo tempo sabia conversar de forma muito simples com o povo. Ele casou por assim dizer as causas do povo do sertão, sobretudo dos agricultores. Já citei que foi dentro desse seio da Igreja que nasceu, nasceram os sindicatos dos trabalhadores rurais aqui na região. Muitas lideranças políticas atuais também nasceram um pouco nesse tempo (Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, entrevista realizada em junho de 2015).*

<sup>97</sup> Paulo Freire foi fundador do Movimento de Cultura Popular de Recife.

<sup>98</sup> Dom Helder Câmara foi vice-assistente do secretariado da Ação Católica Brasileira (ACB) em 1947 e Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife entre os anos de 1964 e 1985, em plena época do governo militar. Importante liderança que contribuiu para a criação da CNBB, pela qual foi secretário geral por doze anos, e trouxe para suas ações sociais um estilo moldado pelos documentos do Concílio Vaticano II, em que uma opção pelos pobres foi privilegiada.

<sup>99</sup> Dom Francisco Austragésilo foi bispo de Afogados da Ingazeira entre 1961 e 2001 e importante liderança para Serra Talhada e região, atuando junto às ONGs, movimentos sociais e sindicais.

De acordo com Favero (2006) o Concílio Vaticano II<sup>100</sup> teria um papel paradigmático na discussão de uma Igreja servidora e pobre como inspiradora das ações do MEB<sup>101</sup>. Após passar por uma série de redefinições<sup>102</sup>, as orientações do MEB passam a assumir uma perspectiva mais revolucionária oriunda da Ação Popular<sup>103</sup>, já em meados de 1962, e voltada, sobretudo, para a organização dos trabalhadores rurais. Assim, uma dedicação aos mais pobres constituiria uma orientação renovadora do MEB com base na libertação das pessoas, em uma posição de apoio - e não responsável - à sindicalização rural; entendida como complementação da educação de base. Na entrevista realizada com o Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, pudemos identificar este processo de mudança de orientação, movimentado por uma espécie de autoconsciência perante as reações violentas do Golpe Militar, que fez com que o Episcopado tomasse uma posição – que deslegitimava a aliança com o Estado, de acordo com Wanderley (1984) -, com o argumento de salvaguarda do seu papel evangélico dentro da sociedade. A evangelização em massa parecia ser o caminho para evitar o avanço do comunismo (NOVAES, 2001).

*Realmente houve uma mudança, é... eu acho que alguns fatos provocaram a mudança, é... Um fato interno, eu já citei o Concílio Vaticano II que foi criando uma nova presença vamos dizer assim da Igreja dentro da sociedade. A Igreja vivia muito, vamos dizer, acuada dentro da sociedade apoiando quem tivesse a frente. Depois disso ela reavivou a sua própria autoconsciência do seu papel específico dentro da sociedade, um papel evangélico. Foi quando se começou se começou a falar, por exemplo aqui no Brasil de evangélica opção preferencial pelos pobres. Inclusive esta evangélica, o adjetivo foi o próprio Dom Francisco*

<sup>100</sup> O Concílio Vaticano II foi um evento realizado pela Igreja Católica de importância fundamental para sua reflexão global. Convocado no dia 25 de dezembro de 1961 pelo Papa João XXIII e realizado durante quatro sessões que terminaram no dia 8 de dezembro de 1965. Para Favero (2006) juntamente com a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1963), as encíclicas sociais do Papa XXIII, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) e as mensagens sociais da CNBB (1962 e 1963), assim como o 1º Plano Pastoral de Conjunto (1962), foram os principais eventos que contribuíram para fixar uma nova orientação para a Igreja Católica no Brasil, redefinindo o MEB e direcionando suas ações para as organizações de trabalhadores rurais. Neste processo a atuação do Papa XXIII foi decisiva, passando por recomendações do Plano de Emergência de 1962 elaborado pela CNBB, que tinha como finalidade organizar a ação pastoral da Igreja e mobilizar os católicos para participar da solução dos grandes problemas econômico-sociais. A promulgação das duas grandes encíclicas sociais *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) confirmavam as linhas mestras da Doutrina Social da Igreja, voltando-se para os temas: socialização e desenvolvimento dos países de Terceiro mundo e colaboração e paz entre as nações. Através do Concílio Vaticano II os horizontes de pensamento da Igreja começavam a abrir para o compromisso de colocar a Igreja a serviço dos pobres, reunindo bispos católicos de todo o mundo e observadores de outras Igrejas em Roma para estudar o diálogo entre cristãos e da Igreja Católica e o mundo moderno. Daí acontece na seção de encerramento do Concílio, em 1965 o Pacto das Catacumbas, em que a Igreja assume o compromisso de ser “a Igreja dos Pobres”.

<sup>101</sup> De acordo com Favero o MEB se fundamentou a partir da Ação Católica Brasileira, na relação entre um prática e um discurso teórico que redefiniu o MEB sob os moldes de um movimento de educação popular. A Ação Católica foi um movimento social formado por um catolicismo social e progressista no começo do século XX, formalizada por Pio XI em meados dos anos de 1920. Na década de 1930 o movimento já estava estabelecido por toda Europa e sobretudo na Itália, em um movimento generalizado das massas (KADT, 2007). No Brasil a Ação Católica se desenvolveu conforme os padrões italianos compreendendo cinco movimentos de jovens; Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC); e três movimentos de adultos: Ação Católica Independente (ACI), Ação Católica Operária (ACO) e Ação Católica Rural (ACR) (FAVERO, 2006). Destes movimentos a Juventude Universitária Católica (JUC) se inclinava para uma posição mais revolucionária por possuir um caráter político radical criticado no âmbito da Igreja, com a aproximação de alguns membros com os ideais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e com a União Nacional dos Estudantes (UNE) (SILVA JUNIOR, 2014). Em decorrência do Golpe Militar alguns movimentos da Ação Católica foram desativados e o MEB foi redefinido novamente como “movimento de Igreja”, vinculando-se aos Bispos Diocesanos (KADT, 2007).

<sup>102</sup> Para termos noção da complexidade em que se estruturam os objetivos do MEB, sua primeira proposta se limitou em uma educação de base compreendida na alfabetização e na catequese de uma hierarquia católica. Com a influência dos leigos assume uma perspectiva mais aberta de uma ação educativa ampla oriunda dos movimentos populares (KADT, 2007).

<sup>103</sup> Principalmente a partir de 1962 o grupo ampliado da JEC e da JUC define um projeto político embasado nas transformações radicais da estrutura social com a ascensão das massas ao controle do poder político, inconformados com as injustiças sociais (FAVERO, 2006).

*que na CNBB, isso eu soube depois quando eu entrei... Quando a gente resolveu uma série de discussões que tava havendo entre dois grupos, vamos dizer, com esse adjetivo. Porque aí não haveria mais nenhuma confusão com outras opções preferenciais para os pobres. E assim por diante. É... Outro fato que aconteceu foi externo. Foi o Golpe Militar que provocou a Igreja do Brasil a tomar posição porque no começo, pelo que eu li, eu não participei desse momento assim do começo. E cheguei aqui em 76. (Vamos lá). No começo o Episcopado até apoiou o Golpe como uma saída vamos dizer provisória de uma situação não clara. Mas logo, logo, justo depois do AI5, né, em 68, começou a reação, quando se viu que o que devia ser um movimento provisório para resolver uma situação, é... específica, estava se tornando uma coisa permanente com características de uma truculência, de uma violência institucional muito pesada. Então a Igreja... Então eu acho que foram esses dois fatos que ajudaram a mudar ... E isso não aconteceu só no Brasil. Ainda esses dias a beatificação de Dom Oscar Romero Salvador, lá também aconteceu a mesma coisa. Uma pessoa tranquila, vamos dizer assim, que não tinha tanta preocupação ou pelo menos, suscitava??? Com o mundo popular. Quando houve o assassinato de um grupo de padre lá da UCA, da Universidade dos Jesuítas é... também tinham outras pessoas junto com eles, aí parece que isso fez com que tomássemos consciência da gravidade da situação. Então esses fatos que obrigam, vamos dizer assim, o episcopado a se confrontar com eles. E agora, o que é que vamos fazer? E foi nesse momento que, no Brasil, a CNBB se voltou para as causas populares. E foi por isso acusada de tudo que se podia acusar (Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, entrevista realizada em junho de 2015).*

Com uma opção preferencial pelos pobres a Diocese de Afogados da Ingazeira tinha na figura de Dom Francisco Austragésilo um representante à altura da Igreja e do que o contexto acima descrito estava direcionando, através de um profeta que parecia agir em torno de uma posição política de esquerda, com a utilização de um meio de comunicação em massa eficaz para o meio rural: a rádio. Com a fala do Bispo Diocesano Dom Egídio podemos refletir sobre o que está implícito na formação dos sindicatos da região, a propósito das noções de Bourdieu que explicam a gênese do discurso público, proveniente de um profeta que dizia no lugar do grupo, do grupo de trabalhadores rurais, o que o grupo não podia dizer ou não queria dizer. A palavra profética, neste sentido, materializa a forma da palavra “direita”, aquela advinda do interior da Igreja, que invocava o ideal coletivo, uma moral coletiva que trazia o “melhor” conforme as exigências formais do grupo, daquilo que ele pensava de si mesmo (BOURDIEU, 2014).

*Então ele tinha essa preocupação. Ele chegou a estudar e se formar em direito com a finalidade de ter condições de defender melhor as causas dos pobres. Ele chegou até a exercer, vamos dizer assim, a profissão de advogado em algumas causas que ninguém queria assumir. Ele tinha uma grande atenção a isso e obviamente ele falava muitas vezes por semana na Radio Pajeú e todo mundo escutava. Ele foi criando uma consciência, foi criando opinião e todo mundo escutava, vamos dizer, 95% porque gostava daquilo que ele dizia, do seu jeito assim, firme. E 5% que era a oposição porque precisava saber o que ele dizia pra poder também se defender de alguma forma. Não foi por acaso que ele, já durante a vida, mas principalmente depois da morte, em 2006, ele foi chamado o Profeta Pajeú, realmente ele era uma voz em momentos que o povo não tinha muita voz. Era uma voz muito forte em defesa das causas populares aqui na nossa região. Não só... não só na nossa região, mas vamos dizer assim no Nordeste como um todo, por exemplo, houve um tempo em que quem quisesse falar sobre os problemas do semiárido, os projetos do governo em relação a isso, é... no tempo se falava ainda de combate à seca e hoje... uma palavra que hoje pra gente já é uma coisa*

*superada, ele era a referência. Até as televisões procuravam ele pra poder falar sobre o assunto.* (Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, entrevista realizada em junho de 2015).

É nessa base de um discurso oriundo da Igreja Católica, que nascia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, em 1975<sup>104</sup>; no ninho da Ação Católica Rural (ACR)<sup>105</sup> surgida a partir de 1965 pela Arquidiocese de Olinda e Recife, que tinha como foco o mundo rural e os processos de organização e sindicalização rural (SILVA, 2012), a Diocese de Afogados da Ingazeira assumia esse papel na região do Pajeú. Dessa forma uma consciência política seria estimulada; nascida dentro da cultura da Igreja Católica e capaz de reproduzir lideranças centrais para o município - como no caso do Deputado Estadual Manoel Santos – representando os trabalhadores e trabalhadoras rurais (que na época era a categoria vigente) de Serra Talhada. Esse seio também deu origem a organizações não governamentais importantes, com destaque para o CECOR, Centro de Educação Comunitária Rural.

*A primeira coisa é saber que nós tavamos, os movimentos surgiram na ditadura militar, onde sobretudo nós não tínhamos poderes nenhum de fazer convênio, de fazer alguma coisa, então, e a Igreja católica sobretudo a Diocese de Afogados da Ingazeira nos dava muita força, Dom Francisco dava muita força a gente em todos esse processo. Então os movimentos sociais aqui da região, dos sindicatos, havia todo o incentivo, na verdade um incentivo papal que orientava a igreja a trabalhar, a ajudar a fundação de sindicatos até em contraponto também ao Chamado Comunismo, né. Até a Igreja em combate ao comunismo começou a trabalhar suas próprias organizações também, formação de sindicato, formação de pessoas pra trabalhar em um sindicato que não fosse comunista, e era uma coisa meio contraditória, mas era assim. Então a partir disso começou-se as Igrejas Católicas, sobretudo, criar alguns grupos de estudos e ia pras comunidades, aproveitava e discutia a importância do sindicato, criando essas organizações e isso foi muito forte no início, ta certo, essa influencia grande da Igreja e no fundo, depois, com o tempo, a partir dos anos 80 sobretudo, anos oitenta e poucos, alguns convênios internacionais que não podiam ser feitos para o governo municipal, se fazia via igreja, a Igreja era permitida fazer convenio internacional. Então a Igreja fazia e com esses convênios aproveitavam mesmo sendo administrados pela igreja repassava para o movimento sindical fazer trabalho de formação, de quadro, de orientação, todos os trabalhos. Então teve isso inclusive não só o sindicato, mas as ONGs também, deu origem. Pronto, o CECOR, a origem do CECOR é o PECOR, que era um projeto de apoio comunitário rural que era feito pela Igreja, pela Diocese. Alguns veículos, por exemplo, meio Toyota, que o Sindicato de Serra*

<sup>104</sup> A década de 60 foi fundamental para os processos de sindicalização rural no Brasil, sobretudo a partir da sua regulamentação, em 1962. No caso do Nordeste, pelo impacto das Ligas Camponesas, os conflitos tomaram um rumo generalizado em um enfrentamento entre trabalhadores e proprietários na luta pelos direitos, com destaque ao Estado de Pernambuco: região em que as greves assumem proporção significativa mobilizando cerca de duzentos mil trabalhadores da cana no período, com apoio do governo do Estado, representado por Miguel Arraes. Para uma representação dos trabalhadores rurais, diferentes forças políticas entravam em disputa, tais como o PCB, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica, não só os setores considerados progressistas, mas também os conservadores da Igreja. Neste processo a Igreja teve um papel importante de organização e mobilização popular, a partir de 1960. O Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte (SAR) também teve sua contribuição, através do setor de sindicalização rural, com uma intensa campanha de sindicalização, utilizando-se da rede de emissoras controladas pela Igreja. A partir daí surgiram o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, a Equipe de Sindicalização Rural da Paraíba e a Equipe de Sindicalização da Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina, no Piauí, e o Serviço de Orientação Rural de Alagoas. Em 1961 o MEB, discutido acima foi criado. Os Círculos Operários também orientavam a sindicalização nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. As Frentes Agrárias no Rio Grande do Sul. Enfim, constitui-se uma série de entidades orientadas pela CNBB com um interesse comum: a de criação de um sindicalismo cristão contrário às lutas de classe e ao comunismo, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária mediatizada pela imposição de um tipo de concepção da Igreja local. Nesse contexto surge uma organização de leigos que formam a Ação Católica Brasileira, através dos segmentos da JUC e da JEC. Com certo grau de autonomia quanto à orientação da hierarquia da Igreja esses setores criaram a Ação Popular, organização propriamente política voltada para a organização de operários e camponeses nos processos de sindicalização rural (MEDEIROS, 1989).

<sup>105</sup> No Brasil nos anos de 1961 as declarações da CNBB sobre a situação do meio rural brasileiro recomendam a formação da Ação Católica Rural (ACR), a Juventude Agrária Católica (JAC masculina) e a Liga Agrária Católica (LAC masculina) como estratégia de se contrapor às Ligas Camponesas, que representava a ação comunista no campo (PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL, 2013).

*Talhada teve, o carro, foi comprado, tinha o projeto e comprado, era em nome da Igreja. O carro, não era em nome do Sindicato (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Nesse sentido a formação cristã<sup>106</sup> significou o berço dos movimentos sociais da região do Pajeú, oriunda da Ação Católica, Ação Católica Rural (ACR), Pastorais da Juventude, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), lideranças centrais do movimento sindical e das organizações não governamentais foram se desenvolvendo.

*É, veja, as pessoas que trabalham em algumas dessas ONGs todas elas nasceram, vamos dizer, se formaram dentro, dentro da comunidade cristã. Eu tenho 79, 79 eu já tava aqui, nós começamos na Diocese, e foi o Bispo que assim incentivou, quando nós chegamos éramos três padres italianos bem novos, nem 30 anos tinha ainda e ele disse logo, eu gostaria que vocês trabalhassem em dois setores, a pastoral juvenil e a pastoral vocacional, porque nós precisamos de padres, não temos, realmente no tempo não tinha e a pastoral juvenil porque nós precisamos de preparar gente para o amanhã. Então organizamos em nível diocesano é... no tempo chamava PJMP, a Pastoral da Juventude do Meio Popular. Era um dos ramos assim da Pastoral Juvenil e não tínhamos multidões. Talvez... Vamos dizer que tivesse na Diocese uns 50 grupinhos. Mas eu ainda encontro depois de 35 anos encontro muitas pessoas que dizem eu participei da PJMP. E hoje são pessoas que trabalham no sindicato, pessoas que trabalham nessas associações, pessoas que entraram na política, pessoas que trabalham nos conselhos comunitários, nas associações... alguns se tornaram até padres... Então foi um movimento, é... que criou realmente lideranças (Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, entrevista realizada em junho de 2015).*

Nesse sentido estes antecedentes nos ajudam a pensar no processo de formação do sindicalismo rural na região, especificamente em Serra Talhada, que se torna palco da ação dos movimentos sociais e ONGs direcionadas para a organização do trabalhador rural na busca de alternativas ao problema da seca. O Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR-1994) nasce de um Projeto da Diocese de Afogados da Ingazeira denominado PECOR, Projeto de Educação Comunitária Rural, da década de 80, que apoiava os movimentos sociais. A Diocese funcionava como intermediária entre as ONGs ou associações

<sup>106</sup> Na década de 1968 acontece a aplicação do Vaticano II para a América Latina na Conferência de Medellín, na Colômbia, que convoca a implementação da Justiça e da Libertação como base de um novo jeito de ser da Igreja, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), influenciada pela Teologia da Libertação, a opção preferencial pelos pobres e a retomada dos métodos da Ação Católica. Neste mesmo ano, em 1968, inicia a Pastoral dos Pescadores, em Olinda/PE, mas só é reconhecida nacionalmente em 1976, com a ajuda de Dom Hélder Câmara. Em junho de 1975 é constituída a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia (GO), para se colocar a serviço dos camponeses, especialmente contra a ação dos grileiros. Em 1976 é constituído a Pastoral Operária (PO), que contribuiu com a organização de um sindicalismo desatrelado do Estado. A Pastoral da Juventude Rural (PJR) nasceu em 1983 e se articulou nacionalmente só em 1988. De acordo com a CPT (2013), a PJR tem suas origens na Ação Católica Especializada (ACE), especialmente à JAC, criando condições para a retomada do trabalho com a juventude camponesa, promovido especialmente pela Pastoral da Juventude do Sul e PJMP no nordeste brasileiro. Da primeira surge a PJMR em 1983 e da segunda, a PJMP-R e a PJMRP (Pastoral da Juventude do meio Rural Popular) na mesma época e ainda, o trabalho feito pela Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas (EFARA), na Bahia, com apoio da ACR, a partir de 1984. Na década de 60, a Frente Agrária da Igreja Católica também deu sua contribuição à formação da PJR. Com o interesse em combater o avanço das Ligas Camponesas e incentivar o sindicalismo rural, fundou o Sindicato Rural ou Patronal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. É interessante ressaltar que a sede do sindicato funcionava com atendimento médico e odontológico, enfatizando seu caráter assistencialista através do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado em 1963. A ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural ou Ação Católica Rural -, fundada em 1965, em Pernambuco, pelo Padre José Servat, com o jornal "Grito do Nordeste" - também atuava na organização sindical e em favor da reforma agrária (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2013).

e entidades internacionais, agências de Cooperação Internacional. De acordo com o bispo diocesano, era uma mediação que servia como garantia de que a ONG teria um caráter de seriedade com o aval da Diocese.

Dessa forma podemos nos referir às discussões de Bourdieu (2014) para fomentar uma reflexão sobre este processo. O fato é que a inicialização dos sindicatos e das ONGs na região de Serra Talhada teriam na Diocese de Afogados da Ingazeira uma força oficial e reconhecida, que encarnava a moralidade da instituição, fundamentada em uma crença que parece funcionar como mecanismo que automatiza a garantia daquilo que se pretende negociar.

*O CECOR ele surgiu dum Projeto da Diocese de Afogados da Ingazeira que também tinha uma atuação nessa região. Na época dos anos 80 havia muita dificuldade dos movimentos sociais em conseguir recursos para garantir a atuação aqui. Então a Igreja Católica era uma possibilidade bem real na época, no final da ditadura militar de se conseguir recurso. Então a gente tinha projetos em várias outras regiões também, tinha projetos com a Igreja Católica que apoiava os movimentos sociais: movimento sindical, as pastorais da juventude que tinha uma força muito grande na época. Então a Igreja Católica era um guarda-chuva, digamos assim, que a gente conseguia recurso da Cooperação Internacional pra apoiar e fortalecer esses movimentos. E daí a ONG e CECOR foi um passo meio natural(...)Então, como eu falei o CECOR vem da Igreja Católica, da Diocese de Afogados da Ingazeira. Como eu participava da Pastoral da Juventude, chegar ao Projeto foi um passo porque o Projeto que era chamado de PECOR que é Projeto de Educação Comunitária Rural que também era apoiado pela Cooperação Internacional, principalmente instâncias da Holanda ligada à Igreja Católica. Então quando nós começamos a identificar que o Projeto precisaria ter vida própria, pensar em outros financiadores, outras linhas, outras metas, e ter uma ação muito mais voltada já pra aproximar naquela época, das tecnologias alternativas(...) Isso foi no ano de 93, 1993. O nosso Bispo que apoiou a construção desse projeto, o Dom Francisco, já tava bastante doente também, já não conseguia fazer muito mais, nós tínhamos medo também, uma vez na Diocese, como seria a continuação do projeto. E aí decidimos em comum acordo com o Bispo de criar a ONG que até o nome ficou parecido, a letra C, e mudou de Projeto para o Centro, que tornou-se ONG. Em 1994 conseguimos os primeiros projetos. Vamos fazer 20 anos agora. Estamos fazendo 20 anos agora. (...)Foi uma continuação do trabalho aqui em 6 municípios em volta de Serra Talhada. O PECOR também já atuava nessa área aqui desde os anos 83. Os anos 80 foram anos de uma seca muito forte nessa região, 5 anos de seca. Então o Projeto da Diocese apoiava o movimento de causas (?) particulares para se organizarem pra tentar de alguma forma escapar do problema da seca. Então foram quase 10 anos de projeto. Aí em 93 começou o processo da criação da ONG. Começou a funcionar em 94. Então o CECOR foi a continuação, de alguma forma, das ações que já aconteciam, só que agora com o foco em ações mais de convivência com o semiárido, na época nós falávamos em tecnologias alternativas, mas depois foi tomando essa dimensão e o conceito foi também transformando-se em convivência com o semiárido, como é nossa missão ainda hoje (Sócio-fundador e coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

A partir desse ponto iremos afunilar nossa reflexão para o entendimento dos processos que contribuíram para a construção do discurso da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada, que parece fazer referência ao histórico das *Tecnologias Alternativas*, abordado nos próximos capítulos. Esta referência implicou em deslocar nosso olhar para um formato precedente, que conseguimos acessar através das entrevistas, trazendo os movimentos



sociais como componente essencial na luta simbólica que observamos no nosso campo de estudo. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido eles se posicionariam como fiduciário, organizado, estruturado por uma crença originada da trajetória dos movimentos sociais, carregados de um poder simbólico sacerdotal: “*detentor do monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação*” (BOURDIEU, 2004, p.120). A salvação seria a mitigação dos efeitos da seca a partir de outro modo de pensar e agir, a partir de uma luta política e simbólica pela manipulação de uma nova visão de mundo, colocada em prática sob formas mágicas que se faziam reais pela crença, obtendo efeitos reais na ação (BOURDIEU, 2004).

*Shana. E pra você, assim, como que surgiu essa temática da convivência com o semiárido? Coordenadora local. É, eu acho que tiveram momentos que foram cruciais pra isso, né, que foram momentos anteriores a esse conceito, né, que foi a discussão de como, de como é que a gente ia mitigar esses efeitos, né, e aí isso foi a partir um pouco dessa coisa, de pensar..., o combate à seca, né, e que uma das linhas eram as chamadas frentes de emergência. E as frentes de emergência trabalhavam justamente nessa, nessa linha das obras que eram inclusive, que eram de interesse político. O pessoal construía os açudes das obras de emergência dentro dos latifúndios e aí, os movimentos sociais, eles começam, eles começam a pensar como é que a gente podia interferir politicamente nesse processo, de modo que nesses momentos de seca, né, as frentes de emergência por exemplo, elas tivessem voltadas realmente pra convivência com esse ambiente. E não apenas pra construção dessas estruturas que não serviam, que não eram permanentes, era de pensar processos mais permanentes, né, que pudessem apontar instrumentos, elementos, iniciativas que permitissem realmente que as pessoas conseguissem enfrentar esses momentos de estiagem. E aí surge, por exemplo, teve o Fórum Seca, que eu acho que é dos anos 90, que foi um movimento anterior a ASA, inclusive. O Fórum Seca pensava justamente as políticas de convivência com o semiárido já nesse período. E aí pensava, teve embates... O Fórum Seca foi antes da candidatura do Lula... Eu sou ruim de história, em que ano foi... Mas eu lembro do lançamento do Fórum Seca, foi em Serra Talhada e Lula teve presente, mas nessa época ele ainda era uma liderança sindical, eu não lembro se ele já era deputado nessa época, mas enfim... Eu sei que ele teve aqui, nessa história do lançamento do Fórum Seca. Que ano foi... essa, Shana, eu tenho que ir pros inscrites, tenho que perguntar a Marcos Figueiredo... (...) E aí a invasão da SUDENE, que inclusive a invasão da SUDENE foi pensada pelos mesmos grupos que fizeram esse movimento de criar o Fórum Seca. A partir desses movimentos que acontece a invasão da SUDENE com o convite ao superintendente a permanecer no recinto, pra não dizer que foi um sequestro, né. Mas e aí eu acho que essa história da convivência com o semiárido ela se inicia com esses processos, né, de luta, que é dos movimentos sociais, que é principalmente do movimento sindical dos trabalhadores rurais, aqui na região. O movimento teve uma presença, uma importância muito grande nesse processo porque a partir dele, né, que isso vai se fortalecendo, vai se dando... Se a gente fosse pensar de quem que é esse discurso da convivência com o semiárido...(...) O discurso de fato... porque claro, essa é uma, esse é um, eu acho, o conceito, assim, como o conceito da agroecologia é um conceito acadêmico, né, apesar da essência vir dos agricultores, vir dos povos que estão no semiárido, o conceito é acadêmico, né... Então eu acho que as Organizações Não governamentais, elas tiveram um peso muito grande de pensar isso e de fazer valer também (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2014).*

O Fórum Seca – realizado em maio de 1991 em Serra Talhada - representa o embrião prático dessa disputa, o campo onde a discussão sobre alternativas à questão da seca se desenvolve e demanda de capital político entre definições concorrentes que se tornam

cúmplices em um interesse comum: se contrapor ao discurso até então dominante, o combate a seca. Mas o que está implícito neste esforço é o que procuramos analisar; sob a forma de um paradigma, a convivência com o semiárido se torna retórica dos movimentos sociais, das ONGs, da academia e do Estado, capaz de efeitos reais e ações de cunho mobilizatório diante de um cenário controverso de seca – que têm na ocupação da SUDENE um ato legitimador - dotados de *forças muito desiguais na luta simbólica para construir a visão do mundo social legítimo, e para impô-la como universal* (BOURDIEU, 2014, p. 65). É neste espaço que encontramos o Estado. Mas sobre ele vamos discorrer mais adiante. Por enquanto discorreremos sobre os antecedentes do Fórum Seca em Serra Talhada.

### **2.3. A descrença do combate à seca no município de Serra Talhada: do problema da seca ao problema da política**

Historicamente a seca tem provocado inquietações e mobilizado forças sociais diversas, especialmente no sertão. A literatura da convivência traz muitos estudos nesse sentido, a exemplo da ocupação da SUDENE em 1993, após uma seca intensa que assolou o Nordeste e fez com que centenas de trabalhadores rurais exigissem providências do Estado para amenizar a situação da população (DUQUE, 2008); mas passam despercebidos os laços históricos e sociais que somam forças para o enfrentamento dos momentos críticos de seca, em particular, momento que um quadro institucional se impunha a um processo de disputa. Conforme artigo da FETAPE, de comemoração aos 40 anos de sua existência, no período de 1979, quando uma grande seca atingiu a região, os trabalhadores começaram a entrar em conflito com as políticas de emergência do governo na Ditadura Militar, em particular relativas à construção da barragem de Brotas – Afogados da Ingazeira-PE, em 1973. Assim, ante as consequências dessa seca que durou cinco anos, a primeira mobilização dos trabalhadores se deu no Polo Sindical do Pajeú desencadeando uma série de passeatas e atos públicos em vários municípios, reivindicando medidas que iam desde trabalho em obras comunitárias e concessão de crédito para os pequenos agricultores, ao alistamento de mulheres e jovens nas frentes de emergência<sup>107</sup>. Na década de 80, por volta de 1985, os

---

<sup>107</sup> O Programa de Emergência implementado entre 1979 e 1984 foi marcado por redefinições. Desde 1979 as críticas ao Programa provenientes da Igreja Católica e dos Sindicatos Rurais denunciavam tanto a apropriação de recursos públicos pelos grandes proprietários quanto a situação de miséria dos trabalhadores. Nesse formato as Frentes de Emergência funcionavam como fortalecimento das benfeitorias das propriedades, na medida em que utilizavam a mão-de-obra dos flagelados na construção de obras hídricas, públicas e comunitárias, estradas vicinais, prédios públicos e calçamento, plantio de culturas de subsistência, a partir das alterações realizadas em 1981 pela SUDENE (CAMPOS, 2004). Segundo a autora, este período foi marcado por um aumento considerável no número de obras hídricas por conta da mão-de-obra das frentes.

problemas eram as cheias do Submédio São Francisco e Sertão Central que estimularam reivindicações dirigidas ao governo, no sentido de amenizar as consequências da “seca verde” (1987) e combater as distorções dos programas governamentais (FETAPE, 2006).

A década de 1980 foi referência para o movimento sindical da região do município de Serra Talhada, com a fundação do Pólo no Sertão Central da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). No Encontro realizado no Centro Social da FETAPE, em Serra Talhada, a fundação do Pólo é trazida em um formato integrado, com as decisões discutidas em conjunto pelos diretores dos sindicatos, envolvendo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, Mirandiba, São José do Belmonte, Calumbi, Betânia, Cedro, Custódia e Floresta (apoio). Nesse contexto foram fundadas em Serra Talhada quatro delegacias sindicais, Caiçarina, Pedra Ferrada, Ema e Boa Vista. Na época as discussões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Serra Talhada se voltavam para as consequências da Barragem do Jazigo, referentes às famílias atingidas; assim como para a problemática da seca, envolvendo reivindicações às autoridades. Nesse momento iniciava uma série de mobilizações sobre a seca; o Pólo Sertão Central começou a funcionar como espaço de encontro entre os sindicatos e delegados com assembleias e discussões visando denúncias, reivindicações e concentrações públicas (BOLETIM INFORMATIVO, PÓLO SERTÃO CENTRAL, 1981).

Os encontros deste período foram sistematizados pelo Boletim Informativo do Pólo Sertão Central (1981). Abaixo trazemos uma sistematização das formas de mobilização dos trabalhadores rurais:

Quadro 6. Mobilizações dos trabalhadores rurais do Pólo Sertão Central, 1981.

<b>Formas de mobilização</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Participantes</b>	<b>Assunto</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Treinamento para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais	FETAPE/INCRA	Sindicatos dos Pólos Sertão do Araripe, Sertão do Pajeú, Sertão Central, Submédio São Francisco	Contabilidade Sindical	6 a 10 de abril de 1981	Centro Social da FETAPE em Serra Talhada
Encontro de Fundação do Pólo Sertão Central	FETAPE	Sindicatos de Mirandiba, São José do Belmonte, Calumbi, Serra Talhada, Betânia, Cedro,	Fundação do Pólo Sertão Central no município de Serra Talhada	28 a 29 de agosto de 1980	Centro Social da FETAPE em Serra Talhada

		Custódia Apoio: Sindicato de Floresta, do Pólo Submédio São Francisco			
Encontro dos Delegados do Pólo	FETAPE	32 delegados de base de todo o Pólo, dos seguintes sindicatos: São José do Belmonte, Custódia, Mirandiba, Triunfo, Serra Talhada, Serrita, Betânia	Exposição do sistema político atual, apresentação da parceria pelos trabalhadores rurais, confronto da realidade com a lei da parceria, atrelamento sindical	17 a 19 de julho de 1981	Centro Social da FETAPE em Serra Talhada
Encontro para discutir a seca e a situação de insegurança do trabalhador rural	FETAPE e CONTAG	Pólo do Sertão Central: Sindicatos de Terra Nova, São José do Belmonte, Triunfo, Tupanatinga, Custódia, Cedro, Betânia, Serra Talhada, Calumbi;  Pólo do Sertão do Araripine: Sindicatos de Parnamirim, Sítio dos Moreiras, Ipupi, Ouricuri, Exu, Araripina;  Pólo do Sertão do Pajeú: Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Tabira;  Pólo do Submédio São Francisco: Floresta e Petrolândia	Enviar telegrama ao Presidente da República; realizar assembleias públicas em cada município	22 e 23 de julho de 1981	Centro Social da FETAPE em Serra Talhada
Encontro do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais do Sertão sobre o programa de obras públicas do Governo do	FETAPE	Pólo do Sertão Central: Sindicatos de Terra Nova, São José do Belmonte, Triunfo, Custódia, Cedro,	Plantão de trabalhadores nas prefeituras exigindo o alistamento; audiência com Governador do Estado para apresentar	14 e 15 de outubro de 1981	Centro Social da FETAPE em Serra Talhada

Estado		<p>Betânia, Serra Talhada, Calumbi;</p> <p>Pólo do Sertão do Araripipe: Sindicatos de Trindade, Parnamirim, Ipubi, Ouricuri, Afrânio, Santa Maria da Boa Vista, Araripina;</p> <p>Pólo do Sertão do Pajeú: Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Sertânia, Tabira, Iguaraci;</p> <p>Pólo do Submédio São Francisco: Floresta</p>	reivindicações, concentração em Recife na frente do Palácio do Governador, caso as reivindicações não sejam atendidas		
Encontro de Replanejamento do Pólo	Equipe de Educação do Pólo	<p>Dirigentes sindicais e 600 trabalhadores rurais de Serra Talhada, Triunfo, São José do Belmonte, Flores, Calumbi, Betânia, Cedro, Custódia, Mirandiba</p>	<p>Comunicar resultados das audiências com o Governo do Estado;</p> <p>Comunicar adiamento da Concentração em Recife, Preparar relações nominais dos trabalhadores necessitados para encaminhar ao governo do Estado</p>	23 de novembro de 1981	Centro Social da FETAPE em Serra Talhada
Encontro Interestadual sobre a problemática da seca no Nordeste	-----	<p>Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;</p> <p>Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte</p>	Fortalecimento da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e trabalho; trocar experiências acumuladas na luta desses anos com relação à política de combate às secas posta em prática pelo Governo; encaminhar formas de luta comuns aos trabalhadores de todo o Nordeste, visando garantir o cumprimento pelo Governo das	27 a 30 de julho de 1981	Fortaleza - Ceará

			reivindicações		
Assembléias públicas	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sertão Central de Pernambuco	Sindicatos dos Trabalhadores rurais de Betânia, São José do Belmonte, Custódia e Serra Talhada	Protestar contra o Projeto de Construção de Obras Públicas e reivindicar a reativação do Plano de Emergência voltado para construção de obras comunitárias com a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores rurais em todas as suas fases: elaboração, implantação, execução, fiscalização, etc.	8,9 e 1 de agosto de 1981	As assembléias foram conduzidas nos municípios dos Sindicatos de Betânia, São José do Belmonte, Custódia e Serra Talhada

No Encontro Interestadual para discutir o problema da seca no Nordeste os trabalhadores se posicionam, denunciando as políticas de combate às secas conduzidas pelo Governo:

*Denúncia: Toda a política de combate às secas adotada pelo Governo, que mobiliza enorme soma de recursos públicos quer seja na construção de barragens, na irrigação, no fortalecimento da pecuária ou ainda nos programas de emergência, tem conduzido ao fortalecimento da atual estrutura de uso e posse da terra, tem favorecido ao grande proprietário – latifundiário ou empresa rural – tem aumentado ainda mais a concentração da renda e da terra nas mãos de uma minoria.*

*Posição: O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais é CONTRA o Programa de Obras Públicas porque: 1. Afasta o trabalhador rural da sua roça; 2. Emprega menos da metade dos que estavam alistados no Programa da Emergência, a maioria dos trabalhadores rurais continua passando fome; 3. A manipulação político-eleitoral vai ser muito maior, isto é, os prefeitos só alistam os que se comprometem a votar nele; 4. O programa, em vez de beneficiar os trabalhadores rurais, vai apenas aumentar o lucro das empresas públicas ou privadas contratadas para construção das obras (BOLETIM INFORMATIVO, PÓLO SERTÃO CENTRAL, 1981, p. 08).*

A Assembleia pública promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada reuniu cinco mil trabalhadores e contou com a participação de vários sindicatos e autoridades, como o Bispo Diocesano Dom Francisco Austragésilo, o representante do Prefeito e representantes do PMDB e do PT. Os trabalhadores protestaram contra o projeto de obras públicas e reivindicaram a reativação do Plano de Emergência voltado para construção de obras comunitárias, de forma que os trabalhadores alistados continuem trabalhando nas

suas próprias roças. A construção da Barragem do Jazigo era uma das pautas da discussão na Assembleia.

Na seca que assolou a região Nordeste entre os anos de 1979 e 1984 o cenário local é marcado de um lado por políticas governamentais de combate à seca, pautadas nas grandes obras públicas e no Plano de Emergência; e por outro, pela “luta” dos trabalhadores rurais organizados pelos sindicatos e pela FETAPE, no Pólo do Sertão Central. Saques nos mercados locais e feiras públicas, exclusão de mulheres do alistamento das frentes de emergência, expulsão dos trabalhadores das fazendas, desativação do Programa de Emergência. Vale lembrar que Roberto Magalhães havia sido eleito governador de Pernambuco em 1982<sup>108</sup>, ano em que as Frentes de Emergência teriam passado a ser intermediadas pelas prefeituras, possibilitando maiores falhas e corrupção, de acordo com Abreu e Lima, 2003. A seguir recortamos trechos de jornais da época que foram arquivados pela FETAPE para demonstrarmos a gravidade da situação.

*Diário de Pernambuco. Recife, terça-feira, 24 de maio de 1983. Trabalhadores saqueiam a Cobal de Serra Talhada<sup>109</sup>. Trezentos e cinquenta trabalhadores rurais desempregados e famintos que residem neste município invadiram, ontem, às 10 horas, o principal armazém da Cobal – Companhia Brasileira de Alimentos -, desta cidade, dali retirando gêneros alimentícios depois de saciarem a fome no próprio interior do depósito. (...) Os policiais, portando cassetetes e armas de fogo, deixaram que os trabalhadores consumissem o saque sem adotar nenhuma atitude de represália e nem violência. Quando eles iam saindo do depósito, entretanto, foram convidados a comparecer à Delegacia de Polícia. Ali, após ouvir os camponeses, o delegado mandou que se dirigissem à Sede da prefeitura local. Os trabalhadores disseram ao delegado que haviam saqueado o armazém porque estavam desempregados e com fome há vários dias. A maioria fora despedida do Programa de Emergência, desativado pela SUDENE desde o início do ano quando começou a chover nesta região. (...) Já na sede da Prefeitura, os lavradores repetiram a mesma conversa e o prefeito Sebastião Andrada Oliveira, irmão do Deputado Inocêncio Oliveira, garantiu que levaria o problema ao Governo do Estado e que dentro de três dias tentaria, com ajuda do governador Roberto Magalhães, abrir frentes de serviços para absorver a mão-de-obra ociosa do município. O prefeito garantiu que não agiria com violência para reprimir a fome, mas que não ia permitir que ocorressem novas invasões na cidade. (...) O Secretário da Prefeitura confirmou que além do prefeito ter feito a comunicação ao professor Roberto Magalhães, endereçou um apelo ao superintendente da SUDENE, Walfrido Salmite, solicitando imediatas providências para o retorno do Programa de Emergência ao município, “única maneira de evitar novos saques e invasões ao comércio local”, afirmou.*

***Sindicalista já havia advertido a SUDENE.***

*Manoel Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, responsabilizou a SUDENE pelas ocorrências de ontem neste município do Sertão Central de Pernambuco, onde o desemprego, com a desativação do Programa de Emergência, tem levado ao desespero milhares de famílias anteriormente alistadas e que dependiam daquele plano do Governo Federal. (...) Assegura que a situação vai se agravar muito mais, à medida que o resto*

<sup>108</sup> Miguel Arraes (PMDB) teve maior cotação nominal em todo Nordeste para Deputado Federal, e Jarbas Vasconcelos (PMDB) teria conquistado segundo lugar na votação.

<sup>109</sup> É importante destacar que de acordo com Abreu e Lima (2003) que em julho de 1982 o município de Serra Talhada já teria sido invadido, e o presidente do Sindicato, Manoel Santos, preso: *Em julho desse mesmo ano, camponeses esfomeados invadiram a cidade de Serra Talhada. A polícia, imediatamente, prendeu o presidente do sindicato, querendo saber quem estava orientando os camponeses para aquela atitude. Manoel Santos respondeu que sabia e completou: “- É a fome”. A polícia não desistiu e continuou: “- Há envolvimento político”? Ao que ele respondeu: “- Há. É o envolvimento do prefeito, dos vereadores, dos deputados, que não fazem o que deveriam estar fazendo”. Ele acabou sendo solto, pois nada havia que o incriminasse.*

do feijão e do milho for se acabando pois muitos camponeses guardaram os cereais para comer neste período de seca. O estoque vai dia-a-dia indo embora e, dentro de 60 dias, caso o Governo não abra novas frentes de trabalho, esse contingente rural passará a invadir as feiras e desta vez não serão apenas 350 pessoas, mas 15 a 20 mil famintos que estão ociosos no campo e na periferia da cidade”. (...) Ontem, ele lamentou o saque ocorrido no armazém Cobal e disse que a invasão só não foi maior porque os trabalhadores são pacíficos e não querem provocar violência. Manoel Santos, por outro lado, denunciou a construção de algumas obras (barragens) que foram construídas pelos trabalhadores inscritos nos “bolsões” já desativados e que estão prestes a desabar caso as chuvas retornem ao município. São obras construídas sem muito “critério” técnico, feitas a “toque de caixa”. Caso arrombem essas barragens muitas propriedades serão invadidas pelas águas. A única vantagem que ofereceram foi absorver 95% do contingente desempregado, “mas mesmo assim estamos correndo o risco se elas forem levadas pelas águas”, disse (ANEXO C).

**Diário de Pernambuco. Recife, sexta-feira, 24 de junho de 1983. SUDENE exclui mulher da emergência. SERRA TALHADA.** Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município, tendo à frente o presidente Manoel José dos Santos e o tesoureiro Osias Alves de Souza, respectivamente, endereçaram ontem, um memorial ao Superintendente da Sudene, Walfrido Salmito Filho, solicitando algumas alterações no Programa de Emergência estabelecido para esta região do Sertão Central de Pernambuco, que estaria em desacordo com o interesse de milhares de camponeses locais. (...) Manoel Santos e Osias Alves sugerem, no memorial encaminhado a Walfrido Salmito, que as mulheres também tenham vez nos alistamentos, pois as que ficaram de fora do programa em Serra Talhada, são quase todas arrimo de família e autênticas donas-de-casa, substituindo seus maridos após a viuvez, muitas das quais com inúmeros filhos para alimentar e educar. Sugerem, igualmente, que idêntica oportunidade seja dada aos camponeses de 14 anos de idade, que são órfãos de pai. (...) Denunciam, os dirigentes sindicais de Serra Talhada, que centenas de outros trabalhadores estão sendo excluídos da programação de obras públicas nas comunidades urbanas, depois de “expulsos” das fazendas por conta da seca que vem aumentando o drama dos proprietários rurais há cinco anos. Ao despedirem essa leva de sertanejos de suas terras, os latifundiários alegam que não há o que fazer no campo onde as colheitas se perderam em consequência da falta de chuvas. “Banidos para as cidades, ali também não encontram emprego pois a preferência, para as obras públicas, recai nos operários da construção civil, mais especializados. Os trabalhadores rurais, então, são obrigados a pedir esmola ou invadir as feiras públicas, para não morrer de fome, pois não encontram onde e como trabalhar, como desejam”, afirma Manoel Santos (ANEXO D).

**Diário de Pernambuco. Recife, terça-feira, 28 de junho de 1983. Técnico pressiona trabalhador rural. SERRA TALHADA.** Os trabalhadores rurais deste município e das cidades de Verdejante, Terra Nova, Serrita e Cedro, no Sertão Central de Pernambuco, denunciaram, ontem, alguns engenheiros que estão administrando o Programa de Emergência nesta região e que pertencem aos quadros do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), sediado em Salgueiro. A denúncia foi feita através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada e do Movimento Sindical Rural, comandado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Segundo as denúncias, além dos sofrimentos que os camponeses estão enfrentando com a prolongada estiagem que há cinco anos vem assolando toda a região sertaneja, dizimando as principais culturas de subsistência das famílias rurais, determinados engenheiros do DNOCS estão agindo com “mão de ferro” e cometendo uma série de arbitrariedades contra os alistados no Programa de Emergência (ANEXO E).

**Diário de Pernambuco. Recife, segunda-feira, 15 de agosto de 1983. Seca.** No seu pronunciamento, o deputado sertanejo Inocêncio de Oliveira faz um relato do quadro desesperador que a região registra: “O quadro é desesperador a que está submetida a população nordestina: lavouras destruídas, rebanhos dizimados, desemprego, fome, miséria, morte de crianças, até mesmo adulto por inanição, migração em massa. Nas capitais dos Estados, índice de desemprego, construção civil praticamente parada, diminuição do comércio, crise na atividade industrial, propagação do comércio de camelo (subemprego), inadimplência geral. São mais de 1050 municípios em estado de emergência, com cerca de 1.060.000 alistados nas frentes de trabalho e cerca de 3000 carros-pipa fornecendo água às populações, quando na verdade havia necessidade de alistamento de mais de três milhões de rurícolas. (...) Acabo de retornar do Sertão de Pernambuco, mais especificamente da região do Pajeú, onde há cerca de dois meses as lideranças políticas, eclesiais, empresariais,



*enfim, todo o povo vem aclamando por assistência, chegando ao ponto do bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, Dom Francisco Austragésilo de Mesquita, dizer: “São 150 mil rurícolas desempregados. Sem conotação política e sem violência sou favorável ao saque de armazéns e supermercados, pois é melhor do que cair com fome” (ANEXO F).*

Diante do quadro descrito observa-se que entre a seca da década de 80 e o alcance político conquistado a partir dos processos de sindicalização rural, uma trajetória complexa foi percorrida demandando a mediação de entidades que concorriam pelo monopólio da representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A Igreja Católica aparecia como ator significativo nesta situação de tensão em que os trabalhadores estavam submetidos às consequências das secas, em um momento que coincide com a busca de novas formas de dependência e de proteção. As relações sociais que estariam sendo recriadas tinham como fundamento uma dimensão política; organizados em sindicatos os agricultores poderiam ter uma voz e uma vez nos espaços políticos, representados por uma liderança local e, sobretudo, por uma instituição, desempenhando um papel estruturante para que “*a voz do trabalhador rural*” tivesse vez.

Com o entendimento de Dom Francisco Austragésilo, da própria prefeitura do município de Serra Talhada e do Governo do Estado, os saques ocorridos em Serra Talhada (e outras regiões do Nordeste) se tornaram oficiais. E o formato deles reproduziram formas e oportunidades de legitimar as estratégias de organização. O período da seca de 1979-1984 começou a ser referência deste processo, não só em Serra Talhada, mas em outras cidades e Estados do Nordeste (CAMPOS, 2004). Os saques que aconteceram na região, a luta das mulheres nas frentes de emergência, a luta do Travessão de Caiçarina da Penha, a luta da Barragem de Serrinha, caracterizaram uma história de luta dos trabalhadores em oposição ao governo, orientadas pela ação de alguma liderança local, envolvendo os sindicatos, a FETAPE, e a Igreja. A seguir vamos exemplificar cada uma delas para podermos chegar em um embasamento sociológico no qual elas se enquadram como bases para a convivência com o semiárido.

Já entre os anos de 1982-1983<sup>110</sup> as mulheres iniciaram um movimento de organização em meio às insatisfações perante as Frentes de Emergência, representadas por uma liderança importante para o município de Serra Talhada, Vanete Almeida<sup>111</sup>. A inclusão nas frentes se tornou uma espécie de referência para a visibilidade das mulheres dentro dos sindicatos e da

<sup>110</sup> Em 1982 foi a primeira reunião, de acordo com Bordalo (2011).

<sup>111</sup> Vanete Almeida não era trabalhadora rural, mas era uma liderança conhecida que atuava junto a setores da Igreja Católica, nas CEBs, e junto ao grupo de oposição sindical que encontrava abertura na região do sertão nos anos 80. No fim de 1970, começo de 1980, foi convidada por Euclides Almeida de Nascimento, na época diretor da FETAPE, para se tornar assessora da FETAPE no Pólo Sertão Central realizando o trabalho de organização sindical na região (ROBALO, 2011).

dinâmica política da década de 1980, com destaque para o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR – SC), ligado ao Polo Sindical Sertão Central da FETAPE, no município de Serra Talhada (BORDALO, 2011). Articuladas aos sindicatos “combativos”, a luta pela participação de forma igualitária nos sindicatos impulsionaria uma oposição aos sindicatos denominados “pelegos” e transformaria a luta “das mulheres” em outra forma de fazer política, o que Jalil (2013) chamou de “política vivida”, em que as mulheres passam a questionar, propor e pensar a ação do Estado. Os sindicatos combativos seriam parceiros à demanda das mulheres dentro de uma proposta menos hierarquizada de estrutura sindical e a mediação de alguns assessores (homens) foi determinante neste processo, com destaque para o papel de Manoel Santos (BORDALO, 2011; JALIL, 2013).

Para Jalil (2013) é nesse contexto que as formas de organização dos sindicatos começavam a ser questionadas levando a uma reorganização do sindicalismo rural, com destaque a uma política mais ampla envolvendo o crescente movimento de oposição sindical, em que a FETAPE também começava a encontrar oposições internas, contribuindo para o surgimento de novas lideranças, a exemplo do Deputado Manoel Santos. Este debate é até hoje discutido no âmbito dos processos sindicais da região. Em Serra Talhada a presença de dois sindicatos – STR e SINTRAF - marcam diferentes trajetórias dos agricultores familiares do município e está relacionado a um interesse político eleitoral, de acordo com informações do dirigente da FETAPE de Serra Talhada.

*Na verdade isso é um debate forte, a ser discutido, hoje do ponto de vista jurídico propriamente dito só existe um sindicato se eu pegar as últimas decisões, o SINTRAF na verdade existe um SINTRAF regional, não é simplesmente o de Serra, que é chamado regional, que abrange todo o sertão central, e que inclusive atualmente está com as portas fechadas em Serra Talhada, até essa semana já tentei localizar onde que está a sede dele e não localizo. (...) Em tese o regional tem como sede a cidade de Flores, que também tá fechado, mas os outros municípios... engraçado, os municipais que tem a subsede municipais tão funcionando. É uma coisa bem contraditória, porque os grandes centros, quem fundou o SINTRAF na região foi um rapaz chamado Luiz Heleno que era do nosso sindicato Sindicato dos Trabalhadores de Flores, perdeu a eleição e claro não aceitou o resultado da eleição do ponto de vista que não teve apoio dos trabalhadores e aproveitou pra criar uma estrutura própria pra fazer sua política, porque ele era vereador, então tentou criar essa estrutura regional e nessa estrutura foi se criando micro dissidentes nos municípios. Então eles estão funcionando aqui em Triunfo por exemplo, nós temos aqui em Triunfo, agora tem um...agora a pouco fundaram um, não como sindicato, acho que na verdade me parece mais uma associação. Mas como tem o nome SINTRAF, o pessoal chama sindicato, (...) o SINTRAF eu nem sei onde é que funciona aqui, mas tem uma pessoa também que é formada por um ex-diretor do Sindicato de Triunfo, que também perdeu a eleição, saiu do sindicato, entendeu? Geralmente é alguém dissidente que também aproveita prá não ficar de fora do processo termina fundando a sua própria estrutura. Na verdade tentando tirar proveito político, a maioria dali. (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Tanto por causa das disputas travadas no interior dos sindicatos, quanto em virtude das disputas partidárias, o município de Serra Talhada começa a ser referência em uma série de movimentos para questionar as políticas que estavam sendo utilizadas no combate à seca e tem na seca de 1979-1984 um período marcante, em que as mobilizações conseguem espaço para o pronunciamento das lideranças locais, com a mediação dos sindicatos e da FETAPE. Além da posição central do município de Serra Talhada, entre municípios do Estado de Pernambuco e da Paraíba, o apoio do Sindicato aos processos mobilizatórios foi destacado pelo Dirigente da FETAPE, e seria fundamental para o alcance político desses movimentos por uma via reivindicatória de ações de políticas públicas.

*Bom, Serra Talhada sempre foi marcante, a gente sempre teve um... o sertão sempre puxou muito essas questões, e Serra Talhada não podia ser diferente. Primeiro que nós tínhamos as grandes lideranças sindicais, por exemplo, Manoel Santos foi presidente do sindicato de Serra. E nós tivemos naquele período, desde o início um movimento sindical muito forte, claro. Serra Talhada, uma cidade polo, puxava também essa questão sindical e também por coincidência também, a gente pode falar do movimento sindical, então os sindicatos começaram algumas lutas de convivência, inclusive na plena ditadura, nos anos 82, 83. Nos anos de grande seca 79, 82 Serra Talhada já tinha umas grandes ações, grandes mobilizações foram feitas, inclusive com dirigentes sindicais sendo ameaçados, inclusive sendo até presos pelo regime militar por ter incitado a ordem pública né. (...) Manoel chegou a ser pré-presos, Antonio Marcos de Afogados da Ingazeira chegou a ser também. Nessa questão o Zé Rodrigues, presidente da FETAPE chegou também em Serra Talhada a ser voz. Na verdade não chegou ... o pessoal... fecharam e terminaram liberando. Mas, tem um monte de ações que foram feitas iniciais. Grandes ações, bem (...)até, 82, 79, 82, inclusive acompanhando as obras, já tentando fazer com que as coisas acontecessem.*

*Shana. Mas como você explica Serra Talhada ter essa história sindical, com essas lideranças tão fortes?*

*Dirigente. Na verdade, talvez pela necessidade do povo que é muito grande. O que nós temos em Serra Talhada, é o centro, na verdade, é o meio do Estado de Pernambuco, centro, e um ponto de eclosão, exatamente porque juntava. E uma coisa interessante é porque como Serra Talhada é a sede, a grande sede do polo da região, não só de Pernambuco, aqui também é uma grande intersecção com o município da Paraíba. Se você pegar Serra Talhada hoje apresenta mais de 25 cidades. A Paraíba tem como fonte alimentadora Serra Talhada, de manutenção. Toda essa região não vai pra Serra. E a pobreza também, essa parte, também que aqui nos tamos na divisa da Paraíba, aqui em Triunfo. Aqui em triunfo a 200 metros nós tamos na Paraíba. Então desce muita gente da Paraíba nesse processo. E também muita gente dessa região pra Serra, então, talvez a primeira ação nossa do sindical que você fala, foi exatamente essa correria. Serra Talhada foi onde aconteceu os primeiros saques na região Sertão. Os saques que era uma forma de resistência à questão da seca, porque as pessoas quando não tinham mais o que comer vinham pra feira, atacavam as feiras e por trás desse aumento numa forma não legalizada, o sindicato dava apoio a esses momentos, de reação dos trabalhadores no princípio, claro que o nosso primeiro passo nunca foi incentivar ninguém a fazer isso. Era ir atrás das autoridades públicas pra lhe darem condições, e não voltarem pra casa com fome, vir pra cidade em busca de alimento. Era procurar as autoridades. Então, uma das prerrogativas era exatamente isso, o pessoal vinha pra cidade em busca de alimento, porque a pobreza era enorme, hoje a realidade que nós vamos falar daqui a pouco era bem diferente, naquele tempo era terrível. Você não produzia e não tinha onde buscar, e não tinha nenhuma fonte, nenhuma política, nenhuma política de convivência, ou seja, você estava prestes a passar fome mesmo com sua família, então boa parte dos homens quando as coisas*

*não davam deslocavam pra São Paulo provocando, o que Bruno(?) mesmo chamou as viúvas da seca, né, que ia ficando embora os maridos iam embora pra procurar serviço pra manutenção da família. E as mulheres ficavam aqui com os filhos tentando sobreviver, e foi exatamente a partir disso também que criou uma grande luta, desculpa ta misturando um pouco, um novo rumo da luta também, que foi a luta das mulheres, entrou por aí nos anos 82, plena seca, a primeira fonte de organização de mulheres trabalhadoras rural do Brasil começa exatamente aí na luta pra que tivesse direito a se alistarem nas ações de emergência. Porque em tese só teria direito os homens, como boa parte dos homens, as mulheres, inclusive boa parte dos homens iam embora e não voltavam mais, as mulheres ficavam aqui em situação precária, então foi a luta pra o alistamento das mulheres nas ações de emergência, e daí surgiu o movimento de mulheres, e o movimento de mulheres surgiu exatamente a partir da luta da questão da seca. No ano de 82 nos achamos até aqui em Serra Talhada, coincidência.(...) 82, aqui em Serra Talhada. No Distrito de Caiçarina da Penha. Né, no município de Serra Talhada, no Distrito de Caiçarina da Penha, foi que começou essas primeiras organizações, essas primeiras lutas das mulheres, pra que tivesse o alistamento dessas mulheres e que foi criado uma turma especialmente de mulheres nesse distrito a partir dessa resistência junto ao exército que era quem fazia o alistamento, tivesse esse alistamento específico de mulheres pra que elas pudessem conviver com o semiárido, claro também isso uma, um braço de força do sindical. Foi o sindicato que incentivou e acompanhou todo esse processo. O Sindicato de Serra Talhada junto com Manoel Santos, que na época mais, presidente do Sindicato Manoel Santos, Raimundo Aquino e Vanete Almeida. Então eles foram as fontes iniciais que começaram essa batalha (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Os saques que aconteceram em Serra Talhada e entorno, a luta das mulheres nas frentes de emergência, a luta do Travessão de Caiçarina da Penha, a luta da Barragem de Serrinha: são todas formas de indignação ao governo que foram sistematizadas, embebidas por uma força política que conseguia chegar às autoridades. O Travessão de Caiçarina da Penha foi outro exemplo de “luta” contra um grupo de “grandes proprietários” criadores de gado, que começou no final da década de 70 culminando em uma Lei Municipal (Lei nº 613/86), aprovada na Câmara Municipal de Vereadores, no ano de 1986. A demanda dos trabalhadores rurais era para que se cercasse coletivamente uma área de cinco mil hectares, em que o gado dos grandes proprietários destruía as lavouras dos pequenos agricultores. Segundo Abreu e Lima (2003) a região deveria se tornar uma área de proteção coletiva passando a ser prioritariamente agrícola, após a proibição da entrada dos animais. O projeto envolveu cerca de 500 pessoas de oito comunidades, Saco da Roça, Cacimbinha, Conceição, Catolé, Macambira, Gama, Barreiros, Santana e Fuxica das regiões de Caiçarina da Penha e Tauapiranga, Serra Talhada, de acordo com Carta Aberta de 15 de janeiro de 1986 (ANEXO G).

A Carta Aberta denunciava uma série de ameaças, conduzidas por fazendeiros da região, insatisfeitos com a construção do Travessão, resultando no assassinato do Presidente do Sindicato, Raimundo Félix, que coordenava a luta entre os anos de 1977 a 1979. Com a

seca de 79 a 84 a luta do Travessão estava enfraquecida, ganhando fôlego a partir de 1985, com a volta das chuvas e o apoio da Igreja na pessoa do Bispo Dom Francisco Austragésilo de Mesquita, do Padre Afonso de Carvalho e do Padre Assis Rocha; e da própria Prefeitura do Município. Segundo Abreu e Lima (2003) conflitos semelhantes atingiam outras regiões, em que foram conquistados Travessões nos municípios de São José do Belmonte e Flores.

*Pronto, o Travessão Caiçarinha da Penha é uma dessas fontes, o que aconteceu. Com o tempo os grandes fazendeiros proprietários, tinham um grande número, uma grande quantidade de gado, os fazendeiros tinham muito gado, e os pequenos proprietários não tinha. O que acontecia, a regra era as avessa. O criador de gado soltava todo o seu gado, solto comendo tudo e os produtores pra poder plantar tinham que cercar. Como a terra era pequena eles não tinham condições de cercar, que geralmente era estreita e comprida, como toda pequena propriedade, ou seja, gastava muito e ainda não tinha condições financeiras, nem madeira pra cercar. Madeira que naquele tempo era madeira pra cercar. Ou seja, isso se ele plantasse, os animais dos fazendeiros comiam porque não tinha como cercar, aí começou uma briga contrária, porque quem tinha que cercar era quem criasse, não quem plantava, aí se discutiu durante muitos, muitos anos a resistência que era questão cultural, ainda é em boa parte dos municípios. Cultural no que se diz criar solto, além do mais tinha outro tipo de...*

*Shana. Mas que tipo de gado era?*

*Dirigente da FETAPE. Gado bovino, bovino mesmo. Caprinos e bovinos. Mas era mais muito bovino. Tinha uns caprino também. O que acontecia, além do mais o pessoal das regiões de Triunfo, de Santa Cruz que também criavam gado no período do inverno que é o período que eles precisavam plantar levava todo o seu gado pra lá. Porque aqui era plantio, iam plantar. Então tirava o gado todo daqui e jogava pra alguém que criava lá, ou seja, mexia e ele não tinha como produzir, então depois de muito debate, foi uma luta longa, de muita ameaça de algumas pessoas que chegaram a morrer no movimento sindical, inclusive um presidente do sindicato de Serra Talhada. A luta demorou mais de 10 anos, né, que culminou com uma lei que saiu no ano de 86, uma lei municipal que criou o Travessão, né, isso depois de muita batalha, muita ameaça, né, puxado exatamente por esses camponeses de Caiçarinha, e claro puxado, encampado pela direção sindical de Serra Talhada, pelas pessoas que eu já relacionei. Então eles foram batalhando, primeiro convencendo, depois teve que se elaborar um projeto, depois teve que fazer um estudo socioeconômico pra comprovar que era necessário viabilidade econômica (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Foi uma época conturbada e complexa. As consequências da seca traziam novas disputas por recursos. As instituições responsáveis pela sua coordenação seriam o foco das reclamações. Do conflito direto com os grandes proprietários para as “grandes” instituições, o combate à seca gerava conflito também no âmbito institucional e partidário. A *rubrica calamidades* teria um peso nesse processo de disputa. Colocamos mais trechos dos jornais do ano para exemplificar nossa reflexão:

***Diário de Pernambuco. Recife, sexta-feira, 26 de agosto de 1983. Andreazza lança hoje Programa da Cesta Alimentar. BRASÍLIA. Todos os governadores nordestinos participam, hoje, às 15 h, no Ministério do Interior, do lançamento do Programa da Cesta Básica Alimentar, em benefício dos flagelados da seca. São quase Cr\$ 10 bilhões, cuja liberação o ministro Mário Andreazza, o superintendente da SUDENE, Valfrido Salmito, e o presidente do BNDES, Luís Sande, pretendem anunciar, na presença também da bancada do PDS do Nordeste e dos presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente. Nilo Coelho e Flavio***

*Marcilio. Os recursos serão aplicados, ainda, na construção de 30 mil cacimbões na área flagelada. No Recife, o secretário especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dalari, informou que em menos de um mês o Governo deverá iniciar a venda das cestas de alimentos aos flagelados: 20 quilos de feijão, 15 quilos de arroz e 10 quilos de farinha. Ele participou da reunião, na SUDENE, com os Secretários de Planejamento e Agricultura do Nordeste, além de representantes da autarquia desenvolvimentista regional, da Cobal, Cibrazém, Sunab e da Comissão de Financiamento da produção. A SUDENE informou que estima entregar, mensalmente, cerca de 750 mil cestas (admitindo que cada família beneficiada tem hoje dois integrantes do Programa), mas esse número deverá crescer a medida em que novas levas de sertanejos forem sendo alistados nas frentes de trabalho. Os recursos, segundo o Sr. Milton Dalari serão retirados na “rubrica calamidades”, do Finsocial, a qual é administrada pela Secretaria Especial de Abastecimento e preços – SEAP (ANEXO H).*

**Diário de Pernambuco. Recife, terça-feira, 30 de agosto de 1983. Debates acirrados dominam a SUDENE.** Discursos fortes e até diálogos ríspidos entre governadores e representantes do Governo marcaram a reunião de ontem do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada ante uma expectativa de novos pronunciamentos sobre a seca, mas que derivaram para acirradas discussões sobre possíveis cortes no orçamento do Fundo de Investimento do Nordeste – Finor.

#### **Órgão coordena cestas de alimentos**

*A SUDENE é quem vai coordenar a aplicação da verba de Cr\$7,5 bilhões do Finsocial para o programa de cestas alimentares aos flagelados da seca do Nordeste, cabendo à SEAP, à Cobal e à CFP apenas a identificação dos estoques disponíveis, locais de armazenamento e condições de preços dos produtos. Numa reunião, ontem, com o superintendente da SUDENE, Valfrido Salmito, e o presidente do BNDES, Luiz Sande, que liberou a verba, os governadores do Nordeste decidiram que caberá aos órgãos estaduais, que estão executando o programa de emergência, a identificação das necessidades, inclusive no que diz respeito às quantidades de cestas oferecidas, de forma que o dinheiro circule na própria região, cabendo à SUDENE a coordenação dos recursos. A SUDENE ainda não sabe quanto a cesta de 20 quilos de feijão, 15 de arroz e 10 de farinha vai custar nem o número exato de famílias a serem beneficiadas com o programa. Mas o superintendente Valfrido Salmito estima que o preço não passará de Cr\$ 8 mil, devendo ser fornecidas, pelo menos, 800 mil cestas. (...) Dessa forma, a verba virá do BNDES para a SUDENE; os órgãos estaduais (EMATER, Batalhão de Construção do Exército e CODEVASF) vão identificar as necessidades de cada Estado, e enviam relatório à SUDENE que centralizará os pedidos com as informações sobre estoques disponíveis, liberando-os para cada agência estadual da Cobal para que efetue a compra e envie aos órgãos aplicadores do programa. Estes farão assim a sua distribuição. A SUDENE estima que no máximo, em três semanas, as primeiras famílias estarão recebendo a cesta, que será opcional ao alistado e cujo valor será descontado do pagamento do salário correspondente ao mês de setembro.*

#### **Governadores querem saber sobre liberação de verbas**

*Notícia publicada em revista de grande circulação nacional, dando conta de uma liberação de recursos aos bancos estaduais por parte do Banco Central e que beneficiou sobretudo os Estados de governos de partidos oposicionistas, levou o governador Roberto Magalhães a encaminhar documento, subscrito por todos os governadores do Nordeste ao presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE, pedindo esclarecimentos.*

#### **NOTA**

*Foi a seguinte a nota publicada na revista Veja, na seção Radar: “Numa decisão a ser referendada pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central deu uma prodigiosa injeção de dinheiro nos Bancos de Estados que estavam em dificuldades. A providência beneficiou sobretudo bancos estaduais de governos oposicionistas e destinou-se a salvar alguns de uma invejável quebra. O Banco do Estado de Goiás recebeu 61, 3 bilhões de cruzeiros. O do Rio de Janeiro, 25 bilhões. O Banco do Estado do Paraná e o de Minas Gerais receberam 5,5 e 1,1 bilhões. Nessa distribuição de recursos os Estados do PDS ficaram com pouco mais de 13 bilhões de cruzeiros, enquanto os bancos estaduais que pertencem aos governos de oposição (encarregados de tapar buracos recebidos do PDS, no caso do Rio, do PMDB), abocanharam 108, 4 bilhões de cruzeiros”. Posicionando-se a respeito do assunto, os governadores do Nordeste assinalam no documento que “jamais colocaram, neste Conselho, qualquer questão em termos partidários. Até porque seriam como são – contrários a discriminações partidárias quando estejam em jogo os interesses da coletividade”. Todavia, entendem não poder passar sem registro – e se for o caso – sem o seu protesto mais veemente, a distribuição desigual e*

*discriminatória de recursos por diferentes unidades da Federação. Em verdade, se confirmada a notícia publicada naquela revista, aos Estados do Nordeste caberá em menos de 10% da importância global alocada. Semelhante tratamento, quando a região está passando pelo quinto ano de estiagem, soa absurdo e insólito”, finaliza.*

**Documento é entregue a Salmito**

*O presidente da CONTAG, José Francisco, acompanhado por representantes das Federações de Trabalhadores Rurais de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Maranhão, compareceu, ontem, à reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, entregando ao Superintendente da Autarquia, Valfrido Salmito, documento contendo as reivindicações de cerca de 20 milhões de trabalhadores atingidos pela seca na Região. Segundo ressaltou José Francisco, o documento foi resultado do 3º Encontro Regional sobre a Problemática da Seca, realizado de 15 a 19 deste mês, em Teresina, Piauí, contando com a participação de 50 dirigentes sindicais do Nordeste. Trata-se de uma análise dramática da situação da população trabalhadora rural, após cinco anos consecutivos de seca e das medidas governamentais aplicadas na Região. “Reivindicamos medidas que visem à solução definitiva do problema da seca e que impliquem transformações na atual estrutura agrária injusta, concentradora de terra e de renda, através da reforma agrária com a participação dos trabalhadores rurais, acompanhada de mudanças na política agrícola e de irrigação, no sentido de que seja dada prioridade aos pequenos agricultores”, afirma José Francisco.*

*Dentre as medidas agrárias apontadas como indispensáveis pelos trabalhadores, destacam-se: a desapropriação das áreas úmidas e vazantes para serem distribuídas com os agricultores, a desapropriação, por interesse social, de áreas litigiosas e o assentamento imediato dos trabalhadores rurais nas áreas já desapropriadas. Eles exigem ainda, em caráter de urgência, a adoção de medidas ligadas à questão do crédito do seguro agrícola e do Programa de Emergência. “Apesar de serem apenas um paliativo, as frentes de serviço são indispensáveis em momentos críticos como o que os trabalhadores rurais vêm suportando nos últimos anos. Portanto, reivindicamos a inclusão no Programa de Emergência de todos os municípios atingidos pela seca com a criação de áreas de trabalho em todas as comunidades e de vagas suficientes nas frentes de serviço, devendo os trabalhadores serem liberados por ocasião das chuvas, sem prejuízo dos pagamentos até a colheita”, destaca o presidente da CONTAG. Referindo-se, ainda, ao Programa de Emergência, ele chama a atenção das autoridades para a necessidade de que sejam tomadas providências visando à correção das distorções atualmente verificadas na execução do programa (ANEXO I).*

Neste contexto, denúncias e reivindicações à SUDENE eram as bases das mobilizações. Por trás delas uma disputa política partidária era travada nos discursos assistenciais. A demanda dos trabalhadores, representados pelo presidente da CONTAG e representantes da Federação de Trabalhadores Rurais, se baseava na necessidade de correção às distorções dos programas emergenciais, considerados um paliativo indispensável nos momentos mais críticos. Além dos Programas Emergenciais, o interesse dos trabalhadores configurava uma dimensão mais estrutural, com medidas de transformações na estrutura agrária através da reforma agrária, acompanhada de mudanças na política agrícola e de irrigação voltada para os pequenos agricultores. Assim, entre denúncias e parcerias, a SUDENE representava o órgão competente para coordenação dos recursos federais, foco das ações reivindicatórias e meio de disputas políticas, em que o *Programa da Cesta Básica Alimentar* (1983) seria o instrumento assistencial negociado no período; e alvo de disputas e críticas que assumiam no âmbito das Igrejas, da CONTAG, da FETAPE, dos sindicatos e dos movimentos sociais, um caráter discriminatório.

A partir daí uma série de medidas marcantes para o município de Serra Talhada foram sendo conquistadas, envolvendo tanto ações assistenciais do Estado e construção de obras públicas, quanto os processos de *luta* dos trabalhadores rurais com a mediação do sindicato, da FETAPE e da CONTAG. O fato é que a década de 80 representou a frutificação de todo este processo que estava sendo impulsionado: em 1984 foi publicado o edital de construção do açude público “Serrinha”, gerando conflitos no final da década em torno do descumprimento do acordo firmado com o DNOCS, em 1988. O acordo envolvia o reassentamento dos atingidos pela construção da barragem, indenizações em atraso, ajustes de preços inadequados, etc. Diante desse contexto os trabalhadores, coordenados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela FETAPE, fizeram paralizações no canteiro de obras da barragem. De acordo com o “Manifesto dos trabalhadores rurais acampados no canteiro de obras da Barragem de Serrinha – Serra Talhada – Pernambuco” (documento assinado em sete de junho de 1988, ANEXO J), disponibilizado nos arquivos da FETAPE, a primeira paralização teve início no dia 1º de junho de 1987 e encerrada no dia 1º de julho de 1987, contando com a participação de mais de 500 trabalhadores. Em junho de 1988 ainda encontramos Ata de Registro de ocorrência em manifesto ao descumprimento do acordo com o DNOCS (ANEXO K). Sobre a construção da barragem encontramos no arquivo alguns trechos dos jornais da época:

*Diário de Pernambuco. Recife, segunda-feira, 1 de outubro de 1984. Liberadas verbas para construção do açude Serrinha. Foi assinado sexta-feira, no Salão das Bandeiras do Palácio do Governo, pelo ministro Mário David Andreazza, o edital de construção da do açude público “Serrinha”, localizado no município de Serra Talhada, e que irá dispor de uma capacidade de acumulação d’água da ordem de 312 milhões de metros cúbicos. O ato solene contou com a participação do governador Roberto Magalhães, além dos seus colegas que participaram da Reunião da SUDENE, bem como de parlamentares pernambucanos, do diretor-geral do DNOCS, engº Oswaldo Pontes, do novo Superintendente da SUDENE, engº Marlos Jacob, do diretor-regional do DNOCS, Engº Joaquim Gondim e outras autoridades especialmente convidadas.*

#### **A OBRA**

*O açude público “Serrinha” tem por finalidade principal a implantação de um Projeto de Irrigação em uma das zonas mais secas, pobres e desprovidas de obras públicas federais de Pernambuco, como é o caso do Sub-médio Pajeú, que vive em crise constante de falta d’água para o consumo urbano, inclusive abastecimento dos rebanhos bovinos e caprinos existentes naquela região. A obra, que será construída pelo DNOCS, através da sua 3ª Diretoria Regional, sediada nesta capital, vai dispor de uma barragem com altura máxima de 30 metros, onde serão armazenados cerca de 312 milhões de metros cúbicos d’água, inundando consequentemente uma área estimada em cerca de 4422 mil hectares de terras atualmente secas.*

#### **HISTÓRICO**

*O açude público “Serrinha” foi inicialmente estudado pelo antigo Serviço de Estudos e Projetos do DNOCS em 1949 e teve o seu projeto concluído no ano seguinte. Somente em 1952 é que foram os trabalhos propriamente ditos da barragem de Serrinha iniciados, empregando o DNOCS dezenas de flagelados da seca, os quais sofriam os rigores de uma estiagem prolongada. Mas a euforia sentida pela população sertaneja pernambucana, mais*



*precisamente os habitantes do Sub-Médio Pajeú, que reivindicaram através das suas lideranças políticas o início daquela importante obra, durou pouco. É que estudos mais profundos de fundação realizados posteriormente ao início das obras apontaram uma série de falhas puramente geológicas, o que levou os técnicos de extinto Serviço de Estudos e Projetos do DNOCS a recomendar a paralisação da obra (ANEXO L).*

**Diário de Pernambuco. Recife, 13 de outubro de 1984. “Serrinha” perenizará rio Pajeú.** SERRA TALHADA. O reservatório do açude de Serrinha terá capacidade de acumulação de 311 milhões de metros cúbicos d’água, sendo o terceiro maior de Pernambuco e servirá para serviços de abastecimento, programas de irrigação, piscicultura e será barragem-mãe para perenização de 60 km do rio Pajeú. A informação foi dada ao prefeito deste município, Sebastião Oliveira, pelo seu irmão deputado federal Inocêncio Oliveira (PDS-PE), destacando que o custo da obra está orçado a preços de hoje em 22 bilhões de cruzeiros e com prazo de conclusão para dois anos e seis meses. O parlamentar enfatizou que “nós que sempre lutamos para concretização da obra, estamos felizes pelo evento e ao mesmo tempo queremos nos congratular com os conterrâneos serra talhadense e sertanejos, bem como agradecer ao ministro do Interior, Mário Andreazza, aos diretores geral e regional do DNOCS e nosso reconhecimento ao governador Roberto Magalhães, que não envidou esforços para deferimento do pleito, nos ajudando sobretudo na reivindicação, tendo sido fator decisivo para sua concretização” (ANEXO M).

**Diário de Pernambuco. Recife, sábado, 4 de junho de 1988. Trabalhador rural ocupa canteiro de obras de barragem.** SERRA TALHADA. A construção da barragem de Serrinha, neste município pernambucano, encontra-se paralisada desde a última quinta-feira, às 13 horas, quando cerca de 300 trabalhadores rurais de várias localidades a serem atingidas pelo reservatório ocuparam o canteiro de obras, antes que os operários retornassem para o segundo turno de trabalho do dia. A ocupação, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município é por tempo indeterminado, tendo sido motivada devido ao descumprimento, por parte do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), de acordo assinado com entidades sindicais, em que o órgão se compromete a corrigir a tabela de preços para demanda pagamento de benfeitorias, com base nos índices de OTN (Obrigações do Tesouro Nacional).

*Diante do descumprimento do acordo, informou o Sindicato, os trabalhadores rurais se revoltaram e decidiram promover a segunda paralisação da obra, exatamente um ano após a primeira parada. Agora, a disposição deles é só sair do local depois de um novo acordo com o DNOCS. Só que, dessa vez, os grevistas querem dialogar diretamente com o Conselho de Administração do órgão, pois acreditam ser essa a única forma de garantir o cumprimento de um possível acordo (ANEXO N).*

Assim, mesmo que o interesse inicial da construção do açude de Serrinha tenha sido a implantação de um Projeto de Irrigação que beneficiasse produtores de gado, funcionando como serviços de abastecimento e piscicultura, com uma barragem-mãe capaz de perenizar 60 km do rio Pajeú; a intenção era que o município de Serra Talhada se transformasse em uma “nova Petrolina”. Um projeto que começou a ser estudado em 1949 pelo antigo Serviço de Estudos e Projetos do DNOCS, somente em 1952 os trabalhos teriam começado, empregando os “flagelados da seca”. Embora a obra tenha significado uma série de manifestações dos atingidos pela barragem, elas se desenvolveram somente a partir do descumprimento do acordo firmado com o DNOCS, em que estipulavam o formato das indenizações aos atingidos.

Diante do exposto, começamos a compreender como as relações sociais estavam se configurando na zona rural de Serra Talhada. Entre as irregularidades das políticas de combate à seca acionadas em um período emergencial os trabalhadores rurais se organizavam

em torno de reivindicações, para que elas pudessem ser efetivas e a voz do trabalhador rural pudesse ter relevância nas políticas vigentes. Em um cenário em que a Igreja Católica já teria introduzido instrumentos eficazes no processo de sindicalização rural, baseados, nas escolas radiofônicas, na região do município de Serra Talhada, um programa de rádio “A Voz do Trabalhador Rural” idealizado pelo Pólo Sertão Central em 1981 teria seu papel mobilizatório entre os trabalhadores do sertão, levado ao ar pela “Rádio A Voz do Sertão” todos os domingos, das 19:00 às 20:00 horas, de acordo com Boletim Informativo do Pólo Sindical do Sertão Central (1981).

*Esse foi um dos instrumentos fortes utilizados naquele período, acho que nos anos 80, né, um programa antigo quando criou-se o, a primeira rádio em Serra Talhada, rádio Am, A voz do Sertão, e também com o tempo se conquistou um espaço, se comprou um espaço, né, no domingo meio dia, de 11 a meio dia, de onze as onze e meia, na verdade, pra um tal de um programa chamado A voz do trabalhador rural, onde nesse programa se trazia discussões, leitura sobre questões de direito dos trabalhadores. (...) Dos direitos dos trabalhadores, dos trabalhadores rurais, e ele se transformou num grande sistema de comunicação, onde nesse horário tava todo mundo ligadinho sabendo as informações dos direitos deles, e do que ia acontecer, né, na semana, as movimentações, mobilizações (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

A Rádio era do Inocêncio de Oliveira<sup>112</sup> - político que representava o governo militar e irmão de Sebastião Oliveira, prefeito do município de Serra Talhada no período, 1983-1988 -, e isso trazia um traço contraditório do movimento: entre a possibilidade de conseguir um espaço na corrente hegemônica política e limitar-se aos conteúdos de interesse. De acordo com o dirigente da FETAPE seria uma maneira do poder político dominante controlar a movimentação.

*Shana. E como será que eles conseguiram, já que a radio era do Inocêncio, não era?*  
*Dirigente. Exatamente. A princípio, a rádio era uma rádio comercial e claro, mesmo com muita rejeição, né, eles admitiram que era um programa de sindicato, mas que não era ofensivo. Na verdade era um jeito, eles pensaram que era até um jeito de dominar, porque não ia ser permitido falar deles, inclusive mesmo você falando isso, o programa foi suspenso umas três vezes, toda vez que liam uma matéria, por exemplo, liam a relação dos deputados que votaram contra os trabalhadores, que dentro dessa relação eles não iam deixar de ler o nome de Inocêncio de Oliveira, eles suspendiam o programa, proibiam o programa de sair, e a gente dizia, não, tava pagando tinha um contrato e iam pra cima, mil reuniões e eles terminavam pro desgaste não ser maior porque sabiam que nós ia botar pra render, passava três, quatro, cinco meses fora, mas voltava o programa depois de muito, encerramento. Eu mesmo participei de muita batalha de encerramento de negociação com a irmã do Deputado que era quem era diretora da radio, eram momentos fortes, mas com isso a gente conseguia batalhar e retomar o programa. E um programa que existe até hoje, talvez já em outra rádio, em outro meio de comunicação, mais aberto, mas continua até hoje o programa. Inclusive eu sou um dos apresentadores do programa até hoje, claro que não chega... (...). Na radio cultura, temos o*

<sup>112</sup> Em 1975 Inocêncio Oliveira inicia sua vida política se filiando à ARENA na ditadura militar. Na década de 1980 a ARENA se transforma no Partido Democrático Social (PDS), com a filiação de Inocêncio. Já em 1985, no período de redemocratização do país, Inocêncio de Oliveira filia-se ao PFL, atual DEM. Em 2005 filiou-se ao Partido Liberal (PL), hoje Partido da República (PR).

*mesmo nome, não mudamos o nome: A voz do trabalhador rural, mesmo nome, mesmo estilo, então mantemos até hoje o programa, nunca deixamos de apresentar o programa (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Nesse sentido as estratégias utilizadas pelo movimento sindical levavam adiante as introduções organizadas pela Igreja Católica. No interior da Rádio *A voz do Sertão* idealizada por políticos da “situação”, que representavam a ARENA bem na época em que ela era rebatizada em Partido Democrático Social, em 1980, o Programa *A Voz do Sertão* teria uma roupagem de oposição dentro do sistema político hegemônico; trazendo discussões em torno das mobilizações dos trabalhadores rurais. A quebra desse monopólio político dependeria da força dos movimentos sociais como oposição, com o poder discursivo de “sem terra” e “pobre” como alternativa à grande propriedade e às políticas públicas vigentes, mas, sobretudo, ao governo ditatorial que dominava a região de Serra Talhada desde os seus primórdios. Aqui chegamos em uma posição intrigante que podemos apreender com a fala seguinte.

*Shana. Entendi. Agora eu queria entender como que algumas famílias com esse histórico pautado nos movimentos sociais conseguiram chegar na política local?*

*Dirigente. É interessante, na verdade é bom nos colocar a origem deles. A grande maioria desse pessoal de origem, pronto, Manoel, um pouco Raimundo era, pronto, todos eram famílias pobres sem terra, ou seja, já tinha na veia a questão da necessidade de um povo. Depois, sobretudo Manoel, recebeu muito treinamento de uma família de mãe e pai religiosos, muita ligação com a Igreja e receberam, todo o apoio da Igreja nas primeiras formações deles, sobretudo a ACR, a ação católica rural, né, que agora tem alguns padres que vinham sobretudo da Europa que davam um grande apoio no sentido de formação de organização e foi exatamente essas pessoas que começaram com essa grande batalha, se sensibilizaram e começaram a entrar na luta e claro foi um período de abertura. A partir dos anos 70, um sofrimento imenso que foi a grande origem do movimento sindical dos anos 70, imenso, sofrimento imenso, se começou a procurar saídas, o povo começou a se organizar, mesmo em ditadura militar.*

*Shana. Imenso em relação à ditadura?*

*Dirigente. À Ditadura militar, em relação à seca, em relação a tudo, a falta de política e claro de certa forma receberam isso, as pessoas, nem sempre as pessoas referendam, mas a gente tem que reconhecer, receberam um certo apoio da ditadura militar, sem, sem querer. Como? Porque existe o peso. E a gente pode chamar peso e contra peso. A ditadura militar tentando manter, acalmar os ânimos, sobretudo da área rural, começou a fazer convênios médicos dentários com o sindicato, isso favoreceu a trazer trabalhador para os sindicatos, pensando no convênio médico dentário. Mas isso aproveitou, essas pessoas organizadas começaram a aproveitar desse povo também pra trabalhar a organização deles, e a luta. Tô dizendo é o contra-peso. A intenção deles era manter o nosso pessoal quietinho, calminho, com assistencialismo. Mas as pessoas que tinha o âmbito da mudança, da transformação começaram a aproveitar disso (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Assim, para uma oposição às políticas governamentais a organização dos sindicatos teve que passar pelo “apoio da Ditadura Militar”, com os convênios médicos dentários proporcionados pelo Estado através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (1971),

financiado pelo Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) (ABREU; LIMA, 2003). Conforme Abreu e Lima (2003) este formato organizado na década de 70 trouxe um caráter de “repartição pública” aos sindicatos, limitando-se às ações burocráticas e assistenciais. Por outro lado, tirou os trabalhadores rurais da total dependência em relação aos patrões, gerando outras formas de dependência baseadas nas reivindicações de crédito, política agrícola, comercialização e direito previdenciário.

Nessa perspectiva, encontrando o “Estado” por trás deste processo de sindicalização rural, esclarece o modo com que as relações de dependência se reproduziam, mesmo favorecendo vias de mobilização que se aproveitaram deste formato. A entrevista com o dirigente da FETAPE resume o peso de um Estado ditatorial e o interesse em ditar formas de organização. Mas teria como contra-peso uma organização caracterizada por denúncias e reivindicações, mesmo que sejam, em certa medida, para uma mudança controlada pelo Estado.

Esta inferência nos faz acessar duas lentes epistemológicas interessantes. De um lado a reprodução de relações de interdependência dinâmicas que se processam, através de um equilíbrio entre coações exteriores e autocoações, capazes de promover mudanças que afetam a vida dos trabalhadores rurais, sem que as coações exteriores deixem de existir, segundo Norbert Elias (2006); e de outro, uma abordagem gramsciana que implica um movimento de contra-hegemonia, visando uma transformação radical das estruturas da sociedade brasileira, a partir da difusão de uma nova visão de mundo, assumindo, pelo menos discursivamente, uma perspectiva revolucionária de um campo religioso – que se introduz pelas ações do MEB, de acordo com FAVERO (2006), e se mantém com as ações das comunidades eclesiais de base (CEBs) e na animação católica rural (ACR)<sup>113</sup>, com a mediação da Diocese de Afogados da Ingazeira. A partir destas leituras podemos refletir sobre um *contra-peso* formado com bases assistencialistas que se impõem constantemente e têm no Estado seu alicerce dominante, que começa com a relação da Igreja com o Estado, ora de parceria e ora de oposição, e se preserva na relação atual do Estado com a sociedade civil. Ainda que com uma forma meio contraditória um incipiente esforço de mobilização se desenvolvia com a reação dos trabalhadores, formando lideranças locais organizados por um esforço da Diocese de Afogados da Ingazeira, que agora parecia representar uma esquerda política, pelo menos no nosso campo de estudo.

---

<sup>113</sup> De acordo com Silva (2012), o movimento ACR nasceu com o nome de Ação Católica Rural. Em fins da década de 1960 pode ser encontrado na literatura com o termo Animação dos cristãos no Meio Rural.

*Sempre tinha duas linhas dentre grandes linhas dentro da Igreja. A linha mais conservadora e a linha progressista, que tinha uma, voltada à questão social, que tinha Dom Helder, outros, muitas outras pessoas. E aqui nós tínhamos, a nossa sorte de esteje na Diocese Dom Francisco, que era da ala progressista e isso também nos deu, favoreceu bastante nessa linha de termos, essa solução maior, porque nós tínhamos um bispo da linha progressista e que ia pra rua e falava muito e discutia a necessidade de intervenção de política pública, na verdade isso nos favoreceu. Né, deu muita ênfase, claro que nem todos os padres seguiam os roteiros, aí chegou em Serra Talhada, um padre, um Dom Assis, que era outro também, um grande trabalhador de esquerda, Assis Rocha. Havia muita resistência, porque na verdade todo mundo que falasse contra o sistema, e sobretudo um local de coronelismo forte que era Serra Talhada, de grande domínio político, também que tinha contraditório, e quando tínhamos um sindicato muito forte, em contra partida tinha uma direita muito forte, os fazendeiros muito fortes, de poder de ação muito forte. Parece contraditório, mas é verdade, eu acho que a gente costuma dizer que o movimento sindical, quanto mais difícil o período, mais ele cresce, oxente, porque o povo... o índice de reação das pessoas é maior.(...)Eu acho que é o índice do ser humano mesmo, acho que o índice de reação das pessoas é mais forte, eu acho que consegue se juntar mais, pra reagir a determinada situação de sofrimento, eu acredito que seja um pouco a própria, o ser humano começa a entender que quanto mais difícil o tempo, mais necessidade há de se unir, de tá junto (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Transferir a realidade do mundo rural para um âmbito religioso teve na seca de 1979/1984 um período marcante para a gerência das insatisfações perante os discursos e práticas governamentais vigentes. O discurso do combate à seca estava prestes a se desgastar e as reações dos trabalhadores rurais estavam sendo organizadas. Diante dos assassinatos de várias lideranças sindicais, o flagelado da seca agora era “Jesus novamente na cruz” e a seca não podia ser mais vista como obra de Deus. A partir daí o problema da seca seria desmistificado, passando a ser encarado como um fenômeno natural que se deparava com a necessidade de alternativas para uma convivência: partindo de uma decisão política que poderia trazer trabalho, terra e justiça para os flagelados, de acordo com Dom Francisco.

*Diário de Pernambuco. Recife, quinta-feira, 1 de setembro de 1983. Flagelado é Jesus novamente na cruz. Vinte bispos do Nordeste reuniram-se ontem, em assembleia extraordinária do Regional Nordeste II da CNBB, posicionando-se a respeito da situação dos flagelados da seca, da repressão, da violência e da votação do decreto lei 2045 que trata da questão salarial. Além disso, o regional da CNBB elegeu seu novo presidente, Dom Antonio Costa, bispo auxiliar de Natal, ficando a vice-presidência com Dom Tiago, de Garanhuns, e a secretaria com Dom Acácio, de Palmares. Na íntegra, é o seguinte o teor do documento distribuído ontem à Imprensa, a respeito dos problemas considerados pelos bispos como cruciantes para a região: “Bispos e demais agentes da Pastoral em Assembléia Extraordinária do Regional Nordeste II da CNBB, somos testemunhas da angustia de milhões de irmãos nossos, vítimas permanentes do peso maior de todas as crises. Entre os problemas cruciantes – que continuam crucificando Cristo nos nordestinos mais fracos – destacamos três: a seca, a repressão e decreto nº2045 contra o salário.*

*A seca – cinco anos de flagelo dizimando os sertanejos, muito mais fortes do que Euclides da Cunha poderia supor. Não se pode deixar quebrar impunemente a fortaleza de um povo, esmagado e devorado como pão (sl. 13,4). Não se pode viver com o salário mínimo e muito menos com a metade desse salário iníquo, pago pela Frente de Emergência. Não se pode calar frente ao enriquecimento ilícito de uns poucos às custas da miséria da maioria (cf. Estado de São Paulo – 24/08/83). Agora, os meios de comunicação começam a dar espaço para a seca. Mas, há muito tempo, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, bem como outras entidades, entre elas a Igreja, vêm denunciando tantas injustiças.*

*A repressão – afastado do Projeto do Reino, todo sistema iníquo se sustenta e refaz implantando o medo no seio do povo, através de variadas formas de repressão. Procuram atingir as lideranças sindicais e comunitárias e aqueles que se colocam a seu serviço. De longa data a verdade triste e cruel é essa: “fere o pastor e as ovelhas se espalharão” (Mt. 26,31). Não nos cansamos de denunciar a situação de violência generalizada, institucionalizada, que acaba de fazer duas vítimas: Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Arquidiocese da Paraíba, caso tornado nacional; e o de Josias Paulino, líder comunitário de 100 famílias, com a posse mansa e pacífica, por dezenas de anos, de terra, situada na Serra da Inveja, município de Ibimirim, Diocese de Floresta, Pernambuco. Há cinco anos, essas 100 famílias vêm lutando para se manter na posse da sua fonte de vida – A Terra. Um dos tiros que Paulino levou foi na boca, para, segundo os pistoleiros, nunca mais brigar por terra. Os assassinos e mandantes serão descobertos e punidos, ou ficarão como outros a mostrar que a lei não é igual para todos? Aos atingidos, a todos que lutam, repetimos com Jesus Cristo: - Meus amigos, não tenham medo daqueles que matam o corpo e depois disto nada mais podem fazer. Tenham medo daqueles que, depois de matar, têm poder de lançar no inferno (Lucas, 12, 45).*

**Decreto nº 2045** – queremos também manifestar nossa plena solidariedade com os trabalhadores na sua campanha contra o citado decreto, que lhes tira 20% do índice do aumento salarial e tão criticado por todas as pessoas, que acreditam não ser o salário o responsável pela inflação e a crise econômica que vivemos. Enfim, aos que têm poder de decisão, lembramos as palavras do Profeta Isaías: “Ai daqueles que fazem leis injustas, e dos escribas que redigem sentenças opressivas, para afastar os pobres dos tribunais e negar direito aos fracos de meu povo; para fazer das viúvas suas presas e despojar os órfãos. Que fareis vós no dia de ajuste de contas?”.

**Bispos querem trabalho terra e Justiça para os sertanejos**

*- A solução para o problema dos flagelados da seca é trabalho, terra e justiça, e somente uma decisão política poderia conduzir a isso. Mas já que o governo não dá trabalho e não paga salários justos aos agricultores, desculpando-se com o argumento de que vivemos numa situação de emergência onde a lei salarial não se aplica, este Governo deveria ao menos compensar essa situação, colocando os flagelados como beneficiários do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN. Outra medida que poderia ser tomada era a distribuição da merenda escolar a todas as crianças, independentemente da frequência às escolas, já que em muitas áreas sequer existem aulas e que muitas famílias não dispõem de meios para manter seus filhos nas escolas, declarou ontem o bispo de Afogados da Ingazeira, Dom Francisco Austragésilo. Deixando claro que providencias desse tipo são medidas paliativas que mais parecem esmolas e paternalismo, afirmou que diante da conjuntura concreta, quando o trabalho e a justiça são negados aos sertanejos, não há como recusar em nome do povo qualquer ajuda que venha a minorar suas condições de miséria. No que diz respeito à cesta de alimentos proposta pelo Governo, argumentou que a população não tem meios para adquirí-la, nem mesmo a preços baixos, sugerindo que os alimentos fossem doados. – A situação do sertão é cada dia pior porque os recursos escasseiam, a começar pela água, o preço dos alimentos sobe e o salário da emergência, que é de Cr\$15300, pago com atraso de 8 a 10 dias, não dá para alimentar uma família. A seca é um fenômeno natural e tem que se encontrar um modo de convivência com ele. A solução para o problema só virá no dia em que a Federação decidir tratar o Nordeste com justiça. Basta ver o que o próprio governador de Pernambuco está dizendo e reclamando a esse respeito em seu último pronunciamento na SUDENE” – explicou o bispo de Afogados. A reforma agrária é considerada por Dom Francisco como essencial à solução da problemática sertaneja. Ele lembrou que os trabalhadores, através das suas entidades de classe, vêm lutando por ela. Questionado a respeito das pressões políticas que estão sendo realizadas pela OAB em favor dos direitos humanos dos flagelados da seca, o bispo afirmou que não crê em resultados concretos a partir daí (ANEXO O).*

Nesse sentido uma disputa política se travava ali, na concretização de uma oposição às políticas públicas dominantes, herdadas do regime militar, convocando como meio alternativo uma via política de oposição. Com base em um processo de sindicalização rural de Serra

Talhada marcado por uma força mobilizatória na luta frente às políticas de combate à seca, os movimentos sociais iriam constituir o contrapeso político frente ao Estado.

Aqui a “oposição” iria significar os partidos que não faziam parte da ditadura (representada pela ARENA/PDS), tendo o PMDB como partido de referência para o período, e mais tarde, o PSB, após a filiação de Miguel Arraes<sup>114</sup>. Com a trajetória de Miguel Arraes pautada em uma aliança à classe dos trabalhadores rurais, apoiando greves e o processo de sindicalização rural, uma história que conta com a vitória da oposição no Estado de Pernambuco é contada, com o PSB à frente do Governo do Estado.

No Brasil, depois da posse de José Sarney com a morte de Tancredo Neves, em 1985, as primeiras eleições diretas após o Golpe Militar foram marcadas pela disputa entre Lula e Fernando Collor (1990-1992), em 1989. Com uma trajetória que expressava a luta do movimento sindical no Brasil que culminou na criação do Partido dos Trabalhadores<sup>115</sup>, em 1980; a figura de Lula trazia uma nova perspectiva para os movimentos sociais e sindicais que resistiram após a Ditadura Militar, em uma relação que se travava com o Estado, a partir de suas candidaturas. Na década de 1980 o discurso petista seria efetivado por uma lógica afiliada aos movimentos sociais, sustentando-se em uma declarada autonomia política e organização horizontalizada, assentando-se no anti-institucionalismo e anti-capitalismo. Difundia-se entre as camadas mais pobres e marginalizadas das estruturas políticas hegemônicas, objetivando a inclusão social e política, com presença marcante do discurso católico progressista, proveniente da Teologia da Libertação (RICCI, 2013). Nessa mesma época, em 1983, a luta por autonomia dos movimentos sindicais se expressava com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (DRUCK, 2006).

Em Serra Talhada, a oposição conseguia romper com a hegemonia política somente com a vitória de Augusto César, em 1993. Mas o enraizamento de uma trajetória política entremeada entre os movimentos sociais se desenvolvia em Serra Talhada. A década de 80 seria seu período norteador, período em que as manifestações teriam sido sistematizadas e fundamentadas entre militantes e técnicos de organizações não governamentais, formados pela Igreja Católica e pela academia. Dessa forma a sistematização de uma crítica às políticas

---

<sup>114</sup> Em um contexto geral aconteciam as mobilizações pelas Diretas Já (1983-1984) e o ano de 1985 foi marcado pelas últimas eleições indiretas no Brasil, com a vitória de Tancredo Neves (PMDB) sobre Paulo Maluf (PDS). Em Recife também o ano de 1985 representava a vitória da oposição, com Jarbas Vasconcelos pelo PSB (que depois voltou para o PMDB) nas primeiras eleições diretas desde o Regime Militar. Nessa época, o PMDB e o PSB representavam partidos políticos de oposição e tinham nas figuras de Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos aliados políticos até a década de 1990, pelo PMDB, período em que Miguel Arraes filia-se ao PSB, perdendo as eleições de 1998 para Jarbas Vasconcelos. Em Pernambuco Miguel Arraes representava uma esquerda política forte; preso e exilado na época da Ditadura, Arraes elegeu-se como deputado federal pelo PMDB em 1982 e como governador de Pernambuco em 1986 e 1994, pelo PSB.

<sup>115</sup> O Partido dos Trabalhadores foi formado por um processo que compreendeu a “politização” de setores da classe trabalhadora dos anos 70, formalizado no Encontro de Fundação no Colégio Sion em São Paulo, impulsionado por sindicatos combativos, militantes de organizações de esquerda clandestinas, de lideranças do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da Igreja Progressista e diversos setores sociais (MENEGOZZO, 2013).

e aos políticos do combate à seca começaria a ser consolidada, entre a demanda de políticas emergenciais e construção de barragens e a denúncia das suas formas de condução, fortalecendo o coronelismo e os políticos locais, regionais e nacionais.



### CAPÍTULO III – O FÓRUM SECA NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA: OS NÃO DITOS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Mais do que um evento específico, capaz de representar a organização e a mobilização dos trabalhadores rurais frente à escassez de chuvas e às políticas de combate à seca, com seu formato clientelista e assistencialista, o Fórum Seca significou o começo de uma discussão de base científica e militante que daria sustentação ao paradigma de convivência com o semiárido, trazendo o município de Serra Talhada como campo empírico importante.

A partir do Primeiro Encontro Seca, intitulado: *Implicações políticas e formas de convivência*, ocorrido em Triunfo (Pernambuco), em outubro de 1989, uma discussão sobre o planejamento das ações para enfrentamento da seca que estava prevista, inaugurava uma série de encontros, seminários e debates que constituiriam mais tarde o Fórum Seca. Nesse encontro a “convivência” seria tratada como alternativa a ser considerada no planejamento das ações de prevenção à estiagem que se aproximava, através de “tecnologias alternativas” capazes de desmistificar o problema da seca no sertão. Assim a questão da seca poderia ser encarada como um problema político, cujo enfrentamento exigiria mais que a oferta de políticas públicas, mas também um contraponto a uma cultura de dominação política ditatorial que vigorou no país diante da possibilidade de consolidação de um período “democrático” (1º ENCONTRO SECA – RELATÓRIO, 1989).

A eleição de 1989 representou uma disputa acirrada entre Collor e Lula. O Partido dos Trabalhadores chegara perto da presidência do Brasil. Nessa fase (1990-1992) o Governo Paralelo<sup>116</sup> se constituía como instrumento de ação política para o exercício de uma oposição qualificada ao recém-empossado Presidente Fernando Collor. Dessa forma o Partido podia manter articuladas as forças políticas que se uniram em torno da candidatura de Lula no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e empreender uma fiscalização democrática da nova gestão.

Do fim de um período ditatorial, representado pelo regime militar para um recém-governo neoliberal inaugurado pelo Governo Collor, gestam-se as bases conceituais para uma mudança de paradigma, constituindo uma nova forma de enfrentamento à questão da seca, um enfrentamento às autoridades competentes com suas políticas de combate à seca, voltadas para a grande propriedade e para a modernização tecnológica, favorecendo interesses eleitorais.

---

<sup>116</sup> Sobre o Governo Paralelo acessar o site: <http://www.institutolula.org/historia>. Acesso em outubro de 2015.

A crítica que começava a ser sistematizada às políticas de combate à seca teria respaldo científico no I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações Políticas e Formas de Enfrentamento, no período de 27 a 30 de agosto de 1990, em Camaragibe (PE). Organizado pelo Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), do Centro Josué de Castro e, pelo Polo Sindical de Serra Talhada, o Seminário envolvia o Grupo de Ecologia Humana da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e a OXFAM (Comitê de Oxford para alívio da fome, organização inglesa de combate à pobreza) e pesquisadores oriundos da própria SUDENE, representando mais um passo significativo para o entendimento da questão da seca e a definição das formas de atuação, com base na organização do movimento sindical e nas tecnologias alternativas trazidas pelo PTA, frente aos projetos modernizadores que privilegiavam os grandes proprietários e os políticos fisiológicos (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990).

A disputa partidária travada naquele momento tinha como referência o município de Serra Talhada, com sua bagagem mobilizatória frente ao combate à seca, palco de atenção dos políticos especialmente em relação à seca. Após a visita de Collor no município, divulgando mais um Programa de Cestas Básicas para a população desassistida, a presença de Lula no palanque do Ato de lançamento do Fórum Seca, em 1991, não passaria despercebida. Serra Talhada se constituía ali o coração do Brasil.

Nesse sentido, o Fórum Seca se consolidava em um espaço de articulação de âmbito estadual, capaz de convergir interesses e intencionalidades na direção de um espaço comum: a arena do Estado. Na reivindicação de um programa de ações permanentes de combate aos efeitos da seca o Fórum Seca inaugurava uma demanda da sociedade civil. Para o Estado, caberia a responsabilidade dos programas emergenciais. Uma distinção entre o Estado e a sociedade civil estaria sendo articulada, requerendo uma sociedade proativa para empreender um programa permanente.

A existência do Fórum representava uma posição externa ao Estado com um formato *que não é uma coisa do Estado, não é uma entidade governamental*, é uma entidade civil representada por vários segmentos da sociedade (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991). Com este formato, em nome de uma sociedade civil que passa agora a existir para levar a questão da seca como uma discussão política, a ideia de um público não estatal indicada por Gohn (2004) seria experimentada, em oposição a um Governo específico que desenvolve um caminho partidário, aspirando um lugar no Estado, aqui entendido como governo e seu aparato administrativo.

Da sociedade civil para o Estado um novo paradigma poderia ser legitimado, apesar das distinções que, naquele momento caracterizavam, tanto a performance do Estado, quanto da sociedade civil, mediante as mudanças políticas fundadas no Governo Lula (SILVA; OLIVEIRA, 2011; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). De fato a partir de um experimentalismo institucional vivenciado com o P1MC, essa distinção se tornaria, ao menos, contraditória, necessitando de novas demandas de diálogo com o Estado (DINIZ, 2007).

### **3.1. Os antecedentes do Fórum Seca no município de Serra Talhada: bases para novos enfrentamentos**

Sob os efeitos da seca de 1979-1984 e a vivência de um regime militar, os movimentos sociais e organizações não governamentais que se estruturavam neste período a partir do incentivo da Igreja e de uma abertura democrática que se instaurava, construía as bases conceituais de reação a estes processos. As políticas de combate à seca eram o foco das reivindicações e as ações de mobilização se materializavam através de Encontros e Seminários que antecederam o Fórum Seca (1991). O 1º Encontro Seca, Implicações políticas e formas de convivência foi realizado em Triunfo (PE), entre os dias 24 e 26 de outubro de 1989.

Coordenado pelo Polo Sindical do Sertão Central com o apoio do Centro Josué de Castro – Projeto Tecnologias Alternativas, o encontro teve como objetivo discutir as implicações da seca em um momento anterior ao período de estiagem prevista pelas pesquisas. Nesse contexto as providências para combater seus efeitos e possibilitar uma convivência poderiam ser debatidas, antes que os efeitos começassem a ocorrer. Participaram do evento 25 trabalhadores rurais, dois assessores do Sertão Central, um diretor da FETAPE, um técnico do CTA de Ouricuri (Centro de tecnologias Alternativas), um técnico do STR de Serra Talhada e dois técnicos do PTA do Centro Josué de Castro (1º ENCONTRO SECA, 1989).

*Este encontro tem como objetivo discutir e aprofundar a questão da seca no Sertão e no Nordeste. Esta será uma discussão antecipada, pois sabemos que a seca acontece constantemente, e nós não discutimos e entramos despreparados nela. Neste encontro vamos discutir esta realidade, como enfrentar uma próxima seca com opções alternativas e formas de conviver com a seca. Sabemos que esta possibilidade não é um artigo descartado e já temos, através dos laboratórios de meteorologia, a previsão de mais três anos de seca. (Raimundo Aquino, participante, 1º ENCONTRO SECA, 1989, p. 02).  
(...)*

*A nível da história do Pólo, é a primeira vez que sentamos num período que não é de seca para discutir sobre a seca, onde vamos discutir a história e começarmos a discutir sobre as formas de convivência, onde sabemos que o problema não é apenas uma seca, mas sim, a Política Agrícola, cerca, falta de preço para os nossos produtos, ou seja, é um problema realmente político, e os trabalhadores com este encontro vai dar um salto grande em qualidade, pois não devemos lutar por comida apenas quando estamos com fome. (Auxiliadora, participante, 1º ENCONTRO SECA, 1989, p.03).*

Um embate de teses e ideias se tornava evidente com base em uma oposição às políticas de combate à seca que exigia outro *modus operandi* de tratar à seca e que demandava políticas e políticos voltados para o Nordeste. Assim se constituía uma nova forma de enfrentamento, um enfrentamento, inclusive, às autoridades competentes no assunto.

*Espera-se que esta iniciativa tenha continuidade com a realização de um Encontro do Sertão sobre a Seca, onde serão aprofundadas e amadurecidas formas de combate a seca, e enfrentamento com as autoridades competentes. (1º ENCONTRO SECA, 1989, p. 01)*  
*Não existe uma Política Agrícola voltada para o Pequeno Produtor. Os políticos não discutiram e não colocaram uma forma de resolver o nosso problema, pois o problema do Nordeste não é apenas Seca, mas, também uma política que não é voltada para o Nordeste. Sabemos que possuímos lençol d'água, ou seja, açudes enormes embaixo da terra, onde poderiam ser aproveitados para irrigação, eliminando o problema da seca. Sabemos que morreu e morre tantos trabalhadores em consequência da fome, em consequência da seca e da falta de responsabilidades dos políticos que só vem angariar votos dos trabalhadores. (Raimundo Aquino, participante, 1º ENCONTRO SECA, 1989, p. 02).*

Com uma definição sobre a seca posta em discussão era possível compreendê-la como um problema político, que passaria pela falta de organização dos agricultores e de responsabilidade dos governantes, se distanciando de uma seca vista somente sob o ângulo de um fenômeno natural. A seca que seria combatida compreenderia uma dimensão muito mais política do que climática.

*A seca também parte de nossa desorganização, quando vendemos todos os nossos produtos baratos e vamos comprar coisas, isso provoca a seca. Não vamos discutir só a seca de estiagem, pois isso não podemos combater, mas sim, a seca provocada pela falta de responsabilidade dos nossos governantes (Luiz Severo, participante, 1º ENCONTRO SECA, 1989, p.03).*

Assim, uma oposição ao governo se fortalecia, e se estabelecia junto à crítica aos latifundiários, tidos como principais beneficiados das políticas de combate à seca. Uma luta de classe alimentava o discurso de oposição, entre os trabalhadores rurais, sem terra, sem água e sem reservatórios, que trabalhavam para os grandes proprietários; e os latifundiários, coronéis ou políticos que se capitalizavam às custas dos processos oriundos da seca,

favorecendo os seus interesses eleitorais. Uma “consciência”<sup>117</sup> crítica se construía ali, direcionada para uma contraposição às políticas do governo que pleiteava a organização dos trabalhadores e políticas voltadas para o Nordeste. Aqui a discussão possibilitada no encontro se estendia para uma análise do próprio sindicato, visto pelos trabalhadores como originados de uma forma assistencialista, com dirigentes pelegos que forçavam os trabalhadores ao trabalho para beneficiar o latifúndio, associados aos latifundiários e padres conservadores (1º ENCONTRO SECA, 1989).

#### SITUAÇÕES

*(...) As frentes de emergência serviam antes para construção de estradas e depois para construção de grandes açudes e plantio de palmas nas grandes fazendas. Antes, não havia mobilizações nas frentes e só alistavam homens. Até 1970, o movimento sindical não se envolvia em lutas de emergência, os sindicatos estavam surgindo no sertão, na forma assistencialista.*

#### FORMAS DE LUTA

*Se, de um lado temos esta realidade, de outro, sabe-se que em todas as secas relatadas foram feitas denúncias. Nas três últimas secas, o movimento sindical passou a lutar contra toda essa injustiça, ajudando a conseguir o alistamento das mulheres e a construção de pequenas barragens, poços e açudes de interesse dos trabalhadores. A forma de luta secular é o SAQUE. As providências de combate e de convivência com a seca mais utilizadas tem sido cacimbas, cisternas, barragens, poços e artesanatos como fontes de renda para garantir a sobrevivência das famílias.*

*A pressão dos órgãos públicos era feita através de passeatas, atos públicos, abaixo-assinados, denúncias, documentos de contra-propostas e saques (1º ENCONTRO SECA, 1989, p. 09).*

*(...)*

*Antes, nas lutas tinham mais participação das Cooperativas Agropecuárias e os líderes sindicais eram puxados por cabos eleitorais para serem apontadores.*

*Os dirigentes sindicais eram pelegos que forçavam os trabalhadores ao trabalho para beneficiar o latifúndio. Geralmente, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais era rico, pelego, amigo dos grandes e dos padres conservadores. A igreja foi sempre cúmplice dessa situação (1º ENCONTRO SECA, 1989, p. 13).*

Assim a *convivência com o semiárido* estaria sendo germinada, a partir de um combate a seca que começava a ser questionado, e de uma *convivência com a seca* que começava a ser construída, na busca de uma nova forma de tratar o problema, sob o prisma político e ideológico, inicialmente direcionados para o Nordeste. Só mais tarde a seca como problema vai encontrar um argumento teórico capaz de tornar mais complexa a questão, trazendo o semiárido para o debate. Conviver com o semiárido significaria muito mais do que conviver com a seca.

<sup>117</sup> Na Cartilha sistematizada em 1995 pelo Fórum Seca: “Seca, um problema que tem solução, Fórum Pernambucano de enfrentamento à problemática da seca”, a menção e uma consciência dos trabalhadores rurais é destacada: “Partindo sempre da realidade da região semiárida, o Fórum promove eventos de intercâmbio e capacitação, além de programas de rádio e instrumentos didáticos utilizados na difusão de conteúdos educativos, que objetivam o crescimento da consciência e da organização, como instrumentos importantes para aumentar a resistência dos trabalhadores rurais na terra”. Aqui fazemos referência a um esforço da Igreja Católica no processo de sindicalização rural. Com as ações do MEB a Igreja pretendia desenvolver uma consciência política dos trabalhadores. Através da Cartilha “Viver é lutar” uma provocação à conscientização dos trabalhadores rurais poderia estimular a sua organização em sindicatos rurais (FAVERO, 2006). Assim uma situação de concentração da propriedade da terra, dos recursos hídricos, de falta de política agrícola e de assistência técnica adequada poderia ser trabalhada entre os agricultores com a Cartilha produzida pelo Fórum Seca, trazendo a necessidade de organização e luta dos trabalhadores.

Na perspectiva do 1º Encontro Seca, Implicações Políticas e Formas de Convivência, conviver e combater a seca enquanto formas de resistências às secas implicariam:

- Fazer reuniões na comunidade explicando o que é seca e fazer reivindicações de construções de barragens;
  - Estudar o que pode ser feito usando os recursos existentes na comunidade, tais como: construção de Casas de Farinha Comunitárias, Hortas, etc;
  - Informar os perigos e os meios que os trabalhadores têm para superar os problemas com a seca, explicando todas as formas alternativas possíveis;
  - Discutir a produção e as tecnologias alternativas fazendo propostas políticas para amenizar o problema da seca;
  - Os Sindicatos junto às comunidades, devem discutir a problemática do roçado e da criação de animais;
  - Lutar por um Governo Municipal, Estadual e Federal comprometido com os trabalhadores;
  - Procurar conhecer as plantas resistentes à seca para servirem de alimentação aos trabalhadores e aos seus animais, fazendo plantios comunitários;
  - Organizar-se para exigir poços comunitários equipados com profundidades de acordo com as condições dos terrenos;
- Exigir o pagamento dos trabalhadores de forma organizada e que o dinheiro seja administrado através de um conselho, onde a comunidade deve ficar ciente de que deve utilizar melhor este dinheiro do governo, dinheiro do povo;*
- Os sindicatos têm que aproveitar os meios de comunicação para divulgarem as secas previstas, historiando as anteriores com documentos, antecipando as propostas com documentos e encaminhando às autoridades competentes;*
- Os sindicatos junto às entidades comprometidas com os pequenos produtores devem informar, antecipadamente, através de cartilhas, cursos e treinamentos, ou outras iniciativas. (1º ENCONTRO SECA, 1989, p. 11-13).*

Em 1990, outro encontro foi organizado pelo Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro e pelo Polo Sindical de Serra Talhada, envolvendo outras entidades ainda não citadas neste processo: a Comissão Pastoral da Terra, o Grupo de Ecologia Humana da UFRPE e a OXFAM (organização inglesa de financiamento aos povos do terceiro mundo), no I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações Políticas e Formas de Enfrentamento, no período de 27 a 30 de agosto de 1990, em Camaragibe (PE). O encontro representou mais um passo significativo para o entendimento da questão da seca e sistematização de orientações e definições das formas de atuação, identificando alternativas técnicas de combate aos seus efeitos e causas. Na matéria publicada na Folha de Pernambuco, durante a realização do Seminário, Marcos Figueiredo<sup>118</sup>, coordenador do Seminário destaca o principal objetivo do encontro:

*A seca é um problema possível de ser superado. Queremos aqui representar propostas que norteiam a ação de pesquisadores e sindicalistas em Pernambuco”. Assim o coordenador do I Encontro Estadual sobre a Seca, Marcos Figueiredo, definiu o principal objetivo dos debates ora realizados no Seminário Cristo Rei, em Camaragibe, com a participação de técnicos,*

<sup>118</sup> É importante destacar que Marcos Figueiredo vai ser um informante essencial para o nosso estudo, com uma trajetória que passou pela CNBB, Centro Josué de Castro e pela coordenação do Projeto Tecnologias Alternativas (que teve origem na FASE do Rio de Janeiro). Foi sócio-fundador do Centro Sabiá e atualmente é professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

*pesquisadores, cientistas, assessores e lideranças do Movimento Sindical Rural do Estado. O seminário começou na última segunda-feira e se estenderá até amanhã. Para Marcos Figueiredo “os efeitos da seca para o Nordeste são dramáticos, não por conta da decorrente falta de água, mas em função de uma estrutura econômica e política perversa, que beneficia as classes dominantes e os grandes latifundiários. A seca deveria atingir a todos, igualmente, o que não ocorre (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO, RELATÓRIO, 1990, p. 13).*

Através de plenárias e trabalhos em grupo as experiências dos técnicos e agricultores foram discutidas e apresentadas como produção coletiva no I Seminário Pernambucano Seca: Implicações Políticas e Formas de Enfrentamento. Embora a avaliação do seminário tenha indicado certa dificuldade na participação dos agricultores, este momento foi sintetizado como produção coletiva, sendo importante considerá-lo em uma ótica que apesar da ênfase na contribuição técnica da assessoria e limitações do ponto de vista da compreensão dos participantes, proporcionou discussão. A produção coletiva destacou seis pontos principais: 1. Sobre a preservação da natureza; 2. Sobre armazenagem e aproveitamento de água; 3. Sobre os sindicatos e a emergência; 4. Sobre os projetos de irrigação; 5. Sobre o assistencialismo; 6. Sobre as tecnologias alternativas.

Para a preservação da natureza as sugestões indicadas pelos participantes foram:

- *Conservar as árvores e usar o adubo para o solo não ficar descoberto;*
- *Fazer rotação de culturas e preservar a vegetação nativa, usando a caatinga com faixas de cultura e faixas de vegetação;*
- *Preservando a caatinga, o pequeno produtor protege também a fauna (animais) e a flora, que abriga os inimigos naturais das pragas;*
- *Usar defensivos naturais, porque não prejudicam a saúde e são baratos;*
- *Ensinar nas escolas a importância da natureza;*
- *Ajudar o agricultor a ver que não é preciso desmatar para plantar;*
- *Compreender que na natureza uma coisa depende da outra, que o equilíbrio do meio ambiente é fundamental até mesmo para podermos viver. (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 4).*

Apontando o homem como responsável pela destruição do meio ambiente a discussão dos agricultores se direcionou para uma reflexão sobre a importância da conservação da caatinga e da interdependência dos recursos, inferindo para um manejo consorciado em um formato que respeitasse o equilíbrio da natureza e demandasse recursos naturais mais baratos e saudáveis, aspecto que deveria ser ensinado nas escolas.

No entanto, as condições da falta de armazenamento e aproveitamento de água eram tomadas como um dos principais problemas do semiárido<sup>119</sup>, relacionado a uma trajetória de agricultura tradicional baseada em técnicas de manejo praticadas somente em períodos

<sup>119</sup> Neste encontro a região do sertão nordestino começa a ser tratada como semiárido.

chuvosos, implicando na necessidade de um planejamento que fosse permanente. Assim as *tecnologias alternativas* – já trabalhadas por organizações não governamentais, como podemos perceber nas ações do Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro – poderiam entrar como necessidade dos agricultores do semiárido, se embasadas no resgate e valorização do saber popular.

*A agricultura tradicional sempre foi feita de acordo com as chuvas. Hoje, tem as tecnologias alternativas, mas elas funcionam melhor quando os técnicos se preocupam em resgatar e valorizar o saber popular. A perenização e rios não resolve o problema se não tiver uma tecnologia alternativa de controle. No caso a Barragem do Pajeú, nem o peixe vive. Com a aplicação de venenos, a chuva leva tudo para a água da barragem (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 04).*

Para nós o fato do Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro estar colaborando na organização do Seminário não aconteceu por acaso, encontrando um espaço que permitiu uma reflexão entre os agricultores baseada na aceitação de uma tecnologia que se adeque à sua realidade. A valorização do saber popular trouxe uma roupagem que minimizou a imposição ideológica do conhecimento técnico. E assim, a discussão pôde transcorrer entre a absorção das ideias da implantação das tecnologias alternativas e a construção de barragens e açudes, agora manejadas a partir de métodos mais acessíveis como consórcios e plantas adaptadas, enfim, técnicas que mais tarde vão acessar temáticas interessantes do âmbito acadêmico: sistemas agroflorestais, controle biológico, conservação ecológica, ou seja, envolvendo técnicas consideradas sustentáveis por muitos pesquisadores. As tecnologias alternativas também terão outro formato, configurando-se em tecnologias sociais no âmbito da ASA. As sugestões pensadas pelos técnicos e agricultores no momento do encontro foram:

- *Construir açudes grandes, pequenos e barragens pequenas de 200 a 200 metros.*
- *Construir barreiras, cisternas, barragens subterrâneas, poços, barreiros trincheiras, leirões de peras e caixios, e fossas;*
- *Fazer buracos, inclusive em lugares onde há erosão, para acumular água a chuva;*
- *Controlar a passagem de águas com taludes para armazená-las na terra;*
- *Plantar capim e árvores e preservar a vegetação existente;*
- *Plantar na época da chuva para aproveitar ao máximo a sua água, associando com pastagens;*
- *Utilizar as plantas adaptadas porque consomem pouca água, armazenam mais água e conservam a umidade o solo;*
- *Usar cobertura morta, bomba rosário e plantar por sulcos, em curva e nível;*
- *Fazer culturas consorciadas e a rotação de culturas para não cansar a terra;*
- *Fazer a perenização dos rios do Sertão e irrigação por gravidade;*
- *Conservar as matas nas beiras dos rios e repassar experiências antigas de como acumular e aproveitar a água;*



- *Encarar a seca como uma realidade que precisa ser superada, criando condições para enfrentá-la, conhecendo o meio ambiente, para saber manejá-lo;*
- *Superar a pouca organização buscando alternativas, consciente de não existir uma única receita;*
- *As entidades que trabalham com tecnologia alternativa para a pequena produção devem estimular pesquisas e aproveitar o conhecimento produzido dentro das universidades;*
- *Divulgar alternativas acessíveis e descobertas pelo próprio agricultor;*
- *Buscar alternativas para o semiárido e também para o período da seca;*
- *Lutar por políticas públicas constantes e sérias, e pela independência das cooperativas e associações frente ao Estado, em busca de soluções à seca.* (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 04, grifos nossos).

Além de sugerir técnicas de manejo as discussões compreenderam uma demanda de organização dos agricultores para o acesso às políticas públicas, que agora deveriam ser orientadas de forma permanente, associadas à independência das cooperativas e associações dos agricultores frente ao Estado.

A grande questão colocada em pauta nesta etapa do encontro foi: *se as frentes de emergência são ou não necessárias?* Este esforço envolveu um embate interessante para o nosso campo de estudo, uma vez que a transferência de responsabilidades aos sindicatos já estava sendo percebida pelos participantes. Já as frentes de emergência estavam se desgastando, diante das denúncias trazidas pelos trabalhadores relativas às irregularidades do seu formato, beneficiando, particularmente as grandes propriedades privadas e de forma não transparente. Entre a demanda de encerramento das frentes de emergência e de um programa permanente de combate aos efeitos da seca, a necessidade de medidas preventivas se tornava *mister* no semiárido, envolvendo um sindicato que precisava, de acordo com os participantes, ser combativo e comprometido com os trabalhadores. As sugestões trazidas pelos técnicos e agricultores como resultante do encontro foram:

*Teve gente que defendeu o fim dos programas de emergência da seca, que o movimento sindical deve lutar por um programa permanente de combate aos efeitos da seca, com medidas preventivas. Lutar por um sindicalismo combativo, representativo e comprometido com os trabalhadores. O assistencialismo não é papel do sindicato. Toda a assistência necessária cabe ao Estado (aos governos). Os sindicatos devem lutar pela reforma agrária e por uma política agrícola que beneficiem os trabalhadores.*

*Outros companheiros defendem que o sindicato deve cumprir o papel de fiscalizador das frentes de emergência e o Estado ficar responsável pela sua execução. O sindicato deve acompanhar e pesquisar as obras da emergência, para denunciar suas irregularidades. Os programas de emergência devem existir em momentos de calamidade, como no caso das inundações (cheias). Não devemos ter a ilusão que esses programas vão resolver os problemas da seca, em suas causas e efeitos* (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990).

Entre a intenção de obter políticas públicas permanentes e resistir às políticas públicas emergenciais, assumir que as frentes de emergência eram indispensáveis e executadas pelo Estado trouxe para discussão a necessidade de um sindicato que acompanhasse essas medidas e denunciasse suas irregularidades, sem que o trabalhador tivesse a ilusão de que fossem resolver os problemas da seca, mas que tivesse a capacidade de reivindicar melhores condições de trabalho nas frentes de emergência. O papel do sindicato começava a ser questionado no mesmo momento em que um olhar crítico para a ação do Estado para a solução do problema da seca fosse construído, com medidas paliativas e ineficazes.

As críticas se estendem para os grandes projetos de irrigação conduzidos pelo Estado. Assim, tecnologias alternativas de menor porte para armazenar água começavam a fazer parte das intenções de técnicos e agricultores, dado que ficou sistematizado no relatório, com o argumento de que os “grandes” beneficiavam apenas os “grandes” proprietários, estrategicamente planejado pelo governo brasileiro.

*Os grandes projetos de irrigação beneficiam os grandes proprietários e a agroindústria. É uma forma planejada pelo governo brasileiro, junto aos capitalistas internacionais, de explorar a região. Tudo está planejado para a importação de matéria-prima (soja, café, cacau, frutas, etc) e outros produtos. Para garantir uma grande produção, aumentam o uso de adubos químicos, venenos e máquinas modernas. A terra não tem descanso. Mudam até o nome do agricultor para irrigante.*

*A desapropriação das terras não é feita com igualdade para todos. O pequeno produtor passa a ser o posseiro e não recebe uma justa indenização. Não interessa mais as pequenas propriedades, elas vão sendo desapropriadas. A pequena produção fica sujeita às agroindústrias e aos bancos. Ela encontra sérias barreiras de mercado, crédito e assistência técnica. A mão-de-obra vai sendo explorada a um preço cada vez mais baixo. Esses grandes projetos e irrigação desequilibram o meio ambiente, com a salinização, a contaminação com agrotóxicos, a poluição os rios e outros males.*

*Os pequenos projetos de irrigação poderiam ser uma saída. Mas, falta assistência técnica, crédito e uma política que responda aos interesses o pequeno produtor rural (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 05).*

Os argumentos mencionados exprimem as bases de uma oposição aos grandes projetos do governo, encarados por proporcionar desequilíbrio ambiental, desigualdade, exploração dos agricultores e dependência às agroindústrias e aos bancos: os pequenos projetos seriam a alternativa, desde que compreendidos por assistência técnica, crédito e política, agora voltados para o pequeno produtor. De trabalhador rural, para irrigantes, naquele contexto o agricultor passaria a ser chamado de pequeno produtor, orientado para uma demanda política, acesso ao crédito, assistência técnica e políticas públicas. O agricultor familiar teria seu momento logo em seguida.

Interessa destacar neste cenário o papel relevante do sindicato, assumindo a luta pela reforma agrária e por uma política agrícola que beneficiasse o pequeno produtor e se distanciasse do assistencialismo, marca das ações do Governo. Esse sindicato questionava a si mesmo, diante de sindicalistas pelegos que contribuía para os interesses eleitorais de “grandes” políticos e “grandes” proprietários.

*Os agricultores e técnicos presentes ao Encontro debateram sobre algumas ações assistencialistas do Governo. Um dos exemplos é a cesta básica que o Governo Federal pretende distribuir para os flagelados da seca. É uma tática muito antiga para enganar e dominar o trabalhador. Não há preocupação em solucionar os problemas, mas amenizá-los. Este tipo de ação causa acomodação e dependência política, pois é uma forma de ganhar votos. São as chamadas estratégias de compensação. O assistencialismo desorganiza e destrutura os sindicatos combativos. Resultado: desmobilização, divisão dos trabalhadores, rivalidades e descrença no movimento popular. Os agricultores desorganizados podem tirar proveito das ações assistencialistas o governo. Isto acontece quando eles discutem bem o projeto, não aceitam as imposições do governo, quando administram os recursos e desenvolvem as ações através da organização popular (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 06, grifo nosso).*

Segundo os participantes do Seminário o interesse do Governo na seca ia além da possibilidade de obter vantagens, caracterizadas pela manutenção da dominação e da miséria no campo, através de políticas assistencialistas que estimulavam o comodismo e a dependência, desarticulando a luta por direitos. Este argumento reforçava posições contrárias às tecnologias modernas, compreendidas em um pacote voltado à indústria, aliado às multinacionais e planejado pelo Governo. Diante desta situação, as seguintes propostas foram formuladas:

- *Organizar secretarias e pequenos agricultores e comissões de tecnologias alternativas nos sindicatos. Promover a capacitação técnica dos trabalhadores rurais;*
- *Diversificar a produção vegetal e animal com organização, garantindo a rotatividade das culturas na terra e cultivos consorciados. Garantir preços mínimos de comercialização da produção. Orientar sobre custos de produção e comercialização. Produzir para o mercado;*
- *Lutar pelo melhor aproveitamento e distribuição das terras nas bordas dos açudes e aproveitar as áreas férteis. Recuperar as experiências os sertanejos diante das secas, porque isto é valorizar o saber popular e encontrar neles respostas para os problemas o semiárido;*
- *Contribuir para que o trabalhador valorize a sua propriedade e liberte-se das formas produtivas impostas pelo Governo. Esta valorização será reforçada com o uso de tecnologia adaptada ao pequeno produtor. Por isso, é importante divulgar mais as experiências populares e de tecnologias alternativas. Procurar preservar o equilíbrio ecológico;*
- *Fortalecer as organizações dos trabalhadores e da produção (sindicatos, cooperativas, associações e bancos de sementes). Articular cada vez mais as entidades e órgãos que trabalham com a formação e articulação dos grupos e comunidades. Procurar compreender, através de debates e lutas, a ligação dos nossos problemas no Nordeste com a situação política nacional e internacional. (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 06).*

A “produção coletiva” oriunda do Seminário Pernambucano traria então propostas centrais para desmascarar as ações do Estado destacando as tecnologias alternativas como estratégia trabalhada entre os sindicatos, orientada para o pequeno produtor. Com estas alternativas os agricultores poderiam criar condições para enfrentar a seca, que poderia agora ser encarada como realidade passível de superação através do conhecimento, envolvendo técnicas alternativas apontadas pelas entidades, pesquisas produzidas nas universidades e experiências de alguns municípios, através de um espaço para apresentação de painéis e discussão.

O Relatório contém dez textos resultantes dos painéis apresentados com o intuito de esclarecer a problemática da seca, apontando formas de enfrentamento. Em alguns momentos não conseguimos fugir de um formato de transcrição fidedigna desses textos, destacando conceitos em voga até hoje e, que aparecem em discursos problematizados nessa tese. Cada texto, separadamente trouxe temáticas afins, carregadas de um valor simbólico institucional; assim, pesquisadores, técnicos, dirigentes sindicais, políticos e até mesmo pesquisadores oriundos da SUDENE poderiam trazer suas visões de mundo (e interesses) para serem debatidos no encontro, convergindo para uma mesma direção. As temáticas abordadas foram: 1. Clima e seca (Profª Raquel Caldas Lins e Solange Soares); 2. Vegetação no semiárido (Biólogo Mauricio Lins Aroucha); 3. Nordeste na economia nacional (Economista e coordenador regional do DIEESE, Reginaldo Muniz - PT); 4. Tecnologias alternativas (Agrônomo Marcelino de S. Lima); 5. Atuação da Prefeitura de Janduís (Vereador Antonio Hélio Bezerra de Almeida); 6. Açudagem (Profª Maria José e Araújo Lima); 7. Irrigação (Prof. Mauro Resende); 8. Atuação Sindical em Tauá (Dirigente Sindical Roxigério Tertuliano de Melo); 9. Frentes de Emergência (Prof. Jorge Coelho); 10. Atuação Sindical em Serra Talhada (Dirigente Sindical Manoel José dos Santos). Vamos sintetizar cada um deles a seguir:

**1.Clima e Seca:** as Professoras Raquel Caldas Lins e Solange Soares enfatizaram a questão da seca, como fenômeno que vai além de um problema climático e que precisa considerar outros aspectos do meio ambiente. Para elas, o Estado tem a obrigação de dar um tratamento à seca de forma permanente e diferenciado, no que se refere aos aspectos geo-climáticos, considerando suas distintas origens.

**2.Vegetação no semiárido:** o Biólogo Mauricio Lins Aroucha destacou a necessidade de conhecer as características ecológicas da região, trazendo culturas nativas, mais adaptadas e

resistentes, capazes de garantir o equilíbrio ecológico construindo alternativas para o semiárido.

**3. Nordeste na economia nacional:** o Economista Reginaldo Muniz destacou os esforços realizados pela SUDENE e mais especificamente pelo GTDN como fundamentais para perceber o Nordeste como parte da economia nacional e responsável por definir os rumos da agricultura nordestina. O economista ressalta o papel da SUDENE em mudar o enfoque da questão da seca. Vale a pena destacar seu texto para nossa reflexão:

*Até Juscelino, o problema do Nordeste era a seca. Havia seca, automaticamente o Governo Federal injetava recursos para investimentos (grandes açudes, grandes obras) em geral, nas propriedades dos latifundiários. A mudança de enfoque da questão da seca começou a partir da SUDENE, do GTDN (Grupo e Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), coordenado por Celso Furtado. O GTDN defendia o fortalecimento da economia regional, ou seja, um processo de industrialização baseado no aproveitamento de matérias-primas locais e voltado para o mercado interno. Com relação a agricultura, o GTDN pensava em tornar a agricultura menos dependente da cana-de-açúcar e aumentar a oferta e alimentos para o mercado interno. A seca não afeta de igual modo toda a economia. Além disto, atrai investimentos federais para a região e no período pós seca a agricultura retorna ao seu patamar. A seca não é uma questão só econômica, como não é só nordestina, portanto, precisa ter um enfoque nacional (Economista e coordenador regional do DIEESE, Reginaldo Muniz – PT, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 10).*

Neste contexto, para o economista, as tecnologias alternativas pareciam ser viáveis, mas encontravam limitações práticas que iam de encontro a necessidade de redefinição do modelo econômico nacional, capaz de gerar uma política agrícola que fortalecesse o pequeno produtor e que conciliasse o interesse industrial. Um diálogo entre o regional e o nacional estava posto no cenário político, mas precisava de um formato que possibilitasse ser comercializado. Isto fica claro no texto do economista:

*Por que as propostas de tecnologia alternativa viáveis, já desenvolvidas por vários centros, não foram colocadas em prática? Por que, aqui no Nordeste, consegue-se viabilizar a agricultura do São Francisco, da Chapada Diamantina, com o café, de produção de tomates, de frutas? Por que consegue-se viabilizar a cana-de-açúcar, o cacau? Por que em certos países, como Israel, consegue-se viabilizar até áreas de deserto? A resposta a estas perguntas é muito importante para a gente entender que a questão da seca está integrada ao modelo econômico nacional, nas necessidades de reprodução desse sistema.*

*(...)Em nenhum momento o sistema se preocupa com o problema dos nordestinos, que estão com fome por causa da seca. A questão principal para o sistema é como viabilizar a produção ao custo mais barato, para que não haja problemas do ponto de vista do lucro dos empresários. Temos que raciocinar em termos de como o sistema se comporta, quais são os mecanismos e decisão. Se a fome fosse parâmetro para a decisão do Governo Federal, evidentemente, nós já teríamos acabado com a fome no Brasil. Mas, é preciso que haja esta decisão nacional, uma decisão política.*

*Difícilmente vamos conseguir “vender” uma proposta a nível nacional, para uma alternativa tecnológica nacional que não contemple os interesses do setor industrial. Quem dita as regras do jogo econômico são os grandes empresários da indústria e do capital financeiro (dos bancos), é a chamada modernização conservadora (Economista e coordenador regional do*

DIEESE, Reginaldo Muniz – PT, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 10).

Nesse sentido a intenção de trazer o discurso das tecnologias alternativas para o debate nacional estava sendo levado para a arena das disputas. Ao analisarmos o texto do Reginaldo Muniz a aceitação de tecnologias alternativas como instrumento de uma política nacional parece evidenciar uma crítica de cunho partidário, em oposição às estratégias adotadas pelo Governo Collor. Na opinião desse economista a política do Presidente Fernando Collor estaria orientada para as grandes propriedades, visando a modernização das tecnologias. Com as tecnologias alternativas o pequeno produtor teria um espaço no modelo econômico e não seria tratado dentro de uma política de compensação.

*O campo da tecnologia alternativa conduz à apreciação das possibilidades de termos essa tecnologia a nível nacional ou não. Como conseguiríamos, portanto, ter a tecnologia alternativa adotada como instrumento de política econômica a nível nacional?*

*Com a vitória de Collor e a reciclagem da direita nacional, a sua estratégia neoliberal é reduzir os obstáculos ao mercado internacional. A partir daí a competição não se dá apenas a nível interno. No Nordeste vão sobreviver aqueles setores que têm capacidade de competir internacionalmente. A inserção do Brasil no contexto econômico internacional objetiva a exportação de produtos, especialmente de frutas, é o caso do vale do São Francisco. Nesse contexto o pequeno produtor será tratado dentro de uma **política de compensação**. A escolha do atual ministro da Agricultura do Brasil mostra qual o modelo econômico que o Governo quer implantar: viabilizar financiamentos para grandes propriedades, visando a modernização de suas tecnologias, em função do mercado (Economista Reginaldo Muniz, PT, grifo nosso, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 11).*

**4. Tecnologias alternativas** (Agrônomo Marcelino de S. Lima): nesse texto Marcelino traz para discussão as experiências realizadas pelo Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTA), enfatizando a formação de agricultores em técnicas e métodos para treinar e difundir tecnologias alternativas junto a outros agricultores. Experiências agropecuárias adaptadas à realidade do semiárido, envolvendo alternativas de tratamento de água, alimentação animal e humana, manejo da caatinga e conservação do solo foram destacadas pelo técnico.

**5. Atuação da Prefeitura de Janduís** (Vereador Antonio Hélio Bezerra de Almeida). O vereador faz um esforço em trazer a experiência do município de Janduís como exemplo diferenciado para o enfrentamento da seca. Destacando o papel da prefeitura (com um prefeito do Partido dos Trabalhadores) na solução dos problemas oriundos da seca a partir de um formato mais participativo.

**6.Açudagem** (Prof<sup>a</sup> Maria José de Araújo Lima). A professora traz uma crítica aos processos de açudagem conduzidos pelo DNOCS que beneficiavam os grandes proprietários e a agroindústria, em detrimento dos pequenos agricultores. Para ela, apesar da açudagem compreender ações “duradouras” orientadas para combater os efeitos da seca, ela vem associada a um conceito de seca que se caracterizava em escassez de água, responsável por causar sofrimento e fome dos nordestinos. Com sua ênfase à irrigação como salvação do semiárido, os grandes açudes construídos carregavam a justificativa de favorecer a fixação do homem no semiárido, mas perdia seu sentido com um incentivo à pesca que desviava o interesse da agricultura e da “questão da terra”.

*O que faz o DNOCS? Intencionalmente ou não, as instituições governamentais, dentro de suas políticas, começam a investir na pesca. Encontramos muitos açudes com incentivo à pesca e até com organização de colônias de pescadores. Como explicar esta ênfase à pesca?*

*Como na agricultura é mais difícil solucionar a questão da dimensão e da propriedade da terra, a saída é incentivar a pesca. Ela apresenta alguns aspectos importantes: primeiro, o trabalhador se sente mais independente, mais livre; segundo, o resultado é imediato; terceiro, o risco é menor. Pelo lado do dono da terra, ocorre que, no momento que incentiva-se para a pesca, desvia-se da questão da terra, da desapropriação.*

*A açudagem vem, portanto, facilitar muito mais a vida dos grandes proprietários, do que dos pequenos agricultores (Prof<sup>a</sup> Maria José de Araújo Lima, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 14).*

Nesta perspectiva a professora aponta para a manutenção da dependência do agricultor aos processos agroindustriais, deixando o agricultor endividado e a mercê dos interesses da agroindústria. A chamada “compra na folha” caracterizava este processo, entendida como uma espécie de financiamento da produção e estabelecimento de preços por parte do proprietário. Tal argumento aponta para a responsabilidade do Estado, uma vez que nesse modelo de modernização o agricultor familiar permanece dependente dos grandes, sejam eles os atravessadores ou proprietários de terra, conforme assinala o texto da professora:

*Se, de um lado, o Estado tem oferecido estratégias para combater os efeitos da seca, teoricamente, por outro lado, ele tem o cuidado, quase que primordial, de fazer com que o pequeno agricultor não se liberte de sua condição de escravo. Então, a questão da fixação do homem à terra, através da estratégia da açudagem, parece que não tem tido o efeito esperado, pelo menos do lado dos agricultores. Mas, do lado do Estado é bastante eficiente, porque os agricultores não conseguem avançar na questão da sua produção, nem tampouco como donos dos seus meios de produção; estão sempre atrelados às políticas governamentais (Prof<sup>a</sup> Maria José de Araújo Lima, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 15).*

**7.Irrigação** (Prof. Mauro Resende): O professor Mauro Resende inicia o texto com uma “grande” questão: *No que se refere a água, será que a sua falta é uma peste ou uma benção?*

No intuito de considerar as condições climáticas do semiárido como essenciais para o domínio da caatinga, o professor fez um esforço em trazer uma irrigação de menor porte como estratégia para as regiões mais secas, possibilitando maior controle da água, de pragas e doenças. Para ele a construção de açudes menores, mais adaptados à pequena produção, em combinação com a perfuração de poços podem resolver os problemas dos solos rasos e a acumulação de sal, com a irrigação controlada e plantas tolerantes. Neste sentido o professor consegue trazer a importância de uma irrigação adaptada para o semiárido, com limitações quanto ao uso de máquinas, e iniciativas empresariais.

Novamente o propósito de fixação do homem na terra é levantado pela discussão, enfatizando a importância econômica da pecuária, sob o argumento da facilidade no armazenamento e na comercialização, em comparação à produção de alimentos, que para o professor desvia-se para um interesse secundário, diante do problema do êxodo para às grandes cidades.

*A intenção global de tudo isso é a fixação do homem na terra, o que se tem que fazer para que isso aconteça? Alguma atividade comercial tem que ser desenvolvida, se formos fixar de uma forma digna e permanente, e que dê condições ao agricultor de comprar outros produtos de necessidade básica.*

*Além das culturas, sobretudo as comerciais, que outras coisas nós temos? Temos o gado, que implicações o gado tem? O gado consome menos mão de obra, oferece um risco menor, não tem problema de armazenamento (ele ocupa a área de forma muito mais itinerante), transporte (é o único produto que se locomove), a comercialização é muito menos complicada, além do leite, a carne, etc.*

*Em termos de uma política de fixação do homem na terra, a impressão é que a argumentação a respeito da produção de alimentos, pode não ser uma boa, o melhor é esse aspecto do inchamento das grandes cidades. Se não resolvermos esse problema, a cidade vai sofrer (Prof. Mauro Resende, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 16).*

**8. Atuação Sindical em Tauá** (dirigente sindical Roxigério Tertuliano de Melo): aqui o dirigente sindical procurou enfatizar as iniciativas do sindicato do município de Tauá, no que se refere à organização e mobilização dos trabalhadores. Com um histórico baseado em uma relação assistencialista, desde a sua fundação (1969), o dirigente aponta para uma emancipação dos trabalhadores dentro do sindicato na década de 80, período em que os trabalhadores assumiam a sua direção através de um grupo de oposição, a partir da reivindicação de vagas nos programas de emergência. Assim, o dirigente se preocupou em apontar certa associação entre a seca e os grandes latifundiários e cabos eleitorais no município.



**9.Frentes de Emergência** (Prof. Jorge Coelho): O Professor Jorge Coelho trouxe para discussão um movimento interessante defendido entre os bispos nordestinos diante da crescente miséria da população, trazendo a necessidade de criar um órgão público que aliviasse o sofrimento em épocas de seca e que promovesse o desenvolvimento da região. Com este movimento, que se somava às iniciativas do povo nordestino, levantava-se uma voz em defesa da formação da SUDENE, que poderia representar, para o professor, a redenção do Nordeste.

*Desde a grande seca de 77, os bispos do Nordeste ficaram bastante preocupados com a larga e crescente miséria do povo. Daí foi acalentada a ideia de criar um órgão público que aliviasse o sofrimento em épocas de seca e que promovesse o desenvolvimento da região. Essa ideia de criar a SUDENE encontrou dificuldades de se concretizar pela reação dos latifundiários. O povo foi às ruas e os bispos também levantaram sua voz, tudo em defesa da formação da SUDENE. Ela representava a redenção do Nordeste, assim como a CHESF e o Banco do Nordeste também significaram a redenção da Região, a salvação diante de tanto sofrimento. (...)*  
*Em 1963, a SUDENE criou um programa de emergência para atender a população com água, através de carros-pipa. Junto a isso veio o fisiologismo dos políticos e o voto de cabresto; quem mandava no resultado das eleições era o Governo, a situação. Os recursos das emergências eram distribuídos com os políticos para usarem como quisessem e onde quisessem (Prof. Jorge Coelho, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 18).*

No entanto, diante de interesses econômicos e eleitorais, oriundos de latifundiários e políticos, os meios acessados para enfrentar a seca do Nordeste foram intencionalmente viesados, distorcidos, e resultaram em um programa de emergência cujo o objetivo era o financiamento da política na região. Para ele as frentes de emergência são importantes; especialmente nos momentos mais críticos, uma vez que os programas permanentes já existiam. O que se deve levar em consideração vai além disso, da concretização desses programas a partir das necessidades reais dos trabalhadores, partindo de uma ação política proveniente dos sindicatos, cooperativas e partidos políticos.

*Não deve nem ser cogitada a ideia de acabar com as frentes de emergência, “a gente não acaba com a última coisa que está se pegando”. “A emergência existe para acudir nesse tempo de grave crise”. Programas permanentes existem, como o Programa Sertanejo, o São Vicente, o PAPP, o Padre Cícero, todos voltados para as áreas de seca. Se esses programas são bons ou ruins é outra questão. Mas, se a gente pudesse politicamente, através dos sindicatos, cooperativas, partidos políticos, deveria transformar esses programas em algo concreto que atenda às necessidades dos trabalhadores (Prof. Jorge Coelho, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 18).*

**10.Atuação Sindical em Serra Talhada** (Dirigente Sindical Manoel Santos): Contando a trajetória do programa de combate aos efeitos da seca no município de Serra Talhada Manoel

Santos faz referência ao Sindicato dos Trabalhadores de Serra Talhada, que surge como movimento de luta em um cenário de apadrinhamento político e aproveitamento eleitoral da seca. Aqui nos interessa destacar o texto de Manoel Santos, por se tratar de um dirigente representativo para o município que contextualiza Serra Talhada na crítica dos programas de combate à seca do Nordeste.

*O município possui quatro grandes açudes. Mas, não tem um programa oficial de irrigação; as terras estão sendo passadas para pessoas de alto poder aquisitivo, destinadas mais para a pecuária e ao lazer dos ricos da cidade. A maior parte das terras está com os latifundiários. Tem muita gente com pouca terra e pouca gente com muita terra. Em 1979, no programa de combate aos efeitos da seca, os trabalhadores não tinham oportunidade de se alistarem. Tinham que ser indicado pelo dono da terra, que acabava sendo o grande beneficiado com a emergência, pelas benfeitorias realizadas nas grandes propriedades. O Sindicato começou a acompanhar de perto esses problemas e a fazer denúncias. No ano seguinte, o alistamento passou para a Prefeitura. Começa, então, os apadrinhamentos políticos. Isso durou até o período da campanha das eleições para prefeito, em 82.*

*Em 1982, o programa saiu das mãos dos prefeitos, passando para o controle do Exército e DNOCS. Pela primeira vez as mulheres puderam se alistar, graças a luta do Sindicato. Nos três casos, a finalidade da emergência não era beneficiar os trabalhadores, nem havia interesse em concluir as obras. A enchente que veio depois destruiu os pequenos açudes que não tinham sido terminados, e causou a perda de muitas roças. (...)*

*Este ano, volta novamente o problema da falta de chuvas e a inquietação dos trabalhadores a partir do mês de março. Começou, sobretudo em Serra Talhada, numa grande movimentação dos trabalhadores no Sindicato, na Prefeitura e ocorreram muitos saques.*

*Diante da situação de fome dos trabalhadores e dos saques, o Prefeito passou a dar declarações nas rádios e nas comunidades, dizendo que os trabalhadores que saquearam não eram agricultores que passavam fome, mas ladrões que queriam viver do trabalho dos outros. Foi montado um esquema policial para reprimir os saques, onde vários trabalhadores foram presos. O Movimento Sindical começou a organizar os trabalhadores para responsabilizar as autoridades que os acusavam de ladrões, pressionando uma negociação com os órgãos públicos. Depois de muita discussão, muita pressão, o prefeito aparece. Fez algumas distribuições de alimentos, duas feiras e na terceira disse que não podia mais. O número de trabalhadores continuou aumentando, procuramos orientá-los e leva-los para a Cisagro.*

*No momento em que essa luta era organizada, coordenada pelo Sindicato, os trabalhadores passaram a receber os alimentos. O Prefeito e a própria Cisagro, o Grupo de Ação Municipal de Combate a Seca, que estavam dizendo que não havia aquele problema no município, passam a assumir o problema da fome, da inquietação dos trabalhadores e, inclusive, a entrar em contato com as autoridades do Estado e ficaram também do lado dos trabalhadores, do ponto de vista da representação da situação. Chegamos a fazer um documento conjunto, assinado pelo Sindicato, Prefeitura, Igreja Local, Emater, Cisagro, Comando da Polícia Militar. Estava todo mundo envolvido nesse problema da falta de alimentos para os trabalhadores (Dirigente Sindical Manoel Santos, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 19).*

O texto de Manoel Santos evidencia um movimento de organização dos trabalhadores diante das críticas das políticas de combate à seca, que se desenvolve mediante um processo que exige negociação com órgãos públicos. Inicialmente caracterizada por denúncias e reivindicações, com intuito de que as autoridades do Estado passassem a assumir o problema da fome e da inquietação dos trabalhadores. Aqui a demanda de alimentos começa a ser

questionada e levada ao efeito de abusos políticos gerando subordinação, de acordo com o sindicalista:

*Nesse momento, começamos a ver a necessidade de mudar de tática, porque ações como a distribuição de alimentos abafam a real situação dos trabalhadores. Discutimos com os próprios trabalhadores e mostramos que não iríamos procurar o Prefeito para distribuir alimentos, porque queríamos que houvesse uma decisão política de reconhecer a situação de miséria que estavam passando os trabalhadores.*

*Então, passamos a batalhar junto ao Governo do Estado; fomos a Brasília e tivemos uma audiência com o Ministro da Agricultura.*

*O que temos observado em todo esse processo é que, do ponto de vista político, a fome e a seca interessam para os políticos. Não há interesse deles em resolver os problemas os trabalhadores, porque quanto mais o homem passa fome, mais será subordinado politicamente, será enganado com um pequeno benefício, que o leva a votar no candidato daquele que o engana. O homem com fome não tem condições de pensar (Dirigente Sindical Manoel Santos, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 19).*

O interesse político na fome e a utilização da distribuição de alimentos como aproveitamento eleitoral faz com que o movimento sindical mude sua orientação, começando a assumir sua crítica para um âmbito político direcionado: o governo Collor. À sua oposição fazia coro os interesses de um governo que acessava outros discursos, que compreendiam o pequeno produtor e que iam de encontro às políticas de combate à seca. A fixação do trabalhador no campo seria agora trabalhada através da desapropriação de terras e da reforma agrária, trazendo condições para a produção da agricultura.

#### *PROPOSTAS DO MOVIMENTO SINDICAL*

*Essa é a realidade que estamos vendo. Então, vem o presidente Collor e diz que vai fazer um governo novo, um programa diferente e que não quer emergência. Quanto as nossas reivindicações, ele nunca respondeu. Quando participamos da audiência com o Ministro da Agricultura ele respondeu que o problema da seca seria resolvido, porque o Ministério da Ciência e Tecnologia em poucos dias estaria distribuindo uma cartilha que ensinava ao trabalhador como melhor conviver com a seca, que era plantando batata, abacaxi, utilizando a irrigação em alguns setores, etc.*

*É claro que nós entendemos que a ciência e a tecnologia são necessárias permanentemente, mas interrogávamos: no momento em que não tem chuva e o trabalhador já está com fome, é hora de ensinar-lhe a plantar abacaxi, batata e outras coisas? E o que é que a gente está observando da política de Collor?*

*Em primeiro lugar, nossa reivindicação é que o trabalhador que não tem terra seja atendido dentro de um programa que vise sua fixação no campo. Que o governo desaproprie as áreas que podem ser usadas com irrigação e que coloque esses trabalhadores em condições de produzir. A seca é um problema que também está diretamente ligado a questão da reforma agrária.*

*Para o trabalhador que já tem terra, defendemos a realização de um programa que, ao invés de tirar o homem de onde ele está produzindo culturas e criando animais para construir açudes e estradas, garanta a esse homem o direito de continuar na sua agricultura.*

*Quanto aos trabalhadores de periferia das cidades, nossa proposta é realizar mutirões de produção de tijolos e construção de suas casas, respondendo ao débito do governo no campo da moradia.*

*Entendemos que esse programa precisaria da intervenção do Governo Federal, no aspecto político e dos recursos, e a sua coordenação deveria ser feita através do Governo do Estado.*

*Por quê? Porque tendo uma coordenação no Estado, a gente sabe a quem cobrar, a quem denunciar, a quem exigir* (Dirigente Sindical Manoel Santos, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 20).

No texto acima assinalamos uma chave discursiva interessante. De uma crítica às ações do governo federal, farta de denúncias e reivindicações, a demanda dos trabalhadores, entendidos sob a coordenação do movimento sindical, começava a se constituir em um movimento político, que exigia a coordenação do Governo do Estado (no âmbito do Estado de Pernambuco, na época governado pelo PMDB). Vejamos:

#### *A POLÍTICA DO GOVERNO*

*Qual está sendo a política do governo Collor? Em primeiro lugar, não reconhece os problemas dos Estados, uma vez que a maioria deles não lhe apoiou na campanha eleitoral. Está com um programa de liberação de recursos dentro de uma estratégia de desenvolvimento que, segundo ele, serão aplicados num prazo de cinco anos. Até aqui não diz claramente o que virá para atender aos trabalhadores neste momento de dificuldade.*

*E o mais grave é que esses recursos estão sendo repassados para as prefeituras, o que significa dizer que, só em Pernambuco, o programa terá mais de 150 administrações. O que vai acontecer? No Sindicato que houver um pouco mais de experiência de atuação, conseguiremos, ao menos fazer uma “zuada”, algumas denúncias. Mas, onde o Sindicato for fraco, a coisa vai correr frouxa. Sabemos que, hoje, no Movimento Sindical, a maioria dos dirigentes não são esclarecidos, estruturalmente capazes de enfrentar programas como esse. E para completar, o Governo Collor, que prometia acabar com a corrupção na seca, anunciou a distribuição de cestas de alimentação nas prefeituras. Não precisa dizer mais nada. É essa a realidade que a gente tem da seca* (Dirigente Sindical Manoel Santos, I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 20).

Observa-se que as reivindicações se ampliam para os Estados, ressaltando aqueles que não apoiaram o atual governo (Collor). No Estado de Pernambuco, a eleição de Jarbas Vasconcelos em 1985, pelo PSB e Miguel Arraes em 1987, pelo PMDB, evidenciava as conquistas políticas de uma oposição que tentava legitimar as reivindicações do movimento sindical. Os dois partidos representavam a oposição na época e tinham na figura de Miguel Arraes uma esquerda política, aliada aos movimentos sociais, desde 1963, eleito governador e deposto do cargo pelo Golpe Militar, em 1964.

De um governo que tinha como estratégia de desenvolvimento a maximização da competitividade do agronegócio, para um governo que pretendesse um projeto de desenvolvimento humano, voltado para os pequenos produtores; uma disputa partidária se encadeava, acessando repertórios contrastantes, “grande propriedade” e “pequena propriedade”, “tecnologias modernas” e “tecnologias alternativas”, políticas de emergência e políticas permanentes, “combate à seca” e “enfrentamento da seca”. O fato é que o problema da seca começava a ser questionado e compreendido em uma dimensão política, uma nova

forma de tratar a seca, expurgando as práticas de aproveitamento eleitoral e instrumentalizando os sindicatos para a luta e a articulação dos trabalhadores, envolvidos pelo debate das tecnologias alternativas que se opunham às políticas até então conduzidas pelo Estado.

Alternativas para o enfrentamento da seca estavam sendo discutidas, e teriam nas tecnologias alternativas uma retórica importante que colocava projetos distintos em disputa. As alternativas vislumbradas implicavam em alternativas que objetivavam a fixação do homem no semiárido, considerando que a realidade ecológica deveria estar associada a técnicas e culturas mais adaptadas e resistentes.

De maneira mais concreta, nesse momento começa a se desenvolver um novo paradigma capaz de substituir o paradigma de combate à seca, até então dominante, caracterizado por pacotes agrícolas, dotados de tecnologias que dominaram as preocupações da pesquisa e da extensão agrícola durante a década de 70 e 80. Para Almeida (1998) a crise dos princípios que validavam este modelo está associada à crescente adesão de técnicos e cientistas que se contrapunham ao paradigma dominante, propondo novas alternativas, a partir de meados da década de 80, com a entrada de vários representantes da ciência “clássica” das universidades nas entidades “oficiais” de pesquisa e extensão<sup>120</sup>.

*Parte-se do pressuposto, aqui, de que os princípios que validam a tecnologia “convencional” ou “moderna” estão em crise. Essa crise se evidencia através de algumas manifestações gerais, que deixam claro a perda de lucratividade e a baixa produtividade (ou produtividade estagnada) de certos produtos e atividades agrícolas. A perda de credibilidade do “modelo” evidencia-se pela crescente adesão de técnicos e cientistas “oficiais”, que passam a discutir – e mesmo a apoiar em alguns casos – aquelas iniciativas que criticam o paradigma dominante, que propõem e experimentam novas alternativas (ALMEIDA, 1998, p. 121-122).*

A crise do paradigma de combate à seca, indicada por Silva (2006) está agregada a um resgate do pensamento crítico sobre a modernização conservadora do combate à seca e vislumbra a construção de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para o semiárido, que começa a ser desenhado nesses encontros (O 1º Encontro Seca, Implicações políticas e formas de convivência e I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações Políticas e formas de Enfrentamento). Com esses encontros que compreenderam o Fórum Seca<sup>121</sup>, podemos verificar que um novo paradigma estava sendo disputado e construído, das

<sup>120</sup> Almeida (1998) se referia como instituições “oficiais” alguns grupos de pesquisadores e extensionistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da EMATER – RS do Rio Grande do Sul.

<sup>121</sup> No Anexo C adaptamos um quadro que sistematiza todas as atividades realizadas pelo Fórum Seca no período de 1989 a 1997. Apesar do Fórum Seca ter no seu lançamento, em Serra Talhada (1991) um evento marcante, ele compreendeu uma série de Encontros, Seminários e ocupações que conformaram o seu formato.

tecnologias alternativas para a convivência com a seca, e a convivência com o semiárido da atualidade. Nossa intenção é apontar permanências e rupturas que ainda precisam ser discutidas, em meio a um jogo de disputas que se constituem na busca de um novo paradigma.

De acordo com Silva (2007) este movimento constitui um processo de transição paradigmática, caracterizado por inovações e continuidades que vêm conquistando espaço na sociedade. Mas o fato dos discursos das organizações da sociedade, da comunidade acadêmica e dos governos estarem se distanciando do combate à seca e da concepção de “soluções dos problemas da seca” através da “modernização econômica e tecnológica”, significa a crise do discurso do combate à seca, e um movimento de aproximação da questão ambiental e social do discurso do desenvolvimento sustentável.

Para nós este processo transitório corresponde muito mais a um processo de disputa discursiva que um processo colocado em prática a partir de mudanças efetivas. Se a transição paradigmática ocorre, ela passou por um campo de forças complexo repleto de intencionalidades que mantêm estruturas constantemente criticadas provenientes de tecnologias modernas e interesses partidários, em que os esforços do próprio combate à seca ainda permanecem.

Nesse sentido é importante destacar que o debate “alternativo” da década de 90 se desenvolvia como uma espécie de articulador social que tentava agregar amplos segmentos sociais e produtivos para se constituir em um novo paradigma. E precisava se firmar enquanto referencial mais preciso e “paradigmático” capaz de substituir o “velho” paradigma, através de “razões sociais e políticas” manifestadas por movimentos sociais (ALMEIDA, 1998).

Para nós a transição paradigmática mencionada por Silva (2007) que começou a requerer a convivência com o semiárido como paradigma pode ter fundamento se observamos seu movimento discursivo entre as diferentes instâncias da sociedade nordestina. Aqui pretendemos ressaltar que outros paradigmas entraram na disputa. A convivência com o semiárido começava a ser discutida no “1º Encontro Seca, Implicações políticas e formas de convivência”. Mas no “I Seminário Pernambucano, Seca: Implicações Políticas e formas de Enfrentamento” ela não estaria presente. E as formas de enfrentamento teriam sido ressaltadas para que fossem sugeridas tecnologias alternativas como solução, se contrapondo às grandes obras de irrigação.

Se as tecnologias alternativas ainda estavam encontrando dificuldades para se legitimarem enquanto paradigma, especialmente no campo científico, conforme Almeida (1998), outro paradigma precisava ser encontrado, sob uma forma específica para o semiárido nordestino que pudesse partir de uma crítica mais fundamentada ao combate à seca,

agregando diversas entidades, com destaque ao Grupo de Ecologia Humana da UFPE e a própria SUDENE. No Seminário realizado em 1990 encontramos uma variedade de conceitos que serão retomadas pelo paradigma da convivência com o semiárido.

Neste caminho era necessário encontrar formas de validação das propostas nas quais a ciência e os movimentos sociais pudessem dialogar. A construção de um Fórum ampliado de enfrentamento da problemática da seca de Pernambuco teria sido o caminho encontrado para que esse diálogo fosse levado a efeito, agregando diferentes visões de mundo que pudessem discutir tecnologias alternativas para o enfrentamento da seca, trazendo os processos de sindicalização rural junto com suas reivindicações como essência constitutiva do paradigma que estava sendo construído<sup>122</sup>. Mas ainda precisava ser validado. A seguir destacamos trechos da Carta do Seminário, intitulada “Por Terra e Vida no Semiárido”, endereçada ao Banco Mundial e à Sociedade Civil, com as seguintes propostas:

*Sindicalistas, técnicos e pesquisadores, reunidos no I Seminário Pernambucano Seca: Implicações Políticas e Formas de Enfrentamento, em Camaragibe, nos dias 27, 28, 29 e 30 de agosto, resolvem tornar públicas as questões que consideramos da maior gravidade no atual momento de seca que passam milhões de nordestinos. (...)*

*Queremos um PROGRAMA PERMANENTE DE COMBATE AOS EFEITOS DA SECA, elaborado conjuntamente com a sociedade civil, através de suas organizações, e que procure preparar a população para enfrentar a Seca, enquanto situação particular do ecossistema nordestino, e não como um tempo de fome, miséria e subordinação. Que o Estado tenha programas de emergência necessários em momentos imprevisíveis de calamidade, tais como ocorre nas inundações.*

*Queremos que A TERRA SEJA DEMOCRATIZADA, com Reforma Agrária que inclua as terras úmidas, dando condições aos agricultores de produzirem alimentos para toda a sociedade.*

*Queremos que a implantação de POLÍTICAS DE EXPLORAÇÃO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS que preservem o meio ambiente, para garantir o desenvolvimento das populações rurais e sua fixação no campo.*

*Queremos que AS INFORMAÇÕES GEO-CLIMÁTICAS E TÉCNICAS, DETIDAS PELOS ÓRGÃOS DE PESQUISA ESTATAIS SEJAM REPASSADAS A TODA SOCIEDADE, de forma que a mesma possa definir-se a cerca do seu futuro. Não queremos mais relatórios secretos.*

*Propomos que AS ESCOLAS PÚBLICAS DO NORDESTE TENHAM UM PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE A PROBLEMÁTICA DO SEMIÁRIDO, que venha a traduzir as preocupações da sociedade.*

*Vamos propor que TODOS OS SINDICATOS ORGANIZEM COMISSÕES DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA, de forma a poderem refletir junto aos trabalhadores propostas a serem implantadas nas áreas reivindicadas.*

*Seca não deve ser discutida somente nos períodos em que este fenômeno ocorre. Para isto nos propomos a CONSTRUIR O FÓRUM AMPLIADO DE ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DA SECA DE PERNAMBUCO, a ser constituído por entidades sindicais, de assessoria, de pesquisa, ambientalistas, ecologistas, partidos políticos e sociedade civil. O mesmo terá a função de fazer com que a problemática da seca faça parte do dia-a-dia da sociedade, de forma tão normal como um dia de sol ou um dia de chuva.*

*Camaragibe, 30 e agosto de 1990. (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 21)*

<sup>122</sup> Não é a toa que o Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro estava na organização dos dois Encontros.

Nas propostas do Seminário fica claro que a reivindicação de um Programa Permanente de combate aos efeitos da seca<sup>123</sup> trazia a demanda da sociedade civil como compromisso, permanecendo o Estado como responsável pelos programas emergenciais. Aqui já encontramos uma distinção entre o Estado e a sociedade civil que se amplia para a distinção de dois projetos discursivamente antagônicos, os programas emergenciais e o programa permanente que estava sendo colocado. O Programa Permanente iria requerer o protagonismo da sociedade civil e outra forma de enfrentar a seca, enquanto situação particular do ecossistema nordestino, enquanto situação que pudesse ser planejada para preparar a população.

Aqui os sindicatos se tornavam sujeitos chave para este processo, carregando toda sua bagagem de luta diante dos momentos de seca vivenciados e das ações repressoras do Estado. De acordo com Almeida (1998), para uma mudança paradigmática, o movimento social é condição primeira; e a trajetória dos sindicatos enquanto organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais representava uma disposição crucial para acessar o paradigma que tentava ser legitimado, através da organização de comissões de tecnologia alternativa.

Com a pretensão de contribuir para *desmascarar, com fundamentos, as ações do Estado (municipal, estadual e federal) que têm se caracterizado pela manipulação e exploração do povo em momentos de agravamento das suas condições de vida e de trabalho* (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, p. 03) o encontro vem sustentando uma bandeira de crítica ao Estado que começava a desvendar um cenário contraditório, entre a busca de um programa permanente conduzido pela sociedade civil e um programa emergencial conduzido pelo Estado.

No entanto para que este movimento fosse reconhecido, uma correlação de forças precisava ser construída, convergindo verdades e intencionalidades. Assim, a própria SUDENE, através de uma proposta de desenvolvimento regional foi capaz de contribuir para uma política agrícola voltada para a pequena produção; a Universidade Federal de Pernambuco, com sua proposta oriunda da Ecologia Humana, criticando os processos de açudagem; o Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro, com sua proposta

---

<sup>123</sup> Diante das nossas observações (oriundas da literatura da convivência com o semiárido) este Programa Permanente teria sido reformulado em 1993, e ganhado neste período maior legitimação com a elaboração do documento propondo “*Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido Brasileiro: Propostas da Sociedade Civil*”, oriundo do Fórum Nordeste (DINIZ, 2007).



alternativa à grande produção; e os partidos políticos, com as propostas do Partido dos Trabalhadores e da Frente Popular<sup>124</sup>; concorriam por um espaço para legitimação.

Por uma Carta endereçada ao Banco Mundial e à sociedade civil, a crítica que pretendia desmascarar o Estado se constituía de uma variedade de atores em disputa por um espaço comum, ainda indefinido, mas objeto de desejo. Aqui encontramos o Estado, capaz de legitimar o paradigma que estava sendo construído e sua própria configuração: da “oposição” para um modo ampliado que buscava ser universalizante, inserindo a diversidade de atores sociais, a sociedade civil, de acordo com Diniz (2007), em respeito ao experimentalismo institucional em pauta, a partir de 2003.

*A distinção polarizada entre Estado (o governo e o aparato administrativo) e sociedade civil é um tanto simplória se buscarmos entender as profundas mudanças ocorridas nos campos social e político ao longo do século XX e início do século XXI em todo o mundo. No Brasil não é diferente: nas últimas décadas a sociedade se modernizou e, ao fazer isso, se complexificou enormemente. Novas demandas políticas surgiram, oriundas de uma pluralidade de atores sociais que emergiram justamente nesse processo de complexificação; novos campos de reivindicação e de luta – coletiva e individual – foram criados a partir de diversas fontes geradoras de identidade que talvez essa distinção entre Estado e sociedade civil não seja suficiente para entendê-las (DINIZ, 2007, p. 211).*

Se pudermos orientar a discussão com a ajuda dos conceitos de Bourdieu (2011a) no campo que parecia se configurar, uma trajetória de movimento social forte e reconhecida representava um capital diferencial para a disputa e legitimação de um novo paradigma. Restava definir o espaço em que ele seria construído, para conseguir um efeito de desparticularização capaz de teatralizar o oficial e o universal pelo respeito público das verdades públicas em que a sociedade se reconhece e está de acordo (BOURDIEU, 2014). Restava definir o espaço em que uma articulação em rede se consagrasse<sup>125</sup>. Das tecnologias alternativas para a agroecologia (SILVA, 2011). Da agroecologia para o diálogo com a convivência com o semiárido<sup>126</sup> (DINIZ; PIRAUX, 2011b). Do campo técnico-científico para o campo político.

<sup>124</sup> Os candidatos ao Governo de Pernambuco explanaram suas propostas de governo. Compareceram no encontro o candidato do PT Paulo Rubem Santiago e um assessor de Jarbas Vasconcelos, Jorge Jatobá, da Frente Popular.

<sup>125</sup> A Rede PTA é exemplo disso, constituindo o formato de rede a partir de 1989. Neste período há um processo transitório que marca uma transposição conceitual, agregando a agroecologia como fio condutor da Rede, influenciada pela publicação do livro de Miguel Altieri, “Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa”, publicado pelo PTA em 1989. A partir do ano 2000 novas redes são criadas recuperando as iniciativas da Rede PTA em torno das suas inovações políticas e institucionais e da agroecologia: o caso da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia é um exemplo (DINIZ; PIRAUX, 2011b). Neste momento os conceitos acessados pela Rede PTA começavam a ser questionados, passando de um viés mais técnico e teológico para uma perspectiva agroecológica que ia além da maximização da produção de uma atividade em particular, para a otimização do agroecossistema como um todo (DINIZ; PIRAUX, 2011a; SILVA, 2011).

<sup>126</sup> Numa interface entre um respaldo mais técnico das organizações da Rede PTA com as tecnologias alternativas e um respaldo político da convivência com o semiárido, inaugurado pela ASA enquanto articulação política da sociedade civil, e associativismo em rede; para Diniz e Piraux (2011b) se não há uma transição, há um diálogo, em que as experiências agroecológicas e a convivência com o semiárido são as bases técnico-política dos programas da ASA, lados de uma mesma moeda que carecem de maior integração. O marco fundamental deste processo foi o Fórum Paralelo da Sociedade Civil do final da década de 90, durante a COP3 (1999), em Recife, Pernambuco. Foi durante este Fórum

### 3.2. O Fórum Seca como espaço de articulação política

A proposta de um Fórum Ampliado de Enfrentamento da problemática da seca se materializava no Fórum Seca (FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA). O Fórum pretendia ser uma articulação permanente e sistemática entre diversas entidades de assessoria (ONGs), entidades e trabalhadores rurais (Sindicatos, federação, central), movimentos pastorais, centros de pesquisa e intelectuais/pesquisadores, empenhados na construção de alternativas frente ao complexo problema da seca. A estrutura administrativa do FÓRUM SECA se caracterizava por um Colegiado de Entidades, uma Coordenação e um Gabinete. O Colegiado era a articulação mais geral, composta de entidades sindicais do campo, ONG's de assessoria ao meio rural, movimentos pastorais, grupos e centros de estudo e pesquisa. A Coordenação era formada por cinco entidades: FETAPE, CUT-PE, CENTRU – PE, Projeto Tecnologias Alternativas - PE/PB e CAATINGA, representados, respectivamente por Manoel Santos – FETAPE, Aristides Veras – CUT, Manoel Raimundo – CENTRU, Mauricio Aroucha – CAATINGA, Marcos Figueiredo – PTA/CJC. O Gabinete era uma Equipe Executiva, responsável pelas tarefas definidas pela Coordenação ou pelo Colegiado (FÓRUM SECA, 1991).

O Encontro Seca: Implicações Políticas e Formas de Convivência de 1989 representou o ponto de partida para o surgimento do Fórum Seca. De um encontro que pretendia discutir a seca em um momento anterior ao seu desenvolvimento (1990 a 1993), para um Fórum que teve sete anos de existência (1989 a 1997), o esforço dos atores era a construção de uma articulação estadual para enfrentamento permanente e articulado da problemática da seca. Com o Relatório Histórico do Fórum Seca adaptado no anexo P (QUADRO 7), pudemos visualizar as principais ações<sup>127</sup> que nortearam sua articulação, com instituições e organizações da sociedade civil nos níveis regional e nacional, sistematizadas em 30 eventos para a formulação de um *novo modelo de desenvolvimento capaz de encerrar o drama da população do semiárido, e de toda a região nordeste*.

Diante do exposto chamamos atenção para seis eventos que marcaram as evidências empíricas da nossa tese, ressaltados em literatura especializada da convivência com o semiárido e nas nossas entrevistas: os dois primeiros encontros, o “I Encontro Seca – Implicações Políticas e Formas de Convivência” (24 a 26 de outubro de 1989) e o “I

---

que a Articulação do Semiárido (ASA - Brasil) se consolidou enquanto articulação política, congregando as organizações do campo da Agroecologia para aproximar as experiências práticas da Rede PTA (SILVA, 2011).

<sup>127</sup> As atividades do Fórum Seca foram financiadas por entidades da Coordenação e por doações da OXFAM e do SACTES e tiveram a cobertura da imprensa local e nacional.

Seminário Seca – Implicações políticas e formas de enfrentamento” (27 a 39 de agosto de 1990), esmiuçados anteriormente no nosso texto; o “Debate sobre a seca e a cesta no governo Collor e Mello” (07 de dezembro de 1990); o “Lançamento Público do Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca” (05 de maio de 1991); o “Seminário Nordestino: realidade e perspectivas” (26 a 28 de junho de 1992); a “Ocupação da SUDENE pelos trabalhadores rurais” (16 de março de 1993); o “Seminário Estadual o Plano de Ações Permanentes” (29 e 30 de abril de 1993); o “Seminário Regional do Plano de Ações Permanentes” (10 a 13 de maio de 1993) e a “Segunda Ocupação da Sudene” (18 de outubro de 1993).

Para a sistematização do Fórum Seca um dossiê foi elaborado para registrar os primeiros passos do que pretende ser uma “nova história” comprometida com a emancipação dos trabalhadores rurais do Nordeste. Foram reunidos textos e trechos de jornais publicados durante o Fórum. A seguir retomaremos pontos relevantes do Fórum Seca destacados no dossiê (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).

Com uma proposta que aspirava no “I Encontro Seca – Implicações Políticas e Formas de Convivência (1989)” ser o subsídio da base sindical do Estado no atendimento às famílias de trabalhadores do semiárido para enfrentar os problemas da seca, no “I Seminário Pernambucano: Seca – Implicações políticas e formas de enfrentamento (1990)” ela configurava um formato epistemológico, que pretendia desmistificar o problema da seca e denunciar o descaso do Estado. Assim:

*Analisar a seca em seus aspectos climático, social, político e econômico, e qualifica-la como um problema que tem solução. A partir dessa análise, definir os caminhos para enfrenta-la de forma eficaz, apontando alternativas que beneficiem aqueles que trabalham na terra, e denunciar o descaso do Estado (federal, estadual e municipal) com milhões de trabalhadores pela forma como tem sido tratado o problema. (...) As ações governamentais mais recentes têm sido de negar a existência de seca ou continuar com políticas assistencialistas, paliativas, eleitoreiras e ineficazes, tais como a distribuição de cestas de alimentos para as populações famintas. Há 113 anos, as frentes de emergência só fazem perpetuar a dependência do agricultor aos políticos fisiológicos (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

Se desenrolava aqui um contraponto. O “debate sobre a seca e a cesta no governo Collor de Melo” ocorrido no dia 07 de dezembro de 1990 pretendia avaliar política e nutricionalmente a cesta básica anunciada pelo governo Collor (Programa de distribuição de uma cesta alimentar mensal, destinada a famílias de oito pessoas, contendo dez kg de arroz, três kg de farinha e três kg de fubá de milho). A análise foi conduzida pelos técnicos, Manoel Santos, dirigente da FETAPE; Emília Perez, nutricionista da Universidade Federal Rural de Pernambuco; e Reginaldo Muniz, economista do DIEESE, que participaram como

palestrantes tendo na Coordenação dos trabalhos o jornalista Fernando Velozo e o pesquisador Marcos Figueiredo.

*Segundo a nutricionista Emilia Perez, a cesta básica oferecida pelo Governo Federal traz consequências danosas para as famílias carentes: “Uma alimentação sem leite, peixe, carne ou determinados cereais impede o crescimento das crianças, lesando, principalmente, o seu cérebro, e o seu coração e impedindo aos adultos de desenvolverem suas atividades físicas e intelectuais – o trabalho”, ensina a nutricionista.*

*Ela diz que, fazendo um cálculo, por integrante de família, “a cesta Collor não chega a oferecer 250 calorias, quando uma pessoa necessita de 1700 e 3000 calorias por dia. Enquanto são necessários, diariamente, 40 a 70 gramas de calorias, essa cesta não chega a garantir cinco gramas diárias ao trabalhador da região da seca”*

(...)

*A intervenção do Governo Federal com essa “cesta trágica”, segundo Manoel Santos, “é para matar de fome se for viver só com estes produtos”. Com isso, disse ele, o Governo deixa o povo e suas organizações atônitos e imobilizados; não abre as frentes de emergência, criando uma imagem de bom governo para quem está desinformado sobre a realidade; e reforça as suas bases políticas nos municípios. Essa política é realmente nova, reciclada e aprimorada para desestruturar o que já existe em nível de organização autônoma dos trabalhadores e também no aspecto das ações do Governo Estadual, visto que Collor desconsidera a existência do Poder Municipal (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

O fato é que dos programas emergenciais da década de 80 ao programa de Cesta Básica do Collor da década de 90 o descaso do Estado frente à problemática da seca se intensificou, gerando insatisfações entre os movimentos sociais, sindicatos e ONGs. Com a organização do FÓRUM, a sistematização das contribuições dos pesquisadores serviu de base conceitual para fortalecer a crítica ao governo federal, construindo alternativas para o problema da seca, partindo das iniciativas dos movimentos sociais frente ao Estado.

Essas iniciativas entrariam em cena no Ato de Lançamento do FÓRUM SECA<sup>128</sup>, realizado no município de Serra Talhada, com a mobilização de cerca de 10 mil agricultores que reivindicavam políticas compatíveis com o semiárido e com as necessidades dos pequenos produtores. Neste momento o FÓRUM SECA já teria suas bases políticas mais sedimentadas, contrapondo-se a todo o discurso da seca baseado em *migalhas assistencialistas e politiquieras* que, até então, têm contribuído para a ascensão de políticos e latifundiários (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).

Além de reuniões, debates, encontros e seminários, o Fórum Seca também mobilizou atos públicos e ocupações que foram significativas para o movimento, e para o que mais tarde iria desembocar no paradigma objeto de nossa tese: a convivência com o semiárido. A “Ocupação da SUDENE pelos trabalhadores rurais” no dia 16 de março de 1993 representou uma grande mobilização regional, exigindo que os governos (federais e estaduais) tomassem providências em relação à seca. No Seminário Estadual do Plano de Ações Permanentes

<sup>128</sup> No próximo item falaremos mais detalhadamente sobre o Ato de Lançamento ocorrido no município de Serra Talhada.

realizado entre 29 e 30 de abril de 1993, no Retiro dos Padres, em Olinda (PE), a proposta da sociedade civil em Pernambuco seria elaborada; e sistematizada no Seminário Regional do Plano de Ações Permanentes, ocorrido entre 10 e 13 e maio de 1993 no Centro de Treinamento da SUDENE – CETREINO. Coordenado pelo Fórum Nordeste este espaço iria reunir o conjunto de propostas discutidas nos Seminários Estaduais de vários Estados do Nordeste, para compor um Plano de Ações Permanentes da Sociedade Civil (RELATÓRIO HISTÓRICO DO FÓRUM SECA, 1997).

Neste movimento o interessante é a compreensão destes eventos (Ocupação da SUDENE e Fórum Nordeste) no âmbito do Fórum Seca. Se não mostram a centralidade deste movimento na construção do paradigma da convivência com o semiárido, indica a representatividade que ele impôs em várias instâncias. Para Diniz e Piraux (2011a) os problemas sociais oriundos da seca dos anos 90 fizeram com que os trabalhadores rurais se mobilizassem, se aproveitando de uma conjuntura política favorável para que a noção de convivência com o semiárido fosse germinada, trazendo como palco o Estado de Pernambuco, que inaugura o Fórum Seca no município de Serra Talhada. Da articulação de âmbito estadual, composta por ONGs oriundas do Projeto Tecnologias Alternativas, com destaque para o CAATINGA, sindicatos rurais, FETAPE, OXFAM e Universidade Federal de Pernambuco, para as propostas de cunho nacional na direção do Governo Federal, o Fórum Seca se materializava em um contraponto politicamente orientado.

De acordo com o dirigente da FETAPE de Serra Talhada e um dos Coordenadores do Fórum Seca, a ocupação da SUDENE foi pensada no espaço do Fórum Seca, em Serra Talhada. Para ele o Fórum Seca foi precursor do que depois se configurou em convivência com o semiárido. Com a sua fala, pudemos perceber a contemporaneidade dos termos utilizados, em um esforço de transição automática dos discursos: da pequena produção para a agricultura familiar, da política de combate à seca, para a política de enfrentamento à seca, ou política de convivência com o semiárido, representando a grande mudança semântica em foco do período. Ocupar a SUDENE para o movimento significaria enfrentar uma entidade federal para que ela assumisse o seu papel: fazer o desenvolvimento do Nordeste a partir de uma política voltada para agricultura familiar e para a convivência com o semiárido.

*Nosso primeiro marco talvez tenha sido a criação do Fórum Seca no final dos anos 80, começo dos anos 90, que era uma junção das organizações que trabalhavam no campo pra discutir formas de conviver com o semiárido. E essa forma, sobretudo, veio criar um tema mais forte e talvez seja um marco nessa questão da discussão da convivência com o semiárido, foi o ano de 93, tem um ano histórico que foi quando nós tivemos longas secas, muito difíceis e que os trabalhadores resolveram enfrentar, e foi um período em pleno período de transição*

*democrática federal e que nada foi exposto para ajudar os agricultores que tavam na situação de fome e de miséria muito grande. E foi quando o movimento sindical decidido aqui em Serra Talhada, numa reunião em Serra, resolveu fazer o acampamento na SUDENE, então atacar uma entidade federal, atacar no bom sentido, né, de enfrentar para que ela assumisse o seu papel. Se a SUDENE tinha, foi criada com o objetivo de fazer o desenvolvimento no Nordeste, como era que essa instituição não tinha nenhuma política voltada pra agricultura familiar e para a convivência com o semiárido? Todos os nossos projetos eram projetos de indústrias ou de grandes agroindústrias. E foi lá que a gente, que os trabalhadores foram pra frente da SUDENE num grande ato em 93, março de 93. E nesse ato, acho que usar as palavras, talvez não seja ela corretamente dita pela imprensa, nós entramos e o superintendente da SUDENE junto com alguns deputados acompanharam o processo, alguns prefeitos... Depois que entramos nós só saímos de lá quando tivesse uma resposta, que até então o governo federal não tinha dado nem um sinal que ia apresentar nenhuma proposta de política de convivência, ou política de enfrentamento à seca, que naquele tempo era política de combate à seca, né, a tese, que a grande mudança é exatamente essa, né, que o que existia era chamado de combate à seca, um modelo de utopia, né, que não existe política de combate à seca. Então nessa, nessa, em 93, quando a gente chegou lá se disse claramente no movimento sindical, que nós só ia sair de lá quando tivesse uma política, e quem tava lá dentro não saía, até que tivesse uma resposta. Foi que aí começou a imprensa a divulgar que a gente tava fazendo refém o superintendente da SUDENE e os políticos da região. Então palavra não importa, o que importa era que a gente queria uma resposta. E na verdade assim menos de 24 horas foi marcada audiência com o presidente da república, ministério da fazenda em Brasília, todo mundo pra apresentar proposta e saiu a proposta. Então nessa, foi uma grande evolução, um volume de recursos jamais visto, destinado, inclusive chegando lá em Brasília algumas políticas engraçadas que se apresentando naquele momento, que era que deviam ta fazendo uma política de recuperação, de ensinar os trabalhadores a plantar, eu digo, oh! Plantar é quando tiver chuva, mas por enquanto nós temos que sobreviver, existe fase pra cada coisa, agora o pessoal quer água ou então comida (Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015).*

Até então todas as iniciativas de mobilização não surtiram efeito, necessitando de uma ação mais concreta e propositiva, que trazia a ocupação da SUDENE como marco de uma ação mais política que conseguiu juntar cerca de 400 trabalhadores rurais, orientada pelo Fórum Seca, CONTAG e FETAGs. A entrevista com um dos coordenadores do Fórum Seca reconstitui o momento de forma mais detalhada que a literatura:

*Então passamos, isso já vinha sendo debatido nas reuniões do Fórum Seca e lá nós decidimos não, que o governo não tava escutando a CONTAG, a CONTAG já tinha feito várias audiências com o presidente da República, não, é... já tinha... Era o Itamar Franco na época. Nós já tínhamos feito varias ações, fizemos uma marcha grande aqui, saindo da FETAPE fomos até o Palácio do Campo das Princesas, um secretario lá do Joaquim Francisco que era governador do Estado recebeu uma comissão, tal, mas não fez muita coisa. Então nós já tínhamos um quadro de que essa luta só ia pra frente se a gente tivesse uma ação mais concreta e mais propositiva, mais política. Então nessa reunião ocorrida em Serra Talhada nós decidimos ocupar a SUDENE, ocupar a SUDENE. E aí nós juntamos um grupo grande de trabalhadores vindo do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco e fizemos um ato em frente à SUDENE, um ato e entramos na SUDENE. E entramos na SUDENE, em torno de 50 trabalhadores além de alguns assessores do Fórum Seca. E nas discussões que a gente fazia dentro do auditório da SUDENE nós decidimos ter uma audiência com Cassio Cunha Lima e fomos ter uma audiência com Cassio Cunha Lima, que era Superintendente da SUDENE. Nessa audiência, a gente colocou a situação, de desmando do governo, de desleixo, e aí ficou uma situação que Cassio não podia dar resposta, tava esperando resposta de Brasília pra ver o que é que podia fazer, o que não fazia, então nós convidamos a ... ele a ficar conosco na SUDENE, a ficar conosco. E ele perguntou se ele estava sendo refém, né, se a gente tava tomando ele como refém nesse momento. Não, a ideia não é fazer você refém, a*

*ideia é fazer você ficar solidário a nossa luta, com a gente aqui... Então aí ocupamos, ficamos lá, Cássio ficou com a gente e ficamos lá dormindo na SUDENE, passamos o dia, Itamar Franco disse que queria negociar e convidou uma Comissão a ir a Brasília. Nós escolhemos umas 10 pessoas pra ir a Brasília, chegamos lá...(..)*

*Isso foi um dia, no final da tarde ele convidou a gente pra ir a Brasília, conseguimos que ele recebesse a gente. Quando chegamos lá em Brasília quem nos recebeu não foi Cassio, foi Fernando Henrique Cardoso, ele era Ministro da Fazenda de Itamar Franco e nós fizemos um trabalho de mobilização com os parlamentares, né, parlamentares de Pernambuco, da Bahia, pra estar na audiência. E lembro bem da presença de Miguel Arraes de Alencar, que era deputado Federal, lembro bem da presença de Gustavo Crausi, que era Deputado Federal também, e outros também. E nesse momento é... Manoel Santos que era secretário geral da FETAPE, não era presidente ainda. Ele fez uma fala, outras pessoas fizeram uma fala e FHC ele sinalizou com resposta que era pro governo, a partir daquele momento, o Ministério da Fazenda ia colocar uma verba de 100 milhões de reais por mês para atender uma proposta elaborada por nós. Foi aí quando nós fizemos o Plano Permanente de Ações para o Semiárido. Que foi outro grande Seminário que nós fizemos na Associação dos Servidores da SUDENE, com mais de 100 pessoas, com várias oficinas para discutir políticas, discutir estratégias, discutir formas de organização, e aí nós mudamos o nome de Frente de Emergência pra Frente Produtiva porque até então o governo utilizava Frente de Emergência. Aí nós passamos a chamar de Frente Produtiva que era o conjunto de ações, é... no sentido de tornar o semiárido produtivo, mas numa perspectiva de pequenas obras, coisas como fosse possível. Essa parte aí é uma parte que eu queria relatar, é... pra poder você conhecer um pouco da minha trajetória...(..)*

*As dez pessoas que foram pra Brasília... Tinha algumas sindicalistas, Manoel Santos tava na Comissão, tava, tava Urbano que era presidente da CONTAG na época, Francisco urbano, tava Mauricio Arouche que era do CAATINGA, tinha outros representantes de Federações, Federações do Nordeste, eu tava entre essas 10 pessoas. Era um grupo de 10 pessoas que foi recebido.*

*Shana. E daí quando você fala que juntamos um grupo de trabalhadores, quem tava juntando esse grupo de trabalhadores pra fazer a ocupação?*

*A Confederação, a CONTAG e as FETAGs e o Fórum Seca (Coordenador do Fórum Seca, Sócio-fundador do Centro Sabiá e Professor da UFRPE, entrevista realizada em fevereiro de 2015).*

É interessante destacar a presença de Manoel Santos e do informante destacado acima na Comissão que iria à Brasília apresentar o Plano de Ações Permanentes ao Presidente, elaborado pela CONTAG. A negociação positiva com o Governo, representado pelo Ministério da Fazenda na figura do então ministro Fernando Henrique Cardoso, significou para o movimento o primeiro passo de uma ação concreta para o Plano de Ações Permanentes reivindicado no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento regional, de acordo com Diniz (2007). Com o *Impeachment* de Fernando Collor, em 1992, as portas pareciam estar mais flexíveis. Aqui as pequenas obras colocadas em pauta pelo Fórum Seca poderiam ser levadas a efeito, com a transição das Frentes de Emergência para as Frentes Produtivas, no sentido de tornar o semiárido mais produtivo para o pequeno agricultor.

Se o Fórum Seca conseguiu consolidar durante sete anos um espaço de articulação de âmbito estadual capaz de mediar ações significativas para o que se tem hoje sistematizado como convivência com o semiárido, a força da mobilização popular em cena desde a década de 80 possibilitou isso (com a influência da Igreja nos processos de organização sindical),

com destaque para a trajetória dos movimentos sindicais de Pernambuco, mais especificamente do município de Serra Talhada, sede do Pólo Sertão Central da FETAPE. A seguir apresentamos um trecho do relatório do FÓRUM:

*Sete anos depois, não podemos dizer que a situação mudou, mas temos certeza que conhecemos limitações, e com elas a vontade de superá-las. Conhecemos a força da mobilização popular, caminhando lado a lado com centenas de trabalhadores rurais ou ocupando a SUDENE, para levar uma proposta de ação contra os efeitos da seca a um poder público que insiste em ignorar o sofrimento e a exploração do povo. Temos certeza da capacidade transformadora quando conseguimos unir ideias, conhecimentos, ações, na busca de um objetivo comum dentro da adversidade. Temos certeza de que o que conseguimos consolidar até hoje não foi em vão, e a sociedade civil possui uma boa referência para continuar perseguindo o sonho de ver a região prosperar sem fome, sede, nem miséria (RELATÓRIO HISTÓRICO, FORUM SECA, 1997, p. 12).*

Neste sentido o movimento de articulação política que pretendeu ser o Fórum Seca<sup>129</sup> inaugurou um novo formato de articulação que acessou, se não os quatro, três níveis de articulação destacados por Scherer-Warren (2006), o associativismo local, a articulação inter-organizacional em que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado, e as mobilizações na esfera pública.

O quarto nível, a rede de movimento social, que se solidifica com os esforços que a ASA vai fazer, a partir de 1999, compreende um esforço de articulação que agrega tanto o associativismo localizado ou setorizado, como os movimentos sociais de base locais, ou até mesmo redes e, redes de redes; no intuito de ganhar visibilidade e obter conquistas para a cidadania, e produzir impacto na esfera pública. As redes são multiformes, aproximam atores sociais diversificados dos níveis locais aos mais globais e possibilitam um diálogo da diversidade de interesses e valores, na defesa de um sujeito plural. Neste processo as esferas de mediação dos fóruns e redes são legitimadas, como espaço de articulação entre os movimentos localizados e o Estado, mantendo as redes de movimento com relativa autonomia (SCHERER-WARREN, 2006).

Como articulação permanente e sistemática entre diversas ONGs no Estado, Sindicatos, Federações e movimentos pastorais, centros de pesquisa e intelectuais/pesquisadores, empenhados na construção de alternativas frente ao complexo problema da seca, o Fórum Seca se constituía enquanto movimento social. A Coordenação formada pela FETAPE, CUT-PE, CENTRU – PE, Projeto Tecnologias Alternativas - PE/PB e

---

<sup>129</sup> Se é que podemos trazer o Fórum Seca como processo de organização da sociedade civil constituído enquanto movimento social, dadas as seguintes articulações: em torno de uma identidade ou identificação orientada para o pequeno produtor; da definição de adversários ou opositores, representados pelo Governo Federal, com sua política de combate à seca caracterizada por tecnologias modernas, orientada para a grande propriedade e aproveitamento político; e de um projeto ou utopia, que pretendeu trazer para o âmbito do Estado, uma política de desenvolvimento regional permanente, proposta pela sociedade civil (SCHERER-WARREN, 2006).



CAATINGA, articulava órgãos de âmbito local, estadual e nacional. O Projeto Tecnologias Alternativas<sup>130</sup> já carregava consigo um movimento de articulação associado às iniciativas em rede, principalmente a partir de 1989, quando começava uma transposição de conceitos, das tecnologias alternativas à Agroecologia, de acordo com Diniz e Piraux (2011a). Dele surgiu os Centros de Tecnologia Alternativas (CTAs), transformados em ONGs conhecidas atualmente no Estado de Pernambuco, a exemplo do Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTA-O), hoje, CAATINGA, e o Projeto Tecnologias Alternativas, do Centro Josué de Castro (hoje, Centro Sabiá) (SILVA, 2011).

A influência do debate das tecnologias alternativas no Fórum Seca já foi mencionada, mas aqui ela aparece em um sentido mais institucional, capaz de convergir outras organizações em torno de um projeto comum: um modelo de agricultura alternativo adequado à realidade da pequena produção, em oposição a um modelo de produção pautado na modernização (DINIZ; PIRAUX, 2011b).

O conceito de tecnologia alternativa possibilitava ir além das estratégias técnicas e produtivas, para considerar as estratégias de comunicação e educação popular, os mutirões realizados pelas comunidades e os processos de organização dos agricultores dentro dos sindicatos, considerados experiências a serem identificadas, sistematizadas e difundidas dentro da Rede PTA e das redes locais. Neste sentido as metodologias participativas<sup>131</sup>, os processos de capacitação em tecnologias alternativas e a parceria crescente com o movimento sindical dos trabalhadores rurais constituíam estratégias priorizadas pela Rede (SILVA, 2011). Segundo este autor, Pernambuco trazia uma configuração de divisão territorial em Polos Sindicais que viabilizava a atuação da Rede na inserção da perspectiva da agricultura alternativa como bandeira de luta coletiva.

Nesse sentido a articulação do Fórum Seca constituía um movimento interessante para as iniciativas da Rede PTA e trazia as experiências organizativas dos sindicatos e sua

---

<sup>130</sup> O Projeto Tecnologias Alternativas tem origem em um ato “político” materializado na organização de um seminário ocorrido no município de Campinas, no final de 1983. Assim o PTA vai emergir de um movimento conhecido como Tecnologia Apropriada (TA), que recebeu influência do economista alemão Ernst Friedrich Suschmacher, com sua publicação: “*O Negócio é ser Pequeno*” (SILVA, 2011). Nesse sentido as tecnologias alternativas se constituíram como referência a uma oposição a um modelo de agricultura inadequado à realidade da pequena produção, trazendo como contestação empírica os casos dos atingidos pelas barragens de Itaparica e Itaipu (DINIZ; PIRAUX, 2011b). O Projeto Tecnologias Alternativas da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação com origem no Rio de Janeiro) foi responsável pela difusão dos princípios da Tecnologia Apropriada como opção para a superação da pobreza rural no Brasil, a partir a realização de um mapeamento das experiências de resistência à modernização existentes no Brasil inteiro, verificando uma relevância das experiências do interior dos estados do Nordeste (SILVA, 2011).

<sup>131</sup> De acordo com Silva (2011) a Rede PTA adaptou o método de Diagnóstico Rural Participativo de agroecossistemas (DRPA), que ganhava importância como instrumento de planejamento a partir dos anos 80, adotando ferramentas desenvolvidas pela Educação Popular como alternativa aos métodos convencionais de transferência tecnológica. O diagnóstico rural participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas capazes de proporcionar às comunidades envolvidas a construção de um diagnóstico próprio no processo de auto gerenciamento, planejamento e desenvolvimento local (VERDEJO, 2007). O DRP pode ser entendido como um conjunto de métodos que visa o compartilhamento, aperfeiçoamento e análise do conhecimento das comunidades rurais sobre o ambiente e as condições em que vivem (CHAMBERS; GUIJT, 1995). Recebendo contribuições da educação popular, inspirada no livro “A pedagogia o Oprimido”, de Paulo Freire (1968), a partir da prática e experiência de conscientização em que os pobres e oprimidos podem ser capazes de conduzir sua própria realidade, os DRPs se baseiam na importância do diálogo como forma de aprendizado e valorização de saberes (CHAMBERS, 1994; VERDEJO, 2007).

trajetória mobilizatória como sujeitos chave no processo de articulação da sociedade civil com o Estado.

Assim, os novos sujeitos sociais ou cenários políticos destacados por Scherer-Warren (2006), emergidos a partir dos anos 90 através dos fóruns e conselhos gestores, teve no Fórum Seca uma iniciativa que envolveu as mobilizações e as redes de movimentos sociais em prol do projeto de tecnologias alternativas, tecendo uma história no Estado de Pernambuco e no município de Serra Talhada. Mas se não foram levadas a efeito as ações permanentes propostas pela sociedade civil, a força da mobilização popular frente ao poder público foi reconhecida e reconfigurada: das denúncias, reivindicações e mobilizações, para uma negociação e parceria com o Estado.

Cabe-nos ainda compreender que política iria ser acessada a partir daí, com uma demanda política baseada na organização e mobilização das massas populares para legitimar um projeto alternativo. Do ato público de lançamento do Fórum Seca para a ocupação da SUDENE, o cenário político se modificou e teve no *Impeachment* do Collor em 1992 um marco representativo para a crença na luta das forças sociais de oposição ao governo, ingenuamente associada à luta por democracia em oposição ao projeto neoliberal e à corrupção (NOBRE, 1992; MARTUSCELLI, 2010). A mobilização dos trabalhadores rurais no Ato de Lançamento do Fórum Seca se caracterizava por denúncias e reivindicações. Uma oposição ao Governo Collor se travava ali, no município de Serra Talhada. Seria ele, o município, o *coração* do Brasil.

### **3.3. O Fórum Seca no município de Serra Talhada: no fogo cruzado de uma disputa partidária**

*Então nós começamos a fazer uma discussão grande com o movimento sindical nos anos 90 pra formar um Fórum Seca que debatesse ideias já de convivência com o semiárido. Mas que ele fosse um Fórum político de enfrentamento à ideologia dominante da seca, né, que predominava sobre a seca. Então em 91 nós fizemos um FORUM SECA em Serra Talhada, com 10 mil trabalhadores rurais, com a presença do Arcebispo de Afogados da Ingazeira Dom Francisco Austragésilo. Nós fizemos com a presença da CUT, com a presença do PT, com a presença da FETAPE, com a presença da CONTAG, com a presença de Lula que havia perdido a eleição pra Fernando Collor. Nós fizemos um ato lá em Serra Talhada, que foi um ato de lançamento do Fórum Seca, né. E foi um ato assim, gigantesco, com mobilização de todos os sindicatos, tal... Tem um filme sobre isso, tem cartilhas, tem matérias de jornais e tal. E aí foi quando a sociedade disse não, nós podemos, nós podemos fazer alguma coisa. E aí criamos um FORUM pra poder enfrentar, né, ideologicamente, disputar ideologicamente as ideias a respeito da seca e nós vamos disputar essas ideias do ponto de vista teórico e ideológico também. Nós fizemos vários seminários, fizemos reuniões nos sindicatos, nos polos sindicais, elaboramos documentos, né, a CONTAG elaborou um documento (Coordenador do*

Fórum Seca, Sócio-fundador do Centro Sabiá e Professor da UFRPE, entrevista realizada em fevereiro de 2015).

O Ato de Lançamento do Fórum Seca foi realizado no município de Serra Talhada. E para nós este evento não foi mera coincidência. O *coração do sertão* mencionado no Dossiê do Fórum Seca foi palco da mobilização de cerca de 10 mil agricultores, no dia cinco de maio de 1991, reunindo nove caravanas de 33 municípios, dez mil agricultores da zona rural (do Sertão do Araripe, Sertão de Petrolina, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do São Francisco, Agreste e Mata, região da Zona Canavieira) em um coletivo engajado na luta por políticas compatíveis com o semiárido e com as necessidades dos pequenos produtores.

O Fórum Seca é inaugurado, no sertão nordestino, precisamente no município de Serra Talhada, assentado sob bases ideológicas que se contrapõem as narrativas da seca informadas pelo assistencialismo e pela politicagem (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991). A presença de Lula marca o evento, que também contava com a presença do ex-governador do Estado de Pernambuco Miguel Arraes (PSB), do ex-prefeito de Recife Jarbas Vasconcelos (PSB-PMDB, “Frente Popular do Recife), do deputado federal comunista Roberto Freire, e do ministro do “Governo Paralelo” do PT, para Assuntos de Reforma Agrária, José Gomes. Eles iriam representar, segundo o Dossiê, as *forças políticas do Estado*. A seguir apresentaremos trechos do Dossiê utilizados na sistematização de documentos, trechos de jornais, entrevistas, carta política, etc:

**POLÍTICA ECONÔMICA**

*Ato público marca início de debate.....*

**ATO PÚBLICO DE LANÇAMENTO**

*5 de maio de 1991 9,30h na Rua Cornélio Soares*

*(em frente aos Correios) SERRA TALHADA*

*Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca FORUM SECA*

*Presença de LULA*

*Seca é falta de Ação Política, não de chuva*

*Trabalhadores rurais do Sertão, Agreste e outras regiões do Estado realizarão hoje, a partir das 9h30, no centro de Serra Talhada, o Ato Público de Lançamento do Fórum Seca. As presenças do presidente nacional do PT, Luis Inacio Lula da Silva, dos deputados federais Roberto Freire e Miguel Arraes e do vice presidente nacional do PMDB, Jarbas Vasconcelos estão confirmadas.*

*Diversas entidades de apoio e assessoria ao movimento popular urbano e rural, representantes eclesíásticos, como o bispo de Afogados da Ingazeira, D. Francisco Austragésilo de Mesquita deverão se pronunciar durante o Ato, que é uma resposta e ao mesmo tempo, o protesto dos trabalhadores frente à falta de uma ação política permanente e voltada para o enfrentamento à problemática da seca, por parte do Governo Federal.*

*Apesar da polêmica criada desde o início da semana por alguns membros do PT de Serra Talhada, quanto a participação de lideranças estaduais de esquerda de outros partidos no Ato Público, a coordenação do Fórum procurou esclarecer que o Fórum Seca não está vinculado a nenhum partido político. É uma articulação entre entidades de assessoria e dos trabalhadores (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

Apesar do esforço de se posicionar como um movimento de caráter não partidário, justificado pela iniciativa de reunir lideranças de outros partidos, o Fórum Seca deixou rastros de um movimento de esquerda, de oposição ao Governo que acabara de ser eleito, Fernando Collor de Melo, na disputa com Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores. Vejamos um trecho do Dossiê que discutiu isto.

*SERRA TALHADA - Do enviado especial a maior ausência no lançamento do Fórum Contra a Seca foi a do deputado federal Miguel Arraes. Lula, quando chegou ontem ao Recife, acreditava que o ex-governador estaria presente. “Fiquei surpreso com a ausência dele”, disse o presidente nacional do PT. Além de Arraes, também não estiveram neste município, o deputado Roberto Freire (PCB), em Brasília participando de uma reunião, e o Vice Presidente nacional do PMDB, Jarbas Vasconcelos, que viajou ao Rio de Janeiro para assistir à filiação do economista Cesar Maia ao partido.*

*Essas ausências proporcionaram ao partido de Lula assumir o comando da festa, apesar das negativas dos petistas. Segundo eles, o Fórum pertence às entidades e aos trabalhadores rurais. No entanto, a presença do PT foi marcante. Na rua, interdita para a realização do lançamento, as bandeiras vermelhas com os símbolos do partido foram uma constante.*

*“Teria sido muito importante a presença de outros políticos”, afirmou o presidente da Fetape, José Rodrigues. Para ele, se Arraes, Jarbas e Freire tivessem vindo, as dimensões do evento teriam sido bem maiores, porque “são nomes de expressão nacional” (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

Uma crítica ao Governo Collor já teria sido sistematizada no “Debate sobre a seca e o Programa de Cestas no Governo Collor de Melo”, em 1990. E no Ato de Lançamento do Fórum Seca ela encontrava espaço de divulgação. Serra Talhada já teria recebido a visita de Collor neste mesmo ano para distribuição das cestas básicas. E agora o palanque teria o Partido dos Trabalhadores, na figura do Lula, o comando do ato público: de um projeto político que pensava em se contrapor a um modelo de produção baseado em tecnologias modernas, beneficiando latifundiários e interesses eleitorais, para uma política que embora contribuísse para a emergência de novos atores políticos protagonizados pelos trabalhadores rurais, assumia uma posição partidária, ao lado do Partido dos Trabalhadores. Com um trecho do Diário de Pernambuco destacado no Dossiê é possível recuperar o conteúdo da discussão:

***Diário de Pernambuco, Recife, domingo, 5 de maio de 1991.***

*Na opinião da cientista política Alexandrina Sobreira, esta é uma iniciativa que se contrapõe ao modelo fisiológico que predominou até então no tratamento do problema. Ela acredita que as entidades envolvidas com o Fórum não perseguem objetivos que não sejam os que estão explícitos em suas propostas de ação.*

*Estabelecendo um contraponto com a visita do presidente Collor à Serra Talhada, no início de janeiro, quando foram distribuídas cestas básicas de alimentos para a população vítima da estiagem, Alexandrina salientou que esta foi uma ação que se esgotou em si mesma. Terminada a comida contida nas cestas, o povo voltou a enfrentar as mesmas dificuldades, enquanto o Fórum está preocupado com soluções permanentes.*

*Em sua passagem pelo Sertão Pernambucano, Collor foi recebido com efusividade pela população faminta que lhe acenava com bandeiras verdes e amarelas. Para aquele povo não havia o que questionar. O mesmo não aconteceu, com tudo, com os trabalhadores rurais mais*

*conscientes e especialmente com aqueles que se encontravam vinculados aos sindicatos. As lideranças começaram, então, a discutir a possibilidade de aprofundar o debate sobre a seca, apresentando propostas concretas que atendam aos interesses dos trabalhadores e que possam funcionar como instrumento de pressão junto às diversas instâncias do poder.*

*A iniciativa dos sindicatos, de discutir com os agricultores e pequenos criadores alternativas para o problema, uniram-se a Fetape, a Ação Católica Rural, a Pastoral da Terra, o Centro Josué de Castro, a CUT e o Centro Tecnológico Alternativo de Ouricuri. Essas entidades vêm se articulando desde agosto do ano passado, quando realizaram um seminário sobre as implicações políticas e formas de enfrentamento da seca.*

*Para a instalação do Fórum foram convidadas lideranças políticas dos partidos de esquerda. Os organizadores explicam que a presença dos políticos faz-se necessária na medida em que necessitam de canais de comunicação com o Governo Federal e também de ampliar as formas de pressão para a execução de programas que sirvam de fato às necessidades da comunidade.*

*Na avaliação de Alexandrina, a presença dos políticos no ato público de implantação do movimento não pode ser considerada como tentativa de buscar espaços políticos que possam ser revertidos em votos no futuro. Reconhecendo que a miséria é sempre explorada, quer nas campanhas eleitorais, quer na execução de plataformas de governo, a cientista política destaca, no entanto, que se os políticos forem alijados das iniciativas do povo e das manifestações de massa ficarão imobilizados, impedidos de exercer o papel para o qual foram eleitos. “Os políticos não podem deixar de lado os problemas da sociedade. Consequentemente, não podem se omitir perante a seca” – esclarece (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

Na avaliação da cientista política a presença dos políticos no ato público de lançamento do Fórum Seca não estaria associada a interesses partidários, justificando sua análise sobre a presença dos políticos no poder, pelo que estes têm para sensibilizar e mobilizar as camadas populares. No entanto, aparece de maneira subliminar apenas uma posição política, embasada em referências da esquerda no Estado do Pernambuco. Assim, seria ingênuo concordar com a tese de que o Fórum seria um espaço neutro em termos partidários, ou mesmo que a presença de políticos em atos públicos não teria intenções de capitalizar determinada vertente partidária.

Assim, o início das discussões em torno do Fórum Seca, em 1989, os eventos conduzidos pelo PT em 1990, com destaque para o 7º Encontro Nacional do PT, ocorrido no Anhembi, São Paulo, em junho de 1990 e o 1º Congresso nacional do PT, ocorrido em dezembro do mesmo ano, foram referências para a construção de um argumento de oposição ao Governo Collor, baseado em uma política econômica de “privatização da coisa pública” conduzida de “cima para baixo”, sem nenhuma negociação com as instâncias legislativas e com os setores organizados da sociedade brasileira (MARTUSCELLI, 2010).

Constituindo-se em um governo que pretendia violar a Constituição, passando por cima dos partidos políticos e anestesiando os movimentos sociais, o Governo Collor seria acusado pelo Partido dos Trabalhadores de estar sendo centralizador e autoritário na condução da política econômica. Nesse sentido, o PT enfatizava uma bandeira de cunho democrático

que fosse assumida pelas forças de oposição e aspirasse combater a corrupção, apoiando a mobilização e o Impeachment do Collor<sup>132</sup> (MARTUSCELLI, 2010).

Neste período o PT desenvolvia uma série de medidas de caráter emergencial a serem apresentadas ao Governo Collor, e outras, como alternativa de governo, a ser negociada com a sociedade. Aqui se desenrolaria um programa de governo, um novo governo que seria implementado pelo PT, um Governo Paralelo que pretendia avaliar, fiscalizar e apresentar propostas à política do Governo Collor (MARTUSCELLI, 2010). De acordo com este autor, com o governo paralelo o PT inaugurava uma política ambígua que se constituía entre duas direções, a primeira evidenciava um processo de negociação com o Governo Federal, através de propostas que fossem tomadas pelo Governo Collor, de caráter emergencial; e a segunda direção se orientava na proposta de um novo governo, inaugurada pelo Governo Paralelo, com nítidas pretensões eleitorais, previstas para 1994, de acordo com Martuscelli (2010).

Para nós o viés partidário presente no Fórum Seca se tornava evidente no Ato do seu Lançamento, e a entrevista com um dos coordenadores do Fórum demonstrou isso:

*Shana. E por que foi em Serra Talhada o Fórum Seca?*

*Coordenador. O Fórum Seca foi em Serra Talhada porque Fernando Collor quando ganhou as eleições, é... no auge das secas nos anos 90 ele, ele ganhou de Lula nas eleições... ele tomou posse e foi pra Serra Talhada ver a seca e ele fez um discurso lá, é... um discurso é... prometendo uma série de políticas para o semiárido, utilizando umas expressões de baixo calão e tal, e nós quando organizamos o FORUM SECA nós pensamos em fazer o Ato em Serra Talhada exatamente pra contrapor a lógica de políticas que Fernando Collor de Melo tava prometendo.*

*Então nós tivemos todo um trabalho de Articulação com o Assessor de Lula, né, que morava aqui em Pernambuco na época pra que ele viabilizasse a participação de Lula nesse ato. Lula tinha sido candidato derrotado, era o nosso candidato e ele poderia muito bem expressar esse pensamento nosso, e aí nós fizemos isso.*

*Depois nós fizemos dois seminários grandes aqui em Pernambuco com o Governo Paralelo. Que foi aquele governo que Lula criou quando ele perdeu as eleições pra Collor, ele criou vários ministérios e criou um governo Paralelo.*

*Nós fizemos aqui dois seminários, é... “Seca, desafio e perspectiva”. É, eu acho que esse foi um dos seminários que fizemos. Tem vídeos, tem fotos, tem um monte de coisa. Esses documentos estão todos guardados lá no Centro Sabiá. Eu acho que só isso aí já merecia uma reflexão mais aprofundada, porque eu acho que é uma coisa que naquele momento assim, colocava um contraponto a toda política hídrica do DNOCS e da SUDENE prá região, entendeu? Então, eu acho que a análise política do Fórum Seca ela precisa ser retomada e mais aprofundada, e ninguém fez ainda porque eu acho que ela inaugura um debate político com a sociedade civil, no sentido de que é possível alternativas que venham da própria sociedade civil. O próprio Lula num discurso que fez lá em Serra Talhada ele conclamou, né, os Sindicatos, conclamou a Federação, conclamou a CONTAG, alguns movimentos sociais, que organizassem um FORUM SECA em cada Estado, né. É tanto que surgiu um no Rio Grande do Norte, um chamado FORCAMPO, né, surgiu... A Articulação do Semiárido da Paraíba ela surge exatamente depois do Fórum Seca. A Articulação do Semiárido da Paraíba, que é o mesmo nome que vai dar pra Articulação do Semiárido, só que a da Paraíba é mais*

<sup>132</sup> Apesar de inicialmente o Partido dos Trabalhadores assumir uma posição moderada frente ao Impeachment do Collor, temeroso à possibilidade de um novo golpe político dos setores de direita no Brasil, o partido começou a defender o Impeachment com a eclosão das diversas manifestações contra o Governo, logo depois das denúncias de Pedro Collor na revista Veja, e da CPI do caso PC Farias, apoiando a posse do vice-presidente Itamar Franco, mas recusando-se a participar do governo (MARTUSCELLI, 2010).

*antiga.* (Coordenador do Fórum Seca, Sócio-fundador do Centro Sabiá e Professor da UFRPE, entrevista realizada em fevereiro de 2015).

O *nosso candidato* perdeu as eleições presidenciais de 1989. Mas, uma narrativa de dominação da cena política ainda seria contada, essa baseada em um discurso anti-neoliberal, articulado sob três eixos, distribuição de terra e renda, ampliação da democracia e defesa da autonomia nacional, consolidando as propostas elaboradas pelo PT e pela CUT nas mobilizações políticas dos anos 1980 e pela defesa de um estado de bem-estar no Brasil. Segundo Martuscelli (2005) neste campo a reforma agrária e a política agrícola seriam determinantes como princípios que demarcavam uma oposição a um governo neoliberal que reduziu os subsídios da produção agrícola, retirou a linha de crédito dos agricultores endividados, extinguiu o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, redirecionou a política de assentamento das famílias (transferindo essa atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério da Agricultura), reduziu o número de famílias assentadas e ainda, reprimiu o movimento da luta pela Reforma Agrária.

Ante a esse cenário a figura de Luis Inácio Lula Da Silva consolidaria todo o esforço discursivo trabalhado pelo Fórum Seca. Um discurso que já teria conquistado votos nas eleições de 1989 em uma disputa acirrada, via-se na figura de Lula a expressão da voz do trabalhador rural no palanque do Fórum Seca, materializada em um discurso de esquerda, invocando um ideal coletivo que nascera do berço de uma moral coletiva: a Igreja Católica. Lula traria uma dimensão nacional para a disputa política consagrada no Lançamento do Fórum Seca, e Dom Francisco Austragésilo uma dimensão local e regional. Assim, o Ato público ocorrido no município de Serra Talhada conseguia acessar dois personagens sociais centrais para sua legitimação, capazes de falar em nome do tudo social e alcançar uma dimensão nacional para o problema da seca do Nordeste.

Conforme já mencionado em momentos anteriores desta tese, através dos conceitos de Bourdieu (2014) pudemos refletir sobre o papel do profeta na gênese do discurso público. O Ato Público do lançamento era o momento “extraordinário” para que uma forma poética pudesse oficializar o Fórum Seca, em nome de um conjunto que passa a existir porque está sendo pronunciado, em nome de uma sociedade civil que ganha um formato capaz de reconciliar o grupo com uma imagem oficial do grupo. Esse é um formato que se opõe ao Governo Collor e pretende desmistificar o problema da seca no Nordeste, desviando de uma imagem de castigo de Deus. A seguir destacamos trechos do Dossiê Fórum Seca sobre este aspecto:

*A Coordenação poderá e deve ser determinada, mas o Fórum como tal deve ser do povo, da sociedade, de nós nordestinos. Eu estou aqui associando-me a este Fórum. O que é o Fórum?...*

*O Fórum se destina a promover o estudo vigilante, sério, perseverante, contínuo, a respeito da seca. Porque, em geral, quando chega a seca, a gente (procura) ver o encontro, a emergência, o empreguinho para esse ou aquele escapar, o quanto fica para essa ou aquela cidade, uma cisterna para esta ou aquela família, uma cesta miserável como está sendo distribuída agora, a mais desajeitada cesta do mundo... porque ninguém pode misturar fubá com farinha de mandioca, nem com arroz, essas três coisas não se combinam... não se pode comer juntas.*

*Mas, o que nós queremos é que o Fórum promova estudo sério sobre como conviver com a seca. Ninguém pode impedir a seca, a seca é um fenômeno natural... mas, a gente pode estudar, pesquisar, pensar, experimentar e chegar a encontrar meios. Meios não utópicos, não sonhos, mas sonhos reais, e a gente poder viver na nossa terra querida e amada, desse Nordeste, flagelado da seca, mas sempre amado por cada um de nós”.*

*(...) é a possibilidade que a sociedade brasileira tem de criar algo sério, capaz de enfrentar uma discussão nacional sobre o problema da seca, visando resolver de forma definitiva o problema da seca no Nordeste.*

*Durante muitos anos, a questão da seca no Nordeste, até hoje, é utilizada como fonte de enriquecimento ilícito dos chamados coronéis da política do Nordeste. Os recursos destinados a agricultura na Região, normalmente são utilizados em benefícios de poucos e em prejuízo de muitos; normalmente os recursos destinados ao Nordeste não chegam a terra dos pobres, não chegam aos pequenos proprietários e não existe no Brasil e no Nordeste uma posição política do Governo de fazer uma política de reforma agrária, até para que a gente possa redistribuir a terra aos chamados minifúndios.*

*Não poderemos mais conviver com a ideia de que o cidadão tendo dois ou três hectares, ele vai conseguir fazer uma produção agrícola capaz de se auto-sustentar e produzir alimentos para a sociedade, porque é preciso que haja uma quantidade de terra capaz de tornar essa terra rentável do ponto de vista da produção. Eu acho que é preciso haver vontade política de fazer reforma agrária.*

*O Fórum Seca pode tocar nessas coisas e pode, a partir de agora, mostrar pra sociedade brasileira que existe um Fórum, que não é uma coisa do Estado, não é uma entidade governamental, não está a fim de viver do dinheiro do Estado, mas é uma entidade civil representada por vários segmentos da sociedade, que está disposta a levar a questão da seca mais a sério do que já foi levada até hoje no Brasil.*

*Nós temos que deixar claro que a questão da seca no Nordeste não é uma questão conjuntural, é uma questão de mais de séculos, portanto, a gente não pode ficar ano após ano esperando cair chuvazinha, porque nem sempre a chuva é suficiente.*

*(...)Nós não podemos terminar o século deixando o povo aceitar a ideia de que ele é miserável porque Deus quer, ou que está com fome porque Deus quer, que existe a seca porque Deus quer. Não podemos mais deixar o povo ficar acreditando nisso, se nós quisermos ajudar o povo. E o Fórum, como não é de partido político, não é de um sindicato, mas de diversos segmentos da sociedade, pode contribuir de forma decisiva para que a gente dê outra dimensão a discussão da seca no Nordeste brasileiro”.*

*“O Fórum é um início de um movimento que pode envolver muita gente, desde partidos políticos, Igreja, até sindicatos e toda a sociedade civil”.*

*“Queria dizer, de todo o coração, aos companheiros do Fórum de Enfrentamento à Problemática da Seca que podem contar com a minha ajuda, não enquanto apenas o presidente do Partido dos Trabalhadores, não enquanto coordenador do Governo Paralelo, mas enquanto cidadão brasileiro preocupado em acabar com a fome nesse país. Acho que a gente precisa fazer com que esse Fórum saia de Pernambuco, vá pra Bahia, Alagoas, Sergipe, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí... e vá pro Rio Grande do Sul.*

*Na medida que esse Fórum vai crescendo, a gente vai ter que fazer pressão a nível político, fazer pressão junto às instituições como o Finor, Sudene, Banco do Brasil, pra começarem a liberar dinheiro para fazer projetos. Cadê as agrovilas que não estão construídas... Não estão fazendo, porque não importa. É porque eles se utilizam da falta de informação, cada um de nós está encolhido dentro de casa, passando necessidade. Mas se a gente se habituar a fazer atos como esse e eles começarem a perceber que aqueles que estão com fome, estão reunindo as suas últimas energias e estão vindo pra praça pra brigar, eles vão começar a ficar com medo e vão começar a respeitar o trabalhador pobre deste país.*



*Por isso, companheiros, quero dizer pra vocês que podem contar comigo nessa luta, podem contar comigo e os companheiros do Fórum, podem contar comigo pra divulgação desse Fórum, pra ajudar a criar outros Foruns em mais Estados, porque acho que esta é a fórmula que a gente tem de acabar com o sofrimento do nosso povo. Nós só vamos avançar, quando acabar a concentração de terra, quando houver distribuição de renda, porque enquanto alguém estiver ganhando um milhão por mês e a maioria estiver ganhando nada, não haverá democracia, não haverá justiça, distribuição de renda” (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

A existência do Fórum representaria uma posição externa ao Estado com um formato *que não é uma coisa do Estado, não é uma entidade governamental e não está a fim de viver do dinheiro do Estado*, é uma entidade civil representada por vários segmentos da sociedade. E para nossa tese este formato se torna chave do questionamento sobre o diálogo que se tem atualmente entre a sociedade civil e o Estado, em que a convivência com o semiárido passa a ser gestada por ele, mas mantém certos discursos de negação. Desta forma o grupo consegue transgredir seus ideais oficiais sem negá-los e salvando aquilo que para Bourdieu (2014) é essencial: o *obsequium*, o reconhecimento dos valores últimos, dos valores fundamentais para a legitimação, o reconhecimento dos valores públicos, dos valores universais. Em nome da sociedade civil que passa agora a existir para levar a politizar de modo mais evidente a seca, a ideia do público como oficial se faz presente, em oposição a um Governo específico, inicializando um caráter não estatal, não governamental, público e oficial, que desenvolve um caminho partidário que aspirava um lugar no Estado (se aqui ele for entendido como governo e seus aparatos administrativos). Para o campo do nosso estudo, a contradição entre a distinção de sociedade civil e Estado começava a ser aqui definida.

De um Estado tomado pelo governo e pelo aparato administrativo, em que se queria contrapor, para um Estado que compreendesse também a sociedade civil como sujeito político, as eleições de 1993 e 1994 estariam na iminência, com candidatos de esquerda fortes. Em 1993 Serra Talhada iria passar por um momento histórico de ruptura com um poder dominante, com a vitória de Augusto César como candidato do PDT nas eleições municipais. E 1994 iria representar a disputa entre Lula e FHC para o Governo Federal. Nesse sentido, o que parece se configurar é um esforço de aliança entre partidos de esquerda com o Partido dos Trabalhadores, acessando discursos e eleitores em uma mesma oposição.

Uma sociedade civil representada por vários segmentos da sociedade, desde partidos políticos, Igrejas e sindicatos, potenciais para fazer Atos Públicos para brigar com o governo e representar o trabalhador pobre brasileiro, parecia ter chamado a atenção do Lula no lançamento do Fórum Seca. Na literatura encontramos trabalhos que associam o esforço do Partido dos Trabalhadores neste processo, no fortalecimento da sociedade civil, com sua participação nos espaços públicos (SILVA; OLIVEIRA, 2011; DAGNINO; TEIXEIRA,

2014). Dessa forma o Fórum Seca conseguia articular, em uma mesma direção, uma diversidade de interesses que transcendiam os níveis locais, regionais e nacionais. Desde a fala do sindicalista rural do município de Serra Talhada, do Bispo de Afogados da Ingazeira ao Coordenador do Partido dos Trabalhadores o discurso era o mesmo.

*Todos que discursaram sobre o caminhão utilizado como palanque foram unânimes nas acusações contra o Governo em relação à política de assistência ao Nordeste. “O problema da nossa região não é a seca, e sim a cerca dos latifúndios”, disse o bispo de Afogados da Ingazeira, dom Francisco Austragésilo. Segundo ele, é muito cruel ver as nuvens carregadas de água passarem pelo Sertão, sem que exista tecnologia capaz de liberar toda essa água para as plantações. “Além disso, a seca só terminará quando chegar a reforma agrária”, afirmou o bispo, integrante da ala progressista da Igreja Católica.*

*“O problema aqui é mais de cerca que de seca”, disse Lula, referindo-se aos grandes latifúndios nordestinos e defendendo a reforma agrária como uma das soluções permanentes para os problemas provocados pela seca. “É preciso distribuir melhor as terras e até água que hoje só chega aos grandes produtores”, sugeriu. (DOSSIÊ FÓRUM SECA, 1991).*

Com o Fórum Seca o discurso ganharia um formato oficial e seguiria o caminho do contraponto ao Governo que seria assinado pela sociedade civil. Resta saber que interesses estariam direcionando este movimento, sobre os quais o próprio conceito de sociedade civil estaria se transformando. Entre uma oposição ao governo (historicamente dominante) que se constitui em todo o processo de luta legitimado pela sindicalização no município de Serra Talhada e um movimento que interessava ocupar um lugar no interior do Estado, compreendido aqui como aparato de governo, um interesse político específico parecia ser orientado, fundado em uma crença que enunciava formas de moral e bons princípios respaldados pela Igreja, interessada em mudar uma visão da seca como castigo de Deus (BOURDIEU, 2011c).

A partir desse ponto começamos a perceber que o esforço histórico de elaboração de uma narrativa crítica às políticas de combate à seca orientadas por um modelo de governo ditatorial que dominou o Estado por um longo período, mudou a direção do leme para uma oposição partidária, que teve como porta-voz o Partido dos Trabalhadores, liderado por um profeta representante dos movimentos sociais. A partir daí um capital político se desenvolveria no campo dos movimentos sociais, com uma trajetória que seria agora legitimada por um formato importante, a constituição de um Fórum respaldado pelo Partido dos Trabalhadores, operando pelo interesse tácito, entre outros, de promover o diálogo entre a sociedade civil e o Estado.

## **CAPÍTULO IV - ENTRE VELHOS E NOVOS PARADIGMAS: A CONFLUÊNCIA “PERVERSA” DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA**

Falar de convivência com o semiárido passou a ser retórica de muitas instituições no município de Serra Talhada. As ONGs, sempre dispostas a acessar conteúdos alternativos ao modelo dominante de agricultura historicamente experimentado no Brasil, vêm conseguindo exercer um compromisso com a temática da convivência, em associação à agroecologia. Na prática as ações que vêm sendo conduzidas transitam em um caminho conturbado em que o Estado torna-se lugar de interesse e legitimação. Escutar da Secretaria da Agricultura Familiar do município de Serra Talhada que todas as ações desenvolvidas estão voltadas e amparadas para a convivência com o Semiárido foi bastante instigante para nossa tese, ao lado de interesses em conversões produtivas típicas de políticas de combate à seca, voltadas para a manutenção do *status quo* com a permanência das relações clientelistas do próprio Estado.

A afirmação da Secretaria sugere questionar sobre o que significa convivência com o semiárido no município de Serra Talhada? Esta pergunta foi essencial para nossa reflexão na medida em que consegue ilustrar até que ponto a convivência com o semiárido pode ser mobilizada e entendida de diferentes formas, capazes de reproduzir medidas perversas, do campo “adversário” (DAGNINO, 2004).

Na prática a convivência com o semiárido vai além da criação de tecnologias sociais, a exemplo das cisternas da ASA, trazendo as ações das ONGs como uma via de mobilização fidedigna, consolidada entre os movimentos sociais e sindicais na região de Serra Talhada. Em parceria com o Estado elas vão assumir uma orientação que articula interesses e demandas capazes de direcionar a produção. Uma perspectiva cultural seria necessária para obter mudanças mais efetivas, uma vez que a caprinovinocultura parece se desenvolver combinando tradição e modernidade, enquanto o bovino representa traços de uma cultura mais tradicional.

Conforme visto no capítulo III, o Fórum Seca foi fundamental para a construção do que vem a ser o discurso da convivência com o semiárido difundido na região. Sob a influência da ecologia humana, a convivência com o semiárido conseguiu fortalecer seu caráter transformador de uma base cristã, que se revelou na negação dos pacotes ditos modernos e produtivista, a exemplo da revolução verde.

A crença na convivência considera o ser humano parte do ecossistema, como sujeito de conservação e transformação. O “trabalhador rural”, o “pequeno produtor”, ou mais

recentemente o “agricultor familiar”, são tomados como responsáveis pela conservação da biodiversidade, contrastando ao grande produtor e ao latifundiário; o agricultor familiar passa a representar um novo sujeito social dotado de vontade política, de acordo com Silva (2006).

Fixar o agricultor no campo constitui parte da retórica tanto das ONGs como do Estado e está associada à crença de um novo semiárido, produtivo e capaz de trazer qualidade de vida. Aqui a seca não precisa mais ser combatida, nem tratada como obra de Deus, mas continua sendo disputada sobre determinadas práticas de proveito político. Para isso, era necessário garantir um público alvo com experiência em mobilização no meio rural.

Assim, pretendemos apreender neste capítulo o significado político da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada, um espaço para onde convergem interesses contrastantes, deslocando sentidos e interesses, capazes de reproduzir práticas que vão de encontro aos princípios iluminadores do discurso da convivência com o semiárido em que a sujeição e a dependência política, baseada no clientelismo fossem *os verdadeiros fatores que devem ser “combatidos” no semiárido* (DINIZ, 2007, p. 115). No Estado, um capital específico pode ser acessado, o capital político, capaz de reproduzir um Estado com poder de consolidação, explicando a crença de que um Plano ou Política vai ser capaz de promover alguma transformação.

#### **4.1. O conceito da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada**

*A convivência com o semiárido na nossa compreensão é que as famílias que moram aqui, todas as vezes que fizer um pequeno verão, uma pequena seca, não precisar de qualquer ajuda do governo para viver como cidadão, que elas possam construir as condições aqui para viver bem. E aqui nós tivemos ao longo dos nossos 20 anos dessa instituição, tivemos como provar que isso é possível. Isso para nós foi o maior resultado. Não foi a obtenção da renda das famílias, a melhor qualidade de vida, mas principalmente a compreensão de famílias que é possível viver bem aqui no semiárido a partir dos desafios que temos, que são muitos, mas principalmente a partir dos potenciais que nós temos aqui no semiárido. Quando as famílias conseguem entender que nós temos desafios, mas também temos um monte de potencialidades, a gente consegue conviver aqui no semiárido sabendo que vai chover pouco, sabendo que nosso solo é bastante raso, sabendo que nossas temperaturas são elevadas, sabendo que nossa precipitação é elevada, porque são nossas características, mas sabendo que é possível desenvolver aqui nossas potencialidades e podemos viver bem. Isso pra nós é convivência com o semiárido! Olha, pra mim, nós, os agricultores que a gente trabalha, assim fica até melhor... eles dizem sempre que conviver com o semiárido é sempre ter o que plantar o ano todo, o que colher o ano todo e ter renda o ano todo. Essas condições explicam o que é convivência com o semiárido sabendo que se chove aqui três meses de forma bastante irregular, mas a família consegue ter água prá produzir o ano todo, nós estamos conseguindo conviver com semiárido. É isso que pra nós é convivência com o semiárido, é garantir essas condições pra que as famílias dessa região possam produzir, ter renda, ter saúde, o ano todo* (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).

Diante da fala do Coordenador do CECOR, ONG de referência no município de Serra Talhada, uma conceituação da convivência com o semiárido mobilizada pela ONG se desenvolve. Entre o esforço de partir de uma visão de mundo do agricultor<sup>133</sup> e uma mudança de orientação, o discurso da convivência cresce em um espaço ambíguo, em que o respeito a um saber desenvolvido ao longo do tempo pelas populações rurais da região deve ser orientado; da mesma forma que é preciso preparar a população para a convivência com o semiárido (CUNHA; PAULINO, 2014).

Nesse sentido temos de um lado a adesão de um modelo de convivência, pautado em uma nova forma de pensar e agir no semiárido capaz de melhorar as condições de vida e promover a cidadania (SILVA, 2006); e de outro lado, um saber local e uma natureza que precisa ser conservada, com o uso de tecnologias apropriadas e compatíveis com a preservação dos recursos naturais. Com a fala da técnica do Centro Sabiá podemos identificar este aspecto:

*Eu acho que é a gente conseguir... não mas, é a gente conseguir permanecer nesse ambiente com qualidade de vida, né, mas no entanto a gente tem que observar, Shana, algumas questões, tem que observar o nosso bioma... a caatinga, quais são os nossos... quais são os saberes... observar mais por exemplo os povos quilombolas, como é que eles chegaram aqui, como é que eles chegaram nos quilombos, como é que eles conseguiram sobreviver, com todas as adversidades, sabe, a gente precisa olhar mais pra questão da água, nesse contexto, como é que a gente vai conseguir preservar, como é que a gente vai conseguir recompor os nossos mananciais, acho que tem uma série de questão que a gente precisa tá observando, sabe... E nesse contexto, uma coisa que eu acho que é muito importante, é a gente ter o cuidado de valorizar, valorizar a organização dos agricultores, fortalecer os processos organizativos, né, desses agricultores... observar melhor, valorizar e fortalecer a cultura que sempre foi colocada à margem, a cultura em todos os sentidos, né... (Coordenadora local do CENTRO SABIÁ, ex-técnica do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2015).*

A fala da coordenadora local do Centro Sabiá faz referência a uma valorização dos saberes de “comunidades tradicionais”; entendidas aqui enquanto quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc., marcadas por um histórico de marginalização e luta pela terra, conforme apontado por Malvezzi (2007). Este sentido compreende um dos grandes desafios para a

---

<sup>133</sup> Partir de uma visão de mundo do agricultor constitui uma ferramenta discursiva interessante para os partidários da convivência com o semiárido. É deste mundo que surgem as primeiras cisternas de placas construídas no semiárido nordestino, de uma comunidade do município de Simão Dias, em Sergipe. A técnica foi trazida por um pedreiro deste município conhecido como Nel, que adquiriu conhecimento técnico na construção de piscinas a partir de placas pré-moldadas em São Paulo. Nel e seus irmãos difundiram a técnica pela região do município de Paulo Afonso e Conceição do Coité. Este último município foi o responsável pela maior divulgação do modelo. A partir de então várias adaptações foram feitas. Pintadas foi o município onde o equipamento foi implantado de forma maciça, em 1988, pelo Centro Comunitário de Serviços em convenio com a CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, instituição do Governo Estadual. O modelo foi identificado por pesquisadores franceses Claire Bernat, Remy Courcier e Eric Sabourin, em 1992-1993, com o apoio do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas/BA, do Movimento de Organização Comunitária – MOC, do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas – CAATINGA e do Centro de Pesquisa Tecnológica do Semiárido – EMBRAPA/CPTSA (PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS – PIMC, 2003).

convivência com o semiárido<sup>134</sup>, a combinação de princípios e valores da convivência com a viabilização de atividades econômicas necessárias ao desenvolvimento sustentável que partam de um aproveitamento das potencialidades naturais e culturais (SILVA, 2006). Segundo este autor:

*Não é o ambiente que tem que ser modificado ou adaptado às atividades produtivas, como geralmente ocorre em todas as sociedades que buscam ampliar a produtividade do trabalho na exploração e no uso de recursos naturais. Na perspectiva da convivência, ao contrário, são as práticas e métodos produtivos que devem ser apropriados aos ambientes. Foi assim que os povos tradicionais aprenderam a se relacionar com a natureza e a desenvolver as atividades primárias agrícolas, pecuárias e extrativistas. Não se trata, porém, de voltar aos tempos passados, abandonando os avanços tecnológicos modernos, que contribuem para melhorar a produtividade do trabalho. Trata-se de uma perspectiva orientadora de uma produção apropriada no Semiárido (...) (SILVA, 2006, p. 234).*

Portanto uma normativa específica que priorizaria a adesão de um modelo geral conservantista<sup>135</sup> concomitante a uma nova cultura seria experimentada pela convivência com o semiárido, através de um processo educativo que pudesse respeitar o conhecimento local, ao mesmo tempo que transformar. Uma dimensão social a ser transformada em contraste a uma dimensão ambiental a ser conservada teria como explicação um reaprendizado do agricultor com base em suas experiências vividas em um processo de caráter educativo (SILVA, 2007; CUNHA; PAULINO, 2014):

*Eis a fórmula para superar esta tensão: a formação para a convivência seria um reaprendizado, a recuperação de um saber tradicional negado pelos esforços de modernização que marcam os “velhos” paradigmas de desenvolvimento do Nordeste (CUNHA; PAULINO, 2014, p. 43-44).*

Para Cunha e Paulino (2014) esta concepção abre brechas para uma contradição na medida em que ensinar o agricultor a conviver com a seca se torna uma retórica incoerente, se considerarmos a trajetória de vida de convivência e adaptação. Diante de um trecho do livro de Aziz Ab’Saber (2003), “Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas”, podemos verificar esta tensão:

*Os espasmos que interrompem o ritmo habitual do clima semiárido regional constituíram sempre um diabólico fator de interferência no cotidiano dos homens dos sertões. Mesmo perfeitamente adaptados à convivência com a rusticidade permanente do clima, os trabalhadores das caatingas não podem conviver com a miséria, o desemprego alvitante, a*

<sup>134</sup> Mapear, reconhecer e valorizar os povos e culturas do Semiárido são estratégias fundamentais das “Diretrizes para a Convivência com o Semiárido”. O documento faz referência à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007) e considera o diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, no que concerne ao acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva, direitos e cidadania.

<sup>135</sup> O caráter conservantista diz respeito à conservação do ambiente e de modos de vida, muito frequente em estudos da biologia e ecologia, e em debates sobre as chamadas “populações tradicionais” (CUNHA; PAULINO, 2014).

*ronda da fome e o drama familiar criado pelas secas prolongadas. Nesse sentido, é pura falácia perorar, de longe, que é necessário “ensinar o nordestino a conviver com a seca” (AB’SABER, 1985 apud AB’SABER, 2003, p. 95).*

Embora para Ab’Saber (2003) seja pura *falácia ensinar o nordestino a conviver com a seca*, a necessidade de iniciativas governamentais é mencionada no seu trabalho, com destaque para as iniciativas de desenvolvimento regional da SUDENE e do DNOCS. Fazendo alusão ao projeto Floram – Nordeste Seco (Instituto de Estudos Avançados – USP), Ab’Saber aponta estratégias de armazenamento de água em consórcio com técnicas de reflorestamento, para que nos períodos chuvosos a retenção de água se torne mais eficiente, com base na conservação da biodiversidade. Orientado para o âmbito das pequenas propriedades, estas estratégias seriam capazes de contribuir para a mitigação da migração rural no semiárido, de acordo com Ab’Saber (1990).

*Os grupos humanos dos sertões secos aprenderam a conviver com o ambiente semiárido, seus rios periódicos, seus solos de difícil manejo e sua estrutura agrária certamente muito arcaica e inflexível. Mas, os homens dos sertões não podem resistir normalmente perante os anos de grande seca em que falta água para o gado e as plantações, ocorrendo desemprego rural, insegurança familiar e dramáticas migrações internas direcionadas para os grandes centros urbanos (AB’SABER, 1990, p. 149).*

Nesse sentido, a contradição mencionada por Cunha e Paulino (2014) já era desenvolvida por Ab’Saber (1990, 2003), na medida em que ele descreve uma população capaz de conhecer o domínio da caatinga, seja na utilização dos leitos dos rios em terras de “sequeiro” para produção agrícola, seja nas velhas práticas de pastoreio extensivo; e conviver com ele, com o fantasma dos momentos de miséria, fome e sofrimento familiar em uma estrutura agrária rígida e fragilizada pela severidade climática e hidrológica de anos de grande seca. Na medida em que se desenvolve a necessidade de intervenção governamental modernizada, orientada para a pequena propriedade em contraste à preservação da biodiversidade, com a ideia de que é uma falácia ensinar o nordestino conviver com a seca, se conviver significar manter-se ou adaptar-se a uma estrutura dada, sem nenhuma iniciativa técnica ou de pesquisa. Aqui era demonstrada a demanda de estratégias que visassem:

*A possibilidade de uma reciclagem técnico-científica das grandes máquinas estatais a favor de um planejamento mais correto do desenvolvimento econômico e social do Nordeste Seco, por meio da recuperação dos conhecimentos e experiências acumuladas e a instalação de uma nova mentalidade moral e cultural. Nesse esforço de revitalização de velhas e novas máquinas burocráticas, envolver sobretudo o DNOCS, a SUDENE, a CHESF, em interação direta com as universidades da região. Uma tecnoburocracia mais ágil e missionária; uma Academia menos pretensiosa e mais operante (AB’SABER, 1990, p. 161).*

De acordo com Cunha e Paulino (2014) um “conservadorismo de vanguarda” seria mobilizado pelo paradigma da convivência, dado que tensões entre privilegiar a manutenção de modos de vida e de relação com a natureza e transformar relações sociais, econômicas e políticas na busca de melhores condições de vida são experimentadas.

Na literatura da convivência as tecnologias apropriadas significariam muito mais que uma alternativa a um modelo de modernização excludente, seria capaz de democratizar o acesso à terra e à água através de técnicas compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.

*Nesse sentido, pode-se definir a “convivência com o semiárido” como sendo uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. Considera-se que é essa a orientação de um novo paradigma civilizatório para a humanidade, de satisfação das necessidades e de expansão de suas capacidades, em comunhão com a natureza (SILVA, 2006, p. 272).*

Uma perspectiva cultural orientadora do desenvolvimento sustentável no semiárido vai produzir a crença de que as tecnologias alternativas serão capazes de libertar os agricultores de um modelo de modernização que não é democrático. Essa perspectiva se desenvolve a partir de um “novo paradigma civilizatório”, segundo Silva (2006), preparado para desenvolver um conhecimento já existente, aproveitando-se das suas capacidades, para poder transformá-las em um novo sujeito social, aquele capaz de permanecer no campo.

*Em síntese, percebe-se que a convivência com o semiárido brasileiro expressa a conjugação de três componentes:*

- 1) em primeiro lugar, trata-se de um resgate do “pensamento crítico” sobre o combate à seca e sobre a modernização conservadora, que marcaram as formas de intervenção do poder público na região, e que vem sendo acumulado desde o início do século XX;*
- 2) em segundo lugar, é uma leitura contextualizada da transição paradigmática das propostas e modelos de desenvolvimento, reinterpretando a sustentabilidade a partir do reconhecimento das potencialidades e fragilidades dos ecossistemas locais;*
- 3) é a expressão de um novo projeto político para a Região, protagonizado por um conjunto de organizações da sociedade civil, fundamentado num conjunto de experiências e vivências tecnológicas, produtivas e socioeducativas, apropriadas ao ambiente Semiárido, e que buscam ampliar os espaços públicos decisórios, de formulação e controle social nas políticas públicas (SILVA, 2006, p.262).*

Para Cunha e Paulino (2014) a recuperação de um saber tradicional negado pelos esforços de modernização que marcam o “velho” paradigma do combate à seca, se desenvolve em um movimento ambíguo, em que um programa de difusão de conhecimento científico é



requerido para o aprendizado dos agricultores. A questão problematizada pelos autores diz respeito ao potencial de ação desse conhecimento científico sobre o conhecimento tradicional.

No capítulo III recuperamos o esforço de sistematização de conceitos que permeavam a crítica do combate à seca. Através das cartilhas, encontros e seminários que constituíram o Fórum Seca, outra *consciência crítica* precisava ser construída entre os agricultores, a partir de uma crítica à modernização orientada pelo Estado, em defesa de uma nova forma de tratar o problema da seca. Com a Cartilha “*Seca: um problema que tem solução*”, construída pelo Fórum Seca em 1995, podemos perceber um esforço de transformar a visão de mundo do agricultor, baseada em uma crença de que a *seca era castigo de Deus* (SECA, UM PROBLEMA QUE TEM SOLUÇÃO: FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA, 1995).

O fato é que as estratégias utilizadas por ONGs e movimentos sociais se basearam na educação contextualizada como metodologia para instar a participação, através de cartilhas, capacitações, treinamentos e trocas de experiências, com intuito de viabilizar a construção de conhecimento. No âmbito da convivência com o semiárido, a trajetória traçada pela Rede PTA (Projeto Tecnologias Alternativas) da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação), com origem no Rio de Janeiro, é referência. Apoiados por essa Rede surgem os Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs), transformados em ONGs conhecidas atualmente no Estado de Pernambuco, a exemplo do Centro de Tecnologias Alternativas de Ouricuri (CTA-O), hoje, CAATINGA, e o Projeto Tecnologias Alternativas, do Centro Josué de Castro (hoje, Centro Sabiá) (DINIZ; PIRAUX, 2011b; SILVA, 2011).

De acordo com Silva (2011) a Rede PTA adaptou o método de Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas (DRPA), que ganhava importância como instrumento de planejamento a partir dos anos 80, adotando ferramentas desenvolvidas pela Educação Popular como alternativa aos métodos convencionais de transferência tecnológica. Vejamos este aspecto na entrevista:

*Shana. E como que a convivência com o semiárido vem permeando as atividades aqui no Centro Sabiá?*

*Coordenadora Local. Aqui na região, né? Tanto aqui no sertão quanto no agreste, todos os processos, todas as ações, elas são pensadas a partir da convivência com o semiárido, né, esse é o guarda chuva das questões, esse é o manto, né... e é esses processos são pensados pra... né, claro, diante de muito desafio, sabe Shana, a gente vê os jovens, a gente trabalha com a juventude mas a gente ainda tem muita migração por parte dos jovens, mesmo os jovens que tão nos grupos onde a gente faz assessoria, esses jovens, eles tem muitos problemas, eu acho que também tem a ver com a coisa do patriarcado, sabe, que não permite que a juventude, que as mulheres desabrochem, não permite que essas pessoas façam a transformação, a transformação que precisa ser feita pra gente realmente conviver com o semiárido.(...)*

*Então... É, acho que tem uma coisa dentro da nossa metodologia que é muito importante que são os processos formativos, né, e aí fazer essas discussões, essas reflexões de convivência nas comunidades rurais com os agricultores e agricultoras familiares, né, um pouco inclusive desconstruindo algumas questões que vieram que foram enfiadas goela abaixo, alguns mitos, que veio muito com essa coisa da revolução verde, né, porque isso apesar de não ter chegado assim, a gente não tem muito nitidamente essa coisa da chegada da revolução verde aqui no semiárido, mas ela chegou... ela chega com o uso dos agrotóxicos, com essa simbologia que é muito forte, dessa coisa de dizer que você é o matuto, que você é o atrasado, que você precisa se modernizar, você precisa mecanizar o seu sistema... Para eu reproduzir isso como seria, aqui no semiárido, das ações como são os processos formativos, o foco das ações aqui no Centro Sabiá, os processos formativos? Os processos formativos, a construção da agroecologia, a construção do conhecimento com esses agricultores a partir dos saberes, né, dessas comunidades, desses grupos... (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).*

Com a fala da coordenadora conseguimos reconhecer o viés transformador, ainda que idealizado, mas certamente vislumbrado através da convivência com o semiárido. Ele se revela no sentido de transformar um modelo encrustado pela revolução verde, baseado no uso de insumos e agrotóxicos. Eis a justificativa que as ONGs e a literatura vêm demonstrando:

*Enquanto muitos sistemas familiares de produção avançam para uma trajetória de minifundização e empobrecimento, muitas das grandes fazendas recebiam recursos oriundos de políticas públicas que tinham como objetivo modernizar a pecuária no nordeste semiárido. Para atender à crescente demanda dos grandes centros urbanos por alimentos, estava-se divulgando um modelo de “modernização” baseado num conjunto “agroquímico motomecanizado” que tornava os sistemas dependentes de tecnologias e insumos gerados pelo setor industrial. Este produzia as máquinas, os implementos, adubos e agrotóxicos, provocando a dependência financeira dos estabelecimentos. Era o modelo de “desenvolvimento” proposto pela “revolução verde” (DUQUE, 2008, p. 135).*

*As ações executadas precisam convergir à construção (ou partir) de um projeto claro e consistente de desenvolvimento sustentável para a Região, em contraposição ao modelo agroexportador, baseado em monocultivos e na exploração da força de trabalho, excludente e dependente do receituário da revolução verde. No Nordeste, não é mais admissível a implantação de ‘ilhas de desenvolvimento’ à custa da manutenção da concentração de terra, renda e poder. Urge lutarmos pela valorização dos povos do campo (do Semiárido) e sua inclusão social e produtiva mediante uma ampla e massiva reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, p. 13).*

Entre os discursos das ONGs conseguimos acessar esta tendência de substituição de um paradigma associado à modernização tecnológica orientada para um aproveitamento eleitoral em benefício das elites políticas e econômicas regionais, para um paradigma associado à sustentabilidade, pautado na melhoria de qualidade de vida através do incentivo de tecnologias apropriadas para geração de renda e conservação dos recursos naturais (SILVA, 2006).

Através de alguns autores, como Roberto Marinho da Silva ou Ghislaine Duque, podemos verificar certa tensão no que diz respeito à crítica da convivência com o semiárido para com as políticas modernizadoras do combate à seca. Embora a literatura desenvolvida

sobre o tema desenvolva esta contradição, a sofisticação das práticas e relações é demandada, priorizando cadeias produtivas modernizadas voltadas para exportação e arranjos institucionais modernizados voltados para a constituição de *novos espaços de articulação política*, a exemplo do Fórum Seca e da Articulação do Semiárido brasileiro (DAGNINO, 2004a, b; SILVA, 2006). Tal fato é exemplar dos questionamentos já assinalados por Cunha e Paulino (2014):

*O paradigma da convivência com o semiárido é, ao final, uma crítica à modernização, uma defesa das relações sociais tradicionais e de um novo padrão de relação com a natureza. Ou seria um modelo de modernização para populações das áreas rurais nordestinas? (CUNHA; PAULINO, 2014, p. 43).*

Nesse sentido embora um modelo de modernização ambiental, social e institucional de desenvolvimento fosse experimentado pela convivência, juntamente com a manutenção de práticas tecnológicas e sociais entendidas como superadas pelos analistas do paradigma, ele não aparece, de modo explícito, no discurso das ONGs. Encontramos esta tendência nos enunciados dos gestores de órgãos públicos, seja do gerente do IPA, seja do Secretário da Agricultura do município de Serra Talhada, em que a convivência com o semiárido é tratada como política de governo, baseada em tecnologias de acesso à água. De acordo com o Secretário da Agricultura, convivência com o semiárido é:

*É você morar aqui no semiárido sem precisar sair dela. Tá certo, então, não existia nenhum programa de convivência com o semiárido porque as ações não chegavam e o sertanejo, a primeira coisa que faz quando ele estuda, completa 18 anos é ir embora pro corte de cana, pra colheita de café, lá em Minas Gerais. Então deixa, o nosso sertão tá ficando desertificado. E o êxodo rural também. Se você observar em 2000, o censo de 2000 nós tínhamos 28000 habitantes na zona rural. Hoje nós temos aproximadamente 22000 pessoas, 23000 pessoas na zona rural, e...esse pessoal foi embora. Então a convivência com o semiárido, uma das questões é isso, é o governo ter uma política social pra manter cada agricultor, cada agricultora no seu terreno, na sua comunidade, isso com condições de vida. Primeira questão: água. O semiárido é seco. Não tem água. A cada 10 anos chove dois. Mas o subsolo é rico em água. Então o governo tem que buscar água onde tiver. É isso que a gente tá fazendo. Nós tamu perfurando poços artesianos, nós tamu fazendo mini adutoras pra que as pessoas possam ter água pra irrigar, pra fazer a sua horta, irrigar o seu capim. Então isso é a convivência com o semiárido, é dar condições de vida ao agricultor pra que ele não deixe as suas origens e vá embora pra um mundo desconhecido. Porque você sair daqui, do sertão de Serra Talhada e ir pra São Paulo é um mundo desconhecido, apesar das informações hoje, a globalização tá, todo mundo tem acesso à internet, à informática, mas é um mundo diferente. Então a convivência com o semiárido pra gente é isso, a gente manter a pessoa no seu lugar de origem, sem que ele seja obrigado a ir embora (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Nesta perspectiva a convivência com o semiárido parece ser traduzida em uma política estatal que se limita no acesso à água, através de obras destinadas a resolver o problema da

seca capazes de fixar o agricultor no campo. Aqui o paradigma da convivência parece informar muito mais um modelo de intervenção técnica, do que a emergência de um novo paradigma civilizatório, de acordo com Cunha e Paulino (2014). Falar em convivência com o semiárido para o presidente do Conselho Municipal significa falar em programas de acesso à água:

*A convivência com o semiárido que a gente... tem alguns programas que a gente tá trabalhando atualmente, né. Estamos com parceria com o governo do estado, Governo Federal na implantação hoje de 225 cisternas calçadão, que é tecnologia importante de convivência com o semiárido, onde as famílias foram priorizadas dentro do Conselho, isso houve uma priorização dentro do conselho e esse programa ele visa exatamente o quê? A questão hídrica, onde você vai ter a sustentação hídrica, são cisternas de 52 mil litros d'água e aí possibilita eles terem essa água para o uso de produzir, para usufruir dessa produção, né? Isso eu acho importante, porque eu acho que nunca se pensou nessa questão de você ter uma água de reserva para se produzir para você mesmo, né. Para você ter essa consciência de não ter o uso de adubos químicos, a cisterna calçadão ela possibilita isso porque é uma pequena produção. Se você tem um excedente você pode vender, mas é lógico que 52 mil litros de água não é um grande volume, porém é que você tem como produzir para o seu dia-a-dia, para o seu vizinho, e essa tecnologia é importante para convivência com o semiárido, ela... Eu acredito muito que vai dar certo, o pessoal... Tá sendo implantado e o pessoal tá acreditando nesse programa (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Com as Diretrizes para a Convivência com o Semiárido (2013) podemos observar que essas tecnologias compreendem as ações da convivência com o semiárido demonstradas pelo trecho a seguir, mas não se reduzem a elas, passando pela democratização do acesso à água e à terra na perspectiva de uma gestão sustentável, em substituição às políticas excludentes de combate à seca:

*A questão, portanto, não é falta de água, mas como armazená-la bem, evitando ao máximo as perdas, e distribuí-la de forma equitativa e sustentável. A quantidade de chuvas, somada às águas da superfície, principalmente os rios São Francisco e Parnaíba, bem como as águas de subsolo podem perfeitamente tornar a região viável para a vida humana e animal. Assim posto, a questão é fazer a reforma hídrica, isto é, democratizar o acesso à água. Segundo dados da CPTSA/Embrapa, uma pessoa, nessa região, pode utilizar até 36 dias de trabalho por ano em busca de água. A escassez advém basicamente da destruição e poluição de mananciais e a concentração da água em mãos de particulares e/ou em atividades específicas, como os perímetros ou canais de irrigação. A democratização da água passa pelo projeto de integração de bacias do rio São Francisco, pelos sistemas simplificados de abastecimento de água, mas deve passar principalmente pelas pequenas barragens, cisternas de placas, bem como a contínua instalação e manutenção de poços tubulares, amazonas e artesianos, barragens subterrâneas e sucessivas, açudes, caldeirões de pedra, barreiros trincheiras, adutoras de pequeno e médio porte, entre outras estruturas, para buscarmos definitivamente a erradicação da utilização de carros pipas. (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, p. 09).*

A confluência perversa problematizada por esta tese também se desenvolve nesta conjuntura, no deslocamento de sentido exercitado na dissonância entre as instituições, em que a convivência com o semiárido passa a ser retórica poderosa de “*combate à seca*”:

*Bom, aí no caso é você conviver com o semiárido, você levando ações, obras que minimizem o seu sofrimento dentro desse período, é você saber armazenar água né, você ter uma estrutura pra armazenamento, seja uma cisterna, seja um poço tubular, seja um escavado manualmente que é o poço amazonas que é o cacimbão, que se cava muito nas margens de rios e riachos né, é você ter uma pequena barragem, então você tem que primeiro pensar em armazenar água, aí você tem que planejar, você tem uma família com cinco pessoas essas cinco pessoas vai ter água, vai precisar de quantos litros de água é, pra conviver aquele período de estiagem, e a partir de Julho até Janeiro aqui a gente tem esse período de estiagem né, em torno de sete meses, aí vem mais dois, três meses de chuva boa, de razoável a boa e um ou dois de ruim a péssimo né, então você tem esse ciclo, então naquele ciclo que não chove você tem que ter água armazenada é primeiro ponto né, primeiro ponto pra você manter a estrutura familiar abastecida de água, que é o bem principal dentro da unidade, dentro da família, do homem é a água né, você sem água não tem pra onde ir, você tem que ter água, você passa fome, dois, três dias de fome mas você não passa dois, três dias de sede, então você tem que primeiro armazenar a água, então esse é o primeiro ponto que a gente sempre tem levado como uma das questões principais, depois a gente fazer com que ele também armazene alimento, primeiro pra família né, você orientar essa família a construir silo, pra na época da colheita você armazenar esse, esse produto como o milho e o feijão, que mais se produz aqui né, é você ter uma outra fonte de renda com a produção de algodão, de mamona, que aí você vai vender pra você comprar outras, é, é, outros produtos que você usa dentro da sua unidade (Gerente do IPA, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Observa-se que o enfrentamento da seca continua sendo pensado em um formato assistencial, no qual a convivência com o semiárido fica reduzida às velhas políticas de combate à seca para algumas instituições, que devem ser problematizadas. Para o gerente do IPA de Serra Talhada este aspecto se torna ainda mais claro quando perguntamos sobre a *diferença entre as políticas de combate a seca e a convivência com o semiárido*. O interessante desta reflexão está na associação que ele faz entre combate à seca e a ditadura militar, indicando ser esta referência que faz com que as ONGs se distanciem da temática do combate à seca.

*Pra mim não tem não, mas as ONG's, elas procuram tirar esse termo, combate à seca, entendeu? Eu acho que é por conta de um título que veio da ditadura militar né, vamos dizer do Departamento Nacional de combate a Seca que era o DNOCS né, e geralmente diz que não se combate seca, combate os efeitos, então tem que se conviver, a gente tem que conviver com a seca. Hoje a gente tem a operação seca que é uma, uma política aí que tá dentro, dessa, desses trabalhos que a gente faz né, Operação Seca, essa operação seca a gente trabalha com produção do carro pipa, no caso primeiro ponto, depois produção de forragem pra os animais e principalmente a capacitação dos agricultores né, levando conhecimento, mostrando como é que se utiliza a água de forma racional, porque a gente vê muitas vezes agricultores chegar aqui, a gente, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, vinte litros de água por habitante/dia, seria o suficiente pra uma comunidade rural, né, a gente já oferta trinta litros por conta de algumas residências terem pessoas idosas e crianças que é o que a gente encontra muito no meio rural hoje, são pessoas idosas, aposentadas, então essas pessoas requer um pouco mais de água né, pra seu anseio né, a gente fornece trinta litros em média né,*

*(per capita), quantidade diária, aí leva pra uma família que tem um grupo de pessoas que aquele caminhão pipa que a gente leva ele vai dar condições dela consumir água durante sessenta dias, muitas vezes com vinte dias essa família chega aqui pedindo água eu digo: -Ora, a gente não colocou? - Já acabou! -Então já acabou, não acabou, você desperdiçou! - Aí a gente vai, manda o pessoal lá da uma conversada com ele, a gente tem aqui assistentes sociais, aí vai e conversa pra mostrar que aquela água não é pra aguar planta, não é pra dar aos animais é pra uso pessoal porque a gente leva água de boa qualidade, que é água tratada da COMPESA, então se você pega uma água da COMPESA, tratada, paga um valor caro pra deixar lá na comunidade chega lá o camarada pega um balde dessa água e vai colocar no solo, na terra, pra irrigar uma planta que não tem tanto valor econômico pra aquela família e muitas vezes você tem uma água bruta lá que pode ser utilizada mais ele não vai buscar, tá lá na cisterna, tá mais prático é, cobra do governo a ação né, aí muitas vezes leva né, o que a gente faz é isso (Gerente do IPA, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Diante deste enfoque podemos perceber que até mesmo os programas de combate à seca trabalhados pelo IPA, com destaque para a “Operação Seca” responsável pela disponibilização de carros-pipa para abastecimento de água das comunidades rurais do município, podem ser mobilizados enquanto convivência com o semiárido. O “campo de possibilidades” que o paradigma da convivência oferece põe em jogo uma série de princípios que se tornam ferramentas discursivas entre as instituições, podendo, inclusive legitimar distintas ações. Assim a universalização do abastecimento de água através de tecnologias mais simples e mais baratas se torna interessante para os gestores.

Por vezes, os objetivos da convivência parecem ficar reduzidos, exclusivamente às estratégias e tecnologias que levam a crer serem capazes de manter o agricultor no campo. Essa mensagem acaba sendo revelada por diferentes agentes, por ONGs, movimento sindical e órgãos da gestão pública do município de Serra Talhada.

*Pra mim a convivência com o semiárido é nós saber que nunca nós vamos acabar com a seca e sim temos que aprender a conviver com ela. Como por exemplo a gente sofreu muito no passado quando não tinha armazenamento de água tanto pra produção quanto pra o consumo humano, não tinha poço, não tinha grandes reservatórios de água, então de certo tempo pra cá o governo vem olhando pra isso, nosso município por exemplo nos tem 96% das famílias hoje tão todas beneficiadas com a tecnologia de armazenamento d’água pra o consumo humano. E tem uma grande maioria uns 20% vamos colocar do total com tecnologia pra pequenos animais e fazer as pequenas produções de hortaliças pra o consumo humano. E outra coisa que a gente destaca na convivência com o semiárido que dá pra gente sobreviver nele, mas tem que ter políticas estruturadoras, adutoras, poços com irrigação nas comunidades que já tem aqui, sistema simplificado isso favorece que a gente possa permanecer no semiárido (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Manter o agricultor no semiárido a partir de estratégias permanentes e articuladas a favor da construção de um Plano Nacional de Convivência com o semiárido passa a constituir um repertório de interesse comum. Para isso uma perspectiva cultural precisava ser orientada; baseada na crença de que no semiárido poderia se viver com qualidade de vida. Outro

conceito de seca e de semiárido precisava ser construído, sem que aquele vivenciado e constituído historicamente fosse completamente abandonado, pois ele constituiria a base da dimensão conservantista da sustentabilidade. Sobre este aspecto a entrevista com o Coordenador do CECOR se manifesta:

*Shana. E como que o senhor acha que surgiu essa temática, esse paradigma da convivência com o semiárido?*

*Coordenador do CECOR. Até pouco tempo a gente ouviu falar muito e vez em quando escutamos os programas de governo de combate a seca. Ao longo da história nós fomos percebendo que nós não podíamos combater a seca. Brincamos com os agricultores que a gente não pode negociar aqui com São Pedro a mudar aqui a quantidade de chuva, a mudar a nossa geografia, não podemos, mas podemos construir as conexões pra conviver com pouca água que tem aqui na região, já que isso não vamos mudar, vai sempre ter pouca água aqui. Então esse foi o nosso aprendizado a partir do conceito da convivência com a seca, de combate à seca, então fomos aprendendo isso, que a gente não se combate a seca, **constrói as condições pra se conviver com ela**. A partir daí o conceito da convivência com o semiárido. Por isso que também o foco das nossas ações não são aquelas grandes ações que historicamente foram acontecendo no país, aqui, de combate à seca, as grandes barragens, as grandes adutoras, não acreditamos nessas ações porque historicamente elas foram tendo uma lógica de combate à seca. Nós acreditamos que não se combate à seca. (...) Na nossa trajetória nós aprendemos com os agricultores a tentar fazer alguma coisa diferente do que eles propriamente faziam, aquela cultura. Os próprios agricultores, eles são os principais atores dessa transformação de mentalidade. Eles começaram a experimentar. Eles começaram a experimentar práticas e principalmente concepções diferentes até daquilo que os pais, os avós, todos, a família trabalhava. Então começar a evitar as queimadas, não usar veneno, sempre são as práticas que o pessoal foi mudando essa concepção que eu preciso para produzir aqui no semiárido, tem que usar veneno, queimar, desmatar, acabar com o nosso lençol freático, os rios... Essas práticas em si foram mostrando que os agricultores começaram a tomar formas diferentes de praticar a agricultura e a pecuária na região. Então pra nós um grande método dessa transformação são os agricultores que tiveram coragem de experimentar, às vezes chamados de loucos, mas tiveram a coragem de experimentar uma forma diferente de trabalhar a agricultura (...). Nós começamos a contar a história um pouco diferente. Aquilo que sempre passa na região que é comum a gente ouvir, inclusive dos nossos familiares, ainda que isso aqui não é possível, isso aqui não é viável, ou que o filho que tem que estudar para aprender a fazer uma carta para ir embora daqui, que aqui não era possível iniciar, isso foi começando a mudar. Então a sistematização das experiências, pequenas às vezes, dos agricultores, mas que tinha essa lógica que é aqui, é possível se viver aqui, inclusive está no nosso slogan “apostando no semiárido” no CECOR, foi isso que foi a gente sistematizando e multiplicando essa ideia que com algumas partes diferentes, com algumas formas de pensar o semiárido diferentes, podemos viver aqui e viver bem (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Para substituir o paradigma de combate à seca seria necessário construir as condições para que a convivência pudesse ser legitimada. Com base em processos educativos o conceito do combate à seca perdia seu sentido, já que estavam sendo criadas condições para se conviver com a seca. Uma nova história precisava ser contada, a partir da transformação de conceitos e visões de mundo, para que uma nova cultura pudesse ser criada e reproduzida.

Este esforço enfrentaria resistências, em especial, a um conhecimento “tradicional” construído com base na convivência com o semiárido, uma convivência ainda não sistematizada, mas presente na história.

*Então, historicamente os agricultores familiares já tinham ações de convivência com o semiárido, de acumular sementes, de plantar sementes crioulas, de produzir os animais que só aqui que tem capacidade para produzir o alimento da comunidade. Então isso é uma prática histórica dos agricultores, senão eles não tinham conseguido estar aqui até hoje. Então eu sempre acho que eles foram os primeiros pesquisadores daqui do semiárido e isso nos últimos anos com as grandes secas também tem reforçado essa ideia. Andando agora com os agricultores, é difícil agricultor que não estocou alimentos e esse ano um pouquinho mais, o outro ano perderam os animais porque não tinha estoque de alimentos. Esse ano as pessoas têm mais estoque. Então os agricultores também vão aprendendo e se adaptando ao que é convivência com o semiárido. O que as organizações fazem é muito mais sistematizar e multiplicar essas boas práticas para que os agricultores façam o mesmo. Mas de forma geral eles já tinham uma tradição de ações de convivência com o semiárido. Não com esse conceito, não com essa compreensão, mas na sua sabedoria já fazia isso (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Para a compreensão da convivência com o semiárido, o papel das ONGs vai ser fundamental, na sistematização e multiplicação de conceitos e práticas, que vão além da ASA, mobilizando perspectivas próprias de cada instituição. Dessa forma os agricultores podem e devem aprender e se adaptar ao novo formato da convivência com o semiárido que entrava em cena, contrariando os processos que compreenderam a chamada “revolução verde”. Estes conceitos parecem acionar princípios de disciplinas específicas trabalhadas na academia; a ecologia, e sua variação na ecologia humana, etnociência, etnobiologia, etnoecologia, parecem proporcionar reflexões interessantes para a convivência com o semiárido.

Para os ecologistas – aqui fazemos referência ao conhecido livro de Eugene Odum, “Fundamentos da Ecologia” - o aumento da produção agrícola com a chamada “revolução verde” resultou, principalmente, na industrialização da agricultura. Caracterizada por um pacote químico e mecânico sofisticado e variedades de plantas manejadas com uso de técnicas de laboratório, o interesse era a maximização da produção, sem a preocupação com consequências ambientais e sociais (ODUM, 2004). A preocupação desenvolvida por Odum neste sentido se resumia em duas perspectivas: no crescimento da população humana e na poluição do ar e da água. A ecologia humana esboçada por Odum (2004) trazia uma perspectiva mais ampla no sentido de tratar das relações dos seres humanos com os fatores externos, considerando sua dinâmica interna também, tratando-os como constituintes das comunidades bióticas e dos ecossistemas, como qualquer outra população.

A temática da *conservação* constitui uma referência importante para a ecologia e a ecologia humana. Em que pesem os problemas mais amplos oriundos de suas variações



conceituais<sup>136</sup>, é importante destacar que uma concepção mais abrangente, que considera o manejo e uso dos organismos e ecossistemas pelas populações compreende o que temos hoje no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei N° 9.985, de julho de 2000, Capítulo I, Das disposições preliminares), que ressalta:

*Art. 2° Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:*

*II – conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; (BRASIL, 2002).*

Sob esta perspectiva mais abrangente da legislação, inserindo o conceito de desenvolvimento sustentável na definição da *conservação* algumas das ambiguidades destacadas pela mobilização teórica da convivência com o semiárido pode ser explicada, ao considerar o uso e manejo sustentável dos recursos naturais e o respeito ao conhecimento tradicional das populações locais (DIEGUES, 2000). Para este autor mesmo que existam diferenças marcantes entre as formas pelas quais as populações tradicionais produzem e expressam seu conhecimento sobre o mundo natural em relação as que foram desenvolvidas pela ciência moderna, elas têm suas próprias categorias de visão de mundo, elas não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies segundo suas categorias. Aqui a natureza não é vista necessariamente como selvagem em sua totalidade, ela já foi historicamente domesticada e manipulada.

*Pode-se concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura como conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representa-la mentalmente, manuseá-la e, frequentemente, enriquecê-la, como se viu anteriormente.*

*Nesse sentido, os seres vivos em sua diversidade, participam de alguma forma do espaço, se não domesticado, pelo menos identificado ou conhecido. Eles pertencem a um lugar, um território como locus em que se produzem as relações sociais (DIEGUES, 2000, p. 32).*

---

<sup>136</sup> A temática da conservação é utilizada em várias perspectivas da Biologia e Ecologia. Não cabe neste trabalho aprofundar cada uma delas. Podemos destacar algumas, de acordo com Diegues (2000), para explicar certo distanciamento de uma temática mais preservacionista oriunda da biologia da conservação e da ecologia profunda, para uma mudança de enfoque, que tirou a temática da conservação de um caráter autoritário dos modelos de implantação de parques norte americanos, que ignoravam a importância do uso sustentável dos recursos, o conhecimento tradicional das populações locais e se limitavam às atividades de proteção, manutenção e restauração de áreas naturais. Para Antonio Carlos Diegues as mudanças no que se refere ao enfoque da conservação estão relacionadas ao surgimento que se opõem à Ecologia Profunda, dentre eles movimentos que surgiram nos países do Norte, como a ecologia social e o ecossocialismo. Na ecologia social a degradação ambiental é vista como diretamente ligada aos imperativos do capitalismo e os seres humanos são primeiramente seres sociais. Criticam a noção de Estado e propõem uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de produção. O ecossocialismo e também o ecomarxismo tem origem no movimento de crítica interna do marxismo clássico, em que uma visão da natureza é tida como estática, em função da ação transformadora do homem pelo trabalho, sem considerar a questão socioambiental propriamente dita. Nesse sentido se colocava em pauta a importância dos movimentos sociais enquanto precursores de lutas ecológicas. No Brasil, o ecologismo dos movimentos sociais começou a surgir a partir dos anos 80, caracterizando-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda e destruidor da natureza (a destruição da floresta amazônica é o exemplo mais marcante no Brasil). Assim, o ecologismo social que luta por manter o acesso aos recursos naturais, valoriza o extrativismo e os sistemas de produção baseados em *tecnologias alternativas* é incorporado por organizações sociais, tais como: o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o Movimento dos Pescadores Artesanais, etc (DIEGUES, 2000).

Para sermos mais específicos na área de estudo circunscrita pela pesquisa, podemos destacar uma orientação neste sentido proveniente do Fórum Seca, já discutida no capítulo III. O apoio do Grupo de Ecologia Humana da UFPE no I Seminário Pernambucano, *Seca: Implicações Políticas e formas de enfrentamento* (Relatório de 1990) revela essa influência, representada pela professora Maria José de Araújo Lima. A seguir destacamos trechos do seu livro *Ecologia Humana – Realidade e Pesquisa*, para entendermos o formato com que a temática é mobilizada pela professora:

*O homem compartilha da natureza como um animal, que tem também capacidade de trabalhar, controlar e modificar as condições naturais com um fim determinado. Ocupa uma posição de singularidade entre o reino dos seres vivos, e sua interação se realiza, inclusive no nível intencional.*

*O ecologista humano defronta-se com uma problemática complexa, ao ser forçado pela natureza de seus estudos a conceber o homem como um animal ligado, por um lado, à teia da vida em condições idênticas aos demais seres vivos e, por outro, ao sistema social como autor e ator. Idealizada nesses termos, a ecologia humana, além de utilizar os princípios de ecologia geral, necessita ampliar seu quadro teórico para dimensionar a ênfase holística implícita em toda sua ideia (LIMA, 1984, p. 20).*

No I Seminário Pernambucano, *Seca: Implicações Políticas e formas de enfrentamento* a questão da preservação da natureza foi enfatizada, alertando sobre o desmatamento e queimadas e sobre os prejuízos oriundos da grande produção. Nesse sentido a conservação seria acessada em prol da conservação da caatinga, trazendo as tecnologias alternativas como alternativa para a pequena produção, para os agricultores do semiárido, considerando e aproveitando o saber acumulado por eles para ser repassado para outros agricultores, *divulgando alternativas acessíveis e descobertas pelo próprio produtor*. A conservação então seria incluída em muitas das ações sugeridas durante o seminário, destacamos algumas delas:

*Conservar as árvores e usar o adubo para o solo não ficar descoberto; fazer rotação de culturas e preservar a vegetação nativa, usando a caatinga com faixas de cultura e faixas de vegetação; preservando a caatinga, o pequeno produtor protege também a fauna (animais) e a flora, que abriga os inimigos naturais das pragas; usar defensivos naturais, porque não prejudicam e são baratos; ensinar nas escolas a importância da natureza; ajudar o agricultor a ver que não é preciso desmatar para plantar; compreender que na natureza uma coisa depende da outra, que o equilíbrio do meio ambiente é fundamental até mesmo para podermos viver (I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO – RELATÓRIO, 1990, p. 04).*

Assim, é possível inferir que uma fundamentação da ecologia humana foi acessada, inicialmente pelo Fórum Seca e mais tarde pela Convivência com o Semiárido, a partir do momento em que o ser humano passa a ser considerado no contexto do ecossistema, como

sujeito de conservação e transformação. Os autores e atores da conservação da biodiversidade seriam agora o “trabalhador rural”, o “pequeno produtor”, o “agricultor familiar”.

Nesse sentido, tudo que compreender o conhecimento sobre um mundo “natural” não modernizado pode ser resgatado para uma transformação que deve seguir os princípios da sustentabilidade. E é neste estágio que Cunha e Paulino (2014) apontam a contradição, que segue modelos modernizados de relações sociais, institucionais e ambientais para a construção de um novo sujeito político: aquele dotado de *vontade política*, para fazermos referência ao termo *gramsciano* da moda na literatura da convivência (SILVA, 2006). É esse novo sujeito político que vai poder se fixar no campo e conviver com o semiárido. É ele que não vai mais necessitar estudar ou trabalhar fora para “apostar” no semiárido, na crença de um novo semiárido em que se tem qualidade de vida e agricultura, um semiárido capaz de trazer a seca como um fenômeno natural que não precisa mais ser combatida, mas continua sendo disputada sobre determinadas práticas de proveito político.

Ao que parece cada ator vai carrear vantagens para favorecer suas respectivas instituições, como forma de buscar reconhecimento e legitimação, de acordo com suas ações e demandas (BOURDIEU, 2011b). Este processo produz distinções no significado prático da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada, cujas ações se desenvolvem nos espaços contraditórios da sociedade civil e do Estado. No Estado a convivência com o semiárido consegue dissimular práticas contrastantes em torno de um capital político, capaz de convergir interesses e discursos.

De um significado que pretende desmistificar o combate à seca, através de um conceito de seca enquanto fenômeno natural, que deve ser entendido de forma contextualizada no âmbito do semiárido e planejado para poder se conviver, ele se torna flexível, a ponto de se tornar referência discursiva entre as mais variadas práticas, até mesmo as de combate à seca. Esta reflexão não diz respeito a uma discussão ingênua em que o Estado se manifesta como lugar de cooptação, já que se constitui como lugar de interesse dos diferentes atores e autores do paradigma da convivência.

#### **4.2. Do conceito à prática: os atores e as práticas do discurso da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada**

*É, as ONGs nos últimos 30, 40 anos começaram a trabalhar as tecnologias, ainda as tecnologias alternativas. Com o passar do tempo foi percebendo que isso era muito mais amplo do que as primeiras tecnologias alternativas. Então isso foi uma trajetória que foi sendo*

*construída ao longo de 30, 40 anos que passou da lógica de tecnologia alternativa para um conjunto de ações, de estratégia, de planejamento de convivência com o semiárido. Não dava mais, não seria mais só a alternativa isolada que ia se resolver se discutir todo um conjunto de concepção desse semiárido. Então, por isso também essa grande participação, hoje a Articulação do Semiárido é um bom exemplo e aglomera mais de 1000 organizações do semiárido. De que as ONGs hoje mudaram um pouco o seu perfil de compreensão da transformação de vida dessa região (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Com a fala do coordenador do CECOR, ONG que atua no município de Serra Talhada desde 1992, fica evidenciado o papel das tecnologias alternativas, enquanto antecedente do que se tem hoje de convivência com o semiárido. Com o Fórum Seca aprofundado no capítulo III compreendemos a sua importância como alternativa a um modelo de política de combate à seca que estava sendo questionado, enquanto embrião de um paradigma que precisava ser amadurecido e disseminado entre os agricultores organizados em sindicatos.

A pretensão dos discursos a favor da convivência com o semiárido era ir além das tecnologias alternativas, mas suas raízes históricas fundamentadas no movimento conhecido como Tecnologia Apropriada (TA) foram incisivas na década de 80, orientadas pelo Projeto Tecnologias Alternativas da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação com origem no Rio de Janeiro, que se constituía como um movimento de articulação associado às iniciativas em rede (DINIZ; PIRAUX, 2011b). A partir desse surgiram os Centros de Tecnologia Alternativas (CTAs), transformados em ONGs conhecidas atualmente no Estado de Pernambuco, e em Serra Talhada, hoje conhecido como CAATINGA e Centro Sabiá (SILVA, 2011).

Sob a influência do método de Diagnóstico Rural Participativo de agroecossistemas (DRPA), que ganhava importância como instrumento de planejamento a partir dos anos 80, a Rede PTA, de acordo com Silva (2011), começou a adotar ferramentas desenvolvidas pela educação popular como alternativa aos métodos convencionais de transferência tecnológica. Um dos propósitos era se contrapor a um modelo de agricultura inadequado à realidade da pequena produção, trazendo como justificativa casos empíricos vividos pela população rural, a exemplo dos casos dos atingidos pelas barragens de Itaparica e Itaipu (DINIZ; PIRAUX, 2011b).

Assim, um movimento de valorização de um determinado conhecimento local, associado aos termos de conservação e fertilização do solo, conservação de água no solo, armazenamento e comercialização era orientado pelas organizações, de acordo com Silva (2011), para que pudesse ser replicado em outras experiências e comunidades. Sistematizar e

multiplicar experiências parece constituir o esforço metodológico das organizações, de acordo com o Coordenador do CECOR:

*O que as organizações fazem é muito mais sistematizar e multiplicar essas boas práticas para que os agricultores façam o mesmo. Mas de forma geral eles já tinham uma tradição de ações de convivência com o semiárido. Não com esse conceito, não com essa compreensão, mas na sua sabedoria já fazia isso (...) Nós priorizamos muito a questão de intercâmbios. São os agricultores com iniciativa que possam receber outros agricultores e repassar e multiplicar aquela iniciativa e juntos estar construindo uma perspectiva diferente, estar avançando nessa perspectiva. Então essa é uma temática que nós temos. Além de estar sistematizando as experiências, também levar outros agricultores, outras famílias a vivenciarem como eles estão fazendo e como estão resolvendo, ou não resolveram, então se nós temos uma nascente que secou, como as famílias tão recuperando essas nascentes, como as famílias tão acumulando essas sementes crioulas num momento em que o mercado fala sempre: compre sementes transgênicas, compre as sementes tal... e a família resiste e consegue produzir e guardar as sementes crioulas ... então são esses experimentos que nós fazemos questão de divulgar, de multiplicar, que essas famílias recebam novos agricultores para que possam cada vez mais massificar essa experiência (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

A visão de mundo do agricultor passa ser referência para a legitimação das ações que as organizações pretendem orientar. É deste mundo que surgem as primeiras cisternas de placas construídas no semiárido nordestino, de uma comunidade do município de Simão Dias, em Sergipe. A técnica foi trazida por um pedreiro deste município conhecido como Nel, que adquiriu conhecimento técnico na construção de piscinas a partir de placas pré-moldadas em São Paulo. Nel e seus irmãos difundiram a técnica pela região do município de Paulo Afonso e Conceição do Coité. Este último município foi o responsável pela maior divulgação do modelo. A partir de então várias adaptações foram feitas. Pintadas foi o município onde o equipamento foi implantado de forma maciça, em 1988, pelo Centro Comunitário de Serviços em convenio com a CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, instituição do Governo Estadual). O modelo foi identificado por pesquisadores franceses Claire Bernat, Remy Courcier e Eric Sabourin, em 1992-1993, com o apoio do Centro Comunitário de Serviços de Pintadas/BA, do Movimento de Organização Comunitária – MOC, do Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas – CAATINGA e do Centro de Pesquisa Tecnológica do Semiárido – EMBRAPA/CPTSA (PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS – P1MC, 2003).

Desde então as cisternas de placa passaram a constituir o modelo da ASA no processo da convivência com o semiárido, legitimado com o Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC, capaz de colocar em prática todo o esforço discursivo estimulado pelo Fórum Seca (SILVA, 2006; 2007; PASSADOR; PASSADOR; 2010). Aqui a proposta da sociedade civil

se reconfigurava em um formato de política pública em torno de um programa permanente de convivência com o semiárido, que inaugurava uma parceria da sociedade civil com o Estado, a partir de 2003, no Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Na prática a ASA, enquanto articulação composta hoje por mais de 1000 instituições, se mobiliza no interior das organizações através do P1MC e P1+2. Com estes programas, as ações das ONGs são integradas à uma perspectiva do acesso à água voltada para as tecnologias sociais da ASA. Nesta perspectiva suas orientações metodológicas seriam acessadas com base em um processo educativo de mobilização, controle social, capacitação, comunicação, fortalecimento institucional da sociedade civil e construção de cisternas (PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS – P1MC, 2003).

As associações das comunidades rurais e os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) são responsabilizados, enquanto organizações jurídicas de base capacitadas, para receberem os recursos do programa referentes à realização dos cursos de pedreiros e a construção das cisternas nas comunidades selecionadas (PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS – P1MC, 2003). De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, de 2012 até 2014, o município recebeu um total de 3.366 cisternas de placa de 16 mil litros.

*E começou a luta né, a comissão da ASA. Nós quando recebia uma etapa de cisterna era 30, 40, era bem pouca, quando foi em 2012 eu em um evento em Brasília conseguimos 2.243 cisternas de 16 mil litros de convivência com o semiárido.(...) Em 2014 mais oito convênios de 1.023 cisterna. Então nós tem total hoje aqui de 3.366 cisternas de placa de 16 mil litros. Isso já é na convivência com o semiárido, né. Nós em 2010 também pela comissão recebemos 99 tecnologias de convivência com o semiárido. Três barragens subterrâneas, 17 barreiras trincheiras, 49 cisternas calçadão e 30 cisternas de enxurrada.(...) E também recebemos aqui no município pelo PRORURAL Pernambuco mais produtivo 225 cisternas calçadão. Isso vem trabalhando a política de convivência com o semiárido e captação de água da chuva. (...) Aí hoje só trabalha aqui com nós a ADESSU e o CECOR, e cada contrato tem um pregão de chamada pública, aí quem ganha é quem atua naquele município (...) A ADESSU tá atuando. Tá executando 1.023 cisternas aqui, até dezembro pra executar 1.023 (Presidente do Sindicato de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Nesse sentido as ações das ONGs voltadas para a convivência com o semiárido passam direta ou indiretamente pela ASA, com os programas P1MC e P1+2. No entanto elas não se reduzem a esses programas. Outras atividades que já constituíam suas demandas são realizadas, passando pela mediação de políticas públicas e assistência técnica.

*Shana. E sobre a convivência com o semiárido, como que está sendo trabalhada esta discussão pela ADESSU?*

*Técnico. Na verdade desde 2004 tinha esta história de convivência com o semiárido. A gente já vinha praticando, fazendo algumas práticas de convivência com o semiárido. Este projeto da KNH ele também favorecia para que a gente fizesse estruturas nas comunidades que gerasse renda e também a sustentabilidade hídrica e produtiva na qual a gente vinha executando, fazendo poços amazonas, cisternas por este projeto e bombas, aquelas bombas populares que a gente há muito tempo já trabalhava. E também com a execução do PIMC desde dois mil e... os primórdios né, quem executava antigamente era o CECOR. O CECOR fazia um termo de parceria com a ADESSU, e a gente executava este programa no acompanhamento à execução das cisternas, né! E assim, a ADESSU, ainda hoje ela trabalha nesse processo de convivência com o semiárido, difundindo as tecnologias. A gente hoje executa tanto o programa um milhão de cisternas que é a cisterna de 16 mil litros, quanto a cisterna da segunda água, que agente chama, que é o P1+2. E assim, a gente sempre trabalha no fortalecimento da convivência com o semiárido. A juventude, a agroecologia e o foco na convivência com o semiárido. Ou seja, difundindo as práticas que propiciam a convivência. Por exemplo, prática agroecológica, agrofloresta, beneficiamento, produção... isto é uma convivência com o semiárido, né?! Acaba que você não é só um difusor da agroecologia, mas um difusor da convivência.*

*Shana. Lá em Serra Talhada vocês estavam trabalhando também?*

*Técnico. Em Serra Talhada a gente executou o PIMC e o P1+2 que são as 2 tecnologias, tanto a de primeira água que é a de beber, quanto a de segunda água que é o P1+2. Na qual a gente desde 2012 vem trabalhando com Serra Talhada no PIMC, na qual em 2012 a gente construiu 800 tecnologias. Contemplou 800 famílias em parceria com duas organizações, que era um polo sindical, o polo do sub-médio São Francisco, e o CAATINGA que é uma organização lá do Araripe, na qual no total foi dois mil e poucas cisternas. Agora em 2014 a gente executou o programa lá com 1023 (Técnico da ADESSU, entrevista realizada em junho de 2015).*

A ADESSU Baixa Verde é uma Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde sediada em Triunfo (PE). Foi fundada em 1996 a partir de um grupo de 12 agricultores que fundaram uma associação, em parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde, com o Centro Sabiá, ONG de referência que atua na região e o DED – Serviço de Cooperação Alemã. Foram esses agricultores, denominados como “difusores da agroecologia”, que praticavam práticas de conservação do solo, curvas de nível, adubação verde e fundaram a associação com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e difundir as práticas agroecológicas, de acordo com o técnico.

O fato é que em Serra Talhada o trabalho das ONGs parece se desenvolver no sentido de uma convivência com o semiárido já estabelecida, anteriormente ao PIMC, e tem como referência o CECOR – Centro de Educação Comunitária Rural, com sede no município, enquanto organização não governamental que nasceu de um Projeto da Diocese de Afogados da Ingazeira trabalhando com as chamadas tecnologias alternativas. A Diocese funcionava como mediadora para captação de recursos da Cooperação Internacional. Vejamos este aspecto na entrevista com o coordenador:

*O CECOR ele surgiu dum Projeto da Diocese de Afogados da Ingazeira que também tinha uma atuação nessa região. Na época dos anos 80 havia muita dificuldade dos movimentos sociais em conseguir recursos para garantir a atuação aqui. Então a Igreja Católica era uma possibilidade bem real na época, no final da ditadura militar de se conseguir recurso. Então a gente tinha projetos em várias outras regiões também, tinha projetos com a Igreja Católica que apoiava os movimentos sociais: movimento sindical, as pastorais da juventude que tinha uma força muito grande na época. Então a Igreja Católica era um guarda-chuva, digamos assim, que a gente conseguia recurso da Cooperação Internacional pra apoiar e fortalecer esses movimentos. E daí a ONG e CECOR foi um passo meio natural. Então, como eu falei o CECOR vem da Igreja Católica, da Diocese de Afogados da Ingazeira. Como eu participava da Pastoral da Juventude, chegar ao Projeto foi um passo porque o Projeto que era chamado de PECOR que é Projeto de Educação Comunitária Rural que também era apoiado pela Cooperação Internacional, principalmente instâncias da Holanda ligada à Igreja Católica. Então quando nós começamos a identificar que o Projeto precisaria ter vida própria, pensar em outros financiadores, outras linhas, outras metas, e ter uma ação muito mais voltada já pra aproximar naquela época, das tecnologias alternativas (...) Isso foi no ano de 93, 1993. O nosso Bispo que apoiou a construção desse projeto, o Dom Francisco, já tava bastante doente também, já não conseguia fazer muito mais, nós tínhamos medo também, uma vez na Diocese, como seria a continuação do projeto. E aí decidimos em comum acordo com o Bispo de criar a ONG que até o nome ficou parecido, a letra C, e mudou de Projeto para o Centro, que tornou-se ONG. Em 1994 conseguimos os primeiros projetos. Vamos fazer 20 anos agora. Estamos fazendo 20 anos agora. (...)Então o CECOR foi a continuação, de alguma forma, das ações que já aconteciam, só que agora com o foco em ações mais de convivência com o semiárido, na época nós falávamos em tecnologias alternativas, mas depois foi tomando essa dimensão e o conceito foi também transformando-se em convivência com o semiárido, como é nossa missão ainda hoje (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Enquanto missão da organização, a convivência com o semiárido mobilizada pelo CECOR vai compreender ações que vão além do acesso à água articulado pela ASA e pela Fundação Banco do Brasil, passando pela agroecologia, assistência técnica, mediação de políticas públicas como o PAA e o PNAE, apicultura, pequenos animais e acesso ao mercado, com uma trajetória importante na feira agroecológica do município de Serra Talhada.

*A convivência é o nosso forte, a nossa missão, isso muito claro. Nessa temática temos abordado um conjunto de ações todas voltadas para a convivência com o semiárido e ações aí na área de agroecologia, na área do acesso à água, na área da assistência técnica, para construção de uma proposta de assistência técnica com foco nos desafios daqui do semiárido, nós temos ações na área de apicultura, de pequenos animais... Enfim, são um conjunto de ações que todas elas são baseadas no foco da convivência com o semiárido. Nos últimos oito, dez anos foi agregado a isso também, mas não tá claro da convivência com o semiárido o acesso a mercados. Então essa foi uma temática que foi se agregando a nossa discussão. Nós começamos a avançar na área da produção ecológica, mas o acesso ao mercado tornava-se um grande desafio. Ainda hoje é, mas já tem uma trajetória importante, as feiras agroecológicas da região, os programas oficiais do governo, o PAA, o PNAE. Então avançamos bastante, mas foi de alguma forma uma demanda meio natural, a partir do crescimento da produção agroecológica (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Ante a esta reflexão podemos inferir que a agroecologia foi sendo acessada pela ONG enquanto prática da convivência com o semiárido, gerando demandas no acesso ao mercado. Já vimos que o final da década de 80 foi “paradigmática” no deslocamento de conceitos que



pudessem se contrapor ao modelo de desenvolvimento vigente, baseado na grande produção e na modernização de tecnologias. Das tecnologias alternativas à Agroecologia, de acordo com Diniz e Piraux (2011b), uma série de ONGs foram formadas com base em antecedentes institucionais, voltados para as tecnologias alternativas, com destaque para o CAATINGA e para o Centro Sabiá (SILVA, 2011).

O Centro Sabiá é uma ONG de referência em todo o Estado. Além de Recife, possui sede em Triunfo (PE). Apesar de não trabalhar com as comunidades de Serra Talhada, está envolvido no fortalecimento da feira agroecológica do município. Para nosso estudo ele vai ser fundamental na medida em que se constitui na efervescência do Fórum Seca, tendo como um dos sócio-fundadores, um dos coordenadores do Fórum Seca, conforme já destacado anteriormente. É possível observar o entrelaçamento de projetos de vida, com ideologia e com certo sentimento de pertencimento analisando o trecho seguinte sobre a trajetória de vida desta referência:

*Eu sou filho de camponeses, meu pai e minha mãe trabalhavam na agricultura camponesa na região do município de Arco Verde. E depois foram morar na cidade de Arco Verde. Eu fiz lá o Ensino Médio, o Ensino Fundamental e ensino médio, e depois eu vim fazer Universidade e Recife. Aí eu entrei na Universidade em Recife, aqui no Curso de Engenharia da Pesca. A partir do Curso da engenharia de pesca na Universidade eu me envolvi em movimentos estudantis, participei de duas experiências, de movimentos sociais...Uma foi a Pastoral Universitária que na época dos anos 80 eu trabalhava com Teologia da Libertação dentro daquela perspectiva mais ampla de opção preferencial pelos pobres. Participei também no mesmo âmbito ainda da Pastoral Universitária de um trabalho na Periferia do Recife no Sítio dos Pintos junto com um grupo de colegas aqui da Universidade. Nós fizemos um trabalho de assessoria aos moradores do Sítio dos Pintos na construção da Associação dos Moradores do Sítio dos Pintos. Isso foi nos anos 80 a gente fez esse trabalho. Paralelamente a isso ainda teve uma participação no movimento estudantil, é..., no DA de Engenharia de Pesca e até quando, antes de terminar a graduação eu fui estagiar no Centro Josué de Castro porque tinha um grupo de Pesca Artesanal. Então ali foi como um berço pra mim de convivência, com ideias políticas, de transformação, fizemos vários atos ali dentro do Josué de Castro. E depois saímos do Josué de Castro pra fundar o **Projeto Tecnologia Alternativa**. Então a partir de 1985 eu entrei no Projeto Tecnologia Alternativa, é..., um Projeto que tem origem na FASE do Rio de Janeiro e tinha uma perspectiva de trabalhar com uma crítica à agricultura industrial, à Revolução Verde e buscar fortalecer um processo de circulação de informação junto às comunidades intelectuais que defendem outro modelo de agricultura. Antes disso um pouquinho ainda eu trabalhei na CNBB que é... a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. E a CNBB também fazia um trabalho social. Eu cheguei a ser coordenador dos Projetos Alternativos de Convivência com a Seca. Isso foi no ano 83 quando eu terminei a graduação e nesse período eu pude conhecer o trabalho de várias Dioceses que era uma voz que se levantava contra a Indústria da Seca, contra as Frentes de Emergência. Então eu viajei praticamente por todas as Dioceses do Estado de Pernambuco, Paraíba. E nesse período eu, assim, fiz contato com várias organizações da Igreja Católica e pude também, é..., nesse projeto apoiar financeiramente várias iniciativas de convivência com a seca, como cisternas, pequenos barreiros, pequenos açudes, cacimbões... eu era a pessoa que coordenava esse escritório aqui em Recife, na CNBB, e fiquei trabalhando aí 3 anos. Depois eu saí daí e fui pro Josué de Castro já como profissional, voltei pra lá como profissional pra coordenar o Projeto Tecnologia Alternativa.(...) Aí eu fui trabalhar no Projeto da Tecnologia Alternativa que era*

*um projeto da FASE do Rio que tinha esse papel de sistematizar e organizar informações pra socializar essas informações do saber popular e acadêmico com as, com a sociedade e geral mostrando que outro tipo de agricultura seria possível. É, aí eu trabalhei muito tempo nesse projeto de Tecnologia Alternativa dentro do Centro Josué de Castro e chegou um momento que esse trabalho cresceu muito, né, e nós decidimos sair do Josué de Castro pra criar uma instituição com personalidade jurídica própria que foi o Centro Sabiá. Então em 1993 nós saímos do Josué de Castro e criamos o Centro Sabiá que continuou fazendo o trabalho de Agroecologia, incorporou uma nova vertente que seria a Agrofloresta. A partir de 94, 92, 94 e depois incorporou também, é, uma perspectiva mais institucional, mas continuou com o mesmo compromisso com os movimentos sociais, continuou com o mesmo compromisso com a agricultura familiar e lutando pra combater a desigualdade que havia no meio rural pernambucano (Coordenador do Fórum Seca, Sócio-fundador do Centro Sabiá e Professor da UFRPE, entrevista realizada em fevereiro de 2015).*

Das tecnologias alternativas surge o discurso agroecológico em Serra Talhada; que passa a ser retórica de muitas ONGs no Estado de Pernambuco e no semiárido, se adequando perfeitamente à temática da convivência com o semiárido. No caso do Centro Sabiá os sistemas agroflorestais embasaram as estratégias da organização para o fortalecimento da agroecologia. E este direcionamento está relacionado à influência de Ernst Götsch na construção do conceito da organização, através de consultorias, visitas, cursos e capacitações, de acordo com a Coordenadora local do Centro Sabiá de Triunfo:

*Shana. A agroecologia então está dentro desse guarda-chuva de convivência com o semiárido?*

*Coordenadora local. Eu acho que a agroecologia ela tem a partir dos seus princípios, né, de pensar inclusive o ambiente, as pessoas, a relação das pessoas com esse ambiente, a relação entre as pessoas, né, de forma mais justa. Eu acho que toda essa situação, ela casa perfeitamente com a coisa da convivência com o semiárido.*

*Shana. Que seriam então dois focos, a convivência com o semiárido e a agroecologia?*

*Coordenadora local. Não. Eu acho que é um foco só, é a convivência com o semiárido a partir das práticas agroecológicas. Nos anos 90, no final dos anos 90 por aí, quando a gente começa a trabalhar com os sistemas agroflorestais, essa discussão ela surge muito nas áreas úmidas, né...na zona da mata... o processo se inicia, inclusive mais fortemente na zona da mata. Tiveram algumas pessoas que chegaram a dar consultoria, como foi o caso do Ernst Götsch, que é suíço, que a atuação dele era muito mais numa região mais chuvosa, mais úmida, mas aí a gente começa a pensar que isso também é possível se fazer no semiárido... inclusive o próprio Ernest, ele começa a desmistificar isso, né, junto com a gente (...). Até quando ele começou, né, essa assessoria, as organizações tavam trabalhando com agroecologia (...). Ele teve aqui! Eu tive também lá na propriedade dele, lá na Bahia. E assim, apesar de ser muito... Ele era radical em alguns momentos, tem alguns pensamentos bem rígidos assim, né, ser um pouco inflexível pra determinadas questões... Por exemplo, ele não admitia animais dentro dos sistemas produtivos, dentro do SAF, pra ele era inadmissível colocar a presença dos animais domésticos. E aí a partir de uma discussão, de um embate com Ernst que ele começa inclusive a repensar essa questão e pensar... e aí ele começa a pensar modelos, que não são modelos na verdade, mas é de pensar alternativas para incluir os pequenos animais nesses sistemas de produção. Isso foi muito legal, foi muito interessante (...).No início foi muito complicado porque, os próprios agricultores diziam, não, vocês fazem isso porque vocês fazem lá na zona da mata.(...) Eu sei que ele fez vários cursos, várias capacitações, visitas de campo, eu me lembro quando ele teve aqui na região. Porque eu participei de alguns desses momentos. E assim, eu acho que teve uma influência, bem, eu acho que foi muito positivo a inserção do Ernst, né, apesar da gente de vez em quando... ter uns bate boca... Mas eu acho que foi*

*importante sim, com certeza, ele deu uma contribuição muito boa* (Coordenadora local do CENTRO SABIÁ, ex-técnica do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2015).

Com a assessoria de Ernst, pesquisador e agricultor dos sistemas agroflorestais, a agrofloresta experimentada por ele em sua fazenda no sul da Bahia poderia ser adaptada em outras regiões do país, inclusive na região semiárida de domínio da caatinga. Vejamos trecho do seu livro, “*O Renascer da Agricultura*”, publicado pela AS-PTA em 1996:

*O objetivo é encontrar as condições em que cada planta se desenvolve melhor e aproximar nossos sistemas agrícolas do ecossistema natural local, em qualquer situação. Portanto, trata-se do oposto da agricultura moderna, em que o homem tenta adaptar plantas e ecossistemas às “necessidades” da tecnologia. Esse projeto foi idealizado principalmente nos trópicos úmidos, porém os princípios do método serão os mesmos onde quer que existam plantas cultivadas em nosso planeta* (GÖTSCH, 1996, p. 01).

As entrevistas nos levam a inferir que cada uma dessas organizações parecem mobilizar conceitos-chaves referentes a um histórico de formação institucional e conceitual, que pode ter tido influência tanto da academia, como de outras organizações, e da Igreja Católica, a exemplo do CECOR. De acordo com a coordenadora local do Centro Sabiá de Triunfo, a academia tem uma função primordial na constituição dos conceitos trabalhados pelas ONGs, seja na convivência com o semiárido, seja na agroecologia:

*Shana. Se a gente fosse pensar de quem que é esse discurso da convivência com o semiárido... Coordenadora local. O discurso de fato... porque claro, essa é uma, esse é um, eu acho, o conceito, assim, como o conceito da agroecologia é um conceito acadêmico, né, apesar da essência vir dos agricultores, vir dos povos que estão no semiárido, o conceito é acadêmico, né... Então eu acho que as organizações não governamentais, elas tiveram um peso muito grande de pensar isso e de fazer valer também.*

*Shana. Isso dentro do conceito da agroecologia?*

*Coordenadora local. Agroecologia e convivência com o semiárido também... Sabe porque eu digo isso, Shana, eu acho que a gente tem que ter esse olhar também, né. O termo convivência com o semiárido, ele não é um termo muito popular, não é uma... Se for perguntar pro lado do agricultor, né... Se você for conversar com um agricultor, ele não vai fazer, ele não vai falar, alguns agricultores, algumas lideranças mais envolvidas, né, aí ele vai falar da convivência com o semiárido... Mas a maior parte dos agricultores, eles não tem o termo, né, ele não tá entrojado, apesar do conceito estar muito presente, sabe... Hoje, se você for conversar com os agricultores, com a maioria dos agricultores que são acompanhados pelo Centro Sabiá, eles vivem a convivência e a agroecologia muito fortemente, não é uma... não surgiu superficialmente sabe, porque tem algumas coisas que aparecem como se fosse apêndice, né, na vida das pessoas... E eu vejo hoje que alguns agricultores não, eles estão dentro, tão dentro do processo, sabe, ou se você vai conversar com o Seu Alexandre, com Dona Alaíde, com Antonio Véio, são pessoas que... não dá pra distinguir mais, né, você não descola mais a família, ou essas pessoas dos processos agroecológicos. Que tá nos sistemas agroflorestais, que tá na organização, que tá na comercialização, feita de forma mais solidária, enfim... Então não dá pra descolar. Mas muitas vezes eles nem utilizam o termo, o termo agroecologia, sistemas agroflorestais, eles usam mais roçado agroflorestal, né, vou pro meu roçado agroflorestal... Então o conceito e o termo, eles são... (Coordenadora local do CENTRO SABIÁ, ex-técnica do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2015).*

Aqui a discussão volta-se para as reflexões atinentes ao primeiro item deste capítulo, indicando que, na prática, os conceitos mobilizados pelas ONGs são transferidos e socializados com as comunidades, através de uma terminologia acadêmica, que de acordo com os técnicos são compatíveis com o saber local, via processo educativo para a construção de novos atores sociais e políticos (SILVA, 2006). Assim as organizações não governamentais possuem um papel fundamental para sistematização e multiplicação desses conceitos.

*Eu acho que foi essencial, o papel das organizações pra essa construção. E assim, é um conceito que é trabalhado dentro dessas, nas organizações e que de repente se tornou interessante, inclusive alguns grupos tão querendo se apropriar, né, não só do conceito da agroecologia, da sustentabilidade, né, como forma de sensibilizar a sociedade, né, pra, em vantagem própria, né. Você vê hoje parte do agronegócio falando em sustentabilidade. Quando a gente sabe que de sustentabilidade só de você fazer monocultivo você tá... você tá indo pelo caminho da insustentabilidade, né. Mas esse discurso, ele acaba, né, a gente tem percebido que ele é interessante pra determinados segmentos e que vão se apropriando disso, é um risco pra nós, é porque a gente sabe que, assim, eu acho que o Centro Sabiá tem uma coisa que eu acho muito bacana que é de assumir que nós tamu mesmo, não é uma questão de... é polarizado mesmo, a gente tá do outro lado, né, quer dizer, o agronegócio, realmente ele não nos interessa, né. E eu acho muito bacana esse, assumir isso, né... Não, nós vamos ter que conviver, né, com essas outras questões, porque é impossível... não,(???) porque a gente pensa que realmente a gente tem que defender a agroecologia, as práticas agroecológicas em contraposição mesmo a essas estruturas hegemônicas, né, que são opressoras, né, que degradam, que exploram os trabalhadores (Coordenadora local do CENTRO SABIÁ, ex-técnica do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2015).*

A questão da estocagem de água, por exemplo, se tornou relevante para que as ações da convivência com o semiárido fossem orientadas, através das tecnologias sociais. Com esta via conceitual a organização consegue partir para outras dimensões, da estocagem de alimentos a partir de sementes resistentes às secas para a convivência com o semiárido.

*Nós temos hoje diversas ações da área de convivência com o semiárido. Então na nossa compreensão a estratégia que nós adotamos é a estratégia do armazenamento, da estocagem, a estocagem da água e aí nós temos diversas ações na área de tecnologias sociais pra estocar água, as cisternas para beber e cozinhar, de 16000 litros, as cisternas para produzir alimentos, de 52000 litros, as barragens subterrâneas, os barreiros trincheiras, enfim. São um conjunto de ações, todas elas com o mesmo objetivo de estocar água para produção de alimentos ou para beber e cozinhar. Essa é uma estratégia. A outra estratégia é a estocagem de sementes. A gente acredita que as sementes crioulas são muito mais resistentes às secas, às pragas e, portanto, também por estratégia de convivência com o semiárido a estratégia de alimento para os animais também. Então a estratégia de estocagem é nosso principal ponto de partida, de sementes, de alimento para os animais, e para as famílias também. Esse é o nosso ponto de partida da estratégia da convivência com o semiárido (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Apesar da centralidade da ASA na temática da estocagem de água, tanto prático como conceitual, na articulação com as ONGs na construção das cisternas de placa, a Fundação

Banco do Brasil também vem ganhando espaço na mobilização da convivência com o semiárido a partir de tecnologias sociais, seja em parceria com as organizações, seja através dos Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS). De acordo com o agente de desenvolvimento rural sustentável entrevistado, no que se refere à caprinovinocultura, que é uma atividade trabalhada pelos técnicos; a construção das cisternas torna-se mera tecnologia para que essa cultura seja desenvolvida.

Outra dimensão da relação tecnologias sociais, armazenamento de água e agências financeiras se desenvolve, algumas vezes, no estímulo de ações, projetos e atividades mais comprometidos com o retorno financeiro e político do que à “cultura local” e às expectativas dos produtores e agricultores. Se conviver com o semiárido significa criar culturas mais resistentes, para fazermos menção à indicação de Furtado de 1959, a caprinovinocultura torna-se retórica fundamental para o acesso às políticas públicas em um novo momento.

*A gente sabe que realmente o retorno é mais rápido, o risco de perda é menor, porque se considerar o preço de uma vaca pra um caprino é, a diferença é grande, você vende cinco ou seis caprino pra comprar uma vaca, mas aí muitas vezes quando você precisa fazer uma feira, o pequeno agricultor, é melhor pegar uma cabra ou uma ovelha do que vender uma vaca, porque muitas vezes se vende a vaca e o cara ainda não paga, você leva pra feira com trabalho, é.. paga um preço muito alto pelo transporte, só de um bovino, e o caprino não, ele vende até na região mesmo onde ele tá. E também tem a influencia dos programas sociais que ajudou muito, a questão do PNAE que é pegar a merenda do, das escolas e pega do próprio agricultor. O PAA também na questão de caprinos, que seguia caprinos e ovinos e outras... a questão de verdura também recebe, o PNAE recebe... o pequeno agricultor ele pode produzir o melão, o chuchu, e já tem essa questão da compra direta também que você chega com um preço muito bom, e já os bovinos os programas sociais não têm como financiar, eles não tem como receber, e o pequeno animal como o caprino e o ovino, o PAA e o PNAE recebe todas essas... e num preço bom, é preço bom, e isso ajuda muito o agricultor. Hoje a gente tem em Serra Talhada realmente o PAA que tá ... e o PNAE que realmente dá uma cobertura muito boa para os pequenos agricultores, Isso foi muito bom para o município (ADR e presidente da Associação de São Miguel, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Este aspecto traz uma tensão entre diferentes afirmações. De um lado temos as ONGs, com a crença em uma cultura baseada na criação de caprinos e ovinos, adaptada às condições do semiárido e constituinte de uma prática tradicionalmente desenvolvida pelos produtores; de outro lado, temos instituições como o SEBRAE, o Centro Tecnológico e a Fundação Banco do Brasil, com um discurso orientador da caprinovinocultura que vem encontrando dificuldades no que diz respeito à flexibilização do produtor para as práticas deste tipo de criação.

Para estes atores a bovinocultura ainda é a preferência de criação dos produtores, dificultando as ações dos gestores diante de uma caprinovinocultura de “subsistência”, de acordo com a coordenadora do Centro Tecnológico, que funciona como geração de renda para

sustentar a alimentação do bovino. Podemos observar esta questão na entrevista com o agente de desenvolvimento sustentável da Fundação Banco do Brasil:

*O papel da caprinovino é que, principalmente o caprino é o animal que foi adaptado para o semiárido nordestino, a gente cria gado, alguns criadores cria gado de teimoso, mas a gente sabe muito bem que semiárido não ficou pra criar bovino, e sim caprinos e ovinos que é um animal mais rústico, principalmente o caprino e com pouca pastagem se você é, se você se cuidar na questão de silagem, de feno, você ultrapassa o ano todinho de seca alimentando os animais e tendo uma boa produtividade tanto de carne quanto de leite, nós tivemos agora nessa ultima seca que a gente ta enfrentando agora, é, a maioria dos criadores de caprino criava bovino e eles venderam os caprino pra dar comida aos bovino, e aí muitas vezes não, ainda mesmo alimentando os bovino, a metade do rebanho morreu, e aí foi perda desnecessária, você deixou de estar criando o caprino que resistia pra criar bovino.(...)Eu acho assim, realmente é falta de orientação técnica, isso um trabalho bem feito todo mundo ia perceber... que o agricultor também ele é esperto, a gente nem sabe tudo quanto ele, mas ele precisa botar na cabeça que ele tem que ter uma rentabilidade do que ele cria, aí existe muito produtor que cria uma vaca e aí bota o nome dela de Chiquinha, cria uma cabra e bota o nome dela de Zefinha, aí muitas vezes ele não vende, deixa morrer de velha e não vende, porque ainda tem essa cultura e criar e botar nome nos bichinhos, isso é um fato que eu presencio muito, por aí quando eu to andando. E a gente tem que orientar que tem que descartar na hora certa, não pode se apegar aos animais se não tem produtividade, ideal pra se manter no que corresponde à necessidade (ADR e presidente da Associação de São Miguel, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Mesmo diante das dificuldades uma inclinação à caprinovinocultura se desenvolve no município e se torna legítima, enquanto exemplo de boas práticas no paradigma da convivência com o semiárido, apesar de incipiente e pautada em uma organização de produtores não consolidada. De uma cultura de subsistência para uma cadeia produtiva que começa a perfazer as intenções dos agentes, a caprinovinocultura perpassa um discurso sustentável que se depara com a necessidade de mudança de hábitos do produtor e do próprio município, enquanto gestor de uma infraestrutura insuficiente, mediante problemas sanitários e completa inadequação do abatedouro municipal<sup>137</sup>.

Apesar do esforço dos gestores o desenvolvimento da caprinovinocultura como alternativa sustentável ainda compreende um desafio para o município de Serra Talhada, principalmente como um modelo de “arranjo produtivo local”. O arranjo produtivo passa a ser foco das ações, seja através do centro Tecnológico, seja através do SEBRAE e do PRORURAL, este com uma perspectiva mais modernizada, de redes produtivas.

*O que é que a gente tá discutindo dentro do PRORURAL? Pra você ter uma idéia Shana, esse acordo de empréstimo pra ele ser executado a gente tá desenvolvendo, construindo 46, aliás,*

<sup>137</sup> A inadequação do abatedouro é um aspecto que já vem sendo discutido pelos gestores, ressaltado na Conferência da Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido de Serra Talhada. Assim, é de senso comum observar a situação do abatedouro, dentre as quais destacamos: falta de higiene no abate, transporte e processamento das carnes; falta de refrigeração adequada no armazenamento e transporte das carnes que são distribuídas nos estabelecimentos comerciais; falta de tratamento dos dejetos de processamento dos animais, em que os mesmos são lançados diretamente nas margens do Rio Pajeú (o abatedouro municipal está localizado nas margens do Rio Pajeú, no ponto em que ele corta a área urbana).

56 planos territoriais de redes produtivas, por exemplo: No Araripe, no Araripe tem, segundo um levantamento que nós realizamos, tem quatro temas que são, que tem uma relevância econômica 1. A Bovinocultura de leite (que é a segunda maior bacia de leiteira de Pernambuco) 2. A Apicultura, inclusive lá se concentra um município que é um dos maiores produtores de mel do Brasil, 3. Tem a Caprinocultura, 4. E tem a Mandiocultura, então são quatro atividades agrícolas que tem um peso econômico. Então, cada uma dessas áreas a gente construiu um plano territorial de rede produtiva que esse plano consiste num diagnóstico daquela realidade em uma matriz de ações de investimentos que executada não só com recursos do PRORURAL, mas também com diversos parceiros, um grupo territorial de governança que coordene esse processo né, que coordene esse processo. No São Francisco tem mais quatro planos desses, no Pajeú também tem mais planos e assim por diante. O que é que a gente tá trabalhando? Que não adianta a gente investir recursos no âmbito das associações e cooperativas de modo que a gente não garanta um processo de assessoria, então a gente tá construindo uma dinâmica de assessoria, uma contratação de assessoria pra acompanhar essas redes produtivas e a idéia é que o enfoque dessas assessorias seja no enfoque agroecológico, seja no enfoque agroecológico, porque, por exemplo, até produção de caprinos ou de bovinos tem que ser nessa perspectiva, da preservação da caatinga, no manejo da caatinga, da produção e estocagem de forragem no manejo dos recursos hídricos, isso vai se dá nos caprinos e nos ovinos, mas a gente também quer trabalhar em todas as redes produtivas esse enfoque de que pra produzir é preciso conservar os recursos naturais existentes, recursos naturais existentes, seja água, seja solo, seja a vegetação e assim por diante. Esse é um processo que a gente tá construindo dentro do Estado, porque dentro do próprio Estado, dentro do próprio PRORURAL há às resistências não é? Dentro do PRORURAL tem gente que não acredita nesse negócio. O Negócio é o Agronegócio mesmo e né. Mas o que é que a gente tá construindo é um processo de assessoria que dê algumas diretrizes, uma delas seja a Agroecologia, a segunda seja o fortalecimento das organizações da Agricultura familiar, o terceiro é incidência em políticas públicas e por aí vai. (...) A gente tem porque as redes produtivas partem dessa concepção de arranjos produtivos locais, né, então quando o PRORURAL desenvolve uma rede produtiva, por exemplo da apicultura, no Araripe, este processo parte do princípio de integrar o conjunto dos atores que trabalham com esse tema, seja órgão de pesquisa, de fomento, de ensino, comprador, fornecedor, produção primária, associação, cooperativa, financiamento, órgão de financiamento, então, busca articular esse conjunto de atores, né, nesse arranjo que é a apicultura, numa perspectiva de fortalecê-la, né, onde é que ela tá e pra onde é que ela pode ir, numa perspectiva de melhorar a produção de cessar mercado, de melhorar a produção primária e por aí vai. É um pouco a mesma lógica, sabe Shana, quando a gente discute a bovinocultura é também nessa mesma compreensão (Gerente de Apoio Operacional, PRORURAL, entrevista realizada em janeiro de 2015).

Nesse sentido há um esforço comum entre as instituições em tornar a caprinovinocultura atividade de destaque no município de Serra Talhada. Discursivamente adequada ao paradigma da convivência com o semiárido, ela se torna retórica entre diferentes setores e instituições, sob o ponto de vista de uma espécie resistente e adaptada ao semiárido. Vejamos um trecho da entrevista com o coordenador do CECOR:

*Os pequenos animais na nossa compreensão, além de fazerem parte da cultura da nossa região, eles conseguem produzir sem gastar muita água. É o caso do ovino, caprino. Que a cultura da região até muito tempo da criação do gado precisa de muita água para se produzir, o boi, a vaca da nossa região. Então a produção de pequenos animais também é uma estratégia para que as famílias também possam gerar renda, mas usando a menor quantidade de água possível (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Esta fala expressa como o discurso da ONG se perpetua em cima de uma cultura ideologizada da criação da caprinovinocultura, colocada em discussão enquanto adaptada à região semiárida, confrontando a defesa da bovinocultura em função de ser esta mais dependente de água. No entanto, mediante a fala do agente de desenvolvimento (ADRS), o manejo da caprinovinocultura se enquadra enquanto atividade modernizada técnica e cientificamente, dependente de tecnologia, de cuidados fitossanitários e de melhoramento genético compreendendo um modelo de conhecimento não compatível com uma cultura dita tradicional dos criadores.

*Geralmente era para...o desenvolvimento de caprinos e ovinos, na verdade os criadores não tinham orientação nenhuma em como criar o caprino e o ovino. E a gente teve também, o banco também juntamente com esses agentes, criava também alguns financiamentos pros agricultores, a gente fazia o acompanhamento dos projetos, a gente escolhia os animais pra comprar, pra esses agricultores comprarem os animais, e Serra Talhada chegou a um aumento de mais de 2800 animais então pra esses contratos que foram feitos para os agentes de desenvolvimento rural. E aí a tese mesmo na verdade era para o melhoramento genético dos caprinos e ovinos que os criadores produtores tem uma tendência de criar da forma ainda antiga que não levava em conta o que é a genética, o manejo, e com esse desenvolvimento da gente sempre orientando graças a deus agora tem 180 agricultores que a gente atendeu. Esses produtores já desenvolvem e já tão realmente capacitados pra criar animais com qualidade (ADR e presidente da Associação de São Miguel, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Na entrevista com o gerente do PRORURAL, observamos este aspecto sob outro ponto de vista, valorizando uma bovinocultura latente da cultura tradicional nas intervenções e inserindo-a enquanto estratégia de convivência com o semiárido. Aqui a estocagem e o abastecimento de água se tornam aspectos chave para a pecuária como um todo. Vejamos:

*Shana. E na prática como é que a convivência com o semiárido tem sido trabalhada pelo PRORURAL?*

*Gerente. Bom, quando a gente parte do principio de que a convivência tem que é necessário investir nesse processo de, da organização da agricultura familiar, é necessário investir nesse processo de estocagem de água, então a gente atua a partir de ações que vai nessas dimensões, né, seja a partir de sistemas de captação e abastecimento, armazenamento e abastecimento de água, investindo em ações produtivas mais adaptadas à realidade deste ambiente, claro que tem algumas ações que elas estão culturalmente impregnadas na lógica da agricultura familiar, como por exemplo a bovinocultura ela é uma das ações que mais sofre com as estiagens. Diferentemente da caprinocultura, da ovinocultura, mas por ter esses simbolismo, e pela agricultura familiar ter essa relação, que é uma relação com esse tipo de atividade que às vezes eu acho que careceria da antropologia estudar isso, né, mas é uma relação de carinho, é uma relação de afetividade, e muitas famílias não desfaz do rebanho, às vezes chega a perder todo, mas não vende, e eu acho que é por conta dessa relação de afetividade, mas é uma das que mais sente com a seca, né, mas a gente apoia porque há uma demanda muito forte nesse sentido.*

*Shana. Mas você acha que até essa questão da bovinocultura de leite pode entrar nessa concepção da convivência com o semiárido*

*Gerente. Pode desde que ela seja desenvolvida a partir de alguns outros parâmetros. Por exemplo, criar animais bovinos de acordo com a capacidade daquele ambiente, né, trabalhar a questão da estocagem dos alimentos pros bovinos, é, trabalhar a questão da estocagem de*



*água pra esses animais, porque assim, muitos não criam pensando nessa relação, ou seja, as vezes é uma relação onde a propriedade não tem a condição de suporte praquele rebanho. Então a gente tá começando a trabalhar nessa perspectiva (Gerente de Apoio Operacional, PRORURAL, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

Diante do exposto percebe-se que a convivência com o semiárido se torna adaptável às ações que as instituições vêm praticando, tanto localmente, como em nível do Estado, se tornando discursiva entre diversas instituições, e com variados formatos, influenciando ações ou justificando-as, e assim limitando a capacidade de exercício da ação pública e o comportamento dos atores (MULLER; SUREL, 2004). Esta flexibilidade vai tornar possível a convergência de interesses de diferentes instâncias, seja do Estado, na representação da Secretaria da Agricultura, seja dos sindicatos ou das ONGs.

No Estado, representado pelo aparato administrativo, a convivência consegue sair de um âmbito local, de desenvolvimento de uma comunidade, ou de uma família para alcançar o interesse do município, na criação de uma caprinovinocultura modernizada formatada em cadeia (ou rede) produtiva. A mesma lógica é válida para a produção de uva e de algodão, ambas voltadas para o mercado externo, como no caso destacado pelo Secretário da Agricultura:

*O canteiro de latada, a cultura do algodão, o retorno da palma forrageira e a implantação de mini-adoras, perfuração de poços artesianos, certo, construção das cisternas do governo federal. Isso ajuda também a manutenção do agricultor no campo. Tamu tentando levar uma educação melhor aos agricultores. O EJA a gente apoia, o ensino às pessoas que não tiveram oportunidade de ter seu estudo quando jovem. Tamu incentivando agora o plantio de uva aqui no sertão que é uma coisa inédita. Essas são ações que ajuda a permanência do agricultor no campo.*

*Shana. E como que o senhor vê, por exemplo, a questão do retorno da cultura do algodão, da palma forrageira e até mesmo do plantio de uva dentro dessa concepção da convivência com o semiárido?*

*Desafio, isso é um desafio que estão tendo sucesso, né, eu acho que a gente, não apenas o movimento, e nem a pessoa individual, mas o governo, que tem que ser ousado. E nós tivemos a ousadia, o atrevimento de trazer de volta a cultura do algodão que nos anos 80 era o ouro branco do Nordeste e a praga do bicudo acabou. E nós tentamos, é..., tivemos o atrevimento de experimentar novamente e trazer de volta e tá dando certo. O bicudo aqui na nossa região ele foi dizimado, acabou-se. Da mesma forma a questão da palma. Sim e o algodão, além da gente ter a experiência, dois anos de experiência, e ter dado certo, nós já fechamos uma parceria com uma empresa da Espanha “Organic Platinum” pra exportar esse algodão no ano de 2015. É, então a nossa ousadia é tanto que a gente já vai exportar esse algodão pra Espanha no próximo ano. É, e a questão da uva. Nossa região não é região de uva porque é seca, é semiárido, não tem água. Mas como eu disse, não tem água muito de chuva, mas no subsolo tem água. E nós temos regiões aqui que tem água boa, água potável. E fizemos uma experiência aqui numa comunidade, plantamos 300 pés de uva que deu uma safra enorme, muito boa. Então nós vamos expandir...(...)E aqui nós temos uma comunidade de Caiçarinha da Penha, através do Ministério de Minas e energia a gente perfurou um poço com 150000 litros de água mineral e nós iremos implantar esse projeto da uva também nessa comunidade. Então Serra Talhada, ela vai ser uma nova Petrolina (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

O interesse do governo em tornar o município uma “nova Petrolina<sup>138</sup>” já era conhecido desde a década de 50 e hoje esse é um projeto legitimado como estratégia de convivência com o semiárido. Para nós este é um argumento importante para sustentar os questionamentos desta tese, enquanto exemplo de como a convivência pode ser apropriada, reproduzindo práticas por ela mesma criticadas, que põem em cheque a sustentabilidade do paradigma.

A convivência com o semiárido seria considerada alternativa às ações de modernização econômica e tecnológica do Estado, a exemplo dos pólos de agricultura irrigada com especialização na fruticultura para exportação. Estes seriam os responsáveis pelo *agravamento das problemáticas ambientais na região com os processos de desertificação e de poluição de bacias hidrográficas*, de acordo com Silva (2007). Nas Diretrizes para a Convivência com o Semiárido este aspecto aparece da seguinte forma: *a escassez advém basicamente da destruição e poluição de mananciais e a concentração da água em mãos de particulares e/ou em atividades específicas, como os perímetros ou canais de irrigação* (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, p. 09).

Se esses esforços não mantiverem a lógica desenvolvida pelas políticas de combate à seca poderão, ao menos servir como estratégia de revitalização, já que as Diretrizes da convivência já vêm mencionando o interesse na revitalização dessas ações: *Ampliação do programa federal de recuperação e revitalização dos perímetros irrigados, com viabilidade econômica e aproveitamento mais eficiente do uso da água conforme a Lei n°. 12.787, de 11 de janeiro de 2013* (DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, 2013, p. 19).

A nossa dúvida vai estar embasada agora em uma lógica de democratização ao acesso à água e à terra colocada em prática. Se por uma via de ações pautadas em tecnologias sociais de caráter educativo e efetivamente democrático, ou por uma via da justificação, legitimando as ações do Estado sob o crivo da convivência com o semiárido. A convivência com o semiárido que chega até o Conselho Municipal, por exemplo, está associada a uma concepção da Secretaria da Agricultura, que acaba trazendo projetos justificados no âmbito da convivência com o semiárido:

*Shana. Mas essa concepção da convivência com o semiárido está sendo trabalhada aqui, no Conselho?*

---

<sup>138</sup> Como já mencionado o município de Petrolina marca uma trajetória importante da agricultura irrigada no sertão nordestino, destacando-se enquanto polo dinâmico de exportação de frutas.

*Presidente do Conselho. Tá, já existe alguns princípios, existe alguns programas que isso já observa... A Secretaria de Agricultura tem tido uma preocupação dentro do Conselho em trazer algumas políticas, alguns projetos, alguns programas com relação a essa convivência com o semiárido, aí a gente?? tem implantado mais de 60 sistemas de abastecimento, tá se trabalhando com um programa chamado “Canteiro de Latada”, que é uma convivência, uma tecnologia importante, onde ele tem uma sustentação da sua produção, do que se produzir...(Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Nesse sentido as tecnologias sociais parecem se desenvolver muito mais em um modelo de intervenção técnica para aumento e concentração da produção, do que na emergência de um novo paradigma civilizatório, de acordo com Cunha e Paulino (2014). A fixação do agricultor no campo constitui a chave para a reflexão do interesse do “Estado” nesse processo. Compreende um consenso discursivamente coletivo, que encarna uma moralidade determinada pela convivência com o semiárido, se pudermos utilizar as lentes analíticas de Bourdieu (2014), em que um *dever ser* se torna retórica de uma visão de mundo criadora, cheia de intencionalidades e dotadas de um poder simbólico de fazer crer e capaz de impor uma classificação legítima ou legal (BOURDIEU, 2011a).

*Algumas ações que algumas obras que vem do Governo Federal, mas quando chega aqui todas as ações da secretaria que é voltada pro campo ela faz parte da convivência com o semiárido. Porque são estradas é..., pra facilitar locomoção dos agricultores até a cidade, melhoria de escola, perfuração de poços artesianos que são basicamente as ações que vão até a zona rural. Que hoje a dificuldade maior é a falta de água aqui na comunidade. Então a gente consegue os recursos pra implantar essas ações: faz parte da convivência com o semiárido. Então praticamente eu não conheço as ações que não seja de convivência com o semiárido não. Tudo que a gente faz aqui praticamente é sobre a permanência da convivência com o semiárido (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

A construção de um Plano Municipal de Convivência com o semiárido torna-se estratégia legítima de justificar as ações do município. O fato de existir um Plano e ser pioneiro na região por si mesmo significa um avanço prático de desenvolvimento. Resta saber como e se ele vai ser efetivado. E quais relações e dinâmicas ele transformou. Com um significado político o Plano agrega demandas tanto do Estado, quanto da sociedade civil. Seja para manter o agricultor no campo, como público alvo de políticos clientelistas, seja para aumentar a produtividade da caprinovinocultura, como estratégia dos latifundiários para aumentar seu capital:

*Veja só, como eu disse na minha fala, eu acho que o latifúndio ainda impera, porque esses proprietários grandes, eles tinham muito... eles usavam muito de... né de aquele perfil do...(...)E eles não querem se desfazer de um bem valioso que é a questão da terra, tá entendendo? E assim, e essa terra tem muitas vezes, é até para especulação, né, ela é utilizada*

*por eles para se valorizar e tal, ou para...criar gado ou criar... tá se criando também essa mentalidade de se criar grandes rebanhos de caprinos, né, nessas grandes propriedades. Então, muitas vezes para ter o argumento de desapropriar eles cercam e botam caprino, bota bode, pra...(Supervisor territorial do PDHC, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

O fato é que o significado político que a convivência com o semiárido passa a assumir tem no Estado um lugar seguro, em que o apoio às ações de convivência se traduz como uma parceria politicamente orientada, que diferencia o Estado entre dois projetos distintos: aquele adepto ao paradigma da convivência e aquele que mantém velhas práticas. Na entrevista com o coordenador do CECOR podemos observar este aspecto:

*Nós trabalhamos com dois projetos pra nós bastante significativos. Nós trabalhamos hoje com tecnologias de convivência com semiárido apoiados pelo BNDS. Até recentemente imaginar que o BNDS apoiaria ações de convivência com o semiárido, ações familiares, cisternas, barragens era alguma coisa não explicada. Hoje o BNDS apoiando ações de convivência com o semiárido pra nós tem um significado político importantíssimo. O outro é o próprio governo de Pernambuco. Nós temos um Projeto chamado Pernambuco mais Produtivo financiado pelo Governo de Pernambuco em parceria com o MDS que pra nós também é um exemplo. Os governos de Pernambuco também historicamente apoiaram as grandes obras para produção de alimentos. Hoje nós temos as cisternas calçadão, as cisternas de enxurrada em termos sociais do governo de Pernambuco, ??? para produção de alimentos. Para nós também tem uma simbologia enorme dessa transformação de mentalidade de convivência com o semiárido. (...)Veja bem, nós temos duas correntes dos gestores públicos. Uma corrente que ainda acredita nas velhas ações e outra corrente que tem uma sensibilidade hoje maior nessa área das ações de convivência com o semiárido. No momento em que a Fundação Banco do Brasil diz: a gente apoia as ações de convivência com o semiárido, para nós tem importância grande. Na hora que o BNDS diz: eu vou apoiar as ações aqui de convivência com o semiárido, politicamente reforça a esfera da sociedade civil e do governo que acredita nessa estratégia de transformar o semiárido. Por isso essa importância desses apoios. Uma coisa seria essas organizações falar da importância, e outra coisa seria o BNDS dizer não, eu apoio essas ações... (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

O Estado então passa a constituir um lugar oficial para a legitimação do paradigma da convivência com o semiárido. E aqui a nossa tese ganha os argumentos para serem questionados, configurados em torno de um paradigma que transita entre o engajamento político da sociedade civil e a sua incorporação pelo Estado que na prática, atua mais como um agente financeiro, um lugar de acesso a recursos, mas também onde o capital político pode ser demandado. Esta situação que Bourdieu conceitua como capital simbólico: *uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem* (BOURDIEU, 2011b, p. 187-188).

### 4.3. O capital político da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada: entre o fazer e o fazer crer do paradigma

*Sou filho de agricultor, nasci e me criei na Fazenda São Bento. Fui presidente da Primeira Associação de moradores lá da comunidade em 1997. Depois fui presidente de uma cooperativa de Pequenos Produtores rurais. Em 99 me filiei ao Sindicato dos Trabalhadores rurais. Fui Diretor suplente. Depois fui o Primeiro Secretário de Política Agrícola e Agrária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada. Em 2006 fui eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nesse período eu fiz um trabalho de Reforma Agrária que não existia aqui em Serra Talhada. Nós conseguimos assentar de 2002 a 2007, 714 famílias no total de 2.882 pessoas que não tinham onde morar e a gente conseguiu aquisição de terra e habitação para essas pessoas. A partir daí fui convidado a ser candidato a vereador, entrei, fui vereador por um mandato. Nessa gestão agora do Luciano Duque fui convidado a ser Secretário de Agricultura. Então, esse é um pequeno resumo de como foi a minha vida, ainda hoje eu continuo na zona rural. Sou assentado da reforma agrária, moro na zona rural, no Assentamento do Poço do Serrote. E venho tentando desempenhar e desenvolver o trabalho de um governo na Secretaria de Agricultura para os agricultores. Coisa que antes a gente não tinha uma parceria entre governo e sociedade e agricultores. E hoje eu procuro aproximar o mais rápido, o máximo que pudermos dos agricultores porque eu vivo a agricultura, eu faço parte, então eu conheço a demanda e a dificuldade que cada agricultor tem, porque eu vivo a agricultura. Então isso facilita um pouco. Mas sabemos que as coisas não são fáceis. Mesmo eu tendo todo esse conhecimento, sendo secretário, ou estando secretário da agricultura, mas ainda existe um entrave muito grande em aquisição de obras, de recursos pra agricultura. Apesar de que nós já conseguimos desenvolver e desempenhar ações aqui para o município muito grande, coisa que nenhum município de Pernambuco conseguiu em tão pouco tempo como essa gestão. Nós já conseguimos cerca de mais de 19 milhões de reais em obra pra agricultura, como estrada, como poços artesianos, pequenas adutoras, sistemas simplificados de abastecimento, patrulha mecanizada. Isso a gente já conseguiu em menos de dois anos (...) E no início da nossa gestão a gente resolveu criar um Plano de Convivência com o Semiárido em Serra Talhada. Esse é um plano próprio. Acho que é a primeira cidade do estado de Pernambuco a ter essa ideia de fazer esse plano. Fizemos em parceria com todas as organizações que... relacionada a agricultura (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Esta é uma história de vida política, típica do município de Serra Talhada. Como já mencionado no capítulo II o Secretário de Agricultura Familiar do município tem raízes nos movimentos sociais e sindicais da região. Do movimento sindical para a secretaria da agricultura a transição institucional estabelecida teve o Partido dos Trabalhadores como referência.

Na história do município de Serra Talhada este caso não é o único. Manoel Santos também começou na agricultura, passou pela a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, pela presidência da FETAPE, da CONTAG, pela secretaria rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), chegando como dirigente-fundador do Partido dos Trabalhadores - PT de Pernambuco e Deputado Estadual deste partido. Como já mencionado no capítulo II, sobre a origem católica dos movimentos sociais de Serra Talhada e região, a trajetória de Manoel Santos nos movimentos sociais também mostra sua origem na Ação

Católica Rural (ACR), entre os anos de 1973 e 1978, revelando a influência da Igreja nos processos de sindicalização rural na região.

Este constante trânsito institucional de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação imputa para o paradigma da convivência uma oportunidade de se legitimar no campo político, em que o Estado se torna espaço de confluência de interesses e disputa, permeável às propostas da sociedade civil, digna ao Partido dos Trabalhadores (SILVA; OLIVEIRA, 2011; DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). A nossa tese se desenvolve neste campo, em que um significado político se torna referência para o paradigma da convivência confluindo interesses anteriormente antagonísticos, entre o combate a seca e a convivência com o semiárido, entre o Estado e a sociedade civil. O dirigente da FETAPE nos trouxe um pouco deste aspecto, e um pouco da figura de Manoel Santos também, já que não pudemos entrevistá-lo pela ocorrência do seu falecimento:

*É, na verdade, você quando entra na luta, você começa a pensar em transformação e a verdade a gente tem que colocar que a coisa vai em passos. A própria visão da Igreja e sindical a princípio era que político e sindicato não se juntavam, era o que a gente chamava água e óleo, só que o tempo vai passando e inclusive eu escutava muitas vezes o Manoel dizendo entrei no movimento sindical e pensei que dentro de cinco, seis anos eu conseguia transformar o mundo. Foi se percebendo que a gente queria ocupar outros espaços de transformação. Isso é questão de consciência mesmo. A gente tem que ter os espaços de transformação, porque se a gente não ocupar os espaços, os outros ocupam e nós vamos ficar a vida toda só reclamando. E foi daí que começou as pessoas acharem que tinha que fundar um partido, tinha que ter um partido que representasse esses trabalhadores, então todas as pessoas que estamos colocando aí se filiaram o partido, o PT e fizeram a sua... Na verdade foram fundadores do PT. Manoel foi, Raimundo foi, todos eles foram fundador. Inclusive Raimundo Aquino foi o primeiro candidato do PT em, aqui em Serra Talhada nos anos 80. Foi até candidato a prefeito, onde fazia campanha em cima de um tamborete, não era pensando em se eleger, era pensando em mostrar a sociedade que tinha alternativas. E assim foram discutindo, aí foi se discutindo que a necessidade de ter um candidato a vereador, de ter candidatos que lançassem candidatos a prefeito pra mostrar a oposição que, começou a batalhar ter candidato a presidência da república porque nós távamos tendo claro que a **questão da convivência com o semiárido e a transformação da sociedade passa pela aquisição de políticas públicas** porque no Brasil não temos a, talvez o povo brasileiro não tem aquela que tinha talvez outros povos da revolução, então se você não ia fazer a transformação através da revolução, teria que ser através da política. Então você tinha duas opções, ou faz a transformação pela revolução, ou pela política. Se não for não acontece. E a opção foi pela política, que é ocupando espaço, é discutindo política, é trazer que tem que ter política pública para o povo sobreviver, então, se não tiver isso não temos como termos exatamente transformação da sociedade. E sobre a sociedade justa, mais igualitária, e sobretudo cidadãos com dignidade que não era nem pra tá discutindo um monte de coisa onde a vida do povo não melhora. Então nós, não tamos caminhando pra lugar nenhum. Nós tem que ter a nossa noção, inclusive nós que tamos de perto às vezes nem percebe as mudanças, mas elas acontecem e a gente tem que ter um ponto de referencia inicial, se não tiver a gente se envolve e não vê as mudanças ((Dirigente da FETAPE de Serra Talhada, entrevista realizada em maio de 2015, grifos nossos).*

A fala desse informante possibilita apreender o significado que o movimento em torno da convivência busca em tese alcançar. A transformação da sociedade é uma espécie de

objetivo geral dos movimentos sociais. O processo de sindicalização rural, orientado pela Igreja Católica com uma vertente transformadora, era uma via para promover a organização e a conscientização dos agricultores pobres do Nordeste (FAVERO, 2006). No entanto os esforços empreendidos pelo movimento sindical pareciam não estar sendo efetivos perante um Estado ditatorial e dominador. Neste contexto o movimento precisava encontrar alternativas que pudessem proporcionar a transformação requerida, partindo de um movimento político que se fundava sob a forma de um partido político. A partir daí a questão da convivência com o semiárido poderia ser trabalhada através do acesso às políticas públicas.

A despeito das disputas entre partidos políticos de esquerda em função da conquista do movimento de interesse através da “arregimentação” de seus integrantes para o seu projeto particular, conforme ressaltado por Ferreira (1994), o Partido dos Trabalhadores se destaca no campo de estudo dessa tese em virtude de uma série de fatores empiricamente observados. Além da relação movimento-partido, indicada pelo dirigente da FETAPE no próprio processo de fundação do Partido dos Trabalhadores, com destaque para os sindicalistas Raimundo Aquino e Manoel Santos; não podemos deixar de mencionar o papel do Manoel Santos e do próprio PT no Fórum Seca para a sistematização dos conceitos do que viria se constituir na convivência com o semiárido, já discutidos no capítulo III; e o fato do município de Serra Talhada estar vivenciando, a partir de 2012, uma gestão petista no governo municipal.

Sob esta configuração, o movimento sindical em Serra Talhada e região pareciam requerer certo distanciamento de uma perspectiva mais revolucionária, se é que ela realmente esteve próxima, oriunda das iniciativas do MEB<sup>139</sup>, para uma transformação da sociedade que impreterivelmente pudesse passar pelo acesso às políticas públicas e por uma via partidária, na qual ocupar o Estado era o objetivo<sup>140</sup>. Na literatura dos movimentos sociais uma nova forma de pensar os movimentos e sua participação política se expressava, repensando sua posição apartidária inicialmente assumida, diante de uma reorganização dos partidos políticos de esquerda (FERREIRA, 1994).

No caso empírico de Serra Talhada, esse deslocamento seria observado na ênfase à valorização do alcance político, demonstrada pelo contínuo trânsito de militantes para o Estado, considerado aqui como o aparato governamental. Considerando os limites da análise

---

<sup>139</sup> O interesse em uma reforma de base no lugar de uma revolução já havia sido mencionado por estudiosos, no que tange a ação da Igreja nos processos de organização dos agricultores (FAVERO, 2006; SILVA, 2012). Com referência a uma análise do MEB em sua complexidade e redefinições, uma mudança de sentido seria desenvolvida no período pós Golpe Militar, em que a ênfase no confronto de classe deu lugar a um esforço pelo desenvolvimento comunitário e empreendimentos cooperativos (KADT, 2007).

<sup>140</sup> Para Ferreira (1994) não se pode negar o esforço do PT em apresentar-se como um partido identificado com as iniciativas de base dos movimentos sociais. Contudo também não se pode negar que este mesmo partido apresenta-se sob uma prática política vanguardista e sectária e por uma concepção do fazer político que não se distancia do tradicional, que na prática se reduz para um meio de implementar seus projetos particulares de transformação social.

sobre a trajetória dos mediadores políticos, visto que não é a centralidade da tese, observamos o papel de interlocutor assumido pelo Partido dos Trabalhadores neste processo, conformando um movimento aliançado com a Igreja, representada pela Diocese de Afogados da Ingazeira, os movimentos sociais e sindicais, as organizações não-governamentais, e o Partido dos Trabalhadores, coesos para demandar um projeto político específico, que pudesse levar em consideração a trajetória de luta do movimento sindical para a convivência com o semiárido. O diálogo possível, entre a sociedade civil e o Estado, se manifestava não só nos espaços públicos reveladores da estrutura democrática colocada em prática com o Partido dos Trabalhadores, mas também na relação entre movimento e partido político, tornando, o Estado, ao menos permeável às propostas da sociedade civil (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

Uma associação do PT ao sindicalismo rural ainda é evidente no município de Serra Talhada e pôde ser apreendida de acordo com a entrevista com o prefeito municipal e a observação da posse do presidente do Sindicato em setembro de 2014, que parecia mais um comício pró presidente Dilma do que uma posse sindical. Com a fala do Prefeito pudemos observar que o lugar do rural simboliza a disposição de um eleitorado petista que tem na figura de Manoel Santos um respeito local. Mas o mundo rural ainda precisaria ser trabalhado, buscando uma adesão ao projeto do Partido dos Trabalhadores.

*O PT ainda é um partido de sindicato no interior, tanto é que o eleitorado de Manoel é basicamente rural ele avançou um pouco aqui. Agora na cidade por conta do apoio nosso agora, mais muito pouco porque ele é pouco conhecido na cidade, ele não tem o perfil urbano, assim as pessoas não conhecem ele. Ele não tem um discurso urbano, ele é muito é, é ruralizado ainda. É o problema de Manoel, também é que ele adoeceu durante dois anos, continua doente. Então afastado de tudo isso ficou até difícil da gente inserir ele no movimento urbano. Ele retrata, operou-se agora novamente, recentemente (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

Um movimento urbano seria uma estratégia interessante neste sentido, fazendo do espaço do Conselho a possibilidade de um lugar disponível para a discussão. A trajetória dos movimentos sociais rurais de Serra Talhada se tornava capital político prestigiado para ser trabalhado em um movimento urbano. A constituição de um Conselho de Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável traria novas possibilidades para o Partido, e seus candidatos.

Não é difícil perceber uma relação mais estreita da prefeitura com o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em respeito às denúncias de aproveitamento político contra o Conselho, devemos considerar que o atual Prefeito foi presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada, e de alguma forma conhecer o funcionamento do Conselho pode refletir em certa causalidade política, até então



verificada por alguns presidentes de Conselho que se candidataram ou se tornaram vereadores e até prefeito, apesar da insistência do Prefeito em desconstruir esta relação na entrevista:

*O conselho ele é tão forte que não tem nenhuma interferência da prefeitura, tanto é que eu fui vice-prefeito e as pessoas achavam que o conselho dependia da prefeitura e ele só andava porque eu era vice-prefeito. Hoje eu sou prefeito e o conselho continua aí funcionando independente de prefeitura. E quem quer que entre na prefeitura o conselho vai continuar funcionando, porque ele tem uma relação intrinsecamente forte com o com o candidato não e, e com as associações sociais e é uma casa dos agricultores. 80% da estrutura dele, é, são as associações rurais. Então não há interferência direta da política, pelo contrário, a política na sua transversalidade contribui com o conselho, mas não interfere diretamente (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

*Hoje o Governo Municipal, nós temos um prefeito que foi ex-coordenador do conselho, onde ele conhece o Conselho Municipal. Nós da sociedade civil, ele conhece nossos problemas, né? Conhece os nossos maiores gargalos, as nossas dificuldades, e ele tem nos... na verdade ele tem sido um parceiro. Nós dentro do Conselho sempre que tem algum programa, sempre que tem algum projeto ele busca conhecer o conhecimento do Conselho, traz para que o Conselho possa priorizar esses programas. Tem se colocado a disposição do Conselho na questão de ajudar no sentido de... nas comunidades, atende as comunidades, geralmente a gente vai para as comunidades reivindicar, aqueles pedidos que são feitos naquela comunidade e a gente leva para ele, e ele... Tá se resolvendo. Existe a dificuldade financeira, mas ele é um cara que conhece as necessidades e está sempre disposto a ajudar, não só ele, mas todos os seus secretários, de saúde, educação, de agricultores... (Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada, entrevista realizada em setembro de 2014).*

O cenário descrito indica como o atual Prefeito do PT conseguiu em 2012 derrotar uma hegemonia política de anos, com uma trajetória política que teve como base a formação no movimento estudantil e uma tendência de esquerda, que utilizou o espaço do Conselho como uma estrutura alicerçada no movimento social.

*Na verdade minha família sempre foi da direita, e por ironia do destino eu fui militar exatamente na esquerda. Eu enxerguei na época no PMDB uma bandeira. Fui, é, contestar na época a ditadura né, e ingressei nas fileiras do PMDB e participei do movimento de redemocratização do país. E hoje sou filiado ao PT né. (...) Olhe, na universidade, pra você vê como o destino é. Quando eu não era filiado político, quando eu comecei a participar do movimento estudantil, e quando nós formamos a primeira chapa do diretório acadêmico do DCE lá da federal junto com o pessoal do PRC que era Paulete, que eles era uma tendência ligada ao PT. Era uma tendência partido comunista revolucionário, naquela época. E eles era, tavam abrigados dentro do PT né. E Paulete foi eleita presidente, eu era secretario geral do DCE da federal. Só que eu não tinha partido mais tava aliado ao PT, da DCE da federal. Então foi a primeira relação que eu tive com o pessoal do PT. Quando Arraes voltou do exílio em 86 eu fui convidado a me filiar no PMDB. Que Arraes de criou no PMDB naquela época não é. Nunca me convidaram para me filiar no PT, então minha identidade acabou sendo Arraes. Eu tinha uma identidade muito forte, eu via em Arraes, assim, nós sertanejos tínhamos em Arraes um grande mito não é, e fui fazer campanha junto com Eduardo Campos na época para o Arraes, e participei com Adilson Nunes que era coordenador da campanha de Arraes aqui no interior de Pernambuco. Ajudando, coordenando também junto com ele. Era um menino ainda né, e de todas as campanhas de Arraes eu ajudei a coordenar, participei de governo, até a última campanha que ele perdeu. Eu sempre fui um dos, das pessoas que ajudou, então minha vida inteira eu tive no PMDB, eu não mudei do PMDB. Quando é, fui eleito duas vezes vice-prefeito pelo PMDB aqui em Serra Talhada, junto com Carlos Evandro. Quando fui convidado pra ser candidato a prefeito pelo deputado Inocêncio Oliveira aqui, aí*

*ele me colocou uma condição, de que eu seria candidato a prefeito, mais teria que sair pro PR, pro partido da republica, e o grupo reuniu-se e disse que eu tinha que sair pro partido não é, e ir pro PR. Isso durou um mês, e depois a gente entendeu que era uma jogada, uma traição entendeu? Foi aí que eu procurei Humberto Costa e Manoel Santos e me convidei pra ir pro PT, se eles me aceitavam. Uma jogada ousada né, primeiro porque eu era um estranho chegado no PT e se oferecendo pra ser candidato a prefeito e se eles confiavam em mim não é, e já querendo ser candidato a prefeito. Que coisa complicada né. E eles aceitaram, confiaram, e eu fui ser candidato a prefeito do PT e derrotei todos (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

O fato é que no senso comum a história dos movimentos sociais, construída em Serra Talhada e região, sofreria, em tese, um deslocamento com o passar do tempo. De acordo com o prefeito, de uma versão “*comunista*” em que eram vistos os movimentos sociais da década de 70, a partir da década de 80 e, principalmente nos anos 90, a participação dos agricultores nos sindicatos traria outra forma de ver as ações dos movimentos sociais, com base na organização de associações e no acesso às políticas públicas:

*Shana: E como que essas pessoas com históricos pautados no movimento social tão conquistando, tão conseguindo se inserir na politica local?*

*Prefeito: Vê só, é muito recente, é a organização, primeiro do movimento sindical da década de 70 pra cá né, era mal visto quando se falava de movimento sindical aqui. Os caras, os donos das terras aqui quando se falava em sindicalista chamava logo de comunista e dizia que queria tomar a terra. Aí da década de 80 pra cá já melhorou um pouco, de 90 pra cá é que o povo começou a criar coragem e participar de sindicato, de 2000 começou realmente a organização das associações. Quando eu entrei no, no... filho de comerciante, imagine o que é isso né, não tem nada a ver, não era agricultor, tinha a terra né, não era agricultor mas tinha terra. Então de 2000 pra cá eu comecei a organizar. Quando eu entrei devia ter umas 40 associações, que das 40 de verdade mesmo devia existir umas 20, tinha, o resto das associações era aquelas associações de livro, que o cara tem o livro e era o dono da associação. Então nós começamos a fazer reuniões e nós chegamos a 140 associações de verdade.*

*Shana: E isso você enquanto presidente do Conselho?*

*Prefeito: Aí eu comecei a andar nas comunidades, reunir o povo organizar as associações, discutir com a comunidade a importância da criação da associação o porquê, então o que possibilitou o que fortaleceu o programa garantia safra. Quando nós começamos a discutir o programa garantia safra, o primeiro programa tinha 640 agricultores, hoje tem 5000. Então a grande ferramenta que fortaleceu o movimento de criação de associação foi o programa garantia safra, e outros programas que surgiram ao longo também (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

É nessa conjuntura que os movimentos sociais da região se legitimam e têm nas políticas de combate à seca um campo de confronto, levadas a cabo para a constituição do discurso da convivência com o semiárido. Assim, o projeto da convivência com o semiárido poderia se opor a uma política que guardava relações com práticas autoritárias e conservadoras, que seriam extirpadas, através de um projeto protagonizado pela sociedade civil em parceria com o Estado, concretamente representado pelo P1MC.

Em Serra Talhada o ápice dessa relação se manifestava na constituição do Plano Municipal da Convivência com o Semiárido, legitimado em 2014 através da Conferência Municipal da Agricultura Familiar: Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido” de Serra Talhada. Neste sentido, mais do que permeabilizar uma ação do Estado para com a demanda da sociedade civil o Plano Municipal da Convivência com o Semiárido significaria o acesso a um capital político valioso tanto para o Estado, como para a sociedade civil, baseada na crença de que um avanço político estaria se configurando (BOURDIEU, 2011a).

A seguir destacamos um trecho da entrevista com o Secretário da Agricultura em que ele expressa o interesse do município neste processo, trazendo para o âmbito do Estado uma demanda da sociedade civil, que parece conseguir legitimação através do trânsito institucional, movimento social-Estado, com a mediação do Partido dos Trabalhadores, de acordo com Silva e Oliveira (2011).

*Shana. E por quê Serra Talhada, perante tantos outros municípios, já entra em 2014 com a demanda de Plano Municipal de Convivência com o Semiárido?*

*Secretário. Não, olha, isso é uma questão governamental, uma questão de interesse de governo, de secretaria. Eu sou secretário de Serra Talhada, perdão, sou não, estou secretário em Serra Talhada. Então eu tenho que defender e criar para o meu município. Só que queremos expandir e se os outros municípios interessarem nós queremos também que essas culturas, é, esses arranjos possam também se desenvolver em outros municípios, né, nós não queremos apenas pra gente. Mas Serra Talhada... A iniciativa foi minha e nós estamos implantando aqui e tenho certeza que quando todos verem que tá dando certo vão querer realmente levar para os outros municípios. Mas Serra Talhada foi a primeira cidade dos Estados de Pernambuco, eu não digo do Nordeste, mas de Pernambuco a ter o seu próprio plano, a ser ousado na cultura de algodão, da palma, criar o projeto de hortas orgânicas, tá certo, e até mesmo essa ousadia de trazer a uva praqui também foi nossa.(...) Isso foi criado aqui dentro da secretaria, né. Quando eu tava em outras organizações eu sabia que isso deveria ser criado. Então não tinha a oportunidade, a oportunidade eu tive quando eu cheguei aqui na secretaria. Então nós conseguimos integrar todas essas culturas, botar em prática dentro do Plano de Convivência com o semiárido (Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, entrevista realizada em agosto de 2014).*

Um projeto discursivamente protagonizado pela sociedade civil, representada pelo movimento sindical, assumiria a forma de um Plano Municipal, reconfigurando o campo político em torno de um paradigma específico: a convivência com o semiárido. Até então, na prática, a convivência estaria sendo trabalhada pelas ONGs e alguns órgãos públicos, através da implantação das tecnologias sociais e dos projetos de atuação de cada entidade. Mas um diálogo direto com o Governo no âmbito municipal teria na construção do Plano uma conquista política.

Através da proposta analítica de Bourdieu (2011a) com base no conceito de campo político, podemos enxergar a conquista do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido como um jogo político em que princípios de visão e divisão do mundo social compreendem as lutas simbólicas nele travadas.

*A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu nomos se tornar o nomos universal, se todos virem o mundo como eu vejo, terei atrás de mim toda força das pessoas que compartilham minha visão (BOURDIEU, 2011a, p. 203).*

Neste sentido, a convivência com o semiárido representava uma *ideia-força* poderosa no âmbito do governo municipal, capaz de mobilizar um capital político ligado à notoriedade e a reputação, gerando um campo de disputas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social. Os atores, dotados de poderes desiguais, possuem um objetivo comum, o poder sobre o Estado, que em certa medida põe fim à luta política, através de um caráter de verdade do Estado oficial (BOURDIEU, 2011a).

*Shana: E porque você acha que Serra Talhada já entrou como pioneira nesse plano municipal?*

*Prefeito: É pioneira porque nós fundamos, nós fizemos é, nós iniciamos a discussão, nós fizemos várias conferências e formatamos o primeiro plano de convivência. A partir daí passamos a adotar como prática algumas metodologias de convivência, é só fazer parte de política pública dentro do governo não é, esse plano de convivência.(...)Tava dentro do eixo de desenvolvimento que nós queríamos adotar dentro do governo não é, se por ventura fôssemos eleitos. Como chegamos, a gente colocou como prioridade.*

*Shana: E quais são as suas perspectivas em relação a isso?*

*Prefeito: Bom, não é uma construção muito fácil porque toda política que você vai construir de mudança, de cultura não é muito simples mudar conceitos, mudar é, forma de agir das pessoas não é muito fácil, mas nós temos procurado capacitar nossos técnicos pra levar o conhecimento e temos conseguido avançar. Só que isso leva um certo tempo (Prefeito do Município de Serra Talhada, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

A discussão iniciada no ítem 4.1 é evidenciada pela fala do Prefeito de Serra Talhada, indicando o caráter de mudança cultural priorizado na sua gestão no tocante ao tema da convivência com o semiárido. Mudar conceitos e a forma de agir das pessoas passa a constituir o esforço do governo sob o discurso da convivência, a partir da construção de uma matriz cognitiva e normativa, produtora de uma identidade específica, partilhada por certo número de atores atrás de um paradigma ou referencial (MULLER; SUREL, 2004).

Entretanto, este processo está carregado de disputas de poder pelo qual cada um dos atores faz valer e afirma seus próprios interesses. Por isso a produção de uma *matriz cognitiva* significa muito mais do que um simples processo discursivo, é uma dinâmica intimamente

ligada às interações e às relações de força que se cristalizam pouco a pouco (MULLER; SUREL, 2004), para chegar a fazer parte da agenda governamental ou não governamental.

Na medida em que o campo político conquistado pelo Partido dos trabalhadores avança na história do país, há um esforço de dar uma força política às reivindicações do movimento sindical, em um processo de disputa em que a garantia científica é demandada e têm no Estado um meio para sua oficialização. O que está em jogo no campo político é o monopólio da capacidade de *fazer ver* e de *fazer crer* em um embate de ideias e poderes, que podem se tornar completamente políticas se se tornarem ideias-força; ainda mais hegemônicas, se associadas a uma aprovação religiosa (BOURDIEU, 2011a).

Portanto o que está em jogo no campo político é a imposição de verdades que possam conquistar mais crentes no paradigma em construção para que ele se torne dominante. Vejamos através da entrevista:

*A sociedade civil organizada tem um papel fundamental nessa história exatamente por trazer uma proposta diferente para o debate, seja junto com a Universidade, seja junto, na política, no meio dos agricultores, de trazer uma proposta que aquilo que resolvia até então não era a única verdade, que por exemplo, para produzir tem que ter veneno, isso não é a única verdade, que para produzir tem que desmatar, que arar, que tem que ser como os monocultivos. Então nós começamos a trazer elementos que questionava essa forma tradicional de reproduzir historicamente nossa região, dessa forma de ver dessa região. Então na hora que a gente começa a trazer um contraponto de tudo isso abre-se o debate e por isso as ações tem um papel importante nesse momento, de trazer elementos e questionar essa verdade única que se tem na região (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

O interesse em um novo paradigma requer relações de poder que se utilizam de verdades científicas para a mobilização e/ou regeneração dos esquemas identitários constitutivos de uma matriz cognitiva e normativa dada, para o caso de “crise” de um paradigma (MÜLLER; SUREL, 2004). A construção de um paradigma que substituísse o paradigma do combate à seca necessitava de perspectivas científicas consolidadas, a exemplo da sustentabilidade, das mudanças climáticas e até mesmo do conceito da sociedade civil, mobilizados pelas instituições governamentais e não governamentais para a consolidação do paradigma da convivência. Por exemplo:

*É só imaginar agora por exemplo as mudanças climáticas que possivelmente vai ter um impacto muito maior no semiárido, leva também essa demanda prum conjunto de instituições e ONGs em particular que até então não tinha em sua pauta a convivência com o semiárido. Mas essas mudanças climáticas também leva a ter agora uma agenda muito mais voltada pras temáticas do semiárido já que provavelmente será uma das áreas, aliás já estamos sofrendo isso na nossa pele. Nós vemos as temperaturas, as chuvas cada dia mais difíceis pode ser já impacto das mudanças climáticas (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Para o coordenador do CECOR embora as discussões em torno da construção do plano tenham se dado no âmbito da sociedade civil, ele assume uma feição de Estado que parece ter um significado limitado no que concerne sua operacionalização. Mesmo considerando esta possibilidade, em alguma medida, o Plano representa um avanço para as ONGs e para o Município.

*Coordenador. Houve vários debates com a sociedade civil, mas ele tem muito a cara do governo do Estado. E isso a gente acredita que são os limites que vamos ter inclusive ainda para se operacionalizar na prática ações de convivência com o semiárido aqui no Estado. Mas assim, pra nós, são avanços. São poucos Estados que já conseguiram aprovar a política e o Plano de convivência com o semiárido.*

*Shana. E quais são as suas perspectivas pra esse plano aqui em Serra Talhada?*

*Coordenador. De forma bastante específica nós estamos primeiro acreditando que o Marco Regulatório Federal possa abrir caminhos para que as ações especificamente as de convivência com o semiárido possam ter recursos para viabilizar as ações aqui em Serra e toda região. Então, isso pra nós é uma perspectiva importante do ponto de vista do futuro agora aprovado, que a gente pense e possa colocar na prática e as próximas políticas tenham um pouco mais a cara da sociedade civil. Como aqui em Serra já temos ações, já temos dentro do governo pessoas também com essa mesma perspectiva, com o exemplo da Secretaria de Agricultura familiar, a gente acredita que aqui em Serra pode estar avançando muito mais que outros municípios porque já temos ações mais direcionadas para área. Então a gente somando as ações do governo federal com a perspectiva prática de dentro do município de Serra Talhada, nós acreditamos e estamos animados para que os próximos anos possamos estar avançando nessa temática (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Nesse sentido, com a conquista política do Plano de convivência, as ações dos atores envolvidos poderiam ser consagradas enquanto convivência com o semiárido. Mas na prática não iria sofrer alterações em cima do que já estava se trabalhando. Precisamos distinguir aqui dois movimentos: o primeiro compreende as atividades das ONGs, em respeito à implantação das tecnologias sociais da ASA e dos projetos ligados à convivência com o semiárido; e o segundo se refere à construção do Plano de convivência com o semiárido.

*Shana. E porque você acha que Serra Talhada agora já entra com o Plano Municipal da convivência com o semiárido, porque você acha que isso aconteceu?*

*Professor. Porque o Governo do Estado exigiu que cada município tivesse um Plano municipal. Pediu que cada município tivesse, fez, desencadeou, procurou a Universidade, a Universidade contribuiu, mas não leva adiante. Então eu vejo duas coisas. Eu vejo que enquanto na prática algumas ONGs, alguns movimentos tão fazendo na prática, sem esperar que exista uma Política, o Estado nas suas três instâncias não faz. Até tem planos, mobiliza pessoas, tem recursos, mas os Planos morrem, se acabam, né. Então assim, é um conflito, aliás, nem tem conflito, é uma contradição, não sei o que eu chamo, mas até seria bom que tivesse um conflito, uma pressão, seria excelente se tivesse uma pressão, uma disputa aí, um debate, não têm! A sociedade civil foi lá e participou, mas depois se calou. Tá fazendo na prática porque vem as ações do Centro Sabiá, vem as ações do CECOR, vem algumas ações*

*pontuais da Universidade, vem alguns... cursos, vem algo do Projeto Dom Helder Câmara, vem uma coisa, vem outra coisa, mas não tem aquela coisa mesmo: estamos numa dinâmica de convivência com o semiárido, prefeitura municipal de Serra Talhada, mais o ITEP, mais o SEBRAE, mais a Universidade, mais as faculdades particulares, não existe isso... na prática, digo. Então por isso que eu tô mais aproximado das ONGs, tudo, as ONGs é que vão tocando, né, vão tocando... o PIMC colabora muito porque tem os recursos, pra mobilizar, pra capacitar, o Programa Uma Terra e Duas águas, vem recurso do Pernambuco mais Produtivo, vem recursos de outros, outro, da Cooperação, da Fundação Banco do Brasil, vão tocando, mas não é uma coisa assim, uma confluência entre movimentos sociais, ONGs e prefeituras, dando as mãos e levando, independente de quem votou em quem, levando adiante dentro de planos municipais. Não, não existe. Nem aqui, nem em Triunfo, em canto nenhum eu vejo isso (Gerente do Programa PIMC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Campus de Serra Talhada, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Nesse sentido, encontramos uma diferenciação prática entre as ações conduzidas pelo Estado e pela sociedade civil. Apesar do “sucesso” conquistado pela ASA no diálogo com o Estado concretizado pelo PIMC, no âmbito local este diálogo se desenvolve de forma incipiente, de maneira que a noção do alcance político conquistado por toda a trajetória dos movimentos sindicais e organizações não governamentais se tornam ao menos contraditória.

*Eu acho que duas coisas, eu acho que a ASA, a ASA enquanto rede conseguiu, tá conseguindo aos poucos demonstrar, afirmar, ratificar essa questão do paradigma da convivência com o semiárido por meio de suas ações, isso é claro a visibilidade que isso tem, mas por outro lado assim, eu acho que a sociedade civil como um todo, falando de população, falando das pessoas que tão lá no meio rural, no meio urbano, das cidades pequenas, falando da... eu acho que ainda o alcance é muito pequeno.... O alcance é muito pequeno, por exemplo, em nível local é... não existem planos municipais de convivência com o semiárido, nem existem planos estaduais ainda de convivência com o semiárido. Pernambuco aponta, diz que tem um plano mas ninguém vê esse plano. Paraíba não tem. Rio Grande do Norte não tem. Eu acho que o alcance é pouco ainda no sentido mais amplo, no sentido de... eu acho que o alcance tá mais na prática da construção das temáticas e dos debates, mas ainda não fomos capazes de pautar isso pra se tornar política, é, plano de governo, plano de governo municipal, os municípios não têm seus planos. Vão fazendo, vão perdendo oportunidade de planejar, vão fazendo o dia-a-dia, ali, mas eu acho que, assim, convivência com o semiárido ainda não alcançou esse nível que deveria alcançar que era de se tornar planos municipais de gestão porque aí abriria pra um leque de questões, questão das casas, de estradas, de educação, de saúde, de extensão rural, é... de água, de energia, tudo isso. Eu acho que não alcançou esse nível ainda de se... da institucionalização, de ter planos municipais, estaduais, com suas convergências que pudessem de fato... Aqui no Estado de Pernambuco temos um Plano de convivência com o semiárido da zona da mata e temos um Plano de convivência com o semiárido que abrange tais e tais municípios, sertão do Pajeú, do Araripe, do Submédio, Sertão Central, isso falta, isso ainda, eu acho que esse movimento que a ASA vem fazendo eu acho que não, não alcançou. Embora seja em vários Estados principalmente do governo Lula pra cá a gente vê pessoas que fazem, faziam parte da ASA dos movimentos, estejam no Governo, nos Governos Estaduais, nos governos municipais, nos governos, no governo Federal, mas ainda não tem tido a preocupação de levar essa perspectiva da convivência pra Planos, pra programas de governo, pra programas de Estado. Eu acho que esse alcance ainda tá muito restrito ao dia-a-dia, às discussões, aos movimentos que vem se fortalecendo, eu acho que os movimentos vem se fortalecendo...A favor das sementes...Mas essa coisa não tá ao ponto de assim... não temos planos, não temos o que oriente de fato (Gerente do Programa PIMC, entre os anos 2003-*

2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).

No Estado, agora compreendido como poder público municipal, o discurso da convivência com o semiárido permanece engessado, compreendendo um Plano fantasma que tem servido como justificativa para as ações da própria Secretaria da Agricultura, claramente reduzidas a duas dimensões, a competição pela obtenção de cargos políticos e o debate partidário; e o acesso aos programas e políticas públicas.

*Shana. E o que você acha que vai acontecer agora? O Plano Municipal de convivência com o semiárido?*

*Professor. Não vai acontecer nada. Tem o Plano Estadual. Assim como em Pernambuco tem uma Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural é um dos poucos Estados que tem, que não acontece. O (povo???) chama o Estado, aí a Safira AMMANN, todo aquele pessoal já reclama essas coisas, chama o Estado, chama a sociedade civil para participar e construir e depois engaveta. E a sociedade civil, que participação é essa? Dizendo, ah, tá faltando um açude... não sei aonde, ah, tá faltando não sei o que lá, ah, usa veneno em Serrinha, ah, tudo bem, fomos lá e dissemos isso, mas e daí? (...) A minha perspectiva com relação às instâncias do estado são muito negativas por conta disso. Porque se houvesse... pelo menos que fosse imposto pelo governo do Estado: eu quero todo mundo trabalhando com convivência com o semiárido, assim como eu quero todo mundo trabalhando com, com convivência na mata atlântica, eu quero todo mundo convivendo, trabalhando com o agreste que é uma transição, eu quero todo mundo trabalhando nessa perspectiva, de planos, construam os planos e façam porque aí tem respaldo, mas não acontece! Vai no oba oba, no discurso bonito e faz e acontece, e não acontece! Faz os planos... Então por isso que eu digo, as ONGs e os movimentos sociais caminham numa perspectiva... (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Uma vez no Estado o capital social privilegiado pela literatura da convivência vai se tornar, na prática, capital político, orientando as ações dos atores em disputa. Neste campo, o discurso se desenvolve de modo ambíguo, toda sua fundamentação parece reproduzir formas condenadas pelo paradigma da convivência: as velhas práticas de combate à seca. A entrevista com o coordenador do CECOR traz indícios da nossa discussão:

*Shana. E como que tá acontecendo a apropriação da temática da convivência com o semiárido pelo Estado?*

*Coordenador. Há dificuldades. Mesmo em gestores mais sensíveis mas no seu meio ainda assim se tem a perspectiva do combate à seca. Então nós temos nos governos pensamentos hoje divididos, um que uma lógica de combate à seca permanece, que é uma herança de governos anteriores à história do país. Mas já tem também nesse meio pensamentos diferentes de combate à seca com a lógica de convivência mais com o semiárido. Mas nós acreditamos que isso é um desafio que vamos continuar discutindo e aprofundando. Isso por muitos anos ainda (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*



Entre o envolvimento partidário que pode representar a possibilidade efetiva de inserção no Estado das propostas e demandas da sociedade civil e o aproveitamento político, que reproduz velhas práticas de combate à seca, a convivência com o semiárido se desenvolve em uma tensão discursiva - *Porque hoje inclusive é um discurso dos candidatos, né, daqui de Pernambuco, essa coisa da convivência com o semiárido* (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015) – em que a famosa “política politiqueira” consegue ser utilizada entre os conhecedores do jogo político, fazendo com que se possa negociar compromissos, silenciar a respeito de algo que habitualmente se diria, ou ainda proteger os amigos do mesmo partido político (BOURDIEU, 2011a).

Neste contexto a Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada passa a ser mediadora nesta gestão do PT, no esforço de abraçar temáticas legitimadas como a agricultura familiar e a convivência com o semiárido, tendo como principal parceiro o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

*E por que você acha que Serra Talhada, perante tantos outros municípios já entra agora em 2014 com o Plano de Convivência com o Semiárido?*

*Eu acho que é a cultura política mesmo, sabe. Eles têm um secretário de agricultura que vem das bases, né, que vem do movimento sindical, que é o Zé Pereira, eu acho que teve muito... apesar de eu não ter participado desse processo, dessa discussão, mas eu acho que foi um pouco por aí, sabe... Pereira estar na secretaria de agricultura, e tá sendo assessorado por pessoas inclusive ligadas ao MST também, né. Então toda essa conjuntura é que permite que essa discussão seja feita* (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).

#### **4.4. A Confluência perversa da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada: a disputa por um lugar de poder e dominação**

*É muita disputa, é muita complexidade em todos os sentidos, cultural, ambiental, social. É um ambiente assim bem carregado de tudo, de muitas manifestações, de muitas relações ainda desiguais. Isso não dá pra negar, o tempo todo a gente se depara com isso, o poder público local atua de forma muito **perversa**, muita segregação, as milhares e milhares de associações comunitárias rurais ainda não têm, não estão no estado de reivindicar, de pautar, algumas aqui já se sobressaíram. É muita disputa, é muita complexidade em todos os sentidos, cultural, ambiental, social. É um ambiente assim bem carregado de tudo, de muitas manifestações, de muitas relações ainda desiguais. Isso não dá pra negar, o tempo todo a gente se depara com isso, o poder público local atua de forma muito **perversa**, muita segregação, as milhares e milhares de associações comunitárias rurais ainda não têm, não estão no estado de reivindicar, de pautar, algumas aqui já se sobressaíram. Eu acredito que a ASA, a articulação do semiárido, com as ações do programa Um milhão de cisternas que contribuíram muito para ampliar esses debates. Eu acho que tem havido muitas mudanças, mudanças justamente nessas questões de quem é essa pessoa, quem é esse homem, quem é essa mulher, que local, que papel ela exerce, que lugar ela ocupa, que associação é essa, que sindicato é esse. Então, é tanto que a perspectiva de convivência com o semiárido hoje ela já é bastante alastrada, já bastante compreendida neste sentido que as pessoas... não tinham essa noção. Era o pipa pra colocar*

*água onde tivesse e a fila, a briga pra fazer a água. Na medida que as pessoas começam a debater, a conversar, a compreender que ali existe um poder público que gere recursos, que existe um poder público estadual, um poder público federal... Que pode existir sim uma confluência, que pode participar, que pode reivindicar, que pode organizar, que pode debater sim como cidadão, como cidadã. E isso tem gerado algumas mudanças bem interessantes. Pra mim então uma das mudanças é essa compreensão da convivência com o semiárido como nosso ecossistema, é o que temos, é o que temos esse regime cada dia mais irregular de chuvas. É essa temperatura, esse clima cada dia mais diferente do que já foi há alguns anos. São ações predatórias convivendo com ações de manejo sustentável, são ações de reivindicação convivendo com ações de subserviência. São instâncias públicas impactando, segregando, oprimindo, ao mesmo tempo com comunidades reivindicando, gritando, falando, reclamando... É essa complexidade toda. (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014, grifos nossos).*

Na entrevista com o professor da UFRPE, do Campus de Serra Talhada (que também foi gerente do Programa P1MC), foi possível apreender a complexidade que permeia a convivência com o semiárido no município de Serra Talhada. Entre as iniciativas da ASA capazes de promover mudanças na concepção sobre o semiárido e sobre a ampliação dos espaços públicos de participação, o que parece se manifestar é uma dissonância para com o poder público local que atua de forma “perversa” e segregacionista, contradizendo o modelo democrático participativo que se busca atualmente, baseado na formação de associações.

Parece haver diferenças conceituais acerca das dimensões do Estado, com as quais cada ator da sociedade civil vai se aliar e se comprometer, através de projetos compartilhados e complementares, conforme assinala Dagnino (2002). Segundo esta autora, a *confluência perversa* se faz justamente nas complementaridades instituídas na relação entre a sociedade civil e o Estado, em que um projeto participativo, construído ao redor da cidadania e da democracia se desenvolve, ao mesmo tempo, que um projeto de Estado mínimo, orientado para a minimização do Estado como garantidor de direitos. Assim, dois projetos antagônicos com o interesse comum de uma sociedade civil ativa e propositiva se desenvolviam em uma confluência que colocava em jogo o avanço ou recuo de cada um desses projetos.

Este quadro é evidenciado na história política brasileira com a instauração do Governo Collor. A passagem de governo militar e ditatorial para outro neoliberal e desenvolvimentista deixou sequelas na tão recente democracia brasileira, tornando ambígua a própria posição da sociedade civil. Com o Governo Lula é possível consolidar o avanço de uma abertura democrática que de acordo com Evelina Dagnino teve como marco formal a Constituição de 1988, permitindo o desenvolvimento dos projetos de interlocução com o Estado (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014).

Nesse sentido, uma sociedade civil capaz de reivindicar, de pautar, de participar e de compreender que existe um poder público que gere recursos, diz respeito a uma sociedade

civil mais ativa, que dialoga com o Estado, que tem na ASA um importante canal de mediação, mas que no diálogo com o governo em nível municipal ainda se encontra incipiente. Esta tendência revelada pelo Professor está associada à sua trajetória de vida, enquanto gerente da ASA entre os anos de 2003 e 2009:

*Eu fiquei de 2003 a 2009, foi justamente seis anos. Nesse período a gente concluiu o primeiro projeto da Agência Nacional das Águas, da ANA, que financiou 12.643 cisternas. Foi o que deu o ponta pé, e a gente também já entrou na meta mesmo de Um Milhão de cisternas, já estruturados com uma unidade gestora central, 48 unidades gestoras microrregionais que depois viraram 60. Então, nesse período coincidiu que era 2003 com o Governo Lula e a gente conseguiu colocar na pauta de discussão e no orçamento geral da União uma dotação orçamentária pra cisterna. É, antes não era, antes não existia, antes não existia e a gente conseguiu nesses seis anos colocar no orçamento. Depois o programa Um milhão de cisternas virou política pública. Aí nesses seis anos foi uma batalha grande, assim, com muita gente envolvida, muito recurso, da Cooperação Internacional, da Federação Brasileira de Bancos, da Fundação Banco do Brasil, é...da Oxford... Foi assim, foi um contato bem grande, bem amplo, que a gente começou a... Então o mundo inteiro sabe hoje que existe o Programa 1 Milhão de Cisternas.*

*Shana. E como foi esse diálogo com essas instituições?*

*Professor. Pra cada instituição tem uma...tem um conjunto de estratégias, né, a gente também foi aprendendo a criar junto essas estratégias pra discutir, por exemplo, com a Federação Brasileira de Bancos...Por um lado... Não seria uma contradição, é... buscar dinheiro da Federação Brasileira de Bancos para financiar cisternas? Por outro não, não seria uma contradição. Dinheiro do lucro que eles têm pode muito bem ser investido no semiárido para mobilizar pessoas, para capacitar pessoas, para construir reservatórios de água de chuva nessa perspectiva da convivência com o semiárido. As negociações, os diálogos eram conflituosos, claro, eram muito densos no começo até as partes se entenderem, com o próprio governo Lula, naquela época nós tínhamos o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. Mas nós tivemos várias conversas, com Frei Beto, com toda Assessoria dele, com Zé Graziano, com o pessoal da Unicamp que assessorava, até todo mundo entender e chegar num acordo que o programa é sério, que a ASA é uma organização da sociedade civil e que...e que já tinha uma experiência e que precisava de recursos públicos para dar continuidade à mobilização, formação, capacitação para a convivência com o semiárido, a construir reservatórios de água nas casas das famílias pobres, com elas, pra elas... Então assim, o tempo todo a gente trabalhava 12, 14, 16 horas por dia tentando encontrar os argumentos, tentando construir os argumentos para negociarmos, é... negociarmos com o governo, um governo novo, diferente, que a gente tinha uma aproximação, claro, a gente elegeu o Lula. Assim, mas é também novidade, aí ao mesmo tempo com a Federação Brasileira de Bancos que precisava de um sistema de informação pra registrar todas as informações físicas e financeiras, isso no mundo das ONGs, isso era novidade. Porque todo mundo pegava cinco mil, 10 mil pra trabalhar durante anos e fazia um recibo... Então quando a gente se propôs e se dispôs a trabalhar com o Sistema de Informação chamado SIGA, Sistema de Informação, Gestão e Auditoria, então isso chocou muito porque tem dias que ia se quebrar os processos políticos e não, não quebrou, os processos políticos que a gente tinha sempre teve autonomia pra fazer do jeito que a gente entendeu e entendia e construía, mesmo com muitos conflitos, natural desses contextos. Mas a gente foi entendendo e aprendendo a gerir recursos financeiros, a prestar contas, a, é... Também, por outro lado político, a enfrentar prefeitos e prefeituras que não queriam as cisternas, ou que declaravam, escancaravam que esse dinheiro deveria ir pras prefeituras e não pras ONGs. Então tivemos conflitos de todas as naturezas. É a prefeitura que passou por cima de cisternas, prefeitura que mandou máquinas entupir as escavações. Então tudo isso foi uma construção nesses seis anos para que a gente pudesse negociar. E o nosso, a nossa estratégia era fortalecer essa base. As famílias precisavam de água? Precisavam. Então elas estão organizadas em suas associações, suas associações em*

*sindicatos, seus sindicatos em Federações. Então vamos dar as mãos, então vamos enfrentar, Prefeito e Prefeita não vai fazer isso. É... a CODEVASF mesmo, gestores de CODEVASF, políticos, é... não entendia porque esse dinheiro não ia pras prefeituras. E a gente dizia não, vai pra mão da sociedade civil, porque é ela quem... é aqui que nós estamos aprendendo nossos processos, fortalecendo nossos processos e principalmente aprendendo a gerir recursos públicos, valorizando cada centavo. Eu lembro que, qualquer recurso que sobrava que eram economizados, ou então que eram poupados por conta das aplicações, virava cisterna. É... chegamos a produzir 12% a mais da meta. Isso era muita, muita cisterna. E então foi muita luta, ainda é uma luta, hoje tá muito diferente porque já virou política pública, tem um orçamento. Então hoje é o governo que abre chamada pública, é quem contrata as instituições, muitas delas não são da ASA, mas a gente... mas a gente naqueles nove anos, a gente insistia. Todas as instituições eram vinculadas à ASA, é... a gente nomeava elas por indicação das coordenações estaduais porque elas já tinham uma trajetória, já tinham uma caminhada, já tinham, já tavam dentro desse itinerário de mobilizar, de capacitar, de construir. Mas assim, não foi fácil, mas também foi muito ruim pra todo mundo. Todo mundo que participou ainda hoje ressalta a importância de termos feito naqueles seis primeiros anos do Governo Lula essa construção que tá aí hoje, que não volta atrás, até alcançar Um milhão de cisternas (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

A descrição revela detalhes do processo de negociação entre a ASA e o Estado, consolidando um “experimentalismo institucional”, para utilizarmos o termo de Diniz (2007) em debate, que colocava em prática esta relação. O interesse da ASA em uma aproximação com o Estado pode ser observado desde os primórdios, em que pesem as iniciativas da ocupação da SUDENE (1993), da Constituição das Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro (1993), da Declaração do Semiárido (1999), ou do P1MC (2003):

*Sim, o tempo todo... se distanciar nunca, pelo contrário, pelo contrário, articulação no semiárido é articulação entre sociedade civil e Estado e mercado, articulação é estar junto com, é tá participando, tá pautando, tá construindo junto porque a gente sempre, sempre foi muito distante, né. Ainda hoje, ainda hoje a gente, a gente percebe essa questão do distanciamento entre as políticas públicas. Por isso que, que a gente é a favor de plebiscitos, é a favor de consultas, é a favor de que a sociedade comece a participar. E a sociedade... E outra coisa, a sociedade não pode se... Tem essa questão de que... Ah, é representado por... Tem que estar lá participando! Movimento sindical tem que estar junto, participando, discutindo, dialogando. Por isso que assim, naquela época ainda não se falava tanto, mas já começavam, é... os conselhos municipais de desenvolvimento rural, né, os fóruns, é... principalmente os conselhos começaram a... a permitir essa abertura de que seria possível se a gente se organizasse. Depois, é... assim... E o que que a gente queria discutir? A gente queria discutir desenvolvimento sustentável do semiárido, convivência com o semiárido, né, o tempo todo que famílias do semiárido não poderiam, não podiam ficar nessa condição de... tem seca, tem fome, tem estiagem, tem fome, tem, tem, como que chama.... saque, tem miséria, tem esmola? Não; população de semiárido tem períodos de estiagem, tem períodos de chuva, conviver com essas condições e ter condições e ter as condições adequadas pra viver. Então ter casa de tijolo, ter cisterna, ter energia elétrica, ter crédito, ter extensão rural. Então é isso, assim, nunca a gente pensou em se afastar das instâncias do Estado, SUDENE que virou ADENE que ninguém sabe até hoje como é que tá e tudo... É, a gente entende que a CODEVASF é uma Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Então tem que estar dialogando com as pessoas, tem que estar integrando as políticas (Gerente do Programa*

P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).

De fato uma aproximação com o Estado constituía as intenções da ASA e das ONGs, antes mesmo da ASA ficar consagrada nesses eventos; e coincidia com uma conceituação de sociedade civil que se distanciava do confronto que marcou sua relação com o Estado no período da ditadura, para dar lugar à possibilidade de uma ação conjunta, em que o princípio da participação da sociedade civil se tornava central como característica distintiva de um projeto democrático (DAGNINO, 2004a,b).

Neste terreno, o interesse por um encolhimento do Estado que visava transferir suas responsabilidades para a sociedade civil, conseguia se desenvolver a partir do Governo Collor, no mesmo momento em que o aprofundamento democrático se colocava em cena, com a Constituição de 1988, em uma disputa de significados em que os deslizamentos semânticos produzem um campo minado para a prática política, onde qualquer passo em falso podia levar ao campo adversário, segundo Dagnino (2004a). Na prática das ONGs este aspecto pode ser facilmente verificado, de forma que elas ficam a mercê dos recursos do Estado, se transformando em meros executores de projetos tornando o Estado um reproduzidor de uma convivência com o semiárido que parece manter determinadas características de combate à seca, como podemos observar na fala do Professor:

*Assim, eu tenho visto alguns movimentos ultimamente que eu me preocupo. Dentro da própria ASA, na medida em que depende de recursos federais para, é... executar, o que não era antes para realizar, que a gente chamava, de realizar os Programas Um Milhão de Cisternas e Uma Terra e Duas Águas, eu tenho a impressão de que se não tivermos alguns cuidados algumas ONGs podem ficar muito a mercê, é... desses recursos e a mercê dessa, desse Estado. Eu acho que, é... a ABONG, né, Associação Brasileira de ONGs e todos os movimentos, estamos discutindo sim a Política Nacional de Participação Social, o marco Regulatório da relação das Organizações da sociedade civil. Mas ainda tenho a impressão que ainda tá uma certa acomodação nos últimos, é... nos dois governos, no governo Lula e no governo Dilma. Eu tenho a impressão que parece que se sente já inserida ou até tem um termo que eu não gosto muito de usar, mas não tô achando outro, de contemplada muito com as políticas e tá deixando muito de pautar. É, eu tenho a impressão disso. E acho que tão perdendo muito o caráter, o caráter histórico de reivindicação, de pauta para é... aceitar. Então tem recursos para P1MC e PI+2. Tem recursos, mantém as equipes trabalhando, mantém, então tá bom. (...) Eu acho que no âmbito geral pelo menos nas ONGs que eu sou mais aproximado, que fazem parte da ASA, estão muito perdendo o caráter reivindicatório, o caráter político, estão muito assim, conformadas, conformadas com as políticas de Estado. E parece, parece que pras ONGs governo municipal não é Estado. Eu acho que é. E eu acho que há um distanciamento muito grande entre a População e os Governos municipais. É... então assim, não é a Sociedade ainda civil como um todo, grande parte da sociedade ainda não consegue compreender, o tempo todo fala de convivência com a seca, convivência com a estiagem, não é! É convivência com o semiárido, com estiagem, com água, com chuva, com frio, com calor, com gente, com agricultura familiar, com vegetação, com caatinga, com isso tudo... Então eu acho que assim, falta a sociedade civil ainda compreender muito, falta a gente insistir mais nesse paradigma, o que é, como deve ser compreendido, como deve ser, até mesmo porque tem muito equívoco. Então assim, você encontra pessoas dentro da academia falando, qualquer ação que faz no*

*sertão, como eles chamam, ah, é ação de convivência com a seca, e não é convivência com a seca, o paradigma não é esse. Dentro do governo eu vejo que muito recentemente, nos últimos 10 anos, talvez é que comece a se colocar, é...mesmo porque, como a ASA está nesses conselhos todos, nesses espaços políticos todos, então começa e defende esse paradigma, começa a se trabalhar, direcionar algumas ações para a convivência com o semiárido. Mas ainda é muito pouco compreensível. Entendendo que manter o carro-pipa por exemplo durante o ano inteiro é convivência com o semiárido, convivência com a seca? Não é! Então assim, no âmbito do Estado, tanto em nível de discurso como no nível de prática eu acho ainda que tá muito incipiente. Acho que ainda falta um esforço pra compreender mais. Por exemplo, o IPA daqui, o IPA tem um Programa Terra Pronta de doação de sementes que faz parte de toda... Todo Estado tem um programa de doação de sementes híbridas. Eu acho que isso... contraria, eu acho que isso ainda, que isso contraria totalmente o paradigma da convivência com o semiárido. Acho que doar sementes híbridas, produzidas no Paraná não é convivência com o semiárido. Doar água o ano inteiro em carro pipa ou até obrigar as famílias... acho que não é convivência com o semiárido. Eu acho que, é...não limpar, não limpar, não investir na dragagem, na limpeza dos reservatórios de água não é convivência com o semiárido. Limitar o acesso a crédito do PRONAF inclusive o próprio PRONAF SEMIÁRIDO, acho que não é convivência com o semiárido. Então tem muita coisa ainda que não é convivência com o semiárido, que ainda tá vindo nessa mistura entre combate à seca e convivência com a seca, mas ainda acho que precisa melhorar muito, muito, muito, muito. Mas eu acho que isso é proposital também, eu acho que não fazer esse esforço é manter essas ações passageiras. Que não edificam, só mantem uma dependência (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

A narrativa do informante infere que as velhas práticas de combate à seca ainda se fazem presentes e se reproduzem no âmbito da *confluência perversa* da convivência com o semiárido, na relação entre a sociedade civil e o Estado, em uma conjuntura política de gestão de um partido democrático com mais de 20 anos no poder, marcado por trânsitos institucionais que levaram a cabo as demandas dos movimentos sociais e as discussões sobre espaços de participação da sociedade civil, com destaque para o programa Fome Zero e o Bolsa Família<sup>141</sup>. As tensões e contradições provenientes desses programas “bem sucedidos” podem expressar não só a diversidade de posições em face da participação dentro do governo, mas também a emergência de um arranjo que, de acordo com Dagnino e Teixeira (2014), pode significar o renascimento da concepção do Estado como agente fundamental de transformação social, aparentemente pautado na ruptura com o projeto neoliberal e inclusão de uma democracia participativa na Era Dilma.

<sup>141</sup> Com o Bolsa Família podemos refletir sobre as tensões entre diferentes concepções dos papéis do Estado em torno da participação. Apesar de representar a política mais bem sucedida do Governo Lula, que chega a fornecer uma renda mínima a mais de 11,1 milhões de famílias no Governo Dilma, seus antecedentes nos mostram os deslocamentos práticos sofridos pelo programa. Tendo como antecessor o Programa Fome Zero, podemos observar a iniciativa no planejamento de comitês locais dos beneficiários para monitoramento do programa. Esses comitês tinham a intenção de funcionar como espaços para a organização política e consciência dos beneficiários, articulando concepções que tinham origem nas reflexões da Teologia da Libertação na figura de Frei Betto. No entanto, o esforço em trazer para o âmbito municipal a tarefa de monitoração do programa através dos conselhos de assistência social municipais participativos não teve sucesso; indicando que a organização coletiva dos beneficiários e sua participação na gestão do programa, bem como os mecanismos de participação para o seu acompanhamento, não eram uma prioridade. Segundo as autoras, a prioridade do Programa acabou se desenvolvendo ao redor da relação entre os governos federal e municipal (prefeitos e departamentos de assistência social), para a construção de um cadastro unificado para garantir a eficiência e melhorar o controle sobre a distribuição de recursos, e a relação direta entre os beneficiários e o Estado (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014).

Assim, um Estado forte e tecnicamente equipado estaria disposto a assumir as suas funções de regulação e de intervenção na construção de um novo projeto de desenvolvimento apoiado por uma legitimidade popular inquestionável (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014). E esta concepção poderia nos fornecer subsídios conceituais importantes para a análise da *confluência perversa* da convivência com o semiárido em Serra Talhada, na medida em que uma apropriação do Estado se torna chave para materialização de um discurso da sociedade civil. Mas ao mesmo tempo incorre no risco de perder o caráter histórico de reivindicação, luta e pressão sobre o Estado para uma acomodação e aceitação.

Esta reflexão nos faz associar à própria formação e reestruturação do conceito de sociedade civil na perspectiva da convivência com o semiárido. De uma sociedade civil que se constituía de costas para o Estado, indignada com governos militares e ditatoriais para uma sociedade civil participativa e interessada em uma posição no seu interior, com o aprofundamento democrático em curso, ela se torna foco e discurso de muitas políticas públicas do Estado, que mantêm a força de um conceito pautado em uma oposição ao Estado, mas se desenvolve em uma relação de parceria com ele. O Estado aqui se faz presente em diferentes áreas, trazendo a sociedade civil como um campo “autônomo” e “não antagônico”, em relação a um Estado ampliado que interessava aos atores e autores do paradigma da convivência (DINIZ, 2007).

Assim um diálogo entre o Estado e a sociedade civil que tanto presa o paradigma da convivência com o semiárido se dá também em uma *confluência perversa*, que coloca em cheque seu significado político; já que no Estado o paradigma da convivência assume diferentes formas e sentidos, tornando, inclusive a autonomia tanto requerida pelas ONGs vulnerável a estes efeitos.

*A minha leitura é que assim, a gente conseguiu avançar, porque assim, Shana, eu acho que a gente, a chamada sociedade civil, ela, ela começou a perceber a necessidade de estreitar esse diálogo, porque isso era necessário pra gente interferir nas políticas públicas que a gente tava, que a gente pensava não, que a gente pensa, a gente constrói as propostas na prática, na base, pra que elas se tornem, né, se tornem políticas também, né, não só isso, mas pra que elas se tornem políticas e a gente começou a perceber que a gente precisava estreitar esse diálogo, o que não significa compartilhar com o pensamento do Estado, não significa que a gente não tem uma visão crítica do Estado e dos governos, né. Mas eu acho que a gente conseguiu romper com uma barreira, inclusive que e muito da, das organizações que vieram da ditadura mesmo, a gente não tinha como, naquela época não tinha como dialogar com o governo, né, porque era uma estrutura extremamente repressora, num dava pra dialogar, eu acho que algumas coisas começaram, né, a mudar, inclusive, né, algumas pessoas que tavam nos movimentos sociais, né, são cooptadas pelos governos, eu acho que isso também deu mais abertura pra que esse diálogo fosse travado. (...) Claro que essas pessoas, assim, até onde eu vejo, foram pros governos não numa, numa conjuntura que favorecesse a sua ação, né, a partir do pensar os processos como eles aconteciam dentro dos movimentos sociais, porque dentro do governo a gente sabe que existe um campo de disputa como na academia, um campo*

*de disputa que é duro, é bem pesado então, por exemplo, eu sei que o pessoal que foi, por exemplo, pra secretaria de agricultura familiar aqui no Estado de Pernambuco, foi muito complicado, né. Porque a secretaria foi pensada sem nenhuma estrutura, sem dotação, né. Então, assim, não é uma coisa muito, muito fácil não (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).*

O discurso das ONGs coincide muito com a trajetória dos movimentos sociais. As ONGs envolvidas nesse estudo têm muita relação com estes processos. Elas vão também se desenvolver nesta confluência, entre uma relação de oposição ao Estado e de diálogo, que se desenvolve através dos programas e políticas públicas que passam a ser executados pela sociedade civil, e têm na ASA uma iniciativa fundamental. Neste contexto a noção de participação é fundamental para que o diálogo com o Estado aconteça, e seja capaz de substituir a própria noção de distinção entre sociedade civil e Estado. Um pouco desse processo é narrado na entrevista com a coordenadora local do Centro Sabiá:

*Eu acho que a Articulação do Semiárido foi o Fórum que, pelo menos na minha visão, foi o primeiro Fórum da sociedade civil que começou a fazer uma discussão mais estreita com os governos que foi no surgimento justamente do Programa Um Milhão de Cisternas. Que foi concretizar numa, uma proposta da sociedade civil, numa que eu considero uma política pública. É uma política pública o projeto Um Milhão de Cisternas porque teve um alcance... foi massificado. Então pra mim é uma política pública executada pela sociedade civil. Eu acho que essa, esse programa é o momento mais simbólico desse diálogo, né, com os governos. E esse diálogo, ele tem se dado muito. Shana, eu acho que na coisa da gente tentar interferir na construção dessas políticas que não tem sido uma coisa, não tem sido uma tarefa simples. Mas é o que a gente tenta, através dos espaços de controle social, através dos conselhos, né, os conselhos municipais, os conselhos estaduais que foi assim, foram espaços que acabaram surgindo a partir de uma pressão da população, dos movimentos que permite uma interferência da sociedade nas políticas em alguns casos, né, porque tem alguns conselhos que são meramente consultivos, você sabe disso, né, tem alguns que são deliberativos, mas boa parte dos conselhos eles são apenas consultivos, eles não deliberam determinada política, né... Então eu acho que, acho que essa relação, ela ainda é bastante conflituosa, ela não é uma relação tranquila em absoluto, mas ela foi necessária que ela se desse, pra que a gente conseguisse avançar nesses processos. E até mesmo pra eu, a gente, fosse mais coerente com o nosso discurso de que, de que a gente precisa, a população precisa ser participativa, né, aí não bastava só jogar pedra na vitrine. (...)E as vezes a gente se vê num... assim, a gente se vê em determinadas situações tipo, em ter que dialogar com grupos do governo que você discorda dos posicionamentos, discorda das propostas políticas desses grupos. Mas você tem que fazer esse diálogo, e aí de ter muito cuidado de não perder autonomia, né, de ter sempre uma visão crítica desses processos. Mas ao mesmo tempo eu faço uma leitura de que a gente não pode perder a oportunidade, por exemplo, de ter recursos do governo pra colocar em prática a nossa proposta da construção da agroecologia no semiárido, por exemplo, de colocar em prática as nossas propostas de convivência com o semiárido, né, de estar construindo as tecnologias sociais junto dos agricultores, nas comunidades a gente não..., também teve essa coisa da gente, de ser uma oportunidade, né, da gente, né, fazer valer aquilo que a gente construiu (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).*

De acordo com a fala transcrita acima podemos perceber que este diálogo acontece de forma conflituosa, em um movimento em que a autonomia da ONG se torna instável frente à necessidade de manter uma visão crítica do processo dialógico em curso, vulnerável a



posicionamentos antagônicos que se reduz ao acesso a recursos. Para o Coordenador do CECOR a lógica de financiamento em que se constitui a fonte de recursos da ONG vai reproduzir determinadas posturas e atividades. Na época em que o financiamento das ONGs se baseava fundamentalmente nos acordos com a Cooperação Internacional - que no caso do CECOR era mediado pela Diocese de Afogados da Ingazeira - a ONG apresentava a demanda para a instituição para que ela apoiasse a proposta. Atualmente este processo se inverteu. A ONG passou a executar uma demanda do Estado em uma relação de dependência, em que os recursos são, quase que exclusivamente, concedidos pelo Estado.

*Esse é um desafio que não tem totalmente resolvido. Até o momento que a gente tinha recurso da cooperação internacional a lógica era um pouco inversa da de hoje. O CECOR apresentava a demanda pros agricultores, pra instituição e a instituição apoiava a nossa proposta. Agora é o inverso. O governo apresenta a demanda do governo e a gente se quiser participar, você entra naquilo que já tá pronto e preparado, então isso é meio perverso e nós estamos ainda tentando resolver, mas é difícil ainda... A gente tá saindo de uma área onde era apoiada a nossa proposta, agora nós estamos executando uma proposta que não é nossa de uma forma... De uma forma também é nossa porque de uma forma também contribui com a proposta. Mas não é exatamente a nossa proposta. Nós temos, por exemplo, a chamada de Ater Agroecologia do MDA, nós estamos em execução nesse momento, que do ponto de vista do conteúdo, grande parte surgiu da sociedade civil organizada, das ONGs em particular, mas do ponto de vista da operacionalização inda tem muita queima da burocracia do governo, de que é a lógica do serviço público. Então isso é **perverso**, mas a gente aos poucos tenta ir resolvendo, mas constitui um desafio (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Aqui encontramos mais uma perversidade dessa confluência, em que o trânsito sociedade civil e Estado é invertido, em um processo em que a demanda da sociedade civil se torna secundarizada de uma demanda do próprio Estado. O que se constata é uma inversão do significado político deste diálogo; inaugurando um “fluxo” que se origina no próprio Estado em direção à sociedade civil, tendo as ONGs como executoras do seu projeto político, atuando de forma limitada na negociação com o Estado e de toda a lógica burocrática do serviço público.

*Shana. Porque esse processo de interesse mais político das ONGs, não foi sempre que ele existiu, né, meio que sofreu diferenciações com o passar do tempo. Coordenadora local. É, mas na verdade é um processo bem antigo, não é uma coisa muito recente não. Talvez ultimamente ele tenha ficado mais visível principalmente pela coisa do apoio, do apoio do governo em termos de recurso, né, pras organizações. Porque uma coisa, Shana, que a gente precisa, tinha que ter refletido inclusive, é que as organizações hoje inclusive, elas tem uma diferença das organizações há 10 anos atrás, quando a cooperação internacional ainda tava muito presente, né. Hoje eu avalio que o período da cooperação internacional que a gente tinha apoio, principalmente das organizações da Europa, eu acho que a gente tinha muito mais, como é que eu posso falar, a gente tinha muito mais liberdade, a gente podia ousar mais na construção dos processos junto com os agricultores, sabe, nós tínhamos menos amarras, quer dizer, claro que a gente tinha que prestar conta, né, que fazer relatório, tinha, tinha que fazer tudo isso. Mas a gente tinha muito mais flexibilidade, né, pra*

*tá construindo esses processos. Que aí, que a gente não tem com os projetos, com o governo por exemplo, né, a gente tá muito amarrado, é muito burocratizado, né, você tem que tá alimentando um sistema que nem sempre funciona. Que é on-line, que trava, que, que impede que as pessoas estejam em campo fazendo as, os trabalhos, a gente precisa fazer cotação de preços que às vezes leva semanas pra você, pra você concluir, pra você ir pra campo, né... Tem cotação que você começa que não se conclui porque você não... porque as empresas não mandam um resultado, você passa semanas, sei lá, uma cotação de transporte de mudas, por exemplo, você deixa de transportar as mudas pra um sistema agroflorestal porque a cotação do preço não saiu daquele transporte. E aí você perde o período mais importante que foi aquele período de chuva. Então isso trava muito, né. Eu acho que a gente fluiu, conseguiu fluir muito mais rápido no período da Cooperação Internacional do que agora. (...) De todas as organizações, todas as organizações no Brasil tiveram apoio da Cooperação Internacional, que eu acho que foi muito, foi muito importante, sabe, eu acho que a Cooperação Internacional teve um papel na, pras Organizações não-governamentais que foi... Aí depois, com a queda do Muro e tal... elas começaram a... e também tem outras prioridades na África, ou voltar os olhos pra eles mesmos, né, que não conseguiam enxergar também o que tava ali do lado. Aí com a Queda do Muro de Berlim, quando isso aconteceu começaram a se retirar e realmente as organizações, as ONGs começaram a buscar outros apoios, outros, precisava pensar na sustentabilidade, não só política, né, mas na sustentabilidade financeira também, não tem como funcionar...(Coordenadora local do centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).*

Obviamente isto não acontece de forma completamente externa à demanda da sociedade civil. Uma ou outra temática pode entrar na agenda governamental; mas isso parece depender, sobretudo, do trânsito institucional discutido por Silva e Oliveira (2011), marcado pela ocupação de uma posição nos governos, ou das discussões provenientes dos espaços públicos. Este trânsito parece também possibilitar certa flexibilidade dos conteúdos dos editais, no esforço de fazer com que a demanda do Estado assuma uma perspectiva similar com as propostas da sociedade civil. Podemos observar estes aspectos nas falas seguintes:

*Mas tem uma coisa importante, por exemplo, nesse edital da chamada de agroecologia, as organizações já, já interferiram, as organizações tavam na construção do edital. Então hoje tem muito disso. Por exemplo, a ASA tem interferido muito numas construções de editais, né. Esse da chamada da Agroecologia, a chamada pública de Ater para Agroecologia, a ANA teve um, participou desse debate da construção desse edital. Então isso foi o que a gente conseguiu avançar nos processos pra que eles não fossem tão fechadinhos. A gente teve uma chamada de Ater uns três anos atrás, não sei, três, quatro anos atrás, que ele era muito mais fechado, que não permitia que a gente, né, tivesse a nossa ação mais percebida, com menos possibilidade da gente... Essa chamada não, ela é mais flexível. (...) É pressão mesmo, negociação, né, diálogo com o MDA, com o MMA... (...) É dialogar e... (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).*

*Eu acho que não alcançou esse nível ainda de se... da institucionalização, de ter planos municipais, estaduais, com suas convergências que pudessem de fato... Aqui no Estado de Pernambuco temos um Plano de convivência com o semiárido da zona da mata e temos um Plano de convivência com o semiárido que abrange tais e tais municípios, sertão do Pajeú, do Araripe, do Submédio, Sertão Central, isso falta, isso ainda, eu acho que esse movimento que a ASA vem fazendo eu acho que não, não alcançou. Embora seja em vários Estados principalmente do governo Lula pra cá a gente vê pessoas que fazem, faziam parte da ASA, dos movimentos, estejam no Governo, nos Governos Estaduais, nos governos municipais, nos governos, no governo Federal, mas ainda não tem tido a preocupação de levar essa perspectiva da convivência pra Planos, pra programas de governo, pra programas de Estado (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Dessa forma, a demanda das ONGs consegue chegar na agenda do Estado. No entanto, ela é homogeneizada, amalgamada, incapaz de considerar as especificidades das instituições ou mesmo das regiões em que os projetos vão ser implementados. O fato é que as ONGs continuam sendo alvo de interesse do Estado, capazes de prover eficiência técnica, de formular e executar projetos; entretanto elas parecem funcionar como estratégia de um governo democrático e participativo que faz das próprias ONGs uma afiliada executora dos projetos do Estado, balançando a tão propalada autonomia distintiva do terceiro setor (DAGNINO, 2002). Em que pesem os esforços do PDHC neste processo, a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil típica de um governo neoliberal, de acordo com Dagnino (2002), continua existindo, no exercício de um Estado presente e atuante em todos os campos, conforme Diniz (2007).

*E também é o seguinte Shana, as organizações não governamentais elas tem o conhecimento e a propriedade, né, do ponto de vista da aplicação das diversas tecnologias e proposta de convivência com o semiárido, né. Quem construiu essas propostas na base foram essas organizações. Então os organismos de governo, eles não têm “nohall” pra isso. O governo reconhece isso. Então, não é a toa que o governo, por exemplo, contrata as organizações não governamentais também nas chamadas de Ater, não é a toa que o projeto Dom Helder Câmara, né, fez uma parceria com as organizações não governamentais. Porque o Projeto Dom Helder Câmara, eu acho que você conhece, né, que é ligado também ao MDA, que foi pensado justamente pra construir propostas de Ater que respondam às questões, aos problemas das, principalmente das, dos assentamentos rurais, né. De pensar uma Ater diferenciada que não fosse aquela Ater pública, né, que vinha já com o pacote pronto pros agricultores (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).*

As narrativas permitem inferir, particularmente sobre o campo de estudo observado nessa tese, que tem havido uma valorização discursiva da sociedade civil. Assim, o Estado pode enunciar formas de sociedade civil a todo instante, da mesma maneira que se impõe como agente fundamental de transformação social. Com a fala do supervisor territorial do PDHC, podemos verificar o esforço de uma autodenominação com base na sociedade civil e no reconhecimento da trajetória dos movimentos sindicais e organizações não governamentais.

*Shana: E como surgiu o PDHC, como ele foi formado?*  
*Supervisor. Foi a partir da CONTAG, né? A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, juntamente com algumas universidades, né? Universidade Federal Rural de Pernambuco com a participação de algumas pessoas... Então, alguns pesquisadores da universidade juntamente com a CONTAG e outras organizações não governamentais também, que pensaram exatamente numa proposta inovadora nessa área de assessoria técnica, de apoio ao desenvolvimento rural sustentável. E aí se pensou o Dom Helder Câmara, nessa lógica, né? De ter assessoria técnica não feita pelo Estado, essa assessoria... Essa assessoria técnica é marcada pelas organizações não-governamentais, pela sociedade civil organizada.*

*Shana: É financiado pelo Estado? Mas o que ela é, ela é o estado ou a sociedade civil?*

*Supervisor: É pelo governo federal. Isso. Não, ela é o Estado, ela é um Projeto de Estado, um projeto governamental, né? Às vezes se confunde, o projeto Dom Helder é um Projeto Federal, do Governo Federal.(...) É um projeto do governo Federal, do ministério do Desenvolvimento Agrário. Agora quem executa a assessoria técnica, a parceria do Dom Helder, né, é com as organizações não governamentais, que tem já um... é... experiência, né? Então isso conta muito para as organizações que estão ali (Supervisor territorial do PDHC, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

De fato a própria noção de sociedade civil é mobilizada por instituições do aparato do governo segundo uma lógica ambígua, que ora valoriza a distinção entre a sociedade civil e o Estado, para demonstrar certa vinculação com os movimentos sociais e reconhecimento de espaços públicos não estatais de participação; e ora admite certa ampliação da participação, em um movimento político em que o Estado se torna capaz de partilhar seu poder com a sociedade civil (DAGNINO, 2002).

Nos capítulos II e III discorreremos sobre o esforço dos movimentos sociais e sindicais, junto com ONGs e a academia na sistematização de conceitos e princípios que viriam a constituir a convivência com o semiárido. Este movimento coincidiria com os esforços teóricos nas definições e redefinições do que chamamos de sociedade civil, reflexo de cada conjuntura política e projeto político. Para nós a sociedade civil que se contrapunha ao Estado parece sobreviver nos discursos e práticas das instituições envolvidas no paradigma da convivência com o semiárido; motivada pelo desejo de resistir a qualquer ameaça de um regime mais conservador. O paradigma da convivência pressupõe uma sociedade civil protagonista e originária de um espaço público não estatal.

*Shana. E de quem você acha que é esse discurso da convivência com o semiárido. Se a gente for falar, de quem é?*

*Professor. Acho que é da sociedade civil, da sociedade civil, quando começou, é... Não é de governo, o governo tá se apropriando agora. O Estado está se apropriando agora. Esse discurso é da sociedade civil que conseguiu compreender que quem aprende a conviver, quem aprende a entender as dinâmicas, é... as dinâmicas do clima, as dinâmicas sociais, as dinâmicas políticas do semiárido, aprende a conviver com o semiárido. Mas esse discurso, essa prática é da sociedade civil. E que hoje a gente já vê, já em alguns discursos do Estado que fala em convivência com o semiárido. Mas esse discurso é novo e ele, e ele nasceu da sociedade civil.*

*Shana. Quem é a sociedade civil pra você?*

*Professor. As pessoas, as famílias e sindicatos e movimentos pra mim essa é a sociedade civil que na minha opinião deve estar cada vez mais é... participativa, deve estar cada vez mais organizada, estruturada pra pautar, pra reivindicar, pra buscar, pra avaliar as políticas públicas, pra desencadear e implantar as políticas públicas, acessar principalmente. Sociedade civil pra mim é um segmento que, que precisa estar cada vez mais entendendo que convivência com as dinâmicas do Pantanal, é... tem suas especificidades, convivência com a mata atlântica, convivência com o semiárido é esse conjunto de ações que tem que ser insistentemente lembradas e respaldadas em todos os... no dia-a-dia inclusive, na economia de água, no plantio de árvores, na valorização das sementes, na questão da economia solidária, dos fundos rotativos solidários, das cercas vivas, é..., dos cultivos, do armazenamento de*

*sementes, do armazenamento de comida, pra mim isso é convivência com o semiárido, eu acho que a gente tem que insistir, eu acho muito acertada essa perspectiva nesse sentido de que traz a tona que não temos, não temos regime regular de chuva, não é mais como antigamente, que “tinha”, entre aspas, é... Que as pessoas pra conviver e pra viver no meio rural precisam acessar mais políticas públicas, precisam ter assistência técnica e extensão rural. Não tem, esse é outro gargalo grande (Gerente do Programa PIMC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Em que pesem as diferenciações quanto à definição da sociedade civil, a identificação entre sociedade civil e ONG ainda acontece, o que de acordo com Dagnino (2004b) decorre de um processo de onguização requerido pelo projeto neoliberal. No entanto é importante destacar que no campo de estudo em questão, o CECOR, ONG de referência no município de Serra Talhada, se originou do mesmo processo que o movimento sindical, de iniciativas da Diocese de Afogados da Ingazeira, indicando certa cumplicidade entre os projetos políticos. A sociedade civil é então definida pelo Coordenador do CECOR da seguinte forma:

*A sociedade civil organizada são o conjunto de organizações que não fazem parte do governo, que não tem objetivo de lucros, mas juntam nas ações que são fruto das famílias, são fruto das comunidades rurais e que canalizam o esforço exatamente para trazer uma proposta diferente daquilo que foi se apresentado como verdade da região. Então as ONGs, as Cooperativas, as associações, os sindicatos, esse conjunto de organizações que na nossa compreensão, hoje tão juntas na Articulação do Semiárido (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Entretanto uma sociedade civil ampliada, entrelaçada com a sociedade política passava a compreender o projeto democrático que entrava em cena e que abre espaço para novas institucionalidades, “públicas” e “não-estatais”, representadas pelos conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para gestão da coisa pública (GOHN, 2004). A partir daí uma nova concepção de sociedade civil começava a ser desenhada e trazia para o campo discursivo da convivência com o semiárido um caráter ambíguo, em que uma sociedade civil em oposição ao Estado continuava a ser mobilizada, ao mesmo tempo em que uma sociedade civil entrelaçada à sociedade política, ampliada na arena de um Estado específico.

O Partido dos Trabalhadores teria aqui um lugar efetivo; capaz, pelo menos discursivamente, de compartilhar seu poder com a sociedade. É esta justificativa que assume uma proposição importante no discurso da convivência com o semiárido, explicando o significado político do experimentalismo institucional em que o governo se dispôs a compartilhar com a sociedade civil o seu projeto político. Para nossa análise, esta fundamentação explica o interesse do Estado neste processo. Ao tempo que se tenta deixar

mais nítida a diferença entre Estado e sociedade civil, se amplia a possibilidade de diálogo entre ambos, o que se torna cada vez mais interessante para um projeto democrático e participativo.

O que parece se desenrolar aqui é uma diferenciação entre o discurso e a prática. Na prática a distinção entre o Estado e a sociedade civil continua presente nos discursos dos atores, que demandam cada vez mais a ampliação dos canais de participação e de diálogo e a autonomia dos seus projetos. Dessa maneira, o diálogo entre a sociedade civil e o Estado continua sendo um desafio, que teve avanços, mas se reproduziu de tal forma que em alguns casos ele mesmo se tornou ferramenta poderosa de justificação e de uso político. A entrevista com o supervisor territorial do PDHC é exemplar deste contexto:

*Shana. Para você como que vem acontecendo o diálogo entre a sociedade civil e o Estado?*  
*Supervisor. O diálogo... houve uma certa abertura do Estado, começaram a dialogar com a sociedade, há uma abertura, né? Foi estabelecido um campo de diálogo, certo? Um campo de negociação, poderíamos chamar, então... Entre o poder público e a sociedade civil. É... isso depende muito também do tipo de... do governo, tá, e depende também da organicidade e dos movimentos daquele lugar, daquela região, daquele Estado. Isso é muito relativo, né. Tem lugar que se avança mais, que o movimento social é mais forte, quando o movimento é pelego, aí um abraço... thau, o avanço é zero. (...) nós ainda, não conquistamos ainda... o que a gente precisa, há muitos focos de pelegagem em alguns movimentos, em alguns Estados, né?(...) Até pelo fato dos governos estarem usando o discurso da democracia, da participação, né? A questão dos orçamentos participativos, né.. entendeu? Essa coisa toda de buscar canais de diálogo com a sociedade civil. Então, desse discurso, né? De ser um plano de governo participativo e tal, quero??? ouvir a sociedade, ele abre canais, mesmo que muitas vezes a gente não tenha resultados muito concretos, na verdade há uma abertura...*  
*Shana. E como que o Estado vem apropriando dessa temática da convivência com o semiárido?*  
*Supervisor. Ah, aí tá difícil, eu diria que, alguns programas, que são inclusive propostas e foi formulados pelas organizações da sociedade civil, os estados muitas vezes incorporam isso, né? Incorporam os programas, então, nesse caso sim, o Estado ele apoia algumas iniciativas de convivência, mas ele não tem ainda uma política de convivência com o semiárido. O ano passado foi aprovado a lei estadual de convivência com o semiárido, né, a política estadual de convivência com o semiárido, mas isso é uma coisinha ainda muito incipiente, né? Os Estados ainda estão muito incipientes dessa temática, né?*  
*Shana: Qual que é o interesse do Estado nesse processo?(...)*  
*Supervisor: Muitas vezes é passar para a sociedade a propaganda de que ele tá apoiando o sertanejo, os agricultores da região semiárida, né... Com ações concretas de convivência... Muitas vezes é para passar exatamente a marca de que ele, ele tende a agir nessa causa, né? Então assim... Mas quando você vai espremer tem pouca coisa... (Supervisor territorial do PHC, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

Com esta entrevista podemos apreender certa heterogeneidade intrínseca ao próprio conceito da sociedade civil, em que as ONGs se diferenciam no contato com o Estado e participam da correlação de forças existente neste processo, conforme explicitado por Dagnino (2004b). De acordo com esta autora elas são parceiras confiáveis de um Estado neoliberal, capazes de executar com eficiência as responsabilidades do Estado.

*Shana. E a relação das ONGs com o Estado, como que você tá enxergando o que tá acontecendo?*

*Supervisor do PDHC. Das ONGs eu acharia muito... bem distante ainda. A não ser para executar programas de cisternas e essas coisas, mas no ponto de vista de conquistas, por mais conquistas, ainda não avançou não. Não há avanço. (...) Porque os governos ainda estão muito fechados, os movimentos ainda não estão tão fortes e organizados como deviam.*

*Shana E o interesse das ONGs nessa parceria, nessa relação com o Estado?*

*Supervisor: É de crescer, né, se fortalecer também. Porque a medida que ela tá executando um programa, ela tá se fortalecendo enquanto instituição. Então fica nessa... (Supervisor territorial do PHC, entrevista realizada em janeiro de 2015).*

O fato é que no contexto da convivência com o semiárido as ONGs assumem um papel fundamental, desde a sua sistematização, impulsionada pelo Fórum Seca e consolidada pela ASA. Nesse sentido não tem como não reconhecer uma associação entre ONG, Igreja e movimento social no nosso campo de estudo, especialmente se o CECOR for um ator importante. Na fala da coordenadora local do Centro Sabiá esse processo fica evidenciado.

*Shana. E a questão da sociedade civil, o que seria a sociedade civil pra vocês aqui?*

*Coordenadora. O que eu penso, né, que a sociedade civil organizada, né, são grupos, né, vem muito de movimentos, dos movimentos da Igreja por exemplo, de alguns movimentos, são movimentos sociais que acabaram, né, que ganham esse..., inclusive essa coisa de movimentos da sociedade civil também é um conceito, né, que surge depois da ascensão do movimento sindical, dos movimentos das mulheres, muito dos movimentos de base, dos movimentos, o movimento eclesial de base, da Igreja. Esses grupos, pelo menos aqui na região, eu tenho essa leitura, surgem a partir dos movimentos de base, né, tem lideranças hoje por exemplo, o Deputado Manoel Santos, ele surge dos movimentos eclesiais de base, o movimento da Igreja, é a partir daí que ele começa um processo, uma caminhada de uma, toa uma construção, chega no movimento sindical, se torna uma liderança no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, vai pra Federação, depois pra CONTAG. Então é todo um processo, né, das coisas que... aí fica pensando.... surgiu! Puf. Não, não é, não acontece assim, né, as coisas são construídas...*

*Shana. E as ONGs, elas também são representantes da sociedade civil?*

*Coordenadora. Olha, eu acho que algumas têm essa representação, né, que eu acho que elas surgem, por exemplo, o CECOR surge desse meio, né, o CECOR foi formado por lideranças do movimento sindical. Então, a minha visão é que tem uma certa representatividade. Agora os representantes legítimos, aí são as organizações dos trabalhadores, são os sindicatos, são as associações, algumas raras cooperativas... Mas eu acho que legitimamente são essas organizações que representam a classe trabalhadora, claro, né... Eu acho que a gente, as ONGs elas são muito mais organizações de, de apoio, de fortalecimento, que dão uma contribuição pra visibilidade desses processos... que fazem alguns links, inclusive, né, o link da academia com os movimentos populares por exemplo, que é um desafio, mas eu acho que a gente vem construindo, né, essa relação com a academia, que eu acho que é importante. Até pra trazer mesmo, não é só pra romper os muros da academia, não, mas é pra trazer a academia também pra esse processo, trazer pras comunidades (Coordenadora local do Centro Sabiá, entrevista realizada em setembro de 2015).*

Neste sentido as ONGs parecem ser as principais responsáveis por manter certa originalidade do discurso da convivência com o semiárido, mesmo diante de desafios e perversidades, elas continuam sendo atores potenciais para o fortalecimento da relação entre a

sociedade civil e o Estado, apoiando os representantes legítimos que, segundo a coordenadora local do Centro Sabiá são as associações e os sindicatos.

*Shana. E das ONGs, qual o interesse das ONGs nesse discurso da convivência com o semiárido?*

*Professor. Sim, aí eu acredito que, pelas que eu conheço até onde as que eu conheço, quer de fato reforçar essa questão da permanência das pessoas no campo, da educação contextualizada, da saúde pública, da, do retorno da agroecologia, do retorno a algumas, às práticas conservacionistas, da reforma agrária, da economia solidária, aí eu acho que...*

*Shana. Que vai de encontro com os interesses da ASA também?*

*Professor. Vai ao encontro... conflui, né. Então assim, então eu acho que as ONGs que tem já uma estrutura, já tem um trabalho, elas começam a entender que captar água de chuva é necessariamente uma ação de convivência com o semiárido, captar e usar bem essa água de chuva é necessariamente... é, retomar os cultivos das cactáceas, retomar os cultivos das plantas da caatinga, é.. são ações de convivência com o semiárido, cultivar alimentos para as famílias, são ações é... ação de convivência com o semiárido. Acho que no mundo das ONGs ainda precisa melhorar muito, mas eu acho que tá, já há uma construção que, que favorece o entendimento e, e as práticas (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

A centralidade da ASA neste sentido é reconhecida pelos atores; mas seu desenvolvimento depende das relações constituídas no âmbito do município, encontrando obstáculos que têm a própria relação com o Estado como um problema. Assim, o que devia ser uma conquista, dotada de significado político, passa a ser um desafio, que precisa ser constantemente aprimorado, para não se tornar perverso.

*Shana. E como que vem acontecendo o diálogo dessa sociedade civil com o Estado?*

*Coordenador. Isso na verdade tem sido um desafio não muito fácil. Aqui no Brasil nós da sociedade civil organizada de uma forma geral temos grandes desafios para com o diálogo com o governo em particular nas questões específicas de como utilizar recursos públicos, mas a partir da sociedade civil. Recentemente, agora, uns dois, três meses que o congresso aprovou a Lei do Marco Regulatório, que ajuda bastante, não é ainda o que a gente imaginava, mas tem um avanço significativo para garantir essa legitimidade e avançar no diálogo da sociedade civil em particular com os gestores públicos. Então na nossa compreensão foram grandes desafios, avançamos nos últimos 10, 20 anos, mas temos ainda barreiras enormes. Uma das principais que estamos acreditando, que estamos dando um passo importante é essa parte da legislação, do Marco Regulatório, que recentemente foi aprovado pelo Congresso e sancionado pela presidente Dilma agora, tem um mês e 20 dias. Marco Regulatório da Organização da Sociedade Civil. A gente acha que a legislação é um passo importante para garantir que o diálogo seja fortalecido (Coordenador do CECOR, entrevista realizada em setembro de 2014).*

Com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que ficou conhecida como “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”, as expectativas dos gestores, oriundos, principalmente das organizações não governamentais, seriam promissoras, na esperança de que houvessem mudanças dos modelos de parcerias entre o Estado e as



entidades do “Terceiro Setor”. Já as avaliações que fazem a respeito do diálogo entre a sociedade civil e o Estado são bastante negativas, conforme as entrevistas, que parecem se apoiar em uma concepção de Estado que dificulta este processo, mas se mantém na crença em Políticas e Planos que, embora não consigam ser implementados, têm certo valor entre os atores.

*Shana. Você falou um pouquinho já sobre a questão do Estado, mas como que você acha que tá acontecendo esse diálogo da sociedade civil com o Estado?*

*Professor. Acho que falta muito, muito, muito ainda pra gente dialogar, pra gente, pra gente... por isso que estamos discutindo aí a Política Nacional de Participação Social, estamos nessa luta pra gente entender que é porque o Estado não pode se sentir como o que dita as políticas e o que faz as políticas quando quiser, sem participação. Eu acredito que, assim, o Estado ainda precisa entender que quem tá lá são os gestores eleitos, são os gestores, ou os legisladores, executores eleitos pela sociedade, pela população e que precisa estar o tempo todo interagindo, dialogando com a sociedade. O Estado eu acho que ainda não entendeu. Eu vejo dificuldades homéricas nos municípios, eu vejo que a Câmara, as Câmaras de vereadores são distantes da sociedade e é Estado. Eu vejo que os prefeitos e as prefeitas são muito distantes da população e são Estado. Mas não querem descer pra escutar, tipo orçamento participativo, as leis orçamentarias anual, as...os planos de reforma agrária, os planos de convivência com o semiárido, as próprias políticas públicas que já existem, os programas de aquisição de alimentos, programa de, de alimentação escolar... esses são políticas públicas que o Estado deveria implantá-las e não pode implantar sem ter o diálogo, a relação de confiança, construída na confiança com a sociedade civil. (...) Então há muito conflito de interesse ainda. Muito conflito de interesse. Enquanto a gente, por exemplo, discute a revitalização do Rio São Francisco é... há uma preocupação muito maior com as bacias hidrográficas, então as, as... se pauta a transposição pra levar água pras grandes fazendas, pessoas já usando as áreas dos canais, especulando e plantando com veneno, então... (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

É neste contexto que podemos indicar que o espaço do Estado continua representando um espaço de cooptação (mesmo que desejado); espaço onde a *confluência perversa* se legitima, modificando o formato do projeto. Ela pode se desenvolver também na esfera da sociedade civil, mas vai ser no Estado que ela vai encontrar legitimação, reconhecimento enquanto Estado, poder de enunciação.

*Eu acho que tá meio misturado, tá meio misturado, mas eu acho que assim, o Estado, de acordo com seus interesses, ainda quer meio, um pouco que agradar Deus e o Diabo ao mesmo tempo. Então assim, ao mesmo tempo, que fala da convivência com o semiárido ainda mantém, é... ações que não condizem mais com a convivência com o semiárido, então isso não é pautado. A minha preocupação maior é que isso não é discutido. É que isso não tá sendo discutido. Como é um Estado que a sociedade civil, pelo menos no âmbito da ASA, apoia, é um governo que se apoia, isso não está sendo discutido (Gerente do Programa P1MC, entre os anos 2003-2009, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, entrevista realizada em novembro de 2014).*

Observa-se que o que está em jogo vai além do paradigma da convivência com o semiárido ao trazer a história dos movimentos sociais e sindicais da região para o terreno da

perversidade dessa confluência. Com a centralidade do Partido dos Trabalhadores no processo de consolidação do paradigma da convivência com o semiárido, há uma notória relativização do poder de contestação e reivindicação e é nesse sentido que o diálogo se torna perverso e contraditório.

Nesse sentido, a concepção de uma visão ampliada da política, que incluía a sociedade civil como uma arena política legítima e enfatizava a cidadania como processo de constituição de sujeitos políticos legítimos (DAGNINO, 2004b), combinava-se ao projeto político democrático vigente e com um projeto de Estado requerido pelos atores e autores do paradigma da convivência: *não se quer um Estado mínimo, nem tampouco “forte” e autoritário; mas um Estado presente em todas as áreas e atuante em todos os campos* (DINIZ, 2007, p. 212).

O que se torna intrigante nessa reflexão é o discernimento de uma distinção metodológica e uma distinção orgânica, conforme Gramsci (2007). Para nós, metodologicamente essa distinção serviu para recuperar as formas apropriadas pelas instituições. Agora se sua organicidade entre a sociedade civil e política no interior do Estado é verdadeira, ela ainda constitui um desafio, se quisermos que ela se baseie na vontade política, que ela sirva para construir no invólucro da sociedade política uma sociedade civil capaz de se autogovernar.

*A afirmação de que o Estado se identifica com os indivíduos (com os indivíduos de um grupo social), como elemento de cultura ativa (isto é, como movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão), deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. Para alguns grupos sociais que, antes da elevação da vida estatal autônoma, não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente (como na sociedade medieval e nos governos absolutistas se tornara possível por causa da existência jurídica dos estamentos ou ordens privilegiadas), um período de estatolatria é necessário e até oportuno: esta “estatolatria” é apenas a forma normal de “vida estatal”, de iniciação, pelo menos, à vida estatal autônoma e à criação de uma “sociedade civil” que não foi possível historicamente criar antes da elevação à vida estatal independente. Todavia, tal “estatolatria” não deve ser abandonada a si mesma, não deve, especialmente, tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como “perpétua”: deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, em que a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja “estatal” ainda que não se deva ao “governo dos funcionários” (fazer com que a vida estatal se torne “espontânea”) (GRAMSCI, 2007, p. 279-280).*

Em uma avaliação mais ingênua poderíamos dizer que o experimentalismo institucional apontado por Diniz (2007) explica este movimento, através de um processo constante de aprendizado desta relação, entre o Estado e a sociedade civil. Mas o fato é que a convivência com o semiárido vai além das iniciativas da ASA e das ONGs, perpassando

espaços consagrados de participação e espaços estatais: a exemplo dos espaços públicos dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e da Secretaria de Agricultura Familiar do município. Nestes espaços, a forma de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido é capaz de materializar um significado político específico para o paradigma. Do caráter polissêmico da política vivida no município de Serra Talhada a esfera da política (*polity*) em que se opera o diálogo entre a sociedade civil e o Estado, parece ser a menos valorizada enquanto capital. Ela mesma parece funcionar como ferramenta discursiva para que as outras esferas possam ser mobilizadas, a competição pela obtenção de cargos políticos e o debate partidário (*politics*), e o acesso aos programas e políticas públicas (*policies*) (MULLER; SUREL, 2004).

Nesse sentido os espaços públicos “não estatais” que têm no Conselho um trunfo consolidado de participação da sociedade civil, parecem funcionar, em alguns casos, como ferramenta da ação do governo municipal, na relação de parceria com a Secretaria da Agricultura Familiar e mediação do Plano Municipal. Se olharmos para a história do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Serra Talhada vamos encontrar vários casos em que o presidente se tornou candidato a vereador, ou até mesmo prefeito, como o caso do atual. Com um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido em mãos estaria consolidada uma forma de prestígio para o Estado. Aqui a “estatolatria” mencionada por Gramsci (2007) parece implicar uma vontade política de um lugar no Estado, seja no trânsito-institucional movimento-Estado, seja na conquista de políticas públicas, programas e planos voltados para um projeto político específico de modernização e desenvolvimento; mediados, particularmente, pelo Partido dos Trabalhadores.

Na prática, uma concepção gramsciana que discute os vários níveis de consciência política coletiva e organização de grupos sociais é importante para que a qualidade da participação da sociedade civil seja sempre buscada, e repensada, mas também deve ser analisada por lentes epistemológicas questionadoras, preparadas para fazer ciência das lutas das classificações, pelo monopólio da violência simbólica legítima (BOURDIEU, 2011b).

Se os espaços públicos, representantes legítimos da conquista política da sociedade civil, estão sendo utilizados como espaços de participação controlada e negociação de políticas e programas, vale questionar a derrocada dessa espécie de crença política, em que as posições ocupadas no campo político constituem a demanda dos agentes para a conquista de capital político e sua institucionalização, com a garantia de acumulação de outros tipos de capitais, de acordo com Bourdieu (2011a,b).

A trajetória dos movimentos sociais e sindicais da região de Serra talhada foi responsável por construir um paradigma capaz de mudar uma concepção da seca como obra de Deus e trazer uma nova forma de pensar e agir no semiárido, capaz de melhorar as condições de vida e promover a cidadania. No entanto ela parece passar por um estado de dormência, aceitação e acomodação, ante uma estatolatria que discursa participação e democracia. Fixar o agricultor no campo passa a ser a retórica consensual do movimento sindical, das ONGs e do “Estado”, passando a ser mobilizada nas políticas públicas enquanto base temática de confluência de interesses; mas é causa da perversidade entre dois projetos políticos aparentemente distintos: as velhas práticas de combate à seca e o novo paradigma da convivência com o semiárido. Fixar o agricultor no campo parece agora significar a garantia de voto daquele partido comprometido com o agricultor do campo.

A reflexão feita no curso da tese termina questionando a efetividade de uma crença política reduzida à conquista de uma posição no campo político, podendo essa significar uma transição automática das demandas da sociedade, representando certo nível de participação democrática. A crença em um Plano de Convivência com o semiárido pode significar um capital político valioso na projeção de prestígio. Mas também possibilita inferir que o sistema democrático vigente ainda compreende um desafio, cada vez mais demandado e menos questionado, seja pelos gestores, ou pelos pesquisadores, na intenção de fazer política através das pesquisas.

Desta forma, o significado político da convivência com o semiárido parece representar um esforço de mobilização e justificação das ações do Estado e da própria sociedade civil, desenvolvido em uma relação tensa e perversa, dotada de intencionalidades políticas capazes de reconfigurar uma concepção do Estado como agente fundamental de transformação social. Disposto a assumir funções de regulação e de intervenção na construção de um novo projeto de desenvolvimento apoiado por uma legitimidade popular inquestionável, de acordo com Dagnino e Teixeira (2014), ele se torna espaço oficial para materialização de um discurso da sociedade civil. Até aqui o próprio conceito (novo) da sociedade civil sofre deslocamento, diante de uma parceria com o Estado capaz de gerar acomodação e aceitação da sociedade civil, no distanciamento do seu caráter histórico de reivindicação. Ela se torna discurso de muitas políticas públicas do Estado mantendo um caráter de oposição a um Estado específico, que na nossa história se reduz aos governos militar e neoliberal; mas se desenvolve em uma relação de parceria com ele, no nosso Estado democrático e participativo.

A obscuridade com que o papel da sociedade civil se desenvolve nos dias atuais parece significar a permanência de heranças do projeto neoliberal, ante a reconfiguração de velhas

práticas de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, na confluência com um projeto democrático que traz a participação como objeto de controle do próprio Estado. Dessa maneira a manutenção de políticas de combate à seca vai continuar sendo mobilizada, enquanto o Estado não for capaz de abdicar do seu monopólio de poder para tomar decisões e compartilhá-la com a sociedade.

## CAPÍTULO V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a temática da *convivência com o semiárido* no município de Serra Talhada seria uma oportunidade para aliar conhecimentos precedentes, de origem das Ciências Naturais – minha formação de Engenheira Florestal -, com o conhecimento experimentado nas Ciências Sociais pela teoria. Pré-noções e ilusões de um saber imediato compreendiam o nosso conhecimento sobre a convivência, enquanto paradigma capaz de trabalhar o desenvolvimento sustentável no semiárido e melhorar a qualidade de vida dos povos e agricultores que vivem no bioma caatinga. A referência era:

*Pode-se, portanto, definir a convivência com o semiárido como sendo:*

*Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais (SILVA, 2006, p. 272).*

*Considera-se que é essa orientação de um novo paradigma civilizatório, articulando as diversas dimensões de intervenção na realidade:*

- *Social – A base da superação da pobreza é o acesso a bens e serviços públicos fundamentais (educação, saúde, moradia, saneamento, assistência social e previdenciária, lazer, etc), como direitos de cidadania. Significa também empreender mudanças nas atuais relações de dominação sociais, étnicas, de gênero e de geração.*
- *Cultural – a convivência cultural está relacionada à forma de conceber, compreender, difundir e inovar a realidade. Valoriza a reconstrução dos saberes locais como forma de convivência. O caminho é a educação contextualizada, ou seja, a contextualização dos processos de ensino-aprendizagem à realidade local.*
- *Econômica – prioridade à geração de trabalho e renda através de alternativas de produção apropriadas às condições edafoclimáticas do semiárido. Além de sustentáveis, as iniciativas de produção e distribuição das riquezas devem ser incluídas, com a democratização do acesso aos meios necessários à produção.*
- *Ambiental – implica a recuperação e conservação dos ecossistemas presentes no Semiárido. As tecnologias e práticas de manejo de recursos naturais devem ser apropriadas, considerando as potencialidades e fragilidades ambientais.*
- *Política – A convivência com o semiárido requer o fortalecimento da sociedade civil e a participação cidadã na formulação e conquista de políticas públicas apropriadas, rompendo com o clientelismo e a manipulação eleitoral da miséria (SILVA, 2007, p. 477-478).*

Pierre Bourdieu já alertava sobre os perigos das pré-noções; mas como ponto de partida elas seriam importantes para desenvolver certo tipo de raciocínio e olhar a realidade construída a partir de processos discursivos de forma questionadora (BOURDIEU et al., 1999). Começamos então a busca de informações junto aos agricultores que pudessem subsidiar as análises como forma de aproximação com o campo; selecionamos algumas lideranças comunitárias para iniciar os trabalhos. Nessa fase exploratória compreendemos que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada eram mediadores importantes para as comunidades

rurais, uma vez que a formação de associações era uma etapa imprescindível para o acesso aos recursos – a convivência com o semiárido estava muito relacionada às políticas públicas vigentes.

Observar as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) – e ainda assistir a posse da sua Diretoria foi um choque de alerta, um despertar a cerca do desafio que estaria enfrentando; um processo de ruptura com opiniões primeiras e julgamentos que fez desenvolver uma série de perguntas que precisávamos construir, em que as temáticas sobre participação e democracia estavam pulsantes no pensar sobre o objeto de estudo, em meio a um período eleitoral significativo para o município, em que o Partido dos Trabalhadores chegava ao poder, liderado por uma figura que foi importante enquanto Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Serra Talhada.

Aqui a convivência com o semiárido em si, como temática importante para o município e enquanto referência teórica para a tese, ainda estava em estado de latência; uma seca intensa ocupava a pauta dos jornais e o tensionamento das políticas consideradas pela literatura como de combate à seca: o caso da dependência dos carros-pipa é exemplar dessa realidade. A convivência podia ser apreendida em conversas com membros da diretoria do Sindicato, com agricultores da Feira Agroecológica (FAST) do município, ou com técnicos das ONGs de referência<sup>142</sup>, entretanto enquanto objeto de estudo que tinha o município de Serra Talhada como campo empírico, ainda constituía uma *ciência em vias de se fazer*, conforme Bourdieu et al. (1999) nos ensina.

Com mais uma seca que até o momento ainda não teve fim e a promessa de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, legitimado pela “Conferência Municipal da Agricultura Familiar: Construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, em 2014, a convivência com o semiárido começava a ser apropriada pelo Estado e a perpassar os espaços da Secretaria da Agricultura Familiar de Serra Talhada, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do CMDRS.

Assim o campo empírico da tese começava a ser desnudado para a construção de um objeto que não se conhecia, não estava formulado *a priori* e somente o desenvolvimento da pesquisa faria emergir, um protagonismo da sociedade civil presente no discurso do paradigma da convivência com o semiárido, que transita entre o engajamento político dessa mesma sociedade e a sua incorporação pelo Estado. A nossa pretensão foi problematizar este discurso, com a hipótese de que a *convivência com o semiárido* no município de Serra

---

<sup>142</sup> O município de Serra Talhada e de Triunfo eram representativos no que concerne o papel das ONGs voltadas para a questão da convivência com o semiárido e da agroecologia, com destaque para o CECOR e o Centro Sabiá.

Talhada se reproduzia em uma confluência perversa com o Estado, mantendo práticas que pareciam continuar mobilizando relações sociais, políticas e institucionais próprias de combate à seca, revestidas por um projeto político democrático e participativo em que o Estado se tornava lugar de interesse comum. Por um desinteresse constitutivo do campo a tudo que vem do Estado enraizado frente às políticas de combate à seca, o discurso da convivência consegue obscurecer o desejo em dominar o espaço do Estado, que coloca em tese a própria noção de Estado, a propósito de um Estado mascarado pelo protagonismo da sociedade civil capaz de fazer crer na sua existência, tornando perverso o interesse tácito em uma distinção ou confluência com a sociedade civil.

As perguntas começaram a ter coerência e as evidências, manifestadas pelas entrevistas com os gestores<sup>143</sup>, começaram a dar sentido a nossa hipótese. São elas: Se tratamos de um campo marcado por um histórico caracterizado pelo clientelismo, evidente na literatura da convivência, até que ponto a adesão a um paradigma civilizatório vai ser capaz de romper com esta lógica, se na prática seu modelo de modernização social e institucional de âmbito político reproduz as mesmas lógicas controladoras no processo de mediação com os agricultores? Quais fundamentos irão mobilizar o discurso da convivência com o semiárido no município de Serra Talhada, se na prática ele parece contribuir para a invisibilidade da disputa entre os atores? Como sustentar a crença no protagonismo mobilizador e crítico da sociedade civil perante o Estado, se esta mesma sociedade civil é capaz de camuflar intenções modernizadoras, contribuindo para a invisibilidade os atores? Teria o paradigma da convivência certa continuidade ao paradigma de combate à seca, apesar de estar baseado em um esforço de distanciamento e contraposição a seu histórico clientelista e assistencialista? Como pensar um movimento democrático e participativo em uma situação marcada por traços do mandonismo e patrimonialismo, sobreviventes na política e cultura locais? Como pensar em um Estado ampliado no contexto da convivência com o semiárido, em que a distinção entre a sociedade civil e o Estado não seja mais suficiente, se ainda atravessa uma confluência perversa entre atores e discursos?

Precisávamos compreender como o discurso da convivência estava sendo traduzido e quem eram os atores envolvidos, atores que ora pareciam se opor às ações do Estado e ora eram cúmplices de um Estado ampliado, de controle democrático, em que a sociedade civil se fazia presente (DINIZ, 2007). Assim precisávamos entrevistar tanto ONGs, em que a temática da convivência com o semiárido já compreendia seus interesses, a exemplo do CECOR e do

---

<sup>143</sup> As entrevistas com os gestores compreenderam uma fase essencial para a nossa pesquisa, tanto para deixar coerente o nosso campo empírico, como para compreender como cada ator se apropria da temática da convivência com o semiárido, influenciando práticas ou discursos, e justificando as ações de suas instituições.



Centro Sabiá; os espaços públicos de discussão e participação da sociedade civil, com destaque para o Conselho Municipal (CMDRS) e o Sindicato (STR) de Serra Talhada; e o Estado, com destaque para a Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada e o próprio Prefeito do município. Precisávamos compreender o conceito de Estado que estava sendo apreendido pela sociedade civil, para podermos utilizá-lo enquanto distinção metodológica que percorreu toda a nossa tese e serviu para chegarmos ao foco central do objeto de estudo, aprofundar os processos pelos quais “*dois lados*” – o Estado e a sociedade civil - reivindicam o protagonismo de um paradigma capaz de invisibilizar atores e disputas em torno de um lugar legitimado no interior do próprio Estado.

Em que pesem os esforços da literatura da convivência evidenciados em diversos trabalhos acadêmicos, o diálogo entre Estado e sociedade civil parecia configurar um caminho obscuro, que se impunha em um campo empírico, explicitando a pertinência da distinção entre eles, na prática de uma convivência gestada pelo próprio Estado que tinha como interesse o próprio diálogo com a sociedade civil.

Com a construção do Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no município de Serra Talhada, em 2014, nosso olhar se direciona para uma arena que se pretendia participativa, mas na prática pareceu funcionar para apresentar e justificar as propostas do próprio Estado, fazendo com que as ações da Secretaria da Agricultura Familiar do município fossem materializadas, de modo automático, enquanto ações da *convivência com o semiárido*.

Tínhamos em mãos este movimento mágico de transformar todas as ações da Secretaria em ações de convivência com o semiárido. Restava agora entender o que estava por trás deste discurso, pautado em uma história do movimento sindical que teve como referência a Igreja Católica, representada pela Diocese de Afogados da Ingazeira, formando lideranças políticas, organizando sindicatos e construindo organizações não governamentais. Embora o Bispo de Afogados da Ingazeira tenha recusado certa responsabilidade da Diocese no surgimento do conceito da convivência, o papel que ela desenvolveu, tanto para o processo de sindicalização rural do município de Serra Talhada, como para a formação de uma das principais ONGs atuantes no município, o CECOR, foi fundamental enquanto mediação capaz de *fazer crer* às ações de convivência como alternativa às políticas de combate à seca de um Estado ditatorial.

Neste espaço cristão nasciam lideranças políticas importantes para o município de Serra Talhada, que traçaram trajetórias políticas significativas, chegando à Assembleia Legislativa Estadual, a exemplo do Deputado Manoel Santos. Não foi difícil perceber o constante trânsito institucional movimento-Estado que perfazia o arranjo institucional que

envolvia a nossa tese, e teve no alcance político do Partido dos Trabalhadores<sup>144</sup> na gestão municipal, a partir de 2012, um marco legitimador para a mobilização da convivência com o semiárido em Serra Talhada (SILVA; OLIVEIRA, 2011). No entanto, mais do que permeabilizar as ações do Estado para com as temáticas da sociedade civil, a convivência com o semiárido seria mobilizada em uma valorização discursiva de uma trajetória do movimento sindical consolidada no município de Serra, que teve como referência o Partido dos Trabalhadores, encampada pelos ideários da Igreja Católica.

Nesta fase da tese, o campo empírico e os argumentos teóricos fizeram emergir novas conexões entre os elementos, de acordo com Bourdieu et al. (1999), pressupondo a ruptura com uma leitura superficial do real e quebrando relações mais aparentes e familiares. A literatura de Bourdieu foi fundamental neste processo, contribuindo para uma leitura sobre as lutas das classificações, que começavam a ser problematizadas (BOURDIEU, 2011b).

A imersão no universo das ONGs<sup>145</sup> nos conduziu ao Fórum Seca (1989 e 1997); requerendo o envolvimento de outros personagens para o nosso campo empírico e mostrando outras evidências: o esforço de uma articulação de âmbito estadual capaz de mediar a força da mobilização da sociedade civil organizada, com destaque para as organizações consolidadas no período, como o Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro - com os processos de sindicalização rural na direção do Estado. Para nosso deleite, além de envolver eventos fundamentais destacados na literatura da convivência, a exemplo da ocupação da SUDENE e do Fórum Nordeste, o Fórum Seca nos mostrou a centralidade do município de Serra Talhada, no contexto de uma disputa política partidária entre atores políticos como Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello (ambos ex-Presidentes da República).

O Fórum Seca significou o começo de uma discussão de base científica e militante que daria sustentação ao que se tem hoje conceituado como paradigma de convivência com o semiárido, confluindo interesses e conceitos - tanto do Estado como da sociedade civil - para um lugar específico, um Estado democrático e participativo em que o Partido dos Trabalhadores fosse representativo. Neste espaço pudemos encontrar as evidências que sustentaram a nossa tese, de que *convivência com o semiárido* em Serra Talhada se constituiu em uma confluência perversa que vai além do “Programa de Formação e Mobilização Social

---

<sup>144</sup> O trânsito institucional movimento – Estado que marca a trajetória dos Partidos dos Trabalhadores no esforço de imputar temáticas mobilizadas pela sociedade civil no Estado já tinha como referência para o paradigma da convivência com o semiárido o Deputado Estadual Manoel Santos.

<sup>145</sup> A entrevista com a coordenadora local do Centro Sabiá apontou a importância do Fórum Seca enquanto espaço de discussão sobre a problemática do *combate à seca*, representando as bases conceituais da convivência com o semiárido. Neste espaço surge mais um personagem importante para o nosso campo empírico; enquanto coordenador do Fórum Seca e sócio fundador do Centro Sabiá ele nos ajudou a compreender como se desenvolveram as discussões do conceito da convivência em meio a uma disputa política, que tinha como referência o Partido dos Trabalhadores.

para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas PIMC”, vai além das iniciativas da ASA, e passa por uma conjuntura política que marca a história do movimento sindical do município, assim como a trajetória do Partido dos Trabalhadores no Estado de Pernambuco enquanto representação de algumas lideranças políticas importantes para o município e para a microrregião do Pajeú.

Assim, a *confluência perversa* da convivência com o semiárido se desenvolve no município de Serra Talhada em pelo menos cinco aspectos que concluem esta tese:

- 1) Confluindo interesses tanto do Estado quanto da sociedade civil para a mobilização de um discurso da convivência com o semiárido que parece manter velhas práticas de combate à seca – se a tese de Silva (2007)<sup>146</sup> for consentida -, reduzindo a convivência para um viés técnico, a exemplo das tecnologias de acesso à água e construção de açudes e barragens, e modernizado, a exemplo do interesse do Estado em práticas produtivas direcionadas para as cadeias produtivas<sup>147</sup> da caprinovinocultura, da bovinocultura e da piscicultura, e da produção de algodão e uva direcionada para a exportação e produtividade em benefício de algumas comunidades específicas;
- 2) Aproveitando-se de um histórico baseado na luta do movimento sindical frente a um Estado ditatorial, a perversidade se mostra a partir do momento em que um caráter de enfrentamento e reivindicação parece ser ocultado para um movimento de aceitação e acomodação a um Estado específico, representado pelo Partido dos Trabalhadores;
- 3) Transformando as ONGs em meras executoras de um projeto do Estado, em um processo em que a demanda da sociedade civil se torna secundarizada de uma demanda do próprio Estado e de toda a lógica burocrática do serviço público;
- 4) Em um movimento em que o *clientelismo e a manipulação eleitoral da miséria* que a convivência pretendia romper, de acordo com Silva (2007), parece ser acionado em uma disputa política partidária disposta a desmistificar o problema da seca e fixar o agricultor no semiárido, corroborando com uma opção ideológica católica direcionada para os pobres do semiárido: os novos crentes da convivência com o Estado;
- 5) Por fim, a confluência perversa da convivência com o semiárido parece se desenvolver na mobilização de um capital político que recorre a um esforço discursivo do capital social para um significado político polissêmico, permeável a uma disputa partidária

<sup>146</sup> A hipótese de Roberto Marinho da Silva é embasada na relação entre o paradigma da convivência com os pressupostos da sustentabilidade e entre o paradigma de combate à seca com os esforços de modernização econômica do semiárido.

<sup>147</sup> No Documento da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) endereçado à Presidente Dilma Rousseff em 2012 sobre o “atual” momento da seca no semiárido, a ASA aponta a necessidade de distanciamento das linhas de crédito voltadas para as cadeias produtivas: *o crédito, por sua vez, precisa ser cada vez mais adequado à convivência com o semiárido e dimensão agroecológica, fugindo da linha hoje predominante de cadeias produtivas* (ASA, 2012, p. 07).

que se expressa no exercício da governamentalidade de uma racionalidade política modernizada que tange os espaços públicos atuais de participação da sociedade civil; e desemboca no interesse do próprio Estado em um projeto político de modernização e desenvolvimento.

No nosso espaço social do município de Serra Talhada e quiçá do Pajeú Pernambucano o significado político da convivência se desenrola em um fazer política que embora tenha seu avanço na abertura do Estado para com as demandas da sociedade civil – a convivência com o semiárido acionada pelo Estado é apenas um dos exemplos – entra em um jogo de disputa partidária, que mobiliza uma cultura de fazer planos em que o interesse na sua própria implementação se torna secundarizado. Aqui, o significado político enfatizado por Diniz (2007) baseado em um experimentalismo institucional capaz de manter a autonomia da sociedade civil é discutido, em torno de um projeto político de modernização em que o caráter da política (*polity*) conquistada pelo movimento da convivência no diálogo com o Estado se reduz ao debate partidário (*politics*) e ao acesso mecanizado aos programas e políticas públicas (*policies*) (MULLER; SUREL, 2004).

Menos do que representar o desenvolvimento do capital social demandado pelo P1MC, que vai além das tecnologias de acesso à água, na pretensão de promover uma mudança cultural e o desenvolvimento endógeno das comunidades, de acordo com Passador e Passador (2010); a convivência com o semiárido vai proporcionar o desenvolvimento de um capital político, que parece se utilizar discursivamente de uma vontade política baseada no protagonismo de uma sociedade civil organizada para legitimar as ações do poder público vigente, em torno de um projeto de desenvolvimento.

O Estado então passa a se constituir o lugar oficial para a legitimação do paradigma da convivência com o semiárido. Apoiado pela crença de que um Plano Municipal revestirá de significado prático o discurso, o Estado passa a representar um campo político fiduciário, que se revela na sua capacidade de invocar um ideal coletivo capaz de fazer crer e reconhecer uma moral coletiva de um determinado público, os agricultores familiares, agora organizados e representados por uma sociedade civil capaz de conciliar um grupo heterogêneo com uma imagem oficial do grupo, em oposição a um governo específico e a uma visão de mundo específica, em que a seca não podia mais ser compreendida como castigo de Deus (BOURDIEU, 2014).

O paradigma que pretendia superar as políticas de combate à seca do Estado, denunciando formas de aproveitamento político e exploração dos agricultores, agora se tornara um projeto político de modernização e desenvolvimento voltado para os pobres do

campo, apropriado pelo Partido dos Trabalhadores que abraçava uma opção consagrada pela Igreja. Manter o agricultor no campo significa agora transformar este agricultor pobre da zona rural e passa a ser estratégia tanto das ONGs como do Estado para a formação de um novo sujeito coletivo, dotado de vontade política se ela significar um diálogo com um Estado ampliado específico e executado pelas ONGs.

As ONGs se tornam parceiras do Estado, dotadas de conhecimento e propriedade sobre tecnologias e discursos que compreendem um “*nohall*” apropriado para e pelo Estado, tornando-se peças estatais executoras de projetos políticos – amarradas em editais e chamadas públicas - e pela manutenção de uma trajetória associada aos movimentos sociais que parece funcionar como ferramenta discursiva, na medida em que a dependência do Estado se torna cada vez mais significativa, caracterizada pela confecção de planos de intervenção, por acessar políticas ou exercer algum cargo na estrutura do governo em diferentes escalas.

É esta fundamentação que vai conquistar novos crentes no paradigma da convivência em detrimento do desinteresse pelo Estado, marcado por governos militares, autoritários e neoliberais. Torna-se evidente o interesse no Estado, agora representado pelo Partido dos Trabalhadores, o qual colocaria em cena uma nova sociedade civil, uma sociedade civil estatal e partidária disposta a desmistificar o problema da seca no Nordeste. E passa agora a existir para levar a questão da seca como um movimento político, acionado entre as suas diferentes esferas (*polity, politics e policies*) em uma disputa política partidária aspirante de um lugar no Estado, onde a ideia do público como oficial se faz presente, em contradição à valorização de um discurso não estatal, ou não governamental. Esta circunstância que consideramos ser uma chave analítica importante para compreender os termos da distinção ou ampliação entre a sociedade civil e o Estado no âmbito do discurso da convivência; demonstrando a *perversidade* com que os deslocamentos de sentido vêm sendo apropriados, capaz de reproduzir formas de combate à seca como discurso de convivência com o semiárido, alertada pela ASA:

*Outras secas virão. A história continuará cobrando. Podemos passar para ela como cidadãos ou vilões. Este o nosso dilema. Não podemos permitir, em hipótese nenhuma, que a seca que se apresenta e agudiza, seja oportunidade ou justificativa para que deixemos de lado a linha estruturante de convivência com o semiárido, que reconhece nos agricultores os sujeitos de suas próprias histórias e de suas mudanças, e enveredemos pelo assistencialismo barato, destruturador das pessoas e grupos, embora fácil de realizar (p. 07).*

*Cientes do forte papel das organizações sociais sem as quais as mudanças e as grandes conquistas não se efetuam, conclamamos todos os movimentos e organizações sociais do Semiárido Brasileiro para fiscalizar e denunciar candidatos/as que fizerem uso eleitoreiro de carros pipa ou quaisquer outros benefícios que as famílias tenham direito de acessar. Conclama também os poderes públicos a que, deixando de lado a burocracia asfixiante que impede o Governo de agir com rapidez e eficiência, possa estar a serviço dos que sofrem,*

*velando para que os recursos sejam bem aplicados e, em nenhuma hipótese, possam ser eleitoreiramente utilizados, ressuscitando práticas hediondas que povoam a nossa história.*

*Conclama todos os cidadãos a que, olhando criticamente o fenômeno da seca, nele não localizem miseráveis, incapazes, esmoleres e recebedores de nossa compaixão e doação do supérfluo, mas cidadãos que sempre tiveram seus direitos negados durante séculos e que, não obstante, lutaram e estão conseguindo implantar no Semiárido a política da convivência, que faz desta seca uma seca diferente.*

*O Semiárido não precisa de bondade. Precisa de justiça, solidariedade e de que os direitos de seus filhos e filhas sejam respeitados.*

*Deste modo, o que o Semiárido quer é a continuidade e aprofundamento da política de convivência com o Semiárido e de que seja cada vez mais afastada e erradicada a política de combate à seca.*

*Semiárido Brasileiro, maio de 2012.*

*Coordenação Executiva da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) (ASA, 2012, p. 08).*

O desfecho das nossas considerações desembocam na construção de um Plano Municipal de Convivência com o Semiárido no município de Serra Talhada; face mais visível da *confluência perversa* enfatizada por esta tese. Na arena municipal o paradigma da convivência imprime a possibilidade de justificar as ações da Prefeitura na sua relação com a sociedade civil, fazendo com que a convivência com o semiárido seja trabalhada em uma relação tensa e perversa, dotada de intencionalidades políticas capazes de reconfigurar uma concepção do Estado como agente fundamental de transformação social, se ele for representado pelo Partido dos Trabalhadores. Disposto a assumir as suas funções de regulação e de intervenção de um novo projeto de desenvolvimento apoiado pela legitimidade popular dos movimentos sociais, ele se torna espaço oficial para materialização do discurso da sociedade civil (DAGNINO; TEIXEIRA, 2014).

A obscuridade com que esta nova sociedade civil se movimenta nos dias atuais parece significar a permanência de heranças que vão contradizer os próprios fundamentos do discurso da convivência, com a permanência de velhas práticas de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil típicas do projeto neoliberal, do clientelismo e oportunismo político das políticas de combate à seca, quando um Estado forte e autoritário se fazia presente. A participação aqui se dá como objeto de negociação do próprio Estado em que a seca passa a ser um meio de convivência política, traduzida por relações de poder e dependência, camufladas pelo fortalecimento das organizações (associações, cooperativas e as próprias ONGs), dificultando a percepção de quais são os lados que estão em disputa e a forma com que os discursos estão sendo reproduzidos.

Este é o “novo” semiárido que estamos buscando, povoado por novos agricultores dotados de vontade política. De velho temos a capilarização das velhas estruturas de Estado, que se reveste de um viés democrático e participativo ainda incipiente, cada vez mais demandado e menos questionado, seja pelos gestores, ou pelos pesquisadores, os quais e em

certos casos, com intenção de se capitalizar através das pesquisas. Por fim, é oportuno, embora precipitado afirmar que enquanto o Estado não for capaz de abdicar do seu poder monopolizador de tomar decisões e compartilhar com interesses com uma sociedade extratificada, portanto com interesses diversos e distintos, esta confluência perversa deve ser questionada. Observa-se que uma *estatolatria* se desenvolve sob as rédeas de um Estado participativo, em que a *transformação para a liberdade* se torna cada vez mais distante na busca incessante de um paradigma impregnado por um fazer político polissêmico.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.121-140, 2001.
- ABREU E LIMA. M. do S. de. **Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987**. 2003. 260 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- AB’SABER, A. Floram: Nordeste Seco. **Estudos Avançados**, v. 4, n. 9, 1990. p. 149 - 174.
- \_\_\_\_\_. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê Editorial, 2003. 159 p.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 376 p.
- ALMEIDA, J. Tecnologias agrícolas “alternativas”: nascimento de um novo paradigma?. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 116-131, 1998.
- AMORIM, J. B. B. de.; PIRES, M. L. L. e S. Associativismo em rede e desenvolvimento local: o programa um milhão de cisternas no município alagoano de Olho D’Água do Casado. **Raízes**, v.30, n.2, p. 100-110, 2010.
- ANDRADE, F. L.; QUEIROZ, P. V. M. Articulação no semiárido brasileiro – ASA e o seu programa de formação e mobilização e para convivência com o semiárido: a influência da ASA na construção de políticas públicas. In: KÜSTER, A.; MARTI, J. F. (Orgs.) **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. p. 26-53.
- ARAÚJO, G. J. F. de; SILVA, M. M. da. Crescimento econômico no semiárido brasileiro: o caso do polo frutícola Petrolina/Juazeiro. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 46, jun. 2013, p. 246 – 264.
- ARAÚJO, T. B. de. Economia regional: a promoção do desenvolvimento das forças produtivas no nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n.4, p. 451-468, out./dez., 1997a.
- \_\_\_\_\_. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000, 2. ed., outubro de 2012. 392p.
- ARAÚJO, T. B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Dossiê Nordeste. **Estudos Avançados**, v. 11, n.29, 1997b.



ASA. Diretrizes para a convivência com o semiárido: uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas. 2013. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_NOTICIA=7707&WORDKEY=dirtrizes](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7707&WORDKEY=dirtrizes). Acesso em: 23 ago. 2013.

ASSIS, T. R. de P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa um milhão de cisternas rurais (P1MC). **Revista Políticas Públicas**, v. 16, n. 1, p. 179-189, 2012.

ARRETCHE, M. T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C.R. M.; CARVALHO, M. do. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001, p. 43-55.

BORDALO, C. A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco**. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008. 219 p.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 234 p.

\_\_\_\_\_. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, janeiro-julho, 2011a, p. 193-216.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b. 322 p.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11.ed. Campinas: Papirus, 2011c. 224 p.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado**. 1. Ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, O. R. Educação e convivência com o semiárido: uma introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semiárido brasileiro. In: KUSTER, A; MATTOS, B. H. O. de M. (Orgs.) **Educação no contexto do semiárido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 25- 44.

BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. Lei nº 14.922, de 18 de março de 2013. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14922&complemento=0&ano=2013&tipo=>. Acesso em: setembro de 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS. Resolução nº 23 de 28 de novembro de 2001. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, 2002a.

\_\_\_\_\_. Conviver. Programa de Desenvolvimento Integrado/ e Sustentável do Semiárido. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais, 2009. 36 p.

\_\_\_\_\_. Agenda Estadual do Estado de Pernambuco. Fórum estadual da Agenda 21 de Pernambuco. 6 de agosto de 2002b. 172p.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/)

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=261390&idtema=16&search=pernambucol Serra-talhadalsintese-das-informacoes>.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=261390&idtema=1&search=pernambucol Serra-talhadalcentso-demografico-2010:-sinopse->

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Acesso em outubro de 2013 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm)

\_\_\_\_\_. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú. 2011. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio082.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio082.pdf). Acesso em: 10 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o planejamento. Documento de Apoio, n.2. Brasília, MDA, SDT, nov/2005.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008. 272 p.

CAMPOS, N. A. A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do Estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). **Teoria e Pesquisa**, v. 44 e 45, p. 133-166, janeiro a julho, 2004.

CARVALHO, F. F. de. **A extinção da SUDENE – um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil**. 2006. 266 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

- CARVALHO, O. O soerguimento do DNOCS (A propósito do seu I centenário). **Revista Conviver Nordeste Semiárido**, v. I, n. 6, p. 1-68, 2009.
- CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2007. 354 p. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 08).
- CHAMBERS, R.; GUIJT, I. DRP, cinco años después? Donde nos encontramos? Santa Cruz: Universidad Nur, **Forests, Trees and People Newlwtter**, v. 26, n. 27, p. 4-13, 1995.
- CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. **World Development**, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.
- CONDEPE/FIDEM. (2006). Agência Estadual de Planejamento e pesquisa de Pernambuco. Plano Diretor Serra Talhada: Primeiro relatório, Caracterização da situação atual. Recife, ago. 127 p.
- CUNHA, L.H.; PAULINO, J.S. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: Neves, D. P.; GOMES, R.A.; LEAL, P.F. (Orgs.) **Quadros e programas institucionais em políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB, p. 27-58, 2014.
- DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (Ed.). **La cultura em las crisis latino-americanas**, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 195-216, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: \_\_\_\_\_. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-301, 2002.
- \_\_\_\_\_. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de Ciudadania y sociedade civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p.95-110, 2004b.
- \_\_\_\_\_.; TEIXEIRA, A. C. C. The participation of civil society in Lula's government. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, 2014, p. 39-66.
- \_\_\_\_\_. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. (Coleção Ecologia e Cultura). 2000, p. 1-46.
- DINIZ, P. C. O. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”: trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil. Experiências no semiárido**. Tese. 237 p. Programa de Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2007.

DINIZ, P. C. O. ; PIRAUX, M. Agroecologia e convivência com o semiárido: breves notas de uma longa trajetória de diálogo e interfaces. In: LIMA, J. R. T. de. (Org.) **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife: Bagaço, p.147- 168, 2011a.

DINIZ, P. C. O.; PIRAUX, M. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semiárido: trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no semiárido brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 26, n.2, p. 227-238, jul/dez, 2011b.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **OSAL Observatorio Social de América Latina** (año VI nº 19 ene-abr 2006) Buenos Ayres, Argentina, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, P. 329-340, 2006.

DUQUE, G. “Conviver com a seca”: contribuição da articulação do semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 133-140, jan/jun. 2008.

FAVERO, O.; FREITAS, M. A educação de jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Inter-ação**, Goiânia, v.36, n.2, p.365-392, jul./dez. 2011.

FAVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea), 304 p.

FERREIRA, R. V. L. Movimentos sociais e partidos políticos. **Estudos sociedade e agricultura**, v.3, p.166-176, novembro, 1994.

FILHO, C.G.; LOPES, P.R.C. **Subsídios para formulação de um programa de convivência com a seca no semiárido brasileiro**. Petrolina, PE: Embrapa Semiárido, Documentos 171, 2001. 22 p.

FORTUNATO, M. L.; NETO, M. M. De como lembrar o semiárido e esquecer o sertão. **SAECULUM - Revista de História**, João Pessoa, v. 23, jul./dez., 2010.

FÓRUM NORDESTE. Ações permanentes para o desenvolvimento do nordeste/semiárido brasileiro. Propostas da sociedade civil. Recife, 10 a 13 de maio de 1993. (CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura)

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 206 p.

\_\_\_\_\_. **A operação nordeste**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros: Textos Brasileiros de Economia, 1959. 478 p.

\_\_\_\_\_. O nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. v. 4, n. 3, p. 5-14, jul/set. 1984.

- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2007, p. 64-89.
- GALINDO, C. M. **Intervenção rural e autonomia: a experiência da Articulação no Semiárido/ASA em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 142 p.
- GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.54, p. 439-455, set/dez, 2008.
- \_\_\_\_\_. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **SER social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul/dez, 2013.
- \_\_\_\_\_. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 12, p. 20-31, mai/ago, 2004.
- GOMES, R. A. A formação em desenvolvimento territorial: uma estratégia para redução das desigualdades sociais. **Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes**. v. 13, n. 2, p. 234-240, jul/dez. 2007.
- GOMES, R. A.; MENESES, V. F. **As políticas públicas de incentivo a ‘(re)pecuarização’ no semiárido nordestino: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial**. In: Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.
- GONÇALVES JUNIOR, O. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.24, n.47, p.49-68, janeiro-junho, 2011.
- GÖTSCH, E. **O renascer da agricultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996. (Cadernos de T. A.) 24 p.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste. Estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Assessoria Técnica. 2 ed. Recife, 1967. 92p. (BRASIL, Conselho de desenvolvimento)
- JALIL, L. M. **As flores e os frutos da luta. O significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais**. 2013. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Curso de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro.
- KADT, E de. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007 (Coleção Educação para Todos, v. 17). 332 p.

- KHAN, A. S.; CRUZ, J. A. N. da.; SILVA, L. M. R.; LIMA, P. V. P. S. Efeito da seca sobre a produção, a renda e o emprego agrícola na microrregião geográfica de Brejo Santo e no estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, n. 2, p. 242-265, abr/jun. 2005.
- LEAL, I. R.; VICENTE, A.; TABARELLI, M. Herbivoria por caprinos na caatinga da região de Xingó: uma análise preliminar. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. da. (Eds.) **Ecologia e conservação da caatinga**. 2ªed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. P. 695-715.
- LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o funcionamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, p. 645-666, out/dez. 2012.
- LIMA, M. J. de. A. **Ecologia Humana: realidade e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1984. 164 p.
- MACEDO, O. R. B. **A convivência com o semiárido: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA**. 2004. Clxiii p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MAGALHÃES, A. R. Um estudo de desenvolvimento sustentável do nordeste semiárido. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. p. 254-262.
- MALVEZZI, R. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. 140 p. (Pensar Brasil)
- MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos avançados**, v.15, n.43, p. 31-36, 2001.
- MARTINS, R. C. Descrição e prescrição no desenvolvimento rural: o território como espaço social reificado. **Ruris**, v.3, n.1, p. 71-101, março. 2009.
- MARTUSCELLI, D. E. **A crise do governo Collor e a tática o PT**. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- MARTUSCELLI, D. E. O PT e o impeachment de Collor. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, Novembro, 2010, p. 542-568.
- MEDEIROS, L. S. de. **História dos Movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989. 216 p.
- MENEGOZZO, C. H. M. **PARTIDO DOS TRABALHADORES**. Bibliografia comentada. (1978-2002). Fundação Perseu Abramo. Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 2013. 431 p.

- MOURA, J. T.V. de. Os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDRs) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado? **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.9, n.2, p.241-255, 2007.
- MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. 2.ed.Pelotas: EDUCAT, 2004. 156 p.
- NEVES, M. B.; NOBRE, F. V.; FONSECA, J. R.R.; BELCHIOR FILHO, V. (Orgs.). **O produtor rural e o Rio Grande do Norte semiárido: sugestões para conviver melhor com as secas**. Natal: SEBRAE/RN, 2012. 168 p.
- NOBRE, M. Pensando o impeachment. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 34, novembro, 1992, p. 15-19.
- NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 268 p.
- NOVAES, R. R. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 60-81, março/maio, 2001.
- NUNES, A. M. B. **A (Re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)**. 2011. 202 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.
- ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 927 p.
- OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008. 275 p.
- OLIVEIRA, L. C. de. **Da montante à jusante: a água como elemento de conflito em açudes do espaço bacia hidrográfica do Rio Pajeú**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- PACHECO, M. E. L. Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA. E. M. nº 002-2013. Brasília, 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/exposicao-de-motivos/e.m.-no-002-2013>. Acesso em: 23 jul. 2013.
- PAN BRASIL. Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca PAN BRASIL. Edição Comemorativa dos 10 anos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – CCD. Agosto, 2004. 220 p.

- PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: cisternas e cidadania? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.15, n. 56. p. 65-86, 2010.
- PEREIRA, R. A. Semiárido brasileiro: um histórico de secas e degradação socioambiental. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 1, p. 135-161, 2012.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da Reforma do Estado**, v. 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p.
- POMPONET, A. S. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Conjuntura & Planejamento**, n.162, p. 58-65, jan/mar. 2009b.
- \_\_\_\_\_. Do autoconsumo ao mercado: os desafios atuais para a caprinovinocultura no nordeste semiárido da Bahia. **Revista Desenhavia**, n.10, p. 123-144, março, 2009a.
- PONTES, E. T. M. Avaliação de uma experiência de convivência com o semiárido no Vale do Pajeú, Pernambuco. **Scientia Plena**, v. 7, n. 4, p. 1-16, 2011.
- PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 260 p.
- RAPÔSO, M. da C. B. **Movimento de Educação de Base: discurso e prática, 1961-1967**. São Luís, UFMA/Secretaria de Educação. Coleção Série Educação Ciências Sociais. 1985. 167 p
- RICCI, R. **Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da Nova Classe Média Brasileira**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, Rio de Janeiro: Contratempo, 2013. 314 p.
- SABOURIN, E.; DUQUE, G.; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. do S. de L.; GRANCHAMP, L. F. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.22, n. 2, p. 293-306, maio/ago, 2005.
- SANTOS, I. A. F. dos. **Piscicultura de base familiar como estratégia para o desenvolvimento rural: experiências no Estado de Pernambuco**. Monografia. Engenharia de Pesca. Serra Talhada: Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2013.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan/abr, 2006.
- SCHIOCHET, V. Sociedade civil, o social, o político e suas mediações. In: \_\_\_\_\_. **Sociedade civil: o social pensando politicamente**. Blumenau: EDIFURB, 2005.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. Julho, 2003.



- SILVA, A. D. da. Da tecnologia alternativa à Agroecologia: a contribuição das organizações populares de Pernambuco para a mobilização e ação em rede. In: LIMA, J. R. T. de. (Org.) **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife: Bagaço, 2011, p.147- 168. p.39- 68.
- SILVA, J.B.da.; GUERRA, L.D.; GOMES, R.A.; FERNANDES, M. Ecologia política das cisternas de placas: uma abordagem sociológica das medidas governamentais recentes relativas aos problemas de abastecimento de água em comunidades rurais de Boa Vista e Montadas – PB. **Cronos**, v. 10, n. 2, p. 121-143, jul-dez. 2009.
- SILVA JUNIOR, C. A. da. **Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de Educação Popular – Serra Redonda – PB**. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa.
- SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de. L. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado - Movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez., 2011.
- SILVA, P. H. P. da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco (1965-1979)**. 2012. 180 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, CFCH, Recife.
- SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.18, n. 1-2, p. 361-385, jan/dez. 2003.
- \_\_\_\_\_. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul/set. 2007.
- \_\_\_\_\_. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. 289 p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília.
- SOUZA, B. I de.; SUERTEGARY, D.M.A.; LIMA, E.R.V.de. Políticas públicas, uso do solo e desertificação nos cariris velhos (PB/Brasil). **Scripta Nova**, v. XIV, n. 311, p. 1-14, jan. 2010.
- SUASSUNA, J. Semiárido: proposta de convivência com a seca. **Cadernos de Estudos Sociais**. v. 23, n. 1-2, p. 135-148, jan./dez. 2007.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático – DRP**. Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar. 2007.
- WANDERLEY, L. E. W. **Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis: Vozes, 1984. 496p.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, A. de. M.; ALBUQUERQUE, A.V.F. da. C.; ALBUQUERQUE, K.F.V.; NOBRE, F.V. Meio ambiente. In: NEVES, M. B.; NOBRE, F. V.; FONSECA, J. R.R.; BELCHIOR FILHO, V. (Orgs.). **O produtor rural e o Rio Grande do Norte semiárido: sugestões para conviver melhor com as secas**. Natal: SEBRAE/RN, 2012. p 12 - 27.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 464 p.

## DOCUMENTOS PESQUISADOS

ASA. Documento da Articulação no Semiárido Brasileiro. Semiárido Brasileiro, maio de 2012. Coordenação Executiva da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Declaração do Semi-Árido.

BOLETIM INFORMATIVO. Pólo Sindical do Sertão Central – Pernambuco. N° 1. Ano 1981.

DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO. PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO. Recife, 26 de novembro de 1999.

DIRETRIZES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. Uma contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas. Recife, março de 2013.

1º ENCONTRO SECA, IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE CONVIVÊNCIA. Pólo Sindical do Sertão Central; Centro Josué de Castro – Projeto Tecnologias Alternativas (Orgs.). Triunfo/PE, 24 a 26 de outubro de 1989.

FETAPE. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco. 4 décadas de luta. Editora Bagaço. Recife, julho de 2006.

I SEMINÁRIO PERNAMBUCANO, SECA, IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO. Projeto tecnologias Alternativas o Centro Josué de Castro; Pólo Sindical de Serra Talhada, Comissão Pastoral da Terra; Grupo de Ecologia Humana da UFRPE; OXFAM. Camaragibe/PE, 27 a 30 de agosto de 1990.

DOSSIÊ FÓRUM SECA. FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA. Este dossiê registra destaques dos primeiros passos dados pelo Fórum Seca, o início dessa nova história escrita com a luta e a sabedoria os homens e mulheres comprometidos com a emancipação dos trabalhadores rurais do nosso Nordeste. Recife, junho de 1991.

FÓRUM NORDESTE. Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste/Semiárido Brasileiro. Propostas da sociedade civil. Recife, 10 a 13 de maio de 1993.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. PJR BRASIL. Breve história da PJR 30 anos a serviço da juventude camponesa (1983-2013), 25 anos de PJR BRASIL (1988-2013). Na caminhada pela terra livre Brasil. Dezembro de 2013. Coordenação Nacional e Equipe Nacional de Assessores.

PROJETO CONSOLIDAÇÃO DO FÓRUM SECA. Manoel Santos – FETAPE; Aristides Veras – CUT; Manoel Raimundo – CENTRU; Mauricio Aroucha – CAATINGA; Marcos Figueiredo – PTA/CJC. Recife, 12 de junho de 1991.

RELATÓRIO HISTÓRICO DO FÓRUM SECA, 1989 a 1996. Recife, março, 1997.

SECA, UM PROBLEMA QUE TEM SOLUÇÃO: FÓRUM PERNAMBUCANO DE ENFRENTAMENTO À PROBLEMÁTICA DA SECA. Cartilha. Marcos Figueiredo (Org.). Recife, abril de 1995.

## ANEXO A - Carta de denúncia do fiscal da ADAGRO à sede da ADAGRO, em Recife.

Serra Talhada, 19/02/2013

Ao,  
Dr. Fernando Miranda – ADAGRO RECIFE

Com a implantação dos programas governamentais dos governos Estadual e Federal, relacionados com a grande estiagem (financiamento para aquisição de caprinos e ovinos, aquisição de milho /Conab, programa para aquisição da carne de caprinos pelo governo estadual), todos dependentes das informações cadastrais da ADAGRO.

Infelizmente os dados referentes aos rebanhos caprinos e ovinos não retratam a realidade, exatamente por falta de atitude, fiscalização, por parte da ADAGRO. Explico:

- ASSENTADOS E ASSOCIADOS fazem projetos, através do IPA, para aquisição de caprinos, ovinos e bovinos, CRIARAM CADASTROS NOVOS (na maioria das vezes não compram nada, apresentam animais já existentes). A ADAGRO, simplesmente criou cadastro novo com animais.

- A ADAGRO não deveria simplesmente atualizar rebanhos com a simples informação dos criadores. Deveria fiscalizar.

- Todos dizem que a seca está diminuindo o nosso rebanho, é verdade. Então como explicar que o nosso rebanho caprino e ovino mais que dobrou em nosso cadastro?

- COM A ESTIAGEM, JÁ SEM ANIMAIS (já vendidos) sem comunicar ao órgão de defesa – ADAGRO - pedem ficha sanitária para aquisição do milho, como se o rebanho ainda existisse.

- APÓS CADASTRO E RECEBIMENTO DO MILHO – o criador volta a ADAGRO e declara que não possui mais os animais, que morreram e com isso receberão o perdão pela compra dos animais. **Desconhecemos qualquer carcaça de caprinos que morreram com a estiagem. São vendidos antes.**

- VENDA DO MILHO – como, na verdade não existem animais, vendem o milho com uma margem de lucro.

- PARA MUITOS CRIADORES, HONESTOS, OS PREJUÍZOS SÃO GRANDES, PARA OUTROS É UMA BOA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS, É CLARO, FRAUDANDO OS PROGRAMAS DO GOVERNO DE AJUDA OS VERDADEIROS CRIADORES DA REGIÃO.

- INFELIZMENTE, TUDO ISSO SÓ É POSSÍVEL PORQUE FALTA FISCALIZAÇÃO E SÉRIEIDADE DOS ÓRGÃO : ADAGRO, IPA, SINDICATOS E CONAB.

ISSO É GRAVE: AO FORNECER UMA FICHA SANITÁRIA, APÓS TAMANHA EVIDÊNCIA DA REDUÇÃO DO REBANHO, SEM ANTES COBRAR DO CRIADOR E FISCALIZAR SUA ATUALIZAÇÃO DO REBANHO, A ADAGRO ESTÁ SENDO CONIVENTE COM ESSE CRIADOR QUE ESTÁ FRAUDANDO O PROGRAMA.

- Os agentes financeiros alegam que financiam a aquisição de animais apenas após o criador anexar uma guia de trânsito animal – gta. De transferência dos animais para o referido criador.

- O IPA e CONAB, para liberação do milho, também cobram a ficha sanitária do criador, da adagro.

- Para aquisição da carne de caprino, todo criador deverá apresentar a ficha sanitária do seu rebanho.

Como podem observar; a ADAGRO não poderá continuar acreditando no criador que diz que tem um rebanho grande para poder ter direito a maior quantidade do milho com preço subsidiado, que logo em seguida diz que os animais morreram. É obrigação da adagro dar a informação correta.

**Atualmente, qualquer ficha sanitária analisada não vai apresentar coerência quando for observada nascimentos, mortes, vendas e aquisições.**

Acredito que uma reunião, em Serra Talhada, para orientar toda equipe em relação ao assunto seria muito importante.

Adauto Mourato Filho

ANEXO B – Plano Municipal de Convivência com o Semiárido disponibilizado pela Secretaria de Agricultura Familiar de Serra Talhada. Versão anterior à Conferência Municipal

## PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

### PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, PESQUISA E EXTENSÃO RURAL

Serra Talhada, 18 de fevereiro de 2014.

Essas propostas foram apresentadas por gestores públicos e representantes de organizações não governamentais e de movimentos sociais e traduzem interesses coletivos de melhorar os serviços de educação, saúde, agricultura, meio ambiente, pesquisa e extensão rural nos distintos espaços políticos do meio rural, com mais de 20 mil pessoas. Entende-se que a solução para os problemas apresentados exige um conjunto de ações articuladas e integradas entre as secretarias municipais, as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, com a participação, efetiva, da sociedade.

1. **Legalizar os terrenos para reforma e ampliação das escolas do campo:** envolver as equipes do ITERPE, do INCRA, das Secretarias de Educação e da Agricultura Familiar e as famílias proprietárias das terras para negociarem e legalizarem os terrenos doados ou cedidos informalmente à prefeitura, com o tamanho padrão exigido pelo FNDE, que é de 4800m<sup>2</sup>;
2. Construir **escolas apropriadas** para o bem estar de alunos/as, professores e de toda a comunidade escolar: substituir escolas de taipa por prédios de alvenaria, construir novas salas, cozinhas, refeitórios e salas de estudo, com infraestrutura que permita segurança e conforto para alunos/as;
3. Construir **cisternas de 52 mil litros** em todas as escolas rurais, com calhas, tampas, bombas para retirada de água, caixas de distribuição, ampliando, assim, a iniciativa da ONG Cecor, que capacitou pessoas e construiu cinco cisternas no município;
4. Promover serviços continuados de **limpeza profunda dos telhados**, com eliminação, definitiva, de morcegos, barbeiros, pardais e outras pragas;

5. Implantar serviços efetivos de limpeza, reconstrução e melhoria geral dos **reservatórios de água**, para garantir água potável, diariamente;
6. Construir **cozinhas apropriadas** para armazenar alimentos e preparar a merenda escolar, com equipamentos novos e fazer serviços de manutenção permanente, para garantir a qualidade dos alimentos serviços a alunos/as;
7. Atender às **orientações técnicas recomendadas pelos órgãos de inspeção sanitária** para as agroindústrias e as cantinas das escolas rurais, para viabilizar a retomada da compra de produtos da agricultura familiar (carnes, ovos, hortaliças, leite e derivados, peixe e derivados, mel, frutas e derivados) pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
8. **Melhorar as relações institucionais** entre as Secretarias da Prefeitura Municipal de Serra Talhada e a Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco – Adagro, para viabilizar as reformas e adequações dos ambientes que produzem e comercializam alimentos para as escolas rurais, via PNAE;
9. Organizar a distribuição regular de **hipoclorito de sódio** em todas as escolas rurais, para que as merendeiras usem nas águas e no preparo dos alimentos;
10. Reativar e instalação **hortas nas escolas rurais**, aplicando os conhecimentos locais, envolvendo toda a comunidade escolar e os técnicos da Secretaria e do IPA, como também os Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável;
11. Investir na **capacitação** de alunos/as, gestores/as merendeiras, pais e mães, em Gestão de Água, Cidadania e Convivência com o Semiárido, na perspectiva trabalhada pela ASA;
12. Mobilizar todo mundo envolvido com educação do/no campo, para **melhorar os ambientes das escolas**, plantando espécies nativas (frutíferas, lenhosas, medicinais etc.), fazer a destinação correta do lixo, reaproveitar as águas residuais e outras práticas sustentáveis;
13. Fortalecer o **Dia de Conquistas**, evento promovido pela Coordenação de Educação do Campo, com a participação da Secretaria de Agricultura, da UAST, do IPA e de outras instituições que atuam no município;
14. Ampliar as parcerias, para fortalecer a **Feira da Educação do Campo**, promovido pela Prefeitura Municipal de Serra Talhada;

15. Investir em **sistemas de abastecimento de água potável das escolas rurais**, nas comunidades que possuem poços com vazão suficiente para fornecer água, durante o ano inteiro: poços, barragens, açudes etc.
16. Investir na **articulação entre as Secretarias da Agricultura e da Educação**, para promover estágios de técnicos/as da Escola Técnica Estadual – ETE, que forma agricultores/as e precisam estagiar a se inserir no mercado local de trabalho;
17. Inserir nos **currículos das escolas do campo** temas relacionados com a perspectiva de Convivência com o Semiárido: Agroecologia, Banco de Sementes, Economia Solidária, Fundos Rotativos Solidários, Agricultura Familiar e Camponesa, Reforma Agrária, Gestão coletiva de águas e dos outros recursos naturais, Fauna e Flora da Caatinga; Associativismo, Políticas Públicas etc.;
18. Fomentar **relações de parceria** entre a Escola Técnica Estadual (ETE) e as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Obras e Agricultura Familiar, para viabilizar a instalação da Sala Verde, financiada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a aproximação entre alunos/as e gestores/as das escolas rurais;
19. Melhorar as **relações ente a população dos assentamentos de reforma agrária**, gestores/as escolares e dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), para viabilizar a continuidade do trabalho de formação pedagógica;
20. **Mobilizar escolas rurais e gestores públicos** para continuarem investindo nos cursos de formação da Escola Técnica Estadual (ETE), atualmente com orçamento reduzido e precisando de apoio institucional e de divulgação dos cursos de ciências agrárias;
21. Investir na **melhoria das estradas de acesso** a determinadas escolas;
22. Investir na **remoção de depósitos de lixo**, próximos a escolas rurais;
23. Construir **meios de aproximar ensino, pesquisa e extensão rural**, por meio de parcerias entre UAST, IPA, ETE, MST, Prefeitura Municipal de Serra Talhada e outras instituições públicas e não públicas.
24. **Envolver as associações comunitárias rurais** nas discussões sobre a gestão das escolas: lixo, água, infraestrutura geral, conteúdos de educação do campo, promoção de debates sobre as pesquisas desenvolvidas pelo IPA e pela UAST e os serviços de extensão rural, realizados no município;



25. Incentivar a **formação técnica em ciências agrárias**, a partir das escolas rurais e da educação do campo;
26. Investir em **formação pedagógica** de todas as pessoas envolvidas com a educação formal no meio rural;
27. Articular as diferentes secretarias para debater e **resolver os históricos problemas do transporte escolar**, entre comunidades e entre comunidades e a sede do município;
28. Pautar o **debate sobre educação do campo** nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), nos eventos da Fetape, do MST, do Sintraf e do STR;
29. Mobilizar as diferentes instituições, para **construir e aplicar metodologias** que incentivem a educação contextualizada, na perspectiva da Convivência com o Semiárido;
30. Promover **visitas de intercâmbio** de experiências entre alunos/as, professores/as, gestores/as e agricultores/as: construir um calendário anual de visitas de intercâmbio;
31. Promover debates com todas as equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (IPA, Fundação Banco do Brasil, Instituto Nordeste e Cidadania, Secretaria Municipal de Agricultura, ONG Cecor) para **socializar as práticas de cada instituição** e construir um conjunto de estratégias que favoreçam a ampliação dos serviços de capacitação, acesso a crédito, troca de experiências, dentre outras práticas;
32. Incentiva a constituição de **Bancos Comunitários de Sementes** nativas, a partir das escolas rurais e das associações rurais;

**PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**  
**PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE CADEIAS PRODUTIVAS**

Serra Talhada, 25 de fevereiro de 2014.

Essas propostas foram apresentadas por representantes de organizações públicas e não públicas e por movimentos sociais que se mostram interessadas em conhecer melhor os aspectos de todos os segmentos das cadeias produtivas de ovinocaprinocultura,

apicultura, piscicultura, bovinocultura de leite e da agricultura familiar (avicultura, horticultura, fruticultura etc.). O atendimento de tais demandas requer ações integradas e processuais entre as secretarias municipais, gestores do IPA, do Sebrae, do ITEP, da Escola Técnica Estadual (ETE), da Adagro e de organizações não governamentais, presidentes de associações comunitárias rurais e representantes de movimentos sociais.

Cabe à Secretaria Municipal da Agricultura Familiar:

1. Promover **debates sobre as diferentes estratégias** de trabalho das instituições que atuam no município (IPA, ITEP, Sebrae, UAST, ETE etc.) para estruturação das cadeias produtivas destacadas no evento;
2. **Articular as ações** entre Prefeitura Municipal, Sebrae, IPA, Adagro, ITEP, UAST, ONGs, Fetape, CMDRS dentre outras instituições locais, para viabilizar a compreensão das potencialidades de cada segmento das cadeias produtivas;
3. **Evidenciar os principais gargalos de cada cadeia produtiva** e fazer um planejamento com as outras instituições, para investir em infraestrutura, acesso a crédito subsidiado, serviços efetivos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), capacitação e ampliação das vias de comercialização dos produtos;
4. Viabilizar a **construção do abatedouro público**, para garantir o abate de animais conforme as recomendações técnicas da Adagro e da Vigilância Sanitária Municipal e inserção dos produtos locais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
5. Solicitar os **laudos com as recomendações técnicas da Adagro**, para escolas, agroindústrias e abatedouros e tomar todas as providências cabíveis para reabrir os estabelecimentos, com planos de funcionamento e monitoramento das atividades;
6. Utilizar os meios de comunicação disponíveis no município para orientar a **atualização dos cadastros dos rebanhos** na Adagro, para facilitar o planejamento dos trabalhos das instituições;
7. Mobilizar as equipes de ATER, para orientar a **vacinação dos rebanhos**, no calendário orientado pela Adagro;
8. Pactuar com a Adagro, a instalação de **barreiras sanitárias** nas estradas de acesso à feira de animais;
9. Estudar, minuciosamente, as **potencialidades da piscicultura no Açude Serrinha**;

10. Avaliar, criteriosamente, as condições técnicas para **retomada das atividades de piscicultura, no Açude Saco**, do IPA;
11. Fazer um **estudo detalhado do uso de agrotóxicos** nas atividades da Agricultura Familiar, para desencadear um trabalho de orientação de práticas agroecológicas;
12. Incentivar a **criação de espécies adaptadas à região semiárida** e investir em manejo (sanitário, alimentar e reprodutivo), em beneficiamento e comercialização dos produtos em novos mercados;
13. Estudar as potencialidades locais e incentivar **atividades não agrícolas**: turismo rural e ecoturismo, produção e venda de artesanato, manifestações culturais;
14. Formalizar ações de parceria com todas as instituições que atuam no município para **organizar mercados de produtos locais**: mel, pólen, própolis, carnes de caprino, ovino, galinha caipira, derivados de leite, peixes e derivados, frutas e derivados;
15. Apoiar a recomposição dos rebanhos que sofreram com as estiagens e orientar novas práticas de manejo, para **valorização da pele de caprinos e ovinos**;
16. Fortalecer os **Serviços de Inspeção Sanitária**, para orientar a aplicação do Selo de Inspeção Municipal (SIM) em produtos locais, da agricultura familiar e de organizações associativas;
17. Pactuar com a Secretaria Municipal de Obras, a **revitalização de estradas** para facilitar o escoamento da produção da agricultura familiar;
18. Investir em **processos de formação nos assentamentos de reforma agrária** (MST, ITERPE, INCRA, Fetape), para ampliar as possibilidades de produção, beneficiamento e comercialização;
19. Investir na **legalização das agroindústrias** (peixes, frutas, carnes, leite etc.) e fomentar a estruturação conforme as recomendações técnicas dos organismos de inspeção;
20. Formalizar parcerias com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil e orientar **a produção e a estocagem de alimentos para os rebanhos**, com recursos do Pronaf Semiárido;

21. Incentivar a **construção de reservatórios para captação e armazenamento de água de chuva**, para produção de alimentos para as pessoas e os animais, com recursos do Pronaf Semiárido;
22. Formalizar parcerias com o ITEP e o Sebrae, para viabilizar as ações do **Programa de Gestão do Governo Federal**;
23. Investir recursos financeiros e humanos, na melhoria dos processos de **produção e beneficiamento de mandioca**, incluindo a orientação para os distintos usos da manipueira e de outros derivados (raspas) na agricultura familiar;
24. Incentivar a **caprinocultura de leite** e viabilizar o beneficiamento e a comercialização no mercado local;
25. Construir com a Adagro as estratégias para **cadastramento dos rebanhos de ovinos, caprinos, suínos e aves** e a orientação sobre técnicas de manejo sanitário, alimentar e reprodutivo dos animais;
26. Firmar parcerias com outras instituições e capacitar equipes técnicas para acompanhar as **atividades de apicultura e meliponicultura**, dando suporte à associação municipal na criação, no beneficiamento e comercialização dos produtos;
27. Apoiar as ações do **Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)**: promoção do Selo Orgânico para a cultura do algodão agroecológico, produção de alimentos pros animais e de incentivo à compra de animais de tração, pelas famílias;
28. Motivar as comunidades rurais a **apresentar à equipe do IPA, as demandas por serviços de ATER**, nas cadeias produtivas de ovinocultura, caprinocultura (leite e carne), apicultura, piscicultura, bovinocultura de leite e da agricultura familiar (avicultura, suinocultura, horticultura, fruticultura);
29. Incentivar o uso de caldas naturais, biofertilizantes, adubos orgânicos (em substituição aos agrotóxicos) e outras **práticas agroecológicas** nos cultivos irrigados e de sequeiro, por meio de cursos, oficinas, visitas de intercâmbio e outras práticas extensionistas;
30. Articular a instalação e o acompanhamento de um **Centro de Distribuição da Agricultura Familiar**, para favorecer a comercialização direta dos produtos locais, sem a presença de intermediários;
31. Viabilizar os projetos de **avicultura, financiados pelo Plano Brasil Sem Miséria**.

## SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR

### PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE JUVENTUDE RURAL

A Secretaria de Agricultura Familiar esteve reunida com Parceiros no dia 22 de janeiro de 2014, com intuito de Avaliar o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, bem como levantar demandas para aperfeiçoamento, tendo ficado definido que para um melhor aproveitamento e construção seria necessário a realização de conferências para ouvir e aglutinar todos os setores, atores e instituições para construção de uma plataforma de desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido. Dentro das temáticas discutidas ficou definido trabalhar nos seguintes eixos: Juventude, Mulher agricultora, Educação no campo, pesquisa e extensão para o meio rural, Cadeias Produtivas e Recursos Hídricos, sendo que todos esses temas serão trabalhados em pré-conferências, as quais servirão de subsídios para a Conferência Municipal da Agricultura Familiar.

No dia 11/02/2014, foi realizada a Conferência da Juventude Rural, onde estiveram presentes jovens produtores rurais, entidades representativas como FETAPE, STR, CONDRUS, SECULT, Coordenadoria de Juventude, União dos Estudantes Secundaristas de Serra Talhada, ICN, tendo como resultado uma série de propostas e sugestões a seguir descritas.

- Incentivo para que o jovem cresça e permaneça na sua comunidade;
- Tecnologias de convivência com longos períodos de estiagem;
- Apoio e Diagnóstico das potencialidades e vocações;
- Linha de Crédito Jovem (Dificuldades ao acesso/Pronaf Jovem);
- Inclusão Digital;
- Trabalho de Sensibilização para os jovens permanecerem no campo;
- Identificar e fortalecer as associações de jovens – ATER;
- Potencializar o Canteiro de Latada, voltado para jovens;
- Identificar, resgatar e incentivar as potencialidades – Quadrilhas juninas, grupos de danças, violão;
- Programas e projetos voltados para geração de renda;
- Ações e parcerias com outras secretarias para prevenção de uso de drogas entre jovens rurais (campanhas);
- Diagnosticar as manifestações culturais existentes nas comunidades/ Distritos;
- Comercialização dos produtos / melhoria de preços; PNAE?PAA – Jovens;
- FORRÓ DE LATADA (Proposta do Prefeito);
- Ensino Médio nos Distritos.

## **PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

### **PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS.**

Dia 12/02/2014, foi realizada a Conferência Municipal da Mulher Trabalhadora Rural, com o tema: Políticas Públicas para as Mulheres do Campo, com a participação de aproximadamente 40 pessoas, de diversas comunidades e associações rurais dos distritos da zona rural, bem como representantes da UFRPE, SEMAF, SEMU, STR, SINTRAF, FETAPE, COMDRUS, CECOR, NEEPAS, tendo construído os seguintes encaminhamentos/propostas:

- Capacitação de lideranças sociais na promoção de políticas e ações de enfrentamento das desigualdades;
- Articulação do Chapéu de Palha Mulher – Artesanal da Pesca;
- Identificar as cadeias produtivas (Quantas, Quais, Qualidade, onde estão), inserir a produção na comercialização a Ex. da merenda escolar / PAA, comércio local, PNAE;
- Feira mensal com mulheres do campo, comercialização dos seus produtos, incluindo artesanato (incentivo e divulgação);
- Buscar parcerias junto ao SEBRAE, SENAC, para capacitação e empreendedorismo;
- Como potencializar a participação da mulher nos espaços com visão de mulher;
- Saúde – (foi consenso que por se tratar de um tema complexo se tirar um evento específico com a secretaria de saúde);
- Intercâmbio/ troca de experiências; Diagnóstico (UFRPE);
- Escola Feminista, como forma de organização;
- Segurança alimentar e produção agroecológica;
- Centrar as ações em grupos de mulheres, a exemplo do “Canteiro de Latada”
- Feira da Agricultura Familiar/Centro de Comercialização da Agricultura Familiar;
- Melhoria do Acesso / Estradas; Iluminação;

## **PLANO MUNICIPAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

### **PROPOSTAS DA PRÉ-CONFERÊNCIA SOBRE RECURSOS HÍDRICOS**

Dia 26/02/2014, foi realizada a Conferência Municipal Sobre Recursos Hídricos, com a participação de aproximadamente 35 pessoas, de diversas comunidades e associações rurais dos distritos da zona rural, bem como representantes da UFRPE, SEMAF, SEMU, STR, SINTRAF, FETAPE, COMDRUS, CECOR, UFRPE, IPA, MST, INCRA, ADRS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DNOCS, ETE, CECOR, COOPAL, GABINETE DO PREFEITO, entre outros, tendo construído os seguintes encaminhamentos/propostas:

- Implementação de Cisternas nas Escolas da Zona Rural;
- Campanhas de Conscientização do uso racional da água (palestras, fóruns) e se necessário implantar mecanismos de punição, nos casos de furtos de água de adutoras, cadeados ou porteiros em poços e dessalinizadores;
- Audiência pública envolvendo Ministério da Integração, Exército e Defesa Civil, para discutir o formato de distribuição d'água por meio de carros pipas;
- Universalização das Cisternas de Placas;
- Construção de açudes de médios e grandes portes;
- Recuperar os açudes (antes realizar um estudo de viabilidade);
- Instalação de Pluviômetro nas escolas da zona rural, com campanha educacional com estudantes sobre o uso;
- Tratamento d'gua dos esgotos para reutilização;
- Mines adutoras nos próximos poços a ser perfurados utilizando contrapartida dos beneficiários.

Anexo C – Diário de Pernambuco, Recife, terça-feira, 24 de maio de 1983

## DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Recife, terça-feira, 24 de maio de 1983



Famintos e desempregados, os camponeses de Bom Jesus partiram para o saque em S. Talhada

# Trabalhadores saqueiam a Cobal de Serra Talhada

SERRA TALHADA  
— Trezentos e cinquenta trabalhadores rurais desempregados e famintos que residem neste município, invadiram, ontem, às 10 horas, o principal armazém da Cobal — Companhia Brasileira de Alimentos —, desta cidade, dali retirando gêneros alimentícios depois de saciarem a fome no próprio interior do depósito.

O saque foi organizado pelos trabalhadores que logo cedo — às 8 da manhã —, se concentraram no centro da cidade. Os manifestantes, todos camponeses e operários desempregados da construção civil, formaram dois grupos e pretendiam, além do armazém da Cobal, invadir estabelecimentos de cereais, alguns açougues e supermercados.

Por volta das 10 horas, o primeiro grupo dirigiu-se ao armazém da Cobal ali ingressando e pãssando a comer pães, bolachas, doces e refrigerantes. Enquanto corriam, enchiam alguns sacos que conduziam nas costas com latas de conservas, principalmente sardinha, feijão, salsicha, carne e peixe (pescada). Dez minutos depois, a Polícia, que já estava de sobreaviso, cercou o armazém e fechou as portas com os trabalhadores no interior, impedindo que levassem os alimentos.

Os policiais, portando cassetetes e armas de fogo, deixaram que os trabalhadores consumissem o saque sem adotar nenhuma atitude de repressão e nem violência.

parecer à Delegacia de Polícia. Ali, após ouvir os camponeses, o delegado mandou que se dirigissem à sede da Prefeitura local. Os trabalhadores disseram ao delegado que haviam saqueado o armazém porque estavam desempregados e com fome há vários dias. A maioria fora despedida do Programa de Emergência, desativado pela Sudene desde o início do ano quando começou a chover nesta região.

Com a paralisação do inverno e a perda das primeiras plantações vieram para o centro urbano à procura de algum serviço para manter a família. Já na sede da Prefeitura, os lavradores repetiram a mesma conversa e o prefeito Sebastião Andrade Oliveira, irmão do deputado Inocêncio Oliveira, garantiu que levaria o problema ao Governo do Estado e que dentro de três dias tentaria, com ajuda do governador Roberto Magalhães, abrir frentes de serviços-para-absorver-a-mão-de-obra ociosa do município.

O prefeito garantiu que não agiria com violência para reprimir a fome, mas que não ia permitir que ocorressem novas invasões na cidade. O segundo grupo que ia saquear supermercados e açougues foi desmobilizado pela Polícia, nas proximidades da Rua 15 de Novembro com 13 de Maio, bem no centro de Serra Talhada. Eram cerca de 200 homens famintos, mais da metade que invadiu o depósito da Cobal. Alguns comer-

manifestantes afirmou que embora a Polícia não tenha batido em ninguém, um dos soldados deu um tiro para o ar para "acalmar" os camponeses. Durante o saque ninguém saiu ferido mas alguns foram presos. Os 17 trabalhadores prestaram depoimento à Polícia sendo liberados em seguida. Esse grupo foi flagrado dentro do depósito da Cobal, na hora em que os policiais ali chegavam, quando houve grande confusão nas imediações, com centenas de trabalhadores correndo para todos os lados.

Os mais ágeis conseguiram fugir levando alimentos, mas 17 deles ficaram dentro do armazém depois que os policiais fecharam as portas. Depois de comerem muito pão com bolacha e refrigerantes, saíram calmamente e foram até a presença do delegado Josivaldo Moreira, que lamentou a situação que estavam enfrentando. O secretário da Prefeitura confirmou que além do prefeito ter feito a comunicação ao professor Roberto Magalhães, endereçou um apelo ao superintendente da Sudene, Walfrido Salmito, solicitando imediatas providências para o retorno do Programa de Emergência ao município, "única maneira de evitar novas saques e invasões ao comércio local", afirmou.

Mais de 50 policiais passaram a fiscalizar o comércio armado de metalhadora porque existe a possibilidade de novas invasões diante da gravidade do problema. com

ciamento deverá ser reforçado porque o próprio delegado da cidade teme novas ocorrências de saque. Há um clima de suspense e muita tensão em Serra Talhada, por conta do desemprego e da fome que rondam o município.

Os delegados Expedito Leal de Vasconcelos (Regional) e Josivaldo Moreira de Melo (Municipal) receberam determinações do diretor do Departamento de Polícia do Interior para que liberassem as 17 pessoas pressas momentos após o saque verificado no armazém da Cobal no Município de Serra Talhada.

O diretor do Depim, Pedro Malheiros confirmou a notícia do saque afirmando que o fato ocorreu pouco depois das 10 horas, quando trabalhadores rurais famintos levaram pão, bolacha, farinha e macarrão. Ele sugeriu inclusive que fosse criada uma comissão para solicitar auxílio do prefeito local, Sebastião Oliveira.

Malheiros chegou a afirmar que "o povo tem razão de se reunir mas, não de perturbar a ordem instituída no País. Que o povo pode reivindicar (é um direito que lhe assiste) mas, não pode subverter a ordem. Apelo às populações carentes que confiem no governador Roberto Magalhães, que tenta solucionar esses problemas".

Ele recomendou aos delegados interiores para em caso de qualquer emergência comuniquem o fato imediatamente a SSP, que o Depim tem orientação do secretário



presália e nem violência. Quando eles iam saindo do depósito, entretanto, foram convidados a com-

Cobal. Alguns comerciantes fecharam suas portas com medo de novas ameaças. Um dos

de do problema, com milhares de homens, mulheres e crianças passando privações. O poli-

orientação de Sérgio Higinio para tomar as medidas necessárias à manutenção da ordem.

## Sindicalista já havia advertido a Sudene

Manoel Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, responsabilizou a Sudene pelas ocorrências de ontem neste município do Sertão Central de Pernambuco, onde o desemprego, com a desativação do Programa de Emergência, tem levado ao desespero milhares de famílias anteriormente alistadas e que dependiam daquele plano do Governo Federal.

Com a desativação - disse Manoel Santos - o que se vê é a fome campeando em toda esta região pois os agricultores foram banidos dos campos, com a perda das lavouras de subsistência. Assegura que a situação não se agravará muito mais, à medida que o feijão e domilho for se acabando pois muitos camponeses guardaram os cereais para comer neste período de seca. O estoque vai dia-a-dia indo embora e, dentro de 60 dias, caso o Governo não abra novas frentes de trabalho, esse contingente rural passará a invadir as

feiras e desta vez não serão apenas 350 pessoas, mas 15 a 20 mil famintos que estão ociosos no campo e na periferia da cidade".

O dirigente sindical afirmou que a Sudene está na dependência do SNI - Serviço Nacional de Informação - para ativar a Emergência, pois alguns agentes que andaram nesta região "acharam boa a situação". Manoel Santos esteve pessoalmente com o secretário do superintendente Salmito, conhecido por Magalhães, que afirmou que após os estudos do SNI, "é que a autarquia tomará providências quanto a abertura de novas frentes de trabalho. Até agora, segundo Magalhães, o SNI não se pronunciou e a Sudene não quer tomar a iniciativa. A audiência de Manoel Santos ocorreu no dia 6 de maio último e nenhuma providência, de lá para cá, foi adotada.

Ontem, ele lamentou o saque ocorrido no armazém da Cobal e disse que a invasão só não foi maior porque os trabalhadores são pacíficos e

não querem provocar violência. Manoel Santos, por outro lado, denunciou a construção de algumas obras (barragens) que foram construídas pelos trabalhadores inscritos nos "bolsões" já desativados e que estão prestes a desabar caso as chuvas retornem ao município. São obras construídas sem muito "critério" técnico, feitas a "toque de caixa". Caso arrombem essas barragens muitas propriedades serão invadidas pelas águas. A única vantagem que ofereceram foi absorver 95 por cento do contingente desempregado, "mas mesmo assim estamos correndo o risco se elas forem levadas pelas águas", disse.

O dirigente sindical teve um encontro com o secretário da Prefeitura local ontem à tarde, quando expôs a situação dos camponeses e recebeu a promessa de que o prefeito Sebastião Andrade Oliveira estava em contato permanente com as autoridades estaduais e principalmente com o governador Roberto Magalhães, que vem en-

vidando esforços no sentido de criar emprego no município para os trabalhadores mais necessitados. Ontem, na localidade Bom Jesus, algumas pessoas que conseguiram levar mantimentos do armazém da Cobal eram vistas no moto comendo os alimentos, num aspecto desolador, deprimente, como se fossem urubus na carniça", disse Santos.

Algumas latas de leite condensado eram misturadas com farinha, e os camponeses as devoravam com volúpia; is alguns, há 3 dias, só haviam tomado café com pão seco. Em Bom Jesus residem muitos trabalhadores rurais e operários que há vários meses estão desempregados. Falta água na localidade e muitos não tomam banho há 15 dias. A situação, segundo Manoel Santos, é "dramática, desesperadora mas aguardamos pacientemente as providências das autoridades que, estamos certos, não haverão de faltar com os desempregados de Serra Talhada", concluiu.

## Técnico garante barragens do "Asa Branca"

**BOM CONSELHO**  
A existência de inúmeras barragens do Projeto Asa Branca, em áreas do Agreste e Sertão estaduais onde a seca vem sendo registrada, tem uncionado como fator de amenização dos efeitos climáticos, pois o volume água que elas vêm sustentando é utilizada para necessidades das po-

pulações e dos rebanhos.

Disse o coordenador do Projeto, engenheiro Carlos Estima, que o referido programa tem como objetivo primordial "o fortalecimento da economia agrícola do Agreste e Sertão, dando maior ênfase à questão do Semi-Árido, procurando contribuir para a fixação do homem à terra".

Cerca de 100 barragens de diversos tipos já foram construídas com base na programação do Projeto, perenizando-se até agora cerca de 400 quilômetros de rios, entre eles no Pajeú, Navio, Terra Nova, São Pedro, Ouricuri, Brigida, Una e Graças.

Do total de barragens construídas pelo Projeto Asa Branca (atividade vinculada à Secretaria da Agricultura), cinco são do tipo regularizadoras, 68 sucessivas e 27 isoladas, segundo informação do coordenador do Projeto.

Mais notícia nas páginas 13 e 14

DIÁRIO DE PERNAMBUCO  
RECIFE, SEXTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1983

# Sudene exclui mulher da Emergência

**SERRA TALHADA** — Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município, tendo à frente o presidente Manoel José dos Santos e o tesoureiro Osias Alves de Souza, respectivamente, endereçaram, ontem, um memorial ao superintendente da Sudene, Walfrido Salimato Filho, solicitando algumas alterações no Programa de Emergência estabelecido para esta região do Sertão Central de Pernambuco, que estaria em desacordo com o interesse de milhares de camponeses locais.

Os dirigentes reconheceram o esforço da Sudene no sentido de minorar o sofrimento dos trabalhadores atingidos pela seca, mas acrescentaram que a situação é muito grave e que vem agravando um número elevado de agricultores que ficaram de fora dos novos alistamentos, provocando apreensões e um clima de hostilidade contra a autarquia.

### MULHERES

Manoel Santos e Osias Alves sugerem, no memorial encaminhado a Walfrido Salimato, que as mulheres também tenham vez nos alistamentos, pois as que ficaram de fora do programa em Serra Talhada, são quase

feitas à revolta das famílias que até desobedecem esta obrigação. Outra exigência da coordenação é quanto o retrato e o comprovante de que o menor é arrimo de família, o que tem gerado novos problemas pois os camponeses também não possuem tal documento. Neste caso não estão podendo ser alistados. "Achamos que estes rapazes, deste modo, ficam expostos à marginalização e vão continuar revoltados na zona urbana da cidade, aumentando o contingente de desempregados e miseráveis quando poderiam produzir em suas terras nas propriedades rurais", cita o documento.

Indaga, por último, qual o destino dessa mão-de-obra ociosa quando o Programa de Emergência poderia absorver considerável força de trabalho para melhorar a produção agrícola do Estado? Para onde irão estes homens desempregados? Para o Sul do País onde já estão 30 por cento de desocupados?

### EXPULSOS

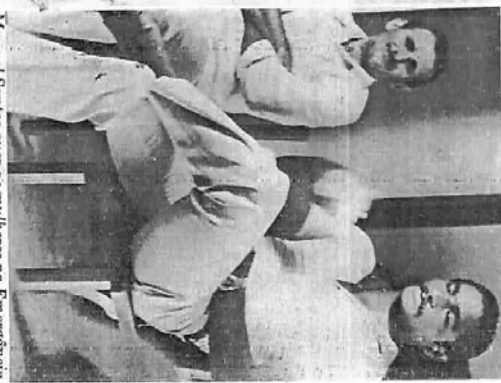
Denunciaram, os dirigentes sindicais de Serra Talhada, que centenas de outros trabalhadores estão sendo excluídos da programação de obras públicas nas comunidades urbanas, depois de

não morrer de fome, pois não encontram onde e como trabalhar, como desejam", afirma Manoel Santos.

Ele também sugere ao superintendente da Sudene que aproveite essa mão-de-obra nos alistamentos do Programa, pois, se não estão qualificados para a construção civil, "não significa que não saibam levantar um muro, uma parede ou uma escola. Afinal, campos e também um pedreiro de mão cheia", disse o sindicalista, acrescentando que, como representante da categoria e baseado nas reivindicações dos trabalhadores, "sugerimos que sejam alistados todos aqueles que estejam desempregados e passando fome. Tanto os homens, as mulheres e os maiores de 14 anos, do campo ou das cidades", finaliza o líder dos trabalhadores.

### TENSAO

Enquanto perdura o impasse sobre o alistamento ou não das mulheres camponesas no programa de emergência da Sudene, cresce o clima de tensão nas ruas de Serra Talhada e de outros municípios assolados pela seca no Central Sertão pernambucano, onde, recentemente, foi saqueado um armazém da Coval de onde trabalhavam



Manoel Santos quer as mulheres na Emergência



## DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Recife, segunda-feira, 15 de agosto de 1983

# Seca

**SERRA TALHADA** - Estudos fornecidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola só no Agreste pernambucano, região comumente menos atingida pelo flagelo, a seca provocará prejuízos de 17 bilhões e 900 milhões de cruzeiros, com a redução da produção agrícola de 1.284.086 toneladas. No Sertão, com exceção dos perímetros irrigados, a perda é total.

A denúncia é do presidente da Comissão do Interior da Câmara dos Deputados, acrescentando que as lavouras de subsistência se acabaram, grassando a fome em todas as áreas; os reservatórios hídricos estão secos ou secando e os rebanhos estão ameaçados de dizimação por falta de pastagem ou água, ou de ambos. Acrescenta que na Capital pernambucana, a barragem de Tapacurá, atualmente tem pequeno acúmulo de água estando ameaçado o racionamento do precioso líquido para abastecimento da população.

Segundo o deputado Inocêncio Oliveira (PDS-PE), o Nordeste, após este longo período de adversidade vive sem qualquer sombra de dúvidas, a fase mais crítica de sua história. Ainda há pouco dias - diz -, conversando com um velho de 74 anos, do Sertão de Pernambuco, ele me dizia: "já vi grandes secas, como as de 1932, 1942, 1958, 1966, 1970, 1979, 1981 mas como a deste ano, nunca tinha acontecido. As chuvas caídas não deram para tirar o cisco dos córregos e riachos".

### GRAVIDADE

Para mostrar a gravidade da situação - enfatiza - o Estado de Pernambuco tem apenas 120 mil alistados, como já dissemos, quando o mínimo precisaria ter, neste momento, desde que a seca atingiu também o Agreste, cerca de 500 mil, assim distribuídos: Sertão do Pajeú-150 mil; Sertão central e do Araripe-100 mil; Sertão do São Francisco-50 mil; microrregião de Arcoverde e Sertão do Moxotó-50 mil e Agreste-150 mil.

Há poucos dias o governador Gonzaga Mota, do Ceará, que já tem cerca de 460 mil alistados (o alistamento é feito pela Secretaria de Agricultura e não pelo Grupamento de Engenharia do Exército, Dncos e Codevasf, como em Pernambuco) disse: "Se não descobrirmos água para beber imediatamente, nossos três milhões de flagelados, 53% da população do Ceará, serão obrigados a migrar para os grandes centros urbanos. Se o Governo, não abrir logo 800 mil vagas em frentes de trabalho a fim de alimentá-los, até dezembro, o Estado para completamente".

Na Bahia, segundo dados fornecidos pelo Governo do Estado, a seca já atingiu 88% do seu território, correspondendo a um total de 245 municípios, cujos efeitos destruíram a produção agri-

cola e dizimou os rebanhos causando a fome em mais de um milhão de pessoas, sendo considerada a pior dos últimos 100 anos".

O Piauí, segundo o governador Hugo Napoleão, possuindo as maiores reservas freáticas do Nordeste, está ameaçado de ficar sem água. Tem apenas 180 mil alistados nas frentes de serviço, representando 8% da população.

A Paraíba, tem 170 mil alistados nas frentes de trabalho, cheia inclusive de problemas sócio-econômicos, com o pagamento do funcionalismo atrasado, estando o governador Wilson Braga impotente para solucionar os problemas do Estado, que vive uma das piores fases de sua história.

Do mesmo modo, o Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, já alcançando o Maranhão, Estado comumente menos atingido pelo flagelo, vivem o mesmo drama.

### DESESPERO

No seu pronunciamento, o deputado sertanejo Inocêncio Oliveira faz um relato do quadro desesperador que a região registra:

"O quadro é desesperador, a que está submetida a população nordestina: lavouras destruídas, rebanhos dizimados, desemprego, fome, miséria, morte de crianças até mesmo adulto por inanição, migração em massa. Nas capitais dos Estados, índice de desemprego, construção civil praticamente parada, diminuição do comércio, crise na atividade industrial, propagação do comércio de camelô (subemprego), inadimplência geral.

São mais de 1.050 municípios em estado de emergência, com cerca de 1.060.000 alistados nas frentes de trabalho e cerca de 3.000 carros-pipa fornecendo água às populações, quando na verdade havia necessidade de alistamento de mais de três milhões de rurícolas.

Mas, o que é realmente a seca? Na definição clássica é a falta de chuvas ou sua irregularidade de distribuição. Na minha opinião é um problema sócio-econômico. É a falta de comida, de água, de trabalho, enfim de assistência sócio-econômica ao homem. É o que está acontecendo no momento, apesar dos esforços do ministro do Interior Mário Andreazza e dos governadores dos Estados nordestinos, impotentes por falta de recursos financeiros até para pagar o funcionalismo quanto mais para enfrentar o problema.

Acabo de retornar do Sertão de Pernambuco, mais especificamente da região do Pajeú, onde há cerca de dois meses as lideranças políticas, eclesásticas, empresariais, enfim todo o povo vem clamando por assistência, chegando ao ponto do bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, dom Francisco Austragésilo de Mesquita,

dizer: "São 150 mil rurícolas desempregados. Sem conotação política e sem violência, sou favorável ao saque de armazéns e supermercados, pois é melhor do que cair com fome". O próprio governador Roberto Magalhães, sempre zeloso no cumprimento do dever e no respeito à lei, face a dramaticidade do quadro, não pôde contestar. Pois, desses 150 mil desempregados, apenas 11 mil estão alistados pelo Grupamento de Engenharia do Exército, onde as queixas contra o mesmo, são unânimes. No município de Iguaraci, com uma população de 15 mil habitantes e cerca de 650 km<sup>2</sup>, existem apenas pouco mais de 300 alistados, sendo obrigados muitos deles a deslocar-se até 14 km para trabalhar e quando chegam com 5 a 10 minutos de atraso, têm o seu ponto riscado.

No município de Ingazeira, cerca de 600 alistados, sendo que a Sudene já autorizou um alistamento no Sítio Salgado, a área mais atingida do município, há mais de um mês, sem que até o momento fossem engajados nas frentes de trabalhos. Neste município segundo informações de autoridades locais, rurícolas são obrigados a deslocar-se até 20 km para trabalhar. A imprensa nacional já divulga frequentemente o saque ou tentativa de saque em vários municípios do Nordeste. Ainda há cerca de 8 dias, 3.000 rurícolas desempregados saquearam a cidade de Aguas Belas, em Pernambuco.

Do mesmo modo, as queixas contra a maneira como o Exército vem administrando o programa no Pajeú, não se localizam apenas a Iguaraci e Ingazeira, mas se estendem a Brejinho, Itapetim, São José do Egito, Santa Terezinha, Tabira, Afogados da Ingazeira, Solidão etc. Urge, imediatamente a substituição pela Secretaria de Agricultura do Estado, que conhece a região e possui melhor estrutura para administrá-lo. Do mesmo modo existem muitas críticas à administração do programa pelo DNCOS e Codevasf em alguns municípios, por também não terem melhores conhecimentos da área e não possuírem infraestrutura necessária à sua plena realização. Para demonstrar estes dados, basta citar que o Estado do Ceará, cujo plano de emergência é administrado pela Secretaria de Agricultura, tendo uma população rural menor do que a de Pernambuco, possui 460 mil alistados, enquanto o nosso Estado tem apenas 120 mil.

Ao percorrer a região do Pajeú, no Sertão de Pernambuco, voltei preocupado, pois a situação geral é desesperadora, com a fome, a miséria, a falta de trabalho, a falta de recursos dos chefes dos Executivos municipais para realização de obras nas sedes e absorção da mão-de-obra ociosa urbana, a produção agropecuária completamente perdida etc".

## Anexo G – Carta Aberta dos Trabalhadores Rurais, 15 de janeiro de 1986

## C A R T A   A B E R T A

Os Trabalhadores Rurais das Comunidades de: SACO DA ROÇA, CACIMBINHA, CONCEIÇÃO, CATOLÉ, MACAMBIRA, GAMA, BARREIROS, SANTANA e FUXICA na região dos Distritos de CAIÇARINHA DA PENHA e TABAPIRANGA, no Município de Serra Talhada-PE, vêm através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sertão Central, historiar a sua luta e denunciar as violências.

## A NOSSA LUTA É PELA CONSTRUÇÃO DE UM TRAVESSÃO:

A centenas de anos, os animais são criados soltos nessa área e os trabalhadores para plantar têm que cercar sua roça para defender dos animais dos criadores. Nessa área não existe madeira, os agricultores são pobres e não dispõem de recursos para comprar arame.

Nos últimos anos tem havido muitas destruições nas lavouras, causadas por estes animais.

Diante dessa realidade, os trabalhadores há muitos anos vêm se mobilizando para que seja feito UM TRAVESSÃO que seria uma cerca de aproximadamente 30 quilômetros, beneficiando uma área agrícola de 5.000 hectares, onde está localizada uma média de mil (1.000) famílias, perfazendo um total de cinco mil (5.000) pessoas. Além da construção da cerca, os trabalhadores estão lutando pela aprovação de uma Lei Municipal que proíba a criação de animais soltos dentro dessa área que ficara cercada.

Essa reivindicação prende-se ao justo motivo de atender aos anseios de centenas de famílias rurais ali residentes, na sua maioria pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, que vivem exclusivamente da agricultura.

As pequenas propriedades locais, na sua maioria são constituídas de estreitas faixas de terras, medindo aproximadamente 100 metros de largura por até 15 quilômetros de extensão, o que dificulta ainda mais a cerca individual.

Diante dessa população de cinco mil pessoas, existe em torno de vinte (20) FAZENDEIROS que se sentem prejudicados com a construção do TRAVESSÃO porque vão perder a liberdade de criar seus animais soltos nas propriedades dos pequenos agricultores, destruindo suas lavouras.

Esses fazendeiros que sempre se posicionaram contra, vêm tentando de todas as formas impedir o encaminhamento da luta.

Nos anos de 77 a 79, a luta pela construção do travessão avançou bastante através do Sindicato. Por causa disso, sofremos a perda do então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada-PE, o companheiro RAIMUNDO FELIX, em 18 de outubro de 1979.

## O QUE CONTRIBUÍU PARA O ENFRAQUECIMENTO DA LUTA FOI A SECA DE 79 a 84.

Com a volta das chubvas, a partir de março de 1985, a luta retornou com mais força. Os trabalhadores novamente recorreram ao seu Sindicato, o qual tem procurado encaminhar da melhor forma possível em todos os níveis: na organização das comunidades, na representação junto às autoridades locais e estaduais e em todos os encaminhamentos necessários.

Junto a esses encaminhamentos, os trabalhadores e seu Sindicato vêm contando com o apoio da Igreja na pessoa do Bispo Dom Francisco Austragésilo de Mesquita, do Padre Afonso de Carvalho e do Padre Assis da Rocha; do Prefeito do Município e do Vice; do Presidente da Câmara e parte dos Vereadores.

Diante da união e da resistência dos trabalhadores e com o apoio das autoridades, os fazendeiros sentindo aproximar-se a construção do Travessão, partem agora para ameaças constantes e diversas contra os dirigentes do Sindicato e trabalhadores animadores da luta, principalmente a pessoa do Presidente do Sindicato, Manoel José dos Santos.

Inconformados, os fazendeiros estão procurando através de um Interdito Proibitório, sustar o encaminhamento da luta. Procuraram também influenciar autoridades, onde se colocam como vítimas.

Percebendo que não estão conseguindo atingir seus objetivos, partem para a VIOLÊNCIA através de: recados, visitas ao Sindicato e abordegam na rua, onde verbalizam a possibilidade de matar alguém, se for construído o

Travessão. É o que é mais grave: presença de pessoas armadas e suspeitas em horas inconvenientes, rondando constantemente a residência do Presidente do Sindicato, com intenções óbvias.

Diante de tais circunstâncias, vale salientar que, no período de 77 a 79 em que a luta foi coordenada pelo companheiro Raimundo Felix, as ameaças eram semelhantes e foram concretizadas com o assassinato do companheiro, fato este que, infelizmente, por parte das autoridades, continua impune.

Mesmo diante daqueles acontecimentos, a luta não parou, porque esta LUTA não é de um Diretor de Sindicato, mas sim de onze (11) Comunidades compostas de mil famílias, com aproximadamente cinco mil pessoas.

Mesmo perdendo lideranças como RAIMUNDO e vendo lideranças como MANDEL SANTOS e outras ameaçadas, a LUTA avança.

Nós os Trabalhadores Rurais estamos mais fortalecidos e conscientes e não mais aceitamos ameaças e violências que venham impedir a conquista dos nossos direitos.

E afirmamos que: Caso alguém venha a morrer, não ficaremos de braços cruzados.

Diante dessa realidade, contamos com o apoio de todas as Entidades comprometidas com a luta dos Trabalhadores Rurais.

Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Polo Sertão Central-PE:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Betânia
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cedro
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Custódia
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Calumbi
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Flores
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandiba
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Belmonte
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrita
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Triunfo
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Verdejante
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

15 de Janeiro de 1986

Anexo H – Diário de Pernambuco, Recife, sexta-feira, 26 de agosto de 1983

**Recife, sexta-feira, 26 de agosto de 1983 - A**

## *Andreazza lança hoje Programa da Cesta Alimentar*

BRASILIA - Todos os governadores nordestinos participam, hoje, às 15h, no Ministério do Interior, do lançamento do Programa da Cesta Básica Alimentar, em benefício dos flagelados da seca. São quase Cr\$ 10 bilhões, cuja liberação o ministro Mário Andreazza, o superintendente da Sudene, Valfrido Salmito, e o presidente do BNDES, Luis Sande, pretendem anunciar, na presença também da bancada do PDS do Nordeste e dos presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, Nilo Coelho e Flávio Marcílio. Os recursos serão aplicados, ainda, na construção de 30 mil cacimbões na área flagelada.

No Recife, o secretário especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dalari, informou que em menos de um mês o Governo deverá iniciar a venda das cestas de alimentos aos flagelados: 20 quilos de feijão, 15 quilos de arroz e 10 quilos de farinha. Ele participou da reunião, na Sudene, com os secretários de Planejamento e Agricultura do Nordeste, além de representantes da autarquia desenvolvimentista regional, da Cobal, Cibrazém, Sunab e da Comissão de Financiamento da Produção.

A Sudene informou que estima entregar, mensalmente, cerca de 750 mil cestas (admitindo que cada família beneficiada tem hoje dois integrantes do Programa), mas esse número deverá crescer à medida em que novas levas de sertanejos forem sendo alistadas nas frentes de trabalho. Os recursos, segundo o sr. Milton Dalari, serão retirados da "rubrica Calamidades", do Finsocial, a qual é administrada pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços - Seap. **Mais notícias na pág. A-13**

Recife, terça-feira, 30 de agosto de 1983

# Debates acirrados dominam a Sudene

Discursos fortes e até diálogos rispídos entre governadores e representantes do Governo marcaram a reunião de ontem do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada ante uma expectativa de novos pronunciamentos sobre a seca, mas que derivaram para acirradas discussões sobre possíveis cortes no orçamento do Fundo de Investimento do Nordeste - Finor.

Tudo começou com a declaração do governador do Ceará, Gonzaga Mota, à Imprensa, de que não mais compareceria à reunião do Conselho Deliberativo do órgão, enquanto o problema do orçamento Finor não fosse resolvido. Minutos após iniciada a reunião, um telex, assinado pelo ministro Mário Andreazza, chegava à mesa do superintendente Valfrido Salmto, onde ele dizia que no exercício de 1983 a cota mínima seria de Cr\$ 150 bilhões e, se ocorresse alteração, seria para maior.

Lido o texto, a reunião prosseguiu com um discurso do governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, com queixas ao Finsocial cujas liberações estão atrasadas.

Segundo ele, o Nordeste só recebeu, dos primeiros Cr\$ 250 bilhões do programa, Cr\$ 19 bilhões; os programas de merenda escolar só começaram em junho; o programa de apoio à zona canavieira ainda está em detalhamento; o programa de apoio ao pequeno produtor rural somente em agosto teve o primeiro contrato assinado e, finalmente, não há na segunda parcela de Cr\$ 143 bilhões, assinada em 12 de julho, nenhuma quantia específica para a região. João Alves Filho, de Sergipe, juntou suas queixas às de Suruagy, afirmando que "por meio de eufemismos" tenta-se novamente tirar no-

vos recursos do Finor, na medida em que se planeja desviar recursos para a Amazônia Oriental, dá-se permissão de investimentos em empresas do Sul para substituição de combustíveis e até mesmo a possibilidade do Fundo servir para socorrer empresas em dificuldades.

O governador José Agripino Maia, que presidia a reunião pediu esclarecimentos ao representante do Banco do Brasil, Hernand Fernandes, que disse não poder informar nada sobre o assunto.

A reunião prosseguiu com o governador Hugo Napoleão, do Piauí, que disse no seu discurso ter recebido um telex do Banco Central onde era aconselhado a não insistir na liberação de recursos para o Provárzas, além de um outro do Inera, onde era informada a redução de Cr\$ 200 bilhões num programa de recolonização no seu Estado. Napoleão disse em tom rispído que como governador não admitia ser tratado daquela maneira, pois fora eleito com apoio da maioria dos eleitores de seu Estado, e não desejava passar a história como omissão.

Novamente o governador José Agripino pediu esclarecimento, desta vez ao representante do Ministério da Fazenda, Agostinho Fernandes Bezerra, que também disse não estar informado sobre o assunto. Antes de passar a palavra ao governador Luiz Rocha, Agripino disse que o Nordeste não podia mais ter respostas evasivas, pois exigia respeito.

Tentando explicar que não havia nenhuma decisão formal de reduzir os recursos do Finor, o representante da Seplan, Artur Reinaldo, disse que existia apenas um trabalho do Instituto de Planejamento de Economia Administrativa (IPEA) em conjunto com o seu ministério, que visava apenas a reorien-

tação no orçamento de 84, de recursos da área de agropecuária para a área industrial na região, assim como a redução do limite dos empreendimentos, zoneamento e avaliação mais rigorosa dos empreendimentos aprovados para receber recursos do Fundo.

O governador Luiz Rocha pediu a palavra e foi duro: "Quem entende de Nordeste é a Sudene. Portanto, quem tem que decidir quantos hectares deve ter um projeto agropecuario é ela, acentuou arrancando palmas da plateia".

O superintendente da Sudene, Valfrido Salmto disse que o órgão, de fato, estava estudando a proposta da Seplan, mas ainda não tinha uma resposta.

Foi então que o representante do Ministério da Fazenda, Agostinho Fernandes Bezerra pediu a palavra para explicar que os recursos do Finor em 83 não seriam diminuídos, mas até ampliados, de Cr\$ 150 bilhões para Cr\$ 160 bilhões, devido à adoção de correção monetária na cobrança do Imposto de Renda.

O governador João Alves voltou-se para Fernandes Bezerra e perguntou se não era verdade que ao mesmo tempo em que corrigia o Finor com a metade da correção monetária o Ministério corrigia também suas despesas com a correção integral?

Agostinho Fernandes admitiu ser verdade o que dizia o governador, arrancando risos da plateia.

O clima permaneceu tenso até que ao final da reunião, o governador José Agripino disse que o tom forte dos discursos dos governadores não era inquisitivo, mas apenas a constatação de um desejo de corresponder ao único compromisso que eles têm que é com o povo.

## Órgão coordena cestas de alimentos

A Sudene é quem vai coordenar a aplicação da verba de Cr\$ 7,5 bilhões do Finsocial para o programa de cestas alimentares aos flagelados da seca do Nordeste, cabendo à SEAP, à Cobal e à CFP apenas a identificação dos estoques disponíveis, locais de armazenamento e condições de preços dos produtos.

Numa reunião, ontem, com o superintendente da Sudene, Valfrido Salmto, e o presidente do BNDES, Luiz Sande, que liberou a verba, os governadores do Nordeste decidiram que caberá aos órgãos estaduais, que estão executando o programa de emergência, a identificação das necessidades, inclusive no que diz respeito às quantidades de cestas oferecidas, de forma que o dinheiro circule na própria região, cabendo à Sudene a coordenação dos recursos.

A Sudene ainda não sabe quanto a cesta, de 20 quilos de feijão, 15 de arroz e

10 de farinha, vai custar nem o número exato de famílias a serem beneficiadas com o programa. Mas o superintendente Valfrido Salmto estima que o preço não passará de Cr\$ 8 mil, devendo ser fornecidas, pelo menos, 800 mil cestas.

A reunião dos governadores nordestinos (apenas Tancredo Neves, de Minas, Wilson Braga, da Paraíba, e Gonzaga Mota, do Ceará estiveram ausentes) aconteceu antes da reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, e foi realizada a portas fechadas, durando mais de uma hora.

Os governadores negaram que tivessem pleiteado a doação das cestas aos flagelados, mas insistiram em que as compras tinham que ser feitas na região, se possível, adquirindo os estoques nos próprios Estados caso do arroz e farinha, por exemplo.

O objetivo, segundo o governador José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, era o de fazer com

que os recursos, uma vez destinados à região, não voltassem ao Centro-Sul, como previa a Cobal que ia adquirir os produtos naquela região.

Dessa forma, a verba virá do BNDES para a Sudene; os órgãos estaduais (Emater, Batalhão de Construção do Exército e Codevas) vão identificar as necessidades de cada Estado, e enviarão relatório à Sudene que centralizará os pedidos com as informações sobre estoques disponíveis, liberando-os para cada agência estadual da Cobal para que efetue a compra e erve aos órgãos aplicadores do programa. Estes farão assim a sua distribuição.

A Sudene estima que no máximo, em três semanas, as primeiras famílias estarão recebendo a cesta, que será opcional ao alistado e cujo valor será descontado do pagamento do salário correspondente ao mês de setembro.



# Governadores querem saber sobre liberação de verbas

Notícia publicada em revista de grande circulação nacional, dando conta de uma liberação de recursos aos bancos estaduais por parte do Banco Central e que beneficiou sobretudo os Estados de governos de partidos oposicionistas, levou o governador Roberto Magalhães a encaminhar documento, subscrito por todos os governadores do Nordeste ao presidente do Conselho Deliberativo da Sudene, pedindo esclarecimentos.

"Como governadores eleitos pelo voto direto, temos o dever de nos informar sobre matéria dessa relevância, a fim de que possamos esclarecer as populações de nossos Estados e nos posicionar na defesa de seus interesses", é dito no documento assinado pelos governadores do Nordeste, que fazem as seguintes reivindicações:

1º - Sejam solicitados, de logo, esclarecimentos, nesta reunião, ao representante do Ministério da Fazenda, sobre o assunto, confirmando ou não a notícia veiculada.

2º - Submeta-se ao plenário, requerimento ao ministro da Fazenda, para que aquele Ministério preste a este Conselho as seguintes

informações: a) - quais os critérios adotados para a fixação dos quantitativos de ajuda do Banco Central do Brasil aos bancos oficiais estaduais; a que título serão - ou estarão sendo transferidos os recursos: se a fundo perdido, total ou parcialmente, ou se mediante financiamentos; nesta última hipótese, em que condições de prazo, carência, juros e correção monetária".

## NOTA

Foi a seguinte a nota publicada na revista *Veja*, na seção **Radar**:

"Numa decisão a ser referendada pelo Conselho Monetário Nacional, o Banco Central deu uma prodigiosa injeção de dinheiro nos bancos de Estados que estavam em dificuldades. A providência beneficiou sobretudo bancos estaduais de governos oposicionistas e destinou-se a salvar alguns de uma invejável quebra. O Banco do Estado de Goiás recebeu 61,3 bilhões de cruzeiros. O do Rio de Janeiro, 25 bilhões, O Banco do Estado do Paraná e o de Minas Gerais receberam 5,5 e 1,1 bilhões, enquanto o do Pará 5,5 bilhões. Nessa distribuição de recursos os Estados

do PDS ficaram com pouco mais de 13 bilhões de cruzeiros, enquanto os bancos estaduais que pertencem aos governos de oposição (encarregados de tapar buracos recebidos do PDS, no caso do Rio, do PMDB), abocanharam 108,4 bilhões de cruzeiros".

Posicionando-se a respeito do assunto, os governadores do Nordeste assinalam no documento que "jamais colocaram, neste Conselho, qualquer questão em termos partidários. Até porque seriam como são - contrários a discriminações partidárias quando estejam em jogo os interesses da coletividade".

- Todavia, entendem não poder passar sem registro - e se for o caso - sem o seu protesto mais veemente, a distribuição desigual e discriminatória de recursos por diferentes unidades da Federação. Em verdade, se confirmada a notícia publicada naquela revista, aos Estados do Nordeste caberá em menos do que 10% da importância global alocada. Semelhante tratamento, quando a Região está passando pelo quinto ano de estiagem, soa absurdo e insólito", finaliza.

## Documento é entregue a Salmito

O presidente da Contag, José Francisco, acompanhado por representantes das Federações de Trabalhadores Rurais de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Maranhão, compareceu, ontem, à reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, entregando ao superintendente da autarquia, Valfrido Salmito, documento contendo as reivindicações de cerca de 20 milhões de trabalhadores atingidos pela seca na Região.

Segundo ressaltou José Francisco, o documento foi resultado do 3º Encontro Regional sobre a Problemática da Seca, realizado de 15 a 19 deste mês, em Teresina, Piauí, contando com a participação de 50 dirigentes sindicais do Nordeste. Trata-se de uma análise dramática da situação da população trabalhadora rural, após cinco anos consecutivos de seca e das medidas governamentais aplicadas na Região.

"Reivindicamos medidas que visem à solução definitiva do problema da seca e que impliquem transformações na atual estrutura agrária injusta, concentradora de terra e de renda, através da reforma agrária com a participação dos trabalhadores rurais, acompanhada de mudanças na política agrícola e de irrigação, no sentido de que seja dada prioridade aos pequenos agricultores", afirma José Francisco.

Dentre as medidas agrárias apontadas como indispensáveis pelos trabalhadores, destacam-se: a desapropriação das áreas úmidas e vazantes para serem distribuídas com os agricultores, a desapropriação, por interesse social, de áreas litigiosas e o assentamento imediato dos trabalhadores rurais nas áreas já desapropriadas. Eles exigem ainda, em caráter de urgência, a adoção de medidas ligadas à questão do crédito do seguro

agrícola e do Programa de Emergência.

"Apesar de serem apenas um paliativo, as frentes de serviço são indispensáveis em momentos críticos como o que os trabalhadores rurais vêm suportando nos últimos anos. Portanto, reivindicamos a inclusão no Programa de Emergência de todos os municípios atingidos pela seca com a criação de áreas de trabalho em todas as comunidades e de vagas suficientes nas frentes de serviço, devendo os trabalhadores serem liberados por ocasião das chuvas, sem prejuízo dos pagamentos até a colheita", destaca o presidente da Contag.

Referindo-se, ainda, ao Programa de Emergência, ele chama a atenção das autoridades para a necessidade de que sejam tomadas providências visando à correção das distorções atualmente verificadas na execução do programa.

## Anexo J – Manifesto dos Trabalhadores Rurais, Serra Talhada, 7 de junho de 1988

MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS ACAMPADOS NO CANTEIRO DE OBRAS DA BARRAGEM DE SERRINHA - SERRA TALHADA - PERNAMBUCO.

Os trabalhadores rurais acampados desde o dia 02 de junho, último, no canteiro de obras do açude público de Serrinha, construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, no município de Serra Talhada, com o objetivo de perenizar o rio Pajeú, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada(PE), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, denunciam, por intermédio do presente manifesto as arbitrariedades cometidas pelo DNOCS.

Quando iniciou a construção da barragem de Serrinha, o DNOCS pagava indenizações em novembro de 1986, utilizando uma tabela de preços do mês de janeiro de 1983. Diante dos protestos de alguns agricultores o DNOCS elaborou nova tabela de preços em janeiro de 1987. Essa tabela, no entanto, seria utilizada para as indenizações a serem realizadas no período de 1987 a 89, sem qualquer correção.

Diante de tamanha aberração além dos pagamentos serem feitos sempre com muito atraso, os trabalhadores rurais sentindo-se prejudicados, reuniram-se e tomaram a decisão de paralizar as obras da construção de Serrinha para o que contaram com total apoio do Sindicato e demais entidades sindicais. A primeira paralização teve início no dia 1º de junho de 1987, contou com a participação de mais de 500 trabalhadores de toda a área atingida e só foi encerrada com a assinatura de um acordo, ao cabo de várias horas de negociação, no dia 1º de julho de 1987.

Esse acordo, assinado pelos representantes do DNOCS e das entidades representativas dos trabalhadores rurais, estabelecia, dentre outras coisas, a correção trimestral da tabela de preços para indenização de benfeitorias, com base na variação da OTN, prazos para pagamentos das indenizações e o reassentamento para pequenos agricultores.

A partir da assinatura do acordo o DNOCS passou a pagar as indenizações observando os reajustes acordados. De modo que as indenizações pagas du -

2.

rante o primeiro trimestre de 1988, tinham o acréscimo de 299,7%, correspondendo à variação da OTN no período de janeiro/87 a dezembro/87.

Quando se completou o primeiro trimestre de 1988, o DNOCS, inexplicavelmente não mais quis pagar o reajuste relativo a este período, E passou a pressionar os proprietários a receberem suas indenizações sem o reajuste do trimestre, sob a ameaça feita pelos empregados do DNOCS de botar o caso na justiça. Essa atitude arbitrária do DNOCS causou um prejuízo de 56,9% aos que caíram nessa jogada de receber sem reajuste, conforme acordado. Esses pagamentos foram efetuados pelo DNOCS sem a assistência do Sindicato ao contrário do que era feito anteriormente.

Mas, os empregados do DNOCS não conseguiram ludibriar a todos. Mais de 100 proprietários se mantêm firmes e só aceitam receber suas indenizações devidamente reajustadas, conforme previsto no acordo de 1º/07/87.

Diante da intransigência do DNOCS os trabalhadores, após esgotadas todas as tentativas junto aos representantes do órgão, decidiram ocupar, pela segunda vez, o canteiro de obras de Serrinha, contando com o apoio e cooptação das entidades sindicais, os trabalhadores rurais mantêm a obra completamente paralizada desde as 13:00h da última quinta-feira, dia 02 de junho, como forma pacífica e legítima de pressionar os representantes do DNOCS a cumprir os compromissos assumidos no dia 1º/07/87.

Nessa segunda paralização o DNOCS não tardou a aparecer. Logo no terceiro dia de paradeiro o Dr. José Adailton Monteiro da Silva, diretor da 3ª Diretoria Regional do DNOCS, acompanhado de assessores, convocou uma reunião com os representantes dos trabalhadores que se realizou nos escritórios do órgão, em Serrinha.

Ante as reivindicações apresentadas, o DNOCS informou o seguinte:

- 1- Com referência a aplicação do reajuste trimestral da tabela de preços conforme a variação da OTN, o DNOCS disse não ter condições de atendimento, em face de resolução do Conselho de Administração do órgão que limita os reajustes da tabela aos preços de mercado. Esta resolução do Conselho tem por base o parecer de uma comissão interna do DNOCS, criada para pro-

3.

ceder o levantamento dos preços vigentes no mercado, cuja conclusão é de que os valores constantes na tabela em janeiro/88 devem ser mantidos até junho/88, sem correção.

2- Quanto ao reassentamento das famílias a serem desalojadas, o DNOCS com promete-se a executar os serviços de cercas, estradas e eletrificação. Isto significa apenas uma parte daquilo que o DNOCS vai destruir com a inundação, de centenas de pequenos agricultores que terão suas lavouras e residências, além de todas as benfeitorias construídas ao longo de suas vidas, submersas pelas águas do reservatório de Serrinha. Tudo isso terá de ser reconstruído na nova terra onde forem reassentados. No entanto, no modelo de reassentamento proposto pelo DNOCS, não existe casa para a família cuja residência é destruída pelo próprio DNOCS e, não consta, também, de uma moto-bomba para utilização da água do reservatório na irrigação das terras, sem o que as águas acumuladas pelo DNOCS ficarão sem utilidade.

Desse jeito, como querem os representantes do DNOCS, ao invés de resolver adequadamente o problema social criado pela barragem de Serrinha que no total prejudica a 600 famílias de pequenos agricultores, o órgão, ao contrário de criar as condições para o trabalhador sertanejo enfrentar a seca no Nordeste, estará decididamente contribuindo para o êxodo rural, na medida em que expulsa os pequenos agricultores de suas terras e casas, não devolvendo a eles as condições de continuar trabalhando no campo, forçando essas famílias a caírem na marginalidade urbana por absoluta falta de condições de continuarem trabalhando e produzindo na atividade agrícola.

Os trabalhadores não conseguem entender como é que um órgão do Governo Federal, como o DNOCS, criado justamente para combater os efeitos da seca no Nordeste, cria o projeto de uma barragem para acumular água, sem prever que as famílias a serem expulsas de suas terras pela inundação, necessitam que lhes sejam devolvidas as condições básicas indispensáveis para continuarem trabalhando na agricultura. No entanto, o DNOCS não quer nem devolver a casa residencial que vai ficar debaixo d'água, das famílias

4.  
atingidas. Mais que isso, as entidades sindicais entendem que um projeto desse para ser completo, tem que ter, além da parte técnica, a parte social, o reassentamento das famílias, com casa, terra, cercas, estradas, eletrificação, moto-bomba, etc.

É preciso que os atuais representantes do DNOCS enxerguem que estão diante de um problema social, criado por uma obra de utilidade pública, em que nem sempre o pagamento puro e simples do valor da indenização, mesmo que a preço justo, é satisfatório para a solução do problema que está criado para centenas de famílias de pequenos agricultores.

Diante da postura assumida pelos representantes do DNOCS em que demonstram uma completa e absoluta falta de sensibilidade ante um problema social, os trabalhadores rurais em assembléia realizada no último sábado, dia 04 de junho, decidiram manter a obra paralizada. Afinal há mais de 100 famílias de pequenos agricultores ameaçados de perder suas terras, lavouras, casas e benfeitorias com a inundação de Serrinha e não estão recebendo da parte do DNOCS - responsável pela obra e suas conseqüências - qualquer proposta que represente uma alternativa viável para solução do problema.

As entidades sindicais representativas dos trabalhadores rurais reconhecem na atitude dos trabalhadores prejudicados pela barragem de Serrinha, uma ação legítima na defesa de seus mais elementares direitos. Esperam as entidades sindicais que os atuais representantes do DNOCS tenham o bom senso de compreender que um problema social que joga na incerteza o futuro de centenas de famílias de pequenos agricultores, só pode ser resolvido com a participação ativa dos prejudicados, através de seus órgãos de representação sindical, e sobretudo com o propósito de verdadeiramente combater os efeitos da seca no Nordeste.

Serra Talhada(PE), 07 de junho de 1988.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SERRA TALHADA - PERNAMBUCO  
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO-FETAPE  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG.

## Anexo K – Ata de Registro de Ocorrência, Serra Talhada, 02 de junho de 1988

ATA DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA:

Hoje dia 02/06/88 as 12:00 horas, compareceu ao Canteiro de Obras de construção de Açude Público Serrinha/PE., os senhores MANOEL JOSÉ DOS SANTOS, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada-PE., juntamente com os demais Senhores ANTONIO MARQUES DOS SANTOS e JOSÉ PAULO DE ASSIS da FETAPE, ADAILSON VERAS assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, demais proprietários de terras ainda não indenizadas, estando presente os Engos José Amaury Loreto da Motta, Maurício Cardoso de Rego, Benedito José de Carvalho Meneses e Antonio Lopes Pessoa do DNOCS. Fomos comunicados que a partir desta data a Obra ficará interditada ou seja paralisada até que seja solucionado por parte de DNOCS o cumprimento do acordo celebrado anteriormente entre o DNOCS e os representantes acima. Abaixo relacionamos as reivindicações:

- a) Aplicação do índice de variação da OTN para correção dos valores das indenizações relativo as benfeitorias, conforme previsto no acordo já acima citado.
- b) Levantamento do Riacho São Cristóvão previsto para Outubro / 1987 e até a presente data não foi cumprido.
- c) Cumprimento dos prazos de pagamento devidamente corrigido das indenizações de acordo com o que foi previsto
- d) Os proprietários da área a indenizar próximo ao sangradouro, exigem imediata solução do problema.
- e) Reivindicam ao DNOCS que seja cercada a área de contorno da bacia hidráulica e o acastamento das famílias, construindo a infra estrutura necessária com casa, estrada e divisão de lotes.
- f) Os trabalhadores permanecerão no canteiro de obras sob a coordenação das Entidades Sindicais, aguardando a presença de representantes do DNOCS para iniciar acordos.

Serrinha-PE, 02 de Junho de 1988:

Engº José Amaury Loreto da Motta  
 Engº Maurício Cardoso de Rego  
 Engº Benedito José de C. Meneses  
 Engº Antonio Lopes Pessoa  
 Antonio Marques dos Santos  
 José Paulo de Assis  
 Manoel José dos Santos  
 Adailson Veras

(DNOCS)  
 (DNOCS)  
 (DNOCS)  
 (DNOCS)  
 (FETAPE)  
 (FETAPE)  
 (SINDICATO)  
 (SINDICATO)

Anexo L – Diário de Pernambuco, Recife, segunda-feira, 01 de outubro de 1984

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
Recife, segunda-feira, 1 de outubro de 1984

## Liberadas verbas para construção do açude de Serrinha

Foi assinado sexta-feira, no salão das Bandeiras do Palácio do Governo, pelo ministro Mário David Andrezza, o edital de construção do açude público "Serrinha", localizado no município de Serra Talhada, e que terá disponibilidade de acumulação d'água da ordem de 312 milhões de metros cúbicos.

O ato, adiante contou com a participação do governador Roberto Magalhães, além dos seus colegas que participaram da reunião da Sudene, bem como de parlamentares pernambucanos, do diretor-geral do DNOCS, eng. Oswaldo Pontes, do novo superintendente da Sudene, eng. Marlos Jacob, do diretor regional do DNOCS, eng. Joaquim Gondim e outras autoridades especialmente convidadas.

### A OBRA

O açude público "Serrinha" tem por finalidade principal a implantação de um Projeto de Irrigação em uma das zonas mais secas, pobres e desprovidas de obras públicas federais de Pernambuco, como é o caso do sub-médio Pajeú, que vive em crise constante de falta d'água para o consumo urbano, inclusive abastecimento dos rebanhos bovinos e caprinos existentes naquela região.

A obra, que será construída pelo DNOCS, através

da sua 3ª Diretoria Regional, sediada nesta Capital, vai dispor de uma barragem com altura máxima de 30 metros, onde serão armazenados cerca de 312 milhões de metros cúbicos d'água, inundando conseqüentemente uma área estimada em cerca de 4.422 mil hectares de terras atualmente secas.

### HISTÓRICO

O açude público "Serrinha" foi inicialmente estudado pelo antigo Serviço de Estudos e Projetos do DNOCS em 1949 e teve o seu projeto concluído no ano seguinte. Somente em 1962 é que foram os trabalhos propriamente dita da barragem do "Serrinha" iniciados, empregando o DNOCS dezenas de flagelados da seca, os quais sofriam os rigores de uma estiagem prolongada.

Mas a euforia sentida pela população sertaneja pernambucana, mais preocupada os habitantes do sub-médio Pajeú, que reivindicaram através das suas lideranças políticas o início daquela importante obra, durou pouco. E que estudos mais profundos de fundação realizados posteriormente ao início das obras apontaram uma série de falhas puramente geológicas, o que levou os técnicos do extinto Serviço de Estudos e Projetos do DNOCS a recomendar a paralisação da obra.

## DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Recife, sábado, 13 de outubro de 1984

### Estado vai construir mais cinco barragens sucessivas no Pajeú

No início do próximo ano, o Governo do Estado irá construir mais cinco barragens sucessivas em um trecho de 68 quilômetros do Rio Pajeú, com investimentos estimados em Cr\$ 2,5 bilhões, beneficiando uma área agrícola irrigável de 2.400 hectares. Os projetos estão sendo elaborados, enquanto as obras serão executadas no longo de 1985.

As cinco barragens serão de pequeno porte e ficarão localizadas entre os municípios de Serrinha e Floresta que, acopladas à barragem-mãe de Serrinha (projeto do DNOCS), devidamente operada, proporcionarão o acesso do agricultor à água. Paralelamente, deverão ser incentivados programas de extensão rural e capacitação das populações ribeirinhas no trato da agricultura irrigada.

#### INTEGRAÇÃO

Essa integração Estado-Federação deverá continuar a ser exercitada, tendo em vista a completa regularização do regime hídrico da toda bacia do Vale do Pajeú,

a partir dos reservatórios de grande porte, de acordo com os estudos anteriormente desenvolvidos pelo Projeto Asa Branca.

De acordo com os estudos elaborados pelo Governo do Estado, o plano agrícola para a área de 2.400 hectares que será beneficiada com as cinco barragens prevê o desenvolvimento de culturas necessárias para a subsistência do agricultor e sua família, tais como feijão maciço e milho, lavouras comercializáveis, principalmente cebola e tomate industrial e plantações de sorgo forrageiro para o desenvolvimento da pecuária.

#### GRAVIDADE

Individualmente, as barragens terão como função reter água com elevação de nível para possibilitar a derivação de água por gravidade. Elas terão pequenas volumes de acumulação, de modo a não prejudicarem as áreas ribeirinhas que se desliza irrigar e ficarão localizadas em áreas com maior adensamento populacional e maior ocorrência de solo aproveitável.

### “Serrinha” perenizará rio Pajeú

SERRA TALHADA

O reservatório do açude de Serrinha terá capacidade de acumulação de 311 milhões de metros cúbicos d'água, sendo o terceiro maior de Pernambuco e servirá para serviços de abastecimento, programas de irrigação, piscicultura e será barragem-mãe para perenização de 60Km do rio Pajeú.

A informação foi dada ao prefeito deste município, Sebastião Oliveira, pelo seu irmão deputado federal Inocêncio Oliveira (PDS-PE), destacando que o custo da obra está orçado a preços de hoje em 22 bilhões de cruzeiros e com prazo de conclusão para dois anos e seis meses.

O parlamentar enfatizou que “nos que sempre lutamos para concretização da obra, estamos felizes pelo evento e ao mesmo tempo queremos nos congratular com os conterrâneos serra-talhadense e sertanejos, bem como agradecer ao ministro do Interior, Mário Andreazza, aos diretores geral e regional do DNOCS e nosso reconhecimento ao governador Roberto Magalhães, que não envidou esforços para deferimento do pleito, nos ajudando sobretudo na reivindicação, tendo sido fator decisivo para sua concretização”.



Anexo N – Diário de Pernambuco, Recife, sábado, 04 de junho de 1988

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
Recife, sábado, 4 de junho de 1988

A-14

Recife, sábado, 4 de junho de 1988

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

## *Trabalhador rural ocupa canteiro de obras de barragem*

**SERRA TALHADA** - A construção da barragem de Serrinha, neste município pernambucano, encontra-se paralisada desde a última quinta-feira, às 13 horas, quando cerca de 300 trabalhadores rurais de várias localidades e serem atingidas pelo reservatório ocuparam o canteiro de obras, antes que os operários retornassem para o segundo turno de trabalho do dia.

A ocupação, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município é por tempo indeterminado, tendo sido motivada devido ao descumprimento, por parte do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), de acordo assinado com entidades sindicais, em que

o órgão se compromete a corrigir a tabela de preços para pagamento de benfeitorias, com base nos índices da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional).

Diante do descumprimento do acordo, informou o Sindicato, os trabalhadores rurais se revoltaram e decidiram promover a segunda paralisação da obra exatamente um ano após a primeira parada. Agora, a disposição deles é só sair do local depois de um novo acordo com o Dnocs. Só que, dessa vez, os grevistas querem dialogar diretamente com o Conselho de Administração do órgão, pois acreditam ser essa a única forma de garantir o cumprimento de um possível acordo.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO Recife, quinta-feira, 1 de setembro de 1983

Flagelado é Jesus novamente na cruz

Vinte bispos do Nordeste reuniram-se ontem em assembleia extraordinária da Regional Nordeste II da CNBB, posicionando-se a respeito da situação dos flagelados da seca, da repressão, da violência e da votação do decreto lei 2045 que trata da questão salarial.

Além disso, o Regional da CNBB elegeu seu novo presidente, dom Antônio Costa, bispo auxiliar de Natal, ficando a vice-presidência com dom Tiago, de Garanhuns, e a secretaria com dom Acácio, Palmares. Na íntegra, é o seguinte teor do documento distribuído ontem à imprensa, a respeito dos problemas considerados pelos bispos como cruciantes para a região:

“Bispos e demais agentes da pastoral, em Assembleia Extraordinária do Regional Nordeste II da CNBB, somos testemunhas de irmãos nossos, vítimas permanentes do peso maior de todas as crises. Entre os problemas cruciantes — que continuam agravando a situação dos nordestinos mais frágeis — destacamos três: a seca, a repressão e decreto nº 2.045 contra o salário.

Bispos querem trabalho, terra e justiça para os sertanejos

A solução para o problema dos flagelados da seca, trabalho, terra e justiça, e somente uma decisão política poderia concluir a luta. Mas já que o governo não dá trabalho e não paga salários justos aos agricultores, desocupando com a seca o meio de que vivemos numa situação de emergência onde a lei salarial não se aplica, este Governo deveria ao menos compensar essa situação, como beneficiários do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — Inan. Outra medida que poderia ser tomada era a distribuição da merenda escolar a todas as crianças, independentemente da frequência às escolas, já que em muitas áreas sequer existem aulas e que muitas famílias não dispõem de meios para manter seus filhos nas escolas, declarou ontem o bispo de Afogados

de Ingazeira, dom Francisco Anastácio. Deixando claro que providências desse tipo são mais paliativas que mais parecem esmolas e justiça, afirmou que diante da conjuntura concreta, quando o trabalho e a justiça são negados aos sertanejos, não há como recorrer em nome do povo qualquer ajuda que venha a minorar suas condições de miséria. No que diz respeito à conta de alimentos proposta pelo Governo, argumentou que a população não tem meios para adquiri-la, nem mesmo a preços baixos, sugerindo que os alimentos fossem doados. A situação do Sertão é cada dia pior porque os recursos escasseiam, os alimentos são caros, a água, o preço dos alimentos sobe e o salário de emergência, que é de Cr\$ 15.000, pago com atraso de 8 a 10 dias, não dá para ali-

mentar uma família. A seca é um fenômeno natural e tem que se encontrar um modo de convivência com ele. A solução para o problema só virá no dia em que a Federação decidir tratar o Nordeste com justiça. Basta ver o que o próprio governador de Pernambuco está fazendo e reclamando a isso respeito em seu último pronunciamento na Sudeneq — explicou o bispo de Afogados. A reforma agrária é considerada por dom Francisco essencial à solução da problemática sertaneja. Ele lembrou que os trabalhadores, através de suas entidades de classe, vêm lutando por ela. Questionado a respeito das pressões políticas que estão sendo realizadas pela JAB em favor dos direitos burocratas dos flagelados da seca, o bispo afirmou que não creia em resultados concretos a partir daí.

Adventistas iniciam mobilização

A Igreja Adventista do Sétimo Dia lançou a Campanha SOS Nordeste, para ser feita em todo o Brasil, objetivando conseguir recursos para socorrer os flagelados da seca. Eles se dirigiram às residências ou ao local de trabalho das pessoas, para receber doações, seja em forma de alimentos, roupas, remédios, dinheiro, etc.

Quase mil igrejas adventistas estarão participando da Campanha, sendo no Recife, os trabalhos dirigidos pelos pastores Cleo Alexandre, Osmay Reis e Joel Goniorowski. Em nossa cidade, a coordenação da Campanha está sendo feita a partir da Igreja Central Adventista, à Rua Gerônimo Pinheiro, 717, Centro A.S.A., Rua das Flores, 714 (Água Fria), tendo ainda os endereços: Rua Zefreze Agra, 262, Aruda, e Av. Norte, 5960.

Os adventistas atuam em 190 países. Em 1982, distribuíram mais de sessenta e seis milhões de cruzeiros, só em alimentação.

Pagamentos com 15 dias de atraso

Camponeses do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floresta denunciaram à Petajpe — Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco — irregularidades no pagamento dos salários das frentes de trabalho nas áreas atingidas pela seca, os quais vêm sofrendo atraso de 15 dias até dois meses.

Numa reunião realizada semana passada, a qual compareceram representantes de várias localidades pro-

ximas a Floresta, eles apresentaram documento enviado a Petajpe no qual “denunciam o problema das frentes de trabalho, onde está existindo atraso nos pagamentos, que já chegou a um mês e meio, e em algumas comunidades, este atraso foi de dois meses”. Além disso, continuam a preocupação dos trabalhadores é que não estão sendo localizadas obras, nem estão mais alistando trabalhadores, alegando o

engenheiro do Emopar que só depois de ordens superiores é que alistará outros trabalhadores”. Neste mesmo documento, a falta de água, de carros-pipa para abastecer a região, e a negligência e os burocratas de Povo de Cipó, Ilho d'Água, Logradouro, Típicia, Barra da Silva, Calderão, Varzea de Ió, Pedra Ferrada, Fimdoaba, Bonito, são dos mais atingidos pela total ausência de abastecimento.

restá, Pernambuco. Há cinco anos, essas 100 famílias vêm lutando para se manter no posse da sua fonte de vida — A Terra. Um dos líderes que Paulino levou foi na boca, para, segundo os pastores, nunca mais brigar por terra.

Os assapados e mandantes serão descobertos e punidos, ou ficarão responsáveis a mostrar que a lei é igual para todos? Nos atingidos, a todos que lutam, repetimos com Jesus Cristo: — Meus amigos, não tenham medo daqueles que matam o corpo e depois disso nada mais podem fazer. Tenham medo daqueles que, depois de matar, têm poder de lançar no inferno (Lucas 12, 49). Decreto Nº 2045 — que vamos também manifestar nossa solidariedade com os trabalhadores na sua campanha contra o citado decreto, que lhes tira 20% do índice de aumento salarial e que vem sendo criticado por todas as pessoas que acreditam no ser o salário o responsável pela inflação e a crise econômica que vivemos.

Entim, aos que têm poder de decisão, lembramos as palavras do Profeta Isaias: “Ai daqueles que fazem leis injustas, e dos escribas que redigem sentenças opressoras, para afastar os pobres dos tribunais e negar direitos aos frácos de meu povo; para fazer das víduas suas presas e despejar os órfãos, que fareis vos no dia de ajuste de contas?”.

## ANEXO P – Atividades realizadas pelo Fórum Seca no período de 1989 a 1997.

Quadro 7. Atividades do Fórum Seca: de 1989 a 1997

EVENTO	DATA/LOCAL	OBJETIVO	PERSPECTIVAS	PARTICIPANTES
I Encontro Seca, Implicações Políticas e formas de Convivência Promovido por: Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro	24 a 26 de outubro de 1989/Triunfo (PE)	Debater a seca em suas causas e efeitos, enquanto fenômeno econômico, político e social e buscar formas adequadas e coletivas de enfrentar o problema	Criar um espaço de discussão permanente sobre a problemática da seca	30 participantes entre lideranças sindicais, trabalhadores rurais e técnicos
I Seminário Seca, Implicações Políticas e formas de enfrentamento Promovido por: Projeto Tecnologias Alternativas do Centro Josué de Castro	27 a 30 de agosto de 1990/Seminário Cristo Rei, Camaragibe (PE)	Ampliar e aprofundar as discussões ocorridas durante o I Encontro realizado em Triunfo (PE)	Criação de Programa Permanente de combate aos efeitos da seca, democratização da terra, adoção de políticas racionais de exploração dos recursos naturais, socialização de informações geoclimáticas oficiais, inclusão da problemática do semiárido no currículo escolar das escolas públicas do Nordeste e a criação do Fórum Ampliado de Enfrentamento da problemática da seca de Pernambuco	Mais de 40 participantes entre lideranças sindicais, trabalhadores rurais, técnicos, parlamentares, igreja e universidades
Debate sobre a seca e a cesta no Governo Collor de Mello	07 de dezembro de 1990/Auditório do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco	Avaliar política e nutricionalmente a cesta básica anunciada com estardalhaço pelo Governo Collor	Denunciar na imprensa para a opinião pública o descaso do Governo com o drama das famílias que moram no semiárido Nordestino	15 pessoas entre convidados, público em geral e a imprensa
Lançamento público do Fórum Pernambucano de Enfrentamento à problemática da seca	05 de maio de 1991/Município de Serra Talhada, região do Sertão Central o Estado de Pernambuco	Realizar um evento de massas, para tornar pública a existência do Fórum como instrumento da sociedade para debater propostas viáveis e auto sustentáveis de solução para o problema da seca	-----	Aproximadamente 7000 pessoas, em sua maioria trabalhadores rurais vindos do agreste e principalmente do sertão de Pernambuco. Participaram também técnicos, Igrejas, lideranças sindicais rurais e urbanas e políticos de expressão local e nacional
I Seminário sobre recursos genéticos vegetais Promovido por: CAATINGA, ASPAN E FÓRUM SECA	05 a 08 de setembro de 1991/Seminário dos pescadores – Olinda - PE	Discutir problemas relativos aos recursos genéticos vegetais presentes no semiárido nordestino e discutir a proposta de Lei de Cultivares que tramitava no Congresso Nacional	Levantar dados e informações para compor propostas a serem levadas à Conferência Mundial da ECO/92, que se realizaria no ano seguinte, no Rio de Janeiro.	17 técnicos de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Bahia, além de um técnico do KEW GARDEN da Inglaterra.

Seminário Plano de Ação do Fórum Seca	1ª Etapa – 09 a 10 de setembro de 1991; 2ª Etapa – 11 e 12 de outubro de 1991; 3ª Etapa – 13 e outubro de 1991./ 1ª Etapa – Recife; 2ª Etapa – Recife e 3ª Etapa – Serra Talhada	Elaborar um Plano de ação para organizar as intervenções do Fórum nos campos de Políticas Públicas, espaços na mídia e comunicação interna e desenvolvimento de uma experiência piloto de convivência com a seca no semiárido.	Agir de forma planejada e organizada para obter resultados de médio e longo prazos	Aproximadamente 35 pessoas entre trabalhadores rurais, lideranças sindicais, e técnicos colaboradores
Articulação com entidades e grupos de comunicação	1ª Etapa – 02 de outubro de 1991 e 2ª Etapa – 06 de novembro de 1991./Gabinete do Fórum Seca em Recife - PE	Definir estratégias para o trabalho de comunicação e documentação sobre a seca	Obter uma relação de Cooperação segura e contínua com Grupos e Entidades de Comunicação atuantes em Recife	Gabinete do Fórum, ETAPAS, TV VIVA, Espaço Aberto, DIC, MOVIMENTO, CENAP e Coordenação
Encontro dos sindicatos rurais do agreste e sertão	07 de novembro de 1991/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada	Definir ações que pressionassem o Governo Estadual a tomar providências frente ao agravamento das consequências da seca	Promover um ato de protesto e reivindicação no Recife e apresentar um documento com propostas ao Governo do Estado	70 pessoas entre trabalhadores rurais e lideranças sindicais (60) a Coordenação e Colegiado do Fórum Seca
Reunião ampliada do Fórum em Serra Talhada	08 de novembro de 1991/Escola Municipal em Serra Talhada	Envolver um coletivo maior, mais influente e representativo, no processo de discussão sobre as ações frente ao Governo do Estado	Ampliar a representatividade da sociedade civil no Ato do protesto e reivindicação dos trabalhadores rurais do Agreste e Sertão em frente ao Palácio das Princesas, e criação de uma Comissão de Seca da Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco	150 pessoas entre trabalhadores rurais, lideranças sindicais do Agreste e sertão do Estado, vereadores, prefeitos e representantes da Igreja
Ato público reivindicatório	21 de novembro de 1991/Palácio o Campo das Princesas, sede do Poder Executivo Estadual	Sensibilizar a opinião pública realizando passeata de protesto pelas ruas o centro do Recife, contra o descaso do Governo Estadual frente à situação da população do agreste e sertão do Estado com a seca, e entregar ao Governador Joaquim Francisco o Documento Proposta de Ação Frente à Seca	Exercer pressão social e política sobre as autoridades estaduais no sentido de atenderem às reivindicações dos trabalhadores rurais para desenvolver um plano de intervenção que contemple as ideias do Documento Proposta de Ação Frente à seca	Cerca de 500 trabalhadores rurais do agreste e sertão do Estado, lideranças sindicais, representantes da Igreja, parlamentares, etc.
Encontro dos sindicatos rurais com o Fórum	15 e 16 de janeiro de 1992/Centro de Treinamento da FETAPE em Serra Talhada - PE	Analisar as respostas do Governo Estadual sobre as reivindicações contidas no Documento Proposta de Ação Frente a Seca, debater o agravamento da seca e definir outras atitudes do Fórum	Organizar uma ação de grande impacto para a opinião pública para denunciar o descaso dos governos com o drama da população do semiárido com a seca	140 dirigentes sindicais do agreste e sertão do Estado

Reunião da Comissão de Articulação do P. A. M. – Plano de Ações Municipais	19 de maio de 1992/Afogados da Ingazeira - PE	Estruturar o Seminário do P.A.M. (Plano de Ações Municipais). Definir conteúdo, metodologia, participantes, local e data do evento	Diante da proximidade das eleições para Prefeituras e vereança em todo o país, o Fórum Seca pretende reunir em um amplo debate sobre a problemática da seca, suas soluções e o papel dos poderes executivo e legislativo locais na mudança desta realidade, os candidatos a prefeito e vereador nos municípios mais expressivos das regiões agreste e sertão do Estado. Nossa perspectiva é a de politizar os debates eleitorais levando cidadãos comuns e políticos a uma grande reflexão sobre a importância do voto consciente e a responsabilidade de um mandato parlamentar frente a um dos mais graves problemas da nossa região.	FETAPE, CENTRU, STR Afogados da Ingazeira, STR Tabira, STR Serra Talhada e CPT.
Seminário Semiárido Nordeste: Realidade e perspectivas	26, 27 e 28 de junho de 1992/Recife Plaza Hotel, Recife - PE	Reunir técnicos, especialistas e lideranças sindicais para debater com o público em geral a complexa problemática da região semiárida do Nordeste brasileiro, em suas causas, efeitos e soluções mais adequadas, e a partir das várias visões e análises que serão apresentadas e discutidas montar um completo painel da região.	Tendo sido realizado em conjunto com o GOVERNO PARALELO, uma equipe de técnicos que se propunha a ser um contraponto político ao governo Collor, o produto do Seminário viria a enriquecer uma proposta de intervenção organizada do Estado, para se processar mudanças de médio e longo prazos na região.	150 pessoas entre técnicos, trabalhadores rurais, professores universitários, políticos, representantes do Poder Público, representantes de ONGs, além do público em geral.
Debate público sobre o F. N. E.	06 de agosto de 1992/Sindicato dos Radialistas de Pernambuco – Recife - PE	Debater com técnicos e especialistas o F.N.E – Fundo Constitucional para o Nordeste, sua filosofia, volume de recursos, critérios e mecanismos de acesso ao Fundo	Promover uma melhor compreensão sobre o FNE entre os trabalhadores rurais e a opinião pública em geral, visando melhorar a capacidade de obtenção e utilização dos recursos	15 pessoas entre trabalhadores rurais, lideranças sindicais e o público em geral. Como palestrantes o Dr. Tarcísio Holanda, agrônomo e técnico da sede do BNB em Fortaleza – CE e o Dr. Adalberto Arruda, advogado e economista da SUDENE.
Ocupação da SUDENE pelos trabalhadores rurais	16 de março de 1993/Sede da SUDENE – Recife - PE	Criar um fato político na capital capaz de despertar a atenção da opinião pública e das autoridades, para a extrema gravidade da situação da população do semiárido com a seca, denunciar a ausência de um programa adequado e eficiente do governo para combater os seus efeitos, e cobrar esta atitude dos poderes públicos.	Exigir que o Superintendente da SUDENE, Dr Cássio Cunha Lima, agende uma audiência com o Presidente Itamar Franco em Brasília para definir uma ação urgente o Governo, no sentido de garantir condições dignas de sobrevivência para os trabalhadores rurais e suas famílias, durante o atual ciclo de seca.	Aproximadamente 400 trabalhadores rurais representando mais de 100 Sindicatos do Agreste e Sertão do Estado, toda a Coordenação do Fórum, principalmente a FETAPE e a CUT – PE, e delegações de outros Estados do NE.

Seminário Regional do Plano de Ações Permanentes	10, 11, 12 e 13 de maio de 1993/Centro de Treinamento da SUDENE - CETREINO	Sistematizar o conjunto de propostas discutidas nos Seminários Estaduais realizados no mês de abril de 1993 e compor o PLANO DE AÇÕES PERMANENTES DA SOCIEDADE CIVIL que foi entregue ao Presidente Itamar Franco no mês de junho através da CONTAG	Obter pela primeira vez uma intervenção do Poder Público sobre o problema da seca que tenha sido discutida entre governo, movimento sindical e sociedade civil organizada em todo Nordeste.	120 pessoas entre técnicos e lideranças sindicais representantes da sociedade civil no Nordeste
Seminários de Formação - CAATINGA	Março a julho de 1993/CAATINGA – Ouricuri - PE	Reunir grupos de agricultores por Polo Sindical no Estado, para participar de discussões e visitas de intercâmbio a experiências desenvolvidas com Tecnologias Adaptadas em Centros de Pesquisa de Pernambuco, visando sua difusão nos circuitos de informação próprios do Movimento Sindical.	Proporcionar a um número cada vez maior de agricultores, melhor capacidade de convivência com a seca na Região Semiárida	200 agricultores em cinco Seminários realizados com a participação os Pólos Sindicais dos Agreste Setentrional e Meridional, Médio e Sub-Médio São Francisco e o Sertão do Pajeú.
Seminários de Formação – SERTA (Gravatá – PE)	04 e 05 de junho de 1993/Gravatá e outros municípios das Regiões do Agreste Meridional e Setentrional	Reunir grupos de agricultores por Polo Sindical no estado, para participar de discussões e visitas de intercâmbio a experiências desenvolvidas com Tecnologias Adaptadas em Centros de Pesquisa de Pernambuco, visando sua difusão nos circuitos de informação próprios do Movimento Sindical	Proporcionar a um número cada vez maior de agricultores, melhor capacidade de convivência com a seca na Região Agreste do Estado	40 agricultores de municípios situados na área de ação do Polo Sindical do Agreste Meridional
Seminários dos Polos (Promovidos pelos polos Sindicais)	09, 10 e 11 de julho de 1993/Petrolândia e outros municípios da Região do Sub-Médio São Francisco	Reunir grupos de agricultores por polo Sindical no Estado, para participar de discussões e visitas de intercâmbio a experiências em torno de técnicas de manejo de culturas agrícolas, de água e criatório, desenvolvidas por pequenos produtores da própria Região, visando sua difusão nos circuitos de informação próprios do Movimento Sindical.	Proporcionar a um número cada vez maior de agricultores, melhor capacidade de convivência com a seca na região Semiárida.	45 agricultores de municípios situados na área de ação do Polo Sindical do Sub-Médio São Francisco

Programa de Rádio Boletim do Fórum Seca	De julho a dezembro de 1993/O programa foi veiculado nas regiões Agreste e Sertão do Estado	Difundir informações, estudos e denúncias sobre questões relativas à problemática da seca no Estado e sobre as decisões mais atualizadas tomadas nas reuniões da Comissão Estadual das frentes Produtivas	Levar com mais rapidez e objetividade à população do Semiárido, especialmente os trabalhadores rurais, informações e conhecimento sobre os últimos fatos relativos à seca, permitindo uma reação também na mesma velocidade e intensidade que estes fatos requiseram	O Programa em forma de script era distribuído com cerca de 20 Sindicatos Rurais, em sua maioria localizados no sertão, que mantinham programas em rádios locais. Por não possuírem ainda um método específico de cálculo do tamanho de seus públicos, os programas dos Sindicatos não tinham condições de precisá-los. Podemos afirmar que, pela linguagem utilizada e pela simplicidade, através de consultas aleatórias o Programa teve um bom alcance.
Segunda Ocupação da SUDENE	18 de outubro de 1993/Sede da SUDENE em Recife - PE	Pressionar os Governos Federal e Estadual a admitir desvios e realizar correções no Programa de Frentes Produtivas de Trabalho	Conseguir o pagamento em dia e com base em um salário mínimo, dos trabalhadores rurais cadastrados no Programa em todo o Nordeste, garantir a parcela dos recursos voltada à compra de ferramentas de trabalho, garantir que os recursos cheguem direto aos trabalhadores através dos Conselhos Municipais e do BANCO DO BRASIL, e garantir a continuidade do programa até a chegada das chuvas, tudo conforme estava acordado com o Presidente Itamar Franco.	Cerca de 200 pessoas em sua maioria trabalhadores rurais e lideranças sindicais do Estado, FETAPE, CUT – PE e coordenação do Fórum da Seca.
Reunião de Avaliação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco	Junho de 1994/Sede da FETAPE em Recife - PE	Avaliar os últimos fatos relacionados ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, e iniciar uma articulação para avaliar os impactos deste Projeto na Região Nordeste	Conhecer melhor e mais detalhadamente o conteúdo do projeto de Transposição do Rio São Francisco e discutir a forma mais adequada e eficiente de interferir na sua implantação.	15 pessoas entre representantes do Movimento Sindical, ONG's, Igreja, Universidades e técnicos, e a Coordenação e Gabinete do Fórum Seca.
2ª Reunião de avaliação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco	Junho de 1994/Sede da FETAPE em Recife - PE	Dar os primeiros passos na criação do FÓRUM DE MOBILIZAÇÃO CONTRA A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, coordenado pelo Fórum Seca, CPT, e CIMI-NE, composto por diversos segmentos da sociedade civil em todo o Nordeste, e também na preparação de um Seminário Regional.	Criar quatro comissões de estudo nas áreas de recursos hídricos, impactos sócio econômicos e fundiários, impactos ambientais e impactos jurídicos, compostas por técnicos experientes. Os resultados deste trabalho foram apresentados no Seminário Regional e compuseram a Carta Aberta ao Pres. Itamar Franco.	20 pessoas entre técnicos, ONG's, lideranças sindicais, igrejas e Universidades inclusive dos Estados da Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

Seminário Regional do Fórum de Mobilização contra a Transposição do Rio São Francisco	22, 23 e 24 de agosto de 1994/Centro de Treinamento da SUDENE – CETREINO – Recife - PE	Avaliar os resultados dos estudos das Comissões e debater com técnicos da SUDENE, CODEVASF, CHESF, CONSELHO DE ECONOMIA, CONTAG e SOCIEDADE NORESINA DE ECOLOGIA. Registrar em forma de Carta Aberta ao Presidente da República a posição da sociedade civil no Nordeste sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco	Obter apoio para impedir a execução de um Projeto que traria à Região do Semiárido Nordeste mais prejuízos que benefícios, e difundir em linguagem apropriada através de cartilhas e cartazes as análises técnicas produzidas no Seminário Regional, facilitando assim a compreensão de grande parte da opinião pública, principalmente os trabalhadores rurais.	120 pessoas entre técnicos e lideranças sindicais dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (estados contemplados no trajeto da transposição)
Seminário Fórum Seca: Novos rumos, novos desafios	10, 11 e 12 de maio de 1995/CECOSN E - PE	Construir referências para a elaboração de propostas do Fórum no campo das políticas públicas voltadas à Região do semiárido, e finalizar o processo de reestruturação do Fórum Seca	Provocar um amplo debate sobre os níveis possíveis de influência da Sociedade Civil Organizada na implementação das políticas públicas, conhecer experiências bem sucedidas de trabalho integrado entre órgãos públicos no Ceará e também em Pernambuco, e ratificação do texto do REGIMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO o Fórum Seca, além da assinatura da CARTA COMPROMISSO dirigida ao Colegiado.	60 pessoas entre trabalhadores rurais, lideranças sindicais, ONG's, Parlamentares, Secretário Estadual de Agricultura, FUNCEME- CE, INPE, LAMEPE-PE, pastorais, estudantes e o público em geral.
Seminário/Debate políticas públicas: o PAC/FUMAC e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento	11 e 12 de dezembro de 1995/Seminário Cristo Rei – Camaragibe - PE	Debater para aperfeiçoar a capacidade de intervenção dos trabalhadores rurais e suas entidades representativas no desenvolvimento dos Programas do PAC/FUMAC dentro dos conselhos Municipais de Desenvolvimento no Estado de Pernambuco	Promover um melhor conhecimento sobre os Programas do PAC/FUMAC e o papel, composição e postura política e ética dos Conselhos Municipais de desenvolvimento à partir das experiências dos próprios Sindicatos, e planejar as linhas de ação do Fórum Seca para o ano de 1996.	15 participantes entre trabalhadores rurais, lideranças sindicais e técnicos, todos membros do Colegiado e Coordenação do Fórum, além da Socióloga e pesquisadora da FUNDAJ, Sevy Madureira, convidada para palestrar e mediar o debate.
Debate sobre políticas públicas: PRONAF – Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar	23 de abril de 1996/Sindicato dos bancários – Recife PE	Debater com técnicos do Banco do Brasil a fase atual do Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, visando formar e informar a opinião pública sobre o tema, e capacitar os trabalhadores a terem acesso ao Programa	Levantar informações sobre o desenvolvimento do Programa, conhecer suas falhas, limites e potencialidades, para construir propostas visando dinamizá-lo e inseri-lo dentro de ação mais realista em relação à pequena produção familiar	15 pessoas entre técnicos, trabalhadores rurais, lideranças sindicais, e o público em geral



IV Fórum de Saúde do Trabalhador: agrotóxicos – Impactos na saúde e meio ambiente	12 de agosto de 1996/Auditório do SINTEL – Recife - PE	Formar e informar a opinião pública sobre os efeitos nocivos dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores de produtos agrícolas, e denunciar o descaso de autoridades e grandes produtores com a gravidade do problema	Criar um grupo de estudos de caráter permanente em parceria com a Secretaria de Saúde do Governo do Estado, para produzir uma massa crítica de informações sobre o problema, e levar até a opinião pública através da mídia, visando uma intervenção positiva no sentido de denunciar as irregularidades, resguardar a saúde dos trabalhadores e consumidores, e preservar o meio ambiente.	30 pessoas entre técnicos e o público em geral
Reuniões da Coordenação	Periodicidade mensal, exceto nas convocações extraordinárias	Deliberar sobre assuntos de interesse do Fórum Seca e orientar o Gabinete em suas contribuições	—	CENTRU, FETAPE, CUT – PE, CENTRO SABIÁ, CAATINGA, e Gabinete o Fórum Seca e convidados quando necessário
Reuniões do Colegiado	Trimestrais nos quatro primeiros anos e bimestrais nos três últimos anos do Fórum Seca ou em ocasiões de convocações extraordinárias	Avaliar a situação da pequena produção agrícola nas regiões do Estado, debater com técnicos temas de interesse dos trabalhadores rurais e balizar a Coordenação na reflexão e tomada de decisões	Estas reuniões foram programadas sempre com as periodicidades informadas anteriormente e em alguns momentos alteradas. Tinham sempre na pauta um ponto de avaliação da situação da pequena produção aproveitando a presença dos agricultores e lideranças vindas dos polos sindicais. Nos últimos dois anos introduzimos um debate temático no expediente da manhã com a Reunião na parte da tarde, proporcionando momentos de rico intercâmbio	25 pessoas representando as entidades do colegiado e coordenação, polos sindicais do Estado, ONG's, pastorias, técnicos e convidados em momentos específicos.

Fonte: Adaptado do Relatório Histórico do Fórum da Seca: 1989 a 1996. (1997)